

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

LUCIANA QUIERATI

Dorrit Harazim e o ofício de contar histórias:
A prática do jornalismo narrativo e o processo de representação

BAURU
2017

LUCIANA QUIERATI

**Dorrit Harazim e o ofício de contar histórias:
A prática do jornalismo narrativo e o processo de representação**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), realizada como requisito para obtenção do título de Mestre em Comunicação, sob a orientação do Prof. Dr. Arlindo Rebechi Junior.

BAURU
2017

Quierati, Luciana.

Dorrit Harazim e o ofício de contar histórias: a prática do jornalismo narrativo e o processo de representação / Luciana Quierati, 2017.

308 f.

Orientador: Arlindo Rebechi Junior

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Bauru, 2017

1. Jornalismo narrativo. 2. Tripla mimesis. 3. Dorrit Harazim. 4 Imprensa brasileira. I. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação. II. Título.

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE LUCIANA QUIERATI, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, DA FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO - CÂMPUS DE BAURU.

Aos 31 dias do mês de outubro do ano de 2017, às 15:00 horas, no(a) Sala dos Órgãos Colegiados da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, reuniu-se a Comissão Examinadora da Defesa Pública, composta pelos seguintes membros: Prof. Dr. ARLINDO REBECHI JUNIOR - Orientador(a) do(a) Departamento de Ciências Humanas / Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação de Bauru, Prof. Dr. LAAN MENDES DE BARROS do(a) Departamento de Comunicação Social / Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação de Bauru, Profª. Drª. MONICA MARTINEZ do(a) Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura / Universidade de Sorocaba, sob a presidência do primeiro, a fim de proceder a arguição pública da DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de LUCIANA QUIERATI, intitulada **Dorrit Harazim e o ofício de contar histórias: a prática do jornalismo narrativo e o processo de representação**. Após a exposição, a discente foi arguida oralmente pelos membros da Comissão Examinadora, tendo recebido o conceito final: Aprovada. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelos membros da Comissão Examinadora.



Prof. Dr. ARLINDO REBECHI JUNIOR

Prof. Dr. LAAN MENDES DE BARROS



Profª. Drª. MONICA MARTINEZ

Contamos histórias porque, afinal, as vidas humanas precisam e merecem ser contadas.
Paul Ricoeur

*As pessoas acham que para fazer uma reportagem tem que acontecer algo. Não tem.
Você tem que narrar, narrar o que vê, saber escutar.*
Dorrit Harazim

AGRADECIMENTOS

Àquele que fez toda a diferença nesta caminhada,
do dia em que me aceitou como orientanda aos 45 minutos do segundo tempo:
Prof. Dr. Arlindo Rebechi Junior.

Aos professores que me apresentaram Paul Ricoeur
e fizeram grandes contribuições por ocasião de minha banca de qualificação:
Profª Drª Eliza Bachega Casadei e Prof. Dr. Laan Mendes de Barros

Aos professores que se dispuseram a compor minha banca de defesa:
Profª Drª Monica Martinez e Prof. Dr. Laan Mendes de Barros

Aos amigos que inspiram e estão sempre presentes:
Luiz Malavolta, Marta Régia Vieira e Sarah C. Pacheco Cardoso

Às amigas que estenderam a mão em momentos cruciais:
Ariela Bank Setti, Elisabet Medeiros e Viviane Tareskevitis

Aos amigos companheiros de jornada:
Daira Martins, Geraldo Rocha e demais colegas de mestrado

A dois colaboradores importantíssimos:
Augusto Aguiar e Ricardo Setti

À minha família:
Idalina, Rogério e Edmilson

À personagem principal desta história:
Dorrit Harazim

RESUMO

QUIERATI, Luciana. **Dorrit Harazim e a arte de contar histórias: a prática do jornalismo narrativo e o processo de representação.** 2017. 1.v. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Comunicação – Produção de sentido na comunicação midiática) – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru, 2017.

Esta dissertação centra-se na análise da prática do jornalismo narrativo, mais especificamente no estudo da obra de uma de suas representantes, a jornalista brasileira Dorrit Harazim, que escreveu para alguns dos principais veículos de imprensa do Brasil e em 2016 completou 50 anos de carreira. Objetivando-se identificar seu modo de narrar, tomou-se por base o modelo da tripla *mimesis* de Paul Ricoeur (2010), que entende a narrativa como mediadora entre um momento de prefiguração, que antecede a escrita do texto e determina a sua forma, e um momento de refiguração, com a recepção do texto pelo leitor. Combinada ao tripé “lugar social - prática - escrita” de Michel de Certeau (2017) e às considerações de S. Elizabeth Bird e Robert W. Dardenne (2016) acerca dos conceitos de estória e registro, a teoria ricoeuriana forneceu aparato teórico-metodológico para o mapeamento das mudanças narrativas do gênero jornalístico ao longo do tempo e posterior análise da produção jornalística de Dorrit Harazim, veiculada em *Veja*, *Jornal do Brasil*, *O Globo* e *piauí*, no período de 1970 a 2016. Em termos documentais, o trabalho ainda apresenta uma edição com 50 textos da jornalista, em alusão às suas cinco décadas de atuação profissional, revisadas segundo o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa e organizadas com notas de pesquisa para suas respectivas contextualizações.

Palavras-chave: Jornalismo narrativo; Tripla *mimesis*; Dorrit Harazim; Imprensa brasileira.

ABSTRACT

QUIERATI, Luciana. **Dorrit Harazim e the art of storytelling: the practice of narrative journalism and the process of representation.** 2017. 1.v. Dissertation (Academic Master's Degree in Communication – Production of meaning in media communication) – School of Architecture, Arts and Communication of São Paulo State University (Unesp) “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru, 2017.

This dissertation focuses on the analysis of the practice of narrative journalism, more specifically from the work of one of its representatives, the Brazilian journalist Dorrit Harazim, who wrote for some of the main media outlets in Brazil and completed 50 years of career in 2016. In order to identify her mode of narration, was taken as basis the Paul Ricoeur's triple *mimesis* model (2010), which understands a narrative as mediator between a moment of prefiguration, which precedes a writing of the text and determines its form, and a moment of refiguration, with a reception of the text by the reader. Combined with the “social – practice – writing” tripod of Michel de Certeau (2017) and the considerations of S. Elizabeth Bird and Robert W. Dardenne (2016) on the concepts of story and chronicle, the Ricoeurian theory provided a theoretical and methodological apparatus for the mapping of the narrative changes of the journalistic genre over time and later analysis of the Dorrit Harazim's journalistic production, published in *Veja*, *Jornal do Brasil*, *O Globo* and *piauí*, from 1970 to 2016. In documentary terms, an edition with 50 texts of the journalist, alluding to her five decades of professional activity, revised according to the New Orthographic Agreement of the Portuguese Language and organized with research notes for their respective contextualizations.

Keywords: Narrative journalism; Triple *mimesis*; Dorrit Harazim; Brazilian Press.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Escala dos modos de narração jornalística com base em Bird e Dardenne.....	31
Gráfico 2: Forças que agem sobre os paradigmas dos gêneros narrativos	43
Gráfico 3: Deformação regrada dos paradigmas dos gêneros narrativos segundo Ricoeur	44
Gráfico 4: Deformação regrada dos paradigmas do princípio formal no âmbito do gênero jornalístico, segundo os conceitos de Ricoeur e Bird e Dardenne	49

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 DORRIT HARAZIM, UMA CONTADORA DE HISTÓRIAS	15
1.1 O aprendizado na redação de <i>Veja</i>	15
1.2 Da revista semanal para o jornal diário e vice-versa	19
1.3 Da incursão pelo cinema documental à revista <i>piauí</i>	24
1.4 A atuação em <i>O Globo</i> e outros trabalhos	26
2 PROPOSTA TEÓRICO-METODOLÓGICA DE ANÁLISE	29
2.1 O texto jornalístico enquanto narrativa	29
2.2 Um lugar social, uma prática, uma escrita.....	31
2.3 O modelo da tripla <i>mimesis</i> de Paul Ricoeur.....	35
2.4 Esquematismo da função narrativa jornalística	45
3 AS METAMORFOSES DO GÊNERO JORNALÍSTICO	50
3.1 O peso das inovações.....	50
3.2 Uma proposta de tipos jornalísticos	53
3.3 Jornalismo de Serviço e Jornalismo Opinativo	56
3.4 O Jornalismo Noticioso ou Informativo	64
3.5 Novo Jornalismo.....	68
3.6 Jornalismo Investigativo e Jornalismo de Precisão	76
3.7 Jornalismo Narrativo e Novo Novo Jornalismo	82
4 ANÁLISE DA OBRA JORNALÍSTICA DE DORRIT HARAZIM	89
4.1 A escolha de histórias efetivas para análise.....	89
4.2 A composição narrativa e o processo de representação	92
4.3 A representação do Outro	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
REFERÊNCIAS	122
APÊNDICE 1 – Relação dos textos assinados por Dorrit Harazim de 1970 a 2016.....	128
APÊNDICE 2 – 50 textos selecionados de Dorrit Harazim.....	136

INTRODUÇÃO

Em julho de 1965, em meio a um período de férias em Acapulco, no México, Gabriel García Márquez guiava seu Opel pela estrada, “pensando obsessivamente em *Cem anos de solidão*”¹, quando teve um *insight* que viria a mudar sua vida para sempre: devia contar histórias como sua avó contava as dela. E assim, como narra seu irmão Eligio García Márquez no livro *Tras las claves de Melquíades*², começou a ganhar forma uma das mais cultuadas obras literárias de todos os tempos, pelas mãos de um dos escritores mais aclamados do último século e Nobel de Literatura³.

García Márquez foi antes de tudo, porém, jornalista. E, não obstante sua fama – algumas vezes por ele mesmo confirmada – de inventar acontecimentos para salvar pautas (certa feita, em 1954, fez um vilarejo se mobilizar ao perceber que o protesto para o qual fora designado a cobrir para o diário colombiano *El Espectador* não estava ocorrendo)⁴, o colombiano mostrou-se ao longo da vida preocupado com os rumos do que chamava de “melhor ofício do mundo”, a ponto de criar em 1995, ao lado do jornalista Jaime Abello Banfi, a Fundação Gabriel García Márquez para o Novo Jornalismo Ibero-americano (FNPI).

Márquez foi um grande crítico dos cursos de jornalismo. Achava que os *reporteros* deixavam os bancos acadêmicos cheios de vontade, mas deficientes na arte de reportar. Também se mostrou desgostoso com o formato que foi sendo adquirido pelas redações dos jornais. Historicamente consideradas faróis para os jornalistas iniciantes, elas acabaram se tornando, segundo ele, “laboratórios desumanizados, de onde parece mais fácil comunicar-se com os fenômenos siderais do que com o coração dos leitores”⁵.

Com a FNPI, García Márquez quis oferecer a formação que, para ele, faltava nas escolas de jornalismo. Congregava jornalistas com menos de 30 anos e a eles proporcionava orientação embasada na ética profissional, no rigor investigativo e na qualidade narrativa. Até hoje, depois de sua morte em 2014, é com essa tarefa que caminha a fundação, com sede na cidade colombiana de Cartagena das Índias.

¹ Conforme descreve artigo da revista colombiana *Semana*, “La historia desconocida”, de 30 de abr. 2001. Disponível em: <<http://www.semana.com/nacion/articulo/la-historia-desconocida/45784-3>>. Acesso em: 5 de fev. 2017.

² GARCÍA MÁRQUES, Elígio. *Tras las claves de Melquíades*: historia de Cien años de soledad. Bogotá: Editorial Norma, 2001.

³ Gabriel García Márquez recebeu o Prêmio Nobel de Literatura de 1982.

⁴ Segundo conta em reportagem para a BBC o jornalista costa-riquenho Néfer Muñoz, que em sua tese de doutorado dedicou um capítulo ao “realismo mágico” de García Márquez. Disponível em: <http://www.bbc.com/mundo/noticias/2014/04/130422_garcia_marquez_diarismo_magico_ob_nm>. Acesso em: 5 de fev. 2007.

⁵ Gabriel García Márquez, no discurso inaugural da FNPI, em 25 de jun. 1994. Disponível em: <<http://especialgabo.fnpi.org/las-ideas-de-gabo/discurso-inaugural-fnpi>>. Acesso em: 5 de fev. 2017.

Tarefa, aliás, que vai além da instrução para os novatos e passa pelo estímulo ao bom jornalismo, com premiação anual dos profissionais que publicam em português e espanhol e se destacam no cenário ibero-americano nos quesitos excelência, inovação e coerência ética, ideais tão perseguidos por Gabo. Os interessados se inscrevem para concorrer em quatro categorias: texto, imagem, cobertura e inovação.

Há, porém, uma categoria extra para a qual não há inscrição, e sim uma escolha. O prêmio é o de Reconhecimento a Excelência, destinado a profissionais tidos como “exemplos por suas trajetórias ou por terem feito uma contribuição excepcional para a busca da verdade ou para o progresso do jornalismo”.⁶ A escolha de 2015 do conselho deliberativo da instituição foi pela jornalista e documentarista brasileira, nascida na Croácia, Dorrit Harazim.

Na ata em que Dorrit foi declarada ganhadora, da qual constam as justificativas para a concessão do prêmio⁷, o conselho da FNPI destacou a forma com que a jornalista narrou fatos históricos, como a Guerra do Vietnã, a queda de Salvador Allende e os ataques de 11 de setembro de 2001 aos Estados Unidos, além de quatro eleições presidenciais norte-americanas e nove olimpíadas, a partir de “ângulos e aspectos que outros jornalistas deixam passar despercebidos”. Destacou, ainda, sua “capacidade narrativa de transportar o leitor até minuciosos, interessantes e geralmente ignorados detalhes”, como na reportagem “A dura escalada”, publicada em junho de 2012 na revista *piauí*, na qual a jornalista descreve, logo no primeiro parágrafo, os movimentos da atleta do salto com vara brasileira Fabiana Murer:

Tente levantar uma vara de mais de 4,5 metros de comprimento, empunhando-a por apenas uma das extremidades. Depois a mantenha apontada para o alto em linha reta com o corpo, sem balançar. Nesta posição, inicie uma corrida de 37 metros em dezoito passadas, erguendo o joelho a 90 graus do solo. Na troca de cada passada, mantenha o seu dorso, coxa e tibia em ângulo reto, quase como o encosto, assento e pernas de uma cadeira. Tudo isso numa velocidade de mais de 8 metros por segundo e com a danada da vara sustentada acima da cabeça. Durante a corrida, comece a apontá-la para um encaixe de aço situado ao final da pista. Finque-a tal qual uma lança, com precisão (HARAZIM, 06/2012).

Para o conselho da FNPI, tal capacidade narrativa, ou saber de narração, foi uma constante ao longo da carreira jornalística de Dorrit, ainda mais quando de sua atuação em *piauí*, onde a brasileira “deixou uma marca do seu estilo em uma aposta pelo jornalismo narrativo de longo suspiro que é reconhecido tanto no Brasil como na América Latina pela

⁶ Segundo critérios da FNPI. Disponível em: <<https://premioggm.org/premio/bases/#1461626976297-72824c19-8590>>. Acesso em: 5 de fev. 2017.

⁷ Disponível em: <<https://premioggm.org/2015/07/vencedora-do-reconhecimento-a-la-excelencia>>. Acesso em 5 de fev. 2017.

qualidade literária do seu trabalho”. Dorrit ajudou a idealizar a revista e dela foi editora justamente no auge de sua experiência de vida e de carreira – em 2006, quando do lançamento da publicação, a jornalista contava 63 anos de idade e 40 dos seus atuais 51 anos de carreira.⁸

Em 2015, portanto, ano dos primeiros passos na execução deste trabalho de mestrado, elaborado também por uma jornalista, interessada no estudo e desenvolvimento da profissão, a FNPI viu em Dorrit o tipo de profissional que deveria ser exaltado e proposto como exemplo por dispor dos ideais que García Márquez entendia como necessários para o resgate do jornalismo que ele achava que havia se perdido em meio a redações “desumanizadas” e para o seu progresso em meio a um cenário de incertezas diante das rápidas mudanças tecnológicas. Dois anos depois, enquanto este trabalho se aproximava da conclusão, a FNPI viu que não estava sozinha ao considerar Dorrit uma “glória do jornalismo brasileiro”. Em 21 de julho de 2017, a universidade norte-americana de Columbia anunciou que Dorrit estava entre os quatro vencedores do mais antigo prêmio internacional de jornalismo, o Maria Moors Cabot⁹, entregue em cerimônia realizada em outubro, mesmo mês de defesa desta dissertação. Mais uma vez, se fez referência ao caráter narrativo do trabalho de Dorrit, nominada como uma “talentosa jornalista e contadora de histórias”, através das quais, segundo a universidade, ela expôs abusos de direitos humanos, injustiça social e racismo no Brasil.¹⁰

Em meio a uma crise do modelo de negócio jornalístico (em que as empresas de jornal buscam formas de sobrevivência e as de internet fazem contínuas experiências na tentativa de se alcançar um melhor aproveitamento do ciberespaço), aliada à crise do próprio jornalista quanto à sua identidade (BARSOTTI, 2014), duas instituições de renome reverenciam o jornalismo narrativo e Dorrit Harazim. Ambos são os objetos de estudo deste trabalho.

A fim de entender melhor como Dorrit conta suas histórias, este trabalho de mestrado se propôs o estudo das metamorfoses do gênero jornalístico ao longo de sua história quanto a suas formas narrativas, para que, a partir dele, se pudesse analisar a obra da brasileira. Partiu-se do pressuposto, alicerçado no modelo da tripla *mimesis* do teórico francês Paul Ricoeur (2010), de que toda narrativa envolve um momento anterior e um momento posterior ao texto.

⁸ Dorrit Harazim, conforme será detalhado no primeiro capítulo deste trabalho, ingressou no jornalismo em 1966 na revista francesa *L'Express*, cuja redação fica em Paris. Dois anos depois, já estaria em São Paulo, participando da fundação da revista *Veja*, da Editora Abril, como redatora de Internacional.

⁹ Além de Dorrit, foram premiados o argentino Martín Caparrós e os estadunidenses Nick Miroff, do jornal *The Washington Post*, e Mimi Whitefield, do *Miami Herald*. Disponível em: <<https://journalism.columbia.edu/2017-maria-moors-cabot-prize-winners-announced>>. Acesso em: 22 de jul. 2017.

¹⁰ “Por seu compromisso com histórias importantes ao longo de uma carreira longa e distinta, o trabalho de Dorrit Harazim incorpora a essência do Prêmio Maria Moors Cabot.” Assim se encerra a descrição de Dorrit Harazim no anúncio da premiação pela Universidade de Columbia, que em 2017 homenagea os jornalistas assassinados no México e pede o fim dos ataques à classe naquele país e ao redor do mundo.

Este último se concentra no receptor e não se fez alvo desta pesquisa. Quanto ao “antes”, esse sim se constituiu na base das elaborações ora introduzidas. Quem constrói uma narrativa, o faz a partir de uma pré-compreensão de mundo na qual a tradição narrativa se faz presente. Bem por isso que, para compreender a escrita de Dorrit, é preciso primeiro entender como a comunidade jornalística escreveu até aqui, e assim se poder traçar comparações.

Assim, o trabalho foi dividido em quatro capítulos, a saber:

No capítulo 1, **Dorrit Harazim, uma contadora de histórias**, se tem um quadro da atuação jornalística da brasileira, mais especificamente em sua passagem por *Veja*, *Jornal do Brasil*, *O Globo* e *piauí*.

No capítulo 2, **Proposta teórico-metodológica de análise**, partindo-se do entendimento do texto jornalístico enquanto narrativa, fruto de um lugar social, uma prática e uma escrita (tripé certauniano), recorreu-se à teoria da composição narrativa de Paul Ricoeur como sustentação para a análise da obra de Dorrit Harazim.

No capítulo 3, **As metamorfoses do gênero jornalístico**, fez-se um mapeamento constituído em tipos sobre as principais transformações narrativas ocorridas na história do jornalismo.

No capítulo 4, **Análise da obra jornalística de Dorrit Harazim**, tem-se o resultado da análise de 20 textos representativos das cinco décadas da carreira da brasileira, numa tentativa modesta de se entender seu modo de narrar.

Esta dissertação traz ainda, no **Apêndice 1**, a relação dos 350 textos assinados por Dorrit em sua passagem pelos quatro veículos de comunicação já citados, localizados na etapa de pesquisa documental deste trabalho, e, no **Apêndice 2**, uma seleção de 50 textos em alusão aos 50 anos de carreira da jornalista, visando tornar mais acessível parte da obra.

Em tempo: Em 14 de novembro de 2017, durante cerimônia na Faculdade de Direito da Universidade de Buenos Aires, Dorrit Harazim receberá seu terceiro prêmio internacional, o Prêmio Konex Mercosul, outorgado pela Fundação Konex da Argentina às personalidades consideradas mais relevantes da última década na área de comunicação-jornalismo na região do Mercosul. Ao lado de Dorrit, foram eleitos a jornalista e escritora chilena Mónica González Mujica e o jornalista uruguaio Jorge Traverso.

1 DORRIT HARAZIM, UMA CONTADORA DE HISTÓRIAS

1.1 O aprendizado na redação de *Veja*

Dorrit Harazim nasceu na capital croata, Zagreb, em 1º de maio de 1943, durante a Segunda Guerra Mundial. Em 1948, aos cinco anos de idade, veio para o Brasil com os pais, um casal de irmãos gêmeos e mais uma leva de imigrantes fugidos do regime comunista que governava com mãos de ferro a Iugoslávia. Residiu em Porto Alegre (RS) até os 17 anos, quando retornou à Europa para estudar Letras na Sorbonne, em Paris, e na universidade alemã de Heidelberg, fazendo literatura comparada, francês e alemão.

Em 1965, estabelecida em Paris, dava aulas de idiomas na Aliança Francesa quando a polícia do país, a Sûreté Nationale, apareceu em seu trabalho e a levou para depor. Os agentes do departamento de contraespionagem estavam atrás de um ex-namorado dela, italiano e militante esquerdista. Dorrit foi interrogada, fichada e acabou perdendo o emprego no mesmo dia. No ano seguinte, por intermédio de amigos, foi admitida em caráter temporário para cobrir a licença-maternidade de uma funcionária do Departamento de Pesquisa da *L'Express*, sendo posteriormente efetivada no cargo. O semanário, à época com pouco mais de uma década, era dirigido por seu fundador, o jornalista, escritor e político Jean-Jacques Servan-Schreiber, o JJSS, e recebia com frequência visita de gente interessada em conhecer a revista e, em especial, o funcionamento de sua área de pesquisa.

Em uma dessas visitas, em fevereiro de 1968, Dorrit foi apresentada por Schreiber a Roberto Civita e Mino Carta, que estavam em viagem por Europa e Estados Unidos para conhecer o funcionamento das principais revistas internacionais de informação. Civita, da Editora Abril, alicerçava o projeto de *Veja*, que teria Carta como diretor de redação. Animado por ter encontrado uma brasileira poliglota na redação da conceituada revista francesa, Civita, “que se encantava com pessoas que dominavam dois ou três idiomas – que dirá cinco” (MARANHÃO, 2016, p. 156), convidou Dorrit para retornar ao Brasil e integrar a equipe que ele e Carta estavam formando. Na ocasião, eles já haviam convencido outro jornalista brasileiro, José Roberto Guzzo, que estava em Paris como correspondente do *Jornal da Tarde*, a fazer parte do time, como editor de Internacional. Mas Dorrit não aceitou de primeira. Meses depois, o próprio Guzzo, na companhia de Paulo Henrique Amorim, outro contratado por Civita, esteve na França e aproveitou para reforçar o convite. Apesar de ter simpatizado com os brasileiros, Dorrit, ainda desinteressada na vaga e por achar a “conversa deles pouco séria” (CONTI, 2012, p. 56), novamente se esquivou. Mas, devido a problemas

com a polícia do país por conta de um ex-namorado de esquerda que estava sendo procurado, Dorrit resolveu escrever para Carta e perguntar se a proposta ainda estava de pé. “Estava. Desembarcou no Aeroporto de Congonhas, hospedou-se num hotel no centro da cidade, recomendado pelo chofer de táxi, e foi para a redação” (CONTI, 2012, p. 56).

Na *L'Express*, o trabalho de Dorrit era pesquisar sobre os assuntos demandados pela redação, redigir um texto com as informações encontradas e repassá-lo à equipe de jornalistas. Portanto, apesar de participar do processo jornalístico, não se considerava uma redatora da revista. Diz que sua função era exercida nas “catacumbas” do semanário (MARANHÃO, 2016, p. 171). E assim, quando se deparou com a redação cheia de gente em *Veja*, para a qual Civita e Carta haviam convocado interessados das mais várias partes do país, percebeu que teria que aprender muita coisa, tanto sobre a língua portuguesa, como sobre o próprio país, que ela havia deixado aos 17 anos. Contava 25 anos, estava moldada à realidade europeia e achava que Civita e Carta não sabiam direito o que estavam fazendo ao contratá-la. “Ela alugou um quatinho e, todas as noites, quando entrava nele, pensava: passou mais um dia e não perceberam que eu não sou capaz de fazer o que eles querem. Nunca perceberam porque Dorrit aprendeu rápido” (CONTI, 2012, p. 56).

O nascimento de *Veja*, portanto, foi também o nascer de Dorrit como jornalista. Foram duas gestações simultâneas, diz a jornalista em entrevista concedida para a pesquisadora deste trabalho.¹¹ Ela ressalta ter sido aquela uma época de muitas experimentações. O próprio Carta, que ocupava o cargo mais alto na revista, sequer tinha experiência com semanários. Mas Dorrit afirma que ele teve a audácia de chamar a responsabilidade para si e, ao final, acabou formando toda uma geração de jornalistas. Segundo a brasileira, todos o admiravam por sua cultura e texto primoroso, apesar de ele não escrever para a revista, já que era o diretor. Ele, no entanto, corrigia os textos, dava sugestões. O momento era pré-digital, e o texto do repórter ou redator chegava até a alta instância em que se encontrava Carta, depois de passar pelo crivo de um editor-assistente e um editor. A cada revisão, o texto tinha de ser redatilografado por quem o havia escrito, e assim, de posse do registro físico de seus erros e inconsistências editoriais, o jornalista em início de carreira tomava consciência do que devia ser corrigido e do que podia melhorado. Consistia em um processo trabalhoso e demorado, de muitas idas e vindas de laudas, mas Dorrit vê sua geração como beneficiada por ele, de uma

¹¹ Dorrit Harazim solicitou que suas entrevistas, concedidas à pesquisadora, pessoalmente (gravadas) e por e-mail, ao longo de 2016 e 2017, não fossem transcritas em primeira pessoa. Dorrit justifica que a expressão oral, por sua coloquialidade, nem sempre traz as palavras mais acertadas do discurso que se pretende, ao contrário de quando se escreve. Razão pela qual evita conceder entrevistas. Para maior fluência do texto, fica subentendido que, em caso de fala atribuída à jornalista, não havendo citação de outra fonte consultada, tratar-se-á de conteúdo gerado pela entrevista.

forma que os jornalistas de hoje não o são, uma vez que, agora, os textos vão da tela do computador do editor direto para a arte final, sem uma nova passagem pelo repórter.

Dorrit diz ter sido favorecida inclusive por uma espécie de “anarquia estrutural” própria de veículos e carreira novos, como era o caso de *Veja* e do jornalismo no Brasil. “Não ter ficando numa redação tão hierarquizada como nos escaninhos europeus foi um privilégio. No Brasil foi tudo mais elástico”, conta Dorrit em entrevista à jornalista brasileira Carol Pires (2015), incumbida pela Fundação Gabriel García Márquez de escrever seu perfil. “Mais elástico” porque, em pouco tempo, Dorrit alçou altos voos em *Veja*. Um ano e meio após seu início como redatora na revista, foi promovida a editora-assistente. Passados mais dois anos, e ela assume a editoria de Internacional, em março de 1972. Progressão que, segundo ela, não é comum em redações tradicionais como a da *L’Express*, onde as funções são muito bem definidas e o repórter, para se tornar editor, precisa aguardar muitos anos.

Ter sido correspondente da Guerra do Vietnã, em sua extensão clandestina do vizinho Camboja, aos 27 anos, sem qualquer experiência anterior com conflitos, também lhe garantiu certo *status* e contribuiu para sua rápida escalada na empresa. Dorrit conta que foi designada pela direção da revista para a cobertura porque falava francês fluentemente (o que seria útil naquele país, que foi um protetorado da França), mas que não se julgava preparada para a incumbência. “O que você faz em um ambiente onde todo mundo é jornalista veterano? A sua autodefesa é pretender saber muito. Eu sempre soube que eu não sabia nada, mas fingia que sabia como uma defesa, para não mostrar ignorância” (HARAZIM *apud* PIRES, 2015). Um repórter, no entanto, percebeu sua falta de prática: Henry Kamm, do *The New York Times*, ganhador do Prêmio Pulitzer de 1978. “Olha só, não sei como nem por que você veio parar aqui. Suponho que seja para reportar sobre a guerra. Mas se quiser mandar matérias para seu jornal é melhor aprender a se jogar no chão como todos nós”, teria dito Kamm a Dorrit, enquanto a puxava pelos tornozelos para dentro de uma vala, segundo a própria jornalista conta a Pires. “Naquela hora me dei conta do papel ridículo que eu estava fazendo e aprendi a não chegar tão crua.” Dorrit passou um mês no Camboja e teve seu relato de guerra publicado em três edições consecutivas, sendo a incursão mencionada no espaço “Carta ao Leitor”, assinado por Mino:

Com o nome de uma delicada personagem de Charles Dickens¹² e uma sólida consciência profissional, a gaúcha¹³ Dorrit Harazim, 27 anos, é o único repórter brasileiro no Camboja. Editora-assistente de *Veja*, Dorrit

¹² Mino Carta se refere ao romance *Little Dorrit*, de 1867, do inglês Charles Dickens.

¹³ No Brasil, Dorrit viveu com a família em Porto Alegre/RS.

partiu para a remota e no entanto tão próxima frente de batalha como “enviada especial” e a partir desta edição (páginas 50 e 51) apresenta um relato da guerra da Indochina. A tarefa de Dorrit, neste momento, não é fácil. Quinze correspondentes de guerra desapareceram desde o início das operações, a censura é rigorosa e qualquer passo fora da capital (Phnom-Penh) corre por conta e risco de quem o der. A guerra instalou-se por toda parte e ninguém sabe ao certo onde está o inimigo. Mas Dorrit, apesar do seu nome frágil, é uma moça imperturbável (VEJA, 27/5/1970, p. 21).

Os relatos mencionados por Carta não contêm a assinatura de Dorrit. Sabe-se que são de sua autoria pelas menções feitas a ela tanto no “Carta ao Leitor”, como na introdução de cada um dos textos. “Dorrit Harazim, nossa enviada especial ao Camboja, acompanhou durante a semana passada em Phnom Penh a evolução do mais novo problema de guerra (...)”, diz o trecho que antecede seu primeiro relato (VEJA, 27/5/1970, p. 50). “Como de praxe em *Veja*, a reportagem não era assinada. Nem a família, nem os amigos saberiam que algumas semanas da vida do repórter estavam impressas naquela matéria que se lia em dez minutos” (CONTI, 2012, p. 47). É o que também atesta o jornalista Ricardo Setti, que trabalhou em *Veja* com Dorrit durante sete anos. Ele também concedeu entrevista a esta pesquisadora.

Sinal dos tempos: naquela época, diferentemente do que ocorre hoje, assinar matéria era para casos realmente excepcionais de qualidade e importância. A revista era muito seletiva neste aspecto. Escrevi cerca de mil matérias durante meus anos em *Veja* e creio que não tenho dez assinadas! Além do mais, no caso da Dorrit, muita coisa boa que ela produziu era produto de editar e reescrever outras matérias. Ou, em várias situações, com matérias de sua completa autoria – apuração, pesquisa, pensatas, texto final, tudo –, ela simplesmente não queria assinar, por alguma razão. Sempre foi retraída em tudo o que pudesse soar autopromoção, mesmo que não fosse (SETTI, 2017).

Em 1972, já como editora de Internacional, Dorrit fez sua primeira cobertura de uma eleição norte-americana, participando de convenções partidárias até o desfecho com a vitória de Richard Nixon – que, em 1974, acabou renunciando após o escândalo Watergate. Dorrit, aliás, ao lado dos jornalistas Roberto Pompeu de Toledo e Roberto Garcia, voltou aos Estados Unidos dois anos depois para relatar o episódio envolvendo o 37º presidente do país (VEJA, 14/8/1974, p. 34).

Até agosto de 1976, quando se encerra sua primeira de três fases em *Veja*, tendo esta durado oito anos, Dorrit experimentaria outros grandes momentos na carreira. Um deles foi em junho de 1973, quando decidiu viajar aos Emirados Árabes para poder escrever com mais precisão sobre a crise do petróleo, estabelecida depois que se descobriu que o recurso não era renovável. “*Veja* deveria saber que é impossível uma mulher realizar uma reportagem no mundo árabe” e “É uma questão de costumes. Não consigo entender como a mandaram aqui

com essa missão” foram frases enviadas à direção da revista pelo secretário da embaixada do Brasil em Beirute, Jório Salgado, ao receber Dorrit no país (VEJA, 11/7/1973, p. 15). A jornalista, porém, permaneceu no Oriente Médio, percorreu Sharjah, Dubai, Abu Dhabi, Qatar, Bahrein e Kuwait em cinco semanas e coletou o material que precisava para sua reportagem, que ocupou 11 páginas. Outro importante momento se deu três meses depois, no Chile. Dorrit foi enviada para cobrir uma reunião latino-americana da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) em Santiago e acabou testemunhando a queda do então presidente Salvador Allende. Como o Brasil vivia um período de censura, nem tudo o que ela vira por lá acabou indo para as páginas de *Veja*, como conta o jornalista Carlos Maranhão:

Transcorridas duas semanas, na edição com data de capa de 20 de fevereiro, a *Veja* decidiu lançar mão de subterfúgios para mostrar que estava submetida à censura. No lugar dos textos e ilustrações suprimidos, entravam reproduções de gravuras antigas retratando anjos ou demônios. [...] Apesar das ameaças, a redação reagia com sagacidade e uma certa dose de humor. A sequência a uma matéria censurada sobre o Chile, por exemplo, foram publicadas nove cartas, em uma coluna, sob o título “Circunstâncias”. Assinadas por jornalistas da equipe, estavam repletas de obviedade e lugares-comuns, com o propósito de chamar a atenção dos leitores (MARANHÃO, 2016, p. 206).

Uma dessas cartas era de Dorrit:

Sr. diretor: Relendo meu artigo sobre o Chile, me parece imprescindível acrescentar que uma parte da população mora em cidades grandes, outra parte mora em cidades médias e uma terceira mora em cidades pequenas. Além disso, há também uma quarta e última parte que não mora em cidades. *Dorrit Harazim*, editora internacional da revista *Veja* (VEJA, 6/3/1974, p. 8).

1.2 Da revista semanal para o jornal diário e vice-versa

Faltava pouco para Dorrit completar oito anos em *Veja* quando recebeu o convite do diretor do *Jornal do Brasil*, Walter Fontoura, para trabalhar no diário carioca, também na editoria de Internacional. Ela diz que, apesar de a proposta ser boa, hesitou em dar resposta porque, à época, já namorava o também jornalista Elio Gaspari, que, cerca de dois anos antes, já havia aceitado convite de Fontoura para ser editor de Política do jornal. Dorrit afirma que queria se convencer de que as “tarefas profissionais continuariam estanques”. Convenceu-se, deixou *Veja* e se mudou para o Rio de Janeiro pela primeira vez, em 1976. A maioria de seus textos, porém, foram feitos como correspondente no exterior.

No *JB*, a jornalista deu sequência à cobertura que já vinha fazendo para *Veja* das campanhas de Jimmy Carter e Gerard Ford à Presidência norte-americana, foi enviada à Bonn

para relatar o desenrolar do Acordo Nuclear Brasil-Alemanha assinado dois anos antes, esteve em Johannesburgo para escrever sobre o ainda reinante regime de apartheid na África do Sul e chefiou jornalistas de peso, como Ricardo Kotscho – que a ela, em seu livro *A prática da reportagem*, se referiu como “adorável, germanicamente exigente e competente” (2004, p. 191). Se em *Veja* Dorrit aprendeu a fazer jornalismo, no *JB*, onde ficou por cerca de três anos, ela pôde aprimorar o ofício. Afirma ter sido “uma jornalista de jornal que escreveu melhor tendo trabalhado em revista e vice-versa” e que, quando voltou para *Veja*, “tinha adquirido uma agilidade, tinha descartado vícios de linguagem típicos de revista, que me ajudaram a ser uma repórter de revista melhor” (HARAZIM *apud* PIRES, 2015).

Dorrit retornou a *Veja* no início do segundo semestre de 1979, aos 36 anos, exatamente um ano antes da cobertura das Olimpíadas de Moscou – sua primeira de seis jogos para *Veja* e das dez consecutivas na carreira (as últimas quatro foram cobertas para *O Globo*). Dorrit era editora de Internacional, não cobria esportes, mas foi designada porque a cobertura que *Veja* e a maioria dos demais veículos ao redor do mundo queriam era política. Tratava-se de uma oportunidade única de se entrar no mundo comunista. E ainda havia o agravante do boicote liderado pelos Estados Unidos, e que englobava mais de 60 países, com o objetivo de protestar contra a invasão da União Soviética no Afeganistão um ano antes. No ano seguinte à olimpíada, em 1981, Dorrit cobriu o casamento do príncipe Charles e da princesa Diana, em Londres. O jornalista brasileiro Paulo Nogueira (2014) diz que, nessa ocasião, Dorrit incorreu na que teria sido sua única falha enquanto jornalista, porque seu texto, “enviado por telex, teve que ser reescrito por Ricardo Setti”. Setti, no entanto, dá outra versão ao ocorrido:

Não tive que reescrever uma só linha do texto de Dorrit. Ela trabalhou incansavelmente nos dias anteriores ao casamento de Charles e Diana e, claro, no próprio dia. Antes de viajar, tinha lido tudo que se possa imaginar sobre a realeza britânica, a rainha Elizabeth, seu herdeiro e os preparativos para o casamento. Da mesma forma, tudo sobre Diana e sua família. No dia do fechamento da matéria, que ela foi enviando por trechos, ela sofreu um grande processo de exaustão de que me falou nosso então diretor, José Roberto Guzzo, e não conseguiu, fisicamente, escrever a abertura da matéria. Tudo o que ela mandou estava esplêndido, mas faltava a parte inicial da matéria. E o caderno em cores da revista tinha que fechar naquela madrugada de qualquer jeito. Guzzo, com o qual eu tinha excelentes relações pessoais e profissionais, me chamou à sua sala, informou sem detalhes que Dorrit não estava fisicamente bem e me disse para escrever a abertura. Na ocasião, eu era subeditor da editoria Internacional, que ela comandava, e estava muito bem informado sobre o tema, além do que assistira pela TV os eventos e lera muito a respeito, em jornais brasileiros e estrangeiros (*Veja* recebia jornais dos principais centros do mundo, de um dia para o outro). Conhecedor que eu era do estilo da Dorrit – tocávamos de ouvido –, coloquei laudas na máquina e comecei a escrever. Foram 150 linhas de

abertura, daquelas linhas curtas que a *Veja* usava, de 37 ou 38 toques, não me lembro. Que eu me recorde, o Guzzo não alterou uma só palavra do magnífico texto da Dorrit, e eu muito menos. Eu devo ter sido responsável por 15 a 20% do que saiu publicado, no máximo. E não foi nenhum absurdo, era parte do trabalho (SETTI, 2017).

Em agosto de 1984, veio a Olimpíada de Los Angeles. Se nos jogos de Moscou havia o boicote por parte dos países ocidentais, desta vez havia o boicote inverso, dos países do bloco socialista. *Veja* enviou Dorrit, agora editora-executiva, para que paralelos pudessem ser traçados. Apesar do lado político da cobertura, Dorrit se ateu mais, desta vez, ao conteúdo esportivo e seus personagens. Escreveu perfis como, por exemplo, o do corredor Joaquim Cruz, que venceu a prova dos 800 metros. E, a partir de então, segundo ela, passou a fazer questão de cobrir as edições quadrienais do evento. No final de 1988, depois de cobrir no meio do ano a Olimpíada de Seul, agora como redatora-chefe, Dorrit encerrou seu segundo período em *Veja*. Ela e o marido, Gaspari, queriam, havia já algum tempo, se mudar para o exterior, para que parte da criação da única filha do casal, Clara, então com oito anos, fosse feita fora do Brasil. Um entrevero envolvendo Gaspari e o então diretor de redação, José Roberto Guzzo, fez os planos se acelerarem e, no fim do ano, a família partiu para Nova York: Gaspari como correspondente da revista e Dorrit como chefe do escritório da Abril.

Não havia como esconder, porém, que a saída dos dois representava um baque na qualidade da revista. Redatora-chefe, Dorrit era uma das chaves do sucesso de *Veja*, tanto pelas matérias que escrevia ou supervisionava como pelo que ensinava. Ela descobriu como fazer a cobertura de esportes olímpicos num semanário. Inventou uma abordagem para os temas femininos, escapando dos dogmas do feminismo americano e das fórmulas das revistas nacionais, que encaravam as mulheres como consumidoras de produtos e serviços. (...) De temperamento didático e disciplinador, ensinou dezenas de repórteres a não se satisfazerem com nada menos que o excelente, o melhor (CONTI, 2012, p. 81-2).

Segundo Setti (2017), o sentimento de perda também fora sentido anos antes, quando Dorrit trocou *Veja* pelo *JB*, apesar de que, para alguns, a sensação era de certo alívio:

A saída da Dorrit da *Veja* foi considerada por todo mundo uma grande perda, pela jornalista notável, perfeccionista e workaholic que ela era na ocasião, e acredito que continue sendo hoje. Mas, eventualmente por algumas características pessoais, por ser uma pessoa franca – e, sem dúvida, por seu altíssimo grau de exigência profissional –, a Dorrit não era estimada, propriamente, por toda a redação. Uma parte das pessoas gostava muito dela. A outra parte, talvez a maioria, a admirava mas a temia. No caso da Internacional, da qual ela era a editora, a saída provocou *mixed feelings*. Todo mundo sabia que deixava o campo uma extraordinária jornalista. Por outro lado, contudo, havia certo desgaste no relacionamento dela com a equipe (SETTI, 2017).

Mesmo estando em Nova York, afastada das funções editoriais de *Veja*, Dorrit cobriu para a revista a Olimpíada de Barcelona, em 1992, e fez um perfil sobre o astro do basquete Michael Jordan, a quem ela, declaradamente, muito admira. Em junho de 1993, aos 50 anos, voltou para o semanário como editora especial. Seria não apenas sua terceira fase na revista, mas um período de maior liberdade para sugerir pautas e temáticas normalmente não abordadas pelo noticiário regular. Como não estava mais atrelada a Internacional, nem tinha ligação estrita com qualquer outra editoria, podia agora variar os temas, a começar por uma reportagem de 18 páginas sobre o sociólogo e ativista de direitos humanos Herbert de Souza, o Betinho, publicada em dezembro daquele ano e premiada no ano seguinte na categoria perfil do Prêmio Abril de Jornalismo.

Mais do que liberdade, Dorrit afirma que havia ganhado, com os cinco anos recém-vividos nos Estados Unidos, um novo olhar sobre a realidade brasileira. Diz que se sentia mais atenta e mais perceptiva para as coisas do Brasil, como se estivesse, novamente, em um país estrangeiro. Como a trajetória e o atual cargo em *Veja* lhe permitiam certa autonomia, decidiu que iria aproveitar as janelas de sua percepção. Percebeu, por exemplo, o medo das pessoas ao andarem com seus carros, sempre fechando as janelas ao menor sinal de gente se aproximando, e daí nasceu a reportagem “A centrífuga do medo na cidade”, sobre a violência urbana, publicada em 23 de novembro de 1994. Ela afirma ter notado também que, quando o assunto era o sistema carcerário nacional, jornais e revistas só noticiavam rebeliões, ações de grupos como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho, fugas e assassinatos. Pesquisou na redação e não soube de nada que houvesse sido publicado nos últimos tempos a respeito, por exemplo, do encarceramento feminino. Dorrit, que fora presa durante a ditadura militar¹⁴, tinha curiosidade de saber como era ser uma mulher presa naqueles dias no país. Propôs-se a fazer uma reportagem sobre uma semana normal na vida das detentas, sem que houvesse rebelião ou outro tipo de conflito como pano de fundo. “As pessoas acham que para fazer uma reportagem tem que acontecer algo. Não tem. Você tem que narrar, narrar o que vê, saber escutar” (HARAZIM *apud* PIRES, 2015). A jornalista pediu autorização ao então secretário de Segurança do Rio de Janeiro para que pudesse ter acesso ao cotidiano das presas do presídio Talavera Bruce e passou oito dias no lugar, sem sair, comendo o que elas comiam e dormindo em celas, coletando material para a reportagem de 20

¹⁴ Dorrit foi presa depois que uma amiga, Norma Freire, foi detida pelo Departamento de Ordem Política e Social (Dops), sob o comando do delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury. A jornalista foi até a casa da amiga, para dela ter notícias, e acabou encontrando no imóvel os policiais da Operação Bandeirante, Oban, o maior centro de tortura e assassinatos da ditadura. Foi levada e ficou detida durante uma semana no prédio da Oban, na rua Tutóia, no bairro Paraíso, em São Paulo. Não foi torturada, mas diz ter visto muita mulher chegar “arrebentada”. Sua maior bronca, segundo ela, foi que também apreenderam seu Fusca branco e o utilizaram para prender gente.

páginas “Mulher, crime e castigo”, publicada em 7 de junho de 1995 e premiada no mesmo ano com o Prêmio Esso Regional Sudeste. Mais uma vez, Dorrit havia conseguido se inserir em um meio hostil e sair satisfeita com seu trabalho. “Eu fui parar jovem, mulher, branca, solteira, no mundo árabe nos anos 70. Como imigrante e no exercício da profissão, você aprende com a diversidade, o multiculturalismo. Talvez por isso eu sempre consegui me inserir, seja na prisão, seja no mundo árabe” (HARAZIM *apud* PIRES, 2015). Para Conti, mais do que se inserir em ambientes hostis, Dorrit conseguia enxergar o que muitos não queriam ver: as mazelas da sociedade e as pessoas que sobrevivem bravamente a essa dura realidade.

Com uma sensibilidade fina para as misérias da vida nacional – talvez decorrente da sua visão de estrangeira, desacostumada dos mecanismos de exploração do patriarcalismo –, apurou inúmeras reportagens que captaram o heroísmo cotidiano de brasileiros anônimos (CONTI, 2012, p. 81).

Como nota a jornalista Carol Pires (2015), numa profissão que normalmente começa com o “foca” cobrindo assuntos da editoria de Cidades e culmina na cobertura de temáticas como as envolvendo o cenário político internacional, Dorrit fez o caminho inverso. Cobriu guerra, crise do petróleo no Oriente Médio, eleições presidenciais nos EUA, casamento real, para, depois, se debruçar sobre assuntos do dia a dia, como a rotina de revendedoras de porta em porta de cosméticos no Pará, em relato publicado em 6 de março de 1996 em 20 páginas de *Veja*, sob o título “Mulheres em marcha”.

Em seus últimos anos em *Veja*, Dorrit também retratou os desafios dos alcoólicos anônimos, o preconceito sofrido por duas jovens atletas em uma loja de departamento em São Paulo, a aventura de uma dona de casa do Ceará que conheceu Londres, a vida de famílias que cuidam de parentes em estado vegetativo, o medo e a criatividade de pessoas analfabetas nos grandes centros urbanos e a violência doméstica sofrida pelas brasileiras. A terceira fase como jornalista contratada da revista se encerrou em maio de 2000, totalizando 24 anos de uma trajetória que a faz ser tida como uma das fundadoras da publicação, conforme é explicitado no “Carta ao Leitor” de 21 de dezembro de 1988, quando era informado que a jornalista assumiria o escritório da Abril em Nova York. “Dorrit começou em *Veja* em 1968, como uma das fundadoras da revista. De lá para cá, conseguiu tudo aquilo a que um jornalista de verdade pode aspirar em termos de desempenho. [...] Esteve, enfim, em todas as edições e projetos especiais de *Veja*, nestes anos, como a grande organizadora dessas iniciativas tão marcantes para a qualidade da revista” (VEJA, 21/12/1988). Dorrit também fez entrevistas para as chamadas “páginas amarelas”, entre elas, a com o chefe do governo cambojano Lon Nol (24/6/1970), com o escritor judeu Elie Wiesel (8/9/1982), com o atleta olímpico Joaquim

Cruz (13/5/1992), com o geógrafo brasileiro Milton Santos (16/11/1994), com o músico Nelson Freire (12/7/1995) e com o presidente do Comitê Olímpico Brasileiro à época da Olimpíada de Atlanta Carlos Arthur Nuzman (24/7/1996). De maio de 2000 a setembro de 2004, Dorrit figurou no expediente de *Veja* como colaboradora, embora nenhum texto seu assinado tenha sido localizado na pesquisa documental realizada para este trabalho.

Um ano depois de sua saída de *Veja*, Dorrit voltou a ocupar as páginas do *Jornal do Brasil*. Mas só por alguns dias e de forma indireta. Em setembro daquele ano, aos 58 anos, a jornalista estava envolvida com seu primeiro trabalho na internet, o recém-lançado site de notícias NO (sigla de Notícias e Opinião, cujo endereço eletrônico era no.com.br)¹⁵, quando, em viagem a Nova York, se viu em meio aos atentados de 11 de setembro. Dorrit escreveu para o NO durante cinco dias seguidos, e seus textos, por uma parceria entre os veículos, acabaram replicados no *JB*. O primeiro relato, intitulado “Medo surdo, quase animal”, ocupou toda a página 5 do caderno Internacional do *Jornal do Brasil*.

Durante cinco horas, Nova York ficou de joelhos. Com as ruínas dos 220 andares do World Trade Center esparramadas por Manhattan, a cidade saiu da orfandade inicial – semelhante à que emudeceu a América quando J. F. Kennedy foi morto – e se viu às voltas com um sentimento coletivo ainda mais desconcertante: o medo. [...] Quem estava de carro no centro financeiro, estacionava, abria as portas e colocava o som no volume mais alto para que todo mundo ouvisse o noticiário. Quem tinha loja com televisão, deixava entrar os tantos que só acreditavam no que estavam vendo se o vissem na TV. A cada uma das centenas de esquinas com visão para o epicentro do World Trade Center, uma multidão olhava transfixada para as duas torres. Algumas fotografavam o espetáculo. A maioria colocava o seu celular ao ouvido por puro hábito, pois estavam mudos. Para a população em geral, foi o emudecimento abrupto da telefonia móvel que detonou o primeiro grande pânico (JORNAL DO BRASIL, 2001, Internacional, p. 5).

Outros quatro textos se seguiram ao dia do atentado, com Dorrit contando como ficava a cidade e os nova-iorquinos em suas tarefas de tentar voltar à rotina. Um sexto texto, de certa forma relacionada ao ocorrido, fora publicado semanas adiante.

1.3 Da incursão pelo cinema documental à revista *piauí*

¹⁵ A maior parte da equipe do NO já havia integrado os times de *Veja* e *JB*. O diretor-geral, Manoel Francisco do Nascimento Brito Filho, o Kiko Brito, foi editor de Cidades no jornal e, posteriormente, trabalhou em *Veja*. O diretor de redação, Marcos Sá Corrêa, foi editor de *Veja* e diretor do *JB*. Outros com currículo semelhante a figurar no expediente do NO foram os jornalistas Flávio Pinheiro, Ancelmo Gois, Zuenir Ventura, Xico Vargas, Villas-Boas Corrêa (pai de Marcos Sá Corrêa), Walter Fontoura, Mario Sergio Conti, Alfredo Ribeiro de Barros (Tutty Vasques), Arthur Dapieve, Ricardo Setti e a própria Dorrit. Apesar da grande equipe, foram poucos meses de trabalho: em março de 2002, o site foi descontinuado (SETTI, 2017).

Em 1998, ainda a serviço de *Veja*, Dorrit conheceu o documentarista João Moreira Salles. Ela o procurou para uma entrevista sobre a série *Futebol*, que o cineasta dirigia conjuntamente com Arthur Fontes. Lançada um ano antes e exibida pelo canal pago GNT, a série acabava de ganhar o Emmy de melhor documentário estrangeiro. Os laços entre o documentarista e a jornalista foram ampliados e, já no ano seguinte, ela foi convidada por ele a participar do projeto da série *Seis histórias brasileiras*, de seis filmes documentários produzidos a quatro mãos por quatro jornalistas e três cineastas¹⁶, compondo um pequeno álbum de retratos do Brasil, em comemoração aos seus 500 anos. Dorrit fez os argumentos e codirigiu dois filmes: *A Família Braz*, com Arthur Fontes, e *Passageiros*, com Izabel Jaguaribe. Ambos os documentários, bem como os outros quatro filmes da série, foram ao ar em 2000 também pelo canal GNT.

Em *A Família Braz*, Dorrit e Fontes acompanharam o dia a dia de uma típica família urbana brasileira: Antonio Braz, dona Maria e seus quatro filhos, moradores de uma pequena casa própria no bairro Brasilândia, periferia de São Paulo – em 2010, a dupla decidiu registrar as mudanças ocorridas no seio familiar na última década, e a família voltou a ser protagonista, em *Família Braz – Dois tempos*, que venceu o *Festival É Tudo Verdade* de 2011.¹⁷ Já em *Passageiros*, a proposta de Dorrit e Jaguaribe foi seguir a viagem de volta à terra natal de 34 migrantes, saindo da capital paulista rumo a Pedro II, no Piauí, em um percurso de 3.200 quilômetros, ao longo de três dias. Nos dois casos, encarregada dos argumentos, Dorrit preferiu não esboçar nenhum roteiro. Segundo ela, a ideia era preservar a espontaneidade dos personagens. Dorrit adquiriu gosto pelo cinema documental e, logo na sequência, se enveredou por mais um trabalho na área, a série *Travessias*, também pela Videofilmes. Foram seis filmes: *Travessia do escuro* (2001), narrativa sobre um grupo de analfabetos aprendendo a ler; *Travessia do tempo* (2002), sobre a experiência de um detento que cumpria 30 anos de prisão na penitenciária do Carandiru, em São Paulo; *Travessia do silêncio* (2004), com um jovem casal que espera o primeiro filho, que vai nascer surdo; *Travessia da vida* (2005), sobre a médica sanitária Zilda Arns e seu trabalho à frente da Pastoral da Criança; *Travessia do ar* (2006), retratando a rotina de treinos de atletas da ginástica olímpica; e *Travessia da dor* (2006), contando a saga de dois nadadores de alto rendimento tentando uma vaga nos Jogos Olímpicos de Atenas. “Os documentários são o reflexo pelo meu interesse pelo brasileiro que não é mostrado” (HARAZIM *apud* PIRES, 2015).

¹⁶ Além de Dorrit, os outros jornalistas eram Zuenir Ventura, Marcos Sá Corrêa e Flávio Pinheiro. Os cineastas: Arthur Fontes, Izabel Jaguaribe e João Moreira Salles, os três disponibilizados pela Videofilmes. Os filmes: *A Família Braz*, *O Vale*, *Passageiros*, *Um dia qualquer*, *Santa Cruz* e *Ensaio Geral*.

¹⁷ Disponível em: <<http://etudoverdade.com.br/br/edicao/2011>>. Acesso em: 24 de ago. 2017

Como atesta a sequência de trabalhos de Dorrit para a Videofilmes, de 1999 a 2006 a jornalista manteve estreita relação com Moreira Salles, sendo que neste último ano ambos já se envolviam em um grande projeto, não mais na seara do audiovisual, mas no do jornalismo: a revista *piauí*. A equipe de fundadores foi formada por Dorrit e Marcos Sá Corrêa, com quem ela trabalhara em *Veja* e *JB*, ambos assumindo a incumbência de editores; Mário Sergio Conti, contemporâneo de ambos em *Veja*, nomeado diretor; e o próprio João Moreira Salles, encarregado de custear a iniciativa em seus primeiros anos. Segundo Dorrit, a equipe almejava uma publicação nos moldes da *The New Yorker*, sessões fixas e entrevistas. Em outubro daquele ano, chegava às bancas a primeira edição da revista.

Dorrit permaneceu como editora de *piauí* até o exemplar de número 72, datado de setembro de 2012. Escreveu desde peças curtas sobre o cotidiano das cidades a grandes reportagens, como a que ela afirma ter sido a mais difícil da carreira, “O mutilado”, publicada na edição 15, de dezembro de 2007. A jornalista esteve em um hospital para veteranos de guerra dos Estados Unidos e contou histórias como a do fuzileiro Travis Greene, que perdeu as duas pernas no Iraque. Outro texto que talvez não tenha sido dos mais fáceis escrever foi “Com a mão na massa (cerebral)”, da edição de julho de 2011. Dorrit quis retratar a rotina de um pronto-socorro da rede pública de saúde e acompanhou o trabalho de um jovem neurocirurgião do hospital Miguel Couto, no Rio de Janeiro, que meses antes havia atendido seu grande amigo Sá Corrêa, vítima de um acidente doméstico ao cair de uma escada e bater com a cabeça no chão.¹⁸ O jornalista bateu com a cabeça e hoje em dia não fala, não lê, nem pode mais escrever. Dorrit dedicou a ele seu primeiro e único livro até agora, *O instante certo*, publicado em 2016.¹⁹

1.4 A atuação em *O Globo* e outros trabalhos

Quando deixou *piauí* em 2006, Dorrit já estava em seu quarto ano como colaboradora contratada do jornal *O Globo*. É o veículo com o maior número de reportagens assinadas por ela dentre os quatro envolvidos nesta pesquisa. Quatro de suas dez coberturas de jogos olímpicos foram feitas para o diário carioca, as quatro últimas: Atenas, Pequim, Londres e Rio de Janeiro.

Da mesma forma que em *Veja* e *piauí*, Dorrit escreveu de tudo um pouco para *O Globo*, de eleição presidencial nos Estados Unidos a caso de polícia na cidade do Rio. Na

¹⁸ O ESTADO DE S. PAULO. “Colunista Marcos Sá Corrêa recupera-se de acidente doméstico”. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 15 de abr. 2011. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,colunista-marcos-sa-correa-recupera-se-de-acidente-domestico-imp-,706489>>. Acesso em: 18 de jun. 2016.

¹⁹ HARAZIM, Dorrit. *O instante certo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

reportagem “O cartão vermelho que despertou o juiz negro”, publicada em 5 de fevereiro de 2006, Dorrit conta a história de um árbitro de futebol, negro, que sofreu racismo durante uma partida em um clube da Polícia Militar carioca, por parte de um coronel reformado. Ela soube do caso por um conhecido que é sócio do clube. Quis tirar a história a limpo e a contou em uma página inteira de jornal, seguida de algumas suítes (matérias que dão sequência ao assunto em dias posteriores à primeira publicação). Certas histórias, como esta, afirma Dorrit, carecem de continuidade no noticiário, ‘até onde se acredita que ainda haja interesse do leitor de ver como elas terminam’.

Dorrit manteve simultâneos, durante seis anos, seus trabalhos em *piauí* e *O Globo*. Por vezes, viajava a serviço de um e acabava coletando material para o outro. Quando esteve nos Estados Unidos para a matéria com os soldados mutilados pela guerra, por exemplo, ela aproveitou para relatar um incêndio florestal de grandes proporções em San Diego, perto de onde estava, e que levou a polícia a pedir que as famílias deixassem suas casas sob o risco de acabarem padecendo junto delas pelo fogo. A reportagem ganhou uma página inteira em *O Globo*. Também durante esse período, a jornalista pôde reviver alguns momentos e lugares visitados na carreira. Em 2005, voltou a Phnom Penh, no Camboja, por ocasião do aniversário de 30 anos do início do regime de terror imposto pelo Khmer Vermelho, que matou mais de 1 milhão no país. Seu relato compôs a série “Agonia de um povo”, publicada por *O Globo* em 17 e 18 de julho, e foi inclusive adaptado para o teatro, com a peça “O último narrador”, pela A3 Cia. de Teatro (JORNAL DO BRASIL, 2009, p. 27).

Em 18 de julho de 2010, aos 67 anos, Dorrit entrou para o time de colunistas de opinião de *O Globo* e começou a escrever artigos semanais (O GLOBO, 2010). Continuou a fazer alguma ou outra reportagem, mas em menor escala. Por ocasião da Rio2016, ela recebeu o convite para produzir um texto de página inteira sobre cada uma das dez olimpíadas de que participou. De 3 de junho a 5 de agosto (dia da cerimônia de abertura da competição no Brasil), *O Globo* publicou, semanalmente, a sequência de dez “memórias”. As quais, além de publicadas, também foram gravadas em *podcasts*, compondo a série “Os jogos que eu vivi”, cada um dos dez episódios narrado por uma voz feminina da equipe de jornalismo esportivo da TV Globo e da Rádio Globo CBN. A série foi ao ar de 22 de julho a 5 de agosto. Durante os jogos, Dorrit fez a cobertura diária do evento e escreveu textos analíticos para o jornal, mas parece não ter gostado muito da experiência desta vez:

Começo a perceber que nas edições anteriores sempre pude deixar para trás meu dia a dia de bípede urbano comum, antenado apenas na cobertura esportiva. Era fácil: quem mergulha na bolha dos Jogos Olímpicos longe de casa não recebe contas de IPTU nem chamadas de telemarketing. Problemas na família são resolvidos por quem ficou, e notícias sobre as mazelas do

Brasil soam menos aterradoras. Na Olimpíada de 1992, sequer o auge do processo de impeachment contra o presidente Fernando Collor disputou minhas atenções com as competições em Barcelona. Agora, ao contrário, é tudo uma coisa só. A bolha olímpica deixou de ser impermeável. Nela se infiltra o dia a dia brasileiro, o noticiário dos distúrbios nas ruas de Natal, o andar melancólico do impeachment de Dilma Rousseff. A caminho de uma arena posso cruzar com um futuro encencado na Lava Jato ou com um funcionário público afundado em salários atrasados (HARAZIM, 2016, O Globo, p. 19).

Hoje, aos 74 anos, além de seus artigos para *O Globo*, Dorrit escreve esporadicamente para a revista *Zum*²⁰. É membro dos conselhos consultivos das agências Pública e Lupa²¹. Entre outros projetos, está em vias de desengavetar uma proposta de documentário (mantida por ela em segredo) e na expectativa de produzir em 2019 o terceiro filme sobre a família Braz.

²⁰ A jornalista manteve uma coluna regular no periódico até 2015. Atualmente, escreve em ocasiões especiais. A revista é uma publicação do Instituto Moreira Salles.

²¹ Respectivamente, agência de reportagem e jornalismo investigativo (<http://apublica.org>) e a primeira agência de fact-checking do Brasil (<http://piaui.folha.uol.com.br/lupa>), esta dirigida pela jornalista Cristina Tardáguila, que foi colega de redação de Dorrit em *piauí*.

2 PROPOSTA TEÓRICO-METODOLÓGICA DE ANÁLISE

2.1 O texto jornalístico enquanto narrativa

A socióloga americana Gaye Tuchman (2016, p. 353), com trabalhos reconhecidos no campo da sociologia do jornalismo, é categórica ao afirmar que os relatos jornalísticos são “estórias – nem mais nem menos”. Para ela, “dizer que uma notícia é uma ‘estória’ não é de modo nenhum rebaixar a notícia, nem acusá-la de ser fictícia” (TUCHMAN, 2016, p. 358). Na mesma linha, a jornalista, professora e pesquisadora brasileira Cremilda Medina, com mais de 50 anos de atuação na área jornalística, entende o jornalismo como uma instituição que registra a experiência humana a partir do exercício narrativo (2003, p. 48). Ela observa que, em qualquer matéria jornalística (no jargão da profissão), sempre se terá uma ação para contar – “não é por acaso que, em inglês, *matéria é story*”, dirá ela (2001, p. 77, grifos da autora). Mesmo os pesquisadores Muniz Sodré e Maria Helena Ferrari (1986, p. 11), que veem na reportagem o espaço por excelência da narrativa, afirmam que, quando “o jornal diário noticia um fato qualquer, como um atropelamento, já traz aí, em germe, uma narrativa”, mesmo que esse acidente ocupe as páginas do jornal na forma de notícia, método de registro “que se esgota no anúncio”, conforme a identifica o jornalista brasileiro Juarez Bahia (2009, p. 61).

Alguns jornalistas e pesquisadores não entendem dessa maneira. Estudioso do método de análise pragmática da narrativa, o brasileiro Luiz Gonzaga Motta, por exemplo, não vê as notícias chamadas de *hard news*, informativas e factuais, que compõem grande parte das notícias do dia a dia, como narrativas, a não ser que estas sejam agrupadas, de forma que um começo, um meio e um fim da história possam ser identificados. Seria como unir a notícia da acusação de um político pela polícia, mais a notícia da aceitação da denúncia pelo Ministério Público e, por fim, a nota da sua condenação por um juiz para, somente então, se ter a história completa. “A meu ver”, afirma Motta, “a lógica narrativa só se revelará nas duras e cruas notícias do dia a dia se observarmos como elas lidam com o tempo e o organizam” (2013, p. 96). Ao contrário, por exemplo, do que se passaria com as chamadas *soft news*, também chamadas de “divertidas” ou de “interesse humano”, constituídas de um texto que, afastado do jornalismo duro do dia a dia, “adquire maior dramaticidade, uma estrutura semelhante à do conto, e pode ser estudado conforme qualquer outra narrativa de ficção, porque sua intenção é menos produzir efeitos de veracidade que efeitos estéticos próprios da ficção” (2013, p. 95).

De qualquer forma, a ideia de que o elemento narrativo está presente em toda produção jornalística parece ser a posição mais bem-aceita, tanto por parte da academia, como

da parte dos profissionais de imprensa. O jornalista brasileiro Alberto Dines, no clássico *O papel do jornal*, não fala especificamente do texto jornalístico como narrativa, mas apresenta um raciocínio que leva ao entendimento dele como tal. Ele diz que “os desinformados são as primeiras vítimas da luta pela vida” e que, por isso, “o homem precisa saber para continuar” (2009, p. 88). O jornalista levanta a questão do conhecimento, que, como reforça outro veterano da área, Carlos Peixoto²² (2002, p. 126), “acompanha o jornalismo desde sempre” e confere à prática jornalística uma dimensão social, porque é através do conhecimento que o homem se torna capaz de lutar pelo exercício de sua cidadania. Dines, porém, alerta: não basta saber o que acabou de acontecer, é preciso relacionar o fato com o que ocorreu no passado, por meio de uma espécie de “encadeamento que constitui a informação total” (2009, p. 89), ou seja, um encadeamento de fatos tal qual Paul Ricoeur (2010), autor cuja teoria é utilizada como aporte para este estudo, diz ser a base constitutiva de qualquer narrativa. Bem por isso que a necessidade humana de conhecimento, de revelação do mundo ou da realidade, dirá o professor e pesquisador brasileiro Marcelo Bulhões, está “intimamente” vinculada à narratividade. “Aliás, não é por acaso que *narrar, narrador, narrativa* derivam de *narro*, vocábulo latino que significa ‘dar a conhecer’” (BULHÕES, 2007, p. 40, grifos do autor).

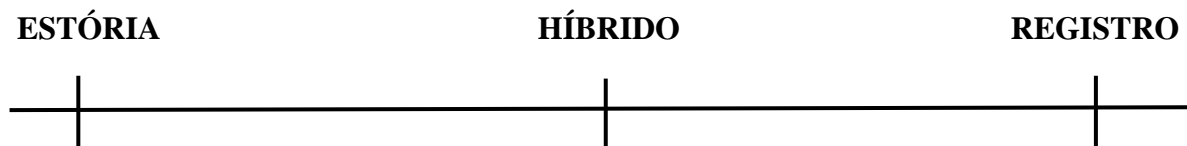
Portanto, estaria na essência da prática jornalística constituir-se como um produto narrativo, independentemente do conteúdo noticiado, devendo, assim, os textos jornalísticos, mesmo as notícias mais duras como as de política e economia, serem vistos indistintamente como mitos – o que poria abaixo, segundo os professores e pesquisadores estadunidenses S. Elizabeth Bird e Robert W. Dardenne (2016, p. 362), a distinção entre “entretenimento e informação”. Para eles, classificar o jornalismo pelo viés do conteúdo, denominando de *hard* as notícias consideradas “mais importantes” e que trariam em si a “informação” propriamente dita e de *soft* as “mais interessantes” do que informativas é o que teria retardado a discussão sobre as qualidades narrativas do texto jornalístico. Também na percepção dos pesquisadores, “os mecanismos narrativos são utilizados em toda a escrita noticiosa”, e não apenas nas *soft news*, e, mesmo que tal dicotomia faça sentido aos jornalistas, pouco sugere que “o público sente o mundo como se este estivesse tão claramente dividido” (2016, p. 361). Dessa forma, do ponto de vista do que é narrado, ou seja, do conteúdo, todas as notícias poderiam ser consideradas narrativas. O que haveria, no entanto, dizem Bird e Dardenne, seria uma diferença quanto ao modo de narração, podendo os textos jornalísticos ser formatados como *estórias* e *registros*.²³

²² Diretor de redação do jornal *Tribuna do Norte*, de Natal/RN à época da publicação do artigo.

²³ Quando se fizer referência ao conceito trazido por Bird e Dardenne, será utilizada a grafia “estória”, conforme tradução do artigo utilizado como referência neste estudo.

Segundo os autores (2016, p. 368), o registro – que provém da forma discursiva *logos*, que os filósofos socráticos distinguiram do *mýthos* (história, enredo, narrativa) – é o relato elaborado em estilo mais conciso, dito objetivo, a partir do modelo da pirâmide invertida (da informação que se estabelece como a “mais importante” para a “menos importante”), com o uso do lide (do inglês *lead*). Trata-se de uma notícia “a que muito dificilmente se poderá chamar ‘estória’ num sentido aceitável”, mas que, ainda assim, é narrativa (BIRD; DARDENNE, 2016, p. 367). Do lado oposto está a estória, com todos os elementos narrativos de que pode dispor, conforme elenca a professora e pesquisadora brasileira Cândida Vilares Gancho (2002): enredo (conflito, clímax, desfecho etc.), personagens (planos, redondos), tempo (cronológico, psicológico), espaço (ambiente), narrador (onisciente, intruso, parcial, em primeira pessoa etc.), tema e discurso. E entre estória e registro, sinalizam Bird e Dardenne (2016, p. 372), há uma terceira forma de narrar, que mistura elementos da estória e do registro e que, conforme os autores, constitui boa parte do trabalho atual dos jornalistas, os quais “escrevem alguns registros, contam algumas estórias e muito que é algo de ambos”.

Gráfico 1 – Escala dos modos de narração jornalística com base em Bird e Dardenne



Fonte: Elaborado pela autora.

Portanto, seja qual for o formato em que se apresente, o texto jornalístico deve ser entendido como mito e, por assim ser, sujeito a convenções culturais, saberes de narração, valores-notícia, regras e fórmulas próprios da profissão, “essenciais para o trabalho dos jornalistas” (BIRD; DARDENNE, 2016, p. 366) e que se alteram no decorrer do tempo, como ocorre com todo objeto cultural. Razão pela qual se faz importante entender como se dão as modificações do gênero narrativo jornalístico ao passo que a cultura do campo se altera.

2.2 Um lugar social, uma prática, uma escrita

Ao analisar o jornalismo de revista no Brasil no século 20, a professora e pesquisadora Eliza Bachega Casadei (2014, p. 242) concluiu que “os jornalistas nem sempre escreveram

suas reportagens do mesmo modo ou com os mesmos recursos discursivos” em razão das mudanças ocorridas ao longo do tempo em torno do que significa escrever uma boa história. Ela mapeou tais mudanças a partir do que chamou de códigos padrões, que não necessariamente estavam estampados nos manuais de redação, mas faziam parte de um sistema de escrita reconhecido oficialmente pelo grupo dos jornalistas de revista. Casadei verificou, por exemplo, que, no começo do século, na época de publicação da *Revista da Semana*, era comum aos jornalistas iniciarem suas reportagens contando o trabalho que tinham tido na apuração, investigação e produção do texto, numa referência do jornalista a ele próprio, que a levou a nominar o código de autorreferencial. Ela concluiu também que, de 1970 em diante, com *Veja*, *Época* e *IstoÉ* em circulação, entre os códigos identificados ganhou destaque o código do especialista, com a evocação nos textos de profissionais de saberes especializados (como psicólogos, advogados ou os diretores de organizações não governamentais, por exemplo) para avalizar as informações disponibilizadas.

Ficou claro para Casadei que o texto jornalístico é uma construção de linguagem em constante movimento e que as próprias definições de notícia e reportagem mudam de tempos em tempos (2014, p. 245). Isso porque, segundo ela, há um controle do “saber narrar” por parte do grupo profissional dos jornalistas (2014, p. 248), garantido pelo lugar social que ele ocupa. Mesmo no período da pré-profissionalização do jornalismo, em que o estilo pessoal do jornalista se sobressaía, Casadei identifica, com sua pesquisa, também haver nele “um conjunto de regras que fornecia os modos desejáveis de se contar uma boa história na reportagem” (2014, p. 244). O narrar jornalístico, assim, segundo a professora,

[...] se apoia em operações padronizadas e saberes críticos específicos da prática que tentam lhe garantir uma suposta visada objetiva do mundo, de forma que o narrar é sempre limitado por esse conjunto de operações e procedimentos de trabalho que legitimam a prática e constroem o seu lugar social dentro das atividades simbólicas (CASADEI, 2014, p. 38).

Casadei foi buscar o suporte do conceito de lugar social nos apontamentos do historiador francês Michel de Certeau (2017). Para ele, a escrita da história deve ser compreendida como uma operação que leva em conta a relação entre um *lugar* (uma profissão), uma *prática* (uma espécie de expertise técnica) e a construção propriamente do *texto* histórico. Levando as argumentações do teórico para o campo do jornalismo, como Casadei o fez, esse lugar social a que ele se refere diz relação à “instituição jornalística”, a um “nós coletivo”, no qual se articulam os valores e julgamentos do grupo profissional dos jornalistas. Segundo o historiador,

não é possível tecer uma análise do discurso²⁴ “independentemente da instituição em função da qual ele se organiza silenciosamente”, porque há um “sujeito plural” que o sustenta (2017, p. 55). Sustentação possível graças a leis, regras, convenções, técnicas de produção, que vão articular o saber narrativo jornalístico. “Esse discurso – e o grupo que o produz – *faz* o historiador [jornalista]” (CERTEAU, 2017, p. 56, grifo do autor, colchetes nossos).

O livro ou o artigo de história é, ao mesmo tempo, um resultado e um sintoma do grupo que funciona como um laboratório. Como o veículo saído de uma fábrica, o estudo histórico está muito mais ligado ao *complexo* de uma fabricação específica e coletiva do que ao estatuto de efeito de uma filosofia pessoal ou à ressurgência de uma “realidade” passada. É o *produto* de um *lugar* (CERTEAU, 2017, p. 57, grifos do autor).

Em outros termos, a jornalista, professora e pesquisadora brasileira Cremilda Medina (2003, p. 48), ao tratar das narrativas da contemporaneidade, entre elas a jornalística, também reconhece a existência de um lugar social, uma prática e uma escrita ao dizer que o exercício das narrativas ao longo de toda a trajetória do homem carrega consigo “dificuldades racionais (o aprendizado dos esquemas narrativos), intuitivas (o enriquecimento contínuo da sensibilidade, uma espécie de radar profundo para sentir o mundo) e operacionais (a ação do escrever-se e a dialogia numa escrita coletiva)”. Segundo Medina, trata-se de elementos que “vêm constituindo uma gramática narrativa há séculos” – embora ela diga acreditar que, até agora, não se tenha chegado a uma “fórmula mágica”.

Nesse sentido, as modificações no fazer jornalístico decorrem de rearticulações no âmbito do grupo dos jornalistas quanto à sua hierarquia de valores e padrões de julgamento, ou seja, de mudanças no lugar social. Se o texto jornalístico será escrito em um formato ou outro, essa decisão caberá a um conjunto de fatores. Diz o jornalista e escritor estadunidense Robert Karl Manoff²⁵ (*apud* TRAQUINA, 2016, p. 235) que “a escolha da narrativa feita pelo jornalista não é inteiramente livre. É orientada pela aparência que a realidade assume para o jornalista, pelas convenções que moldam a sua percepção e fornecem o repertório formal para a apresentação dos acontecimentos, pelas instituições e rotinas”.

Tais convenções de que fala Manoff, bem como o repertório formal jornalístico, estão mediados simbolicamente. O professor português Nelson Traquina (2013, p. 48) fala em “cultura jornalística”, rica em “mitos, símbolos e representações sociais” que moldam como

²⁴ Neste ponto, Certeau indica que seu entendimento por “discurso” se assemelha à perspectiva de Michel Foucault de “uma prática discursiva”, “conjunto das regras que caracterizam uma prática discursiva”. Razão pela qual não se vê, a partir disso, nenhuma objeção em aplicar a teoria do historiador ao estudo da produção e escrita jornalística.

²⁵ Escreveu, entre outros, para a *Harper's Magazine*.

os jornalistas contam suas histórias e que, segundo Gaye Tuchman (2016, p. 353), tendo como base um ensaio de 1975 do historiador Robert Darnton²⁶, é apreendida no decorrer da profissão, tornando-se “equipamento profissional” no dia a dia das redações. A pesquisadora cita um exemplo fornecido por Darnton, de quando ele trabalhava como repórter de polícia. Certo dia, ele descobriu que alguém havia roubado a bicicleta de uma criança. Escreveu uma história tocante sobre o ocorrido e, posteriormente, verificou que uma história bastante parecida com a sua havia sido publicada no mesmo jornal anos antes. Ou seja, o roubo foi outro, a criança era outra, bem como a bicicleta, mas a forma como ambas as histórias, de agora e do passado, foram contadas se fundamentava num modelo comum de se contar histórias jornalísticas.

Trata-se o jornalismo, portanto, de uma produção coletiva, de um campo, na conceituação do sociólogo francês Pierre Bourdieu, no qual seus integrantes, os jornalistas, são dotados de um *habitus* que os fazem reconhecer “as leis imanentes ao jogo” (BOURDIEU *apud* CASADEI, 2014, p. 42). Produção coletiva, dirá Bourdieu (1997), não no sentido de que é fruto de uma mesma redação – como em um filme, obra coletiva da qual participam todos os citados nos créditos ao seu final –, mas de uma categoria. Os jornalistas, segundo o autor, dizem muito menos coisas originais do que acreditam, especialmente se levada em consideração a concorrência – muitas notícias não seriam dadas por um veículo se a concorrência não existisse.

Ninguém lê tanto jornais quanto os jornalistas, que, de resto, tendem a pensar que todo mundo lê todos os jornais. [...] Para os jornalistas, a leitura dos jornais é uma atividade indispensável e o clipping um instrumento de trabalho: para saber o que se vai dizer é preciso saber o que os outros disseram. Esse é um dos mecanismos pelos quais se gera a homogeneidade dos produtos propostos (BOURDIEU, 1997, p. 32).

Realidade sentida e testemunhada por Kotscho:

Antigamente, quando você chegava com uma novidade a um diretor de jornal, ele piscava os olhinhos, esfregava as mãos e dizia, entusiasmado: “Ótimo, ótimo, vamos publicar já! Ninguém está falando nisso!”. Mas hoje, quando se chega a um diretor de jornal com uma novidade, ele faz um muxoxo de desprezo e diz: “Isso não vamos dar. Não interessa. Ninguém está falando nisso” (KOTSCHO, 2004, p. 185).

Percebe-se, no desabafo de Kotscho, um exemplo de como as práticas e valores jornalísticos mudam. São alterações que envolvem, conforme observa o jornalista, professor e

²⁶ DARNTON, Robert. “Writing News and Telling Stories”. *Daedalus*, vol. 104, primavera.

pesquisador brasileiro Rogério Borges (2013, p. 24), desde a atuação pessoal do jornalista na apuração e na escrita, “passando pelos meios utilizados para a publicação, pelos interesses (visíveis e ocultos) das fontes, pelas rotinas de produção, pelo caráter corporativo da profissão jornalística, pelos constrangimentos empresariais, pelas gratificações e punições envolvidas”. Elementos que, segundo ele, ajudam a estabelecer a ordem necessária para que o discurso seja efetivo e inteligível (2013, p. 25).

Bird e Dardenne (2016, p. 368) dizem que as narrativas noticiosas são, por isso, um tipo de modelo cultural que codifica valores e guias de comportamento e que, dessa forma, ao estudá-las, “podemos aprender acerca dos valores e símbolos que têm significado numa dada cultura”, no caso a cultura do campo jornalística, identificando o que, ao longo dos anos, significou para o grupo de jornalistas contar uma boa história.

2.3 O modelo da tripla *mimesis* de Paul Ricoeur

Como observa Casadei (2014, p. 78), ao que Michel de Certeau considerou em termos sociológicos, por meio do tripé *lugar social, prática e escrita*, Paul Ricoeur, em *Tempo e narrativa* (2010), fornece “uma estrutura propriamente linguística”. E ele o faz por meio do modelo da *tripla mimesis* e de dois aspectos complementares: a *esquematisação* e a *tradicionalidade*. Juntos, eles oferecem subsídios para melhor entender as mudanças na história da narrativa jornalística, algumas delas, a certos olhos, não tão bem vistas, como é o caso do filósofo e sociólogo alemão Walter Benjamin. Em 1936, no ensaio *O narrador*, ele apontou para o declínio da arte de narrar em razão da difusão da informação – à época já apresentada na forma de registro. “Cada manhã recebemos notícias de todo o mundo. E, no entanto, somos pobres em histórias surpreendentes. A razão é que os fatos já nos chegam acompanhados de explicações”, quando, justamente, “metade da arte narrativa está em evitar explicações” (BENJAMIN, 1994, p. 202).

Mas, da mesma forma que Bird e Dardenne, que veem no registro o extremo oposto da estória, e mesmo assim o consideram uma forma narrativa, Ricoeur relativiza Benjamin, exemplificando que também o romance moderno – outro alvo das críticas do alemão – foi durante ao menos três séculos um “prodigioso canteiro de experimentações” (2010b, p. 13) e, nem por isso, deixou de ser narrativa.

“Chamado a responder a uma demanda social nova e rapidamente mutável”, conta Ricoeur, o gênero romance, embasado na epopeia e no drama, foi se transformando ao passo das mudanças sociais. Seus primeiros exemplos são com relação a expansões na rubrica dos

caracteres. A primeira, no século 18, quando foram deixados de lado os personagens lendários ou célebres para se contar as aventuras de homens e mulheres comuns, pessoas do povo. Posteriormente, do século 19 até os 30 primeiros anos do século 20, quando se começou a praticar o chamado *romance de formação* – do qual Robinson Crusóé, de Daniel Defoe, pode ser considerado o precursor –, expondo o desenvolvimento físico, moral, psicológico e em outras variantes de um único personagem, normalmente da infância até a fase adulta. A partir desse ponto, o gênero viu a complexidade dos personagens aumentar, especialmente com o *fluxo de consciência*²⁷, do qual Virginia Woolf é representante por excelência. Na sequência, Ricoeur relata mudanças decorrentes da busca por verossimilhança, numa luta de seus autores contra as convenções praticadas, de viés puramente ficcional, em prol de um estatuto de verdade, na tentativa de se igualar a arte à vida. Surgia o *romance realista*. Assim se deu, por exemplo, com o próprio Defoe e sua pseudoautobiografia em *Robinson Crusóé* e com Samuel Richardson e as trocas epistolares²⁸ em *Pamela* e em *Clarissa*. Por fim, Ricoeur levanta ainda a questão da ausência de fecho em narrativas contemporâneas e se questiona se uma obra sem um fim não deixaria de ser narrativa. Chega-se à conclusão, com base em alguns autores, que talvez uma obra não tenha fim de forma proposital, como um elemento de surpresa previsto por seu autor e, portanto, justificada.

Um fecho não conclusivo convém a uma obra que levanta propositalmente um problema que o autor considera insolúvel; não deixa contudo de ser um fecho deliberado e pensado, que realça de maneira reflexiva o caráter interminável da temática da obra inteira. A inconclusão declara de certo modo a irresolução do problema colocado (RICOEUR, 2010b, p. 37).

Assim, concluindo o estudo das metamorfoses do romance, Ricoeur (2010b, p. 16) aponta que nenhuma das referidas situações escapou, porém, ao que ele chama de *princípio formal* narrativo, tomado emprestado de Aristóteles e detalhado mais adiante. Distanciamos desse princípio formal ocorreram, mas o elementar narrativo sempre esteve presente – e tal constatação, somada a outras reflexões pontuais, levou Ricoeur a descartar a possibilidade de que a narrativa possa vir a morrer, tal como apregoou Benjamin.

Isso porque é contando histórias, independentemente se reais ou fictícias, que os homens “tomam consciência de suas vidas, de suas circunstâncias, de seus dilemas e decisões, dão sentido a estas”, diz o professor e estudioso da obra ricoeuriana Hélio Salles Gentil (2004,

²⁷ Fluxo de consciência é um tipo de romance baseado em uma técnica para transcrever o complexo processo de pensamento de um personagem, ora com raciocínio lógico, ora com impulsos pessoais e outras situações, como se a história mostrasse as imagens de uma câmera dentro da cabeça do caráter.

²⁸ Troca epistolar é um tipo de romance em que se usa a técnica da troca de cartas entre as personagens como forma de narrativa.

p. 115), sendo que cada um conta suas histórias exercitando sua respectiva *capacidade narrativa*, a qual não envolve apenas o ser capaz de contar, mas também o de seguir uma história, de entendê-la, enquanto receptor, leitor, ouvinte, espectador. A capacidade narrativa é, portanto, algo inerente ao homem e está estritamente vinculada com a experiência prática da vida humana, porque é nesta que tanto quem conta como quem ouve ou lê histórias vão se munir dos subsídios necessários para contá-las e compreendê-las. Ao justificar a concessão de seu principal prêmio a Dorrit Harazim, a Fundação Gabriel García Márquez elogiou a capacidade narrativa na jornalista, dizendo que esta a diferencia no meio profissional no qual está inserida por se apresentar de forma mais apurada. É uma capacidade, segundo Gentil, “adquirida na frequência das obras narrativas que constituem uma cultura” (2004, p. 115) e que está inserida em um contexto maior, que Ricoeur chama de *inteligência narrativa*.

A inteligência narrativa pressupõe que uma história não se encerra apenas na linguagem, como pregam os estruturalistas, mas precisa levar em conta sua inserção em uma “tradição cultural da qual procede a tipologia das intrigas” (RICOEUR, 2010a, p. 100), que passa por um momento anterior ao texto, onde está inserido o seu autor, e culmina em um momento posterior, no qual se encontra o receptor da narrativa. E, assim, como o receptor, embebido no conhecimento adquirido com tantas narrativas lidas e ouvidas, também vai narrar histórias, as suas próprias, o ciclo se renova no tempo, em um círculo virtuoso – e aqui se entra, propriamente, no estudo da teoria ricoeuriana.

Ricoeur chegou a essa conclusão, e assim formulou sua teoria da composição da narrativa, a partir de dois estudos independentes que o levaram a ver relação entre a atividade de narrar uma história e o caráter temporal da experiência humana. Aproximando duas secularmente distantes meditações – a de Santo Agostinho sobre o tempo e o homem, descrita no livro XI das *Confissões* (2010), e a de Aristóteles sobre o poema trágico, na *Poética* (2015) –, ele formula a hipótese de que “o tempo torna-se humano na medida em que está articulado de modo narrativo, e a narrativa alcança sua significação plenária quando se torna uma condição da existência temporal” (RICOEUR, 2010a, p. 93).

Agostinho tenta identificar alguma forma de medir o tempo²⁹ e, embora suas reflexões resultem mais em uma sobreposição de questionamentos do que em respostas efetivas, ao final de sua análise inconclusiva deixa pistas que corroboram, de certa forma, para a comprovação da hipótese de Ricoeur. Partindo do pressuposto de que não se pode medir o que *não é* e que, sendo assim, o tempo não poderia ser medido, porque o passado já não é (se foi),

²⁹ “O que é, por conseguinte, o tempo? Se ninguém me perguntar, eu sei; se quiser explicá-lo a quem me fizer a pergunta, já não sei” (AGOSTINHO, 2010, p. 178).

o futuro ainda não é (não chegou) e o presente não é sempre (num piscar de olhos já é passado), Agostinho sugere que “somente uma transfiguração poética” (RICOEUR, 2010a, p. 16) seria capaz de resolver tal aporia, ao permitir que, mesmo não sendo medido, o tempo possa ser percebido. E exemplifica tal pensamento com o exercício da recitação de um hino³⁰, sabido de cor por quem o recita. Utiliza-se, para isso, dos conceitos de *expectativa*, *memória* e *atenção*, que compõem o triplo presente: o presente do passado é a memória, o presente do presente é a atenção e o presente do futuro é a expectativa.

Antes que o hino comece a ser recitado, o que se tem é uma expectativa (uma impressão) a respeito do todo que há para ser recitado. A expectativa “consiste numa imagem que já existe, no sentido de que precede o acontecimento que ainda não é” (RICOEUR, 2010a, p. 23). À medida que o hino vai sendo recitado, essa expectativa vai sendo reduzida, uma vez que o que já foi recitado passa para outro plano, o da memória (também uma impressão). “Quanto mais o hino se aproxima do fim, tanto mais a memória se alonga e a expectativa se abrevia, até que esta fica totalmente consumida, quando a ação, já toda acabada, passar inteiramente para o domínio da memória” (AGOSTINHO, 2010, p. 187). A atenção, por sua vez, é justamente onde ocorre o trânsito, a passagem, do futuro (o que ainda há para se recitar) para o passado (o que já foi recitado).

A impressão à qual Agostinho se refere é o que permanece na “alma” (ou “espírito”) de quem recita, e, por permanecer, pode ser medido. E quanto mais se pratica essa atividade ou *intentio* (no caso do hino, quanto mais se avança da sua recitação), mais se terá impressões ou distensões da alma, a *distentio animi* – o que vale, segundo Agostinho, não apenas para um hino, uma poesia, mas para toda a história da humanidade.

Ora o que acontece em todo o cântico, isso mesmo sucede em cada uma das partes, em cada uma das sílabas, em cada ação mais longa – da qual aquele cântico é talvez uma parte – e em toda a vida do homem cujas partes são os atos humanos. Isto mesmo sucede em toda a história dos filhos dos homens, da qual cada uma das vidas individuais é apenas uma parte (AGOSTINHO, 2010, p. 187).

O que norteia, de qualquer forma, o pensamento de Agostinho é a discordância. Mesmo que ao final do livro XI ele consiga dar um desfecho à sua meditação sobre o medir o tempo, ele o realiza apenas no aspecto filosófico-psicológico, embasado na percepção que o homem faz do tempo (a expectativa da coisa futura, a memória da coisa passada), e não no sentido ontológico, como foi sua proposta inicial (“O que é, por conseguinte, o tempo?”).

³⁰ A edição de *Confissões* utilizada neste trabalho traduz como hino (e às vezes cântico) o que, em *Tempo e narrativa*, figura, predominantemente, como canto.

Essa discordância (desordem) em Agostinho é o oposto do que Ricoeur vai encontrar na composição da intriga (*mýthos*) de Aristóteles – de quem ele também toma emprestado o conceito de atividade mimética (*mímesis*), que é o processo de representação da ação (por isso que o teórico fala em ‘composição da intriga’, no sentido de uma operação, e não apenas ‘intriga’, como um termo isolado). Para Ricoeur (2010a, p. 56), a composição da intriga, em um sentido mais amplo, pode ser entendida como “o triunfo da concordância sobre a discordância”, porque transforma acontecimentos vários, dispersos, em uma história una e completa³¹. Além disso, em um sentido mais estrito, a composição da intriga é composta de elementos tanto concordantes como discordantes, que ele também extrai da obra aristotélica.

Os elementos concordantes são a *totalidade*, a *completude* e a *extensão apropriada*. A narrativa tem uma totalidade por ser estruturada com começo, meio e fim. Tem completude porque é una, possui uma unidade dramática. Nela há uma “composição dos atos”, como define Aristóteles (2015, p. 26) – ou um “agenciamento dos fatos”³², conforme Ricoeur (2010a, p. 59) –, que resulta em uma única história (das histórias potenciais se extrai uma história efetiva). E sua extensão apropriada nada mais é que a extensão temporal (não o tempo físico, mas o tempo da obra) necessária para que todo o encadeamento das ações ocorra. Já os elementos discordantes são aqueles que levam a narrativa a um elevado grau de tensão: incidentes atemorizantes ou dignos de piedade, efeito surpresa e reviravolta. Por isso que Ricoeur fala que a teoria da composição da intriga de Aristóteles trafega, “de maneira muito sutil, no jogo da discordância no interior da concordância” (2010a, p. 69). Uma concordância-discordante, que forma, então, o princípio formal da narrativa já citado anteriormente.

Quanto à *mímesis*, ela e *mýthos* guardam entre si uma “quase identificação” (RICOEUR, 2010a, p. 61). Ao traçar duas instâncias de hierarquização entre as partes da tragédia, Aristóteles equipara a primeira, a intriga, à própria representação da ação, ou seja, *mýthos* a *mímesis*³³, chegando-se à fórmula: “a imitação [representação] de uma ação é o

³¹ Cremilda Medina (2003, p. 47), ao incluir o jornalismo entre as narrativas da contemporaneidade, de certa forma, alude à concordância de sobre a discordância de que fala Ricoeur ao dizer que a narrativa é “uma das repostas humanas diante do caos. Dotado da capacidade de produzir sentidos, ao narrar o mundo, a inteligência humana organiza o caos em um cosmos”.

³² Agenciamento tal qual o “encadeamento que constitui a informação total” de que fala Dines, citado anteriormente nesta dissertação.

³³ Depois de dividir a tragédia em seis partes (intriga, caracteres, expressão, pensamento, espetáculo e canto), Aristóteles tece uma primeira hierarquização entre elas, na qual intriga, caracteres e pensamento aparecem em 1º lugar, como o “o quê” (objeto) da representação; expressão e canto em 2º lugar, como o “por quê” (meio); e a expressão e o canto em 3º, como o “como” (modo). Na sequência, ele revela haver ainda uma segunda hierarquia, na qual a intriga, no interior do “o quê”, se coloca acima dos caracteres e do pensamento, porque se trata de uma representação de ação (*mímesis práxeos*) e a intriga é a ação propriamente dita.

enredo [intriga]” (ARISTÓTELES, 2015, p. 26). Por isso, quando se compõe uma intriga, o que está se fazendo é representar uma ação, e daí aflui o modelo da tripla *mimesis*, proposto por Ricoeur para entender como se dá a composição da narrativa.

Uma das reflexões em *Tempo e narrativa* que mais ajudam a entender os princípios da teoria ricoeuriana, bem como seu uso das ideias de Agostinho e Aristóteles, está na alusão ao mundo das histórias não contadas: “não tendemos a ver num determinado encadeamento de episódios de nossa vida histórias ‘(ainda) não contadas’, histórias que pedem para ser contadas, histórias que fornecem os pontos de ancoragem para uma narrativa?” (RICOEUR, 2010a, p. 128). Ricoeur até ressalta que parece ser incongruente usar a expressão “história (ainda) não contada”, já que se teria por óbvio que histórias são contadas por definição, mas faz uma distinção entre dois tipos de histórias: as *efetivas* e as *potenciais*. As efetivas são as contadas e as potenciais, as que aguardam para ser contadas e que são possíveis de serem contadas. Para elucidar a ideia, ele dá dois exemplos, sendo um deles o seguinte: em uma sessão de psicanálise, o paciente constrói uma narrativa para o psicanalista. Ele se utiliza de fragmentos de história vividos – episódios de conflito com a família ou colegas de trabalho, decepções amorosas, sonhos e uma variada série de situações – para tecer uma única história, ligando todos esses pontos. Ou seja, de histórias potenciais – vividas, porém ainda não contadas –, ele faz uma história efetiva, contada naquele momento para seu analista. Tem-se, portanto, uma espécie de “pré-história” que serve de pano de fundo para a história. A pré-história em que o paciente está enredado (a experiência dele no tempo) é que serve de pano de fundo para a narrativa que ele formula estando diante do psicanalista, cujo começo quem vai escolher é ele, o narrador, assim como ele também escolhe o que lhe interessa contar dentre todas as histórias potenciais existentes e da forma que lhe aprouver.

O exemplo de Ricoeur apresenta alguns elementos: há uma “pré-história” da história, que procede da *experiência temporal do narrador* (seja por ele tê-la vivido, testemunhado ou dela tomado conhecimento); o narrador, por sua vez, transformará essa pré-narrativa em narrativa a partir de um *modo específico de narrar*; e essa narrativa terá um *receptor*. O ponto central de todo esse processo é a configuração narrativa, chamada por Ricoeur de *mimesis II*. O momento anterior à narrativa – da pré-narrativa, das escolhas do narrador e dos aspectos temporais implicados – corresponde à *mimesis I*, e o momento posterior, o da recepção, à *mimesis III*. A composição da intriga (narrativa) está enraizada na *mimesis I*, a partir do que Ricoeur (2010a, p. 96) chama de pré-compreensão do mundo da ação e a qual exige duas competências prévias por parte do narrador: primeira, a familiaridade com os *aspectos estruturais* da ação ou ações que compõem a pré-história, e segunda, a *compreensão prática*

do narrar, que reside em recursos simbólicos articulados no tempo, sendo este, o tempo, um terceiro aspecto da pré-compreensão do mundo. E é aqui, exatamente, em *mimesis* I, que se encaixa o tripé certeaniano, de um lugar social, uma prática e uma escrita.

Ao conjunto dos aspectos estruturais da ação, Ricoeur (2010a, p. 97) dá o nome de *rede conceitual*: toda ação pressupõe *agentes* que a praticam, tendo em vista *objetivos*, a partir de uma *motivação*, em meio a determinadas *circunstâncias*, promovendo *interação* com outros agentes e, por consequência, chegando-se a um *desfecho*³⁴. São elementos a partir dos quais é possível responder às perguntas “o quê”, “por quê”, “quem”, “como”, “com” e “contra quem” da ação. Seria, basicamente, como se ter um conjunto de frases narrativas mínimas do tipo “X faz A em tais ou tais circunstâncias e levando em conta o fato de que Y faz B em circunstâncias idênticas ou diferentes” (RICOEUR, 2010a, p. 99), embora Ricoeur ressalte que tais frases não podem se caracterizar por uma “simples sequência de ação”, devendo conter aspectos discursivos, sintáticos, “dignos de serem chamados narrativos”.

Além disso, para produzir uma intriga, ou seja, representar uma ação, é preciso ter em mente que, se “a ação pode ser narrada, é porque ela já está articulada em signos, regras, normas: está, desde sempre, *simbolicamente mediatizada*” (RICOEUR, 2010a, p.100-1). E aqui Ricoeur dá um exemplo que ajuda a entender o processo prático da representação: para se compreender um rito, é preciso situá-lo num ritual, que faz parte de um culto, de um conjunto de convenções, crenças e instituições, que formam a rede simbólica da cultura na qual esse ritual está inserido, passível de modificações no decorrer do tempo. Ora, narrar é um rito, imerso na cultura do contar histórias. E, portanto, o narrar jornalístico também o é, estando sujeito à cultura do jornalismo, em suas convenções e instituições. Ou seja, sujeito às modificações que ocorrem com o passar do tempo.

A narrativa construída corresponde à *mimesis* II, situada como o eixo da proposta de Ricoeur, porque se coloca numa posição intermediária entre *mimesis* I e *mimesis* III. E assim o é por sua função de mediação. Primeiramente, media elementos da prefiguração com a configuração em si, transformando ações (histórias potenciais) em uma história una e completa (história efetiva). Em segundo lugar, é mediadora porque promove a interação entre os fatores heterogêneos que compõem essas histórias potenciais (agentes, motivos, circunstâncias etc.), a partir de duas dimensões temporais próprias da intriga (cronológica e não cronológica) – que compõem a terceira razão do caráter mediador de *mimesis* II –, dentre

³⁴ Em outra passagem, Ricoeur acrescenta: “meios, resultados inesperados etc.” (p. 114). Fica claro tratar-se de um conjunto aberto de termos possíveis. Reis (2006, p. 29) inclui: “cooperação, competição, luta, sucesso, fracasso, infelicidade, acaso, sorte”. Pellauer (2010, p. 101) incorpora as reviravoltas.

as quais se destaca a não cronológica, que é a dimensão configurante propriamente dita. “Em suma, a composição da intriga é a operação que tira de uma simples sucessão uma configuração” (RICOEUR, 2010a, p. 114).

Essa dimensão configurante, ou simplesmente *ato configurante* (RICOEUR, 2010a, p. 115), transforma todos os elementos da prefiguração (*mimesis* I) em texto (*mimesis* II). É o que Ricoeur chama de “tomar juntamente”. O paciente, ao traçar ao psicanalista uma narrativa acerca do que lhe ocorreu na última semana, realiza um ato configurante. Ele faz um arranjo de forma que, ao final, sua história possa ser traduzida em um único pensamento – também chamado por Ricoeur de “chave de ouro” ou “tema” (2010a, p. 117). Seria algo como que a moral da história dos contos infantis, possibilitada depois que a narrativa tem o seu desfecho, um ponto final. Dessa forma, tem-se uma solução para o paradoxo da temporalidade levantado por Santo Agostinho. A partir da narrativa, ou seja, de forma poética, é possível ter uma impressão do tempo, aquele que não podemos medir a não ser pelos fatos narrados de uma história.

Entender a história é entender como e por que os sucessivos episódios conduziram a essa conclusão, que, longe de ser previsível, deve ser finalmente aceitável, como sendo congruente com os episódios reunidos. É essa capacidade da história de ser acompanhada que constitui a solução poética do paradoxo de distensão-intensão (RICOEUR, 2010a, p. 116-7).

A esquematização e a tradicionalidade, mencionadas no início e bastante caras a este estudo, são aspectos complementares do ato configurante e, segundo Ricoeur, garantidores da continuidade do processo de tripla *mimesis*, na junção da *mimesis* III à *mimesis* II.³⁵ São características do ato configurante e mantêm relação específica com o tempo.

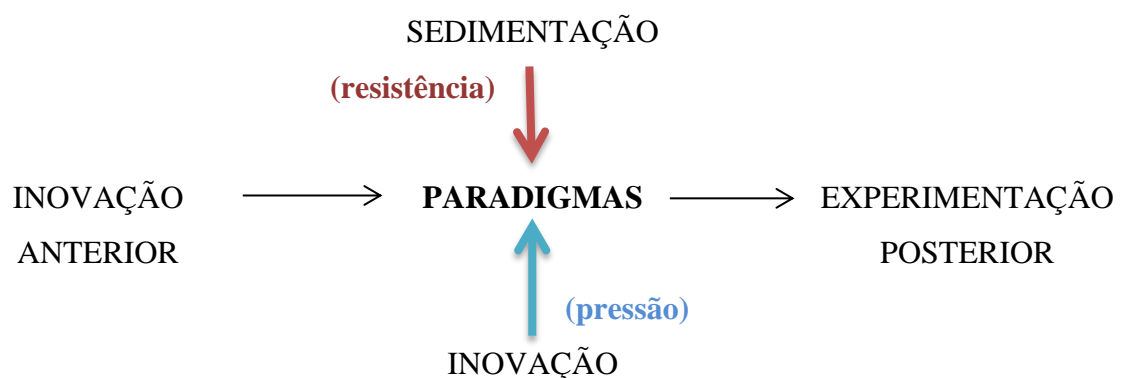
A esquematização, ou *esquematismo da função narrativa*, está diretamente ligada à inteligência narrativa e ao lugar social de que fala Certeau. É por ela existir que o autor vai escrever uma narrativa de um determinado gênero e o leitor a entenderá como pertencente a ele. Isso ocorre porque os gêneros são compostos de elementos próprios. Tragédia e comédia, por exemplo, são gêneros com elementos em comum, já que ambos são narrativas, mas cada um tem suas características específicas. A tragédia, segundo Aristóteles, é uma *mimesis*, ou seja, uma representação “de uma ação de caráter elevado” (2015, p. 71), ou seja, de personagens ditos superiores, ao contrário da comédia, uma “mimese de homens inferiores”

³⁵ Os dois aspectos exigem, como explica Ricoeur, “o suporte da leitura para serem reativados” (2010a, p. 118), ou seja, é na *mimesis* III que eles efetivam. Porém, o detalhamento da *mimesis* III, do ato da leitura em si, da recepção do texto pelo leitor, que caberiam à abordagem dos Estudos de Recepção, não será contemplado por este estudo.

(2015, p. 67). São, portanto, características específicas dos referidos gêneros, sem as quais, a tragédia não seria tragédia e comédia não seria comédia. Cada uma tem seu esquematismo.

Isso não quer dizer, no entanto, que não possa haver mudanças no esquematismo. Ricoeur diz que a esquematização constitui-se numa tradição sujeita ao jogo entre *inovação* e *sedimentação* (2010a, p. 119), que ocorre sobre os *paradigmas* do princípio formal (comum a qualquer narrativa), dos gêneros (trágico, cômico, jornalístico etc.) e dos tipos (tragédia grega, a epopeia céltica etc.). Esses paradigmas se originam de uma história sedimentada de gênese suprimida (ou seja, segundo Ricoeur, não importa qual paradigma apareceu primeiro, qual foi a forma inicial), e nela encontram resistência. Mas esses mesmos paradigmas também estão sujeitos à inovação, dela sofrendo pressão por mudança. Ou seja, sobre os paradigmas agem duas forças: a de pressão da inovação e a de resistência da sedimentação.

Gráfico 2 – Forças que agem sobre os paradigmas dos gêneros narrativos



Fonte: Elaborado pela autora.

Isso ocorre devido ao caráter hermenêutico do círculo mimético, que faz sair da experiência prática uma história, que é dada por um autor a um leitor, que por sua vez contará a sua própria história com base no que leu, permitindo, assim, que o processo se renove. Ao criar a sua narrativa, o leitor (agora autor) vai se pautar pela gramática (paradigma) do princípio formal ou do gênero ou tipo escolhido, mas poderá trazer inovações a eles com sua escrita. Por vezes, chegará a criar uma *obra singular*, com inovação suficiente para operar mudanças radicais – como é o caso de *Ilíada* e *Édipo Rei* em se tratando da tragédia.

Assim, mesmo estando sujeito a uma mudança lenta, de certa forma resistente por conta da sedimentação, o paradigma será sempre fruto de uma inovação anterior e fornecerá regras para uma experimentação posterior no campo narrativo, de forma que grandes

mudanças possam vir a gerar novos tipos e gêneros. Por isso, existem dois polos por entre os quais transitam as mudanças de paradigma: o da *aplicação servil* e o do *desvio calculado*, passando por todos os graus de uma *deformação regrada* (RICOEUR, 2010a, p. 121).

Gráfico 3 – Deformação regrada dos paradigmas dos gêneros narrativos segundo Ricoeur



Fonte: Elaborado pela autora.

Ricoeur (2010a, p. 122) afirma que o afastamento pode ocorrer nos três níveis: no dos tipos, no dos gêneros e no do princípio formal. O afastamento no âmbito dos tipos, segundo ele, é mais comum, já que toda obra singular difere por natureza de qualquer outra obra, propiciando, assim, de forma menos complicada, o surgimento de novos tipos dentro de um mesmo gênero (no breve estudo de Ricoeur sobre as metamorfoses do romance, por exemplo, foram identificados os tipos romance de formação, fluxo de consciência, troca epistolar etc.). Já a mudança de gênero é menos frequente, porque, como já foi dito com relação aos gêneros trágico e cômico, se a inovação for muito grande, ele pode deixar ser o gênero que é. Quanto ao princípio formal, se totalmente contestado, já não se terá uma narrativa – neste caso, tem-se que a narrativa tradicional, obediente ao princípio formal que Ricoeur foi buscar em Aristóteles, se mantém o mais próxima possível da aplicação servil, sendo o desvio calculado o limite até onde ela pode caminhar até poder ser reconhecida como narrativa.

Aqui se chega ao ponto chave da teoria ricoeuriana. Tomando o princípio formal emprestado da tragédia de Aristóteles (em cuja época só havia a tragédia, a comédia e a epopeia como gêneros), Ricoeur se viu na obrigação de tentar, no restante de sua obra (embora declare não ser seu objetivo chegar a um resultado pleno, mas levar à reflexão), colocar tal princípio de ordem à prova, a fim de verificar sua validade ainda nos tempos de hoje, e após tantas mudanças no campo narrativo, para qualquer tipo de narrativa. Além disso, diante da possibilidade de mudança à qual os paradigmas estão suscetíveis, o teórico se pôs a refletir sobre até que ponto a narrativa poderia se metamorfosear sem que viesse a morrer. E, como já mostrado, quando do exemplo a respeito das metamorfoses do romance, ele concluiu

que a narrativa se modifica, mas não deverá morrer. Uma narrativa, segundo Ricoeur, poderá até não dispor de um começo, um meio e um fim, de incidentes atemorizantes ou dignos de piedade, efeito surpresa e reviravolta, mas, “enquanto puderem ser discernidas totalidades temporais que operam uma síntese do heterogêneo entre circunstâncias, objetivos, meios, interações, resultados desejados ou não” (RICOEUR, 2010b, p. 12-3), ainda assim se terá uma narrativa. E ele dirá mais no segundo tomo de *Tempo e narrativa*: mesmo que o começo da narrativa não seja o começo da história, que se comece o texto pelo meio da ação (no caso da técnica literária *in media res*), ainda assim se terá uma narrativa, e mesmo que a história não tenha um fim como o fim presente nos contos, também dessa forma se terá uma narrativa.

Percebe-se, portanto, que as metamorfoses da intriga não apenas estão previstas no modelo ricoeuriano, como também fazem parte de um leque bastante ampliado. Ricoeur não descarta, por exemplo, a possibilidade de que tais mudanças encontrem, em algum lugar, um limite em que nada ou quase nada do princípio formal narrativo possa ser reconhecido, já que novas formas de narrar, que ainda sequer podem ser nomeadas, estão nascendo. Mas diz que estas novidades, mesmo que quase irreconhecíveis do ponto de vista narrativo, vão garantir que a narrativa continue se metamorfoseando, mas que, contudo, não morra. “Pois não temos a menor ideia do que seria uma cultura em que não se soubesse mais o que significa *narrar*” (RICOEUR, 2010b, p. 50, grifo do autor).

2.4 Esquematismo da função narrativa jornalística

O modelo da composição da intriga de Ricoeur, ora exposto, ganhou, ainda dentro de *Tempo e narrativa*, aprofundamentos à luz das teorias das narrativas histórica e de ficção³⁶ – dois opostos no sentido referencial, pois a primeira busca uma visada objetiva do real e a outra não exatamente –, na tentativa de garantir que o modelo da tripla *mimesis* pudesse ser estendido à “variedade quase infinita de expressões narrativas (orais, escritas, gráficas, gestuais) e de classes narrativas (mito, folclore, fábula, romance, epopeia, tragédia, drama, filme, história em quadrinhos, sem falar da história, da pintura e da conversação)” a que o ser humano é confrontado diariamente (RICOEUR, 2010b, p. 52). Justamente devido à abrangência pretendida por Ricoeur, mesmo não fazendo menção alguma ao texto

³⁶ A narrativa histórica é abordada na segunda parte de *Tempo e narrativa*, presente no volume 1, e narrativa de ficção, na terceira parte, no volume 2.

jornalístico³⁷, sua obra tem servido como referência para pesquisadores em comunicação, especialmente nos estudos do jornalismo.

No ano em que se comemorou o centenário de aniversário de Ricoeur, em 2013³⁸, Carlos A. Carvalho e Leandro Lage (2014) enumeraram as contribuições epistemológicas do teórico para a área, a partir de apropriações por autores nacionais e estrangeiros. A brasileira Marialva Barbosa (2006)³⁹ é uma delas. Ela acredita que, “ainda que sua obra não enfoque diretamente a comunicação, Paul Ricoeur, ao desenvolver um complexo aporte teórico em relação à questão da narrativa, oferece uma contribuição ímpar para se pensar a comunicação como um processo complexo” (p. 139-0). Luiz Gonzaga Motta (2010; 2013), já referenciado neste trabalho, baseou-se na teoria ricoeuriana para traçar sua análise pragmática da narrativa, pensada especialmente para a análise das narrativas jornalísticas. Fernando Resende (2009a, 2009b, 2011), Laan Mendes de Barros (2012) e Vera França (2013), além dos próprios Carvalho e Lage (2012), também tomaram Ricoeur como referência em suas pesquisas em comunicação. Carvalho e Lage (2014, p. 150) ressaltam que foi com a guinada de Ricoeur em direção à hermenêutica, entre 1970 e 1980, que vieram não apenas *Tempo e narrativa*, mas outras duas importantes obras – *A metáfora viva* (2015) e *Do texto à ação* (sem data) – para os estudos em comunicação.

Especificamente quanto ao jornalismo, conforme a teoria ricoeuriana vai sendo destrinchada, aproximações com a prática jornalística vão sendo observadas. O pensamento de que, “porque estamos no mundo e somos afetados por situações tentamos nos orientar nele pela compreensão e temos algo a dizer, uma experiência para trazer para a linguagem e para compartilhar” (RICOEUR, 2010a, p. 133), por exemplo, muito parece dizer a respeito de como o jornalista enxerga sua profissão. Da mesma forma que a conceituação de narrativa por Gentil, baseada na teoria ricoeuriana, e a instância da atuação jornalística, conforme a definem os pesquisadores Cilene Silva e Dimas Künsch, parecem seguir na mesma linha:

[...] trata-se de um discurso que é feito por alguém, que nasce portanto de uma determinada experiência da realidade, que diz algo dessa experiência e dessa realidade e o diz para alguém, alguém que também vive numa determinada (outra) realidade, tem sua experiência dessa realidade e vai

³⁷ Ricoeur faz menção uma única vez ao termo “reportagem”, no terceiro tomo, mas, aparentemente, no sentido geral de reportar, e não no específico da prática jornalística. “A memória do ancestral está numa intersecção parcial com a memória de seus descendentes, e essa intersecção se dá num presente comum que pode, ele mesmo, apresentar todos os graus, desde a intimidade do nós até o anonimato da reportagem” (2010c., p. 194).

³⁸ Nascido em Valence (França) em 27 de fevereiro de 1913, Paul Ricoeur morreu em 20 de maio de 2005, aos 92 anos, na também francesa Châtenay-Malabry.

³⁹ Além da referida obra, à qual Carvalho e Lage fazem menção, “O filósofo do sentido e a comunicação”, Marialva Barbosa também se mune de vários conceitos de Paul Ricoeur na composição de *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000*, publicada pela editora Mauad X em 2007 (ambas indicadas na bibliografia deste trabalho).

assimilar o que lhe é dito de alguma maneira, “assimilação” através da qual o que foi dito retorna à realidade, ao mundo da experiência e da ação humanas, de onde nasceu (GENTIL, 2004, p. 56).

É como se, por meio das matérias que produzem – e o jornalista é, no melhor dos sentidos, um contador de histórias sobre o momento presente –, um universo às vezes muito disparatado de sentidos começasse de alguma maneira a se organizar na mente, nos corações, na vida das pessoas e dos grupos que leem jornal, ouvem rádio ou veem TV, que navegam pelos sites, páginas e blogs noticiosos (SILVA; KÜNSCH, 2015, p.18).

Tomando a descrição de Dorrit sobre o salto da atleta brasileira Fabiana Murer (citada na introdução desta dissertação) a partir da solução poética para o tempo indicada por Santo Agostinho e ratificada por Ricoeur, se tem um exemplo dessa aproximação entre a teoria de Ricoeur e o jornalismo. O que aos olhos aparenta ser um movimento rápido, mecânico, sem muitos segredos (segundo a pré-compreensão que o leitor possa ter dessa modalidade esportiva), toma outra dimensão a partir do relato de Dorrit, transmutando-se em algo muito mais complexo e que parece durar quase uma eternidade. Há, portanto, uma reconfiguração da visão que o leitor tem do salto a partir de uma fusão de horizontes. Fundem-se a ideia prévia que o receptor da narrativa tem, por vezes superficial ou equivocada, e a ideia que o jornalista lhe proporciona, levando-se a uma melhor compreensão do salto. Assim, o entendimento de tempo a respeito do movimento de Murer muda de forma prática. A forma como Dorrit narra o passo a passo do salto é capaz de fazer com que o leitor entenda o tempo, mude ou aprofunde sua concepção a respeito da ação praticada, a *mimesis práxeos*. Ou seja, também o texto jornalístico está centrado em um círculo hermenêutico. O leitor, ao ler uma reportagem, terá sua experiência cotidiana, seu horizonte a respeito das coisas, fundida ao horizonte da histórica contada, segundo sua interpretação (e não conforme a intenção do jornalista ao escrever a matéria), para, então, formar uma nova visão de mundo. Ele sai, de alguma forma, modificado dessa experiência. Algo lhe será acrescentado.

Assim, entendendo ser possível analisar os modos narrativos do jornalismo a partir do modelo ricoeuriano, pode-se falar em esquematismo da função narrativa jornalística, que, da mesma forma que qualquer outra narrativa, transita no jogo entre a inovação e a sedimentação no âmbito dos paradigmas em três níveis: princípio formal, gênero e tipo. Conforme se viu em Certeau e Casadei, as histórias contadas pelos jornalistas estão sob o guarda-chuva de um lugar social, de um conjunto de regras, valores, padrões de julgamentos, devendo as narrativas seguir tais parâmetros para serem reconhecidas como jornalísticas. Essa é a chamada força de resistência por parte da sedimentação, que age sobre o gênero jornalístico na tentativa de

manter seus modos de narrar como são. Da mesma forma que também existe a força contrária, de pressão por inovação, advinda das obras singulares e as quais são construídas a partir da gramática sedimentada – ou seja, não se exclui de todo o lugar social –, mas que agregam novidades à forma narrativa. Quando o jogo pende para o lado da mudança e se tem uma inovação, também se tem um novo posicionamento na flecha da deformação regrada entre a aplicação servil e o desvio calculado, para além do qual: 1) no caso do princípio formal, já não se terá mais uma narrativa; 2) no caso do gênero, não se terá mais uma narrativa jornalística; 3) no caso dos tipos, não se terá mais um determinado tipo, ou subgênero. Ou seja, trata-se de ampliações em três níveis, testando o limite de cada um deles.

Se o objetivo deste trabalho fosse verificar até que ponto um texto jornalístico pode ser considerado como pertencente a um determinado tipo, como o jornalismo narrativo (também chamado de jornalismo literário ou Novo Jornalismo, conforme se verá mais adiante), o primeiro passo seria estabelecer tanto o polo de aplicação servil desse tipo, ou seja, o ponto onde o texto jornalístico-narrativo estaria em seu estudo mais puro, como o seu polo de desvio, onde se teria um texto jornalístico-narrativo já quase sem identidade e para além do qual se passaria a ter outro tipo jornalístico e não mais o narrativo. Talvez esta seja sugestão para um novo estudo, como forma de dar sequência a este ora executado.

Mas este trabalho tem a intenção de verificar os momentos em que o texto jornalístico de forma geral foi mais ou menos narrativo ao longo do tempo, e, por essa razão, está focado na deformação regrada apenas do princípio formal, à semelhança do que fez Ricoeur ao pôr à prova o romance, traçando relação entre o paradigma do princípio formal e as obras singulares do gênero (2010b, p. 11-2). Assim sendo, os polos da aplicação servil e do desvio calculado foram estabelecidos a partir dos conceitos de estória e registro de Bird e Dardenne.

Sobrepondo-se os gráficos esboçados anteriormente, tem-se que a *estória* a que se referem os pesquisadores estadunidenses está posicionada no polo da *aplicação servil*, obediente ao *princípio formal* de Ricoeur, e o *registro*, no outro extremo, no polo do *desvio calculado*, sendo que no meio termo, percorrendo toda a extensão da flecha, estariam *híbridos* formados do cruzamento entre elementos de estória e registro, dentro de um conjunto de variações possibilitadas por obras singulares.

Gráfico 4 – Deformação regrada dos paradigmas do princípio formal no âmbito do gênero jornalístico, segundo os conceitos de Ricoeur e Bird e Dardenne



Fonte: Elaborado pela autora

Em um polo, tem-se o texto moldado no formato de estória, rigorosamente obediente ao princípio formal narrativo, com o jornalista compondo um enredo de unidade dramática, composto de começo, meio e fim (tal qual um conto), com extensão suficiente para incluir situações atemorizantes ou dignas de piedade envolvendo seus personagens, além de efeito surpresa e reviravolta. Enquanto que, no polo oposto, o do registro, se tem uma narrativa já quase sem identidade, compreendendo apenas um mínimo necessário para ser enquadrada como tal, ou seja, estruturas inteligíveis operando uma síntese do heterogêneo (agentes, circunstâncias, motivos, interação e, talvez, algum desfecho).

Dessa forma, é possível identificar as mudanças nos modos narrativos jornalísticos, ou seja, os tipos que foram surgindo ao longo do tempo, bem como verificar até que ponto o texto jornalístico se alterou sem deixar ser considerado uma narrativa, colocando à prova o entendimento de autores como Gaye Tuchman, Cremilda Medina e os próprios Bird e Dardenne, entre outros teóricos citados anteriormente, de que todo texto jornalístico é uma narrativa. E então, finalmente, traçar comparações entre os tipos revelados e a influência destes na prática jornalística de Dorrit Harazin.

3 AS METAMORFOSES DO GÊNERO JORNALÍSTICO

3.1 O peso das inovações

A exemplo de Paul Ricoeur, que, para colocar à prova sua teoria, recorreu à história do romance, seus tipos (fluxo de consciência, romance de formação, troca epistolar etc.) e obras singulares a fim de analisar as mudanças ocorridas no gênero, este trabalho busca agora na história do jornalismo, em seus tipos e obras singulares, entender como se deram as principais metamorfoses no gênero.⁴⁰ Nesse sentido, apontamentos dos jornalistas e pesquisadores estadunidenses Kevin Kerrane e Ben Yagoda (1998), na obra *The Art of Fact: A Historical Anthology of Literary Journalism*, parecem ser úteis, uma vez que os autores, mesmo sem qualquer referência a Ricoeur, também trabalham com a ideia de inovação para definir o jornalismo em tipo – no caso deles, em específico, para tecer considerações acerca do *literary journalism*. O jornalista e pesquisador brasileiro Carlos Antônio Rogé Ferreira Jr. (2003, p. 279-80), que se utiliza da antologia da dupla em seu estudo sobre literatura, jornalismo e práticas políticas, faz notar que o termo *literary journalism* utilizado por Kerrane e Yagoda deve ser entendido como “a denominação atual para campo semelhante àquele marcado pela narrativa jornalístico-literária praticada nos anos 60 e chamada então Novo Jornalismo”.

Antes de abordar a questão das inovações, Yagoda, na parte introdutória do livro por ele assinada, elenca alguns critérios que delineiam o jornalismo e contribuem para o entendimento da deformação regrada dos paradigmas do gênero. Ele diz que a narrativa jornalística não pode abrir mão do factual como matéria-prima e que, para obedecer a esse princípio, o jornalista precisa de consistentes coleta de informações e exposição aos fatos, garantindo, assim, uma maior aproximação possível do que realmente aconteceu e que será representado. Trata-se de um processo produtivo tal como também o entendem os críticos em comunicação estadunidenses Bill Kovach e Tom Rosenstiel (2003, p. 227): “nem todas as matérias exigem os sete anos que Caro gastou no livro sobre Robert Moses, mas um bom trabalho envolve mais do que comparecer a um evento e depois sentar diante do computador”.⁴¹ Assim, entende-se que

⁴⁰ Bulhões (2007, p. 39) faz notar, entretanto, uma diferença entre o percurso do romance e o do jornalismo: enquanto na literatura “a trajetória histórica conduziu à superação do caráter normativo, com a negação de regras e prescrições, no caso do jornalismo, exigências profissionais e mercadológicas acabaram por sedimentar a delimitação de padrões expressivos e estilísticos”.

⁴¹ Kovach e Rosenstiel se referem a *The Power Broker: Robert Moses and the Fall of New York*, biografia de Robert Moses (segundo a *Revista da Folha* de 30 de março de 2007, “provavelmente o norte-americano mais poderoso de sua época que nunca ocupou um cargo público”), escrita pelo jornalista americano Roberto Caro em 1974, vencedora do prêmio Pulitzer e nomeada repetidas vezes uma das melhores biografias do século 20.

escapar a essas características, mais precisamente ao fator ‘factualidade’, seria o mesmo que ultrapassar os limites em que a narrativa pode se metamorfosear sem deixar de ser jornalística.

Mais adiante, ao analisarem a obra do escritor estadunidense Truman Capote, Kerrane e Yagoda chegam inclusive a um ponto que, à luz da teoria ricoeuriana, demonstra um posicionamento da narrativa jornalística aproximado do polo do desvio calculado, ou seja, do limite para além do qual já não se teria um texto do gênero. Trata-se de um critério-limite relacionado à fronteira que põe de um lado o jornalismo e de outro, a literatura, e diz respeito ao quanto de ficcional uma narrativa jornalística pode ter sem que deixe de ser caracterizada como tal. Os pesquisadores se utilizam dos diálogos presentes em *A sangue frio*⁴², de Capote, para exemplificar tal limite. Publicado em 1965 em quatro partes na revista americana *The New Yorker* e transformado em livro no ano seguinte, *A sangue frio* relata desde o assassinato de uma família da cidade de Holcomb, no interior do Estado do Kansas, até a condenação dos assassinos, Perry Edward Smith e Richard Eugene “Dick” Hickock, anos depois, oferecendo com riqueza de detalhes diálogos que não foram presenciados pelo autor, mas sim recriados.

Kerrane e Yagoda entendem que tais diálogos, mesmo de veracidade não garantida pelo autor, já que ele não os ouviu no momento em que foram pronunciados, podem ser enquadrados como dignos de estar em uma narrativa jornalística, portanto entendidos como “verdadeiros”, por serem parte de uma prática jornalística considerada por eles como “honestá”, fruto de investigação aprofundada. Afinal de contas, depois de saber do caso pelo jornal e chegar a Holcomb um mês após o crime, Capote dispendeu quase seis anos analisando o caso, entrevistando familiares das vítimas e dos assassinos, vizinhos, policiais e os próprios acusados.

[...] Para um jornalista recriar acontecimentos que ele não testemunhou é preciso uma prodigiosa quantidade de trabalho de reportagem, e Capote não poderia ter escrito *A sangue frio* se não tivesse conhecido os dois indivíduos depois de sua captura, obtido sua simpatia e cooperação, e os entrevistado por horas e horas (KERRANE; YAGODA, 1998, p. 161).

Dessa forma, Kerrane e Yagoda admitem a possibilidade de utilização de certo grau de ficção na narrativa jornalística, desde que não seja mera invenção do escritor-jornalista e, sim, resultado de um trabalho intensivo de apuração, garantidor da verdade que se pode dar a uma obra que representa a realidade, já que “A Verdade” é algo que, definitivamente, não se pode alcançar. Além disso, ao mesmo tempo em que indicam que esse certo grau de ficção é cabível dentro do amplo conjunto das obras jornalísticas, os teóricos manifestam ser essa uma característica específica do *literary journalism*, incompatível, por exemplo, com o tipo jornalístico-tradicional.

⁴² CAPOTE, Truman. *A sangue frio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

No jornalismo tradicional, a menos que um acontecimento seja testemunhado por um repórter, todo fato é automaticamente atribuído a uma fonte. Aqui, Capote implicitamente assegura, por exemplo, que Dick contou uma determinada piada com palavras específicas. Esta é uma garantia que ele não pode dar (KERRANE; YAGODA, 1998, p. 161).

Além dos diálogos recriados, outros recursos tomados emprestados da literatura e utilizados por Capote, como a reconstrução de cenas e a inclusão de pensamentos e emoções, são enquadrados por Kerrane e Yagoda como característicos do *literary journalism*. Um modo de narrar, porém, que não teria sido criado por Capote, mas tido como inspiração uma inovação introduzida anos antes, mais precisamente em 1946, pelo jornalista e escritor também estadunidense John Hersey em *Hiroshima*.⁴³ “Levou duas décadas para outro autor utilizar, em larga escala, as inovações de *Hiroshima*, de John Hersey – isto é, escrever um livro jornalístico na forma de um romance” (KERRANE; YAGODA, 1998, p. 161). Pela via literária, Hersey “entra” na mente de seis personagens reais, que sobreviveram à bomba atômica jogada sobre a cidade japonesa em 1945, para detalhar o ocorrido como se ele próprio o tivesse presenciado.

Kerrane e Yagoda entendem esse momento em que Hersey (um pouco antes) e Capote estão inseridos, chamado de Novo Jornalismo, como um ponto fora da curva em uma época cujo padrão jornalístico encontra-se pautado pela objetividade e outros parâmetros do Jornalismo Informativo. Assim, o que se tem é que a inovação trazida pela obra de Hersey provocou, segundo define Ferreira Jr. (2003, p. 284), “a ruptura de padrões de codificação e formas estabelecidos, abrindo novas zonas de conhecimento”, propiciando (se não o surgimento, já que a prática não era bem uma novidade) a efetivação de um novo tipo dentro do jornalismo – afirmação que remete aos códigos padrões revelados pelo estudo de Casadei (2014). Trata-se, portanto, de uma obra singular que não é alheia ao modelo sedimentado na tradição jornalística, mas que a ele agrega novas formas para compor um novo modelo. Bem por isso que Yagoda (KERRANE; YAGODA, 1998, p. 14) diz que o “jornalismo literário de alto nível é uma tradição em que cada profissional está de pé sobre os ombros de seus predecessores”. O que, pelo viés da teoria ricoeuriana, conclui-se ser o caso não apenas do *literary journalism*, mas de qualquer tipo narrativo, seja ele de que gênero for.

Cabe ressaltar, como já insinuado, que, apesar de o Novo Jornalismo, em razão de sua pujança, ter se fixado como a corrente capaz de quebrar os paradigmas do jornalismo tradicional – feito reconhecido por Kerrane, Yagoda e vários outros teóricos –, eles próprios ressaltam que tal modo de narrar não era novo. Como se verá de forma detalhada mais

⁴³ HERSEY, John. *Hiroshima*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

adiante, os novos jornalistas, declaradamente por meio de seu porta-voz, o jornalista e escritor Tom Wolfe, tiveram como inspiração escritores como Daniel Defoe (1660-1731), considerado um dos precursores do romance realista inglês.

Relacionar a inovação de que tratam Kerrane e Yagoda à inovação do esquematismo de Ricoeur, além de contribuir para melhor se compreender o surgimento dos tipos narrativos, talvez seja também uma forma de complementar o pensamento dos estadunidenses, já que, como observa Ferreira Jr. (2003, p. 285), ambos se detiveram em “estabelecer uma interessante linha sucessória de autores e obras jornalístico-literárias, sem no entanto traçar mais nitidamente as forças que estiveram em jogo e determinaram as estruturas da modalidade textual” – forças que, de acordo com a teoria ricoeuriana, poderiam ser entendidas como a força de resistência por parte da sedimentação e a de pressão por parte da inovação. Muito embora, como admite o pesquisador brasileiro, Kerrane tenha se aproximado da questão em sua introdução a *The Art of Fact*, no ensaio “Making Facts Dance”⁴⁴, ao expressar que a inovação viria como uma reação direta por parte de escritores com senso de urgência moral ou política a acontecimentos transformadores, tais como protestos de guerra, motins raciais, assassinatos e conflitos contra a cultura. Ou seja, as inovações seriam motivadas não apenas por mudanças significativas nos campos social, econômico e tecnológico, como apontam Kovach e Rosenstiel (2003, p. 23), mas também em razão de questões ideológicas, de conteúdo, que refletiriam diretamente na forma, de maneira que os relatos dos novos jornalistas, enquadrados como obras singulares, tornaram concreto um novo tipo jornalístico por se acreditar que a “voz gentil” do jornalismo tradicional já não era suficiente para representar a realidade. Assim, a força de pressão por inovação suplantaria a força de resistência toda vez que se entendesse que um determinado tipo narrativo já não pode ser capaz de descrever a realidade da melhor maneira, traçando-se uma relação constante entre forma e conteúdo.

3.2 Uma proposta de tipos jornalísticos

O jornalista americano Chip Scanlan, filiado ao Instituto Poynter, importante escola de jornalismo criada em 1975 na Flórida, Estados Unidos, afirma que, por mais criativo que o jornalista seja, sempre haverá de ter uma estrutura em que se apoiar.

Histórias precisam de um suporte, forma, uma estrutura, da mesma forma que um edifício precisa de um quadro e nossos corpos, um esqueleto. Ernest Hemingway, repórter que se tornou um dos romancistas mais influentes da

⁴⁴ “Making Facts Dance” é como Yagoda define o jornalismo literário, segundo informa Kerrane em seu ensaio.

América, teve isso em mente quando disse: “A prosa é arquitetura e não decoração de interiores”. Os escritores eficazes entendem isso e garantem que sua caixa de ferramentas contenha uma variedade de formas de história. As melhores histórias muitas vezes criam sua própria forma; os escritores consideram seu material, determinam o que eles querem que a história diga, e então decidem sobre a melhor maneira de dizer isso (SCANLAN, 2003).

E o jornalista, segundo Scanlan, como todo escritor, precisa estar familiarizado com formas e fórmulas já testadas, mesmo que decida escrever sua história de maneira completamente nova – uma referência clara à teoria ricœuriana em seus conceitos de sedimentação e inovação. Forma que será escolhida a partir do conteúdo que se tem em mãos. “Arquitetos e escritores seguem a mesma regra: o formulário segue o conteúdo. Isso que dizer que antes de projetar um recipiente você determina o que precisa colocar dentro. Você não tentaria enviar um elefante em uma caixa de sapatos” (SCANLAN, 2003).

Tais formas e fórmulas compõem os modos de narrar encontrados em cada tipo narrativo jornalístico, da mesma maneira como demonstrou Aristóteles ao descrever, na *Poética*, as divisões e o formato que a tragédia deveria ter. Alguns tipos jornalísticos, como já dito, se aproximam mais da aplicação servil, ou seja, do princípio formal. São as estórias. Outros estão mais perto do desvio calculado, portanto, mais distantes do princípio formal. São os registros. Mas quais seriam esses tipos?

Ao analisar a história do jornalismo sob o viés das inovações motivadas pelas transformações envolvendo a sociedade, Cremilda Medina dividiu o gênero em etapas que serão consideradas por este trabalho como tipos. Essas etapas, as quais Medina fragmenta entre duas tríades históricas, foram relacionadas de forma concisa em sua obra *Povo e personagem* (1996) – divisão, em parte, de acordo com a cronologia cunhada pelo jornalista e teórico brasileiro Adelmo Genro Filho (2012) com base no frankfurtiano Jürgen Habermas. Entendendo o nascimento do jornalismo como “vinculado à ascensão da burguesia, desenvolvimento do capitalismo, urbanização e industrialização”, Medina (1996, p. 16-7) enumera seis etapas, levando-se em consideração o período que vai dos primórdios da imprensa, entre os séculos 15 e 16, até a segunda metade do século 20. Numa primeira tríade histórica, chamada de pré-industrial, estariam Jornalismo de Serviço, Jornalismo Opinativo (segundo Habermas, “jornalismo literário”) e Jornalismo Noticioso ou Informativo (ao que Yagoda, e outros autores, classificam como jornalismo tradicional ou convencional). Habermas se limita a esses três tipos, de forma que o terceiro abarcaria todo o período do jornalismo moderno, a partir da metade do século passado (GENRO FILHO, 2012, p. 149). Medina vai além e inclui uma segunda tríade histórica, denominada industrial e pós-industrial,

na qual estariam Novo Jornalismo, Jornalismo de Precisão e Jornalismo Investigativo, estes dois considerados por ela como irmãos mais novos do primeiro.

Aos tipos elencados por Medina, serão acrescentados outros dois, de raízes norte-americanas, que podem ser entendidos como extensões do Novo Jornalismo. Um deles é o Jornalismo Narrativo. Embora a denominação soe como repetição, já que novo jornalismo, jornalismo literário, jornalismo de não ficção, jornalismo narrativo, entre outros, são dados como sinônimos, neste caso a ideia é nomear um tipo jornalístico pelo qual tem trabalhado um grupo de editores e repórteres que em 2000, com o respaldo da Fundação Nieman para o Jornalismo da Universidade de Harvard, lançaram o que enquadraram como um “movimento narrativo não oficial”. A ideia é incentivar a prática da escrita narrativa, deixando de lado o que eles consideram uma falsa dicotomia entre jornalismo narrativo e jornalismo informativo. O outro tipo é o Novo Novo Jornalismo, assim mesmo com o adjetivo “novo” duas vezes, de *New New Journalism*, que corresponde a uma prática baseada no Novo Jornalismo, porém ampliada, que vem sendo praticada por uma nova geração de “novos jornalistas”, da qual fazem parte tanto jornalistas pós-década de 1960, como veteranos tais qual Gay Talese.

Antes de prosseguir na abordagem mais aprofundada de cada um dos oito tipos e de suas obras singulares, três importantes pontos devem ser salientados:

1) A divisão do jornalismo nos oito tipos acima descritos se constitui em apenas uma dentre as possíveis propostas de classificação, conforme interpretação feita do conceito de “tipo” no âmbito da teoria ricoeuriana e com base nas forças de pressão por inovação observadas ao longo da história do gênero. Uma identificação mais criteriosa e, talvez, mais acertada desses tipos careceria de aprofundamento que não cabe a este trabalho dar.

2) A referida divisão não desconsidera as classificações em subgêneros já amplamente trabalhadas por diversos teóricos do jornalismo. O que se pretende, unicamente, é testar no gênero jornalístico a teoria que Ricoeur criou para análise da composição narrativa no geral, dispondo-se, para isso, dos mesmos conceitos por ele utilizados.

3) Este estudo trata apenas das narrativas escritas, veiculadas no meio impresso e, hoje em dia, também presentes de forma semelhante no ambiente *on-line* (uma vez que os jornais estão, aos poucos, se convertendo em produto para a web). Mas os tipos narrativos do gênero jornalístico não se restringem, obviamente, à forma escrita. O rádio e a televisão têm suas possibilidades narrativas específicas, bem como: a) os filmes documentários (a própria Dorrit Harazim é autora de documentários que mais parecem reportagens em vídeo); b) as histórias jornalísticas em quadrinhos, como as do premiado quadrinista maltês Joe Sacco; c) as reportagens do *longform journalism*, que utilizam texto, áudio, fotografia, vídeo e

infografia como linguagem⁴⁵, das quais é exemplo a reportagem “As quatro estações de Iracema e Dirceu”, produzida por Ângela Bastos, repórter do jornal *Diário Catarinense*, do grupo RBS, e publicada em plataforma *on-line*⁴⁶; d) narrativas de fact-checking, que vêm se popularizando por meio de agências especializadas na prática, como a brasileira Lupa⁴⁷, ou através de empresas jornalísticas que incluíram em sua produção uma seção específica para checagens, como a Pública, que criou o Truco, e o site UOL, com o UOL Confere⁴⁸; entre outros.

Como afirma Resende (2011, p. 131), “os estudos da narrativa no e do jornalismo não podem deixar de se haver com o fato de que o avanço tecnológico exacerba a produção, diversificando e aumentando a pluralidade de modos e lugares de narrar os fatos do cotidiano”, e que, dessa forma, objetos vistos como parajornalísticos devem ser agregados às pesquisas. Afinal, parafraseando Ricoeur, novas formas de narrar, que ainda sequer se sabe nomear, estão surgindo, garantindo que a narrativa e seus gêneros, como o jornalístico, continuem se metamorfoseando, mas não morram.

3.3 Jornalismo de Serviço e Jornalismo Opinativo

Os primeiros jornais, que circularam pela Europa ocidental, eram espécies de pequenas compilações de notícias, publicadas periodicamente com o objetivo principal de “auxiliar vastos círculos de produtores a avaliarem corretamente as tendências futuras da produção e os comerciantes a venderem com êxito vários gêneros de mercadorias”, segundo conta o professor tcheco de jornalismo Vladimir Hudec (1980, p. 16-7). Assim, essa fase foi posteriormente chamada de Jornalismo de Serviço. As primeiras dessas compilações teriam aparecido em meados do século 15, registrando poucas modificações nos cerca de 200 anos que compreenderam essa primeira etapa (HUDEC, 1980, p. 26). Também pouco – ou quase nada – tem-se escrito a respeito da forma narrativa que era empregada (razão pela qual este trabalho pouco se aterá a este tipo jornalístico).

Mas, segundo Hudec (1980, p. 17), “o feudalismo foi incapaz de evitar o nascimento, no seu seio, das relações de produção capitalistas”, fazendo com que a burguesia se lançasse “ao ataque no campo político, numa tentativa de ganhar poder na vida política”. O mundo, então, se amplia para os industriais e grandes negociantes, e é nesse momento de final

⁴⁵ PAULUS, Daniel; Angélica, LÛERSEN. “Longform Journalism e o processo de produção da reportagem ‘As quatro estações de Iracema e Dirceu’”. In: *Revista Leituras do Jornalismo*, ano 4, v. 1, n. 7, jan.-jun. 2007, p. 100-114.

⁴⁶ Disponível em: <http://www.clicrbs.com.br/sites/swf/DC_quatro_estacoes_iracema_dirceu>. Acesso em: 24 de ago. 2017.

⁴⁷ Disponível em: <<http://apublica.org/truco>>. Acesso em: 24 de ago. 2017.

⁴⁸ Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/confere>>. Acesso em: 24 de ago. 2017.

de século 17 que se começa a enxergar o Jornalismo Opinativo, de combate político aberto, inserindo o jornalismo em uma segunda fase, que figuraria até meados do século 19 como “instrumento direto de combate ideológico e político contra o poder feudal”, mas que também já sugeria uma “necessidade universal de informações jornalísticas para toda a sociedade”, e não somente aos burgueses (GENRO FILHO, 2012, p. 149 e 152). O jornalismo se desloca, então, da notícia-serviço para a notícia-tribuna, e os “pasquins revolucionários dão-lhe uma face político-ideológica muito explícita” (MEDINA, 1996, p. 16-7).

O modelo era pautado pela doutrinação e pela opinião, com rigor mais acentuado na França. “Nada mais natural para um país conhecido pela aventura filosófica do Iluminismo no século XVIII, em sua defesa dos direitos fundamentais da vida humana e negação de todas as formas de obscurantismo e arbitrariedade política” (BULHÕES, 2007, p. 30). A fase, como afirma Borges (2013, p. 211), também ficou conhecida pelas designações de “jornalismo de ideias”, “jornalismo de debate”, “jornalismo de tribuna” e “jornalismo literário”, esta última, como Habermas a batizou. Isso porque, como explica Bulhões (2007, p. 31), o jornalismo francês apresentava duas vertentes, a política e a literária, e o jornalista, não obstante seu papel enquanto militante, “não podia deixar de almejar o estatuto de escritor literário, uma vez que o jornalismo era considerado um ramo mesmo da literatura”. Razão pela qual, neste trabalho, se toma a liberdade de denominar o referido tipo como Opinativo.

O problema, segundo o Bulhões, é que se confundiu a “realização literária com a mera ornamentação do discurso”, associando a literatura “a um beletismo estéril e ao manejo preciosista da linguagem”, “verborrágico, retórico (no pior sentido do termo), ridiculamente exaltado, ornamental e rebuscado”, resultado da “tendência à oratória e à eloquência de doutrinação política que atingiram em cheio o jornalismo francês do século XIX e chegaram a ser desgraçadamente associadas à realização literária” (BULHÕES, 2007, p. 31). Somente nas últimas décadas do século 19 é que os jornais franceses, se desvencilhando do patrocínio dos partidos políticos, ganham autonomia e alcançam a identidade noticiosa já conhecida à época pelos americanos e ingleses.

Nos Estados Unidos (aonde a imprensa chegou em meados de 1630), do final do século 18 a meados do século 19 o foco estava bem menos na literatura do que na opinião – o editorial, segundo o professor de jornalismo da Universidade de Columbia Michael Schudson (2016, p. 390), era “muito mais coração do jornal no século XIX do que é hoje”. Mas tratava-se de um jornalismo opinativo muito mais relacionado ao senso de “opinião pública”, diferentemente do que se passava na Europa, onde os jornalistas eram porta-vozes de posições ideológicas, segundo conta o estudioso da influência dos Estados Unidos sobre o jornalismo

brasileiro Carlos Eduardo Lins da Silva (1991, p. 59). Produto do jornalismo praticado na Inglaterra no século 18, o jornalismo americano, porém, não era feito por intelectuais, como no país europeu, e sim de jornalistas de “posição muito humilde, educação rudimentar, grosseiros nos seus conceitos” (TOCQUEVILLE *apud* SILVA, 1991, p. 60), que, segundo o próprio Silva, não reconheciam que “os fatos não são meramente dados”. Assim, nessa segunda fase do jornalismo, nos Estados Unidos, as narrativas passavam ao largo do estilo literário. Um exemplo é a cobertura política da época, limitada à descrição *ipsis litteris* dos discursos dos congressistas, como aponta Schudson (2016).

O Brasil, que culturalmente era uma província da França, buscou no modelo praticado no país europeu a inspiração para a prática de seu jornalismo “incipiente” do século 19 e dele só se livrou em meados do século 20 (BULHÕES, 2007, p. 31). Segundo Cristiane Costa (2005, p. 12), em seu estudo sobre os escritores que trabalharam como jornalistas, até por volta de 1910 o jornalismo brasileiro era realizado por homens de letras, a maior parte tendo frequentado a Academia de Direito do Largo São Francisco (criada por D. Pedro I em São Paulo em 1827), que atuavam como cronistas, críticos ou articulistas – embora também tenha sido com homens de letras, como Oswald de Andrade, Carlos Drummond de Andrade e Graciliano Ramos, que o beletrismo acabou sendo expulso das páginas de jornal a partir da década de 1920.

A imprensa no Brasil foi estabelecida de forma sistemática apenas em 1808, com a chegada da Corte portuguesa. A *Gazeta do Rio de Janeiro*, primeira folha a circular na colônia, era porta-voz do império. “Apenas depois de 1821, com o decreto do príncipe regente, D. Pedro, suprimindo a censura prévia, começam a surgir em nosso país veículos impressos independentes do poder central” (MEDINA, 1988, p. 51). Os redatores ou gazeteiros (ainda não havia a designação de jornalista) eram, como já dito, homens de letras, que escreviam para folhas ou gazetas que tinham formato pequeno e poucas páginas, como conta o jornalista e professor brasileiro Marco Morel (2013, p. 36). A maioria escrevia no chamado estilo panfletário, atualmente em desuso, em textos que visavam convencer ou atacar, escritos com espírito crítico, linguagem literária e sátira. Mas nem todos os jornais seguiam pela linha do debate. Morel (2013, p. 41) cita, por exemplo, o *Diário de Pernambuco*, fundado no Recife em 1825, e o *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, de 1827, que tinham uma aposta voltada ao lado mercantil e noticioso – o que não era, no entanto, segundo ele, o estilo marcante da época.

Posteriormente, já com o jornalismo político pesado em declínio, ganha destaque no Brasil o folhetim, da mesma forma inspirado nas práticas francesas, que agregou muitos leitores aos periódicos nacionais. No começo, era apenas o espaço de fim de página que

abrigava curiosidades, casos extravagantes, charadas, anedotas, receitas culinárias e uma parcela de ficção (BULHÕES, 2007, p. 32). Aos poucos, porém, a ficção se sobressai e se torna o grande atrativo, com o desenvolvimento de tramas de amor, aventura, suspense, publicadas de forma seriada, com suspensão no momento do clímax, deixando a continuidade da história para a edição seguinte. A palavra folhetim, então, se associa à figura da ficção romanesca, só que publicada em jornais, e aqui, por exemplo, se tem uma aproximação considerável do princípio formal narrativo, ou seja, da aplicação servil na escala da deformação regrada. *O conde de Monte Cristo*, de Alexandre Dumas, foi uma das primeiras publicações a fazer sucesso no país, nas páginas do *Jornal do Commercio*. O escritor brasileiro José de Alencar publicou em formato de folhetim *O guarani*, em 1857, no *Diário do Rio de Janeiro*. Vários outros exemplos podem ser citados, mas, como se percebe, tratava-se, até então, de um produto de ficção, assim como acontecia em grande parte com os contos e as crônicas, embora no caso destas, como afirma Bulhões (2007, p. 47-8), se tenha um gênero ao mesmo tempo jornalístico e literário. Um exemplo são as crônicas de Olavo Bilac, que, embora de texto menos rebuscado que o normal para a época, sempre partia de situações do cotidiano como pretexto para o “escape rumo a um tempo idealizado ou mesmo ao plano da ‘atemporalidade’” (BULHÕES, 2007, p. 53-4).

A partir de 1870, como conta a pesquisadora Ana Luiza Martins (2013, p. 74), o ideal republicano e a bandeira abolicionista tomam conta das redações, ainda, porém, com a mesma escrita retórica, “mesclada pela literatura romântica e pela oratória bacharelesca”.

Nem jornal nem público haviam se apercebido do papel da informação num mundo que, a rigor, não tinha também passado pelo processo da superação das fronteiras regionais e nacionais. Poucos liam, e o público de imprensa era o mesmo das conferências com tema sorteado, dos folhetins e saraus. Predominava como notícia os “fatos da sociedade”, alguns escândalos políticos e, de vez em quando, um ou outro crime. O repórter estava para surgir. Era preciso que, antes dele, surgisse a notícia (MEDINA, 1988, p. 52).

Forma e conteúdo começaram a mudar da instalação da República, em 1889, de maneira que, de acordo com a professora Maria de Lourdes Eleutério (2013, p. 83), “a política mantinha seu espaço, mas o crescimento urbano propiciava o ímpeto de se reportar novos focos de notícia, fosse aquele do bordão republicano ‘O Brasil Civiliza-se’ ou as diferentes práticas culturais de uma sociedade em busca do progresso”. Era a *Belle Époque* brasileira.

O repórter e a reportagem entram em cena, e a Guerra de Canudos (1893-1897) se constitui como um marco. Segundo o professor Edvaldo Pereira Lima (2009, p. 213), nove periódicos brasileiros enviaram correspondentes ao conflito, “porém nenhum apresentava uma

proposta editorial, de cobertura, tão renovadora quanto *O Estado de S. Paulo*, podendo contar com a competência de um profissional tão qualificado como provaria ser o autor de *Os sertões*.⁴⁹ Lima se refere a Euclides da Cunha, um engenheiro de obras públicas que levou na bagagem “uma qualidade que o diferenciaria essencialmente dos demais correspondentes: a habilidade para situar um evento no contexto que o cerca, demonstrando para o leitor o sentido mais profundo do que retrata” (2009, p. 212). De acordo com Eleutério e Lima, Euclides e *O Estado de S. Paulo* privilegiaram o acontecimento, relacionando-o com o que ocorria no mundo, de forma interpretativa, transcendendo a mera notícia, num casamento entre projeto editorial e individual.

Outro exemplo de que o perfil jornalístico vinha mudando se dá com a produção de João do Rio (pseudônimo de Paulo Barreto), que foi não apenas um cronista, mas um repórter, que transformou crônica em reportagem e documentou a transformação urbana do Rio de Janeiro, em textos como os compilados em *A alma encantadora das ruas*.

Se Euclides da Cunha foi desbravador de fronteiras da narrativa, tendo como cenário o sertão agreste inconquistado pelas lentes da mente intelectual, João do Rio foi o descobridor de horizontes possíveis da reportagem de campo no espaço urbano ainda por reconhecer-se, dada a sua própria evolução rumo a novos níveis de complexidade. Sua contribuição pioneira vai além, contudo, para dentro da especificidade da comunicação social factual, porque seu trabalho é demarcadamente jornalístico (LIMA, 2009, p. 218).

As narrativas de João do Rio “alteraram a forma de percepção da cidade e do texto, inovações caras ao escritor no contexto da virada do século XIX para o XX, e que vinham ao encontro do gosto da nascente imprensa empresarial” (ELEUTÉRIO, 2013, p. 96). Ele, que começou a escrever para órgãos de imprensa em 1900, circulava pela cidade (um repórter-*flâneur*) com olhar radiográfico, observando e anotando o comportamento das pessoas e fazendo entrevistas – recurso que, segundo Eleutério, “nascia para dinamizar a informação jornalística” no Brasil e que, segundo Medina (1988, p. 61), já estava em voga na Europa desde 1890. Ao escrever seu texto, João do Rio descrevia ambientes e fatos, tendo ele próprio, o repórter, como narrador; inseria o diálogo travado com suas personagens e se utilizava de recursos literários (MEDINA, 1988, p. 60), tal como no texto a seguir:

Fui encontrar na ponte das barcas Ferry alguns de volta de Niterói. Vinham alegres, batendo com as muletas, a sacolejar os fartos sacos, na tarde álgida. Só nessa tarde interroguei seis: Francisco, antigo peralta da Saúde; Antônio, jovem de dezoito anos, que, graças à falta de uma perna, trabalha desde os

⁴⁹ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. Editora Nova Cultura: São Paulo, 2002.

doze; Pedro, pardinho crispinhento, que ri como um suíno e é o curador de uma senhora idosa; João Justino, sem um braço, e pequenos Felismino e Aurélio. Voltavam de mendigar. Francisco é atroz. Míope, com a cara cheia de sulcos, a boca enorme e sem dentes, fuma cigarros empapados de saliva e tagarela sem descontinuar.

– Qual! Niterói não dá nada. Às vezes tenho que pedir emprestado para voltar. O xará não permite porém mendigo sem realejo. Eu sou fino. Vou para outro lugar.

– Quantas vezes estiveste na cadeia?

– Eu? Não senhor! Nunca! É verdade que uma vez fui preso por um inspetor viciado... Mas não estava fazendo nada. Também não me incomodo. Vou, torno a sair. E, sem transição: Não imagina as vezes que tenho sido pegado. O Dr. Paula Pessoa, quando era delegado, já dizia: para pegar essas inutilidades? E eu só esperando. Olhe – morrer de fome é que eu não morro.

– Então já estiveste preso?

– Quantas vezes! É preferível a cadeia ao tal Asilo (JOÃO DO RIO, 2007, p. 160).

Para Bulhões (2007, p. 104), “João do Rio se afigura como uma das maiores realizações de textualidade do jornalismo brasileiro em todos os tempos e uma das mais importantes realizações estéticas da conexão entre jornal e letras no Brasil”; para Medina (1988, p. 54), ele levantou a questão: “onde termina o jornalismo e começa a literatura?”.

É interessante notar na matéria jornalística de João do Rio as origens do aprofundamento da grande reportagem, o que a partir da década de 60 iria constituir a tendência interpretativa do jornalismo. [...] O fato significativo como método de trabalho é que João do Rio não se satisfaz com a notícia imediata, o telegrama esqueléticamente informativo. Lança-se na reportagem que pretende mais, vale-se da enquete para ampliar as possibilidades informativas (MEDINA, 1988, p. 62).

Medina (1988, p. 62-3) aponta, porém, alguns problemas estilísticos. Um deles é com relação ao posicionamento do narrador, com o “eu” aparecendo de “forma obcecante” e sempre no primeiro plano, relegando à fonte um papel secundário. Em algumas ocasiões, João do Rio “cai no seu mundo, abandona o universo da informação exterior e passa a avaliar os dados – cai no comentário”. Além disso, por vezes, ele enfeita demais as descrições, “com excesso de metáforas, adjetivos ou exclamações”. Mas a pesquisadora brasileira avalia que,

[...] ainda que a criação estilística da reportagem de João do Rio não seja tão inovadora quanto o método de captação de dados, também não se pode eliminar certo desempenho formal. O ritmo de cenas, situações descritas, é dinâmico, fixa o leitor na ação – as frases entram no ritmo, se precipitam; conforme o tema palpitante, as falas dão cor local à informação. [...] Numa reconstituição da história da reportagem no Brasil, João do Rio não é o estilista modelo, se retirado do contexto jornalístico da época e se usarmos critérios de avaliação extraídos da reportagem amadurecida. No 1900,

porém, quando o nariz-de-cera⁵⁰ precisava de uma operação plástica urgente, João do Rio descobre a força narrativa de fatos reais em suas reportagens (MEDINA, 1988, p. 63).

E, assim como João do Rio, outros nomes de olhar curioso e contribuições à prática jornalística podem ser citados, como o de Benjamin Costallat, segundo Bulhões (2007, p. 103) “um dos mais populares jornalistas-escritores do país até os anos 1930”, e Sylvio Floreal, outro observador da vida cotidiana, em especial dos marginalizados da cidade de São Paulo do início do século 20. À época, o folhetim à moda francesa, de constituição imaginativa, perdia espaço para a reportagem, mais especificamente para o *fait-divers*, espécie de texto sobre acontecimentos reais, normalmente situações inexplicáveis ou excepcionais. Mas se o folhetim havia se configurado como um elemento das massas, a reportagem não ficaria tão atrás. Como diz Bulhões (2007, p. 113), “sua materialidade textual não vai ser menos cativante e sedutora que o velho folhetim, uma vez que também mergulhará, à sua maneira, no modo vibrante da configuração narrativa tão atrativo às massas. A ‘vida verdadeira’ será, pois, um espetáculo narrativo empolgante”. Assim, já no começo do século 20, segundo o professor, se tem uma reportagem com formatos narrativos dinâmicos, apelando para a dramatização dos acontecimentos. Costallat, por exemplo, em 1924, no auge da fama, lançou uma série de contos-reportagem para o *Jornal do Brasil* com o nome de “Mistérios do Rio”, cujos textos, segundo Bulhões, apresentavam uma “verdade”

[...] tão espetacular e, algumas vezes, carregada do sentido de aventura na exploração do submundo carioca que pode mesmo rivalizar com as narrativas de “capa e de espada”, sejam as do próprio folhetim ou as das matinês cinematográficas, uma vez que se apresenta com o manejo de recursos próprios da ficção. [...] Os contos-reportagem de *Mistérios do Rio* se inscrevem nas tonalidades do sórdido, do degradante, do atemorizante e do trágico. Ou, como se diria hoje, com marcas inconfundíveis de sensacionalismo (BULHÕES, 2007, p. 116-7).

Bulhões (2007, p. 119) diz que os textos da série mostram uma perfeita afinação entre procedimentos de jornalismo investigativo e uma feição de narrativa ficcional, em histórias compostas de suspense, clímax e desenlace – mais um momento de grande aproximação da prosa com o princípio formal narrativo.

Quanto a Floreal, pseudônimo de Domingos Alexandre, foi outro escritor-jornalista atento às transformações do início do século 20, porém enfatizando as mazelas das cidades, como na série de reportagens “Ronda da meia-noite”, publicada em 1925, sobre São Paulo.

⁵⁰ Nariz-de-cera, do jargão jornalístico, é uma introdução vaga à matéria, sem necessidade.

“Trata-se de um curiosíssimo testemunho do cotidiano de bêbados, mendigos, loucos, detentos e outros ‘desqualificados’ sociais, o que desfigura, em linhas densas, qualquer versão oficial de uma cidade acolhedora e próspera. Floreal mergulha no submundo [...] Desce aos infernos” (BULHÕES, 2007, p. 120). A série é intitulada “ronda” porque Floreal, segundo Bulhões, teria percorrido bares, praças, ruas, cabarés, feiras, presídios, hospitais e hospícios em busca de personagens e suas histórias. O narrador também é o personagem-protagonista, inserido na cena, da mesma forma como fazia João do Rio.

Entre 1920 e 1950, em que o cenário artístico e a sociedade brasileira se viam influenciados pelo movimento modernista, a imprensa também acabou vivendo sua era de modernização. Escritores como Oswald de Andrade, Carlos Drummond de Andrade e Graciliano Ramos, que vivenciavam uma nova linguagem literária, moderna, sem gorduras, avessa às exclamações, adjetivos e superlativos, estavam nas redações dos jornais e para elas traziam essa influência. Oswald, por exemplo, segundo Eleutério (2013, p. 98), “foi agente singular no jornalismo paulista desde a primeira década do século XX”. Logo aos 19 anos, em artigo para o *Jornal do Commercio* intitulado “Pennando”, em alusão ao presidente Afonso Pena, que viajava pelos Estados de Santa Catarina e Paraná para realizar inaugurações, o jovem repórter mostrou grande poder de síntese em relacionar todos os problemas encontrados pelo caminho e se portou como um observador e crítico da realidade, escolhendo angulações diferenciadas:

O autor deslocava os registros. Mencionava o abandono das estradas e das cidades que as margeavam, os acidentes de percurso etc. E em momento algum da narrativa relatou – o que seria de se esperar – os feitos do presidente, as inaugurações oficiais. Não estava interessado em documentar as mesmas notícias de sempre. O que mais lhe importava era fugir à costumeira louvação ao progresso, tão ao gosto das caravanas oficiais e da cobertura jornalística que delas se faziam (ELEUTÉRIO, 2013, p. 100).

Outro exemplo foi Graciliano Ramos, que, como revisor do *Correio da Manhã*, “odiava palavras e expressões empoladas perdidas no meio do texto, e rugia para o autor do outro lado da redação: ‘Outrossim é a puta que o pariu!’”, diz Costa (2005, p. 93). Ela lembra, no entanto, que foi “só quando uma nova geração chegou aos cargos de chefia”, nos anos 1950, com jornalistas que haviam morado na década de 1940 nos Estados Unidos, “que a cartilha modernista se tornou um manual de redação” (2005, p. 119-0). Nesse período, a influência francesa, “prolixa e opinativa”, foi definitivamente substituída pela americana, “concisa e objetiva”. “[...] dali em diante literatura seria uma coisa, jornalismo, outra” (COSTA, 2005, p. 124-5). Fronteiras foram estabelecidas.

3.4 O Jornalismo Noticioso ou Informativo

Como se viu, até a metade do século 20 o Brasil vivenciara o período do Jornalismo Opinativo, ora mais alinhado à opinião e às ideias, ora mais voltado ao expediente literário, primeiramente de forma beletrista, posteriormente já dando sinais de uma aposta mais aproximada do Jornalismo Noticioso ou Informativo. Mas esta nova etapa do jornalismo mundial, que veio a se tornar hegemônica, já estava em prática nos Estados Unidos desde a eclosão da urbanização e da industrialização no país, nos primórdios do século 19. Começa ali um período em que, conforme observa Bulhões, o jornalismo já vai se configurando como atividade lucrativa, demandando produção diária de notícias. E, como não se podia mais ficar à espera dos acontecimentos, “uma vez que os fatos é que passam a interessar, muito mais que as opiniões, o jornalismo vai se imbuindo cada vez mais da atitude de verificação dos acontecimentos em estado bruto, *in loco*” (BULHÕES, 2007, p. 23) – o que no Brasil só foi se manifestar no final no século.

Fato é que, especialmente a partir do início do século 19, enquanto a prática ainda era movida pelo debate da vida social, bastante presente na fase anterior, gradativamente o jornalismo vai se deixando envolver pelos vieses materialistas e cientificistas que permeavam a literatura realista-naturalista e incorporando a necessidade de exprimir o factual. Até que alterações amplas na sociedade americana, com a democratização dos negócios e da política, elevam o jornalismo do país a outro nível, efetivando a notícia como produto e estabelecendo bases fundamentais para a formação de um novo estilo, com “notícias escritas no modo indicativo, em ordem direta, na fórmula da pirâmide invertida (o mais importante no começo, os detalhes em seguida), a resposta às seis perguntas fundamentais (quem, que, quando, onde, como e por que) nos dois primeiros parágrafos, frases curtas, vocabulário simples” (SILVA, 1991, p. 108). Com o lide, que, como observa Lage (2012, p. 96), tem seu modelo clássico, constituído de um único período a partir da notação mais importante, mas também outras variações – o jornalista e pesquisador Mário Erbolato (1978), por exemplo, elenca 12 possibilidades –, a ideia é que o leitor sem muito tempo disponível se informe do mais importante da notícia ao ler apenas um parágrafo.

Para obter a informação sobre um crime, por exemplo, ele não precisa saber que a vítima acordara disposta, abrira a janela para receber a luz de uma tórrida manhã de sol, brincara com seu cão, tomara leite com cereais, vestira-se de azul e saíra para dar uma volta... A pressa do leitor exige a apreensão rápida do acontecimento criminoso, o nome da vítima, o local, o assassino etc. (BULHÕES, 2007, p. 136-7).

Além disso, os métodos de apuração e veiculação das informações passam a ser baseados na objetividade, com a inclusão de versões opostas, reproduzindo-se citações. Bahia (2009, p. 55) afirma que o Jornalismo Informativo surgiu para ser “uma expressão consensual, comum e ao mesmo tempo personalizada”, padronizando a notícia para poder justamente livrá-la “de regras ou normas que podem convertê-la numa simples exposição de fala infantil”.

Em um cenário muito marcado pela descrença na empreitada racionalista, parecem ser tais expedientes uma blindagem que procura resguardar no ofício jornalístico sua effigie de credibilidade. Assim, a presença do conceito de objetividade no século XX quer dizer a confiança em procedimentos que legitimam o próprio ofício, sustentando a ideia de credibilidade do jornalismo no cenário da vida social. [...] Se a literatura habita o espaço permissivo da ficcionalidade, o jornalismo parece ter diante de si o horizonte prescritivo daquilo que é razoável, crível ou admissível, a partir do qual deverá recolher o factual consumado, efetivado, a ser transformado em informação (BULHÕES, 2007, p. 25-6).

Kovach e Rosenstiel dirão, no entanto, que, já no final do século 19, o que se falava na verdade nos Estados Unidos era de “alguma coisa que chamavam de realismo, não de objetividade”. “Essa ideia [do realismo] era a de que se os repórteres cavassem os fatos e os ordenassem direito, a verdade apareceria naturalmente” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003, p. 115). O realismo jornalístico, segundo os autores, surgiu numa época em que o jornalismo se separava dos partidos políticos, ou seja, da opinião, tornando-se mais preciso. E coincidiu com o surgimento do conceito da pirâmide invertida.

Já no século 20, esse conceito de realismo jornalístico, baseado numa “verdade natural” dos fatos, acabou sendo minado por alguns motivos, conforme enumera Costa (2005, p. 125): “pela propaganda política fascista (que mostrou como era possível manipular qualquer fato), pelas teorias freudianas (que demonstraram o quanto o inconsciente influenciava nossa interpretação do mundo), pelo relativismo cultural e até mesmo pela própria capacidade de simulação da literatura naturalista-realista”. Seria ingênuo, portanto, continuar pensando pelos moldes realistas – o que não ocorreria, por exemplo, a partir do viés da objetividade, “cuja proposta era de que os jornalistas passassem a seguir um método científico de apuração” (COSTA, 2005, p. 125), da prova e da verificação. Proposta que veio se unir à questão da pirâmide e do lide.

Para Kovach e Rosenstiel, nunca se esperou objetividade do jornalista. “Tratava-se, isso sim, de seu método de trabalho. Hoje, contudo, em parte porque os jornalistas não conseguem explicar bem sua profissão, nosso entendimento contemporâneo dessa questão, objetividade, ainda é bastante confuso” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003, p. 67). No conceito

original, portanto, o método seria objetivo, e não o jornalista. Outro ponto é quanto à imparcialidade: para eles, “um conceito muito abstrato e, no fim, mais subjetivo do que a verdade” (2003, p. 74). “[...] é quase sempre um recurso oportunista que as empresas usam para destacar o fato de que produzem alguma coisa obtida por métodos objetivos” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003, p. 117). Os autores se atentam ainda para um terceiro item, o do equilíbrio em se ouvir as “duas partes” – algo também considerado pela dupla como subjetivo. “Escrever uma matéria tratando de ser justo com os dois lados da história talvez não seja o ideal de verdade, sobretudo se os dois lados não têm o mesmo peso”, dizem eles.

Não obstante a adoção tardia do modelo norte-americano, quando o Brasil se decidiu a respeito, a transição, segundo Costa, foi rápida. Ela cita o exemplo do escritor e jornalista Nelson Rodrigues, que deixou a redação em 1950 e, quando retornou um ano depois, “tudo estava mudado” (2005, p. 126). Segundo a pesquisadora, as empresas estavam ferozmente imbuídas da vontade de criar um novo jornalismo brasileiro, a começar do *Diário Carioca*, primeiro no uso do lide no país, pelas mãos de Pompeu de Souza.

Infelizmente não pude frequentar redações de jornais, porque eu estava fazendo rádio intensamente. Mas lia muitos jornais americanos, e foi então que eu comecei a verificar que eles tinham uma diferença fundamental em relação aos brasileiros: eram escritos com objetividade, a notícia era só notícia, era só informação, pois as opiniões eram veiculadas nos editoriais. Hoje, entretanto, sabemos que tudo isso é muito relativo. Voltei ao Brasil em 1943 e comecei a fazer algumas modificações no *Diário Carioca*, objetivando um jornalismo mais dinâmico e mais moderno e menos nariz-de-cera... Senti que o jornalismo brasileiro precisava ser radicalmente reformado e então resolvi fazer aquilo que os americanos faziam, e que no Brasil ainda não se conhecia (SOUZA *apud* SILVA, 1991, p. 78).

A revista *Fatos & Fotos*, conta Medina (1988, p. 66), “se transforma numa versão cabocla da *Life* norte-americana”, o *Jornal do Brasil* se inspira no *The New York Times* e cria seu próprio Departamento de Pesquisa e Documentação e a mensagem jornalística passa a ser apresentada em múltiplas formas: “o relato noticioso, a reportagem, a entrevista, o editorial e outros comentários opinativos, a pesquisa de reconstituição histórica (biográfica) dos focos do dia, a crônica, a crítica de espetáculos e arte”. Isso para se falar em apenas algumas mudanças.

E, dessa forma, conforme relata a professora Alzira Alves de Abreu (2008, p. 15), foi sendo abandonado o jornalismo combativo, de crítica e opinião, que tinha como característica um jornalismo mais narrativo, com “grande espaço para o *fait divers*, para a crônica e para a publicação de folhetins”, e que escrevia sobre política com “linguagem pouco objetiva”. Ou seja, do polo da aplicação servil, do princípio formal, a narrativa jornalística foi se aproximando

do polo oposto, do desvio calculado, já com poucos elementos da narrativa tradicional. Nelson Rodrigues era fruto de uma geração de jornalistas combativos e sensacionalistas, formado que era, desde os 13 anos de idade, no ambiente redacional do jornal criado em 1925 por seu pai, Mário Rodrigues: o *A Manhã*. Mas o texto, agora, era uniformizado. Não havia mais espaço para a mistura que ele fazia de jornalismo e ficção. Além disso,

Redatores como ele, que praticamente escreviam as matérias para os repórteres, foram substituídos pelos copidesques, os tais “idiotas da objetividade”, que policiavam não só a língua e o estilo, como a veracidade das informações e sua exposição segundo as regras da pirâmide invertida, mudando a ordem dos fatores de forma a responder logo no primeiro parágrafo às questões elementares: O quê? Quem? Quando? Onde? Por quê? (COSTA, 2005, p. 127).

Costa (2005, p. 128) afirma que, a partir dos anos 1950, o que se teve foi a “superação do jornalismo literário pelo normatizado”. Com a reforma, a literatura só era possível em artigo assinado. Ou em espaços específicos para crônicas, devidamente identificados como tal e assinados, como no caso de “A vida como ela é”, reservado para Nelson escrever sobre histórias a partir de fatos da vida real (embora ele tenha feito o contrário, inventando personagens da mesma forma que fazia em suas reportagens anteriores ao período). Medina (1988, p. 66-7) diz que, diante de tais mudanças, a classificação do escritor Antônio Olinto do jornalismo como “literatura para imediato consumo” cai por terra, só lhe restando “lamentar que o jornalista não consiga dar o acabamento literário à mensagem”. Como afirma Bahia (2009, p. 41), “o jornalismo moderno deixou de se preocupar com a permanência”, entendida como resultado do emprego do texto narrativo-literário, “para se ater à persistência que convém mais a uma ideia de objetividade, exatidão, imparcialidade e variedade”.

O padrão consolidado nos Estados Unidos se irradiou e hoje é um modelo hegemônico no mundo contemporâneo, goste-se dele ou não, enfatiza Bulhões. “[...] o jornalismo atualmente praticado na Alemanha, na Itália, no Brasil, no Chile, na Argentina, na Espanha, na França etc. é uma configuração que resultou nas maneiras peculiares com que tais localidades nacionais ajustaram e adaptaram o modelo americano” (BULHÕES, 2007, p. 29). Para Silva (1991, p. 36), no entanto, “o jornalismo brasileiro aceita o modelo americano de jornalismo [...], nas isso não significa ser ele submisso, dependente ou mero reproduzidor de valores e conceitos alheios”. Portanto, para ele, no Brasil não se faz jornalismo americano, e sim, jornalismo brasileiro.

Ele [o jornalismo brasileiro] goza de relativa autonomia, reinterpreta o que absorve, incorpora suas próprias ideias, junta aspectos de outras escolas (a francesa, a britânica e a ibérica em particular) para formar um jornalismo com características peculiares, mas ainda assim dentro da hegemonia ideológica do jornalismo americano (SILVA, 1991, p. 36).

3.5 Novo Jornalismo

No século 20, ao mesmo tempo em que atinge certo grau de sofisticação, o Jornalismo Informativo também se torna alvo de contestação, de forma mais acentuada e com maior repercussão no pós-guerra. A sociedade americana, que até então “se julgava ‘muito bem-informada’ se deu conta de que o conflito mundial a surpreendeu totalmente desinformada” (MEDINA, 1996, p. 17). Lima (2009, p. 18) cita um estudo feito por Medina e o pesquisador Paulo Roberto Leandro na década de 1970 no qual eles explicam que, com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, descobre-se que “a imprensa estava muito presa aos fatos, ao relato das ocorrências, mas era incapaz de costurar uma ligação entre eles, de modo a revelar ao leitor o sentido e o rumo dos acontecimentos”. A partir daí, o público passa a esperar por maior qualidade na difusão da informação. Primeiramente, surge a revista *Time*, em 1923, “voltada para o relato dos bastidores, para a busca de conexões entre os acontecimentos, de modo a oferecer uma compreensão aprofundada da realidade contemporânea” (LIMA, 2009, p. 19). Tempos depois, outras revistas complementam esse cenário, como a alemã *Der Spiegel*, em 1947, e a francesa *L'Express*, em 1953, todas elas voltadas à reportagem, ou seja, para o texto com certo grau de extensão e aprofundamento na comparação com a notícia (LIMA, 2009, p. 24). Mas, apesar de tais manifestações, que apontavam haver uma consciência crítica de que o Jornalismo Noticioso não dava mais conta de representar a realidade, foi somente a geração de 1960, segundo Medina, de jornalistas rebeldes como Tom Wolfe, Gay Talese e Norman Mailer, que “vocalizou a proposta subversiva da grande reportagem como uma nova possibilidade do jornalismo” (1996, p. 17). A grande reportagem, diz Lima, supera a reportagem em termos de aprofundamento, permitindo “um mergulho de fôlego nos fatos e em seu contexto, oferecendo, a seu autor ou a seus autores, uma dose ponderável de liberdade para escapar aos grilhões normalmente impostos pela fórmula convencional do tratamento da notícia” (LIMA, 2009, p. 18). Nasce, então, o Novo Jornalismo, corrente de grande visibilidade nos Estados Unidos, que “afrontou os limites convencionais do fazer jornalístico, fazendo barulho, quebrando vidraças dos gabinetes da imprensa e da própria literatura, e lançando um legado cujas marcas ainda hoje se reconhecem” (BULHÕES, 2007, p. 145).

O próprio Wolfe, porém, como lembra Kerrane (1998, p. 17), manifestou na antologia *The New Journalism*⁵¹, de 1973 – época em que esse tipo narrativo já havia deixado sua marca –, ter sido o Novo Jornalismo prefigurado por romancistas como Daniel Defoe no século 18, Stephen Crane no século 19 e Mark Twain já no 20. Disse que os novos jornalistas beberam dessa fonte para combinarem reportagem aprofundada com ambição literária no ensejo de que suas histórias de não ficção refletissem “como um romance”, com os prazeres proporcionados pelos detalhes do realismo. Não apenas Wolfe, mas os jornalistas que se seguiram a esse período e estudiosos sobre o assunto reconhecem haver nos textos do Novo Jornalismo as marcas do romance realista – razão pela qual Kerrane e Yagoda, em sua própria antologia, decidem incluir uma primeira relação com trechos de obras dos predecessores do jornalismo literário, encabeçada por Defoe, “talvez o primeiro verdadeiro jornalista literário moderno”, como classifica Kerrane.

A inspiração, no entanto, não se restringiria ao trabalho dos ficcionistas. Kerrane também lista como pioneiros jornalistas-escritores que pertenceriam a um gênero chamado por ele de *the human-interest story as social parable*: uma forma narrativa praticada em meados do século passado por Morris Markey e Ben Hecht, na virada do século por Abraham Cahan e, antes disso, por “repórteres sociais” da era vitoriana, como Henry Mayhew e William Thomas Stead. Apoiado na obra de Kerrane e Yagoda, Ferreira Jr. (2003, p. 288) ajuda a entender quem foram eles e sobre o que escreveram: Morris Markey (1899-1950), um dos fundadores da revista *The New Yorker*; Ben Hecht (1894-1964), “um dos introdutores, a partir de 1921, de um enfoque literário na cobertura jornalística da vida urbana”; Abraham Cahan (1860-1951), que propôs “um novo tipo de jornalismo diário (segundo o editor Lincoln Steffens, ‘pessoal, literário e imediato’)”; Henry Mayhew (1812-1887), que se destacou pela “cobertura como repórter da vida dos desfavorecidos em Londres, apresentando-os em detalhes por meio de inovações como, por exemplo, depoimentos de vida, os quais eram obtidos via perguntas que eram eliminadas na edição, que organizava o texto em forma dramática”; e W. T. Stead (1849-1912), editor da *Pall Mall Gazette*, apresentado na antologia da dupla norte-americana como o jornalista que revolucionou o jornalismo britânico por seu estilo, “trazendo às entrevistas detalhes da atmosfera, dos maneirismos dos entrevistados”, e engajamento em lutas sociais, “produzindo matérias participantes, como quando, para denunciar a prostituição infantil, ‘comprou’ uma menina de 13 anos da própria mãe, publicando a reportagem que lhe custou dois meses de cadeia”. Foi, aliás, para descrever o

⁵¹ WOLFE, Tom. *The New Journalism*. Harper and Row: New York, 1973.

estilo “impetuoso, vívido, pessoal, reformista” e, por vezes, “cabeça-oca” de Stead que o termo “novo jornalismo” foi utilizado pela primeira vez em 1887, cunhado pelo crítico inglês Matthew Arnold (KERRANE, 1998, p. 17). Propostas que, umas mais e outras menos, parecem alinhadas ao princípio formal narrativo, de dramaticidade, contação de histórias de vida, descrições de ambientes e personagens etc.

Seja como for, coube ao Novo Jornalismo tornar notório esse tipo de prática narrativa no jornalismo. Pode ser considerada, segundo a professora brasileira Monica Martinez (2016), como a época mais famosa do *literary journalism*, ou jornalismo narrativo ou literário, como o tipo normalmente é mais conhecido no Brasil. Os participantes do movimento (classificação que Wolfe recusa) adaptavam técnicas da ficção para escrever reportagens especiais que “transcendiam os limites dos personagens rasos e das notícias puras e simples” (MARTINEZ, 2016, p. 174). Quatro foram os recursos elencados por Wolfe em seu manifesto de 1973 como norteadores da escrita utilizada: a construção cena a cena, a inclusão de diálogos completos, o uso do ponto de vista de terceira pessoa e o registro de detalhes simbólicos do *status* de vida da pessoa. Este último, como ele mesmo reconhece, foi o procedimento menos aceito à época, posteriormente também rejeitado pela nova geração de “novos jornalistas”, que vêm sendo enquadrados como pertencentes à corrente do Novo Novo Jornalismo, como se verá à frente. Wolfe se referia a *status* como “expressão no sentido amplo de todo o padrão de comportamento e posses por meio do qual a pessoa expressa sua posição no mundo ou o que ela pensa que é seu padrão ou o que gostaria que fosse” (WOLFE *apud* MARTINEZ, 2016, p. 176) – sentido que desagradava a muitos dos adeptos da prática narrativa, que a entendem como forma de retratar o “outro” como ele de fato é, e não pela posição que ele ocupa na sociedade.

Os textos com essas características primeiramente tiveram espaço em publicações periódicas, como o *Herald Tribune*, o *The New York Times*, a *The New Yorker* e a *Esquire*, e depois como livros-reportagem – estes, geralmente, publicados após sucesso com a veiculação prévia do material em algum jornal ou revista. Como dito anteriormente, *Hiroshima*, de John Hersey, a quem Kerrane e Yagoda (1998) afirmam ter sido o pioneiro na prática, foi publicado na *New Yorker* na edição de 31 de agosto de 1946.

Dois fatos combinados, segundo Lima (2009, p. 191), engendraram essa nova linha de produção de reportagens. O primeiro era a crescente divisão nas redações entre os jornalistas que cobriam o dia a dia, com seu material *quente*, e os que se dedicavam ao *feature*, de conteúdo frio, sem data de vencimento e, por isso, sem obrigação de sair na edição

seguinte.⁵² Às matérias quentes, diz Lima, era dedicado espaço nobre nos jornais, bastante disputado pelos repórteres, ávidos por ver seus *furos de reportagem* figurando nas primeiras páginas. Ao contrário dos repórteres de matérias frias, que podiam se utilizar do espaço livre nas últimas páginas e, assim, experimentar o jornalismo narrativo. Além disso, a contar de cerca de duas décadas antes, fazia parte do imaginário de muitos americanos ter seu próprio romance publicado. “Seria como se o romance de ficção estivesse para a literatura assim como a categoria peso-pesado está para o boxe. O romance seria a obra literária por excelência e o romancista seria o escritor por excelência” (LIMA, 2009, p. 192). Truman Capote era produto dessa geração, e foi com ele – que, ao decidir dar uma levantada na carreira de ficcionista que andava em baixa, escreveu o que denominou ser um “romance de não ficção”, *A sangue frio* – que o Novo Jornalismo adquire reconhecimento. Assim, se tudo havia começado com os jornalistas se inspirando nos grandes autores da ficção, desta vez se operava certa inversão de papéis. “Revertiam-se as posições, essa é a tese de Wolfe. Agora eram os escritores que buscavam o jornalismo e não mais o contrário. O *novo jornalismo* alcançava um *status* literário próprio, em 1969 já se constituiria num gênero que não poderia mais ser considerado inferior” (LIMA, 2009, p. 196-7, grifos do autor).

A sangue frio foi publicado em 1965 como reportagem em quatro edições da *The New Yorker*, e, no ano seguinte, tornou-se livro. “Na história da literatura dos Estados Unidos poucos livros foram tão aguardados e tiveram uma espera tão alardeada como esse, com uma irrefreável publicidade espontânea”, diz Bulhões (2007, p. 150). Na obra,

[...] Capote serve-se de instrumentos que habilmente manipula. Compõe um texto de apelos irresistíveis ao leitor afeito à fluência narrativa, move recursos de sugestão cinematográfica e ativa com mestria o suspense. Para tanto, a opção pela focalização distanciada, dita na terceira pessoa, alia-se ao poder da total onisciência, a que delega ao narrador a capacidade de tudo conhecer. Capote não hesita em expor um quadro minucioso e intimista de gestos, detalhes e atitudes marcadas por um efeito de exatidão. Narra-se, por exemplo, a ocasião e o local exatos em que um dos criminosos, Perry, ingere uma aspirina, desfazendo-a na boca, e a sensação que isso lhe proporciona; ou o flagrante do sr. Clutter saindo de casa para contemplar a manhã, caminhando em direção ao curral, com uma maça na mão (BULHÕES, 2007, p. 153).

Antes de *A sangue frio*, porém, os novos jornalistas, de forma despreziosa, já produziam obras que se tornaram referências. Em 1962, por exemplo, um dos expoentes do movimento, Gay Talese, publicava na *Esquire* uma reportagem de formato perfil sobre o ex-

⁵² Segundo o Manual de Redação da *Folha de S.Paulo* (2007), o *feature* “apresenta a notícia em dimensões que vão além do seu caráter factual e imediato; pode ser o perfil de um personagem ou uma história de interesse humano”.

pugilista estadunidense Joe Louis. Como descreve Bulhões (2007, p. 147), “Talese constrói seu texto apoiando-se largamente em diálogos intimistas – como o entabulado entre Louis e sua esposa –, manejando com habilidade um atraente jogo narrativo-expositivo”. É de Talese outro texto emblemático, o perfil “Frank Sinatra está resfriado”, publicado em 1965 também na *Esquire*. Depois de tentar uma entrevista com o artista e não conseguir, informado que foi de que ele estaria resfriado, Talese decide recorrer a pessoas de seu convívio. São funcionários, conhecidos, amigos e parentes, que ele ouve de maneira informal, alguns deles em almoços ou jantares para os quais os convida. Não os grava nem toma nota na frente do interlocutor, mas muito pergunta e, antes de tudo, observa, tal qual uma mosca na parede, numa alusão à técnica de captação jornalística que ficou conhecida em decorrência de sua prática jornalística. Na introdução do livro *Aos olhos da multidão*, Talese (1973) explica como funciona seu método:

Procuro seguir discretamente o objeto de minhas reportagens, observando-o em situações reveladoras, anotando suas reações e as reações dos outros a eles. Tento absorver todo o cenário, o diálogo, a atmosfera, a tensão, o drama, o conflito e então escrevo tudo do ponto de vista de quem estou focalizando, revelando inclusive, sempre que possível, o que os indivíduos pensam nos momentos que descrevo. Esta visão interior só pode ser obtida, naturalmente, com a plena cooperação do sujeito, mas se o escritor goza da confiança daqueles que focaliza, isto se torna viável por meio de entrevistas, onde a pergunta certa é feita no momento exato. É assim possível saber e registrar o que se passa na mente das pessoas (TALESE, 1973, p. 10).

Nesse mesmo livro do início da década de 1970, uma compilação da qual consta o texto sobre Sinatra, Talese diz que a reportagem sobre o cantor levou quase três meses para ficar pronta, já que o astro “não cooperou muito”, embora, “em análise final, isto tenha sido mais uma ajuda que um obstáculo”. Isso porque a reportagem apresenta Sinatra muito mais em profundidade do que se tivesse feito a entrevista que a assessoria de imprensa desmarcou.

Talese aparece na antologia de Kerrane e Yagoda como integrante do grupo de jornalistas literários da categoria *Telling Tales* (“Contando histórias”), ao lado de Morris Markey (citado anteriormente, um dos fundadores da *The New Yorker*), John Hersey (leia-se *Hiroshima*), Lillian Ross (também uma das precursoras da prática, que faleceu aos 99 anos em 20 de setembro de 2017, enquanto este trabalho era finalizado) e dos próprios Capote e Wolfe. Nessa categoria, subdividida em duas, tem-se de um lado textos que recriam fatos a partir do maior número possível de informações coletadas (tal como Talese fez para perfilar Sinatra), contando uma história ao estilo das narrativas de ficção (como faz lembrar a descrição de Bulhões a respeito de *A sangue frio*), e de outro lado textos que seguem uma espécie de modelo cinematográfico, com o repórter relatando os acontecimentos conforme ele

os vai presenciando, *in loco*. Wolfe é incluído pela dupla norte-americana ainda em outra categoria, *Style as substance* (“Estilo como substância”), em que se nota um cuidado diferenciado, estilisticamente falando, na construção da prosa, e da qual também fazem parte nomes como Ernest Hemingway, James Agee, George Orwell, Joseph Mitchell, John Steinbeck, Jimmy Breslin, Joan Didion e John McPhee. Orwell também foi inserido, junto a Abbott Joseph Liebling, Norman Mailer, Hunter Thompson, Ted Conover, entre outros, na terceira e última categoria, *The reporter takes the stage* (“O repórter assume o palco”, em tradução livre), na qual o jornalista se mistura à ação, com seus pensamentos, ansiedades e preconceitos evidenciados na narrativa – modo de narrar conhecido como “jornalismo gonzo”.

Kerrane e Yagoda, evidentemente, reverenciam em sua antologia apenas jornalistas e escritores estadunidenses e ingleses, mas, à época desses autores, a prática do jornalismo narrativo já era bastante fértil, por exemplo, nos países de língua espanhola e Brasil. Ainda no século 19, em Cuba, o político e jornalista José Martí escrevia para o *La Nación* combinando objetividade jornalística com sensibilidade literária. Nos idos de 1950, o argentino Rodolfo Walsh escreveu “reportagens documentais e literárias, ‘como o grande jornalismo deve ser’”, diz o jornalista Audálio Dantas (2004, p. 12) na introdução de seu livro *Repórteres*. Na Colômbia, em 1955, Gabriel García Márquez contava nas páginas do diário *El Espectador* a história de um marinheiro que, naquele mesmo ano, ficou à deriva por dez dias no Mar do Caribe e sobreviveu para relatar o ocorrido ao jornalista, ainda em início de carreira. A narrativa virou livro, *Relato de um naufrago*, em 1970.⁵³ O brasileiro Euclides da Cunha, em suas reportagens sobre a Guerra de Canudos para *O Estado de S. Paulo*, em 1897, já se utilizava de recursos como a representação cena a cena, transcrição de diálogos, descrição detalhada dos personagens:

Mulheres aprisionadas na ocasião em que os maridos caíam mortos na refrega e a prole espavorida desaparecia na fuga, aqui têm chegado – numa transição brusca do lar mais ou menos feliz para uma praça de guerra, perdendo tudo numa hora – e não lhes diviso no olhar o mais leve espanto e em algumas mesmo o rosto bronzeado de linhas firmes é iluminado por um olhar de altivez estranha e quase ameaçadora. Uma delas acaba de ser conduzida à presença do general. Estatura pequena, rosto trigueiro, cabelos em desalinho, lábios finos e brancos, rugados aos cantos por um riso doloroso, olhos vesgos, cintilantes; traz ao peito, posta na abertura da camisa, a mão direita, ferida por um golpe de sabre.

– Onde está teu marido?

– No céu.

– Que queres dizer com isto?

– Meu marido morreu.

⁵³ GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. *Relato de um naufrago*. Rio de Janeiro: Record, 2012.

E o olhar correu rápido e fulgurante sobre os circunstantes sem se fixar em ninguém (CUNHA *apud* FUSER, 1996, p. 24).

Os textos de Euclides, retratados no trecho acima, dispõe de recursos que, na década de 1940, Joel Silveira também empregava. Como afirma Costa (2005, p. 269), já àquela época, ele escrevia “autênticas peças do que mais tarde se convencionaria chamar de *new journalism*, como mostram as reportagens reunidas pela primeira vez em 2003, no livro *A milésima segunda noite da Avenida Paulista*”. Na reportagem “Portinari: ‘Sou o sujeito mais triste do universo’”, Silveira inicia o texto assim:

Na bela e veneranda praça Carlos Gomes, em Ribeirão Preto, o jovem e confuso motorista de táxi quase conseguiu arregalar os olhos de nissei, exageradamente apertados, quando lhe perguntei que direção deveríamos tomar, no trevo rodoviário que fica na entrada da cidade, para pegar a estrada que leva a Brodowski.

– Bro... Brósqui?

– Brodowski.

Quem nos socorreu foi um outro chofer de praça, muito mais idoso. Cabelos já grisalhos, sua fala era repleta de *ll*, sotaque tão comum na gente do Noroeste paulista quanto a abundância, ali existente, de olhos azuis – um azul parado e frágil, de porcelana. Na maioria das crianças locais são esses olhos de conta e mais as roupinhas sempre bem cuidadas e coloridas que fazem com que elas se pareçam com bonecas em tamanho natural, dessas que falam e piscam.

– O doutor quer saber de Brodósqui, não é? A terra do pintor. Agora é assim que se diz (SILVEIRA, 2003, p. 122).

Outro nome que pode ser citado é o de Marcos Faerman, que escreveu para veículos da imprensa alternativa brasileira e também para o *Jornal da Tarde*. O poeta, ensaísta e crítico Claudio Willer (*apud* COIMBRA, 1993, p. 18), ao tratar do texto jornalístico de Faerman, diz que ele “dá voltas, adquire uma trajetória como que se movendo em um complexo itinerário em busca dos seus objetivos, abrindo parênteses que são novas narrativas, mostrando que cada história, por sua vez, contém outras histórias”, perfazendo “um jornalismo mais solto, sem pudor de ser literário”. É o que ele faz, por exemplo, na reportagem “Oh! Bom Retiro”, publicada no *JT* em 1981. Para contar a história do bairro paulistano, ele recorre a várias pequenas histórias de moradores locais.

E foi este senhor Júlio Bernardi quem me falou, numa tarde de muitas chuvas, que sempre fazem os moradores bem antigos deste bairro olhar para o céu e pensar nas grandes enchentes do passado – como aquela de 1929... ah, 1929... Pois foi este senhor, Júlio, quem me disse que uma das pessoas mais tradicionais (ou a mais tradicional) do Bom Retiro, de 6, 7 anos, foi levado por uma família para um lugar muito distante, o Brooklyn. Ter 96 anos e viver longe do lugar que se amou toda a vida é triste. E Luiz Sérgio

Thomás está lá no Brooklyn... Mas ele era um homem muito rico – não foi bem nos negócios, o pobre velho – e perdeu tudo, tudo... quase tudo... Quem se saía sempre bem era o pai dele, Pietro Pacífico, um imigrante italiano que aqui chegou no fim do século XX – e o senhor Luiz Sérgio, em sua cama, pela velhice, pela perna que quebrou há pouco tempo, bem que tentava escrever a história de sua família... do pai... Ele me mostra, ao lado da cama, um caderninho. Letras manuscritas, azuis. A história dos Thomás começa assim, segundo a lavra de seu autorizado narrador (que me diz: “Nunca vou escrever até o fim. Que pena”) (FAERMAN *apud* FUSER, 1996, p. 307).

O texto integra a antologia *A arte da reportagem* de Igor Fuser, para quem Faerman “misturou o figurino do ‘novo jornalismo’ com influências próprias, como os americanos Jack London e John Reed e o argentino Rodolfo Walsh” (1996, p. 305). “No Brasil, quando se fala em Novo Jornalismo, o nome de Marcos Faerman é uma referência”, diz Dantas (2004, p. 146), que foi outro repórter, assim como Euclides da Cunha, a ir para a frente de batalha em Canudos e a escrever textos com tratamento literário. Primeiramente, aproveitando a época em que as *Folhas* (que antecederam à *Folha de S.Paulo*) ampliavam seu espaço para reportagens especiais, nos anos 1950, para produzir com os olhos voltados à abordagem de temas sociais. Foi na *Folha da Noite*, fazendo um trabalho de reportagem em uma favela que crescia às margens do rio Tietê, no bairro do Canindé, que ele conheceu Carolina Maria de Jesus e seu diário. Em 9 de maio de 1958, saía publicada uma matéria sua sobre a favelada e seus escritos, posteriormente por ele compilados para se tornar, em 1960, o livro *Quarto de despejo*.⁵⁴ A reportagem de Dantas, “O drama da favela escrito por uma favelada”, começa assim:

Carolina Maria de Jesus mora no barraco número 9 de uma “rua” sem nome, na favela do Canindé. Para comer e dar de comer aos seus três filhos, apanha papel no lixo e vende num depósito da cidade. Sua vida não é melhor nem pior do que a dos demais favelados. Levanta-se muito cedo, vai para a fila da água e volta com uma lata na cabeça, como o fazem milhares de Marias em todas as favelas deste país: se tem pão, come e dá aos filhos; se não tem, eles choram, e ela chora também. O pranto é breve, porque ela sabe que ninguém ouve, não adianta nada (DANTAS, 2012, p. 22).

Mais adiante, Dantas passou por *O Cruzeiro*, *Quatro Rodas* e *Realidade*, tendo sido esta, segundo Costa (2005, p. 269), “o principal foco de influência do *new journalism* no Brasil”, abrigando a escrita criativa de Dantas e de vários outros repórteres adeptos da grande reportagem, como José Hamilton Ribeiro, Mylton Severiano, Luiz Fernando Mercadante e Roberto Freire. A revista começou a circular em 1966, mesmo ano em que *A sangue frio* é publicado em livro e dois anos antes do lançamento de *Veja*, da mesma editora, a Abril. “Seu

⁵⁴ JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo*: diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2006.

objetivo era criar um jornalismo literário que unisse uma apuração rigorosa às técnicas narrativas ficcionais, assim como as revistas americanas *New Yorker*, sob o comando de William Shawn, *Esquire*, de Harold Hayes, *Harper's*, de Willie Morris e *Rolling Stone*, editada por Jann Wenner” (COSTA, 2005, p. 269). Estudioso das “fronteiras contaminadas” entre jornalismo e literatura nos anos 1970, Rildo Cosson (2007) diz que *Realidade* tinha como objetivo desvelar várias faces do Brasil, por meio, muitas vezes, de reportagens-conto, como “Um despacho de amor”, texto assinado por Narciso Kalili e publicado em julho de 1966, que conta uma história de amor fatal que se passa em um terreiro do candomblé. “Magia, amor, adultério e tragédia: os ingredientes temáticos dessa reportagem podiam ser de qualquer texto literário” (COSSON, 2007, p. 105).

Os jornais brasileiros, como já visto, também se interessaram em oferecer esse tipo de jornalismo, mesmo já sob a vigência do Jornalismo Noticioso. “Se a experimentação formal já era permitida no espaço exíguo da crônica assinada, passou a ser autorizada nos suplementos culturais, nas reportagens de comportamento e, dependendo do jornal, até nas matérias de polícia” (COSTA, 2005, p. 269). O *JT* talvez tenha sido o principal deles. Marçal Aquino, que foi repórter, redator e subeditor do diário, conta como foi a experiência:

Fiz muita coisa em Geral, polícia inclusive. Eu trabalhava para um veículo, o *Jornal da Tarde*, que naquele momento estimulava o texto de viés literário. Foi o melhor momento em termos de conciliação. O jornalismo era uma espécie de extensão da literatura (cheguei a fazer verdadeiras novelas policiais a partir de fatos reais). Saí quando o *JT* começou a mudar (a orientação, me parece hoje, era transformá-lo num veículo mais parecido com os similares do mercado, que se limitam a cobrir o dia a dia sem dar grande importância à qualidade do texto e à utilização das fotos). O salário, naquele momento, era a menor das insatisfações (AQUINO *apud* COSTA, 2005, p. 270).

A proposta de se fazer jornalismo narrativo, no entanto, dando sequência ao trabalho dos novos jornalistas, acabou frustrada, especialmente a partir da década de 1980, pela crescente normatização enraizada no modelo tradicional de grande imprensa norte-americana e por ser visto como “comercialmente pouco rentável, já que exige tempo para pesquisa, apuração e redação; tempo que as empresas de comunicação, em ritmos industriais, não têm tanta inclinação em dispor” (BORGES, 2013, p. 15).

3.6 Jornalismo Investigativo e Jornalismo de Precisão

Se a partir da década de 1980 a crescente normatização começou a minar o trabalho de reportagem e grande reportagem, é preciso ressaltar que, até se chegar a esse ponto, áureos foram

os tempos do jornalismo de profundidade. Como afirma Medina (1996), foi nesse período que surgiram o Jornalismo Investigativo e o Jornalismo de Precisão, na calda do foguete que foi o Novo Jornalismo – os três tipos, segundo a professora, voltados ao aprofundamento dos fatos na composição de grandes reportagens, com a diferença de o Novo Jornalismo possuir escrita em estilo literário e perfis mais humanizados, enquanto que os outros dois dispunham como características a apresentação de denúncias de irregularidades e dados relevantes.

O episódio que ficou conhecido como Watergate e que levou o presidente dos EUA Richard Nixon à renúncia, por exemplo, ocorreu na primeira metade da década de 1970 e é tido como marco tanto da história do Jornalismo Investigativo, como da história do jornalismo mundial. Foi um trabalho intensivo de investigação por parte dos repórteres Bob Woodward e Carl Bernstein, do jornal *The Washington Post*, que estabeleceu ligações entre a Casa Branca e um assalto ocorrido em junho de 1972 à sede do comitê nacional do Partido Democrata durante a campanha eleitoral, e levou as autoridades do país a encurralarem o republicano Nixon, que deixou a Presidência em 9 de agosto de 1974. Além disso, foi na segunda metade dos anos 1960 que o professor estadunidense Phillip Meyer criou a metodologia do que veio a ser chamado a partir de 1971 de Jornalismo de Precisão.

O próprio Novo Jornalismo, afirma a professora Cleofe Monteiro de Sequeira (2005), era essencialmente investigativo, e ela cita *Aos olhos da multidão*, de Talese (1973), como uma obra paradigmática nesse sentido.⁵⁵ Assim como *A sangue frio* pode, da mesma forma, ser entendido como um trabalho investigativo, com Capote buscando entender o que ocorreu no dia do assassinato da família Clutter e a motivação dos assassinos. Afinal, como explica Dines, o jornalismo investigativo não vive só de denúncias e escândalos. “Relaciona-se com o jornalismo interpretativo ou analítico, pois, ao inquirir sobre as causas e origens dos fatos, busca também a ligação entre elas e oferece a explicação da sua ocorrência” (2009, p. 110). Na época do Novo Jornalismo, porém, não se usava o termo jornalismo investigativo, até porque, se entendia ser do ofício do jornalista o ato de investigar, fosse para compor uma reportagem ou uma simples notícia. Ao jornal espanhol *El País*, em 1995, García Márquez disse, por exemplo, que “todo o jornalismo é investigativo por definição”, porque “é preciso duvidar de tudo, desconfiar de muitas fontes e muito mais de uma única fonte”. Mas foi nesse mesmo ano, reconhecendo a deficiência das escolas e das redações dos jornais e revistas em

⁵⁵ *Aos olhos da multidão* é uma compilação de artigos escritos por Talese originalmente para a *Esquire*, do qual constam textos como os perfis “Frank Sinatra está resfriado” e “Joe Louis: o rei na meia-idade”, a série de reportagens “A ponte”, retrato dos construtores de pontes dos Estados Unidos, e alguns sobre suas andanças por Nova York, segundo ele, “cidade dos anônimos”. Talese diz na introdução ao livro que a obra “inclui parte do que de melhor escrevi nas décadas de sessenta” (1973, p. 10).

orientar os novos jornalistas para o questionamento e investigação, que o escritor fundou a FNPI, para, justamente, ensinar como ser esse jornalista que desconfia de tudo. O que evidencia que, mesmo sendo uma competência inerente à profissão, a investigação jornalística possui técnicas, artimanhas, que precisam ser apreendidas. Da mesma forma que uma análise de dados ou a checagem de uma informação dita como certa também carece de certa metodologia, de um passo a passo, além, obviamente, de intuição, faro jornalístico. Foi dessa forma que Meyer instituiu o Jornalismo de Precisão. A pesquisadora Lara V. Silva de Lima (2000), orientada em sua dissertação de mestrado sobre o assunto pelo professor Nilson Lage, conta que, após fazer um curso na Universidade de Harvard em 1966 e 1967 sobre métodos empíricos de investigação, Meyer aplicou as técnicas aprendidas na produção de uma reportagem sobre distúrbios de rua em Detroit, publicada posteriormente no *Detroit Free Press*. Cruzando dados, ele chegou à conclusão de que os atos de vandalismo na cidade, ao contrário do que se pensava, não partiam predominantemente de pessoas com baixo nível de instrução ou negros, e sim em porcentagens similares por parte de pessoas com nível superior.

A experiência havia mostrado que os métodos de investigação social são aplicáveis ao jornalismo. [...] Os experimentos de Meyer resultaram num manuscrito intitulado provisoriamente *A aplicação dos métodos científicos de investigação social e psicossocial na atividade jornalística*. Foi neste formato que as conclusões obtidas pelo jornalista foram reproduzidas em fotocópias e difundidas entre estudantes das universidades de Dakota no Norte e Óregon. O nome “Jornalismo de Precisão” foi empregado por Everette Dennis⁵⁶, em 1971, para explicar aos estudantes desta última instituição o “novo jornalismo” proposto por Meyer. De acordo com o próprio Meyer, Dennis usou o adjetivo “de precisão” para diferenciar este jornalismo, baseado no método científico, daquele “novo jornalismo” de enfoque literário que tornou famosos jornalistas como Tom Wolfe nos anos 60 (LIMA, 2000, p. 2-3).

Mas o método de Meyer, diz Lima (2000, p. 3), encontrou forte resistência entre boa parte dos jornalistas daquele período, uma vez que se acreditava não ser ele compatível com os ideais da objetividade da profissão. É como se, ao se tentar esmiuçar um fato, se estivesse assumindo uma posição diante dele, tomando partido de alguém ou de alguma causa, quando, na verdade, jornalistas e editores deveriam se limitar a apresentar diferentes opiniões sobre temas contraditórios. De acordo com a pesquisadora, a esse pensamento, Meyer contra-argumenta dizendo que o modelo da objetividade foi desenhado para um mundo muito mais simples, onde os fatos poderiam falar por si próprios, e que esta já não era mais a realidade. Tanto que o modelo do Jornalismo Informativo acabou sendo por muitos trocado pela prática

⁵⁶ Everette Dennis, estadunidense, é professor e pesquisador de jornalismo.

do Novo Jornalismo. Já naquela época, Meyer se deu conta do que Lage bem define em artigo publicado pelo site *Observatório da Imprensa*:

O tipo de sociedade que está se desenhando (a menos que a fúria guerreira consiga acabar com ela) dará valor especial ao conhecimento substantivo, àquele que se expressa em sentenças que ou são verdadeiras ou falsas, em valores que podem ser confirmados, naquilo que se sabe ou de que se têm indícios relevantes. Mesmo o que não pode ser desmentido – e, portanto, é possível – terá que ser provável para ser admitido (LAGE, sem data).

Em 2012, com uma visão mais atualizada sobre o tema, Meyer disse, em conferência que pode ser acessada transcrita no site da Fundação Nieman, que essa confirmação do que é verdade e do que não é, demandada pela sociedade atual, está mais difícil no século 21, porém também mais importante, em decorrência do número de informações que estão disponíveis. E que uma forma de facilitar esse processo é fundindo jornalismo de precisão e jornalismo narrativo – o título da conferência é justamente “Jornalismo de Precisão e Jornalismo Narrativo: rumo a uma teoria unificada de campo”. Contar histórias, segundo ele, é uma das maneiras de se disponibilizar o conteúdo adquirido por meio dos dados e tornar a informação mais atrativa. Primeiro se coleta os fatos e, depois, se escolhe aqueles que podem se encaixar em uma estrutura narrativa (MEYER, 2012).

Ele cita um exemplo de como essa combinação funciona. Em dezembro de 2011, a ProPublica⁵⁷ – agência de jornalismo investigativo com sede em Nova York, que inspirou a brasileira Pública –, juntou-se ao jornal *The Seattle Times* para informar sobre a crise das hipotecas domésticas nos Estados Unidos. A ProPublica forneceu uma especialista em informática, Jennifer LaFleur, para o levantamento de dados – ela era a diretora do departamento de computer-assisted reporting (CAR), ou, em português, reportagem assistida por computador (RAC), que é um método empregado no jornalismo de precisão –, e o *Times* disponibilizou um repórter, Justin Mayo, e um pesquisador, David Turim. A história, segundo Meyer, mesclou análise quantitativa com relatórios de interesse humano, “mostrou vividamente como a combinação de padrões de empréstimos relaxados e os preços das casas infladas causaram a crise. E demonstrou que uma melhor manutenção de registros pelos reguladores governamentais poderia ter fornecido algum aviso prévio”. A reportagem, intitulada “Tale of Three Cities: Foreclosures Don’t Always Follow the Script”, começa contando a história de uma americana afetada pela crise:

⁵⁷ A agência pode ser acessada no endereço: <https://www.propublica.org>.

Como um símbolo da crise nacional hipotecária, Jaymie Jones não é o que você poderia esperar. A moradora de 52 anos da área de Seattle trabalhou no setor de serviços financeiros ao longo de três décadas, de atendente de caixa a executiva do setor de hipotecas. Na primavera de 2007, ela comprou a casa de seus sonhos em Kirkland, assinando um contrato de taxa fixa de 30 anos. Então, enquanto Jones comemorava a véspera de Ano Novo em uma praia no México, a ligação veio: sua divisão a estava desligando. Jones aproveitou suas economias e tentou uma modificação no empréstimo, mas, no final, o banco executou a hipoteca. O sonho acabou.⁵⁸

A forma narrativa empregada na reportagem de precisão da ProPublica em 2011 também norteava os textos investigativos no Brasil nas décadas de 1960 e 1970 – em mais uma referência a uma aproximação do princípio forma –, como o produzido por Kotscho sobre a morte de um operário, que, segundo a polícia, teria se suicidado nos porões do Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), da mesma forma que, também na versão policial, teria ocorrido três meses antes com o jornalista Vladimir Herzog. Incumbido pelo chefe de reportagem do *Estadão* à época, Clovis Rossi, Kotscho foi para a rua – para ele, “com pauta ou sem pauta, lugar de repórter é na rua” (KOTSCHO, 2003, p. 12) – com apenas duas informações em mãos: nome e endereço do operário. O texto que ele escreveu contando a história apurada junto a colegas de trabalho, patrões, coveiro, zeladora do velório e dirigentes do sindicato dos metalúrgicos foi publicado no alto de página em 22 de janeiro de 1976. Dias depois, soube-se que, em decorrência da reportagem, o comandante responsável pelo que acontecia na referida repartição policial havia sido afastado.

Como todos os dias dos últimos dezenove anos, desde que entrou na Metal Arte, Manoel Fiel Filho chegou à fábrica da Mooca antes das sete da manhã, na última sexta-feira. [...] O chefe do pessoal lembra que Manoel não mostrou nenhuma preocupação quando os dois homens lhe disseram que ele precisava ir ao DOPS “para fazer um reconhecimento”. [...] Duas horas depois, Manoel e os dois homens chegavam à sua casa, na Rua Coronel Rodrigues, 155, em Sapopemba. [...] Ao se retirarem, Teresinha, desesperada, desrespeitou as ordens dos policiais e se aproximou do marido.
 – O que vão fazer contigo?
 [...] No dia seguinte, sábado, um táxi parou em frente à casa 155 da Rua Coronel Rodrigues. Um homem desceu, jogou no quintal um saco de lixo e um envelope, e berrou:
 – O “seu” Manoel tentou o suicídio.
 Teresinha ainda tentou perguntar alguma coisa, mas rapidamente o homem entrou no carro e desapareceu. Teresinha só teve tempo de gritar:
 – Eu sabia que vocês iam matar ele. Eu sabia que vocês iam matar ele.
 (KOTSCHO, 2003, p. 36).

⁵⁸ Disponível em: <<https://www.propublica.org/article/tale-of-three-cities-foreclosures-dont-always-follow-the-script>>. Acesso em: 15 de ago. 2017.

A história de Fiel Filho foi publicada logo na sequência de outro importante trabalho de Kotscho, que marcou o jornalismo investigativo no país. Tratou-se de uma série de reportagens, com a qual o *Estadão* resolveu romper o silêncio imposto pelo AI-5 quase uma década antes, mesmo o ato ainda não tendo sido revogado – o que ocorreu somente dois anos depois, em outubro de 1978. Intitulada “Assim vivem os nossos superfuncionários”, a série denunciou privilégios e vantagens de ocupantes de cargos públicos durante o regime militar no Brasil e saiu vencedora do Prêmio Esso de Jornalismo de 1976. Fato é que, depois dessas duas empreitadas, Kotscho teve que lidar com os percalços que a investigação jornalística pode render, conforme ele conta em seu livro *A prática da reportagem*, referindo-se a este segundo material:

Várias vezes pensei em desistir no meio da reportagem, tantas eram as dificuldades em obter documentos e tamanho o medo das pessoas de contar o que sabiam. Mas, ao final de dois meses, conseguimos reunir um material tão explosivo sobre a bandalha dos guardiões da moral e dos bons costumes que a série de reportagens dormiu um bom tempo na gaveta até ser publicada. Receoso de que vazassem informações sobre o material já garimpado – e o governo impedisse sua publicação – passei semanas escrevendo em casa, sem conversar com ninguém, escondido. O pior veio depois, com a ampla repercussão alcançada pela série (escrever sobre corrupção era uma novidade), que irritou profundamente os generais e deixou todo mundo na redação muito assustado. A direção do jornal sofreu fortes pressões de Brasília, leia-se Ernesto Geisel, e recebi tantos recados para me cuidar que achei melhor aceitar um convite do *Jornal do Brasil* para ser seu correspondente na Alemanha (KOTSCHO, 2004, p. 190).⁵⁹

A descrição de Kotscho mostra que, trafegar por esse tipo jornalístico, especialmente quando se trata de questionar o poder vigente, requer desprendimento, esforço e alguma coragem. Em parte por esse motivo, da mesma forma que o Jornalismo de Precisão, o Jornalismo Investigativo acabou enfrentando resistência por parte das empresas jornalísticas. “Há sempre um grupo que prefere o conforto e segurança de um jornal poderoso e calado às incertezas de um órgão que luta permanentemente para fazer valer sua força” (DINES, 2009, p. 108-9). E assim,

O gênero investigativo foi sendo abandonado, aos poucos, pela imprensa brasileira, justamente quando os grandes jornais preferiram a linha “empresarial”, que consiste basicamente em informar sem comprometer-se. O golpe fatal foi desferido, de forma paradoxal, quando a “febre” da comunicação e do seu controle invadiu as instituições brasileiras. Organismos privados ou públicos passaram a organizar seus departamentos de

⁵⁹ Como Kotscho conta no mesmo artigo da citação, como correspondente do *Jornal do Brasil* na Alemanha ele foi repórter da equipe chefiada por Dorrit Harazim. “Agora, tinha menos de trinta anos, duas filhas, pequenas e iria fazer parte da melhor equipe de correspondentes internacionais já reunida por um jornal brasileiro, sob o comando de uma pessoa adorável, germanicamente exigente e competente, a Dorrit Harazim” (KOTSCHO, 2004, p. 191).

informações para filtrar e divulgar, por meio de notas e *releases*, as matérias de seu interesse ou que lhes eram solicitadas (DINES, 2009, p. 109).

Na década de 1980, esse abandono de que fala Dines acabou sendo acentuado. Diante de um cenário com transformações cada vez mais rápidas e de um cidadão agora acostumado à velocidade da televisão, em tese sem muito tempo para dedicar à leitura de jornais e revistas, o jornal *USA Today* inaugurou um novo padrão, o da TV impressa, com “matérias curtas, básicas e puramente informativas” (novamente voltadas ao polo oposto, do desvio calculado), aliadas a recursos como “infográficos coloridos, muitas fotos, cobertura jornalística centrada em serviços, celebridades, TV e esportes, interatividade e atualização das notícias em websites” (COSTA, 2005, p. 270). A fórmula foi copiada no Brasil, reorientou o jornalismo da *Folha de S.Paulo*, que criou o “Projeto Folha”, e, por consequência, se difundiu entre o restante da mídia jornalística do país. Medina, em entrevista a Künsch, diz que:

O profissional jornalista, que é o coração dessa indústria, foi enxugado, porque as máquinas estavam em primeiro plano. Essa ideologia do Projeto Folha tem um contexto. Não saiu do acaso, do nada, ou da inspiração de fulano. Está nesse contexto em que floresceu a proposta de eliminar os recursos para a reportagem. É por isso que entramos num período desértico de ampliação da notícia (MEDINA *apud* KÜNSCH, 2000, p. 102).

Partia-se da ideia, como observa Costa, de que, “se o leitor não tem mais do que quinze minutos para folhear seu jornal diário, para que gastar tempo, papel e dinheiro com grandes reportagens e textos elaborados?”. A resposta veio, porém, com a queda nas vendas dos jornais e a constatação, conforme salienta Thomas Oliver (*apud* WATSON, 1999), editor de projetos especiais do *The Atlanta Journal-Constitution*, de que as pessoas têm muito tempo para ler. “Elas só precisam que o jornal lhes dê algo para cravar os dentes”, disse ele, numa referência à prática do jornalismo narrativo.

3.7 Jornalismo Narrativo e Novo Novo Jornalismo

Vinte anos haviam se passado após os jornais ampliarem seus esforços por páginas ainda mais recheadas de matérias curtas e básicas, quando, em um artigo publicado na revista da Fundação Nieman, o surgimento de um “movimento narrativo não oficial” era anunciado pelo jornalista e professor Mark Kramer, falando em nome de editores, repórteres, líderes de fundações pró-jornalismo e autores de livros de não ficção. Intitulado “O jornalismo narrativo atinge a maioria” e tendo a sentença “Alguns acham difícil de aceitar. Outros abraçam” de

subtítulo, o texto afirmava que a escrita narrativa estava retornando aos jornais, estimulada no decurso de uma busca por remédios que pudessem resolver problemas como: circulação de jornal declinante ou estagnada, envelhecimento dos leitores e diminuição do tempo dedicado às notícias. Ao contrário de Thomas Oliver, Kramer reconhecia que os leitores, de fato, haviam ficado sem muito tempo para a leitura, mas que, todavia, ainda eram “atraídos por histórias em que a vida das pessoas e a tomada de decisões são retratadas vividamente” (KRAMER, 2000).

No texto, Kramer elencava alguns sinais da volta do jornalismo narrativo aos periódicos, como o fato de a agência *Associated Press* ter ampliado para mais de 20 o número de jornalistas enviados pelo mundo para captarem boas histórias; a realização anual, pela Universidade de Boston, de uma conferência sobre jornalismo narrativo que reúne toda vez cerca de 800 pessoas; as oficinas de redação criativa realizadas pelo Instituto Poynter, congregando todos os anos em torno de 5 mil jornalistas e afins; a identificação crescente de redatores com talento para as narrativas; a presença de jornalistas narrativos nas principais premiações do meio jornalístico, como o Pulitzer; o crescimento do número de histórias contadas de forma seriada nos jornais, tais como os folhetins do século 19; entre outros.

Um ano antes, em artigo para o site da Sociedade Americana de Editores de Jornais, o jornalista americano Warren Watson (1999) já indicava esse retorno do estilo narrativo às redações dos Estados Unidos, dando uma lista de exemplos de séries de reportagens que haviam dado certo. Uma delas era uma série escrita para o jornal de Oliver, o *AJC*, e que acabou virando livro, em 2002, com o nome de *Nine Minutes, Twenty Seconds: A True Story of Tragedy and Triumph*.⁶⁰ Nela, o jornalista Gary Pomerantz recriou a história dos 19 sobreviventes, dentre 29 passageiros, da queda de um avião em agosto de 1995. O material foi escrito de forma narrativa e publicado em seis edições. Segundo Oliver (*apud* WATSON, 1999), uma declaração recorrente entre os leitores do jornal era: “Eu não podia esperar para chegar jornal do dia seguinte!”. Outro caso bem-sucedido, segundo Watson, foi a publicação pelo *The Sun*, durante 16 dias, de “Outro plano de Deus”, sobre a luta de uma mulher contra o câncer. O jornal fortemente promoveu a série, e no domingo em que a história começou a ser publicada, em janeiro de 1997, vendeu-se 9.500 mais jornais. No último dia, 7.000 a mais. Ao todo, a circulação foi elevada em 3% ao longo da série. Segundo Watson, as normas do Jornalismo Informativo não haviam sido abandonadas, mas a elas foram acrescidos recursos narrativos, extraídos da tradição literária, de forma a humanizar as histórias e, assim, aproximá-

⁶⁰ POMERANTZ, Gary. *Nine Minutes, Twenty Seconds: A True Story of Tragedy and Triumph*. New York: Three Rivers Press, 2002.

las do público (aqui se percebendo tratar-se de algo que fica na posição na metade do caminho entre a aplicação servil e o desvio calculado, como um híbrido, parte estória, parte registro).

De fato, também na opinião de Kramer, “quase qualquer notícia pode se beneficiar de um pedaço de narrativa”, mesmo que seja uma nota curta, ao estilo do jornalismo noticioso. Razão pela qual, para ele, já não fazia mais sentido que uma notícia de um incêndio, por exemplo, continuasse ser escrita tal como um memorando para um funcionário do seguro, em que se alteram apenas dados como local, hora e nome dos envolvidos: “Um incêndio em __ destruiu um __. Houve __ mortes e __ feridos. De acordo com o chefe dos bombeiros, __, o incêndio começou às __ horas e foi causado por __. O dano é estimado em __”. Ela poderia continuar sendo concisa, objetiva, mas com um pouco mais de vida.

Roy Peter Clark, professor de redação do Instituto Poynter, disse, em entrevista a Tom Rosenstiel em junho de 2000, que, “com frequência damos a informação, mas ainda assim queremos saber como aconteceu. Por exemplo, como Monica Lewinsky entrou na Casa Branca? Narrativa é a forma como respondemos à questão do ‘Como aconteceu isso?’”. É de Clark outro artigo para a *Nieman Reports* em defesa do jornalismo narrativo, publicado como um complemento ao texto de Kramer, no qual o foco é desmistificar a existência da dicotomia “informação X narrativa”. Para ele, leva a lugar nenhum a queda de braços travada entre os defensores de um e de outro:

Dê aos leitores as notícias que eles querem. Não, dê-lhes o que eles precisam.
Os gráficos são a resposta. Não, escrever é a resposta.
Este é um artigo de escritores. Não, é um papel de redator.
Jornalismo investigativo. Não, jornalismo cívico.
Histórias mais longas. Não, histórias mais curtas.
Concentre-se na escrita. Não, relatórios.
Melhorar a qualidade. Não, concentre-se nos lucros (CLARK, 2000).

Segundo o professor, “esses debates assumem o fervor e o paroquialismo das guerras religiosas e culturais, o equivalente jornalístico de pró-escolha versus pró-vida, ou fonética vs. linguagem inteira”. Como exemplo dessa rixa, ele próprio faz uma crítica a dois colegas jornalistas bem próximos: Thomas French, um contador de histórias vencedor do Prêmio Pulitzer em reportagem escrita para o *St. Petersburg Times*, e Don Fry, um afiliado, assim como ele, do Instituto Poynter. Ambos, segundo Clark, consideram a pirâmide invertida como a “fonte de todo o mal do jornalismo” – afirmação com a qual ele não compartilha. “Posso declarar, com todo o respeito e sem equívoco, que, para usar o eufemismo favorito de meu pai, estão cheios de pó de burro”, diz Clark, para quem, os jornalistas precisam entender as tradicionais perguntas a serem respondidas no lide de outra forma:

“Quem” se torna caráter. “O que” torna-se um enredo. “Onde” fica configurado. “Quando” se torna cronologia. “Por que” se torna motivo. E “Como” se torna narrativo. O mestre contador de histórias David Finkel, do *The Washington Post*, fala em relatar detalhes, relatar os sentidos e denunciar cinematicamente, como se alguém estivesse segurando uma câmera para filmar um documentário. Onde a câmera estará apontada? Nas contas de suor na testa da testemunha? Nos 12 jurados franzidos? Na estátua da Justiça cega nas etapas do tribunal? Essas são as decisões que os repórteres que assumem o estilo narrativo devem fazer ao transmitir notícias aos seus leitores e espectadores (CLARK, 2000).

Como analisa Costa (2005, p. 272), Novo Jornalismo e Jornalismo Narrativo tal como ora proposto se diferenciam apenas pelo fato de que “o primeiro rotulou os procedimentos experimentais que caracterizaram a aproximação entre jornalismo e literatura nos anos 60”, enquanto que o segundo “é um termo mais geral, usado hoje para descrever um texto escrito num estilo narrativo, não exatamente experimental”, que pode se utilizar tanto de recursos como a pirâmide invertida, como de elementos literários, como a narração em primeira pessoa, a transcrição de diálogos e reações dos personagens, gestos e sons, e até mesmo seus pensamentos, desde que não se inclua na narrativa nada que efetivamente não tenha acontecido. Afinal, como afirmam Kovach e Rosenstiel (2003, p. 225), “contar histórias e informação não são contraditórios. São mais bem-entendidos como dois pontos em contínua comunicação”.

O próprio Clark, ainda na década de 1980, já vinha pensando em formas de tornar a narrativa jornalística mais atrativa. Criou a estrutura chamada “ampulheta”, numa alternativa à pirâmide invertida e que se constituiria em “uma forma de história que os jornalistas podem empregar quando eles têm notícias para relatar e uma história a contar”, como afirma Scanlan (2003). Segundo ele, ao explicar a nova fórmula, Clark disse que a alternativa respeitaria os valores das notícias tradicionais, consideraria as necessidades do leitor, aproveitaria a narrativa e estimularia o escritor a novos níveis de reportagem. Dessa forma, o texto poderia, sim, começar com as informações principais, suficientes para um leitor pressionado pelo tempo, mas teria, na sequência, um ponto de virada, sinalizando ao leitor que ali começaria uma narrativa – com deixas como “testemunhas oculares descreveram o evento desta forma”, ou “o tiroteio se desenrolou dessa maneira” –, e, enfim, a narrativa propriamente dita, com começo meio e fim. A fórmula da ampulheta seria, segundo Kovach e Rosenstiel, um tipo de enfoque inovador, mas apenas mais um dentre várias possibilidades, que não incluiriam apenas o produto final, o estilo apresentado na escrita, mas também a forma de se obter a informação – tal como o “mosca na parede”, de Talese, e vários outros procedimentos que levaram ao surgimento de mais uma espécie de movimento, o Novo Novo Jornalismo.

O *New New Journalism* dá nome a uma geração de escritores-jornalistas que leva mais em consideração o modo como se obtém as histórias, do que a escrita da história em si. Seus autores se envolvem profundamente com suas histórias, no que os teóricos chamam de *close-to-the-skin reporting*. Muitos deles desenvolveram técnicas próprias de imersão para comporem suas obras, como é o caso de Ted Conover, um jornalista americano nascido no Japão, que arrumou emprego como guarda na prisão de Sing Sing, em Nova York, para escrever sobre o sistema carcerário americano por dentro. Apenas a família e seu editor sabiam da empreitada. Ele passou por treinamento militar, além de dez meses dentro do presídio trabalhando como carcereiro. Ao final, publicou o livro *Newjack: Guarding Sing Sing*.⁶¹

Outros jornalistas optam por passar vários anos na captura de suas histórias, como o fez a americana Adrian Nicole LeBlanc, que acompanhou a vida de um traficante de drogas por mais de onze anos, chegando a morar no bairro pobre do Bronx só para ficar mais perto de seu personagem. Em 2003, ela, que se intitula repórter por achar que o termo jornalista é algo “muito chique”, publicou o resultado de seu trabalho no livro *Random Family*.⁶² Talese, que, apesar de ser um novo jornalista, também é listado no grupo dos novos jornalistas novos, diz que um de suas ambições é “permanecer junto das pessoas focalizadas o bastante para testemunhar alguma alteração em sua vida”. Assim foi com *O reino e o poder*⁶³, segundo ele, “uma história humana” do *The New York Times*, para o qual ele passou três anos entre pesquisa e escrita, e *Honra teu pai*⁶⁴, no qual foram dispendidos mais de seis anos (TALESE, 1973, p. 10).

Além de técnicas, esses jornalistas têm outra preocupação, que é a de dar voz a quem não a tem. Em entrevista para o livro *The New New Journalism*, escrito pelo professor do Instituto de Jornalismo da Universidade de Nova York Robert S. Boynton, Conover diz que tenta escrever sobre pessoas ou grupos sobre os quais ele não ouve qualquer notícia. “Há muitas pessoas que são mais interessantes do que estrelas de cinema, e se eu posso inventar uma forma de gastar meu tempo com elas, eu prefiro fazer isso” (CONOVER *apud* BOYNTON, 2005, p. 9). LeBlanc, também em entrevista para o livro, disse que se inspira em pessoas que escrevem sobre injustiça social, como o fotógrafo de documentário social estadunidense Jacob Riis, a escritora Susan Sheehan, que ganhou o Pulitzer de não ficção de 1983 com o livro *Is there no place on Earth for me?*, que conta a história de uma jovem mulher com esquizofrenia, e

⁶¹ CONOVER, Ted. *Newjack: Guarding Sing Sing*. Vintage Books: New York, 2001.

⁶² LEBLANC, Adrian Nicole. *Random Family: Love, Drugs, Trouble, and Coming of Age in the Bronx*. Scribner: New York, 2003.

⁶³ TALESE, Gay. *O reino e o poder*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

⁶⁴ TALESE, Gay. *Honra teu pai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

William Finnegan, especializado na abordagem de temas como racismo e conflitos na África do Sul, México e América do Sul. “Gosto de pensar que faço parte dessa tradição, que é uma tradição documentária assim como literária” (LEBLANC *apud* BOYNTON, 2005, p. 230). Susan Orlean, Leon Dash, Lawrence Wright e Jon Krakauer são outros entre os 19 jornalistas entrevistados por Boynton para o livro, todos eles respondendo praticamente às mesmas questões, a respeito de como se entendem como profissionais, como desenvolvem seu trabalho e suas histórias de interesse.

Logo no início da introdução do livro, publicado em 2005 e considerado um retrato do que significa o referido tipo jornalístico, Boynton diz que os “novos jornalistas novos” compõem uma nova geração de “novos jornalistas” (aqueles das décadas de 1960 e 1970, embora Talese esteja inserido nos dois momentos, por exemplo), mas com a diferença de destoarem de seu porta-voz, Tom Wolfe. O referido texto introdutório, na verdade, é bem ácido nas comparações entre Wolfe e o novo grupo de jornalistas-escritores. Primeiramente, Boynton diz que, no *New New Journalism* não se permite nenhum grau de ficção, como ele diz acreditar que naquele contexto de século 20 havia. “Wolfe entrou nas mentes de seus personagens; os novos jornalistas novos se tornam parte de suas vidas”, afirma Boynton (2005, p. XIII). Além disso, apesar da insistência de Wolfe de se classificar antes de tudo como um repórter, para Boynton, foram seu estilo barroco de escrever e sua vívida imaginação que deram poder a seu trabalho. “Lemos Wolfe pela distorção imaginativa que ele traz à realidade, e não pela realidade em si mesma” (BOYNTON, 2005, p. XIII). Ou seja, enquanto Wolfe e outros novos jornalistas mostravam preocupação acentuada em ocupar um lugar no mundo das letras, os novos jornalistas novos desenvolvem ações mais reportoriais, no sentido jornalístico, do que literárias, embora alguns tenham estilo digno de nota, como observa Boynton. Gay Talese, por exemplo, figura de destaque do Novo Jornalismo, escapa às críticas e é relacionado como integrante do grupo de novos jornalistas novos porque,

Ao contrário de Wolfe, [Talese] prefere escrever sobre o fracasso. ‘É um assunto que me intriga muito mais do que o sucesso’, ele diz. ‘Tom está interessado no novo, no mais recente, no mais atual... Eu estou mais interessado no que tem se mantido a longo tempo e como ele tem sido feito’. E mesmo que Talese escreva sobre um assunto tão dramático como a Máfia (como ele fez em *Honra ao pai*), ele evita a dimensão mais sensacionalista em favor de explorar a realidade social e psicológica da vida criminal (BOYNTON, 2005, p. XV).

Da mesma forma que, segundo Boynton, o americano John McPhee, considerado outro grande novo jornalista, também se distingue de Wolfe: “McPhee raramente é personagem em seu trabalho, e se aparece, nunca está em primeiro plano” (BOYNTON, 2005, p. XVI).

Outra crítica que o professor faz é sobre a “obsessão” de Wolfe com a questão do lugar que a pessoa ocupa na sociedade.⁶⁵ Boynton diz que, enquanto Wolfe se preocupa com status, os novos jornalistas novos dão atenção às questões de classe e raça, às subculturas em geral e, mais precisamente, as empobrecidas, sendo os cidadãos nessas condições enxergados “não como tribos exóticas, mas como pessoas cujos problemas são sintomas dos dilemas que molesta a América” (BOYNTON, 2005, p. XIV). Existe, segundo ele, uma dimensão ativista, de preocupação social, por trás do trabalho dos novos jornalistas novos, conforme já mencionado – expediente do qual Wolfe não dispõe. Aliás, para Boynton, a sociedade é um fenômeno mais complexo para os novos jornalistas novos do que para seus antecessores.

E as comparações não param por aí (aliás, como se percebe, para dizer o que são os novos jornalistas novos, Boynton recorre a Wolfe para dizer o que eles não são). Para o professor, os princípios apontados por Wolfe em seu manifesto para a prática do jornalismo narrativo – a construção cena a cena, a inclusão de diálogos completos, o uso do ponto de vista de terceira pessoa e o registro de detalhes simbólicos do *status* de vida da pessoa – são bastante limitados e não condizem mais com a realidade, já que, hoje em dia, os jornalistas se valem de qualquer dispositivo literário para escrever suas obras.

⁶⁵ Crítica que não é exclusiva de Robert Boynton. Há um artigo dedicado ao assunto no site da *Nieman Reports*: “Where Tom Wolfe got his status obsession”. Disponível em: <<http://niemanstoryboard.org/stories/where-tom-wolfe-got-his-status-obsession>>. Acesso em: 3 de jul. 2017.

4 ANÁLISE DA OBRA DE DORRIT HARAZIM

4.1 A escolha de histórias efetivas para análise

A história efetiva, como se viu no modelo da tripla *mimesis* de Ricoeur, é a história contada. Aquela que resulta de várias histórias potenciais, que pedem para ser contadas, e que, no jornalismo, estampam as páginas dos jornais, das revistas e dos sites de notícia da internet. Para a análise da obra jornalística de Dorrit Harazim, foram selecionadas 20 reportagens de um universo de 350 textos (excetuados entrevistas em formato de perguntas e respostas, artigos de opinião e produções em coautoria) assinados por ela ou com autoria especificada em editoriais ou parágrafos introdutórios (modo comum de identificação autoral nos primeiros anos de sua atuação profissional) e publicados entre 1970 e 2016 em edições regulares de *Veja*, *Jornal do Brasil*, *O Globo* e *piauí*.⁶⁶ Os textos, listados no Apêndice 1, foram identificados em pesquisa documental via ferramentas de busca on-line disponíveis nos sites dos quatro veículos de comunicação, mediante o uso das palavras-chave “Dorrit” e “Dorrit Harazim”.

Os textos selecionados de *Veja*: “Um combate não declarado”, de 27 de maio de 1970; “Nas bodas, o maior espetáculo”, de 5 de agosto de 1981; “Um novo rei nas pistas”, de 15 de agosto de 1984; “Cara a cara com o Brasil”, de 29 de dezembro de 1993; “Ícones sem idade”, de 25 de janeiro de 1995; “Mulher, crime e castigo”, de 7 de junho de 1995; “A globalização de Dona Pureza”, de 12 de novembro de 1997, e “A face do silêncio”, de 1º de julho de 1998. Do *Jornal do Brasil*: “Carter reza em Plains com negro e branco”, de 22 de novembro de 1976; “Cisjordânia, a posse mais discutida de Israel”, de 17 de julho de 1977, e “Medo surdo, quase animal”, de 12 de setembro de 2001. De *piauí*: “Blim-Blom: compras natalinas tranquilas”, da edição de dezembro de 2006; “O mutilado”, de dezembro de 2007; “O aprendiz”, de maio de 2009; e “Com a mão na massa (cerebral)”, de julho de 2011. E de *O Globo*: “Tablado vazio”, de 24 de agosto de 2004; “Uma semana de cão para brasileiros nos EUA”, de 20 de março de 2005; “O cartão vermelho que despertou o juiz negro”, de 5 de fevereiro de 2006; “Êxodo em massa do inferno”, de 25 de outubro de 2007; e “O atleta-espetáculo”, de 17 de agosto de 2016.

A ideia foi contemplar textos dos quatro principais veículos de circulação nacional nos quais Dorrit Harazim trabalhou (dois jornais e duas revistas), que abrangesse as cinco décadas de atuação profissional da jornalista (a de 1980, por exemplo, apresenta menos exemplares

⁶⁶ A lista inclui ainda seis reportagens da cobertura feita por Dorrit Harazim dos atentados de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos para o site NO (*no.com.br*), replicadas no *Jornal do Brasil* na semana do ocorrido.

analisados, já que a produção de Dorrit nesse período também foi menor –12 textos assinados) e que abarcasse o maior número de temáticas possível: política internacional, que até hoje é o forte de sua carreira; esportes olímpicos, uma vez ter ela feito a cobertura de dez Olimpíadas consecutivas; cobertura de guerra e suas consequências; cobertura de tragédias de médio e longo alcance; cobertura de assuntos do cotidiano; e questões culturais, raciais, da mulher, de violência e imigração. Além disso, foram levados em consideração apenas textos produzidos a partir da presença de Dorrit *in loco*, seja testemunhando o fato ocorrido ou efetuando precisa coleta de informação diretamente com os personagens-fontes de suas histórias. Afinal, como afirmam Kovach e Rosenstiel (2003, p. 227), “um bom trabalho envolve mais do que comparecer a um evento e depois sentar diante do computador”, e, em se tratando de jornalismo narrativo, como diz Martinez (2016, p. 413), “não há como praticar a modalidade de um gabinete, sem sujar os sapatos”. Além disso, tentou-se incluir textos premiados, como são os casos de “Cara a cara com o Brasil”, vencedor do 19º Prêmio Abril de Jornalismo de 1994, e “Mulher, crime e castigo”, que levou o Prêmio Esso de Jornalismo de 1995, ambos escritos para *Veja*.

Assim, tem-se a história que Dorrit contou sobre a Guerra do Vietnã, em 1970, em seu primeiro grande trabalho como repórter, e o mergulho que ela fez pelas alas de um hospital que atende mutilados de guerra nos Estados Unidos, 30 anos depois, na que, segundo a própria jornalista em sua entrevista para este trabalho, foi a reportagem mais difícil de sua carreira. Tem-se a cobertura de um ato público do presidente estadunidense recém-eleito Jimmy Carter, no interior do Estado da Geórgia, em um episódio envolto em questões racionais e religiosas, também na década de 1970, e de um ato de racismo na década de 1990, que virou caso de polícia, envolvendo um militar da reserva (que, como observa a jornalista no texto, fora da Rota⁶⁷ e participara do massacre dos 111 presos do Carandiru em 1992) e um árbitro de futebol amador, negro, na cidade de São Paulo. Há uma reportagem com refugiados na Cisjordânia, publicada dois dias antes do encontro, na Casa Branca, entre o presidente Carter e Menachem Begin, que havia acabado de se tornar primeiro-ministro de Israel, e outra matéria sobre um imigrante ilegal brasileiro nos Estados Unidos que fora acusado de crimes de estupro sem os ter praticado. Foram elencados relatos de três coberturas olímpicas: o da vitória do corredor Joaquim Cruz na prova dos 800 metros nos jogos de Los Angeles, em 1984, o da derrota da ginasta Daiane dos Santos 20 anos depois, nos Jogos Olímpicos de Atenas, e a participação do velocista jamaicano Usain Bolt na Rio-2016. Tem-se também o

⁶⁷ Sigla de Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar, tropa de elite da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

perfil de um ativista dos direitos humanos do interior de Minas Gerais que se tornou conhecido no país inteiro, o Betinho, e uma reportagem sobre os 100 primeiros dias de legislatura de um político piauiense novato no Congresso Nacional em Brasília. Há o resultado do que talvez tenha sido o principal trabalho de imersão da jornalista, compreendido pela estadia de oito dias em uma penitenciária feminina do Rio de Janeiro, e o produto de sua incursão por delegacias da mulher do Rio e de São Paulo para retratar a violência doméstica no Brasil. Tem-se a cobertura do casamento do príncipe Charles com Diana Spencer em Londres e a de um show dos Rolling Stones no México. A relação compreende ainda a descrição da rotina de um neurocirurgião de 29 anos em um hospital público do Rio de Janeiro; a cobertura, direto de Nova York, do ataque às Torres Gêmeas em 2001 (Dorrit estava na cidade americana quando os aviões se chocaram contra o World Trade Center) e de um incêndio florestal que atingiu San Diego em 2007; o relato da visita da jornalista a uma feira em que “rola de tudo” em um dos extremos da zona leste da capital paulista, a Feira do Rolo de São Mateus, e de sua visita a Bacabal, no interior do Maranhão, para contar a saga de uma cabocla semianalfabeta que pegou a estrada em busca do filho desaparecido e foi parar em Londres para receber um prêmio internacional de combate ao trabalho escravo.

A “conta” dessa escolha não é exata. Escapar a um mínimo de subjetividade que fosse seria difícil. Porém, uma série de variantes foi mobilizada, após algumas possibilidades serem levantadas, repensadas, descartadas ou melhoradas, e, ao final, acredita-se ser esta listagem um apanhado significativo da obra de Dorrit Harazim em termos de forma e conteúdo, capaz de ajudar na resposta a questionamentos que surgem a partir das justificativas fornecidas pelas instituições que premiaram a jornalista nos últimos tempos: Quais os modos de narrar de Dorrit Harazim? Quais os ângulos e aspectos por ela encontrados para contar suas histórias que, segundo a FNPI, outros jornalistas normalmente deixam passar despercebidos? Quais são os minuciosos detalhes que ela agrega a seus textos? De que forma a jornalista expôs abusos de direitos humanos, injustiças sociais e o racismo no Brasil?

A resposta a essas questões passa pela flecha da deformação regrada dos paradigmas do princípio formal no âmbito do gênero jornalístico, ao se identificar para que lado mais pende a narrativa de Dorrit Harazim. Se para o polo da aplicação servil, ou seja, da obediência ao princípio formal (mais aproximado da narrativa tradicional, do conto, da estória); ou se para o polo do desvio calculado, de uma narrativa já quase sem identificação (na forma de registro, com poucos elementos da narrativa tradicional); ou, então, se para um meio termo nessa escala, de um híbrido de estória e registro – ora mais narrativo, propenso ao polo da aplicação servil, ora menos, na direção do polo do desvio.

4.2 A composição narrativa e o processo de representação

Seguindo na mesma linha do raciocínio desenvolvido até aqui, o jornalista estadunidense Jack Hart (2007a, p. 111), editor do jornal *The Oregonian*, fornece um quadro comparativo narrativo bastante útil ao processo de identificação dos modos de narrar jornalísticos, mais especificamente, no caso deste trabalho, dos modos de narrar de Dorrit Harazim. De um lado, o autor elenca elementos pertencentes a um modelo que ele denomina de narrativa dramática e que vão compor, segundo ele, a “narrativa verdadeira”. Do outro lado, ele lista os elementos que compõem o modelo da narrativa sumária, ou resumida, e que, representa a notícia padrão, do Jornalismo Informativo. Com base nesse comparativo, Hart diz que a maioria dos textos jornalísticos se desloca entre um modelo e outro. Pensamento que, como já se disse, casa com a lógica adotada nesta pesquisa, em que se tem, de um lado, a aplicação servil (estória, jornalismo narrativo ou, na acepção do autor, “narrativa verdadeira”); de outro, o desvio calculado (registro, notícias do jornalismo tradicional), e, como um meio termo, o híbrido estória-registro. Mais uma vez, a flecha da deformação regrada pode ser visualizada. Esse quadro comparativo faz parte de um texto de Hart publicado no livro *Telling True Stories* – uma espécie de guia para escritores de não ficção, com apontamentos de vários jornalistas contadores de histórias, organizado por Mark Kramer e Wendy Call (2007). No posfácio de *Jornalismo literário: tradição e inovação*, Martinez (2016, p. 413) o reproduz:

Tabela 1 – Quadro comparativo dos modelos noticioso e literário

Narrativa Resumida	Narrativa Dramática
Enfatiza o abstrato	Enfatiza detalhes concretos
Desmorona (a noção de) tempo	Os leitores experimentam a ação como se ela estivesse acontecendo em tempo real
Usa citações diretas (aspas)	Emprega diálogos, ou seja, personagens falando uns com os outros
Organização por tópicos (assuntos, temas)	Organização por cenas
Ponto de vista onisciente ⁶⁸	Ponto de vista específico
Escritor paira sobre a cena	Ponto de vista claro. Escritor está dentro da cena
Lida com resultados (consequências) em vez de processos	Lida com processos, dando descrições específicas
Topo da escala da abstração	Base da escala da abstração
Composto de digressão, bastidores e explicação	Composto da linha principal de ação da história

Fonte: HART, 2007 *apud* MARTINEZ, 2016.

⁶⁸ Aqui, acredita-se que Hart esteja se referindo ao ponto de vista onisciente neutro, mais comum no jornalismo tradicional, de um narrador que acompanha os fatos, mas não participa deles. Diferentemente de um ponto de vista onisciente intruso, por exemplo, que insere comentários à narrativa.

Se de um lado, segundo Hart, a narrativa sumária representa os recursos adotados na prática do Jornalismo Informativo, de outro, na concepção de Martinez, a narrativa dramática representaria a base do jornalismo literário, que teve seu momento mais importante no Novo Jornalismo, mas que, conforme se viu no estudo das metamorfoses do gênero jornalístico, descrito no Capítulo 3, não começou com ele, nem a ele se limitou. O Jornalismo Opinativo, combativo, do século 19 e começo do 20, o Jornalismo Narrativo do “movimento não oficial” dos anos 2000 e seu contemporâneo Novo Novo Jornalismo, e talvez de forma um pouco mais discreta o Jornalismo Investigativo e o Jornalismo de Precisão, todos eles têm em sua base elementos da narrativa dramática, uns recorrendo a eles de forma mais intensa, outros menos. O Jornalismo Narrativo, por exemplo, ao defender a combinação informação + narrativa, automaticamente se coloca na posição de um híbrido na flecha da deformação regrada, podendo seus textos estar ora mais alinhados com o princípio formal, contendo mais elementos da narrativa dramática, ora mais propensos ao lado oposto, com mais elementos da narrativa sumária. Há de se ressaltar, no entanto, que o Jornalismo Informativo, apesar de ser o tipo em que se tem a forma mínima narrativa, do registro, também dispõe de textos mais distanciados do polo do desvio calculado. São peças em que se permite, por exemplo, um início mais narrativo, focalizando a história de um personagem ou uma situação específica que possa ilustrar o assunto que virá na sequência na forma objetiva do discurso.

Tendo isso posto, considerando-se as características dos tipos jornalísticos elencados no capítulo anterior, virtualmente delimitadas entre os elementos da narrativa dramática e da narrativa sumária de Hart, pode-se dizer que Dorrit Harazim é autora de uma série variada de híbridos estória-registro, pendentes mais para o polo da aplicação servil, da estória, ou seja, do jornalismo dito literário – ou narrativo, como se convencionou chamar neste trabalho –, mas sem, contudo, descartar de todo o tipo Informativo, que, à época do começo de sua carreira, já era tido como o modelo padrão nas redações.

De qualquer forma, mesmo apresentando em seus textos recursos do tipo Informativo, os que talvez sejam os dois elementos principais do modelo, o lide e a pirâmide invertida, não exercem quaisquer amarras à escrita da jornalista. Dos 20 textos analisados, apenas um possui lide. E, mesmo assim, desacompanhado da pirâmide invertida. Trata-se da matéria “Carter reza em Plains com negro e branco”, publicada pelo *Jornal do Brasil* em 22 de novembro de 1976 – um texto enxuto sobre o comparecimento do recém-eleito presidente americano, porém ainda não empossado, Jimmy Carter, ao primeiro serviço religioso dominical da igreja Batista da cidade de Plains, no Estado da Geórgia, uma semana depois de uma tumultuada votação que resultou favorável à admissão de negros ao culto. Após o lide, a matéria é

continuada na forma dramática, encadeada cronologicamente, e não a partir da informação “mais importante” para a “menos importante”, como prevê a pirâmide invertida. O texto parece seguir na direção da estrutura da ampulheta de Peter Roy Clark, com um resumo inicial da ação e a narração do desenrolar desta (apesar de, ao contrário do modelo de Clark, não haver no texto de Dorrit o ponto de virada anunciando ao leitor que, dali em diante, a história será contada de forma narrativa; a narrativa é iniciada sem apresentações). O modelo da ampulheta, que Kovach e Rosenstiel (2003, p. 236) classificam como um “enfoque inovador” dentro da indústria do jornalismo, pode ser tido, por exemplo, como um híbrido, mais voltado para o polo da aplicação servil do que para o desvio, já que, pela descrição de Clark, há mais de narrativo na estrutura do que de elemento sumário. Razão pela qual seu uso por Dorrit é mais um indicativo de sua propensão para o lado da estória.

Nesse sentido, outro aspecto que se evidencia na obra da jornalista, e que também indica tal propensão, é a presença quase que unânime de desfechos. Ao colocar à prova o princípio formal e questionar a possibilidade de as narrativas ainda poderem ser consideradas como tais mesmo não dispondo de um fim, Ricoeur (2010b, p. 37) diz que talvez a ausência de um fecho seja uma escolha estratégica do autor – o que poderia, por exemplo, justificar a classificação como narrativa de textos jornalísticos na forma de registro, modelo avesso à estrutura do “começo, meio e fim” do poema trágico de Aristóteles. Seria um fecho não conclusivo, porém, ainda assim, um fim, por escolha do autor. Mas, no caso dos textos de Dorrit, o fim da história é perceptível. Não o fim da história como ela aconteceu – já que o jornalismo trata do factual, e o factual tem um desfecho –, mas o fim da história contada, enquanto unidade dramática. Seria o que Hart (2007b, p. 235), em outro texto para o livro de Kramer e Call, intitulado “A Storyteller’s Lexicon” (Léxico do contador de histórias), chama de *full circle ending*, estrutura em que se tem a sensação de que, no fim, a história volta para onde começou, fechando-se um ciclo, garantindo ao leitor um “sentimento de satisfação”. E o segredo, segundo Hart, estaria na forma com que primeiro e último parágrafos são compostos.

A reportagem “Mulher, crime e castigo”, publicada em *Veja* no ano de 1995 relatando o cotidiano das presas da penitenciária Talavera Bruce, no Rio de Janeiro, parece ser exemplo dessa estrutura. Dorrit começa e encerra o texto, que é extenso – todo o material, incluindo fotos, ocupa 20 páginas da revista –, com trechos de uma canção comum entre as detentas, e ainda espalha versos no meio da narrativa, entrelaçando suas partes. “*Eu estava deitada na cela quando/Ouvi o portão do TB bater êê/Só o portão do TB sabe/Dizer o meu sofrer êê/Se eu deito não posso dormir/Se eu durmo não posso sonhar/Levanto o olho pra grade/e começo a rezar...*”, diz o trecho inicial. “*E no meio das celas/vou sobrevivendo/Lá, lá, lá lá*”, termina.

Outro exemplo é o da reportagem “O cartão vermelho que despertou o juiz negro”, de página inteira na edição de 5 de fevereiro de 2006 de *O Globo*. Primeiro e último parágrafos estão intimamente ligados e, se lidos separadamente do restante da narrativa, dão a ideia exata do que se trata a história ali contada. O primeiro parágrafo:

Manhã de domingo, penúltima rodada do campeonato de futebol soçaite no clube dos Oficiais da PM de São Paulo. O jogo é tinoso, a torcida animada, a arbitragem severa. Em determinado momento, um dos zagueiros, o camisa 4, leva cartão amarelo. Sua reação é brutal: “Você tinha de ser dessa cor de merda para fazer isso!”, grita, passando os dedos pela pele do braço. “Preto! Macaco! Olha a sua pele, cor de merda!”. É expulso de campo. O juiz apita a partida até o final (HARAZIM, 2006, p. 18).

E o último parágrafo do texto:

– Cheguei a falar para minha mãe que talvez fosse melhor fazer acordo com o coronel, deixar ele se retratar em público. Só decidi ir em frente quando me dei conta de que eu iria ficar abaixando a cabeça para ele toda vez que o encontrasse. Sou uma pessoa que demora para tomar decisões, tenho essa personalidade. Mas desde o dia 19 de janeiro me sinto mais inteiro. Já reuni todos os meus filhos de três casamentos – alguns não se conheciam – coloquei no quarto da minha mãe e expliquei que o pai deles estava nascendo ali. Choramos e brincamos juntos. Não sei no que vai dar. Mas sei que o ato que o coronel teve comigo ele não vai ter com mais ninguém (HARAZIM, 2006, p. 18).

Dezenove de janeiro de 2006, como se pode deduzir, foi o dia em que o árbitro de futebol amador José de Andrade registrou, em uma delegacia de São Paulo, o boletim de ocorrência contra o coronel Antonio Chiari, que o teria ofendido em razão de sua cor.

Até por conta da queixa feita por Andrade, o caso teve uma série de desdobramentos, e Dorrit escreveu sobre eles. Uma segunda reportagem foi publicada 14 dias depois e, dois meses adiante, em 9 de abril, houve uma terceira veiculação. O primeiro texto, no entanto, apresenta um fim que confere àquela história contada, do que havia se passado até aquela data, a capacidade de ser traduzida em um pensamento, um tema ou “chave de ouro”, como denomina Ricoeur (2010a, p. 117). Sabia-se, e a fala de Andrade indica isso – “Não sei no que vai dar” –, que a história de racismo envolvendo o juiz negro não terminaria ali, mas a história contada na edição de 5 de fevereiro teve o seu próprio desfecho, o escolhido por sua autora.

O mesmo se dá com o primeiro texto da cobertura do ataque às Torres Gêmeas em Nova York, nos Estados Unidos, publicado pelo *Jornal do Brasil* (numa parceria com o site *No.com.br*, para o qual Dorrit escrevia à época) em 12 de setembro de 2001, um dia após o ocorrido. Dorrit produziu outras quatro suítes, publicadas nos dias 13, 14, 16 e 18 seguintes,

mas “Medo surdo, quase animal”, descrevendo as primeiras horas após a tragédia que deixou milhares de mortos em meio a escombros, termina de maneira a dar sentido à história passada até ali, 11 de setembro, independentemente do que viria a acontecer em diante. A jornalista faz uso de uma figura de linguagem, a anáfora, com repetições da palavra “perda”, para resumir o sentimento que tomava conta das vítimas do atentado. “Nenhum bombardeio do Afeganistão ou de outros centros do terrorismo internacional conseguirá apagar o sentimento nacional de perda. Perda de vida, perda de segurança, perda de fé, perda de orgulho, perda de confiança” (HARAZIM, 2001, p. 3). Percebe-se que o parágrafo confere ao texto um senso de ponto final.

Em algumas ocasiões, a narrativa de Dorrit se aproxima bem mais da aplicação servil, assumindo uma feição narrativo-ficcional, com certa dose de suspense, clímax e desenlace. Muitas vezes, porém, essa composição não contempla toda a extensão da narrativa, mas parte dela. Das cinco narrativas mencionadas até aqui, as sobre o juiz negro e as Torres Gêmeas, por exemplo, se comportam dessa forma, assim como ocorre com a reportagem “Uma semana de cão para brasileiros nos EUA”, que estampou a página 14 do caderno “O País” de *O Globo* em 20 de março de 2005. Há um processo crescente de tensão à medida que são relatadas sucessivas abordagens da polícia americana a um imigrante ilegal brasileiro no país, de forma que já se pressinta que, em algum momento, ele iria acabar preso. E assim foi, porém não pelo motivo que se esperava, a falta da carteira de habilitação internacional (necessária para ele dirigir o veículo com o qual entregava jornais todas as manhãs), mas pela acusação de estupro contra duas adolescentes e mais uma tentativa não concretizada do mesmo crime, que um homônimo seu, outro cidadão de nome Junior Gonçalves, havia cometido. Inicia-se, então, uma nova escalada de tensão, percebida, em especial, com a narrativa da chegada do agora prisioneiro ao centro de detenção, quando ele se dá conta de que, para crime de estupro, o final dentro de uma cadeia é um só, o seu próprio estupro. “[...] Junior entendeu todos os olhares trocados por guardas e detentos. Percebeu que um detento americano ao qual estava acorrentado pediu para ser transferidos de lugar” (HARAZIM, 2005, p. 14). O encadeamento narrativo segue até que o brasileiro é liberado após ser colocado diante de dois juízes, que reconhecem tratar-se da pessoa errada. Daí em diante, a reportagem segue contando histórias de outros brasileiros ilegais nos Estados Unidos, em parágrafos descritivos e dissertativos.

Algo parecido ocorre em “Ícones sem idade”, publicado em 25 de janeiro de 1995 em *Veja*, com a narração dos momentos que antecedem um show dos Rolling Stones no México. A jornalista vai descrevendo par e passo todo o ritual dos músicos, deixando para revelar por último as etapas seguidas pelo vocalista Mick Jagger, o mais conhecido dentre os integrantes

da banda e, portanto, de quem se fica no aguardo por informação. “Está tudo pronto”, diz o texto, depois de se referir a Keith Richards, Ronnie Wood e Charlie Watts. E a própria narradora antecipa a pergunta que, a essa altura, o próprio leitor já deve se fazer: “E Mick?”. “Mick é Mick, é coisa à parte”, responde, e assim começa-se a descrever a preparação do astro em seu camarim, separado do dos outros três.

No texto sobre a visita de Jimmy Carter à igreja Batista de Plains, excetuando-se o primeiro e o último parágrafos, compostos respectivamente de um lide e de um comentário, o restante da escrita é feito na forma narrativo-cronológica. Aliás, cabe ressaltar que, quando Ricoeur diz que uma narrativa precisa possuir extensão apropriada para o desenvolvimento de todas as suas partes – começo, meio e fim, suspense, reviravolta e desenlace, totalidade e completude –, é em uma obra como esta que se depreende a respeito do que ele fala. Mesmo tratando-se de um texto relativamente curto, de dez parágrafos também bastante breves, todos esses elementos nele se agregam, de forma que, ao final, se tenha um começo, meio e fim da história contada, coincidindo, neste caso, com o começo, meio e fim da cerimônia religiosa sobre a qual se conta. Resumidamente, a jornalista, há poucos meses trabalhando como correspondente do periódico brasileiro em solo americano, em sua primeira experiência no meio jornal, relata:

1) O começo da história, com informações básicas sobre o culto e os momentos que o antecedem, com a chegada de um reverendo negro de uma localidade a 65 quilômetros da cidade, cujo ingresso na igreja superlotada provoca “sussurros e cochichos generalizados”, e de uma “exuberante residente negra”, também de uma cidade vizinha. Ainda sobre esse começo de história, há um momento específico que diz respeito aos jornalistas que cobriam o evento, e inclusive à própria Dorrit, com dois agentes do serviço secreto do presidente e mais um terceiro homem barrando a entrada da imprensa na entrada da igreja – mas que, como ela própria diz, tratava-se de um impedimento relativo, já que bastava se desvencilhar das credenciais penduradas no pescoço para driblar o cerco;

2) o desenrolar da história, com Carter dizendo aos presentes, ao pronunciar sua prece, que ninguém ali era melhor do que ninguém, e um pastor também versando sobre a agitação das últimas semanas em torno do assunto;

3) o final da história, com Carter recebendo os cumprimentos dos participantes e dialogando com um deles, o reverendo King do início da narrativa – “‘Estou contente que o senhor tenha vindo’. ‘Graças ao senhor’, murmurou King beijando a mão do presidente eleito” –, e a narradora tecendo um comentário, fechando a narrativa.

Trata-se, portanto, de um texto em que se enxerga um começo, com as informações básicas do que, quem, quando, onde e como, seguido da tensão relacionada aos momentos que antecedem o culto, com os negros ainda mantidos sob os olhares e confabulações dos brancos, que, até então, eram os únicos que podiam frequentar o local, chegando-se ao desenlace com o pronunciamento das autoridades contra o racismo e, por fim, um desfecho, na forma de uma reflexão por parte de uma narradora onisciente intrusa: “Como exemplo de futuras posições a serem assumidas por Carter na Casa Branca, esse foi sem dúvida auspicioso”.

Apesar de começar com lide e terminar com um comentário, o texto é constituído, em sua maior parte, porém de forma sintética, de uma construção cena a cena, descrita por Wolfe como um dos quatro pilares do Novo Jornalismo. Outro exemplo interessante nessa mesma linha é o da reportagem “Êxodo em massa do inferno”, escrita para *O Globo*. Dorrit não só escreve as cenas, como as identifica graficamente, sendo a “Cena 1” referente ao trabalho dos bombeiros no combate às chamas, a “Cena 2” relacionada à movimentação em um dos hospitais que atendia vítimas da tragédia ambiental e que já afetava grandemente os moradores locais e a “Cena 3” sobre o que se passava em um dos hotéis que recebia as pessoas que precisavam deixar suas casas sob o risco de perderem a própria vida.

Cena 1: sete bombeiros estão estirados de barriga para cima no meio-fio do condomínio La Terraza, bairro de Rancho Bernardo, uma das áreas nobres que se debruçam sobre a cidade de San Diego. Seus capacetes e partes do equipamento estão espalhados pela calçada. As jaquetas amarelas dos uniformes servem de travesseiro. Eles dormem, exaustos, alguns ainda com óculos de proteção no rosto. Perderam mais uma batalha: metade das casas do quarteirão ainda arde, já sem fogo, e outras mais serão engolidas por labaredas. [...] *Cena 2:* entre os 75 pacientes sendo transferidos em macas ou cadeiras de rodas para ambulâncias, e vestindo a bata azul do Hospital Pomerado, no bairro de Poway, está uma idosa com expressão assustada. Ela porta uma máscara respiratória, o par de óculos antichamas parece gigantesco em seu rosto miúdo, e no braço direito ela ainda mantém o tubinho de plástico para receber o soro. Indagada como se chama, responde com insistência: “Tenho 88 anos e dois terços. Oitenta e oito e dois terços. Oitenta e oito e dois terços” [...] *Cena 3:* sentada no bar do hotel DoubleTree de Mission Valley, um dos mais bem localizados de San Diego, uma mulher elegante não desgruda os olhos do telão de plasma enquanto fala ao celular. Veste camiseta bege discreta, jeans de grife e um Rolex no pulso. Não usa maquiagem ou qualquer joia. Está sozinha com sua bolsa Vuitton legítima. Ela não é a única flagelada a ter buscado abrigo no DoubleTree – eles são reconhecíveis por circularem com seus bichos de estimação por elevadores e halls, quando em tempos normais *pets* são proibidos pela direção (HARAZIM, 2007, p. 39, grifo nosso).

Em seu tratado sobre o Novo Jornalismo, Wolfe (*apud* Martinez, 2016, p. 175) diz que a prática desse tipo narrativo requer uma descrição cena a cena de maneira quase integral, na

qual se recorra “o mínimo possível à mera narrativa histórica”, dissertativa, expositiva. É o que ocorre na reportagem sobre o ataque às Torres Gêmeas, de narrativa cinematográfica do início ao fim, a partir da qual a jornalista-narradora, também uma testemunha da história real, transporta o leitor para o lugar do ocorrido. Mas, como já dito, a maioria dos textos analisados neste trabalho apresenta uma combinação de estrutura cênica com outros elementos, incluindo a narrativa histórica – não mera narrativa histórica, mas contextualizada e também envolta em elementos literários. Em “O mutilado”, de *piauí*, há uma mescla de estruturas textuais, com parágrafos narrativos, contando-se momentos da história de vida dos soldados antes (em vários flashbacks) e depois de serem mutilados no Afeganistão e no Iraque – enviados que foram após o então presidente, George W. Bush, declarar guerra ao terror em 2003, pós-ataentado de 2001 –, misturados a descrições que contextualizam os trechos narrativos, como esta:

Na carnificina da guerra civil americana, travada há 150 anos, era corriqueiro que mesmo um comandante lendário como o confederado Thomas “Stonewall” Jackson, quando ferido, não recebesse socorro em tempo hábil, e acabasse morrendo uma semana depois de ter o braço serrado. Na II Guerra Mundial (1939-1945), um em cada dois feridos graves morria antes de ser retirado do campo de batalha. Foi somente depois da guerra do Vietnã (1965-1975) que o conceito de trazer a medicina mais para junto dos combates começou a emplacar. Graças a essa proximidade, hoje mais de 90% dos feridos de guerra em combate conseguem chegar vivos a um hospital de campanha. No Vietnã, um ferido levava em média 45 dias até aportar num hospital em território americano, enquanto hoje esse tempo se conta em número de horas (HARAZIM, 2007).

Ou, então, a combinação se dá com a inclusão de descrições de caráter técnico, acompanhadas de números, estatísticas ou informações ao estilo do Jornalismo Noticioso:

No jargão da tropa, Humvee é a designação simplificada de High Mobility Multipurpose Wheeled Vehicle (HMMW), o veículo sobre rodas multiuso e de alta mobilidade que se tornou a espinha dorsal das operações militares americanas mundo afora. Mais de 10 mil unidades desses blindados leves fazem parte da operação de ocupação do Iraque. IED, por sua vez, significa Improvised Explosive Device, ou “artefato explosivo artesanal”, a temida bomba de fabricação caseira dos insurgentes. Desde que passou a ser usada sistematicamente, provocou 40% das perdas fatais e mais da metade dos feridos americanos no front (HARAZIM, 2007).

Nos dois casos, há o que se denomina de “pausa”, recurso comum às reportagens narrativas. “O tempo da história para, interrompe-se a sucessão de acontecimentos, personagens e cenários, mas prossegue o discurso, o texto” (COIMBRA, 1993, p. 63). Na obra de Dorrit Harazim, há uso constante também de retardações com evocação de momentos

anteriores (COIMBRA, 1993, p. 55), com retrospectivas dentro dos chamados (no jargão jornalístico) “boxes”, separados do texto principal, ou mesmo dentro deste, como no caso da reportagem “Com a mão na massa (cerebral)”, de *piauí*. Nela, o recurso é inserido logo no início, com os dois primeiros parágrafos remontando à história do século 15, para só então se chegar, no terceiro parágrafo, ao momento em que se passa a narrativa, estabelecendo-se uma conexão entre os dois momentos ao mesmo tempo tão distantes e tão próximos:

Existe um quadro do holandês Hieronymus Bosch, no Museu do Prado, em Madri, chamado *A Extração da Pedra da Loucura*, que foi pintado no fim do século XV. Quatro personagens compõem a cena campestre. De pé, um cirurgião, retratado como charlatão, porta um funil invertido à guisa de chapéu. A seu lado, há um ajudante e uma anciã pensativa, com um livro na cabeça, talvez simbolizando a verdadeira ciência. Sentado, um doente incauto e assustado é submetido a uma trepanação, a perfuração do crânio por um trépano, instrumento cirúrgico com a função de uma furadeira.

Referências a esse procedimento, usado no tratamento de doenças mentais ou epilepsia, remontam à era neolítica, quando foi desenhado em pinturas rupestres. Na Idade Média, curandeiros garantiam ter extraído de dentro da cabeça do demente as pedras que estariam causando sua loucura. E se guardava o pedaço de crânio retirado, como amuleto contra o mau-olhado. Essa operação de emergência primitiva, talvez a mais antiga de que se tem registro forense, consta do *Livro da Cirurgia de 1497*, de Hieronymus Braunschweig.

Nas primeiras horas da madrugada de uma terça-feira de fevereiro, Thiago de Bellis optou por fazer algo parecido num paciente depositado na emergência do Hospital Municipal Miguel Couto, na Zona Sul do Rio. Foi uma decisão de alta proficiência, destreza e autoconfiança para um carrioca de apenas 29 anos (HARAZIM, 2011, grifos da autora).

O que se nota é uma tendência textual ao pensamento dos defensores do Jornalismo Narrativo e da geração de novos jornalistas novos, que não enxergam delimitações no âmbito da composição jornalística. É como se a dicotomia informação X narrativa, refutada por Clark (2000), passasse despercebida no seio dos textos analisados. Se o Jornalismo Noticioso prima pela informação, pela escrita no modo indicativo, objetivo, pela ordem direta, por frases curtas e vocabulário simples, em certa medida todos esses aspectos podem ser observados na obra de Dorrit Harazim. Mesmo em textos de maior desenvolvimento narrativo, com diálogos, emprego de recursos literários, figuras de linguagem, há sempre espaço para a inserção de números, estatísticas, dados oficiais ou coletados *in loco*, explicações por parte de algum especialista, por meio de citações, ou da parte da própria jornalista. Na reportagem “A face do silêncio”, sobre violência doméstica, publicada por *Veja* no final da década de 1990, Dorrit conta histórias de vida, insere detalhes descritivos físicos e psicológicos, mas também se cerca

de dados concretos coletados junto a órgãos oficiais. Logo no segundo parágrafo, a jornalista traz uma lista deles:

- O Banco Mundial estima que um em cada cinco dias de absenteísmo no trabalho feminino decorre da violência doméstica.
- Ela custa, ao Canadá, 1,6 bilhão de dólares por ano, somando-se atendimento médico e queda de produtividade. Nos Estados Unidos, segundo o BID, essa cota oscila entre 10 bilhões e 67 bilhões de dólares/ano, dependendo dos critérios. No Chile, a violência doméstica engole 2% do PIB.
- Nos Estados Unidos, um terço das internações de mulheres em unidades de emergência é consequência de agressões sofridas em casa; em algumas cidades, elas são mais do que as de vítimas de acidentes de carro, assaltos e câncer somadas.
- 23% das mulheres brasileiras estão sujeitas à violência doméstica, segundo levantamento da Sociedade Mundial de Vitimologia, sediada na Holanda, entre 138.000 mulheres de 54 países.
- 41% dos homens que espancam suas parceiras também são violentos com as crianças da casa. Um terço dessas crianças tende a perpetuar a agressividade quando crescer.
- No Rio de Janeiro, registram-se 5.098 ocorrências de violência doméstica por mês, ou 170 por dia. Isso significa que a cada hora há sete mulheres em situação de violência, segundo levantamento do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, Cedim (HARAZIM, 1998, p. 80-1).

O detalhe é que, imediatamente na sequência, a jornalista lança um questionamento a respeito dos dados que acabara de relacionar: “Para que empilhar tanto número?”. A resposta vem em forma de citação (recurso do Jornalismo Informativo): “‘É necessário quantificar o problema para torná-lo real aos olhos dos economistas e para a elaboração de políticas públicas’, sustenta o colombiano Tarcísio Castañeda, especialista em políticas sociais” (HARAZIM, 1998, p. 81). Assim como o próprio jornalista pode tornar os números de suas matérias mais palpáveis a seu leitor. No texto “O aprendiz”, sobre os 100 primeiros dias de um político novato no Congresso Nacional brasileiro, a jornalista informa a quantidade de votos que o deputado teve na eleição e que lhe garantiu entrar para a lista de suplentes – até que os dois titulares viessem a se afastar e ele fosse chamado a assumir o cargo no Distrito Federal –, mas também o compara com o que é habitual receber em seu Estado. Aguiar havia ficado no topo da lista dentre os candidatos na eleição, com seus 21 mil votos, uma vez que, no Piauí, “6 mil votos já é uma média considerada boa”. Informação complementar que pode ter sido pesquisada pela jornalista, justamente a fim de se contextualizar a votação de seu personagem, como ter sido fornecida pelo próprio deputado – neste caso, número certamente (ao menos segundo recomenda o manual das boas práticas jornalísticas) checado pela jornalista antes de ser publicado. Afinal, como García Márquez dizia (e sobre o que já se mencionou

anteriormente nesta dissertação), é preciso duvidar de tudo e de todos, ainda mais se a informação vier de uma fonte só.

E aqui cabe adentrar em outro tópico. A pesquisa, a coleta intensiva de dados, vai além da questão da dúvida acerca da veracidade de um fato ou de um número. Quanto mais se consulta – pessoas, arquivos etc. –, mais subsídios se tem para a composição de uma intriga. Para o perfil de Betinho (HARAZIM, 1993, p. 66), Dorrit recorreu, além de a ele próprio, a pelo menos outras 12 fontes: um ex-seminarista e amigo de infância, um amigo e ex-ministro de governo, um médico, um amigo também médico, um ex-governador de Estado, um dos filhos, a assessora de imprensa, um amigo músico, um amigo cartunista, duas funcionárias da funerária que era de seu pai e a secretária (dentre os que foram possíveis de se identificar pela leitura do texto; pode ser que haja fontes que não tenham sido elencadas).

A jornalista Cristina Tardáguila conta que, certa vez, orientada por Dorrit para a cobertura de uma competição de boliche nos Jogos Pan-americanos do Rio, voltou para a redação de *piauí* sem saber tirar as dúvidas da editora quanto às regras do jogo. “Ela me disse: mas você esteve do lado dos melhores caras da América e não perguntou? Respondi que achei que não ia precisar e ela me deu uma lição: mas você pode precisar, então melhor perguntar tudo” (TARDÁGUILA *apud* PIRES, 2015).

É a partir desse volume de informação que Dorrit consegue, por exemplo, reproduzir diálogos, que fazem parte da narrativa dramática e constam da lista dos quatro recursos que constituem o modelo narrativo do Novo Jornalismo, segundo Wolfe. Boa parte dos diálogos apresentados na forma direta, porém, são curtos, a exemplo do reproduzido por Dorrit a partir da conversa entre o presidente Carter e o reverendo King, no texto sobre o serviço dominical. No perfil de Betinho, há uma troca de farpas que ocorrera entre o ativista e um ex-presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mário Amato, em evento do qual ambos participavam.

– Emprego não se gera por decreto, se gera com trabalho. Na qualidade de economista, portanto detestado por Betinho, me parece utópico, conversa de intelectual imaginar o contrário.

– Prezado amigo economista Mário Amato, o considero muito mais um empresário liberal do que um economista – respondeu Betinho *na lata* (HARAZIM, 1993, p. 72, grifo da pesquisadora).

Em uma reportagem como “Mulher, crime e castigo”, de 20 páginas, também só há espaço para diálogos curtos. Um deles, entre a madrinha do filho de uma detenta do Talavera Bruce e as convidadas do batizado, que seria realizado na capela do complexo penal, o de

Bangu, por um diácono da igreja católica. Segundo o relato, a madrinha, além de se atrasar para a cerimônia, ainda se apresentou com uma touca de plástico na cabeça, provocando confusão.

- Não pode, padre! Tem que tirar! Como é que vai ser madrinha desse jeito? – revoltam-se as convidadas. Começa a gritaria na capela. A madrinha bate pé.
 - Passei henê na cabeça e paguei 1,50 real pelo serviço da colega. Se tirar agora, perco meu dinheiro. Nem pensar.
- O diácono improvisa uma solução sugerindo que a madrinha coloque uma touca de lã branca por cima da de plástico. Ficaria bonito, argumenta. Nada feito.
- Vai parecer menino de rua. Tem que ter respeito. Tem que tirar – exigem as convidadas (HARAZIM, 1995b, p. 102).

No primeiro diálogo, não fica claro se a jornalista o ouviu ou se o reproduzira a partir do que lhe contou, por exemplo, seu entrevistado Betinho – tal como procedeu Capote para inserir em *A sangue frio* os diálogos não ouvidos por ele entre os envolvidos na cena do crime em Holcomb. No segundo, supõe-se que ela o tenha presenciado, em razão de ele constar da reportagem que ela escreveu a partir de sua experiência no presídio. Mas há um terceiro exemplo, em que Dorrit coloca na boca de seu personagem principal, o juiz de futebol José de Andrade, o diálogo que teria sido travado entre ele e o coronel que o agredira verbalmente:

- “Lembro que fiquei transtornado pois o coronel nunca havia gritado antes, só jogava bola, e jogava bem. Achei estranho ele me dar um beliscão e gritar. Dei dois passos para trás, fiquei na minha, parado, e tentei retomar a expulsão do outro jogador. A partir daí foi tudo muito chocante: o coronel me deu um empurrão, eu levantei o cartão amarelo, ele me confronta:
- Ah é, você vai querer me dar cartão, é? Vou ter de sair de campo?
 - Por favor, coronel, retire-se, respondi.
 - Tinha de ser essa cor de merda, mesmo. Preto. Macaco. Tinha de ter essa pele cor de merda...
- José não nota mas sua voz treme. Desvia o olhar ao prosseguir o relato. A família, reunida em volta da mesa da cozinha, ouve em silêncio. Dois de seus oito filhos, de 5 e 9 anos, estão como que grudados ao chão. Sequer piscam. As duas irmãs (de 34 e 37 anos, ambas profissionais e aguerridas) borbulham de indignação muda. A mãe viúva, dona Ana, tem medo da humilhação do filho (HARAZIM, 2006, p. 18).

Também este, como se percebe, um diálogo curto, que talvez não abarque toda a conversa tida entre os interlocutores – como ocorre na grande maioria dos textos analisados de Dorrit. A única exceção foi o reproduzido na matéria “Cisjordânia, a posse mais discutida de Israel”, publicada à página 18 do 1º Caderno do *Jornal do Brasil* de 17 de julho de 1977. Este, sim, aparentemente relatando toda a conversa tida entre entrevistadora, Dorrit, e sua

entrevistada, uma jovem refugiada de 20 anos, com a ajuda de um intérprete palestino. O diálogo completo pode ser acessado no Apêndice 2. Aqui, o trecho inicial:

- Você já ouviu falar em Menachem Begin?
- Não.
- Yitzhak Rabin? Em Golda Meir?
- Sim.
- Em Yasser Arafat?
- Sim.
- Quem é ele?
- É o chefe dos fedayin.
- E George Habash e Nayef Hawatmeh?
- Não.
- Anwar Al Sadat, Hafez al-Assad e Muammar Khadafi?
- Sim.
- Você sabe quem foi Napoleão?
- Sei.
- Por quê?
- Porque aprendi na escola.
- Shakespeare também?
- Também (HARAZIM, 1977, p. 18).

Não se trata, neste caso, de uma entrevista ao estilo pingue-pongue, em que se faz uma introdução, anunciando a conversa que o jornalista teve com sua fonte. O texto de Dorrit não faz qualquer menção a isso. O diálogo simplesmente é inserido em meio ao texto e, supõe-se, ser resultado de uma entrevista. É o que Hart (2007, p. 235) chama de diálogo participativo. A leitura dos textos de Dorrit revela, nas entrelinhas, outros diálogos como este, que acabaram não sendo efetivamente demarcados, apesar de intuídos. Em alguns casos, a jornalista se utiliza apenas da resposta de seu interlocutor, seja como citação, como é comum nos textos do Jornalismo Informativo, seja como depoimento de vida, como ocorre de forma acentuada em “A face do silêncio”. Nele, há boxes quase inteiros com relatos da violência doméstica sofrida por mulheres entrevistadas por Dorrit em delegacias das capitais fluminense e paulista. Esse recurso, que transfere o foco narrativo para a personagem, que narra em primeira pessoa, era comum nos textos do inglês Henry Mayhew, citado por Kerrane e Yagoda como um dos precursores do Novo Jornalismo, que via neste expediente uma forma de dar voz aos desfavorecidos que entrevistava em meados do século 19. Em outros casos de diálogo implícito no texto de Dorrit, tem-se a pergunta feita pela jornalista seguida imediatamente da resposta dada pela personagem, entre aspas. Também a reportagem sobre violência contra a mulher é rica nesse sentido. Em um dos boxes com histórias paralelas à principal – recurso também bastante utilizado pelo brasileiro Marcos Faerman –, esses dois tipos de “diálogos” são utilizados. Trata-se da história de uma mulher de 43 anos chamada Alaíze, que Dorrit

encontrou no 99º Distrito Policial do bairro paulistano de Santo Amaro. Depois de contar um pouco sobre ela, Dorrit lhe dá espaço para revelar-se a si mesma na narrativa:

“Que coisa horrível, vir até aqui e denunciar a pessoa com quem vivi a vida toda, que é pai da minha filha, que me conhece melhor que os meus próprios pais. Mas não posso completar mais um ano apanhando. Acho que os abusos e o desrespeito começaram quando eu me tornei dependente dele até para comprar um pente. Eu já tive emprego – fui secretária bilíngue durante mais de dez anos –, mas me deixei convencer a parar de trabalhar. Me tornei a office-girl de luxo do meu marido, sem nenhuma vontade própria. Até para mudar um sofá de lugar eu tinha de perguntar antes [...]” (HARAZIM, 1998, p. 82).

Quando o depoimento de Alaíze é concluído, Dorrit retoma a narrativa na terceira pessoa e diz que a personagem deixou a delegacia tendo em mãos a intimação que deveria ser entregue, ao chegar em casa, ao marido de quem ela acabara de dar queixa. “Por que a intimação não é enviada pelo Correio? Por que não é entregue por um policial? Por que tem de ser logo por ela, que já gastou toda sua coragem indo até a delegacia?”, questiona a jornalista logo na sequência, emendando nas três perguntas a resposta dada pela delegada do distrito, a quem ela, entende-se, teria indagado: “falta de meios”.

O uso de perguntas no texto, aliás, é uma constante na obra de Dorrit. No perfil de 18 páginas de Betinho, o recurso é utilizado nove vezes. Quando descreve a atitude do ativista de perguntar, ao ter uma fitinha de Nosso Senhor do Bonfim atada no pulso na passagem de seu aniversário de 58 anos, se o segundo pedido (correspondente ao segundo nó na fita) poderia ser pessoal (dando a entender que o primeiro teria sido um pedido em favor de sua causa social), Dorrit emenda a sua pergunta: “A qual outro brasileiro ocorreria *não* fazer pedidos pessoais a Nosso Senhor do Bonfim?” (grifo da jornalista). Em outra ocasião, relatando a presença de Betinho em um evento para grande número de pessoas do qual o então presidente do país, Fernando Henrique Cardoso, teria declinado, Dorrit insere outra interrogação: “Qual o ministro de Brasília que arriscaria se medir em público com uma figura que metade do Brasil quer proteger e a outra metade por ele quer ser protegida?”. Em “Mulher, crime e castigo”, ao falar do medo que as presas lhe relataram sobre o que as espera do lado de fora da prisão após o cumprimento da pena, Dorrit deixa a pergunta: “E, se ninguém vier buscá-la no portão azul de Bangu, vai saber tomar ônibus?”. No texto sobre a Guerra do Vietnã, Dorrit já começa com um questionamento – “Vocês vão à guerra esta tarde?” –, numa referência a uma conversa entre os jornalistas correspondentes a serviço no país asiático, mas que também pode ser entendida como uma provocação ao leitor, já que, como afirma Casadei, trata-se de um recurso, que ela chama de código inquiridor, que pode ter efeitos de sentido diversos, devendo

se dar a cada caso uma análise específica. “Tratam-se de manifestações textuais que inserem o leitor na construção textual – uma vez que abre uma expectativa de resposta a essa pergunta – mas apenas no nível pragmático, sem implicações para a significação geral do texto” (CASADEI, 2013, p. 292). Segundo o estudo de Casadei, o código inquiridor foi uma técnica bastante utilizada pela revista *Manchete* nos anos 1960, mas que caiu em desuso na geração de periódicos subsequente, da qual *Veja* faz parte. De acordo com a pesquisadora, embora ainda possa ser visualizado em “alguns poucos textos” da revista, esse tipo de recurso só veio a se manifestar nas publicações de informação ainda em circulação nos dias hoje vinculado “mais ao estilo pessoal de algum repórter” (2013, p. 383) – como parece ser o caso de Dorrit.

Na classificação da pesquisadora, o inquiridor é um entre os códigos padrões que articulam a função testemunhal do repórter enquanto actante narrativo. Em casos como os dos textos de Dorrit, cuja predominância é do modo impessoal, do foco narrativo na terceira pessoa – que visa justamente ao apagamento do autor –, o recurso apresenta-se como uma alternativa para se indicar a presença participante da jornalista, através de seu questionamento direto. Da mesma forma que ocorre com o código impressionista, também utilizado por Dorrit. O código impressionista, segundo Casadei (2014, p. 190), é marcado pela presença do repórter no local do fato, “articulado a partir do ponto de vista de um narrador comprometido, cujas impressões transbordam no relato”, mas cuja experiência não é narrada em primeira pessoa, e sim em terceira pessoa ou através do fluxo de consciência.

No Talavera Bruce, em determinadas descrições do lugar, percebe-se serem aqueles os sentimentos da jornalista. “O espaço em cada cela é equivalente a uma cama de casal, mais um ‘anexo’ de 90 centímetros separado por uma mureta baixa, onde às vezes existe um vaso sanitário sem instalação hidráulica. O teto *aflige*, de tão alto” (HARAZIM, 1995b, p. 100, grifo da pesquisadora). Em uma das delegacias visitadas para compor “A face do silêncio”, também se percebe a presença da repórter no local, pela forma como ela descreve a cena que vê. Mas é uma descrição feita de forma comprometida, com traços de opinião nas estrelinhas, tais como os comentários e reflexões usuais na narrativa de Dorrit já mencionados por este trabalho:

Para que a sociedade possa produzir respostas institucionais de prevenção e combate à violência doméstica, estatísticas são, de fato, essenciais. Mas, para retratar o real estrago de uma vida espancada, elas não servem. Para isso, mais vale fazer ponto numa das quase 260 Delegacias da Mulher espalhadas pelo Brasil e observar o silencioso desfile de mulheres que vão chegando. Há a que vem de celular na mão, há a que traz uma fitinha de Nosso Senhor do Bonfim amarrada na sacola de plástico. Quem sabe a sorte muda. Há a que esconde a marca da brutalidade sofrida na véspera; outra estampa o medo da

violência que não deixa impressão digital. Todas parecem ter a mesma expressão no olhar. É um olhar vazio, perplexo e derrotado. Ele espelha o caminho que cada uma percorreu até a delegacia, para expor as feridas mais íntimas de sua vida (HARAZIM, 1998, p. 81).

Dos textos analisados, apenas dois apresentam foco narrativo testemunhal em primeira pessoa. Um dos casos ocorre no primeiro texto assinado de Dorrit (segundo apurou esta pesquisa), sobre a Guerra do Vietnã. Ela se utiliza por duas vezes do pronome oblíquo “nos”. “Quando, às 9h30 da manhã, o amável e sorridente comandante Am Rong *nos* reúne no primeiro andar do prédio [...]” e “Na última quarta-feira, entretanto, o comandante Am Rong [...] teve a satisfação de *nos* apresentar um espetáculo mais vivo [...]”. O outro caso é no texto sobre o 11 de Setembro: “‘Pelo amor de Deus não beba água da torneira’, *me* implorou um amigo da Califórnia, por telefone, por ter ouvido no rádio que os ataques terroristas haviam detonado armas químicas e bacteriológicas”. Em ambos os casos, em que se têm textos narrados predominantemente na terceira pessoa, supõe-se ser as referências em primeira pessoa um desvio não proposital da jornalista.

Mas se o “nos” e o “me” parecem ter escapado à intenção da jornalista, outro detalhe de sua narrativa aparenta ser bem pautado pela intenção: o vocabulário. A linguagem simples, pela qual tanto prima o Jornalismo Informativo, em oposição ao rebuscamento apresentado no período anterior, do Jornalismo Opinativo, se constitui na matéria-prima do texto de Dorrit. Ressalte-se que não todo o tempo. Mesmo optando por uma linguagem capaz de alcançar mesmo pessoas de poucas letras, não raro são vistos termos escolhidos a dedo, de acordo com a ocasião narrada, como “ruidosa”, “imberbe”, “acachapante”, “torposo”, “arguta”, “obliterar”, “vagalhão”, “emulação”, “caciquia”, “depauperada”, “abissal”, “estofa”, “modorrenta”. Mas eles são a grande minoria em meio à fala simples, do dia a dia, beirando algumas vezes ao coloquialismo das gírias. Alguns exemplos encontrados na análise: “do pedaço”, “da pesada”, “traça” (de ‘fulano traça um bife à parmegiana’), “badulaques”, “tosca”, “inteiraça”, “flui manso”, “bombando”, “muvuca”, “na moita”. Algumas expressões, muitas delas em sentido conotativo, revelam senso de humor da parte da jornalista e são, no mínimo, curiosas. Tais como as utilizadas para definir as personagens que ela encontrou na Talavera Bruce: “louraça ebuliente”, “furacão platinado”, “ares de Julia Roberts selvagem”, “justiceiras Robin Hood”. Ou como as inseridas no perfil de Betinho: “está ferrado”, “tirar o couro do interlocutor”, “carro que pifou”, “em sua agenda doida”, “shortinho de moleca”, “é a mais elétrica da galera”, “não havia pregado um único prego em barra de sabão” – nesta última, se referindo ao próprio personagem. Ou quando se alude à situação em que se encontrou Betinho em uma determinada visita ao presídio feminino do Rio, a qual Dorrit

acompanhou (anos antes de sua imersão de oito dias): “Quase foi sufocado de tantos beijos na testa, com batom vermelho e tudo” (HARAZIM, 1993, p. 78). E ao introduzir a matéria para a *piauí* sobre a Feira do Rolo de São Mateus, um mercado informal a céu aberto, Dorrit escreve: “Com R\$ 53 bilhões do 13º salário bombando a economia natalina, qualquer biboca com algo para vender tende a fervilhar em dezembro” (HARAZIM, 2006b).

Note-se que boa parte dos termos citados são adjetivos. Não há texto de Dorrit, ao menos entre os analisados, em que não se tenha ao menos um único adjetivo que seja. O casamento de Charles com sua “jovem e luminosa noiva” Diana, no início da década de 1980, foi chamado no texto da jornalista para *Veja* de “espetáculo”. Uma festa que, apesar de algumas falhas, no geral, foi “majestosa, irrepreensível”, com “carruagens douradas e cavalos garbosos”, além de outros momentos “estupendos”, que antecederam à tão aguardada lua-de-mel dos noivos no “indevassável” Palácio de Broadlands. Assim como também ganhou o título de espetacular o velocista jamaicano Usain Bolt, na matéria sobre sua performance competitiva e comunicativa (“É difícil imaginar alguém que alie tanto carisma e destreza em comunicação quanto Bolt”, diz um trecho do texto) nos Jogos Olímpicos do Rio, escrita para *O Globo*. Espetacular até no título: “O atleta-espetáculo”. Ou, como melhor definido no último parágrafo: “Usain Bolt é um atleta-espetáculo, além de um espetáculo de atleta” (HARAZIM, p. 10, 2016). Tipo de “gordura” que, como se viu, a partir da década de 1920 começou a ser expurgada das páginas dos jornais brasileiros por parte dos modernistas que assumiram cargos de chefia nas redações, como Graciliano Ramos. Se ele, certa feita, chegou a mandar o “outrossim” de um redator à “puta que o pariu” (COSTA, 2005, p. 93), da mesma forma poderia se incomodar com o “entrementes” usado em um dos textos de Dorrit da década de 1990. Ainda mais em meio a um parágrafo de traços tão autorais como este:

Entrementes, quase foi consumido por uma tuberculose, *que lhe roubou* três anos de adolescência, passou outros catorze fugindo da ditadura brasileira e carrega no sangue desde 1986 o vírus da Aids, que já levou seus dois irmãos também hemofílicos, o cartunista Henfil e o músico Francisco Mário. Como ele mesmo observa, sua vida tem sido uma experiência de risco. *E se bruxas há, elas apontaram todas as vassouras contra ele* no último dia 13 de agosto: contraiu uma infecção estomacal, seguiu-se uma hemorragia intestinal, *sumiram-lhe 7 quilos. A morte rondou*. Mas como seria muita *escolhambação* morrer de problemas gástricos, e não de doença relacionada à Aids, *Betinho reapareceu na vida duas semanas depois, com ar maroto* (HARAZIM, 1993, p. 68-70, grifos da pesquisadora).

Nesse aspecto, Dorrit e Tom Wolfe, por exemplo, se assemelham, apesar de que ela descarta outros recursos que, pare ele, são indispensáveis, como as exclamações, as

reticências e as onomatopeias. Com relação a esses, parece haver um comedimento da parte dela, evitando-se, por exemplo, o uso do ponto de exclamação em casos em que se percebe haver entonação exclamativa, como em “Funaro lutou contra a morte, de câncer, com tenacidade. Betinho batalha pela vida com alegria. Um espanto” (HARAZIM, 1993, p. 74).

Metáforas, hipérboles, gradações, ironia são elementos de linguagem figurada adotados pela jornalista. Assim como as comparações. “O segredo de Betinho é bem mais transparente que a fórmula da Coca-Cola, mas talvez mais difícil de copiar [...]”, diz o perfil do ativista, que também dispõe desta: “Político de Brasília sabe articular, Betinho sabe motivar. Político sabe discursar, Betinho sabe se fazer ouvir. Político tem clientela fixa, Betinho é um atravessador”. Para dimensionar uma autopista de San Diego que as labaredas de um incêndio florestal foram capazes de cruzar, Dorrit a descreveu como “duas vezes mais larga que a Via Dutra”, e após dizer que “propriedades avaliadas em US\$ 3 milhões eram mostradas na TV com a água das piscinas literalmente fervendo, colunas gregas derretendo feito geleia e fileiras de palmeiras transformadas em tochas”, a jornalista concluiu ser aquele um cenário como os de “filmes-catástrofe”. Aliás, muitas das comparações exibidas nos textos guardam relação com o cinema. “A fronteira entre ficção e realidade está tão tênue que se King Kong aparecer no topo do Empire State Building ninguém achará estranho”, diz o texto sobre os atentados de 11 de setembro. E quando não com o cinema, com a música, como quando ela conta que o médico neurocirurgião de um hospital do Rio tem tomado mais cuidado com mãos e braços, evitando esportes radicais, porque deles depende para seu trabalho, inclusive fazendo exercícios diários com os dedos, “um pouco como o pianista que, para encarar algumas sonatas de Beethoven, precisa cruzar as mãos no teclado para não interromper a fluidez da melodia e do acompanhamento”, diz ela.

Outra situação a se ressaltar: se o Jornalismo Informativo expurgou as opiniões comuns ao jornalismo do período anterior, Dorrit não seguiu na mesma linha. São muitas as ocasiões em que ela tece comentários ou faz reflexões filosóficas. Ao falar das insinuações de “despreparo político” direcionadas a Betinho quando este, em seus momentos mais expansivos, dizia coisas como “se eu fosse presidente da República eliminaria todos os ministérios e governaria as coisas públicas através das agências do Banco do Brasil”, Dorrit comenta: “Besteira. É sabido que Betinho sabe falar sério” (e aqui, apenas retomando um item anterior, mais um exemplo das exclamações que não recebem o ponto de exclamação). Em outro ponto do mesmo texto, a jornalista diz que “ninguém resiste a romancear um pouco a sua própria biografia, sobretudo quando ela é pálida”, tendo na sequência um comentário sobre seu perfilado: “Betinho não precisa de arabescos. Basta-lhe o humor”. Ao contar uma

situação ocorrida com uma das presas do Talavera, que teve a cela faxinada pelas agentes carcerárias depois de um comportamento não condizente com o código de conduta da prisão, Dorrit sugere, ao encerrar o parágrafo, que “é infinito o poder de humilhação de guardas que gostam de humilhar” (HARAZIM, 1995b, p. 90). E ao encerrar o assunto do batizado da filha da presa, na capela católica, na presença da madrinha de touca plástica na cabeça, ela diz: “A madrinha capitula, do henê e do seu 1,50 real. Manhã de sábado cara essa, mas o batizado foi bonito” (HARAZIM, 1995b, p. 103).

Também na linha oposta ao Jornalismo Informativo está o emprego de detalhes concretos. Trata-se de um dos elementos da narrativa dramática, segundo Hart (2007a, p. 111), em contraste com o que ocorre com a narrativa sumária, em que o texto é permeado pela abstração. Histórias pormenorizadas, ao estilo do que Yagoda e Kerrane classificam como um dos formatos dentro da categoria *Telling tales*, tal como fez Talese para escrever o perfil de Sinatra ou Capote em seu *A sangue frio* (usando-se exemplos já mencionados nesta dissertação), são possíveis quando a coleta de dados recebe uma atenção especial do jornalista – afinal, é no contato com as pessoas e as situações que o detalhamento se torna possível de figurar nas páginas dos jornais. Além disso, trata-se de um trabalho que elenca não apenas entrevistas, pesquisa, checagem de fatos, mas também um grande esforço de observação, ao estilo de João do Rio, em suas andanças pelas ruas do Rio de Janeiro. Ele trazia para seus traços sobre a cidade e sobre seus moradores, com descrições físicas que, segundo Hart (2007b, p. 237), podem apresentar traços de caráter, “trazendo a imagem da personagem à vida na mente do leitor”. Ao apresentar o médico que cuidou de Betinho quando criança, em todas as suas necessidades enquanto hemofílico que era, Dorrit o descreve com detalhes permitidos somente a partir de um olhar atento: “O doutor Expedito Rolla Guerra é daquelas pessoas que mesmo quando estão sentadas no sofá mais confortável de sua casa não deixam o corpo perder o vinco. Aos 77 anos, mantém cada fio de cabelo no lugar – não por vaidade, mas por asseio” (HARAZIM, 1993, p. 71). Na descrição de outro médico, Paulo Niemeyer, que cuidou do jornalista Marcos Sá Corrêa quando da recuperação de seu acidente e aparece na reportagem “Com a mão na massa (cerebral)”, a jornalista conta tanto o que observou a respeito do trato dele para com seus pacientes, como também detalhes de seu consultório, objetos, que, como afirma Coimbra (1993, p. 66), muito podem revelar sobre a pessoa retratada, tanto quanto um gesto, uma expressão facial ou o seu próprio silêncio.

Aos 59 anos, conseguiu chegar à condição de sumidade da medicina sem afetação nem soberba. É comedido no vestir, metódico ao explicar e direto nas respostas a pacientes e familiares. Na sua sala convivem tranquilamente

uma miniatura de barro do Chacrinha e a reprodução de uma gravura sombria de Giorgio de Chirico. Nem seu computador é de última geração (HARAZIM, 2011).

A fala, os silêncios, os gestos, os olhares, o riso e os toques de seus personagens são recursos bastante aproveitados nos textos da repórter-testemunha Dorrit, principalmente em relatos de histórias de carga emocional ampliada. No reportagem sobre a Guerra do Vietnã, de apenas duas páginas de revista, Dorrit contou que os jornalistas foram reunidos em um determinado dia por um comandante “amável e sorridente”, que este mesmo comandante, em outra oportunidade, respondeu a uma pergunta “por trás de um sorriso ambíguo” e que o militar khmer, no geral, “não demonstra segurar o fuzil com grande disposição – em compensação está sempre pronto a um sorriso”. E ao noticiar o 5º lugar obtido por Daiane dos Santos na prova de solo nas Olimpíadas de Atenas, em 2004 (enquanto a expectativa era um 1º lugar ao som de “Brasileirinho”), a jornalista disse que, decepcionada com seu desempenho e a nota recebida dos jurados, a ginasta foi se abrigar no banco entre seu técnico, Oleg Ostapenko, e o médico Mario Namba, e que este a acolheu com um abraço; que os três “olham para todos os lados – chão, teto do ginásio, para o nada – durante as apresentações seguintes”; que, ao ser anunciada a nota da romena Catalina Ponor, grande rival da brasileira, Daiane e o técnico “saem do torpor, acompanham tudo pelo telão e se dobram ao magnetismo da exibição: palmas para a nota 9.750”; e que, “finalmente, após 19 minutos de diálogos curtos, silêncios, mais silêncios do que diálogos, Oleg abre os seus braços de urso e acolhe Daiane”.

Entre os textos ricos nesse tipo de detalhes está o do casamento de Charles e Diana. São várias as passagens descritivas físicas e psicológicas sobre os participantes da cerimônia na Catedral de São Paulo, em Londres, como esta, sobre a rainha da Inglaterra:

Elizabeth II, aparentemente, não estava de bom humor. Resultado: não se constrangeu em permanecer carrancuda – de tensão emocional, dizem. Além disso, extravasou naturalmente sua impaciência: punha os óculos, tirava os óculos, folheava mecanicamente as dezessete páginas de um programa que já conhecia de cor, e chegou a morder os lábios várias vezes. A princesa Anne, irmã de Charles, por sua vez, deixou a habitual cara fechada em casa e, ao lado do marido Mark Philips, desapontou seus críticos mostrando-se radiante e tagarela. O duque de Edimburgo, informal como sempre, cochichou várias vezes no ouvido de sua majestade. Para os *royals*, as emoções foram as de uma grande festa de casamento em família – o fato de cada um de seus gestos estar sendo transmitido para quase 1 bilhão de pessoas parecia secundário. Afinal de contas, nenhum deles estava com medo de errar (HARAZIM, 1981, p. 47-8).

Ao inserir no texto “O aprendiz”, de *piauí*, uma das conversas que teve durante um dos encontros com o congressista Elizeu Aguiar, então o mais novo representante do Estado do Piauí em Brasília, a jornalista detalhou um gestual expressivo do homem quando este lhe contou como fora a cerimônia de posse em seu cargo: “[...] desenhou a cena na toalha da mesa do restaurante. ‘Na sala do presidente tinha uma mesa enorme assim. Uma parte dos novatos sentou desse lado aqui, a outra parte do lado de lá. Eu era o último, na ponta de cá’, apontou com o garfo” (HARAZIM, 2009).

Na reportagem “A globalização de Dona Pureza”, da edição de 12 de novembro de 1997 de *Veja*, a descrição de detalhes é capaz de indicar que a jornalista acompanhou sua personagem, Dona Pureza, no ônibus de volta a sua terra, Bacabal, no Maranhão, depois da visita que fizera a Londres, para receber um prêmio. A narrativa inclui gestos, falas e comportamentos, descritos de forma minuciosa – como reverenciada pela FNPI em sua premiação. O segundo parágrafo do texto sobre Dona Pureza é bastante característico da escrita de Dorrit no geral:

Uma vez instalada no ônibus, Dona Pureza dobrou o lindo lenço de lã inglesa que ganhara na viagem – “Parece rede de amarrar no pescoço”, definiu – e não cochilou um segundo durante as quatro horas de estrada. Numa das paradas, comprou uma espiga de milho assado. “Milho é bom para enganar a dor de dente”, ensina, referindo-se a um nervo exposto que a atormenta. Por fim, 32 horas após ter embarcado no aeroporto internacional de Heathrow, pisou novamente em sua casa de tijolo sem reboco da Quadra L, Rua 3, na Vila São João, o bairro mais pobre e popular de Bacabal. “Não via a hora de botar meu pé no chão geladinho de laje”, festejou. “O coitado ficou todo empacotado, o mês inteiro.” Sapato, nunca mais. Ou melhor, só quando aceitar os convites que continuam a chegar, dessa vez do México, Itália e Holanda (HARAZIM, 1997, p. 106).

E mesmo quando se percebe a não presença da jornalista no local dos fatos, também os detalhes estão presentes. Um texto bastante rico nesse sentido, especialmente sobre as reações do personagem, é o da história do imigrante brasileiro acusado de estupro – embora, neste caso, Dorrit não tenha acompanhando os momentos de agonia do rapaz. O texto de Dorrit começa da seguinte forma:

Num espaço de 48 horas da semana passada o mineiro Junior, de 24 anos, aprendeu mais sobre a condição de imigrante sem documento na América do que em seis meses na Grande Boston, vindo de Resplendor. Foi o bastante para pensar em suicídio, gemer de medo em posição fetal e renascer com fé dobrada em Deus e espanto com um pedaço de vida legal nos Estados Unidos (HARAZIM, 20/3/2005, O País, p. 14).

Ao descrever a presença do rapaz diante do juiz na segunda audiência a que teve de comparecer, Dorrit conta como ele esteve temeroso: “ali, já sem algemas ou correntes mas não libertado do medo [...]” (HARAZIM, 2005, p. 14). Mais adiante, depois da libertação, ela diz que ele “sabia que, mesmo nos EUA, era melhor ser Bin Laden do que estuprador”, e que tudo o que ele “quer e precisa é contar para os amigos” o que havia acabado de se passar. É uma das situações em que o trabalho de apuração se torna suficiente para suprir a ausência *in loco*, que, claro, nem sempre é possível. Talese não pôde fazer uma entrevista com Sinatra, mas, mesmo assim, apresentou um texto minucioso nos detalhes, de forma que chega até a incluir pensamentos, apreensões e outros sentimentos dos retratados.

4.3 A representação do Outro

Estudioso das narrativas jornalísticas, o professor e pesquisador brasileiro Fernando Resende (2009a) lamenta que, nos dias atuais, a prática do jornalismo tenha estado distante de enfrentar o desafio de lançar-se ao encontro do Outro – esse Outro que é apresentado nos estudos de Ricoeur como a razão de ser das histórias que são contadas. “Contamos histórias porque, afinal, as vidas humanas precisam e merecem ser contadas” (RICOEUR, 2010a, p. 129). E o teórico vai além. Coloca na conta da narrativa a responsabilidade de se fazer notar as mazelas e desmandos da sociedade, dizendo que as vítimas desse contexto gritam “menos por vingança do que por narrativa”, porque somente a narrativa é capaz de não deixar-se esquecer dos crimes que causam tanto sofrimento e, sendo assim, somente ela “pode fazer com que esses crimes não ocorram nunca mais” (RICOEUR, 2010c, p. 323). Reflexão que atinge a perspectiva jornalística, mesmo que Ricoeur não a tenha apontado em *Tempo e narrativa*, na qual está a base deste trabalho.

Como descrito no início do capítulo, ao longo da carreira, Dorrit Harazim pôde escrever de tudo um pouco, em razão da liberdade que teve para isso – à exceção de seus dez primeiros anos na profissão, em que se fazia vigente o AI-5, da ditadura que assombrava as redações. Em razão de sua posição de destaque dos veículos pelos quais passou, na maior parte do tempo ocupando cargos com a responsabilidade de edição, a jornalista teve a oportunidade de por em prática suas próprias pautas. Em entrevista a esta pesquisadora, disse que logo cedo aprendeu que, para escrever sobre assuntos dos quais se gostava, tinha que se antecipar e propor: coberturas, abordagens, personagens. Difícil apontar o que de sua obra é proposição sua e o que não é, mas é possível inferir que boa parte resulte de sua própria

avaliação a respeito do que seja uma boa e relevante história para ser contada. Seus textos dão pistas nesse sentido.

Vários exemplos citados até agora, no tratamento de outras questões, mostram um pouco das escolhas de Dorrit, tanto no que diz respeito ao assunto abordado, como com relação ao ângulo utilizado. Um deles é o perfil do ativista como Betinho e a maneira como ele foi construído, dando a perceber a simpatia da jornalista à causa. A ideia de contar os 100 primeiros dias de trabalho de um deputado novato, certamente não muito interessante às lentes dos veículos de mídia em geral, mostra a busca da jornalista por histórias distante dos holofotes. Numa época em que o jornalista tem cada vez menos tempo para destinar ao cumprimento das pautas, Dorrit reuniu-se com seu entrevistado anônimo por várias vezes para poder traçar um quadro o mais aproximado possível da realidade dos 100 dias do político. Da mesma forma que dispendeu tempo em delegacias de polícia de duas grandes cidades em busca de relatos de mulheres vítimas de violência e uma semana inteira em um ambiente hostil, degradante, como é uma penitenciária, para poder conhecer de perto e em detalhes mulheres que geralmente só aparecem no noticiário em um caso de rebelião ou fuga.

Apesar de este trabalho submeter à análise apenas o primeiro texto sobre o caso de racismo contra o juiz negro, cabe repetir que a jornalista acompanhou os desdobramentos e fez outras matérias para o jornal *O Globo*.⁶⁹ E ainda há outros textos que figuram na relação dos 350 elencados nesta pesquisa e que tratam da mesma forma de questões raciais e de preconceito de cor, de gênero e relacionado à condição social dos personagens. Em um deles, “Erro no provador”, publicado em *Veja*, em 1997, Dorrit conta a história de duas jogadoras de vôlei, altas, corpulentas, negras, que foram confundidas com travestis no provador de uma loja de departamentos. Uma cliente chamou um segurança, que, por sua vez, ao ver uma mulher, também negra, do lado de fora da repartição da loja, perguntou: “A senhora é que é a mãe daqueles dois travecos lá dentro?”. O diálogo Dorrit não o ouviu, mas fez questão de reproduzir ao tomar conhecimento dele pelas jovens e sua mãe. Na entrevista para este trabalho, a jornalista conta que ficou sabendo do caso pelo noticiário policial de um jornal. Da mesma forma que ocorreu com o caso do juiz negro, também dessa vez ela resolveu apurar. Outro caso noticiado por Dorrit foi o de uma jogadora de tênis norte-americana, que na verdade era ‘ele’ e se mantinha no anonimato até que um jornalista descobriu sua identidade de antes da cirurgia para mudança de sexo. Curioso é que a temática é a figura no primeiro

⁶⁹ Na entrevista à pesquisadora, Dorrit afirma que chegou a se indispor com a direção de um grande jornal de São Paulo que mantinha contrato com o grupo Globo e replicava suas reportagens. O diretor do periódico teria se recusado a publicar a continuação das reportagens, e o motivo, que não estava relacionado a ela e sim ao assunto, chegou aos seus ouvidos. Ela exigiu, segundo afirma na entrevista, que o contrato com o jornal fosse encerrado.

texto assinado pela jornalista como editora de Internacional do Jornal do Brasil, na década de 1970. Da mesma forma que os 20 textos objetos de análise desta pesquisa, esses dois trabalhos de Dorrit estão listados no Apêndice 2, para leitura.

Percebe-se, nesse sentido, que Dorrit, ao menos nesse aspecto, segue a linha do Novo Novo Jornalismo, cujos representantes, numa declarada pegada de preocupação social, criam e aprimoram técnicas de imersão para poder retratar o Outro, e as situações em que este esteja inserido, da forma mais aproximada da realidade possível – com a diferença de que, muitos jornalistas dessa nova geração, acabando publicando suas reportagens em livro, devido a sua extensão, e Dorrit não. Também na entrevista à pesquisadora, a jornalista declarou que já fora procurada algumas vezes com a proposta de publicação de livros, em especial para a compilação de textos já escritos, mas ela se recusa. Diz que o que escreveu já teve sua função sendo publicado em jornal ou revista. E a história, para ela, termina ali.

Fato é que a preocupação social se faz presente nos textos de Dorrit, mesmo que ela própria não goste de comentar a respeito, nem de dizer que seria esta uma missão vocacional do jornalista. A reportagem sobre as vítimas de violência doméstica poderia ser classificada como um texto jornalístico completo só com os números, citações e descrições que ela usou, mas ela ainda incluiu a voz das vítimas em boxes destinados para depoimentos integrais. Segundo Künsch, trata-se de uma atitude de preocupação com os Zés e as Marias anônimos. Preocupação de um repórter “solidário com sua gente”, que “frequenta as ruas onde vivem os anti-heróis das sociedades contemporâneas, rotineiramente despautados por ousadias outras, cuidadosamente afastados do *glamour* dos deuses e deusas *socialites*”, sem vergonha de “ir aonde o povo está” (2000, p. 21, grifos do autor). Os novos jornalistas novos demonstram essa atitude, assim como os predecessores do Novo Jornalismo, e os próprios novos jornalistas, também o faziam. Sylvio Floreal, como diz Bulhões (2007, p. 120), ‘descia aos infernos’ e retratava a realidade de bêbados, loucos, detentos. De forma geral, há um retrato dos simples, dos comuns.

A reportagem com Dona Pureza é exemplo dessa abordagem nos textos de Dorrit. A jornalista chegou até a maranhense porque esta recebera um prêmio internacional, indicada que fora pela Pastoral da Terra, por sua atuação contra o trabalho escravo. Clark, em um de seus artigos, pergunta: para onde a câmera está apontada? O olhar do repórter? Nesta situação em específico, se poderia ter como alvo o fato de o país ter recebido a honraria, em um texto mais informativo, com entrevistas com especialistas que pudessem dizer o quão relevante é o prêmio para o país, ou esclarecessem melhor qual a situação nacional a respeito do trabalho escravo. Mas Dorrit preferiu focar na vencedora do prêmio, uma dona de casa semianalfabeta,

que nunca tinha viajado de avião. E não apenas nas circunstâncias relacionadas ao recebimento do prêmio, mas na vida da mulher e na história de como tudo começou. Na realidade, sua luta teve início com a busca por um filho desaparecido, e, no meio do caminho, ela acabou descobrindo crimes e os denunciando, até que fora reconhecida por isso. Como formula Clark, este é um caso em que o “quem” vira caráter; o “o que”, o enredo; o “quando”, a cronologia”; e o “como”, as histórias de vida, havendo a humanização do relato. O Outro ganha mais espaço que as coisas. Ganha até mais espaço que a própria ação em si. Mas, como Ricoeur enfatizou em seu estudo sobre as metamorfoses do romance, ao contrário do que Aristóteles dizia, a narrativa também é de personagens, e não só de ações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Três desafios permearam este trabalho. O primeiro, a escolha do jornalismo narrativo como objeto de estudo. Trata-se de um tema complexo e cheio de variantes, a começar por sua própria definição. Para alguns estudiosos do assunto, é um tipo jornalístico mais bem-definido quando denominado narrativo. Para outros, talvez a grande maioria, melhor é chamá-lo de literário. Outras terminologias são aceitas, mas isso é só um detalhe. Apesar da gama de pesquisas já realizadas a respeito, muito ainda pode ser explorado pela comunidade acadêmica acerca de suas características e usos, especialmente em tempos de reflexão sobre os rumos do jornalismo.

O campo vive um momento delicado, com empresários e produtores de conteúdo jornalístico tentando entender a conjectura e correndo atrás de respostas para a sobrevivência de seus veículos noticiosos. Alguns meios impressos se bandearam para o meio digital e não veem volta, enquanto outros ainda insistem na circulação em papel, aos trancos e barrancos, à custa das mais mirabolantes estratégias comerciais. Uns, apesar de terem migrado para outro meio, continuam com os mesmos conteúdos; outros experimentam novos conteúdos nos meios de sempre. Mas é certo que muitos ainda não encontraram seu caminho em relação a mudanças tão rápidas e impactantes como as que vêm ocorrendo.

No início do século 21, o professor Gustavo de Castro, estudioso da área, dizia em um de seus artigos que o jornalismo estava “agonizante”. Dois anos atrás, em 2015, o cofundador e editor de *piauí* João Moreira Salles dizia praticamente a mesma coisa em entrevista para outro grande observador dos rumos da imprensa, Aberto Dines (que mostrou-se, aliás, mais radical que o convidado). Castro dizia, em 2002, que o dono de jornal precisava urgentemente se questionar sobre o que o seu diário deveria noticiar no dia de amanhã se a internet já havia informado tudo hoje. “Ou ele adapta-se ou cairá no efeito papagaio, a repetir o já dito”, analisava Castro. Moreira Salles, treze anos depois, continuava a alertar para a mesma necessidade, de reinvenção editorial.

García Márquez entendia que a saída para as duas problemáticas – quanto ao meio e à mensagem – era investir em tecnologia, com todas as suas possibilidades, e na narrativa, no relato bem-apurado, de cunho investigativo, mas, acima de tudo, humanizado. Foi com esses ideais que ele criou sua fundação para incentivo e aperfeiçoamento da prática jornalística.

Como indicado no terceiro capítulo desta dissertação, ao longo dos anos, muitos jornalistas mostraram ter o mesmo entendimento do colombiano, praticando o jornalismo narrativo com entusiasmo. Muitos outros, porém, não se convenceram e até refutaram a ideia

de que o jornalismo narrativo nada mais seria do que sinônimo de bom e perene jornalismo. E assim é até hoje – razão pela qual muito há para ser levado à reflexão e estudo.

Este trabalho não versou sobre a problemática do meio, mas tentou trazer alguma contribuição às discussões sobre a mensagem, em torno do caráter narrativo das notícias e de como o jornalismo narrativo pode ser aplicado na prática cotidiana do jornalismo.

O segundo desafio foi optar pela teoria ricoeuriana como aparato metodológico de análise, ainda mais porque seu modelo da tripla *mímesis* não traz em si nenhuma metodologia nesse sentido. O próprio Ricoeur diz que seu objetivo com *Tempo e narrativa* não chegar a conclusões, e, sim, estimular a reflexão. O que, diga-se de passagem, não é uma tarefa fácil. “Os estudantes podem ficar perplexos ao se depararem pela primeira vez com a filosofia de Paul Ricoeur”, avisa a orelha do livro que David Pellauer (2010), professor e ex-aluno de Ricoeur, escreveu para auxiliar na compreensão da obra de seu mestre. Foram necessárias leituras repetidas e exaustivas de uma porção de capítulos da referida trilogia sobre o tempo e as narrativas para poder-se captar a essência do pensamento do teórico francês, visando adaptá-lo ao objetivo deste trabalho. Ao final, acredita-se que a escolha tenha servido ao propósito almejado, permitindo visualizar as nuances que o texto carrega consigo e que diz respeito ao tempo em que ele está inserido, composto de um antes e de um depois que não devem ser desprezados.

Por fim, da mesma forma bastante desafiador foi analisar a obra de Dorrit Harazim e traçar sua trajetória. Por alguns motivos. Um deles resvala na responsabilidade de ser este, até onde se pôde verificar por meio de revisão bibliográfica, o primeiro trabalho em nível de mestrado sobre o texto jornalístico da brasileira. Uma jornalista, aliás, com cinco décadas de carreira, premiada nacional e internacionalmente, reconhecida por seu trabalho em quatro grandes veículos de comunicação brasileiros, atuando por eles dentro e fora do país, mas com pouca coisa sua ou a seu respeito publicada, especialmente em razão de sua aversão aos holofotes. Conforme confidenciado por ela própria na entrevista em profundidade concedida a esta pesquisadora, foram vários anos de flerte por parte de um dos editores da Companhia das Letras até, finalmente, ela aceitar o convite de ter alguns textos seus – os sobre a história da fotografia e de seus fotógrafos – publicados em livro (meio que, muitas vezes, torna o jornalista mais conhecido do que pelos seus próprios feitos via jornal ou revista). Dorrit diz que se convenceu a ver publicados os textos compilados em *O instante certo* (2016) pelo fato de eles comporem um trabalho à parte, sobre um assunto que lhe permitiu, e ainda permite, uma escrita mais histórica do que noticiosa. Para ela, a vida cotidiana da política, das pessoas,

das cidades, dos crimes e violações de direitos, sobre o que ela mais escreveu em toda a sua vida, tem lugar nos jornais ou nas revistas e ali devem permanecer.

Outro motivo diz respeito à pesquisa documental em busca dos textos de Dorrit. Foram necessários alguns meses (após se identificar as principais empresas de notícias para as quais ela trabalhou) até se chegar à relação da obra jornalística haraziniana constante do Anexo 1 desta dissertação e que, por mais que tenha sido levantada de forma bem-apurada, não se caracteriza como definitiva, visto que se tratou de uma pesquisa por palavras-chave em arquivos digitais e não via busca página a página de *Veja*, *Jornal do Brasil*, *O Globo* e *piauí* – o que demandaria, certamente, quantidade de tempo que não se encaixaria em um cronograma de mestrado. Cabe aqui sugerir aprofundamento nesse sentido, em possíveis futuras pesquisas, com vias a não se deixar escapar nenhum texto importante dessa carreira cinquentenária.

Por certo, imbricações outras são possíveis – e até importantes de serem consideradas por outros pesquisadores –, já que o material é vasto e complexo. Primeiramente, em termos de quantidade (foram levantados 350 textos assinados). Depois, pela extensão de muitas de suas obras. Cada uma delas ou a união de alguns pequenos grupos de texto poderia render horas de análise. A reportagem “Mulher, crime e castigo”, escrita para *Veja*, por exemplo, tem 69.583 caracteres (com espaços) e ocupou 20 páginas da revista, entre texto e fotos. Outras tantas matérias seguem na mesma linha, contendo entre 40 mil e 50 mil caracteres, todas elas com várias histórias, vieses e modos de narrar para serem apreciados. Também podem ser traçados comparativos entre os três períodos de Dorrit em *Veja*, entre seu trabalho em revista e em jornal, entre o que ela escreveu para *Veja* e para *piauí*, entre sua obra publicada no *Jornal do Brasil* e em *O Globo*. A cobertura de dez olimpíadas consecutivas também renderia um grande estudo, bem como poderia gerar uma grande análise o foco por ela empregado em seus textos para *piauí*, uma vez ter sido a revista co-idealizada por ela e, portanto, talvez o seu lugar produtivo mais fértil e autoral. Como Dorrit, que é uma mulher, representa a mulher? Afinal, foram vários os textos dedicados ao tema. Como Dorrit representa o mais fraco e com que frequência ela o representa? Este trabalho traz um indicativo a esse respeito, mas o espaço de reflexão está amplamente aberto. Como Dorrit se utiliza das entrelinhas para expor sua opinião sobre o comportamento da sociedade e qual seria essa opinião? Uma análise do discurso poderia ser empregada, porque, o que se buscou aqui foi analisar o processo de representação, como informado no título, e não a representação em si.

Ou seja, por esse pequeno descritivo de possibilidades quanto à obra de Dorrit, percebe-se que o que se tentou fazer com este trabalho foi expor a ponta do iceberg, com uma pincelada sobre o narrar da jornalista brasileira. Diante de uma carreira tão longínqua e

profícua, já ficava bastante evidente logo no início da pesquisa que esta não terminaria com resposta a inúmeras perguntas. Nem era este, obviamente, o objetivo. Bem por isso, há muito que se pesquisar a respeito do jornalismo desta senhora de 74 anos que não para de produzir.

Fato é que, apesar de sua pequenez diante do todo que representa o legado de Dorrit Harazim, este trabalho pôde destacar pontos importantes acerca de sua narrativa. Como se verificou, a jornalista não dispõe de um único modo de narrar, mas de um leque de possibilidades sempre aliadas à técnica e à ética jornalísticas, à qualidade da informação e a ângulos e aspectos – como salientado pela Fundação Gabriel García Márquez – muitas vezes ignorados pela classe profissional. São modos de narrar, ângulos e aspectos que seguem na direção do que Ricoeur considerou como essencial à narrativa: a preocupação com um além-texto, onde o Outro está inserido. “Contamos histórias porque, afinal, as vidas humanas precisam e merecem ser contadas” (RICOEUR, 2010a, p. 129). E tal conduta norteou toda a carreira de Dorrit. Em seus cinquenta anos de carreira jornalística – há de se ressaltar que ela também produziu documentários –, a brasileira realizou um exercício diário de narração e experimentação acerca de como se levar a termo o processo de representação da realidade. Em sua antologia *A arte da reportagem*, o pesquisador Igor Fuser (1996) incluiu uma das reportagens de Dorrit – “Mulher, crime e castigo” –, citando-a como exemplo de narrativa que mostra “como o jornalismo pode ser algo diferente do Big Mac diário da imprensa tecnoburocratizada”. Algo diferente de um “diálogo apressado e superficial” que, segundo o jornalista Carlos Peixoto, já não mais satisfaz o leitor atual.

Se os jornais e revistas devem apostar mais no ato de contar histórias – tal como faz Dorrit e, obviamente, uma série de jornalistas ao redor do mundo – com vias à sua sobrevivência, alguns dirão que sim, outros que não. Tanto que enquanto alguns buscam um lugar ao sol a partir do modelo narrativo, outros continuam a entender o Jornalismo Informativo, do início do século passado, como o único modo de informar os seus leitores. Para o jornalista e escritor Tomás Eloy Martínez (2004), “aos editores custa aceitar que seja essa a resposta a aquilo que estão buscando há tanto tempo”.

À época das reflexões nada animadoras de Castro, iniciativas voltadas ao jornalismo narrativo já davam os primeiros passos. Só para citar a América Latina, tinha-se a colombiana *Malpensante* desde 1996, a salvadorenha *El Faro* desde 1998, a mexicano-colombiana *Gatopardo* desde 2000, a peruana *Etiqueta Negra* e a chilena *The Clinic* a partir de 2001. Depois veio a *piauí*, por exemplo, em 2006, na linha destas e da veterana *The New Yorker*, de Gay Talese e companhia. Todas elas ainda resistem, mas outras não vingaram. Uma pesquisa mais aprofundada poderia dizer exatamente o porquê, o que faltou e o que se fez de errado.

Mas em meio a tudo isso, projeções, estatísticas, achismos ou variações do tipo, se tem em Dorrit uma jornalista que parece mais agir do que pensar a respeito. Ela simplesmente faz do seu jornalismo um jornalismo narrativo, de forma automática e despreziosa. Ela não intitula sua obra como jornalístico-literária. Ela é o que é. É o que podemos entender dela, como tentamos fazer neste trabalho de pesquisa. Talvez Dorrit tenha circulado pela estrada de Acapulco, tido o mesmo *insight* sobre contar histórias que García Márquez teve, e não contado a ninguém. Muito menos a esta pesquisadora na entrevista em profundidade que com ela fizera. De qualquer forma, os textos falam por si.

Seja por meio das considerações sobre as metamorfoses do gênero jornalístico, seja em razão das análises ou dos textos listados no apêndice que visa complementar este trabalho, é possível verificar variadas formas de se praticar o jornalismo narrativo, literário, que pensa o texto jornalístico como história a ser contada. Formas que se pautam, sim, pelas convenções e regras do campo, mas que prezam pela inovação. Pelo simples, porém diferente.

Conclui-se que o jornalismo é um ofício em que se contam histórias. Ponto. E que estas podem se tornar efetivas seja no espaço reduzido de um jornal, que muitas vezes só oferece ao jornalista algo como dez centímetros por duas colunas, ou no espaço sem mesquinha de uma revista como *piauí*, que, segundo Moreira Salles, tem como norma deixar o escritor-jornalista escrever o tanto que ele achar que precisa, até atingir, nas palavras de Ricoeur, a extensão apropriada para operar todos os desenvolvimentos de sua narrativa. Afinal, como diz Martínez,

O jornalismo nasceu para contar histórias, e parte desse impulso inicial que era sua razão de ser e seu fundamento, perdeu-se agora. Dar uma notícia e contar uma história não são sentenças tão distantes como poderia parecer à primeira vista. Muito pelo contrário: na maioria dos casos são dois movimentos de uma mesma sinfonia. Os primeiros grandes narradores foram, também, grandes jornalistas. Entendemos muito melhor como foi a peste que assolou Florença em 1347 através do *Decamerón* de Boccaccio, do que por intermédio de todas as histórias que foram escritas depois [...]. E, ao mesmo tempo, não há melhor informe sobre a educação na Inglaterra durante a primeira metade do século XIX, do que a magistral e caudalosa *Nicholas Nickleby* de Charles Dickens. A lição de Boccaccio e a de Dickens, como as de Daniel Defoe, Balzac e Proust, pretende algo muito simples: demonstrar que a realidade não nos passa diante dos olhos como uma natureza morta, mas como um relato no qual há diálogos, enfermidades, amores, além de estatísticas e discursos. [...] O jornalismo não é uma camisa que se veste por cima na hora de ir para o trabalho. É algo que dorme conosco, que respira e ama com nossas mesmas vísceras e nossos mesmos sentimentos (MARTÍNEZ, 2004, p. 229-0).

REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves de. **A modernização da imprensa (1970-2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. Tradução: J. Oliveira Santos, A. Ambrósio de Pina. 1. ed. São Paulo: Folha de S.Paulo, 2010.
- ARISTÓTELES. **Poética**. Tradução, introdução e notas de Paulo Pinheiro. São Paulo: Editora 34, 2015.
- BAHIA, Benedito Juarez. **História, jornal e técnica: as técnicas do jornalismo**, volume 2. 5.ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.
- BARBOSA, Marialva. “O filósofo do sentido e a comunicação”. **Conexão – Comunicação e Cultura**. UCS, Caxias do Sul, v. 5, n. 9, p. 139-149, jan./jun. 2006.
- BARROS, Laan Mendes de. “Recepção, mediação e midiatização: conexões entre teorias europeias e latino-americanas”. In: JANOTTI JUNIOR, Jeder; MATTOS, Maria Ângela; JACKS, Nilda (Orgs.). **Mediação & midiatização**. Salvador: Edufba; Brasília, Compós, 2012b.
- BENJAMIN, Walter. “O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”. In: _____. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BIRD, S. Elizabeth; DARDENNE, Robert W. “Mito, registro e estórias: explorando as qualidades narrativas das notícias”. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Florianópolis: Insular, 2016.
- BORGES, Rogério. **Jornalismo literário: análise do discurso**. *Sério Jornalismo a Rigor*, v. 7. Florianópolis: Insular, 2013.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- BOYNTON, Robert S. **The New New Journalism: conversations with America’s best nonfiction writers on their craft**. Vintage Books: New York, 2005.
- BULHÕES, Marcelo Magalhães. **Jornalismo e literatura em convergência**. São Paulo: Ática, 2007.
- CARVALHO, Carlos A. de; LAGE, Leandro R. “Pela adoção da perspectiva da pertinência em pesquisas comunicacionais”. **E-Compós**, Brasília, v. 15, p. 1-16, 2012.
- _____. “Sobre contribuições epistemológicas de Paul Ricoeur para estudos em Comunicação: ação, narrativa e acontecimento”. In: FRANÇA, Vera França; ALDE, Alessandra; RAMOS, Murilo César. (Orgs.) **Teorias da Comunicação no Brasil: reflexões contemporâneas**. Salvador: Edufba, 2014.
- CASADEI, Eliza Bacheга. **Os códigos padrões de narração e a reportagem: por uma história da narrativa do jornalismo de revista no século XX**. Tese de doutorado apresentada à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo: ECA-USP, 2013.
- _____. **Como contar os fatos: a história da narrativa do jornalismo de revista no século XX**. São Paulo: Alameda, 2014.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

CLARK, Peter Roy. "The False Dichotomy and Narrative Journalism". **Nieman Reports**, 2000. Disponível em: <<http://niemanreports.org/articles/the-false-dichotomy-and-narrative-journalism>>. Acesso em: 18 de jun. 2016.

COIMBRA, Oswaldo. **O texto da reportagem impressa: um curso sobre sua estrutura**. São Paulo: Ática, 1993.

CONTI, Mario Sergio. **Notícias do Planalto: a imprensa e o poder nos anos Collor**. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

COSSON, Rildo. **Fronteiras contaminadas: literatura como jornalismo e jornalismo como literatura no Brasil dos anos 1970**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

COSTA, Cristiane. **Pena de aluguel: escritores jornalistas no Brasil 1904-2004**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

DANTAS, Audálio (Org.). **Repórteres**. 2.ed. São Paulo: Editora Senac, 2004.

_____. **Tempo de reportagem**. São Paulo: Leya, 2012.

DINES, Alberto. **O papel do jornal: e a profissão de jornalista**. 9.ed. São Paulo: Summus, 2009.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. "Imprensa a serviço do progresso". In: In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. (Orgs.). **História da imprensa no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2013.

ERBOLATO, Mário L. **Técnicas de codificação em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 1978.

FERREIRA JR., Carlos Antônio Rogé. **Literatura e jornalismo, práticas e políticas: discursos e contradiscursos, o Novo Jornalismo, o romance-reportagem e os livro-reportagem**. São Paulo: Edusp, 2003.

FRANÇA, V. Crítica e metacrítica: contribuição e responsabilidade das teorias da comunicação. In: **Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**, 2013, Salvador. Anais... Salvador: UFBA, 2013. p. 1-17.

FUSER, Igor (Org.). **A arte da reportagem**. São Paulo: Scritta, 1996, v.1

GANCHO, Cândida Vilares. **Como analisar narrativas**. São Paulo: Ática, 2002.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2012.

GENTIL, Hélio Salles. **Para uma poética da modernidade: uma aproximação à arte do romance em Tempos et Récit de Paul Ricoeur**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HARAZIM, Dorrit. "Um combate não declarado". **Veja**, São Paulo, p. 50-51, 27 de mai. 1970.

_____. "Carter reza em Plains com negro e branco" **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 8, 22 de nov. 1976.

_____. "Cisjordânia, a posse mais discutida de Israel". **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 18, 17 de jul. 1977.

_____. "Nas bodas, o maior espetáculo". **Veja**, São Paulo, p. 44-51, 5 de ago. 1981.

_____. "Um novo rei nas pistas". **Veja**, São Paulo, p. 52-56, 15 de ago. de 1984.

_____. "Cara a cara com o Brasil". **Veja**, São Paulo, p. 66-83, 29 de dez. 1993.

- _____. “A centrífuga do medo na cidade”. **Veja**, São Paulo, p. 78-89, 23 de nov. 1994.
- _____. “Ícones sem idade”. **Veja**, São Paulo, p. 91-97, 25 de jan. 1995a.
- _____. “Mulher, crime e castigo”. **Veja**, São Paulo, p. 88-111, 7 de jun. 1995b.
- _____. “Mulheres em marcha”. **Veja**, São Paulo, p. 48-67, 6 de mar. 1996.
- _____. “A globalização de Dona Pureza”. **Veja**, p. 106-108, de 12 de nov. 1997.
- _____. “A face do silêncio”. **Veja**, São Paulo, p. 80-87, 1º de jul. 1998.
- _____. “Medo surdo, quase animal”. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 3, 12 de set. 2001.
- _____. “Tablado vazio”. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 1 e 4, 24 de ago. 2004.
- _____. “Uma semana de cão para brasileiros nos EUA”. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 14, 20 de mar. 2005.
- _____. “O cartão vermelho que despertou o juiz negro”. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 18, 5 de fev. 2006a.
- _____. “Blim-Blom: compras natalinas tranquilas”. **piauí**, Rio de Janeiro, dez. 2006b.
- _____. “O mutilado”. **piauí**, Rio de Janeiro, dez. 2007a.
- _____. “Êxodo em massa do inferno”. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 39, 25 de out. 2007b.
- _____. “O aprendiz”. **piauí**, Rio de Janeiro, mai. 2009.
- _____. “Com a mão na massa (cerebral)”. **piauí**, Rio de Janeiro, jul. 2011.
- _____. “A dura escalada”. **piauí**, Rio de Janeiro, jun. 2012.
- _____. “O atleta-espetáculo”. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 5, 17 de ago. 2016.
- _____. Entrevista 1. Entrevistadora: Luciana Quierati. São Paulo, 2016-2017.
- HART, Jack. “Summary vs. Dramatic Narrative”. In: KRAMER, Mark; CALL, Wendy. **Telling true stories: a nonfiction writers’ guide from the Nieman Foundation at Harvard University**. New York: Plume, 2007a.
- _____. “A Storyteller’s Lexicon”. In: KRAMER, Mark; CALL, Wendy. **Telling true stories: a nonfiction writers’ guide from the Nieman Foundation at Harvard University**. New York: Plume, 2007b.
- HUDEC, Vladimir. **O que é jornalismo?** Lisboa: Editorial Caminho, 1980.
- JOÃO DO RIO (Paulo Barreto). **A alma encantadora das ruas**. Belo Horizonte; Crisálida, 2007.
- JORNAL DO BRASIL. “Medo surdo, quase animal”. **Jornal do Brasil**, Internacional, Rio de Janeiro, 2001.
- _____. “Programa”. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 13 a 19 de fev. 2009.
- KERRANE, Kevin; YAGODA, Ben (eds.) **The Art of Fact: A Historical Anthology of Literary Journalism**. New York: Simon & Schuster, 1998.
- KOTSCHO, Ricardo. **A prática da reportagem**. São Paulo: Editora Ática, 2003.

_____. “O pipoqueiro e os filhos da pauta”. In: DANTAS, Audálio (Org.). **Repórteres**. 2.ed. São Paulo: Editora Senac, 2004.

KOVACH, Bill; RESENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo**: o que os jornalistas devem saber e o público exigir. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

KRAMER, Mark; CALL, Wendy. **Telling true stories**: a nonfiction writers’ guide from the Nieman Foundation at Harvard University. New York: Plume, 2007.

KRAMER, Mark. “Narrative Journalism Comes of Age. **Nieman Reports**. Outono de 2000. Disponível em: <<http://niemanreports.org/articles/narrative-journalism-comes-of-age>>. Acesso em: 18 de jun. 2016.

KÜNSCH, Dimas Antônio. **Maus pensamentos**: os mistérios do mundo e a reportagem jornalística. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2000.

LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia**. 4.ed. Florianópolis: Insular, 2012.

_____. “Jornalismo de precisão e RAC”. **Observatório da Imprensa**. Sem data. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/da090420033.htm>>. Acesso em: 14 de ago. 2017.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas**: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura. 4.ed. Barueri, SP: Manole, 2009.

LIMA, Lara V. Silva de. Jornalismo de precisão e jornalismo científico: estudo da aplicabilidade. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2000.

MARANHÃO, Carlos. **Roberto Civita**: o dono da banca. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

MARTINEZ, Monica. **Jornalismo literário**: tradição e inovação. *Sério Jornalismo a Rigor*, v. 10. Florianópolis: Insular, 2016.

MARTINS, Ana Luiza. “Imprensa em tempos de império”. In: _____; LUCA, Tania Regina de. (Orgs.). **História da imprensa no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2013.

MEDINA, Cremilda de Araújo. **Notícia, um produto à venda**: jornalismo na sociedade urbana e industrial. 2.ed. São Paulo: Summus, 1988.

_____. **Povo e personagem**. Canoas: Editora Ulbra, 1996.

_____. **Entrevista**: o diálogo possível. São Paulo: Editora Ática, 2001.

_____. **A arte de tecer o presente**: narrativa e cotidiano. 2.ed. São Paulo: Summus, 2003.

MEYER, Phillip. “Precision Journalism and Narrative Journalism: Toward a Unified Field Theory”. **Nieman Reports**, 2012. Disponível em: <<http://niemanreports.org/articles/precision-journalism-and-narrative-journalism-toward-a-unified-field-theory>>. Acesso em: 14 de ago. 2017.

MOREL, Marco. “Os primeiros passos da palavra impressa”. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. (Orgs.). **História da imprensa no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2013.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Análise pragmática da narrativa jornalística. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (Orgs.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. 3.ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2010.

_____. **Análise crítica da narrativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

NOGUEIRA, Paulo. “Por que as piadas dos chefes são tão populares nas redações”. **Site DCM**, 1º de mar. 2014. Disponível em: <<http://www.diariodocentrodomundo.com.br/as-melhores-piadas-numa-redacao-sao-as-contadas-pelos-chefes>>. Acesso em: 15 de jan. 2016.

O GLOBO. “Leitores ganham oito novos colonistas”. **O Globo**, Rio de Janeiro, 18 de jul. 2010.

PELLAUER, David. **Compreender Ricoeur**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

PEIXOTO, Carlos. “Seis propostas para o próximo jornalismo”. In: CASTRO, Gustavo de; GALENO, Alex (Org.). **Jornalismo e literatura: a sedução da palavra**. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.

PIRES, Carol. **Dorrit Harazim, repórter**. Disponível em: <<https://premioggm.org/2015/07/vencedora-do-reconhecimento-a-la-excelencia>>. Acesso em: 16 de dez. 2015.

REIS, José Carlos. “Tempo, história e compreensão narrativa em Paul Ricoeur”. **Locus Revista de História**, v. 12, n. 1, p. 17-40, 2006.

RESENDE, Fernando. “A narratividade do discurso jornalístico: a questão do outro”. In: **Revista Rumores**, ed.6, v.1, set-dez. de 2009a.

_____. “O jornalismo e suas narrativas: as brechas do discurso e as possibilidades do encontro”. In: **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 18, p. 31-43, dez. 2009b.

_____. “Às desordens e aos sentidos: a narrativa como problema de pesquisa. In: SILVA, Gislene et al. (Orgs.) **Jornalismo contemporâneo: figuras, impasses e perspectivas**. Salvador: Edufba; Brasília: Compós, 2011.

_____. **Tempo e narrativa**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010a, v.1.

_____. **Tempo e narrativa**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010b, v.2.

_____. **Tempo e narrativa**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010c, v.3.

_____. **A metáfora viva**. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

_____. **Do texto à ação: ensaios de hermenêutica II**. Porto: Rés Editora, sem data.

SCANLAN, Chip. “The Hourglass: Serving the News, Serving the Read”. Poynter, jun. 2003. Disponível em: <<https://www.poynter.org/news/hourglass-serving-news-serving-reader>>. Acesso em: 14 de ago. 2017.

SCHUDSON, Michael. “A política da forma narrativa: a emergência das convenções noticiosas na imprensa e na televisão”. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Florianópolis: Insular, 2016.

SEQUEIRA, Cleofe Monteiro de. **Jornalismo investigativo: o fato por trás da notícia**. São Paulo: Summus, 2005.

SETTI, Ricardo. Entrevista 2. Entrevistadora: Luciana Quierati. São Paulo, 2017.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **O adiantado da hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro**. São Paulo: Summus, 1991.

SILVA, Cilene Victor da.; KÜNSCH, Dimas A. “A palavra que cura, a narrativa e o jornalismo interpretativo”. **Líbero**, São Paulo, v. 18, n. 36, p. 15-26, jul-dez. de 2015.

SILVEIRA, Joel. **A milésima segunda noite da Avenida Paulista**. São Paulo: Companhia das Letas, 2003.

SODRÉ, Muniz; FERRARI, Maria Helena. **Técnica de reportagem**: notas sobre a narrativa jornalística. São Paulo: Summus, 1986.

TALESE, Gay. **Aos olhos da multidão**. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 1973.

_____. **Fama e anonimato**. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2013, v.II, 3.ed.

_____. (Org.). **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Florianópolis: Insular, 2016.

TUCHMAN, Gaye. “Contando ‘estórias’”. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Florianópolis: Insular, 2016.

VEJA. “Carta ao Leitor”. **Veja**, São Paulo, 27 de mai. 1970.

VEJA. “Cartas”. **Veja**, São Paulo, 6 de mar. 1974.

VEJA. “Troca de comando”. **Veja**, São Paulo, 14 de ago. 1974.

VEJA. “Carta ao Leitor”. **Veja**, São Paulo, 21 de dez. 1988.

WATSON, Warren. “Narrative style adds life to your pages”. **American Society of Newspaper Editors**, mar-abr. 1999. <<http://files.asne.org/kiosk/editor/99.mar-apr/watson1.htm>>. Acesso em: 17 mai. 2016.

APÊNDICE 1

TEXTOS ASSINADOS POR DORRIT HARAZIM DE 1970 A 2016⁷⁰

Data	Veículo	Título
27/05/1970	Veja	Um combate não declarado⁷¹
03/06/1970	Veja	A guerra de todos os dias
10/06/1970	Veja	A batalha das dúvidas
19/07/1972	Veja	A ruidosa ciranda de Miami
30/08/1972	Veja	A exaustiva caça ao leitor
27/12/1972	Veja	Errando sozinho
11/07/1973	Veja	O petróleo e seus senhores
19/09/1973	Veja	Violência e golpe em Santiago
06/02/1974	Veja	A angústia de partir
18/09/1974	Veja	A CIA espionada
02/10/1974	Veja	O monstro sagrado
06/09/1976	JB	O saque da dra. René (um saque de homem, sim senhor)
07/09/1976	JB	À sombra de Roosevelt e Kennedy
09/09/1976	JB	Pesquisas indicam 54% de abstenção eleitoral nos EUA
18/09/1976	JB	Candidatura de McCarthy altera previsão eleitoral
21/09/1976	JB	Entrevista de Carter à revista “Playboy” provoca confusão no trem da alegria
23/09/1976	JB	Letelier terá enterro com honras em Caracas
25/09/1976	JB	Eleitorado indeciso não se definiu após debate na TV
26/09/1976	JB	Há 16 anos, Kennedy e Nixon mobilizavam o país
02/10/1976	JB	Levi ordena investigação sobre Ford
03/10/1976	JB	Candidatos buscam a melhor imagem
12/10/1976	JB	As chances cada vez menores do presidente
15/10/1976	JB	Um dia bom para o presidente dos EUA
29/10/1976	JB	A 96 horas do grande dia
31/10/1976	JB	Derrota eliminará Carter da política americana
31/10/1976	JB	A reveladora autobiografia do fazendeiro Jimmy Carter
01/11/1976	JB	Último esforço será feito na televisão
02/11/1976	JB	Vantagem mínima leva euforia à equipe de Ford
02/11/1976	JB	Rosalynn e Betty, os melhores cabos eleitorais de...
03/11/1976	JB	Solidão, descrédito, ciúmes, intrigas
04/11/1976	JB	O último tropeço
04/11/1976	JB	Todos os homens do novo presidente
05/11/1976	JB	Nagy aponta melhoras na sociedade húngara
11/11/1976	JB	O fim do reinado kissingeriano
15/11/1976	JB	Carter ganha e igreja abre porta aos negros
21/11/1976	JB	Kissinger promete colaborar com Carter

⁷⁰ Excetuando-se entrevistas em formato de perguntas e respostas, artigos de opinião e produções em coautoria.

⁷¹ Em negrito, os textos que compuseram a análise, constante do Capítulo 4.

22/11/1976	JB	Carter reza em Plains com negro e branco
23/11/1976	JB	Carter começou a ocupação de Washington
04/12/1976	JB	Bert e Jimmy fazem uma dupla afinada
13/12/1976	JB	Uma equipe de transição em busca de futuro político
15/12/1976	JB	O delicado jogo das nomeações
17/12/1976	JB	Young quer aproximação na ONU com o Terceiro Mundo
19/12/1976	JB	Agora, as pressões se voltam para Cuba
08/01/1977	JB	Da cautela à descautela
11/01/1977	JB	Kissinger e a imprensa dizem “até breve”
12/01/1977	JB	Vance garante política não intervencionista
15/01/1977	JB	Nomeação de Todman desagradou liberais nos EUA
18/01/1977	JB	Sorensen rejeita direção da CIA e Carter concorda
21/01/1977	JB	Passeio de Carter após a posse entusiasma o país
01/04/1977	JB	Acordo não é comentado em Bonn
09/04/1977	JB	A RFA negocia mas não cede no essencial
07/05/1977	JB	Um dia de candidato no berço dos Washington
29/06/1977	JB	Israel nega fundamento à nota de Carter
17/07/1977	JB	Cisjordânia, a posse mais discutida de Israel
17/02/1978	JB	África do Sul no tênis é caso cada vez mais político
24/02/1978	JB	Ministro da África do Sul garante o fim do “apartheid” no esporte
01/03/1978	JB	Faroeste para brancos na África do Sul
06/03/1978	JB	Além da cor da pele, pouco une os brancos da África do...
23/09/1978	JB	Sem intimidades
23/07/1980	Veja	Abre-se o espetáculo
30/07/1980	Veja	Avalancha soviética
06/08/1980	Veja	O fim da festa russa
29/07/1981	Veja	Charles sobe ao altar
05/08/1981	Veja	Nas bodas, o maior espetáculo
05/08/1981	Veja	A incômoda espera
06/07/1983	Veja	Passeio raro
04/04/1984	Veja	As armas do campeão
08/08/1984	Veja	Nas águas do ouro
15/04/1984	Veja	Um novo rei nas pistas
21/09/1988	Veja	Os melhores buscam o ouro de Seul
28/09/1988	Veja	Sonhos olímpicos
15/04/1992	Veja	Onde se forja o aço
03/06/1992	Veja	Fora dos Jogos
08/07/1992	Veja	O planeta de Jordan
29/07/1992	Veja	Festa da utopia real
29/12/1993	Veja	Cara a cara com o Brasil
21/09/1994	Veja	Ruth, o fator novo no pedaço
23/11/1994	Veja	A centrífuga do medo na cidade
28/12/1994	Veja	O país quer dar certo
25/01/1995	Veja	Ícones sem idade
07/06/1995	Veja	Mulher, crime e castigo
06/03/1996	Veja	Mulheres em marcha

04/12/1996	Veja	Abaixo do Equador
12/03/1997	Veja	O fotógrafo da luz
28/05/1997	Veja	Como funciona o AA
09/07/1997	Veja	O triunfo final de Che
16/07/1997	Veja	A última viagem
13/08/1997	Veja	Qualé, cumpádi?
20/08/1997	Veja	O articulador do possível
05/11/1997	Veja	Erro no provador
12/11/1997	Veja	A globalização de dona Pureza
04/02/1998	Veja	A geração Chelsea merecia mais
18/02/1998	Veja	Vidas em suspenso
08/04/1998	Veja	A solidão do não saber
01/07/1998	Veja	A face do silêncio
05/08/1998	Veja	Um mestre do privado
09/09/1998	Veja	A grande transição
10/02/1999	Veja	Fôlego para respirar
13/09/2000	Veja	O mundo chega a Sydney
04/10/2000	Veja	O corpo no olimpo
12/09/2001	JB/No	Medo surdo, quase animal
13/09/2001	JB/No	Um estranho silêncio em Nova Iorque
14/09/2001	JB/No	Em meio ao caos, o estadista
16/09/2001	JB/No	A colagem de rostos da tragédia
18/09/2001	JB/No	Nova Iorque sai do silêncio
12/10/2001	JB/No	Paz a peso de ouro, uma vez por ano
20/10/2002	O Globo	O Brasil das imprecisões digitais
27/10/2002	O Globo	Com o Brasil na mão
05/11/2002	O Globo	Cobaias do olimpo
12/11/2002	O Globo	Autorretrato de um Brasil de dupla identidade
01/01/2003	O Globo	Esporte, o patinho feio que pode virar cisne
05/01/2003	O Globo	O vírus que pode deixar os EUA de joelhos
26/01/2003	O Globo	A doutrina de entrar para a História pela guerra
27/01/2003	O Globo	As Williams arrombam a porta sem pedir licença
09/03/2003	O Globo	O risco de uma vitória oculta de Bin Laden
16/03/2003	O Globo	Um passado de terror ainda não sepultado
23/03/2003	O Globo	Horrores da guerra sob as lentes
24/03/2003	O Globo	Deus e os generais
15/06/2003	O Globo	Saddam, personagem de uma raça em extinção
29/06/2003	O Globo	A júza e o gari
13/07/2003	O Globo	Um empurrão na autoestima carioca
28/07/2003	O Globo	Popov, o último romântico das piscinas
10/08/2003	O Globo	De exterminador a político do futuro nos EUA
27/08/2003	O Globo	Ouro para a nova pátria
11/09/2003	O Globo	As duas faces do horror
12/09/2003	O Globo	O ataque ao La Moneda: 'Que o ponham num caixão e ...
02/11/2003	O Globo	O atoleiro americano que começou há 50 anos
30/11/2003	O Globo	Um véu entre a opressão e a libertação

15/02/2004	O Globo	A hora de falar o que ninguém quer ouvir
29/02/2004	O Globo	Tereza Heinz Kerry e seus dois maridos
18/03/2004	O Globo	O esporte que vai de Napoleão a George Patton
03/04/2004	O Globo	A caixa-preta da ginástica olímpica
05/04/2004	O Globo	Não há quem possa resistir a Daiane dos Santos
24/04/2004	O Globo	Laboratório e vitrine de novas tecnologias
09/05/2004	O Globo	O maior teste para o movimento olímpico
13/06/2004	O Globo	Chama olímpica acende sonhos e imaginação
14/06/2004	O Globo	No ônibus, descontração de vitoriosos
04/08/2004	O Globo	A hora das estrelas e das zebras olímpicas
06/08/2004	O Globo	De olhos abertos para Pequim
08/08/2004	O Globo	América sitiada
09/08/2004	O Globo	Vitória em três tempos
13/08/2004	O Globo	Michael Phelps às portas do Olimpo
13/08/2004	O Globo	O último dia em que todos são felizes
14/08/2004	O Globo	Repórter fura esquema de segurança
14/08/2004	O Globo	O Olimpo se abre para privilegiados
15/08/2004	O Globo	EUA e Austrália travam hoje duelo de gigantes
17/08/2004	O Globo	Fortes ventos contra os Estados Unidos
19/08/2004	O Globo	Na metade do caminho
20/08/2004	O Globo	Dois medalhões saem de cena. Pelo menos em Atenas
21/08/2004	O Globo	Blindagem com furos
22/08/2004	O Globo	Atletismo + doping: laços feitos de sangue
23/08/2004	O Globo	O tablado emborrachado está ficando pequeno
24/08/2004	O Globo	Tablado vazio
25/08/2004	O Globo	Preparem-se, as potências asiáticas vêm aí
28/08/2004	O Globo	Batismo e ruína na pista olímpica de Atenas
29/08/2004	O Globo	Contas a acertar com os atletas e com o público
30/08/2004	O Globo	Um fecho de ouro para o espetáculo do esporte
12/10/2004	O Globo	Por baixo dos panos
24/10/2004	O Globo	Na terra de George
25/10/2004	O Globo	Marketing do medo na TV
27/10/2004	O Globo	Memória de um trauma anterior ao 11/9
30/10/2004	O Globo	As últimas 100 horas de disputa
01/11/2004	O Globo	Perfis distintos, mas experiências parecidas
03/11/2004	O Globo	Crawford, microcosmo da América de Bush
04/11/2004	O Globo	Agora sim, a legítima voz da América
14/11/2004	O Globo	Um retrato inacabado de George W. Bush
19/12/2004	O Globo	O conflito que não se vê
31/12/2004	O Globo	Dois perigos entre Atenas-2004 e Pequim-2008
23/01/2005	O Globo	Bush e o sonho da imortalidade americana
06/02/2005	O Globo	Unidas pela intimidade com a Casa Branca
24/02/2005	O Globo	Novas imagens e herói para um épico de guerra
27/02/2005	O Globo	Ecstasy é arma para superar traumas de guerra
13/03/2005	O Globo	Pornografia e feminismo, de Nixon a Bush
20/03/2005	O Globo	Uma semana de cão para brasileiros nos EUA

09/04/2005	O Globo	A vitória da mulher sem charme que faz o príncipe rir
24/04/2005	O Globo	Uma bela e feroz antítese de Michael Moore
01/05/2005	O Globo	Depois da travessia, a aflição de viver inseguro
15/05/2005	O Globo	Antagonismo feminino na sucessão de Bush
29/05/2005	O Globo	Inglês com sotaque no poder na Califórnia
05/06/2005	O Globo	Watergate em dois tempos
17/07/2005	O Globo	Utopia assassina
18/07/2005	O Globo	Viagem pela máquina de matar do Khmer
19/07/2005	O Globo	Ecos de um novo Vietnã
14/08/2005	O Globo	Guerra feminina por uma imagem melhor
28/08/2005	O Globo	Atoleiros diferentes, atitudes semelhantes
11/09/2005	O Globo	Falência múltipla de órgãos
18/09/2005	O Globo	Imprensa redescobre a cobertura combativa
02/10/2005	O Globo	Mortos e pornografia no novo escândalo iraquiano
16/10/2005	O Globo	Um país de riscos para uma mulher no governo
30/10/2005	O Globo	Aliança de horizonte incerto na Casa Branca
13/11/2005	O Globo	Presidente blindado e América atordoada
27/11/2005	O Globo	No Carandiru, julgamento de beleza e versos
04/12/2005	O Globo	'Tem de aprender a jogar nos dois times'
01/01/2006	O Globo	Um despertar americano?
22/01/2006	O Globo	Elas se casaram com o poder
05/02/2006	O Globo	O cartão vermelho que despertou o juiz negro
19/02/2006	O Globo	Inquérito sobre racismo começa e juiz negro é afastado...
12/03/2006	O Globo	Cuba e EUA, um jogo que já dura 47 anos
22/03/2006	O Globo	Um novo mapa do beisebol
09/04/2006	O Globo	'Também podemos te dar dinheiro pelo incômodo'
23/04/2006	O Globo	O suicídio como arma, uma lição para Bush
07/05/2006	O Globo	Em Ibiúna, população queria a pena de morte
18/06/2006	O Globo	O DNA da violência nas 'mulheres do mal'
16/07/2006	O Globo	O Tour de France, a um passo da implosão
06/08/2006	O Globo	A história ainda incompleta do líder cubano
10/09/2006	O Globo	A imagem que perturba
08/10/2006	O Globo	Imigração, o motor do crescimento dos EUA
22/10/2006	O Globo	Diários do absurdo
29/10/2006	O Globo	Nasce uma estrela política
10/2006	piauí	O coronel morreu antes
11/2006	piauí	O terceiro homem
12/2006	piauí	O Brasil em dívida com Ronaldo
05/11/2006	O Globo	Uma nação órfã de líderes confiáveis
12/2006	piauí	Blim-blom: compras natalinas tranquilas
03/12/2006	O Globo	Guerra no Iraque, batalha semântica nos EUA
01/2007	piauí	Em família tudo se sabe
07/01/2007	O Globo	Uma transição em Cuba com Fidel ainda vivo
28/01/2007	O Globo	Arco-íris de cores pálidas no campo democrata
02/2007	piauí	Sucesso instantâneo
25/02/2007	O Globo	Um cardápio sem o amargo Iraque

01/04/2007	O Globo	Uma cavalgada nas águas
15/04/2007	O Globo	Carro-bomba: 90 anos de uma história mortal
05/2007	piauí	A peste
27/06/2007	O Globo	Cherie, a primeira-dama não convencional
07/2007	piauí	Com o Pan nas mãos
19/07/2007	O Globo	O dia de Rebeca
29/07/2007	O Globo	Um parêntese de felicidade
09/2007	piauí	Bouillabaisse olímpica
07/10/2007	O Globo	Chelsea, o trunfo mais discreto de Hillary
25/10/2007	O Globo	Êxodo em massa do inferno
12/2007	piauí	O mutilado
12/2007	piauí	Pedras da história
16/12/2007	O Globo	Nova mulher numa nova Casa Branca
01/2008	piauí	Foguete desgovernado
01/2008	piauí	Um teorema moral em extinção
06/01/2008	O Globo	Um 2008 indigesto para quem tem contas a acertar com...
27/01/2008	O Globo	Passagem de bastão interrompida
02/2008	piauí	Quadrados em disputa
24/02/2008	O Globo	A penúltima despedida
16/03/2008	O Globo	'Uma linda mulher' às avessas paralisa os EUA
06/2008	piauí	Rotina de 15 mil braçadas
15/06/2008	O Globo	Um réquiem para o poder de George W. Bush
08/2008	piauí	O (re)descobrimento da América
08/2008	piauí	Atletas, dopai-vos!
02/08/2008	O Globo	O garimpo olímpico
07/08/2008	O Globo	A utopia de controlar 100% uma nação
09/08/2008	O Globo	A estreia do anfíbio
10/08/2008	O Globo	Corrida ao pote de ouro
14/08/2008	O Globo	Uma pedra na praia de Phelps
15/08/2008	O Globo	A última tarefa em Pequim
18/08/2008	O Globo	A República de Phelps
19/08/2008	O Globo	...à apoteose olímpica
22/08/2008	O Globo	No cardápio, Phelps, Popov e Thorpe
23/08/2008	O Globo	O voo de Peter Pan
24/08/2008	O Globo	Creche olímpica
25/08/2008	O Globo	Adeus ao planeta China
11/2008	piauí	Um pai em terra estrangeira
06/11/2008	O Globo	O triunfo de uma nação
06/11/2008	O Globo	Um mulherão de carne e osso na Casa Branca
12/2008	piauí	Chegou o verão
01/2009	piauí	Sinfonia para os sem-orquestra
18/01/2009	O Globo	Ruínas de uma presidência
02/2009	piauí	O mundo encantado do crime
03/2009	piauí	A diplomacia entra em campo
05/2009	piauí	O aprendiz
05/2009	piauí	Um spa exclusivo

09/05/2009	O Globo	Uma grande dama polêmica
10/05/2009	O Globo	O silêncio dos mexicanos
06/2009	piauí	O sacristão da Câmara
07/2009	piauí	A plenos pulmões
07/2009	piauí	Haja tímpanos
05/07/2009	O Globo	Independência com morte
09/2009	piauí	Fina sintonia
09/2009	piauí	Damas, ao ringue!
02/08/2009	O Globo	Atletas ou máquinas de nadar?
04/10/2009	O Globo	Uma verdade incômoda
08/11/2009	O Globo	Não basta ser tecnicamente americano
12/2009	piauí	Antes de copular, orai
01/2010	piauí	Polegadas a menos
01/2010	piauí	Guerra gravada na pele
03/01/2010	O Globo	O atleta maior e seu avatar
20/01/2010	O Globo	Obama, ano I. Biografia em aberto
02/2010	piauí	Zamariola sai do casulo
14/02/2010	O Globo	Política, mentira e sexo na derrocada de John Edwards
02/2010	piauí	Fusão invencível
03/2010	piauí	Crítica radical
03/2010	piauí	De corpo ausente
03/2010	piauí	Safari sonoro em Congonhas
04/2010	piauí	A cavalgada final
05/2010	piauí	Morre um puro
05/2010	piauí	A dieta de Evo
25/04/2010	O Globo	Vícios e virtude à parte no campo
22/05/2010	O Globo	'Los atletas' entram na briga
06/2010	piauí	Rock na Casa Branca
06/2010	piauí	Uma mente explosiva
07/2010	piauí	A consciência das panteras
07/2010	piauí	Profissão: ex-presidente
08/2010	piauí	Bailar em Auschwitz
09/2010	piauí	Retrato de classe
24/08/2010	O Globo	O ano de Ryan Lochte
09/2010	piauí	Sustentabilidade no além-túmulo
11/2010	piauí	No olimpo
12/2010	piauí	Pedaços da história
12/2010	piauí	A oratória do poder
04/2011	piauí	Presente para desconhecidos
03/05/2011	O Globo	Em NY, celebração e memórias da dor
06/2011	piauí	Heróis de quatro patas
06/2011	piauí	Fim de linha
07/2011	piauí	Com a mão na massa (cerebral)
09/2011	piauí	Absolvição portátil
11/09/2011	O Globo	Uma poeira tóxica cobre a América
10/2011	piauí	À procura de pedras perdidas

10/2011	piauí	Sujou
11/2011	piauí	Saída à francesa
11/2011	piauí	Ódio revisitado
11/2011	piauí	As almas vão rolar
12/2011	piauí	A voz chegou à praça...
12/2011	piauí	...E a praça mudou de voz
31/12/2011	O Globo	A era da turboparalisia
01/2012	piauí	O fio perdido
02/2012	piauí	"Eu só sei desenhar"
03/2012	piauí	Intimidade conquistada
04/2012	piauí	O estranho do ninho
05/2012	piauí	Na hora certa
05/2012	piauí	Na hora errada
06/2012	piauí	A dura escalada
06/2012	piauí	O fotógrafo que deu vida à morte
07/2012	piauí	Segurança para 1 milhão de milionários
28/07/2012	O Globo	Phelps X Lochte
29/07/2012	O Globo	A pátria no Olimpo
03/08/2012	O Globo	Falta um manual para estadistas
06/08/2012	O Globo	O leão despertou
13/08/2012	O Globo	O mundo gira em torno dela
09/2012	piauí	Cheias de charme...
02/06/2013	O Globo	Documento da tortura
03/06/2016	O Globo	O batismo – Moscou 1980
10/06/2016	O Globo	A fisgada – Los Angeles 1984
17/06/2016	O Globo	A fraude – Seul 1988
24/06/1996	O Globo	A virada – Barcelona 1992
01/07/2016	O Globo	O desastre – Atlanta 1996
08/07/2016	O Globo	Nirvana – Sydney 2000
15/07/2016	O Globo	A ruína – Atenas 2004
22/07/2016	O Globo	A bolha – Pequim 2008
29/07/2016	O Globo	Receita certa – Londres 2012
05/08/2016	O Globo	É tudo nosso
10/08/2016	O Globo	Atletas em guerra
12/08/2016	O Globo	Simone e Phelps, dois tempos
17/08/2016	O Globo	O atleta-espetáculo
19/08/2016	O Globo	Elas vieram para ganhar
23/08/2016	O Globo	Mas deu certo, ponto

APÉNDICE 2

50 TEXTOS SELECCIONADOS DE DORRIT HARAZIM

SUMÁRIO⁷²

1. Um combate não declarado (Veja, 1970)	139
2. A exaustiva caça ao eleitor (Veja, 1972)	141
3. Violência e golpe em Santiago (Veja, 1973)	147
4. O saque da Dra. Renée (Jornal do Brasil, 1976)	154
5. O último tropeço (Jornal do Brasil, 1976)	156
6. Carter reza em Plains com negro e branco (Jornal do Brasil, 1976)	156
7. Cisjordânia, a posse mais discutida de Israel (Jornal do Brasil, 1977)	157
8. Nas bodas, o maior espetáculo (Veja, 1981)	162
9. Um novo rei nas pistas (Veja, 1984)	166
10. Cara a cara com o Brasil (Veja, 1993)	170
11. Ícones sem idade (Veja, 1995)	179
12. Mulher, crime e castigo (Veja, 1995)	182
13. Mulheres em Marcha (Veja, 1996)	197
14. O triunfo final de Che (Veja, 1997).....	206
15. Erro no provador (Veja, 1997).....	211
16. A globalização de Dona Pureza (Veja, 1997)	212
17. A solidão do não saber (Veja, 1998).....	215
18. A face do silêncio (Veja, 1998)	217
19. Medo surdo, quase animal (Jornal do Brasil-NO, 2001)	224
20. Um estranho silêncio em Nova York (Jornal do Brasil-NO, 2001).....	226
21. Em meio ao caos, o estadista (Jornal do Brasil-NO, 2001)	228
22. A colagem dos rostos da tragédia (Jornal do Brasil-NO, 2001)	229
23. Nova York sai do silêncio (Jornal do Brasil-NO, 2001).....	230
24. No ônibus, descontração de vitoriosos (O Globo, 2004).....	231
25. Repórter fura esquema de segurança (O Globo, 2004)	232
26. Tablado vazio (O Globo, 2004)	232
27. Uma semana de cão para brasileiros nos EUA (O Globo, 2005)	233
28. No Carandiru, julgamento de beleza e versos (O Globo, 2005).....	236
29. O cartão vermelho que despertou o juiz negro (O Globo, 2006)	238
30. O coronel morreu antes (piauí, 2006).....	240

⁷² Em negrito, os textos que foram analisados no trabalho de mestrado do qual este apêndice faz parte.

31. Nasce uma estrela política (<i>O Globo</i> , 2006).....	242
32. Blim-Blom: compras natalinas tranquilas (<i>piauí</i>, 2006)	244
33. O Brasil em dívida com Ronaldo (<i>piauí</i> , 2006).....	245
34. Êxodo em massa do inferno (<i>O Globo</i>, 2007).....	247
35. O mutilado (<i>piauí</i>, 2007).....	249
36. A busca do filho (<i>piauí</i> , 2008).....	259
37. O aprendiz (<i>piauí</i>, 2009).....	264
38. Fina sintonia (<i>piauí</i> , 2009)	270
39. Damas, ao ringue! (<i>piauí</i> , 2009).....	279
40. O sacristão da Câmara (<i>piauí</i> , 2009)	281
41. Polegadas a menos (<i>piauí</i> , 2010).....	282
42. Fusão invencível (<i>piauí</i> , 2010).....	283
43. A dieta de Evo (<i>piauí</i> , 2010)	286
44. Heróis de quatro patas (<i>piauí</i> , 2011)	287
45. Com a mão na massa (cerebral) (<i>piauí</i>, 2011).....	289
46. Ódio revisitado (<i>piauí</i> , 2011)	295
47. A dura escalada (<i>piauí</i> , 2012).....	298
48. Cheias de charme (<i>piauí</i> , 2012).....	304
49. Atletas em guerra (<i>O Globo</i> , 2016)	305
50. O atleta-espetáculo (<i>O Globo</i>, 2016).....	308

Um combate não declarado⁷³

De Phnom Penh (Camboja), *Veja*, 27 de maio de 1970

Vocês vão à guerra esta tarde? – é o que se perguntam uns aos outros os cinquenta ou sessenta jornalistas estrangeiros atualmente em Phnom Penh⁷⁴. A pergunta, embora de rotina, é carregada de maus pressentimentos. Depois do início dos combates no Camboja, quinze correspondentes desapareceram – ou seja, uma cifra mais pesada que a dos últimos cinco anos de guerra no Vietnã.

Na realidade, para encontrar esta guerra, é preciso procurá-la em outro lugar que não a capital pitoresca e florida do reino de Kampuchea. Mas não muito longe.

Desde que se sai de Phnom Penh, não se sabe jamais onde se está: se em território controlado pelas forças cambojanas ou em território ocupado pelos vietcongs. O próprio Estado-Maior cambojano, aliás, tem dificuldades em fornecer informações que sejam válidas por mais de 24 horas. Quando, às 9h30 da manhã, o amável e sorridente comandante Am Rong nos reúne no primeiro andar do prédio onde funciona o serviço de imprensa das Forças Armadas, para o seu “briefing” diário, os alfinetes, que ainda na véspera indicavam sobre o mapa os lugares controlados pelos aliados, frequentemente mudaram de posição – ou simplesmente desapareceram.

Na última quarta-feira, entretanto, o comandante Am Rong, que é o porta-voz do EMG (Estado-Maior Geral) e das Fank (Forças Armadas Nacionais Khmers) – os cambojanos se adaptaram rapidamente ao hábito americano de só falar através de siglas –, teve a satisfação de nos apresentar um espetáculo mais vivo, na antiga sala de cinema do Exército: dois jovens prisioneiros norte-vietnamitas, feridos e capturados durante os duros combates da semana anterior em Kampong Cham – onde, por um erro de bombardeio, seis Skyraiders da aviação sul-vietnamita mataram doze soldados khmers e feriram cinquenta outros.

Assim como o número de seus presos políticos é mantido em segredo – a cifra, murmurada entre duas frases por um capitão cambojano que acaba de passar seis anos em Long Beach, Califórnia, seria de mais de mil –, os militares cambojanos não revelam também o número de seus prisioneiros de guerra. Mas tudo deixa crer que ele seja reduzido – como parece demonstrar o fato de ter sido anunciada com tanto entusiasmo a detenção de Tran Van Dung, vinte anos, e Dam Xuan Lu, 25. Um terceiro preso, o cabo Le Dinh Gia, 23 anos, também norte-vietnamita, não participou da apresentação: sua ficha de saúde o dá como gravemente ferido, e ele estaria num hospital público de Phnom Penh.

Cabeça enfaixada, pés e mãos machucados, cercados pelas moscas que desciam sobre seus ferimentos semiabertos, os dois prisioneiros se mantinham sentados, imóveis, sob o fogo cerrado dos flashes, dos olhares e das perguntas que eles não entendiam. E mesmo quando as questões eram traduzidas por um intérprete de boa vontade, só respondiam aquilo que lhes devia parecer já sabido ou conveniente.

– Quantos são vocês? Por que vocês estão combatendo no Camboja?
 – Meu posto não me permite saber isso. Meus superiores sabem.
 – Que tratamento vocês estão recebendo como prisioneiros de guerra no Camboja?
 – Do ponto de vista médico, o tratamento é correto, murmura Tran Van Dung, pouco antes que o comandante Am Rong ponha fim ao interrogatório, observando que os presos já estavam cansados.

Na sala que se esvaziava lentamente ficaram os troféus apreendidos na batalha de Kampong Cham e expostos como pano de fundo para os prisioneiros: seis metralhadoras AK-47, duas AK-50, um fuzil AK-2, um revólver copiado de um modelo russo – todas armas chinesas, usadas também pelo Exército cambojano –, um par de sandálias Ho (marca registrada dos combatentes norte-vietnamitas) e um apito que é utilizado pelos chefes de seção do Exército norte-vietnamita.

⁷³ O texto vem com a seguinte abertura, escrita pela redação de *Veja*: “Dorrit Harazim, nossa enviada especial ao Camboja, acompanhou durante a semana passada em Phnom Penh a evolução do mais novo problema da guerra: o nervosismo hostil criado no governo e na população do país depois das declarações sul-vietnamitas de que suas tropas ficarão mais ou menos indefinidamente em território cambojano para dar combate aos comunistas. Seu relato”. Trata-se do primeiro texto assinado de Dorrit para a revista, segundo pesquisa documental feita junto ao acervo digital de *Veja*, para a qual a jornalista começou a trabalhar poucos meses antes de ser lançada a primeira edição, em 1º de setembro de 1968. A primeira fase de Dorrit na revista foi até agosto de 1976, quando ela partiu para sua primeira experiência em jornal impresso, no *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro.

⁷⁴ Phnom Penh é a capital, a cidade mais populosa e o centro financeiro do Camboja.

Para quem não deixou o perímetro urbano da capital na semana passada o encontro com os dois prisioneiros foi um dos únicos contatos mais diretos com uma guerra que está literalmente às portas da cidade. Mesmo o desfile de soldados cambojanos, usando uniformes mais ou menos ecléticos (do boné militar, estilo francês, até o chapéu verde-escuro, tipo cowboy), não dá a Phnom Penh o aspecto de uma cidade potencialmente cercada. Diante de todos os prédios públicos foram montados sacos de areia – às vezes reforçados por arame farpado –, mas o lugar onde deveria se colocar um dos 50.000 jovens voluntários do General Lon Nol ou um dos 50.000 soldados regulares do Exército cambojano está frequentemente vazio. Ou então, mesmo quando ele se encontra em seu posto, o militar khmer não demonstra segurar seu fuzil com grande disposição – em compensação, está sempre pronto a um sorriso.

À parte a instalação, aqui e ali, de algumas peças de artilharia de 122 mm – de fabricação soviética –, apenas um batalhão de infantaria cambojano (cerca de quinhentos homens) e cinco tanques protegem diretamente a capital real de uma ameaça que ela prefere ignorar. Entretanto, a pressão dos guerrilheiros comunistas sobre Phnom Penh pode endurecer seriamente de um momento para outro – principalmente em vista do fato de que eles já circulam a pouco mais ou menos de 30 quilômetros daqui. Mas, até o momento, é uma outra guerra que se faz sentir entre os 500.000 habitantes de Phnom Penh. Uma guerra em surdina, não declarada, mas cuja tonalidade cresce hora por hora, bairro por bairro, de quartel em quartel.

Esta guerra pôde aparecer de maneira bastante clara na semana passada. Durante sua reunião com os jornalistas na última quinta-feira, foi o próprio comandante Am Rong quem deixou voluntariamente escapar a primeira palavra oficiosa – após algumas considerações sobre a necessidade de impedir o Vietcong de organizar uma infraestrutura política, militar e econômica no Camboja. Deixando um pouco de paixão tingir levemente sua voz até ali irrepreensível, ele pronunciou, num francês como sempre impecável, uma frase que iria retomar em seguida sob outras formas: “Nós, os cambojanos, preferimos a morte a uma vida sob o domínio vietnamita. É uma luta que nós levamos adiante há séculos”. E quando foi feita a pergunta que estava na ponta da língua de cada um dos presentes – isto é, se ele incluía também os sul-vietnamitas nessa ameaça –, o comandante Am Rong se limitou a acrescentar, por trás de um sorriso ambíguo, que competia ao governo do General Lon Nol responder.

Na verdade, quer seja Mao – um dos motoristas de Mercedes-Benz pagos pelos jornalistas para conduzi-los até os limites das regiões em guerra – ou os soldados cambojanos – sempre prontos a nos contar suas desgraças –, os habitantes de Phnom Penh temem abertamente a instalação de um controle sul-vietnamita sobre seu país, através da cobertura de uma assistência militar contra o invasor comunista – que por cúmulo da infelicidade também é vietnamita. As declarações dos generais Van Thieu e Cao Ky, publicadas na última semana e reforçadas pelas palavras do General Dao Tri, comandante das tropas sul-vietnamitas no Camboja, apenas vieram agravar esses temores.

Segundo os dirigentes de Saigon, o compromisso assumido pelo presidente Richard Nixon de retirar todas as tropas americanas que combatem no Camboja até o dia 30 de junho não obriga de nenhuma maneira o Exército sul-vietnamita. Bem ao contrário. A acreditar nas declarações voluntariamente ruidosas do vice-presidente sul-vietnamita Cao Ky, a escolha de Saigon já foi feita: após a intervenção maciça de 40.000 de seus soldados, após o bloqueio marítimo das costas cambojanas e com a implantação aparentemente a longo prazo de suas forças aéreas (onde aeroportos militares estariam sendo construídos pela aviação sul-vietnamita em território cambojano), o governo do Vietnã do Sul parece firmemente decidido a tomar sob sua responsabilidade direta a guerra no Camboja. Em terra, mar e ar. “Por meses e por meses”, como dizem francamente os sul-vietnamitas, mesmo sem o apoio logístico dos Estados Unidos.

Assim, desde a última quarta-feira, a população khmer de Phnom Penh olha com desconfiança para a bandeira amarela com três faixas vermelhas que passou a flutuar sobre os dois edifícios do bairro das embaixadas, onde o Vietnã do Sul acaba de instalar um embrião de serviço diplomático – fazendo a Embaixada do Japão, que até agora representava os interesses de Saigon no Camboja, retornar à sua tranquila rotina de trabalho.

Por enquanto, os únicos soldados sul-vietnamitas que se encontram em Phnom Penh não deixam os limites do porto fluvial – onde chegaram na semana anterior a bordo de quarenta barcos militares, subindo o rio Mekong, com a finalidade de ajudar no repatriamento de civis vietnamitas constrangidos a deixar o Camboja. Até o momento, eles já transportaram 10.000 refugiados de volta

para o Vietnã, e nos próximos dias deverão levar outro tanto, sob os olhares cheios de antipatia da população khmer. Essa hostilidade dos cambojanos em relação aos vietnamitas – temperada de nacionalismo e de uma apreensão ainda disforme – pode minar sensivelmente os projetos americanos no Camboja. Pela primeira vez depois da intervenção aliada contra os santuários comunistas, podiam-se ver em Phnom Penh, na semana passada, alguns cartazes colados nas árvores: “Os Estados Unidos trouxeram os vietnamitas. Agora, os façam também sair”, dizia o texto bilíngue khmer-francês.

Mesmo o toque de recolher instaurado em Phnom Penh pelo governo Lon Nol visa antes de tudo à comunidade vietnamita: seus 200.000 membros só podem sair às ruas entre 7 horas da manhã e 1 da tarde, enquanto a população khmer e os estrangeiros em geral estão proibidos apenas de deixar os limites da cidade entre 6 da tarde e 5 da manhã.

Assim, ao longo das 24 horas do dia, Phnom Penh parece viver três vidas diferentes. Durante toda a manhã, há uma explosão de cores, onde se agitam os sarongues das mulheres cambojanas, as pantalonas pretas dos vietnamitas, os hábitos laranja dos bonzos. À tarde, a sonolência se instala, com a cidade abafada pelo calor e mutilada pelo toque de recolher seletivo. À noite, enfim, é o vazio total, o silêncio preocupado com os relatos de uma guerra que não está longe.

Dentro da própria capital, ela está num dos seis ou sete campos de refugiados, quase todos situados no bairro dito católico. No abrigo instalado na École Providence, à margem do rio Tonle Sap, duas madres superiores, ajudadas por setenta freiras exaustas, cuidam de 1.200 sul-vietnamitas. A maioria deles deixou voluntariamente suas casas de madeira do outro lado do rio, para estar entre os primeiros repatriados (dos 600.000 sul-vietnamitas do Camboja, 47.000 já foram encaminhados de volta ao Vietnã do Sul). Sua espera ainda será demorada: após voltarem a seu país, terão de permanecer uma dezena de dias em centros de triagem na fronteira, onde são fotografados, fichados e interrogados pela polícia sul-vietnamita, à procura de vietcongs infiltrados entre eles.

Com o fechamento das escolas chinesas de um lado, com o êxodo maciço dos civis vietnamitas de outro, e com uma campanha anticomunista que ainda pode se tornar mais dura, Phnom Penh pensa se proteger contra os ruídos de uma guerra que sacode o resto do país. Mas o inimigo não tem pressa. E é justamente do seu fôlego que depende o poder do General Lon Nol – e também o futuro da cidade, até agora reticente em olhar a guerra face a face.

A exaustiva caça ao leitor⁷⁵

Dos Estados Unidos, *Veja*, 30 de agosto de 1972

Sentado na poltrona “A” da fila “1”, George McGovern parece um passageiro qualquer de primeira classe. Tira o paletó antes de sentar, amarra o cinto de segurança, abre o jornal na página de política americana e depois pula para a seção de histórias em quadrinhos. Na verdade, da centena de passageiros a bordo do Boeing 737, fretado pelo senador para a campanha eleitoral, os mais notados são os quinze agentes de segurança: desprezam o “bloody mary” serviço às 8 da manhã e jamais se juntam aos calorosos aplausos ao piloto quando o pouso é bom (muito menos às vaias, quando não é).

Os sessenta jornalistas a bordo, que em terra bombardeiam o candidato democrata com perguntas, respeitam três regras básicas dentro do avião: 1) além do “Bom dia, senador”, nunca dirigem a palavra a McGovern sem antes receber o visto de seu assessor de imprensa, Dick Dougherty; 2) tirar fotos do candidato, não apenas quando ele sai do banheiro, mas durante toda a duração do voo, é igualmente malvisto; 3) o senador deve ser o primeiro a entrar e o último a sair do avião.

Fora isso, tudo é permitido, desde tentar subornar a aeromoça, a esperança de alguma indiscrição sobre o candidato, até reclamar em coro da comida da United Airlines, cuja especialidade é

⁷⁵ Segundo informa o painel “Carta ao Leitor” (p. 13) da edição que foi publicada a reportagem, para produzi-la, Dorrit Harazim integrou as comitivas de George McGovern e sua esposa, Eleanor, nos dias iniciais da campanha de 1972 à Presidência dos Estados Unidos. Foram sete dias de trabalho, passando por onze cidades de nove Estados estadunidenses. As fotografias que ilustram a reportagem são da jornalista, à época, editora de Internacional de *Veja*. A cobertura especial de Dorrit vai das páginas 41 a 50 (encerrando com uma entrevista exclusiva com Eleanor), havendo, na página 40, uma introdução da redação ao trabalho por ela realizado, sob o título “A corrida dos McGovern”.

servir meia garrafa de champanha da Califórnia, filé e batatas fritas de manhã e apenas um sanduíche na hora do almoço.

Escapada – Dois dias depois da substituição de Thomas Eagleton por Sargent Shriver, quando uma pesquisa de opinião pública revelara toda a extensão dos danos causados por sua desastrosa manipulação do caso – McGovern perdeu 16% em popularidade –, o senador fez um rápido ensaio antes de iniciar, na Nova Inglaterra, sua campanha eleitoral. Viajou duas horas e meia até Miami, para falar perante 1.800 delegados do Sindicato dos Açougueiros, e voltou cinco horas mais tarde. Com essa rápida escapada, McGovern revelara a atenção especial que dedicaria aos sindicatos ao longo de sua campanha. Naquela semana, os açougueiros, com 600.000 sindicalizados em todo o país, era apenas a terceira entidade trabalhista filiada à AFL-CIO de George Meany a endossar sua candidatura. Vinte dias mais tarde, já eram quase trinta.

Além disso, um relatório publicado na semana passada pela “Common Cause” (entidade independente, dedicada a defender causas de interesse público) revelou que quase a metade dos 4,2 milhões de dólares reservados pelos sindicatos à campanha eleitoral é controlada por líderes sindicais simpáticos a McGovern, em contraste com apenas 256.000 dólares em mãos dos que lhe são hostis, como Meany e I. W. Abel, do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Aço. Estes dados certamente levantam dúvidas quanto ao impacto, pelo menos financeiro, da hostilidade a McGovern do movimento trabalhista mais conservador.

Medalha perdida – Da Miami Beach excitada e colorida de um mês antes, quando McGovern havia sido designado para enfrentar Richard Nixon em novembro, sobravam apenas dois cartazes – “Hubert Horatio Humphrey” – esquecidos e desbotados. Em compensação, uma faixa fosforescente com os dizeres “Reeleja o presidente” não pôde ser enviada pela comitiva do candidato democrata. A cidade, que certamente votará maciçamente em Nixon, já se preparava para a convenção democrata que não haviam presenciado. Aos sons de “America, America” e “He’s a Good Fellow”, acolheram o senador por Dakota do Sul com uma chuva de papel picado e 25.000 dólares para sua campanha. O fato de a medalha de açougueiro com que o homenagearam ter caído da lapela e se perdido não embarçou ninguém, nesse clima de cordialidade.

Uma semana depois, com o esqueleto de Eagleton oficialmente enterrado, McGovern partia para a conquista da Nova Inglaterra. No aeroporto de Manchester, principal cidade de New Hampshire e núcleo democrata fortemente conservador, cinquenta pessoas o acolheram com o entusiasmo das minorias. Na banca de jornais, o “Manchester Union Leader” exibia um editorial de primeira página intitulado “McGovern é uma fraude”, partindo da premissa de que “sua filosofia política é tão fraudulenta quanto seus dentes postiços”. Solicitado a comentar o editorial, McGovern respondeu que o jornal, de suas dezesseis páginas, havia lhe dedicado três, todas no mesmo tom. “Não posso me queixar, pelo menos falaram de mim.”

Filho pródigo – Na verdade, por superstição ou tática política, o candidato democrata viera a Manchester menos para aliciar adversários irreduzíveis do que para uma espécie de visita sentimental à fábrica de sapatos J. F. McElvain, da Silver Street (350 empregados, 50% de mulheres). Foi lá que, em 18 de fevereiro deste ano, quando seu nome ainda competia com os últimos da lista das primárias, ele diz ter sentido pela primeira vez a possibilidade de ganhar apoio entre os trabalhadores para sua candidatura. O sentimento foi tão forte que decidiu dedicar seu tempo em New Hampshire, antes da primária do dia 7 de março, principalmente às visitas às fábricas têxteis e de calçados, esteios da economia de Manchester. No final, o que parecia ser um fútil exercício de candidato desnordeado acabou por lhe dar a primeira e decisiva vitória eleitoral. (Na realidade, foi Edmund Muskie quem tirou o primeiro lugar na primária de New Hampshire; mas a votação surpreendente obtida por McGovern impulsionou sua candidatura e permitiu-lhe prosseguir com força redobrada a campanha pela indicação democrata.)

Agora, ele estava de volta, necessitado, talvez bem mais do que em fevereiro, de uma arrancada inesperada para a vitória. Na fábrica, o ambiente era de recepção a um filho pródigo que jamais abandonou a casa. “Essa é a primeira vez em minha vida”, proclamava Irene Blanchette, de 52 anos, “que aperto a mão de um candidato duas vezes. Em geral, eles nunca voltam depois que ganham”. Flores Leclerc, que só conhecia McGovern de nome e televisão, quis saber qual seria sua

política com relação às importações de calçados, acrescentando, em tom de brincadeira: “Espero que o senhor esteja usando sapatos americanos”. Pela hesitação de Frank Mankiewicz, assessor do candidato, que se encarregou da resposta, tudo indica que não. (McGovern calça tamanho 12, comprido e estreito, dificilmente encontrável no mercado americano.) A visita de uma hora e meia foi encerrada com um “Vamos atacar do ar, do mar e da terra e afundar o navio de Nixon no dia 7 de novembro” bem-humorado.

Passeios a pé – Entre os raros repórteres selecionados por McGovern para acompanhar a visita à fábrica de sapatos estavam, evidentemente, cinegrafistas das três cadeias nacionais de televisão. Baseando-se nos resultados das eleições primárias, os estrategistas do senador concluíram que, em vez dos grandes comícios ou das entrevistas à imprensa, contatos restritos, mas individualizados, com o povo transmitiam melhor a imagem de um candidato que ouve a nação. Nesse sentido, a sua rápida aparição no noticiário das 7 da noite, com o paletó sujo de graxa e a mão estendida a um empregado da fábrica, teve o efeito desejado. Por mais simplório e populista que isso possa parecer em Washington, é nesse tipo de campanha que McGovern se sente mais à vontade. Além disso, também tem a vantagem de contrastar com a imagem de um presidente enclausurado a Casa Branca, que só fala do alto de um podium, para uma plateia de meros ouvintes. É possível, no entanto, que Nixon, daqui para a frente, adote um estilo de campanha mais próximo do de McGovern.

Ao longo de seus exaustivos passeios a pé, quando às vezes leva 45 minutos para percorrer uma quadra, McGovern se defronta com uma variedade infinita de pessoas e situações. Na Elm Street, em Manchester, a maioria dos transeuntes ali se encontrava por acaso. Alguns, aproveitando a hora do almoço, faziam suas compras quando a rua foi bloqueada para o trânsito. Outros, alertados pela concentração de viaturas de polícia, acorreram esperando ver um acidente. Apenas um número reduzido se encontrava na Elm Street especificamente para ver McGovern – e, mesmo assim, portava cartazes divergentes: “Avante, George”, “Bem-vindo à terra de Nixon”, “Estamos 1.000% com você”.

Cesta de legumes – Na Smithfield Avenue, em Providence (Rhode Island), uma multidão entusiasmada e alertada pela imprensa democrata local deu mais trabalho ao serviço de segurança. Autógrafos e rápidos apertos de mão ainda são considerados relativamente seguros. Mas o que desespera o serviço secreto são as conversas prolongadas que o senador inicia com um ou outro pedestre, sem aviso prévio. Ou então, a insistência de alguns admiradores em oferecer presentes ao candidato. Na Smithfield Avenue, McGovern se viu subitamente com uma cesta de legumes, uma camisa marca Holfrock e uma gravata dourada na mão. Na Farmington Avenue, em Hartford (Connecticut), foi a vez de um pesado livro com fotos da igreja greco-ortodoxa local. Na Dorritt Sharp Farm, perto de Springfield (Ohio), eram quatro espigas de milho. Tudo isso, invariavelmente, é passado com discrição ao agente que está mais perto de McGovern, para desconsolo do receptor, que não tem ninguém a quem passar as prebendas.

Em Providence, onde a recepção a McGovern teve seu primeiro sabor tipicamente americano – a Royal Imperialist Band, a postos ao lado do Boeing do senador, tocava marcha após marcha –, a despedida teve acordes destoantes. Um punhado de militantes jovens, com cartazes dizendo “McGovern, vá embora para Washington”, “Juventude contra McGovern”, “Espere e veja em Nova York” distribuía panfletos anunciando um grande comício anti-McGovern em sua próxima escala, Manhattan.

A mesma camisa – No avião, os repórteres já faziam conjeturas sobre a possível inclinação política dos novos eleitores, esses 11 milhões de jovens entre dezoito e 21 anos que McGovern considera essenciais. Nixon quer e ambos cortejam com exércitos de propagandistas, milhões de dólares, concertos de rock, posters e botões. Os fotógrafos, por sua vez, engatilhavam as máquinas à medida que o avião se aproximava de Nova York. Em vão. Na calçada do American Hotel, onde o senador permaneceria durante algumas horas para um encontro com financistas promissores, apenas um velho partidário de Wallace distribuía cópias da canção que compôs para a campanha do Partido Independente. Manhattan, mergulhada em seu rush cotidiano, não parou – nem a favor nem contra. De qualquer forma, o próprio senador estava apressado: sua visita de negócios tinha hora marcada.

Às vezes, durante as caminhadas a pé, a intensificação do serviço de segurança (guarda-costas, agentes estaduais, política municipal, patrulha rodoviária e guardas de trânsito – sem falar nos

voluntários improvisados, como um carteiro de Illinois) torna o candidato invisível para quem está a mais de 1 metro de distância. São os momentos de maior atrito entre a imprensa e os serviços encarregados de sua proteção. Por outro lado, basta haver uma pequena clareira em volta do candidato, para ele se encontrar asfixiado entre máquinas fotográficas e gravadores. Feitas as contas, os pedestres que esperam durante horas são os que menos o veem. “Não consegui vê-lo nem durante um segundo”, lamentava-se um entusiasta de Youngstown (Ohio), carregando um pesado cartaz “Nixon, inimigo público número um”. “Eu só queria dizer a ele que não deve usar camisas listradas todo o tempo”, argumentava uma funcionária pública de Hartford. “Parecem sempre a mesma, na televisão, e o público pode pensar que ele veste sempre a mesma camisa.”

“Não posso dizer” – Na Dorritt Sharp Farm, numa tentativa de fazer McGovern respirar um pouco de ar puro, Dick Dougherty fez um apelo ao senso artístico dos fotógrafos, insinuando que uma foto à distância do senador, sem paletó, com a plantação de milho, soja e trigo ao fundo, seria mais apropriada para a ocasião do que um “close”. Os guarda-costas, nesse meio tempo, também ficaram afastados. Em sete dias de campanha, essa foi a única trégua física a que McGovern teve direito.

Normalmente, os agentes de segurança não falam nem com a comitiva do candidato, nem com a imprensa. Para diminuir inevitáveis atritos e facilitar as condições de trabalho dos jornalistas (cuidar da pontualidade dos ônibus especiais que seguem o carro oficial, distribuir as credenciais exigidas pela polícia local, esperar, na medida do possível, por aqueles que se perderam da comitiva no caminho do aeroporto), há um agente específico, polido e eficiente. Os demais só conversam entre si. Numa quarta-feira à noite, após uma jornada particularmente estafante, um deles, sentado ao lado da repórter de **Veja**, desligou seu indefectível fone e se abandonou a um momento de conversa. Contornando à sua maneira a ordem de sigilo absoluto, revelou que a segurança de McGovern compreendia “três turmas de quinze homens – mas não posso dizer quantos são”. Portanto, 45, que se revezam de oito em oito horas. O agente deixou transparecer a rivalidade existente entre os 1.100 agentes do serviço secreto dos Estados Unidos e os 9.000 agentes do FBI: “Se eles nos tivessem informado a tempo de suas investigações sobre Lee Oswald, talvez John Kennedy ainda estivesse vivo”. E admitiu o óbvio: “em com 10.000 agentes para um só candidato seria possível evitar um atentado em público. A única solução seria trancá-lo em casa”.⁷⁶

Os três “A” – Pouco depois, voltava a seu mutismo de antes. Como seus colegas, passou a recolher os saquinhos de amendoim que sobravam nas bandejas da United Airlines. Sua tarefa no dia seguinte seria uma das mais difíceis desde o início da campanha: assegurar a proteção a George McGovern durante sua visita à CXX Feira Estadual de Illinois, em Springfield, em meio a uma multidão de milhares de pessoas.

Durante essa primeira campanha do senador, para cada três “listening tours” (em ambientes menores, onde pode fazer perguntar individuais sobre o que cada um pensa e quer), houve uma grande apresentação à massa. Nessas ocasiões, como orador único ou, pelo menos, principal, lançava os temas básicos de sua campanha. Sempre evitava os assuntos que lhe valeram o apelido de “candidato dos três ‘as’” – anistia, aborto e ácido. Mas, muitas vezes, coloria seus discursos com tonalidades agressivas, na tentativa de exacerbar o presidente e trazê-lo para a arena. “A prática da espionagem eletrônica, como a perpetrada contra a sede do Partido Democrata em Washington, algumas semanas atrás, é o tipo de coisa digna de Hitler” – declarou em Youngstown, durante uma reunião da seção local do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Automobilística.

Imediatamente veio a reação republicana, através do chefe da campanha de Nixon, Clark McGregor (“As próprias palavras de McGovern o condenam por calúnia”), e do senador Jacob Javits (“É desonesto invocar o nome do maior criminoso deste século fora de seu contexto”).

Ponta de lança – Na Feira Estadual de Illinois, McGovern tentou o humor: “Começo a ter dúvidas sobre quem concorre à presidência na outra chapa. Até agora, tudo o que vemos é um slogan – ‘Reeleja o presidente’ –, que não nos informa de quem se trata. Suspeito que seja Nixon”.

⁷⁶ Uma solução que violaria frontalmente a tradição política americana. Segundo uma pesquisa de Louis Harris, logo após o atentado contra George Wallace, 55% da população consideraria inadmissível que os candidatos deixassem de fazer campanha em ambientes abertos. (N. do A.)

Indiretamente, pelo menos, essa tirada teve o seu efeito: a faixa “Reeleja o presidente” que cintilava em Miami por ocasião da visita de McGovern aos açougueiros foi substituída por outra, de igual tamanho mas mais específica: “Nixon, agora mais do que nunca”.

Ao que tudo indica, porém, a ponta de lança da campanha de McGovern voltará a ser a guerra do Vietnam, como quando começou a batalha das primárias. Seu grade argumento – que também levanta a questão da credibilidade do presidente – está contido numa pergunta: se Nixon, como afirmava quatro anos atrás, tinha um plano secreto para acabar com a guerra, por que o conflito continua até hoje e os americanos sofreram mais 20.000 baixas nesse meio tempo?

Convém notar, contudo, que enquanto 52% dos americanos citavam a guerra do Vietnam como o assunto de mais interesse nas eleições de 1968, essa porcentagem decresceu para apenas 25%, embora o assunto continue sendo considerado o principal. O alto custo de vida, que há quatro anos ocupava o terceiro lugar, é hoje a segunda maior preocupação para 23% da população.

Nessas curtas semanas que lhe restam antes da eleição, George McGovern parece decidido a ignorar as pesquisas de opinião do Instituto Gallup e seguir em frente sem carisma ou sofisticação, quase fora de moda, apesar de sua apregoada nova forma de fazer política. Quando fala do Vietnam ou do desemprego, as grandes mãos gesticulando raramente, os lábios finos movimentando a cova do queixo, sua sinceridade é evidente, e a plateia ouve apaziguada. Mas, à saída, alguns o qualificam de “bonzinho demais”, “bem-intencionado demais para ser presidente”. Outros, como o padre Anthony Dorn, de Wisconsin, confessam-se a ele sem meandros: “Não pense que pode nos prometer alguma coisa que o presidente Nixon não tenha já prometido”.

Uma mulher no teste da campanha

A campanha de Eleanor Stegeberg McGovern para substituir Pat Nixon no cargo de primeira-dama dos Estados Unidos começou bem mais modestamente que a de seu marido. Em vez de um Boeing fretado, com centenas de jornalistas a bordo, uma anônima poltrona de primeira classe num voo comercial da United Airlines. Nem multidões entusiásticas nem um mar de faixas e cartazes; apenas uma pequena nota do jornal local anunciando sua chegada. As oito jornalistas que a acompanhavam no giro Pittsburgh – Filadélfia – Baltimore – Washington cabiam facilmente nos três carros da comitiva e acabaram assessorando o nervoso comitê democrata de Pittsburgh, organizador da visita.

Na verdade, foi o excesso de zelo de um agente do serviço secreto – encarregado de verificar as condições de segurança nos locais a serem visitados – que, às 8 e meia da manhã, chamou a atenção de transeuntes ainda sonolentos, no aeroporto de Pittsburgh, para a chegada do voo 499. Avistando da pista um rapaz debruçado no terraço, o agente o afugentou aos gritos. Embora o jovem estivesse apenas esperando o seu próprio voo, algumas testemunhas do incidente, por via das dúvidas, ficaram por perto – e acabaram constituindo o comitê de recepção a Eleanor McGovern.

Primeiro, surgiu na porta do avião a curiosa figura de uma mulher ainda jovem, equipada com transmissores de rádio, bip-bips e, presumivelmente, olhos de raios X. Era a supervisora dos oito agentes de segurança que protegem a mulher do candidato democrata noite e dia. Em seguida, apareceu Eleanor; do alto da escada, em seu conjunto laranja-vivo, foi facilmente reconhecida, graças à imagem tantas vezes vista na televisão. Contudo, ao pisar na pista com seus sapatos de salto um pouco altos demais para a moda, ouviu-se a mesma exclamação de mais de uma boca: “Como é pequenininha!”.

O caderno preto – Tão pequena (pouco mais de 1,50m) que parece frágil demais para a tarefa de percorrer o país inteiro em busca da Casa Branca. No entanto, a impressão inicial começa a ser desfeita com o vigoroso aperto de mão dessa mulher de cinquenta anos, avó três vezes. E o olhar cristalino e direto – seus longos cílios provocaram uma polêmica na imprensa (“serão falsos os cílios de Eleanor?”) – apenas fortalece a descrição feita por amigos íntimos. “Ela é exatamente a mesma coisa em público e em casa”, diz Margot Hahn, sua vizinha em Washington e mulher de um conhecido financista republicano.

Uma hora após o pouso, Eleanor iniciava a sua maratona na National Biscuit Company (dezesesseis fábricas em todo o país). “Sou a senhora George McGovern. Qual é o seu nome?” A mão estendida, coroada por um anel indiano de turquesa, ficou por um momento parada no ar. Judy Hacket,

operária de 54 anos, não esperava apresentação tão pessoal. Ajeitando o desbotado avental azul, conseguiu balbuciar o seu nome e um “prazer em conhecê-la” quase inaudível, antes de retomar o seu trabalho de empacotar os biscoitos Chips Ahoy. “Na hora”, ela explicaria depois, “fiquei toda atrapalhada. Pensei que ela fosse me perguntar outras coisas”.

Era exatamente isso que Eleanor planejava. Munida de um inseparável caderno preto e de uma naturalidade sem falhas, percorreu em duas horas os 200 metros quadrados da fábrica, ouvindo individualmente mais de cinquenta dos 670 empregados. A profissão de secretária de advogado, que exerceu até alguns anos depois do casamento, foi de grande utilidade para a ocasião: anotava queixas e sugestões, esperanças e dúvidas com rápidos traços de estenografia. No final, com os dedos sujos de tinta e a bolsa cheia de biscoitos Ritz e bolachas Premium, deu uma rápida entrevista no restaurante local.

“O que a senhora faz com todas essas anotações?”

“Faço um relatório para o meu marido. Isso o ajuda a estudar as preocupações do povo e assim escolher suas posições sobre os diferentes problemas.”

“Está mesmo interessada em descobrir o que pensam os operários, ou isso é um golpe publicitário?”

A voz suave não se alterou: “Fiz a mesma coisa durante as primárias e não saiu uma linha nos jornais”. Terminado o interrogatório, toda a comitiva – inclusive Eleanor – mal teve tempo, ou gosto, para mastigar um almoço distribuído em caixas de papelão: dois pedaços de galinha assada, sem talheres, e uma lata de refrigerante. A mulher do adversário de Richard Nixon tinha medo de atrasar o próximo voo da TWA para Filadélfia.

Era a sua segunda viagem de avião desde que acordara, seis horas antes, em Washington. E ainda faltavam outras seis horas até poder tirar os sapatos, num quarto do hotel Bellevue, em Filadélfia, e pedir uma ligação telefônica para o marido.

“Não me incomodo que me digam que pareço cansada quando estou mesmo exausta; mas quando estou bem faço questão de parecer bem. Estou com ar cansado?” Eleanor conferiu com o espelhinho na bolsa, momentos antes de o avião pousar. A preocupação era desnecessária: ela parecia bem disposta e animada quando, algum tempo depois, chegou à casa de Helen Yudiski, uma católica de ascendência polonesa, mulher de um chofer de ônibus e dirigente do comitê do Partido Democrata em Richmond, um dos bairros operários mais politizados da Filadélfia.

A sala modesta era dominada por uma homenagem à memória de John Kennedy – três bustos do presidente e, na parede, uma tapeçaria de imitação com a imagem do Capitólio ao fundo. Os preparativos para a visita haviam sido frenéticos, confessou a sra. Yudiski. “Só fomos avisados hoje de manhã (uma precaução do serviço secreto) e me pediram para convidar umas dez amigas ou vizinhas. Mas nessas horas todo o mundo quer ser amigo ou vizinho. Passei a manhã inteira ao telefone e mal tive tempo de lavar as janelas e preparar o chá.” Na verdade, durante a hora e meia que Eleanor McGovern passou em sua casa, ela não desprezou um só telefonema: transferia a ligação da sala para a cozinha, contava as últimas novidades correndo, e correndo voltava à sala. Lá, Eleanor procurava dissipar a timidez inicial de uma plateia mais interessada em vê-la do que em falar. “O que um presidente poderia fazer para melhorar as suas vidas?” As respostas começaram a vir em conta-gotas: “Parar a guerra”, “menos impostos”, “acabar com os tóxicos”. Mais tarde, as queixas brotariam em torrentes: “Na minha rua, metade das casas está condenada. É uma vergonha morar lá. Estamos almoçando sanduíches de salame, e nem isso é barato”.

Finalmente, Eleanor se despediu: “Venham me visitar na Casa Branca”. Em toda a conversa, foi a única referência às eleições. E seu charme funcionou. “Ela é maravilhosa; Jackie Kennedy nunca faria isso”, cochichavam suas interlocutoras, ainda sob a emoção de terem falado de igual para igual com uma eventual primeira-dama do país.

Como Eleanor I – Ainda haveria uma segunda etapa no capítulo daquele dia da “campanha em família” da mulher de George McGovern. Dessa vez, com os quinze convidados de Anne e John McDade, funcionário da empresa 3M. Nesse ambiente de classe média, à sombra de uma cópia de Vênus de Milo, as perguntas e dúvidas eram mais específicas e complexas. Eleanor comportou-se à altura da situação, citando cifras e referindo-se com precisão a leis em votação no Congresso. “Seria inconstitucional dar dinheiro às escolas religiosas, mas o presidente poderia dá-lo às famílias”, disse a

certa altura, sem saber que naquela noite, em Milwaukee, seu marido proporia exatamente essa fórmula para ajudar as escolas paroquiais.

Como a outra Eleanor – a esposa de Franklin Delano Roosevelt –, ela parece perfeitamente capaz de pensar por conta própria e dizer o que pensa sem conferir cada palavra com o marido ou um assessor. Isso é um fenômeno raro na política americana neste século. Quase todas as primeiras-damas têm sido mulheres simpáticas e cumpridoras de seus deveres, e apenas a primeira Eleanor foi uma figura política importante por si mesma. Ao que tudo indica, Eleanor II pretende seguir o seu exemplo ao longo desta campanha.

Shriver? – Praticamente em jejum, mas ainda sem mostrar cansaço, a rival de Pat Nixon ainda tinha um compromisso político no fim da tarde: uma entrevista ao vivo na televisão local, quando seu sangue-frio seria posto à prova da forma mais inesperada. Após as apresentações de praxe, o entrevistador perguntou à queima-roupa: “O que pensa a senhora a respeito do caso com Sargent Shriver?”.

“O que eu penso do caso com Sargent Shriver?”, repetiu Eleanor, que desconhecia, como toda a sua aflita assessoria, a existência de qualquer caso com o candidato à vice-presidência. Finalmente, ela teve uma inspiração: “O senhor não estará confundindo os nomes e querendo falar em Pierre Salinger?” Era exatamente isso⁷⁷, o alívio foi geral, o entrevistador perdeu a vontade de fazer perguntas embaraçosas e Eleanor pôde falar do que quis e como quis, até o fim da entrevista.

Exausta e suada, a comitiva chegou ao Hotel Bellevue às 8 da noite. Para todos, banho, jantar e cama; mas não para ela: ainda teria um encontro reservado com líderes sindicais da Filadélfia. O esperado telefonema para George só aconteceria quase de madrugada, quando ela o localizasse em Racine, no Wisconsin. Logo a telefonista do hotel a estaria acordando – precisava pegar um trem para Baltimore (visita a duas fábricas de roupas) antes de seguir para Washington, onde a esperava toda uma tarde de campanha.

A vendedora – “George acha que uma campanha deve ser mesmo exaustiva. O candidato deve ser testado e sua família deve ser testada, porque na verdade o grande teste virá se ele for eleito, e ele precisa saber se tem ou não condições para aguentar.” Até agora, Eleanor tem aguentado, “porque tenho um bom produto, o que o país mais precisa, para vender: George McGovern”. Embora ela seja normalmente simpática e acessível, apenas uma vez, ao longo de dois dias inteiros de campanha, o seu calor humano venceu a barreira de sua atitude discreta: foi quando, já em Washington, visitou uma creche em que trabalhara como voluntária antes das eleições primárias. Uma menina de cinco anos fora incumbida de entregar-lhe um ramalhete de rosas, mas irrompeu em lágrimas antes de poder pronunciar uma só palavra do discurso que decorara. Eleanor se ajoelhou e, esquecendo o resto da visita, ficou abraçada com ela até que se acalmasse.

Violência e golpe em Santiago⁷⁸

Como a sangrenta subida ao poder dos militares chilenos liquidou Allende e seu socialismo
De Santiago (Chile), *Veja*, 19 de setembro de 1973

⁷⁷ Naquele dia, a Casa Branca acusara McGovern de prejudicar as negociações com o Vietnã do Norte, enviando Pierre Salinger a Paris para entendimentos diretos com os representantes comunistas. (N. da A.)

⁷⁸ Dorrit estava no Chile para cobrir para *Veja* a reunião latino-americana da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), a convite do órgão, quando ocorreu o golpe que depôs o presidente chileno Salvador Allende. Hospedada em um hotel distante do centro da cidade e percebendo as movimentações militares que indicavam um golpe iminente, a jornalista encaminhou-se para o centro, onde fica o palácio do governo, o La Moneda, e acabou acompanhando o bombardeio ao local a partir de um hotel ao lado. Segundo Dorrit, em entrevista à pesquisadora, este relato foi escrito ainda a partir do Chile e enviado por telex, em partes. Em razão das censuras chilena e brasileira à época, o texto não foi assinado, sendo sua presença no local dos fatos mencionada de forma indireta no texto: “[...] relata Dorrit Harazim, uma das testemunhas instaladas no Hotel Carrera”. Mas ela garante que, apesar de parecer ter sido escrito da redação, não há nada no texto que não tenha sido escrito ou informado por ela. Razão pela qual o texto foi inserido nesta edição.

“Tencha, a situação tornou-se grave. A Marinha se sublevou.” (Telefonema de Allende a sua mulher, “Tencha”, às 7h40 de terça-feira, em Santiago.)

“Ramón, a situação é gravíssima.” (Telefonema de Allende ao embaixador do Chile em Buenos Aires, Ramón Huidobro, às 10h30 de terça-feira.)

Pela razão ou pela força, ensina a divisa do emblema nacional do Chile. “como é claro e azul teu céu”, canta o Hino Nacional. Finalmente, após três anos de inviabilidade política, 45 dias de paralisação econômica e a exaustão de todas as combinações partidárias que ainda seria possível imaginar, os símbolos do país conduziram ao golpe. Na manhã da última terça-feira⁷⁹, o céu brilhava claro e azul em Santiago, e a razão nada mais podia. Restava a força, e ela foi empregada com uma severidade inédita na história recente da América Latina. A gravidade que o presidente Salvador Allende anunciava em seus últimos e dolorosos telefonemas não poderia ter sido mais verdadeira. Pouco depois ele estava morto, a sua “experiência socialista” no Chile sepultada, e o continente, em estado de choque, assistia ao que foi provavelmente seu golpe militar mais violento desde a derrubada de Perón na Argentina, dezoito anos atrás.

“Não vou renunciar. Pagarei com a minha vida a liberdade do povo. Tenho certeza de que meu sacrifício não será em vão. Este é o meu testamento político.” Do Palácio de la Moneda, no coração de Santiago, cercado por tanques, soldados e carabineiros, a voz cansada de Allende falava pela última vez aos chilenos, pelas ondas da Rádio Magallanes, a emissora comunista. Era quase meio-dia, relata a enviada especial de **Veja** a Santiago, Dorrit Harazim, e os jatos da Fach, a Força Aérea Chilena, que acabariam reduzindo a escombros os salões presidenciais, já roncavam nos céus da capital. Selava-se, nesse instante, o destino de Allende e de seu Chile socialista, com uma furiosa explosão de violência que em 48 horas de fogo cerrado pulverizou o governo de esquerda e deixou milhares de mortos através do país.

No final de semana, com os últimos focos de resistência aparentemente postos fora de combate, a Junta Militar que deu o golpe e rege com poderes praticamente absolutos os destinos de 10 milhões de chilenos dava mostras de estar solidamente entrincheirada no poder. Na falta de um palácio presidencial – o existente não oferece condições de habitabilidade, depois do tratamento que recebeu terça-feira – a Junta instalou-se no Ministério da Defesa para um governo de duração ainda desconhecida. Seus quatro membros – general Augusto Pinochet, do Exército, o chefe supremo, almirante Toribio Merino, da Marinha, brigadeiro Gustavo Leigh, da Aeronáutica, e general Cesar Mendoza, do Corpo de Carabineiros – e seu Ministério de sies gerais – dois contra-almirantes, um vice-almirante, dois coronéis, um brigadeiro e dois civis – contam, basicamente, com um compromisso: incinerar todos os vestígios possíveis do falecido governo da Unidade Popular.

Carro trocado – O regime esquerdista, asfíxiado por uma lenta agonia, entraria finalmente em coma na manhã da terça-feira da semana passada. Desde o início, o dia não prometia nada de bom para Salvador Allende. Às 7 horas ele deixou sua casa no número 200 da rua Tomás Moro, o bairro de Las Condes, mas não conseguiu completar o trajeto até o Palácio de la Moneda no seu Fiat 600, placa BF-80: no meio do caminho, por razões de segurança, teve de trocar de condução, passando para um tanque preto e branco do Corpo de Carabineiros. A precaução, motivada por rumores de uma iminente rebelião na Marinha, logo se revelaria bem fundamentada. Às 7h30, 10 minutos após o seu marcial desembarque no palácio, Allende recebia a confirmação da notícia – num momento em que, por via das dúvidas, já estava escrevendo um discurso para denunciar o assédio ao governo.

O levante tinha ocorrido no porto de Valparaíso, a partir da base naval comandada pelo truculento almirante Merino, e Allende iniciou imediatamente um discurso pelo rádio, com a esperançosa declaração de que em Santiago as tropas “estavam aquarteladas”. Na verdade, já se tratava do feroz movimento que iria depô-lo algumas horas mais tarde, e o presidente, após concordar com alguns assessores que seu governo estava à “beira do precipício”, telefonou para sua mulher Hortensia “Tencha” Bussi proibindo-a de sair de casa: “Eu vou ficar aqui. Você permanece em Tomás Moro”.

Pouco depois das 8 horas Allende faria sua última aparição em público. Apressado, parecendo tão curioso com a crescente movimentação militar em torno de La Moneda quanto os surpresos transeunte que começavam a se concentrar nas redondezas, o presidente emergiu da janela de sua sala

⁷⁹ 11 de setembro de 1973.

de despachos para espiar rapidamente os tanques que ronronavam a seus pés, na Plaza de la Constitución. A última imagem de Allende em vida ficou gravada em poucas fotos e alguns pés de filme: de casaco esporte, sem gravata, ele deu um aceno para os poucos que estavam na praça e sumiu no interior do palácio, de onde só sairia morto.

“Tendo em conta...” – A essa altura, contingentes inteiros em farda de combate eram despejados do prédio do Ministério da Defesa, vizinho a La Moneda, soldados começavam a tomar posição nos jardins da Plaza Bulnes e outras ruas adjacentes, e os tanques apertavam seu cerco em torno do palácio. Por volta das 8h30 finalmente, a população tomou conhecimento pela primeira vez da existência de uma Junta Militar de governo.

Uma vez que se tornaria extraordinariamente familiar para toda a nação, no decorrer das 48 horas seguintes, anunciou pelo rádio o “bando” numero 1, primeiro comunicado de uma prolífica série enumerada e expedida pela Junta. O tom era inconfundível. “Tendo em conta a gravíssima crise...” “... as Forças Armadas e os Carabineiros decidem que o presidente deve entregar imediatamente seu cargo às Forças Armadas e aos Carabineiros”.

Pelo manual latino-americano do golpe de Estado a história poderia ter perfeitamente acabado aí: o presidente, sem cacife militar para continuar no jogo, toma o rumo do exílio, e os golpistas se instalam no palácio. Desta vez, entretanto, nada correu de acordo com esses consagrados usos e costumes. Allende tomou a raríssima decisão de não se entregar, e o golpe deixou a órbita do folclore para encaixar-se no das grandes tragédias políticas. Enquanto a Junta tratava de se apoderar rapidamente de todas as rádios disponíveis e motoristas retiravam com manobras apressadas os carros que acabavam de estacionar no centro da cidade, o presidente chileno começava a viver o ato final de seu governo e de sua existência.

De fato, às 10h30 em ponto – após ter silenciado um discurso de Allende pelo rádio, feito voos rasantes sobre La Moneda e ocupado os principais pontos de Santiago -, a Junta anunciou um ultimato: se o presidente não se rendesse em 30 minutos o palácio seria bombardeado pela Força Aérea. Às 11 horas, quando vencida o prazo, o vasto portão principal de La Moneda foi aberto sob a mira dos tanques instalados na Plaza de la Constitución. E os jornalistas que testemunhavam a cena pelas frestas de janelas do Hotel Carrera – posteriormente transformado em ímã para todo tipo de tiros – viram surgir, silenciosamente, os primeiros pares de braços levantados, com um lenço branco de rendição nas mãos.

Ao todos, foram 27. E, entre eles, estava o infeliz general José María Sepúlveda, derrubado pelo levante militar de seu cargo de diretor-geral do Corpo de Carabineiros. Como seus companheiros de rendição, Sepúlveda não carregava o passaporte do golpe: um lenço cor de laranja distribuído nas primeiras horas da madrugada, para evitar que esquerdistas se infiltrassem em suas fileiras, usando uniformes roubados nos dias anteriores.

Piques precisos – “Mas Salvador Allende não se encontrava entre as figuras quietas, dramáticas, que desfilavam com a cabeça erguida pelo asfalto da rua Teatinos, até desaparecerem de nossas vistas”, relata Dorrit Harazim, uma das testemunhas instaladas no Hotel Carrera. A voz do presidente ainda seria ouvida mais uma vez, na última transmissão clandestina da Radio Magallanes. Pouco depois, ao meio-dia, com 60 minutos de atraso sobre o ultimato e quando já se começava a descartar a possibilidade de sua execução, dois jatos Hawker Hunter da Fach surgiram sobre La Moneda e, em piques precisos, lançaram as primeiras duas bombas de 50 quilos sobre o palácio presidencial. Nos prédios vizinhos, relata a enviada especial de **Veja**, a terra tremeu, as vidraças se estilhaçaram, os lustres despencaram do teto. Através da fumaça e da poeira que os dois jatos deixaram em seu rastro, contudo, podia-se ver La Moneda ainda intacto. Segundos depois, com meticulosidade cronométrica, seguiram-se uma segunda, uma terceira, uma quarta dose de bombas de 50 quilos. Apenas na quinta vez o cinzento, maçudo palácio construído em 1786 se rendeu ao fogo.

E às 12h30, completada a missão de quinze bombardeiros, as chamas finalmente se apossavam de todos os cinco janelões da ala direita, enquanto as primeiras labaredas rompiam o teto e passavam a arder em céu aberto.

Último símbolo de um Chile em extinção, a bandeira hasteada no mastro central do palácio ainda sobrevivia intacta. Mas não por muito tempo. No lugar dos bombardeios aéreos, catorze tanques e dezenas de canhões, bazucas, morteiros, metralhadoras e fuzis passaram a atirar ferozmente contra o palácio, em salvas que se alternavam a cada 2 ou 3 minutos. Como não se pôde perceber, em momento

algun, qualquer resistência vinda de dentro do palácio, todo esse dilúvio de fogo foi se tornando progressivamente incompreensível. E pouco antes das 14 horas, com o que restava da bandeira colado ao metal derretido do mastro, o portão frontal lembrando uma caverna, os balcões iluminados pelo fogo e o miolo do palácio às claras com o desabamento parcial do teto, era impossível imaginar que houvesse sobreviventes.

Poncho boliviano – Havia sobreviventes, mas não o principal deles – ao entrarem finalmente no palácio, os soldados encontraram o corpo de Salvador Allende caído sobre um divã no segundo andar, ao lado de uma poça de sangue e uma metralhadora com a inscrição: “A seu amigo e companheiro de luta Salvador, Fidel Castro”. Quatro horas e meia depois, às 18h30, colocado numa maca e coberto por um modesto poncho boliviano, o cadáver do presidente era carregado para fora de La Moneda e desaparecia numa autópsia militar (um prédio de autópsia regular, feito pelo Partido Demócrata Cristão, foi sumariamente ignorado pela Junta) e numa cerimônia semisecreta de sepultamento no dia seguinte, na vizinha estância balneária de Viña del Mar.

Como morreu Allende? Até a sexta-feira os fatos ainda estavam nebulosos, mas nesse dia um relato da Agência Latina, obtido junto às quinze últimas pessoas que viram Allende vivo, indicava que o presidente tinha se suicidado e esclarecia as dramáticas 7 horas vividas em La Moneda entre 7 da manhã e 2 da tarde da última terça-feira. Segundo este relato, Allende teria recusado quatro ofertas de rendição feitas pelos militares através do telefone – na primeira delas, inclusive, o general Pinochet teria lhe garantido um avião e salvo-condutos para ele, sua família e assessores.

“Não faço acordo com traidores”, disse Allende a Pinochet, no primeiro telefonema, por volta das 9 horas. Com um capacete de aço na cabeça, calças escuras e um suéter branco, o presidente de empenharia nas horas seguintes em afastar para fora do palácio o maior número possível de pessoas – especialmente um grupo de mulheres, entre as quais sua filha Beatriz. Ao ponderar que cairia em poder dos golpistas ao deixar o palácio, podendo tornar-se assim um instrumento de chantagem para a rendição, Beatriz ouviu do pai a frase solene: “Se você for feita refém, serei eu quem pedirá que a matem. Não vou me render”.

Por último – Mas Beatriz não foi feita refém, nem executava – juntamente com sua irmã Isabel e sua mãe “Tencha”, acabou encontrando refúgio na Embaixada do México, de onde seguiria para Cuba, após ter saído de La Moneda. Dentro do palácio, Allende vivia seus instantes finais. Às 11h30 recusou uma última oferta do insistente general Pinochet e suportou em silêncio com um pequeno grupo de amigos e guardas pessoais o bombardeio aéreo e terrestre que arrasava o prédio. Às 13 horas o secretário de Imprensa Augusto Olivares resolveu matar-se com um tiro na cabeça. Pouco depois um grupo de quatro sitiados saiu para negociar sem sucesso uma suspensão do fogo (os militares, alegando a presença de franco-atiradores nas redondezas, não aceitaram a proposta). Às 13h45, encerrado finalmente o bombardeio, um pelotão de infantaria conquistou o palácio, entrando pela porta da rua Morande, número 80.

Enquanto os soldados davam seus primeiros passos dentro de La Moneda, Allende dava suas últimas ordens como presidente da República. Instalado no segundo andar, ele mandou que seus remanescentes companheiros descessem e se entregassem ao pelotão, a essa altura já no andar de baixo. “Deixem as armas, levantem as mãos e rendam-se ao Exército”, disse Allende. “Eu vou sair por último.” Por volta das 14 horas, quando começavam a descer a escadaria para render-se, os guardas pessoais ouviram um disparo de metralhadora no andar de cima: Allende, conclui o relato, acabava de se suicidar.

Casa saqueada – A partir daí, um novo mistério – o destino dado ao corpo do desafortunado presidente – viria se somar à espessa nuvem de dúvidas que envolveu Santiago nas primeiras 48 horas após o golpe. A questão acabaria sendo respondida na sexta-feira por Hortensia “Tencha” Allende, ao relatar a saga que viveu desde o momento em que recebeu o primeiro telefonema de seu marido, na manhã de terça-feira, até asilar-se na Embaixada do México, no fim do dia seguinte. “Tencha”, cujas relações com o marido andavam atribuladas nos últimos tempos – segundo o comentário corrente em Santiago, os dois continuavam a viver juntos mais para manter as aparências – mal tiveram tempo de retornar de uma viagem ao exterior quando se viu envolvida no drama que a deixaria viúva e quase lhe custava a própria vida.

A mulher de Allende voltara no domingo do México e, por volta de 11h30 de terça-feira, após três horas de angústia na sua residência na rua Tomás Moro, começou a viver uma aventura inédita: aviões passaram a bombardear sistematicamente a casa, que depois de semidestruída acabou sendo saqueada. “Os aviões lançavam seus foguete e depois voltavam às suas bases para reabastecer”, contou Hortensia Allende. “Havia cheiro de pólvora, fumaça, destruição...” Numa interrupção dos ataques, ela conseguiu fugir da casa através de um colégio de freiras que existe no fundo e dali, sem ser seguida, correu para esconder-se na casa do economista Felipe Herrera, morador das vizinhanças. Era o momento em que, em La Moneda, Salvador Allende de preparava para morrer.

No dia seguinte, “Tencha” teve de enfrentar a dura prova do sepultamento. Convocada inicialmente a um hospital militar, recebeu os pêsames de um general e em seguida foi levada à base aérea militar do Grupo 7, onde um avião estava à sua espera. “Imaginem o que vi”, relatou Hortensia Allende. “Um ataúde, no meio do avião, coberto com uma manta militar...” Acompanhada de dois sobrinhos, uma cunhada e diversos oficiais, “Tencha” voou então para Viña Del Mar, onde seria realizado o sepultamento de Allende, no jazigo familiar do cemitério Santa Inês. O avião pousou na Base Aérea de Quintero, o esquife foi colocado num furgão e o pequeno grupo rumou apressadamente para o cemitério.

Em nenhum momento, contou a mulher de Allende, os militares deixaram que ela visse o corpo de seu marido – alegando, sem maiores detalhes, que o caixão estava soldado. “Salvador Allende não pode ser enterrado de forma tão anônima”, gritou ela a um dos oficiais. Mas foi. “Tencha” não pôde fazer mais do que jogar umas flores sobre o ataúde, para logo ser embarcada de volta a Santiago e a um asilo na Embaixada mexicana. Nas últimas horas tinha ficado viúva, sua filha Beatriz partira para Cuba e a sua casa era um monte de ruínas.

Cordões – Além da residência de Allende, houve outros alvos de bombardeios. A Embaixada de Cuba, onde teria morrido, ao tentar asilar-se, o líder mais radical e polêmico do Partido Socialista, Carlos Altamirano, também foi atacada. A sede do Partido Comunista foi arrombada e invadida a tiros, e presos seus 23 ocupantes. E segundo uma lista publicada no *El Mercurio*⁸⁰ de quinta-feira – único jornal a circular, juntamente com o tabloide *La Tercera de la Hora* – até as 16 horas do dia anterior as Forças Armadas haviam ocupado mais de vinte pontos esquerdistas de Santiago, em grande parte para “reduzir extremistas armados”. Enfim, havia alguma resistência.

No dia do golpe e nos dois seguintes⁸¹, ainda se ouvia o matraquear de metralhadoras e dos disparos de fuzis dos soldados tentando liquidar franco-atiradores instalados nos telhados de edifícios de vários pontos da capital. O distante som de bombardeios prolongados em locais diferentes indicava que havia combates mais duros. Houve batalhas de uma violência desconhecida pelos chilenos, nas tomadas da Universidade do Chile e da gigantesca fábrica de tecidos Sumar, estatizada por Allende e um dos bastiões principais da militância governista. Mas uma resistência generalizada, proporcional ao poderio militar empregado pelas Forças Armadas, jamais existiu.

A combatividade de uns poucos, na verdade, esbarrou na força dos canhões e dos tanques. Mais que isso, os “cordões allendistas” não contavam realmente senão com raros e esparsos elos.

No Chile, além dos protagonistas da resistência vã, poucos acreditavam nela. No exterior, porém, jornais afirmavam em manchetes que o general Carlos Prats, ex-comandante do Exército, apóstolo da legalidade, amigo pessoal de Allende e esperança derradeira das esquerdas, assumira o comando da resistência e marchava do sul para Santiago. Na sexta-feira, o próprio Prats, de paletó esporte e gola rulê, rosto abatido e mãos sob a mesa, afirmava na televisão jamais ter participado de atividades públicas desde que se afastou do comando do Exército e do Ministério da Defesa. E relevou sua intenção de abandonar o Chile, o que fez no sábado, quando se retirou para a Argentina.

Comunicados – A primeira noite do Chile sob nova tutela acabou sendo de insônia nacional. Todas as comunicações com o exterior estavam cortadas. As fronteiras com o Peru e a Argentina, fechadas. E as contas bancárias dos residentes no país, congeladas por tempo indeterminado, dificultando ainda mais eventuais tentativas de fuga. A normalmente escassa comida praticamente desapareceu. Coroando

⁸⁰ Jornal chileno, ainda em circulação, para o qual trabalhava Ruben Monzabuena, jornalista que acompanhou Dorrit em sua aventura em 11 de setembro de 1973, ao encaminhar-se junto com ela para o Hotel Carrera.

⁸¹ Dorrit permaneceu em Santiago até 18 de setembro.

tudo, reinava a mais absoluta ignorância do que se passava no país, nas cidades, na casa vizinha. Na quarta-feira, o *El Mercurio* e *La Tercera*, embora tivessem rodado na noite anterior, não puderam circular, pois a Junta Militar se esqueceu de que, por causa do rigor exigido no acatamento ao toque de recolher, os dois jornais não poderiam ser distribuídos. E, se o fossem, não poderiam ser comprados.

A sucessão contínua de comunicados oficiais, longe de esclarecer, desconcertava ainda mais. Quando, durante o toque de recolher, rádio e televisão anunciavam que os parentes daqueles que morreram estavam autorizados a dirigir-se a um lugar determinado para cuidar dos sepultamentos, a incerteza quanto ao número de mortos crescia. No sábado, defronte ao Ministério da Defesa, uma fila dava volta ao quarteirão. Eram pessoas tentando obter notícias sobre mortos e desaparecidos. “A cifra de 10.000 mortos é exagerada”, disse um funcionário. De qualquer forma, soa como bastante sintomática.

Por outro lado, ao ser transmitida a ordem de apresentação às autoridades militares para 23 estrangeiros radicados no país – entre eles dois brasileiros e um jornalista boliviano morando em Buenos Aires há mais de seis meses – instalou-se o pânico entre as comunidades estrangeiras mais comportadas, e não apenas entre os 14.000 latino-americanos (dos quais 1.200 brasileiros) residentes no Chile. O pânico não era injustificado. Em sua determinação de “extirpar o câncer marxista”, a Junta advertiu que as empresas jornalísticas que divulgassem informações não confirmadas pelo novo governo seriam “inapelavelmente destruídas”. A caça aos seguidores de Allende começou imediatamente, com os militares apelando à população para denunciar a existência de arsenais clandestinos e solicitando colaboração para a captura de dirigentes da Unidade Popular.

Realismo – Alguns, como o ex-ministro da Defesa e do Interior, José Tohá, o ex-chanceler Clodomiro Almeyda e seu irmão, Jaime, ex-ministro da Agricultura, e Orlando Letellier, ex-embaixador nos EUA, foram intimados a apresentar-se às autoridades militares. A não apresentação, dizia a intimação divulgada pelo rádio, significava “uma transgressão, com as consequências fáceis de se prever”. Tohá e Almeyda acataram a ordem imediatamente. Outros demoraram algumas horas. Talvez nenhum tenha sido de realismo mais surpreendente do que o líder comunista Jorge Godoy. Numa entrevista televisionada, ele declarou, ainda na noite de quarta-feira: “Sou casado, tenho quatro filhos, fui dirigente sindical durante vários anos e ocupei até este momento, por 58 dias, o Ministério do Trabalho. Espero que o país, neste momento tão grave, possa normalizar sua vida”.

Logo começaram, também, as manifestações de apoio incondicional por parte do Partido Nacional, da Confederação dos Transportes e Cargas, agricultores, comerciantes, pequenos e médios industriais, médicos, advogados e engenheiros. O presidente da Corte Suprema, Enrique Urrutia Manzano, manifestou sua “mais íntima satisfação” em nome da administração da Justiça “pelo propósito do governo militar de respeitar as decisões do Poder Judiciário”.

Apesar da guerra, e do conceito que os chilenos fazem de si mesmo, de que não são “tropicais”, o tropicalismo transpareceu em alguns episódios. Numa boate em que quatro jovens marxistas confessas ficaram retidas durante 52 horas devido ao toque de recolher, os soldados que intermitentemente surgiram à procura de esquerdistas eram recebidos com rodadas de presunto, pão e café. A uma delas, inconformada com essa extemporânea manifestação de coexistência pacífica e dizendo-se “inimiga dos golpistas até a morte”, um soldado respondeu: “Respeito seus ideais, senhorita, mas lhe asseguro que este golpe de Estado é para o bem de todos”.

Semirremorsos – A violência com que foi desfechado o golpe, contudo, causava espanto até mesmo entre os adversários do governo deposto. O próprio senador Eduardo Frei, líder da linha mais conservadora da Democracia Cristã e favorável a uma intervenção militar, confidenciou a um alto funcionário das Nações Unidas em Santiago, ao ver as coisas consumadas, que jamais teria suspeitado que o golpe ocorreria de maneira tão brutal.

Esses semirremorsos, porém, não impediram que, ainda na noite de terça-feira, seu partido, juntamente com o Nacional, manifestasse total apoio à Junta, sob o argumento de que “as Forças Armadas não buscaram o poder, e sua tradição garante que tão logo terminem as tarefas por elas assumidas devolverão o poder ao povo soberano”. E o episcopado chileno, que não aprovou, também não reprovou o golpe, manifestando pesar pelo sangue derramado, pedindo “moderação com relação aos vencidos” e esperando “que não haja represálias desnecessárias”.

Assim, em meio às manifestações de apoio das principais forças do país, e à resistência de franco-atiradores e operários em algumas fábricas ocupadas, o novo governo começou a tomar suas primeiras medidas, além das repressivas. Imediatamente rompeu relações diplomáticas com Cuba – providência complementada com a expulsão dos 170 membros da volumosa delegação cubana no país – e anunciou a decisão de não mantê-las também com “alguns Estados socialistas”.

Conversas, roupas, armas – No campo interno, os passos iniciais consistiram em estabelecer um pouco de ordem no campo de batalha. Foram então concedidos, já a partir de quinta-feira, salvo-condutos para os interessados em sepultar seus mortos, enquanto se pedia à população para colaborar na tarefa de limpar as paredes de todo tipo de propaganda política. Em sucessivos comunicados garantindo que as conquistas dos trabalhadores seriam mantidas, as autoridades militares pediam que todos retornassem ao trabalho. As categorias em greve durante os últimos dias do governo de Unidade Popular – médicos, engenheiros, comerciantes, enfermeiros, dentistas, técnicos, químicos e farmacêuticos – disseram-se dispostas a atender ao apelo, de resto prejudicado pelo toque de recolher.

O presidente da Confederação dos Transportes Rodoviários, Juan Jara, depois de registrar sua “satisfação com a libertação da pátria”, conclamou na quarta-feira os motoristas de caminhão, cujo locaute de três quinzenas praticamente paralisou o país, a retornarem às atividades. Até o final da semana isso não ocorrera, em parte devido à confusão geral e em parte pelo compreensível temor dos motoristas de sofrerem ataques de esquerdistas. As Juntas de Abastecimento e Preços, instrumento com o qual a Unidade Popular controlava a distribuição de alimentos ao nível dos consumidores, foram dissolvidas, como o Congresso Nacional.

Outra providência da Junta foi exibir na televisão um filme mostrando o interior da casa de Allende, com a despensa repleta de conservas, armários cheios de roupas, móveis enfeitados com valiosos objetos de arte e, principalmente, grande quantidade de armas, “todas de fabricação soviética”. Ainda no terreno psicológico, o acesso ao coração de Santiago, compreendido pela Plaza de la Constitución e ruas próximas, permaneceu proibido até a manhã de sexta-feira. A Junta parecia querer adiar o choque da população ao ver o Palácio de La Moneda, um dos mais antigos monumentos históricos do país, parcialmente em escombros.

Um telegrama – Como de hábito, a opinião pública europeia manifestaria o seu espanto. As capitais da Europa, como algumas latino-americanas, onde foi decretado luto nacional por três dias pela morte de Allende, transformaram-se em palcos de manifestações de hostilidade aos militares chilenos. Os ingleses, por exemplo, ficaram ainda mais chocados na sexta-feira, quando o adido naval chileno em Londres, contra-almirante Oscar Buzeta, ocupou a embaixada em nome da Junta Militar e proibiu a entrada do embaixador Álvaro Bunster. Da capital britânica sairia também uma das mais extravagantes manifestações de repulsa ao novo regime. Um obscuro cônsul-geral panamenho, Jaime Padilha Beliz, enviou um telegrama ao general Pinochet, em que dizia: “A humanidade se envergonha de ter em suas fileiras uma besta como o senhor”.

Dois modelos – Passados os momentos de entusiasmo ou de depressão de partidários do governo de Allende, a América Latina, pelo menos, tem desde a semana passada razões mais fortes para refletir na experiência chilena. Até terça-feira, a “via chilena para o socialismo”, como malogros ou não, tinha seus adeptos no continente. O trágico desfecho da aventura, seja qual for o rumo que imporão ao Chile os militares, restringe a somente dois os “modelos” que na América do Sul substituíram recentemente as tradicionais fórmulas da democracia liberal: o “brasileiro” e o “peruano”.

Nessa perspectiva, a Argentina, que tinha no Chile um eventual parceiro para a nebulosa experiência do “socialismo nacional” peronista, talvez tenha sido a mais prejudicada. Não faltarão, por exemplo, as queixas de que, com o fim do “socialismo à chilena” se fechou mais o “cerco” da Argentina pelo Brasil. O certo é que o estreitamento de vínculos políticos e econômicos com o Chile, seja qual for o regime que o governe, é uma premissa admitida como necessária por quase todos os setores de atividade da Argentina e pelas Forças Armadas em primeiro lugar. Apesar disso, as manifestações de repúdio ao golpe brotaram como cogumelos por todo o país na semana passada.

Entretanto, a Junta recebeu também outro tipo de manifestações. No final da semana, o Brasil, o Uruguai e o Paraguai já a haviam reconhecido. Uma nota do serviço diplomático chileno, enviada a todos os países com os quais Santiago tem relações e expressando o desejo de continuar mantendo

“firmes laços de amizade”, estava sendo estudada calmamente no sábado por diversos governos. O pedido causava algum embaraço especialmente nos Estados Unidos, onde, na quarta-feira, o *Washington Post* afirmou em manchete de oito colunas que o Departamento de Estado fora informado do golpe pelos militares rebelados com dezesseis horas de antecedência. Algumas especulações chegaram a brotar da repentina viagem a Washington no dia 7 passado do embaixador americano em Santiago, Nathaniel Davis, que lá não se demorou mais do que um dia e meio.

O reconhecimento externo, que mais cedo ou mais tarde infalivelmente virá, não é porém o suficiente para garantir um futuro tranquilo ao novo governo. As forças de esquerda foram derrotadas mas não extintas no Chile e só poderão ser neutralizadas com uma repressão férrea e permanente. Principalmente porque, desencantadas com a experiência legal, serão tentadas a desviar-se para movimentos clandestinos.

Por outro lado, o alto nível de violência atingido nas primeiras horas do movimento talvez venha a se constituir numa barreira para a normalização da situação. Na verdade, é possível que, se os militares chilenos continuarem por muito tempo ao mesmo nível de repressão, venham a encontrar-se em situação semelhante à dos militares argentinos, com enormes dificuldades para devolver o poder aos civis.

O saque da Dra. Renée (um saque de homem, sim senhor)⁸²

De Washington (EUA), *Jornal do Brasil*, 6 de setembro de 1976

Durante o Campeonato de Tênis do Orange Lawn Club, nos Estados Unidos, encerrado há uma semana, foi descoberto que a tenista Renée Richards, de 42 anos, até há pouco chamava-se Richard Raskind e pertencia ao sexo masculino. Este caso notório de transexualismo que agitou a opinião pública norte-americana encontra também ressonâncias no Brasil. Atualmente o Dr. Roberto Farina, de São Paulo, está ameaçado por um processo em consequência de realizar cirurgias de reversão sexual. E no rio, a equipe médica do Dr. José Scherman estuda e pesquisa um grupo de transexuais, buscando o diagnóstico para indicar a solução dos problemas de dualidade sexual.

Cada vez que a doutora Renée Richards, de 42 anos, entrava na quadra de tênis do Orange Lawn Tennis Club para disputar os 60 mil dólares do Torneio Aberto de New Jersey, encerrado no último dia 29, os binóculos dos espectadores se imobilizavam com fascínio sobre o seu corpo esguio e bronzeado de 1m82. As câmaras de televisão, mais discretas, focalizavam o seu rosto anguloso e tenso, protegido por espessos cabelos tingidos de castanho. E o batalhão de quase 200 repórteres que a acompanham e perseguem há várias semanas voltavam a preencher blocos inteiros com anotações minuciosas: da cor do esmalte de unhas à leveza da maquiagem usada pela controvertida tenista, tudo era notícia para os principais jornais do país.

A massacrante notoriedade de Renée se explica: até submeter-se a uma operação de mudança de sexo no ano passado, em Nova Iorque, Renée se chamava Richard Raskind, vivia com a esposa, Barbara (uma modelo), e o filho de quatro anos, Nikki, e dirigia uma renomada clínica de cirurgia oftalmológica em Manhattan – além de ser um dos dez melhores tenistas amadores de sua categoria (acima de 35 anos).

Foi justamente a sua determinação em não abandonar o tênis que levou Renée a perder o anonimato que procurou na Califórnia, a 4.800 quilômetros de distância de seus amigos, pacientes e familiares, logo após a operação. No início desse ano, ela decidiu testar sua nova condição física como mulher e inscreveu-se no Torneio Feminino de Simples de La Jolla, sem revelar a ninguém sua transexualidade. Mas um repórter local, intrigado com a fácil vitória daquela tenista desconhecida, de saque poderoso e rara velocidade na quadra, acabou levantando a sua verdadeira identidade. E apesar dos dramáticos apelos de Renée para que o segredo fosse mantido – “não sou nenhuma criminoso, tenho direito à privacidade, por favor não destrua minha vida”, pediu ela ao repórter – a notícia explodiu pela televisão, de costa a costa: “Torneio de La Jolla vencido por homem que se fez passar por mulher”.

⁸² Este é o primeiro texto assinado de Dorrit em sua atuação no *Jornal do Brasil*, onde trabalhou como editora de Internacional, de setembro de 1976 a setembro de 1978.

Instantaneamente, sua vida passada foi dissecada. Soube-se que, ainda criança, ela rezava todas as noites para ser menina. Com o passar dos anos, tentou apaziguar a sua revolta através de conquistas variadas: melhores notas no colégio, serviço exemplar na Marinha, currículo notável em Yale, êxito inegável no campo da oftalmologia, além de um casamento e paternidade bem sucedidos. A insatisfação íntima, contudo, permanecia.

Onze anos atrás, como tantos transexuais do mundo inteiro, Renée já havia ocorrido à Casablanca para submeter-se a uma operação de mudança de sexo. Mas as condições de higiene da renomada clínica marroquina – na época, meca indiscutível para esse tipo de cirurgia – lhe pareceram tão precárias que ela preferiu adiar o projeto. Foi então que Renée decidiu começar a tomar fortes doses de hormônios femininos, ininterruptamente. “Os seus seios passaram a crescer e a barba a rurar”, confidenciou um de seus ex-parceiros de tênis, “mas imaginávamos que Richard estivesse com câncer e que as alterações físicas fossem resultados de algum medicamento”.

Quando, finalmente, Renée decidiu submeter-se à operação com o urologista Roberto Grant, de Nova Iorque, apenas sua mulher – de quem se divorciara pouco antes – e a Universidade de Rochester – que legalizou a mudança de nome em seu diploma de médico – conheciam a sua nova identidade.

Com a perda do anonimato em La Jolla, entretanto, não apenas Renée passou a absorver os choques emocionais da súbita notoriedade, como o que ocorreu com o seu pai, um viúvo septuagenário de hábitos regulares, ficou tão traumatizado com a notícia que parou de frequentar os amigos. Sua irmã passou semanas inteiras proibindo os filhos de assistirem televisão, receosa de que o tio Richard fosse identificado no vídeo. Barbara, a ex-mulher, preferiu despachar Nikki para a Irlanda, prevendo a inevitável ofensiva da imprensa. E os amigos de antigamente, com raras exceções, se declararam incrédulos.

É justamente nesse plano que o debate em torno do caso Renée Richards assume uma dimensão mais universal. Com o impulso à liberalização dos usos e costumes ocorrido nos Estados Unidos na década de 60, o “direito inalienável à busca da felicidade”, citado na Constituição americana, passou a ser associado também a uma maior liberdade individual de opção. Mas não raro essas opções pessoais entram em choque com opções feitas por terceiros, e frequentemente elas impõem uma mudança indesejada na vida de parentes e amigos. Ainda assim, após anos e anos de conflito íntimo, Renée decidiu, entre outras coisas que era pior para ela continuar a ser homem, do que para o filho ter uma mulher como pai.

Em seguida, ao se ver confrontada, com a exposição pública de sua vida na televisão, Renée também decidiu iniciar uma luta total pelo seu reconhecimento como mulher e como tenista. Para tanto, julgou, nada melhor do que competiu em campeonatos internacionais, inclusive nas quadras sagradas de Forest Hills, tão célebres quanto as de Wimbledon. O primeiro passo foi o Torneio de New Jersey, no qual conseguiu chegar às semifinais em circunstâncias psicológicas devastadoras.

Logo de início, 25 conhecidas tenistas americanas se retiraram do torneio, argumentando ser ilegal a participação de Renée: sob a aparência feminina, ela conservaria todas as vantagens musculares de um homem. Houve também a hostilidade inicial do público que, entre curioso e perplexo, não ousava sequer pedir autógrafos à temida esportista. Sobretudo, havia o assédio ininterrupto da imprensa. “Continuo me sentindo ridícula com essa maratona de entrevistas” – reconheceu Renée na semana passada. “Nos momentos de maior fantasia, imaginei me tornar mundialmente conhecida algum dia através de uma contribuição no campo da medicina e jamais devido a um tabu envolvendo minha vida privada”.

No seu primeiro jogo, abatida pela insônia, cansada dos interrogatórios e ferida com a hostilidade de tantas colegas, Renée esteve à beira de abandonar a quadra. Mas a lembrança de uma amiga transexual que cometera suicídio por não ter suportado pressões menores às suas, levou-a, segundo seu próprio relato, a querer vencer. Quatro vitórias mais tarde, ao ser finalmente derrotada por uma tenista de 17 anos, Renée já parecia mais confiante em sua escalada: “Isso apenas prova que não levo vantagem alguma sobre quem joga melhor do que eu”.

“Já a Associação Americana de Tênis, responsável pelo Campeonato de Forest Hills iniciado na quarta-feira passada, não pensa assim. A estrutura e a densidade do tecido muscular do homem são superiores às da mulher”, explica Jerry Diamond, um dos organizadores do torneio, “e isso faz com que o homem tenha mais força e maior velocidade do que a mulher”.

“Questiono a validade de uma identificação sexual através dos genes”, declarou Renée, acrescentando que seu corpo, sua psicologia e sua condição social são de natureza feminina. Além disso, de posse de seu novo passaporte, registro profissional e demais papéis de identidade, Renée Richards se declara mulher perante a lei.

O último tropeço

De Washington (EUA), *Jornal do Brasil*, 4 de novembro de 1976

Só oito horas após o presidente eleito Jimmy Carter proclamar sua apertada vitória nas urnas, perante uma gratificada multidão de fieis que enfrentou com alegria a longa vigília da madrugada em Atlanta, o presidente derrotado Gerald Ford decidiu cumprir com a pesarosa e várias vezes adiada tarefa de reconhecer publicamente que havia perdido. Era pouco depois do meio-dia de ontem, e os extenuados 60 jornalistas que o aguardavam há várias horas na enfumaçada sala de imprensa da Casa Branca já começavam a fazer considerações de agressividade profissional com o próximo assessor de imprensa que haverão de enfrentar a partir de janeiro próximo.

Quando Gerald Ford finalmente entrou na sala, ladeado por sua mulher Betty, os quatro filhos (Susan, Steve, Michael e Jack), além de nora Gayle, as implacáveis lentes das máquinas fotográficas e as inquisidoras câmeras de televisão puderam focalizar um rosto inchado e pálido, um par de olhos à beira de desaguar e uma expressão de cansaço jamais vista. As 138 escassas palavras pronunciadas pelo presidente foram quase inaudíveis, e vieram confirmar o lamentável estado de suas cordas vocais e garganta anunciado pouco antes pelo médico da Casa Branca, almirante William Lukash. O terno azul marinho, visivelmente amarrotado, era indício de que Ford permanecera sentado horas a fio antes de descer para enfrentar a imprensa, e que, a essa altura, os cuidados com sua “apresentação presidencial” já não eram cruciais.

Ford usou suas poucas palavras para dizer que ele deixaria a cargo de sua mulher a tarefa de ler sua declaração de derrota. “Afim, Betty é o verdadeiro porta-voz da família”, disse ele cedendo-lhe o pódio e procurando refúgio emocional ao lado da filha Susan que já não continha as lágrimas.

Assim, como em inúmeras vezes ao longo de sua vida em comum, coube a Betty Ford demonstrar sua força, simplicidade e importância. O texto oficial por ela lido sensibilizou até mesmo o vencedor da batalha, que o classificou mais tarde de “elegante e digno”. De fato, tanto o telegrama pessoal enviado a Carter como em sua mensagem à Nação lida pela mulher, mas sobretudo na maneira de se apresentar perante aos jornalistas que lhe fizeram críticas tão duras ao longo da Presidência, Gerald Ford revelou, mais uma vez, as suas qualidades humanas que tanto pesaram na balança emocional dos eleitores da véspera, e que quase lhe garantiram a vitória.

Em nenhum dos 30 minutos que permaneceu sob cerrado escrutínio do grupo de jornalistas Ford deu indícios de estar amargurado ou com rancor. Ele ostentava apenas decepção, uma profunda tristeza e um cansaço que tornava seu olhar vago. Em seguida à leitura de Betty, Ford desceu da tribuna e misturou-se à audiência para um aperto de mão ou uma palavra pessoal com cada um. “Até janeiro vou continuar a trabalhar bastante, pois ainda há muito a fazer por aqui, e depois vou descansar”, disse ele ao *Jornal do Brasil*. Sua mulher, dramaticamente emagrecida pelos rigores da campanha, reconheceu sentir muito ter de deixar a Casa Branca. Nenhum dos jornalistas presentes, visivelmente desarmados com a simplicidade final do casal Ford, aproveitou o momento para fazer as costumeiras perguntas profissionais. Um deles chegou a gritar do fundo da sala “o senhor foi um bom presidente, sr. Ford?”, “um pouco sem sal, como vocês mesmo disseram”, respondeu o presidente derrotado com resignação bem-humorada. Por fim, ao tentar alcançar a porta de saída em meio à confusão daquela sala sufocante, Gerald Ford deu a prova final de que é a mesma pessoa, quaisquer que sejam as circunstâncias: tropeçou num dos fios de televisão espalhados pelo chão e só não caiu por ter se apoiado no suporte de iluminação da CBS.

Carter reza em Plains com negro e branco

De Plains (Geórgia, Estados Unidos), *Jornal do Brasil*, 22 de novembro de 1976

Uma semana após a tumultuada votação a favor da admissão de negros à igreja Batista de Plains, frequentada pelo Presidente eleito Jimmy Carter, o primeiro serviço religioso dominical realizado às 11 horas de ontem desenrolou-se sem incidentes.

O reverendo negro Clennon King, acompanhado de três outros membros da comunidade negra da Cidade de Albany, situada a 65 quilômetros ao Sul de Plains, chegou poucos minutos antes do início do culto vestido com um fotogênico terno branco de colarinho preto.

Seu ingresso solene na superlotada igreja provocou sussurros e cochichos generalizados, sobretudo quando um dos diáconos mais contrários à sua presença indicou-lhe um lugar de honra na primeira fileira, à frente do próprio Carter.

Uma exuberante residente negra da vizinha localidade de Américo, portando chapéu, flor na lapela e um vestido preto considerado excessivamente atraente pelos frequentadores habituais da igreja, também tomou assento na fileira reservada aos notáveis.

Dois agentes do serviço secreto de Carter e um terceiro encarregado da proteção da menina Amy guardavam as três portas da entrada contra a intrusão maciça de horda de jornalistas. Na prática, contudo, bastava ao repórter desfazer-se de sua coleção de credenciais, obrigatoriamente pendurada no pescoço, para poder entrar sem ser barrado.

“Nenhum de nós aqui presente, Senhor, é melhor do que o outro”, afirmou significativamente Jimmy Carter ao pronunciar sua oração dominical. “Nós sofremos tentações e pedimos perdão por nossos pecados. Nossos atos nessa igreja estão sendo observados pelo mundo inteiro e devemos ter isso em mente para podermos servir de exemplo.”

Também o sermão pronunciado pelo pastor Edwarde, que uma semana antes estava ameaçado de expulsão pelo diácono da Igreja por ter assumido posição integracionista, versou indiretamente sobre os acontecimentos recentes que traumatizaram a congregação batista local.

“É preciso tolerar e aceitar que uma minoria convicta da vontade do Senhor tenha tanta razão quanto uma maioria igualmente convicta. Nem sempre cristãos sinceros e bem-intencionados chegam às mesmas conclusões. As maneiras de interpretar a vontade do Senhor são inúmeras. É preciso saber reconhecer outros caminhos além daqueles que nos parecem os mais justos”, disse Edwarde.

Terminado o serviço religioso, Jimmy Carter levantou-se e, ainda dentro da igreja, recebeu os cumprimentos de vários americanos de outras cidades, vindos especialmente para a ocasião. Ao passar pela primeira fileira, estendeu a mão ao reverendo King e disse cordialmente: “Estou contente que o senhor tenha vindo”. “Graças ao Senhor”, murmurou King beijando a mão do Presidente eleito.

Como exemplo de futuras posições a serem assumidas por Carter na Casa Branca, esse foi sem dúvida auspicioso.

Cisjordânia, a posse mais discutida de Israel

Da Cisjordânia e de Israel, *Jornal do Brasil*, 17 de julho de 1977

“Tudo é negociável.” – Menachem Begin, Primeiro-Ministro de Israel, 1977.

“Não vamos sair desse lugar. Vamos ficar aqui, na Samaria, para sempre. Não há potência mundial que possa nos forçar a ir embora.” – Um colono israelense da Cisjordânia, 5737 (calendário judaico).

“O fato de eu não ter armas e eles terem a força não significa que vou me render nem que vou perder minha identidade árabe. A terra é minha, os judeus são estrangeiros que chegaram aqui como ocupantes.” – Um palestino de Nablus, 1397 (calendário muçulmano).

“Ah, se a Bíblia tivesse sido escrita em Ugandal. Tudo seria mais fácil para todos.” – Henry Kissinger, enquanto ainda era Secretário de Estado americano.

Quando o novo chefe do governo de Jerusalém encontrar o Presidente dos Estados Unidos, na manhã de terça-feira, a sua repetida afirmação de que “tudo é negociável” será posta à prova. Todas as partes envolvidas no conflito do Oriente Médio – inclusive os israelenses – estão cientes de que a paz e devolução de territórios ocupados são pesos a serem colocados numa mesma balança. Resta ver onde se situa o ponto de equilíbrio entre as duas medidas, ou seja, quantos territórios devem ser devolvidos aos árabes em troca de paz, e quanta paz Israel receberá em troca de territórios.

Oficialmente, todos os partidos políticos de Israel, exceto o Comunista, defendem o direito histórico e bíblico do povo judeu à Terra Prometida. Na prática, contudo, sempre evitaram especificar quais seriam as fronteiras ideais do país. Até mesmo depois da guerra dos Seis Dias, quando a consciência histórica territorial dos israelenses recebeu um impulso considerável, as plataformas partidárias continuariam vagas.

Preço alto – Mas com a vitória do Partido nacionalista Likud e a ascensão ao Poder de Menachem Begin, em maio último, mapas e fronteiras voltaram à atualidade. Ao contrário dos Governos anteriores, que admitiam a hipótese de negociar a devolução do Sinai, Gaza, Golan e Cisjordânia em troca de uma paz concreta, Begin instaurou o seu mandato lembrando ao mundo que a Judeia e Samaria (Cisjordânia) eram terras bíblicas de Israel.

Desde então esses quase 6 mil quilômetros quadrados de deserto, colinas, tradicionais cidades árabes (como Nablus, Jericó, Ramallah, Hebron, Tuikaren, Jenin) e 660 mil habitantes encravados no centro do Estado judeu, passou a ser o principal trunfo israelense para futuras negociações. Publicamente comprometido com a retenção – segundo alguns, anexação – da Cisjordânia, Begin só a negociará a preço alto.

“Sua posição inicial é altamente vantajosa, sobretudo se comparada à dos trabalhistas”, diz o professor Moshe Ma’oz, diretor do Instituto de Estudos para o Oriente Médio (Universidade Hebraica de Jerusalém). “Os Governos anteriores”, explica ele, “iniciavam as negociações partido da premissa de que os territórios ocupados acabariam sendo devolvidos. Com isso, os americanos podiam dizer ‘então vamos começar as discussões desse ponto’. Já com Begin é diferente: ele chega a Washington dizendo ‘queremos tudo’, o que obriga a Casa Branca (e os árabes) a começar por aí. Resultado: tudo o que ele ceder deverá ser pago com concessões pesadas da outra parte. Sua posição de barganha é forte”.

Ocupação benevolente – Para boa parte da população da Cisjordânia, entretanto, essas considerações interessam pouco. Ao longo desses 10 anos de ocupação sua rotina diária tem sido marcada pela frustração, humilhação e ressentimento. “Não tenho direito à existência”, acaba dizendo um morador de Nablus após receber incontáveis garantias do intérprete palestino de que seu anonimato seria respeitado. “Um inimigo que não escolhi controla meus dias, horas, minutos. Meu dia não tem luz, tem inimigos.”

Como os demais territórios ocupados por Israel, a Cisjordânia é submetida à autoridade de um general de brigada – no caso, David Hagoel – que acumula as funções de Chefe do Governo da Judeia e Samaria (subordinado ao Estado Maior das Forças Armadas) e de coordenador administrativo. Tropas israelenses mantêm a lei e a ordem, mas o código civil continua sendo jordaniano.

O governo de Jerusalém garante que a ocupação é relativamente benevolente. De fato, os cisjordanianos têm direito a eleições municipais livres – os prefeitos de quase todas as grandes cidades da região são conhecidos simpatizantes da Organização de Libertação da Palestina, ou comunistas – os jornais locais, embora submetidos à censura, gozam de liberdade maior do que os dos países árabes, e o nível de vida da população é melhor do que no Egito, Síria ou Líbano. Entre 19668 e 1971, por exemplo, a renda per capita na Cisjordânia passou de 596 para 1.173 libras israelenses, em grande parte devido ao intercâmbio comercial com Israel (da ordem de 250 milhões de dólares no ano passado).

Vanguarda da resistência – Atualmente, a autoridade do ocupante é exercida de forma menos ostensiva do que na época das grandes manifestações populares de início da década de 70. “A tática é outra”, explica uma alta fonte militar no QG regional da Judeia e Samaria, situado a pouca distância do palácio de verão que o Rei Hussein estava construindo perto de Ramallah quando a guerra de 67 veio interromper as obras. Segundo o oficial, que prefere não ser identificado, a vigilância maior é dirigida contra os 220 mil estudantes da Cisjordânia. Representando um terço da população, eles são a vanguarda da resistência aos israelenses e já demonstraram capacidade de mobilização suficiente para tumultuar o status quo.

“Uma retaliação violenta de nossa parte só serve para aumentar a hostilidade”, diz o militar. “Em vez de utilizarmos gás lacrimogênio e usarmos armas de fogo para impedir uma passeata, preferimos fotografar os manifestantes, identifica-los com ajuda de nosso fichário e fazê-los responder

a processo”. Colegiais com menos de 18 anos – principal contingente da resistência – podem ser detidos para investigação durante 18 dias, e a extensão desse prazo exige a autorização do governador militar.

Pressões eficazes são exercidas sobre os 7 mil 600 funcionários públicos e professores das várias escolas da região. “Como as promoções e as verbas dependem de nós, deixamos claro que usaremos nosso poder se eles não nos ajudarem a conter os estudantes. Mas de um ano para cá só punimos meia dúzia de professores não cooperativos, deslocando-os para outra cidade.” Atualmente, nosso problema maior é com as escolas da ONU pois seus funcionários não estão subordinados à nossa autoridade”, conclui o oficial.

Preparativos – Para Bassam Shaka’a, Prefeito radical da cidade mais rebelde da Cisjordânia (Nablus), as coisas não são tão pacíficas. “Quando ocorre qualquer ato contra a ocupação, a represália é imediata. Ela pode ser física, psicológica, econômica, individual ou coletiva”, diz ele, acrescentando que em algumas carteiras de identidade fornecidas pelas autoridades israelenses consta um sinal (em geral uma estrela) indicando que o portador é suspeito e deve ser tratado de maneira especial. Nos últimos 10 anos, 1 mil 100 palestinos foram expulsos da Cisjordânia, 3 mil outros foram presos e milhares foram desalojados de suas terras.

O prefeito de Nablus, que passou boa parte de seus 46 anos no exílio (Cairo e Damasco) e em Moscou, não aceita nenhuma fórmula de paz que não seja a criação de um Estado palestino independente. Os israelenses, entretanto, não parecem dar importância excessiva aos árabes radicais. “Os prefeitos não são os únicos líderes na Cisjordânia”, garante um militar de alta patente aquartelado perto de Jericó. “Já conseguimos estabelecer bons contatos com influentes comerciantes da região – entre os quais estão conhecidas personalidades jordanianas – estamos certos de que muitos palestinos já se preparam para um acordo com Israel.”

Colonização, um ato de fé

De Telaviv – E se, durante o seu encontro em Washington, Menachem Begin e Jimmy Carter começarem a demolir a pirâmide de problemas do Oriente Médio, de uma maneira aceitável para os árabes? Nesse caso, a remoção da última, pesada pedra ficará a cargo do Chefe do Governo de Jerusalém: resolver o problema das dezenas de milhares de judeus (*) que responderam ao apelo do Estado e/ou da religião e se instalaram – com armas, bagagem, família e fé – nos territórios ocupados.

Desde a guerra dos Seis Dias, em 1967, quando Israel conquistou a Cisjordânia, o Sinai, a Faixa de Gaza e as Colinas de Golan, esses 68 mil 588 quilômetros quadrados de novas terras sob ocupação militar começaram a ser salpicados de colônias judias de natureza diversa – núcleos agromilitares do Nahai (unidades de soldados servindo nas fronteiras), kibutzim, mochavim (vilas agrícolas de gestão cooperativa), ou centros urbanos.

Terra bíblica – Hoje, 10 anos depois, o mapa oficial de Israel já mostra quase 80 dessas colônias em meio a populações árabes. E, a menos de uma reviravolta na política oficial de Jerusalém, o processo tende a se intensificar: segundo um plano de povoamento elaborado ainda no Governo anterior (trabalhista), 27 novas colônias devem ser instaladas até 1981 na Cisjordânia, em Gaza e no Sinai. Há também um plano de colonização do Golan para o ano 2000, que prevê a criação de cidades e povoados para 60 mil judeus.

Sobretudo, desde maio último, há em Israel um Governo Begin/Likud, para quem a Cisjordânia = ou Judeia e Samaria, segundo a ressurreição da antiga terminologia – é parte do território bíblico de Israel e deve ser povoada pelo maior número possível de judeus.

Apesar das severas críticas do Presidente Carter à política israelense de “fatos consumados” nos territórios ocupados, e contrariando os apelos lançados por Washington no sentido de que todas as partes envolvidas no conflito se abstenham de declarações ou atos capazes de minar a abertura de mais uma rodada de negociações de paz, um deputado do Likud, Ygal Cohen, revelou poucos dias atrás a existência de um ambicioso projeto de colonização israelense nas “províncias libertadas da Judeia e Samaria”. O plano prevê, entre outras coisas, a instalação de 150 mil judeus em cinco cidades e serem construídas na Cisjordânia, e parece contar com o apoio do novo Ministro da Agricultura, o poderoso

General da reserva Ariel Sharon. Seis meses atrás, antes de ascender ao Poder, Menachem Begin teria rejeitado o plano.

Garantia de qualidade – Segundo a liderança do Likud, esses transplantes de população não são incompatíveis com eventuais acertos de paz. Na verdade, diz o presidente da Comissão de Relações Exteriores da Knesset, Moshé Arens, eles constituem uma “garantia de qualidade” da paz a ser negociada.

“Tivemos colônias judaicas sob administrações árabes no passado e elas foram eliminadas”, argumenta o influente Arens, terceiro colocado na hierarquia política do Partido de Begin, logo após o Primeiro-Ministro e Ministro da Defesa, Ezer Weizman. “Se é isso que ocorrerá com as colônias criadas desde 1967, como resultado das negociações em curso, então não teremos paz e sim guerra. Não achamos justo que haja partes do mundo onde os judeus não sejam autorizados a viver – na Jordânia, por exemplo, não há nenhum judeu, e na Arábia Saudita também não. Mesmo sem achar isso justo, não vamos entrar em guerra com esses dois países, mas queremos pelo menos poder viver em qualquer lugar no território que nos pertence.”

Arens, nascido na Letônia e educado nos Estados Unidos, reconhece que o direito de Israel sobre os territórios ocupados jamais foi aceito pela comunidade mundial, e admite, da mesma forma velada que Begin, a possibilidade de concessões.

“Não estamos cegos ao conflito com os árabes e compreendemos que negociações são necessárias para satisfazer todas as partes. Mas consideramos que temos o direito de morar e nos instalar na terra de Israel, qualquer que seja a soberania dessa terra”, diz ele.

Na prática, entretanto, as coisas são mais complexas. Se de um lado os israelenses não cogitam dismantlar cidades, kibutzim e mochavim inteiros, com o correspondente retorno a Israel de milhares de famílias judias que começaram vida nova nos territórios ocupados, a sua manutenção sob uma eventual administração árabe também é problemática.

Até agora, a maioria das novas comunidades israelenses – e em especial as que se situam perto de cidades palestinas ou próximo à fronteira com a Jordânia, Síria e Líbano – vivem em total isolamento físico: uma cerca de arame farpado e vários postos de observação costumam indicar os limites de sua segurança. O contato com as comunidades árabes vizinhas é virtualmente inexistente, exceto por motivos de trabalho: são árabes os operários que constroem as novas colônias israelenses, e são árabes (não raro beduínos) muito dos lavradores que cultivam as terras do novo dono.

Sigilo nas compras – A questão da propriedade das terras, aliás, poderá vir a ser tema de disputa no futuro. Todas as colônias judias nos territórios ocupados foram instaladas em terras de propriedade do Governo jordaniano e dos refugiados palestinos, ou foram legalmente adquiridas de seus antigos donos árabes. No caso da Cisjordânia, essas compras são feitas no mais absoluto sigilo, pois a lei jordaniana prevê a pena de morte para todo palestino que vender terras a israelenses.

Ainda assim, segundo levantamento publicado por Amnon Kapeliouk no *Le Monde Diplomatique*, o Keren Kayemet Lelsrael (fundo nacional judaico que assume a responsabilidade do desenvolvimento imobiliário em Israel) conseguiu comprar terras árabes nos territórios ocupados por mais de 50 milhões de libras israelenses (o equivalente a Cr\$ 80 milhões) em 1976. As informações sobre a disponibilidade de terras são fornecidas por uma agência privada que atua em vários países e que promete aos eventuais vendedores palestinos (muitos dos quais residem no exterior) pagar qualquer preço na moeda de sua escolha.

De qualquer forma, antes de enfrentar futuros problemas com os árabes, o Governo israelense, para levar adiante seus ambiciosos planos de colonização maciça dos territórios ocupados, deverá primeiro convencer os próprios judeus. Segundo denúncia recente do Deputado trabalhista Yossi Sarid, 500 residências construídas na cidade nova de Kiryat Arba, ao lado de Hebron, continuam vazias. A seu ver, isso deveria servir de sinal de alerta para os que planejam a instalação de centenas de milhares de judeus na Cisjordânia.⁸³

⁸³ Além dos campos militares, há cerca de 10 mil moradores israelenses nos territórios ocupados. Sem contar as dezenas de milhares de habitantes dos bairros judeus construídos no setor árabe de Jerusalém, anexado a Israel em junho de 1967. (N da A.)

A linguagem de uma refugiada

El Eja, Cisjordânia – “Meu nome é Nasra” (A Vitória, em árabe), diz a jovem de olhos e cabelos claros, enquanto torce as mãos na sala por estar falando de si perante um intérprete palestino que a intimida. Nasra tem 20 anos. Nasceu, cresceu e tornou-se mulher numa das casamatas de pedra do campo de refugiados El Uja (A Curva), situado entre as cidades de Ramallah e Jericó na Cisjordânia, mas impossível de ser encontrado em mapas.

Das 12 mil pessoas que outrora se amontoavam nas casamatas pálidas, da mesma cor do deserto próximo, restam apenas 2 mil – além de um cemitério rudimentar de umas 70 pedras à beira da estrada. Os demais moradores de El Uja ou fugiram para a Jordânia durante a guerra de 1967 ou se trasladaram para outro campo, ou melhoraram de vida e deixaram de ser refugiados.

Atualmente, 10% da população árabe da Cisjordânia – ou seja, 60 mil pessoas – ainda vivem nos 23 campos de refugiados sob proteção da UNRWA (United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees). Outros 200 mil estão concentrados nos 28 campos da faixa de Gaza. Embora várias guerras tivessem sido travadas em seu nome, e no de todos com existência regida pelo Estatuto dos Refugiados da UNRWA (1 milhão 600 mil em todo o Oriente Médio), eles continuam completamente à margem das negociações de paz. No melhor dos casos, serão representados pelos líderes palestinos sediados em Beirute.

Os oito colchões empilhados num canto do barracão de Nasra são estendidos à noite para suas duas irmãs, a mãe, três irmãos e os parentes de passagem. Fora isso, o cômodo único tem duas cadeiras, uma tapeçaria de parede Meca e Medina, e um quadro de papel com oito retratos.

O orgulho e a esperança da família estão na foto maior, que mostra um adolescente de cabelo comprido e roupa moderna num parque de gramado e árvores incompreensíveis para os moradores da árida El Uja: trata-se de Fahri, o irmão de 15 anos que recebeu uma bolsa da ONU e estuda em Londres desde 1972. Quando ele voltar, acreditam todos, tudo vai melhorar. No meio tempo, a família sobrevive com as 30 libras israelenses (menos de Cr\$ 5,00) entregues à mãe após um dia de trabalho na lavoura, e com o meio quilo de açúcar, meio quilo de arroz, nove quilos de trigo recebidos mensalmente da UNRWA.

À diferença de algumas refugiadas de primeira geração, que fogem da imprensa com gritos de “Vá embora”, “Fora daqui”, “Não vou deixar você ganhar dólares com essas fotos”, Nasra tem curiosidade por quem vem de fora e oferece a hospitalidade ao seu alcance: uma rodada de chá com hortelã e pitta (pão árabe) são produzidos no forno de barro anexo à casamata, e um cinzeiro de latão azul é buscado nas redondezas.

– Você já ouviu falar em Menachem Begin?

– Não.

– Yitzhak Rabin?

– Em Golda Meir?

– Sim.

– Em Yasser Arafat?

– Sim.

– Quem é ele?

– É o chefe dos fedayin.

– E George Habash e Nayef Hawatmeh?

– Não.

– Anwar Al Sadat, Hafez al-Assad e Muammar Khadafi?

– Sim.

– Você sabe quem foi Napoleão?

– Sei.

– Por quê?

– Porque aprendi na escola.

– Shakespeare também?

– Também.

– O que você sabe dele?

A resposta vem em inglês, quase inaudível:

– Ele escreveu *The World is a Stage*.

- Você fala inglês?
- *A little*, diz ela, com orgulho e timidez.
- Há quanto tempo você mora aqui?
- Há três guerras: a dos Seis Dias, a do Setembro Negro e a de 1973.
- Quem ganhou a última?
- Os árabes.
- Como era a guerra?
- A gente via aviões passando e a fumaça dos canhões.
- O que é um israelense?
- Tenho medo deles.
- Por quê?
- Não sei.
- Você já viu algum?
- Quando fui pegar minha carteira de identidade.
- Em vez de morar num campo de refugiados onde você gostaria de viver?
- Não sei.
- O que você gostaria de fazer?
- Quero chegar até a Universidade.
- Para quê?
- Porque os palestinos não devem ser ignorantes.
- Quem te ensinou isso?
- Os homens que passam aqui.
- Que homens?
- Palestinos de fora.
- Você tem rádio?
- Não. Um vizinho tem.
- Você conhece algum jornal?
- Leio as revistas que há na escola.
- Como é que você fica sabendo nas notícias?
- As pessoas veem e contam para os meus irmãos.
- Você sabe que há um nahai⁸⁴ israelense aqui perto?
- Sei.
- Os jovens que moram lá passam por aqui de vez em quando?
- Não, nunca vi.

Nas bodas, o maior espetáculo

O casamento de Charles e Diana foi uma festa magnífica em que até as falhas encantaram
De Londres (Inglaterra), *Veja*, 5 de agosto de 1981

Foi, naturalmente, o “casamento do século”, mas foi também a demonstração de que a monarquia, na Inglaterra, sabe fazer como ninguém uma festa capaz de marcar época. O país, como se sabe, não tem um 7 de Setembro, como o Brasil, nem um 4th of July, como os Estados Unidos – virtualmente, sempre foi independente. Só recentemente, também, é que a Inglaterra se juntou à numerosa lista de países que comemoram feriados mundiais, como o primeiro dia do ano ou o Dia do Trabalhador. Em suas ruas, jamais houve desfiles de tanques nem paradas militares – e o que se vê, há vários séculos, são carruagens douradas, cavalos garbosos e soldados engalanados encenando alguma celebração especial da realeza. Essas são, para os ingleses, suas verdadeiras festas nacionais.

⁸⁴ O nahai Naran, fundado há seis anos perto de El Uja, já tem palmeiras, gramados, playground para futuras crianças e instalações completas para umas 50 pessoas. Por enquanto, ainda é gerido por 32 jovens soldados dos dois sexos, que utilizam o seu tempo de serviço militar para cultivar e povoar terras consideradas estratégicas para a defesa do Estado. Numa segunda etapa, o nahai passa para as mãos de civis e se transforma numa colônia israelense como as demais. (N. da A.)

A celebração de quarta-feira passada foi estrondosa, inesquecível. Além da pompa esperada para o casamento do príncipe Charles, 32 anos, herdeiro da Coroa e filho da rainha Elizabeth II, com sua jovem e luminosa noiva de 20, lady Diana Frances Spencer, houve a emoção. “Tentaremos manter o caráter familiar do casamento”, imaginou em vão o arcebispo de Canterbury, Robert Runcie, o chefe efetivo da Igreja Anglicana e celebrante das núpcias. Não foi, é claro, possível – nem era desejável. A grande, espontânea e nacional celebração do casamento começou na noite anterior, com uma chuva de 20.000 fogos de artifício sobre Londres, e contou com a participação ativa da massa em júbilo. Embora aquartelados do lado de fora da Catedral de St. Paul, onde se realizou o casamento, comprimidos pelos 3 quilômetros que a separam do palácio de Buckingham, e espalhados em festa por todo o país, todos os britânicos se sentiram seus convidados de honra. Longe da ilha, via satélite, algo entre 750 milhões e 1 bilhão de estrangeiros assistiam, quase sempre embevecidos, ao casamento pela televisão – a maior audiência jamais conseguida na história para um tal evento.

Beijo na bochecha – Em comemorações como a posse de um presidente dos Estados Unidos, existe apenas uma metade do país contente – a outra foi derrotada. Nas celebrações da monarquia britânica, ao contrário, estão todos do mesmo lado – e aplaudindo ao mesmo tempo. “Sei que uma apresentadora de televisão não deveria dizer isso, mas confesso que fiquei com os olhos cheios de lágrimas”, reconheceria no vídeo a calejada jornalista americana Barbara Walters, da rede de televisão ABC e integrante do monumental contingente que a imprensa americana deslocou para cobrir a festa.

“Ninguém em Hollywood seria capaz de reproduzir espetáculo tão esplendoroso”, sentenciou o ator Richard Burton, convocado dos Estados Unidos, onde se encontrava, pela BBC de Londres para atuar como seu locutor oficial para o evento. Para suas colossais dimensões, talvez tenha sido, em termos financeiros, uma festa bem barata: meio milhão de libras esterlinas (algo como 90 milhões de cruzeiros), o equivalente a 12 horas de PNB do país, por sinal 80% pagas pelos recursos da própria Coroa.

Diana agora está definitivamente livre do apelido “lady Di” e transformada em princesa de Gales – título que recebeu do marido e que ornamenta o herdeiro da coroa e primogênito do soberano desde que os ingleses conquistaram o País de Gales, no século XIV. Ela foi a estrela máxima do espetáculo e iluminou as fantasias mais românticas do país. Na semana passada só parecia restar a Charles repetir a célebre frase do presidente americano John Kennedy ao chegar a uma visita oficial a Paris, e diante do sucesso de sua mulher, Jacqueline: “Eu sou o sujeito que acompanha Jackie”. Seu tropeço a repetir o nome do futuro marido na hora do “sim” (em que “Charles Philip Arthur George” foi trocado por “Philip Charles Arthur George”) arrebatou o país. Com apenas quatro nomes para alinhar, ela trocou dois. Imagine se tivesse que repetir, comentavam os ingleses deliciados, as 47 palavras que constituem o título completo de Charles.

Quando os noivos foram finalmente pronunciados marido e mulher, às 11h18, uma ovação tão sonora quanto a de vários estádios de futebol ecoou por toda a rota do casal real. Também o “sim” foi acompanhado pela multidão nas ruas, por rádios de pilha e alto-falantes, qual coro grego. O momento do beijo no balcão, no Palácio Buckingham, foi um delírio – talvez nenhum chefe de governo moderno possa se gabar de jamais ter sido ovacionado dessa forma. E a multidão fazia questão não só de que os noivos voltassem ao balcão, mas também exigiam a presença da rainha Elizabeth II e de sua mãe, também Elizabeth – a popularíssima rainha-mãe. E o estado de bonomia dos ingleses fez com que eles parecessem se orgulhar de pequenas falhas observadas ao longo da em geral majestosa, irrepreensível festa. Era como se um toque humano tornasse tudo um sucesso ainda maior – dos atrasos ao longo de várias etapas do casamento ao nervosismo de Charles na igreja, culminando com o inesperado e encantador beijo que Diana aplicou na bochecha de lorde Maclean, o lorde camerlengo, responsável pela organização de todo o imponente casamento, antes de entrar no trem real que levaria o casal para a primeira etapa de sua lua-de-mel.

Os *royals*, como são chamados os membros da família real britânica, levam colossal vantagem sobre seus 2.500 convidados: a de carregar no sangue vários séculos de intimidade com o ritual da cerimônia. Por saberem exatamente quando ajoelhar, o que cantar, a quem cumprimentar e como ficar de pé, eles puderam acabar parecendo mais naturais do que os figurantes de sangue comum. A rainha-mãe, por exemplo, chorou quando teve vontade de chorar. Elizabeth II, aparentemente, não estava de bom humor. Resultado: não se constrangeu em permanecer carrancuda – de tensão emocional, dizem. Além disso, extravasou naturalmente sua impaciência: punha os óculos, tirava os óculos, folheava

mecanicamente as dezessete páginas de um programa que já conhecia de cor, e chegou a morder os lábios várias vezes. A princesa Anne, irmã de Charles, por sua vez, deixou a habitual cara fechada em casa e, ao lado do marido Mark Philips, desapontou seus críticos mostrando-se radiante e tagarela. O duque de Edimburgo, informal como sempre, cochichou várias vezes no ouvido de sua majestade. Para os *royals*, as emoções foram as de uma grande festa de casamento em família – o fato de cada um de seus gestos estar sendo transmitido para quase 1 bilhão de pessoas parecia secundário. Afinal de contas, nenhum deles estava com medo de errar.

Perdeu o lugar – O mesmo já não se podia dizer dos ilustres convidados estrangeiros. As armadilhas do protocolo foram tantas que boa parte dos presentes talvez só tenha conseguido saborear o esplendor da cerimônia depois de já estar em casa, vendo o videoteipe – isso, é claro, se o seu desempenho tiver sido correto. O pesadelo de cometer uma impropriedade, de não estar vestido adequadamente, de ter um acesso de tosse ou de tropeçar deixou muitos paralisados. Houve convidados que sequer ousaram virar a cabeça para ver a chegada da noiva, os olhares fixamente pregados na frente. Mesmo veteranos de grandes palcos, como a exuberante soprano neozelandesa Kiri Te Kanawa, responsável por um dos momentos mais estupendos do acompanhamento musical, admitiu ter tido várias noites de insônia. Imaginava então que seu chapéu poderia cair diante das 110 câmaras de televisão instaladas na Catedral de St. Paul antes que acabasse de cantar a preciosa ária de Haendel.

Compreensivelmente, cada dignitário estrangeiro preocupou-se, antes de tudo, em fazer boa figura em casa. O recém-eleito presidente François Mitterrand, da França socialista e republicana, fez questão de comparecer à cerimônia de terno, e não de fraque, como recomenda não o protocolo mas a tradição. Ele também foi um dos raros chefes de Estado a permanecer impassível diante da passagem da rainha. A seu lado, outros cogitaram curvar a cabeça, enveredavam por alguma reverência inusitada, e acabaram fazendo triste papel. À vontade mesmo estava apenas o rei Tupou IV, de Tonga, um arquipélago do Pacífico sul: conseguiu que uma cadeira especialmente larga fosse instalada na catedral para conter seus 150 quilos e, uma vez sentado, não mais se levantou. Outro acabou perdendo o lugar: enquanto assistia compenetrado à cerimônia, o presidente da Gâmbia, Sir Dauda Jauara, estava sendo derrubado por um golpe de Estado em seu país. No casamento ele ostentava o título de Cavaleiro do Império – concedido pela rainha a vários líderes do Commonwealth britânico – e parecia seguro em seus dezenove anos de poder.

Sem cataclismas – Para os ingleses, barbárie maior foi a entrada em cena do príncipe coroado Hassan, da Jordânia. Sua jovem mulher usava um esplêndido vestido ocidental, porém nada na cabeça – e segundo as regras do figurino real, apenas as mulheres vestindo roupas típicas estão isentas do uso absolutamente obrigatório de chapéu. Fora isso, não houve cataclismas, ou pelo menos nada comparável ao que ocorreu durante o casamento do penúltimo príncipe de Gales, o futuro rei Eduardo VII, em 1863. Naquela ocasião, um menino de 5 anos – que mais tarde seria o belicoso *Kaiser* Guilherme II da Alemanha – mordeu seu tio no joelho e espetou metade dos convidados com um sabre. Os representantes da poderosa realeza europeia da época, por sua vez, engalfinharam-se em ruidosa briga pela ordem de precedência – todos se consideravam mais monarcas que os outros.

É bem verdade que as cabeças coroadas hoje não têm mais sequer motivos para brigar entre si. Tirando-se a ruidosa ausência do rei Juan Carlos, da Espanha, o único episódio próximo a um incidente envolveu um chefe de Estado republicano – o presidente da Grécia, Konstantinos Karamanlis, de 74 anos. Entre os presentes encontrava-se o “Rei dos Helenos”, ou melhor, o ex-rei Constantino da Grécia, residente na Inglaterra desde 1975 e vivendo atualmente de rendas e bicos. Inconformado com essa impropriedade, Karamanlis alegou “problemas de saúde” e cancelou sua viagem a Londres à última hora.

Sem o Aga Khan – A polêmica em torno de ser ou estar rei não foi adiante. Mas o que aborreceu consideravelmente a rainha Elizabeth II e promete ter desdobramentos no futuro foi a omissão, na lista dos convidados reais, de seu velho amigo Aga Khan. Dono de uma fortuna estimada em 500 milhões de libras (algo como 90 bilhões de cruzeiros) e líder espiritual de 15 milhões de muçulmanos ismaelitas espalhados pelo mundo, o Aga Khan é nome obrigatório das listas mais fechadas do Palácio de Buckingham. Nem o lorde camerlengo, responsável principal pela organização dos festejos, consegue explicar o que houve. Nascido há 44 anos na própria Inglaterra e agraciado com o título de

Sua Alteza, também ele costuma incluir os *royals* entre seus convidados especiais. Tanto a princesa Margaret, irmã de Elizabeth, como a princesa Alexandra de Kent, prima da rainha, já passaram temporadas brilhantes em sua valiosíssima propriedade italiana na costa Esmeralda, na Sardenha. Obviamente, dessa vez, o Aga Khan não se manifestou para oferecer ancoradouro ali ao iate *Britannia*, a bordo do qual, nesta semana, Charles e Diana estarão passando sua lua-de-mel.

“California Chic” – Era inevitável que houvesse ressentimentos aqui e ali, em se tratando de um acontecimento de dimensões planetárias. Para Nancy Reagan, essa semana inglesa foi uma das provas mais duras em sua ainda curta carreira de primeira-dama dos Estados Unidos. Apesar da compreensão formal para com as medidas de segurança que acompanhavam, seus deslocamentos acabavam provocando um severo levantar de sobranceiras: tratava-se de seis reluzentes limusines (uma blindada e à prova de balas), escoltadas por dois carros da polícia, três batedores e um helicóptero da Scotland Yard – sem falar dos doze guarda-costas trazidos diretamente de Washington. Tudo isso, é claro, chamava atenção – bem mais do que a astuta camuflagem policial instituída pela primeira vez junto a um cortejo real. De fato, pouca gente ficou sabendo que os dois lacaios de peruca longa e chapéu tricórnio que acompanhavam as carruagens da rainha e do príncipe de Gales no dia do casamento eram, na verdade, sargentos do esquadrão de segurança especial. Outro segredo guardado a sete chaves foi a ordem pessoal dada por Elizabeth II ao comandante de sua segurança, Michael Trestrail, para que a proteção de Charles passasse a ser sua tarefa número 1.

De forma sutil e talvez até involuntária, os arquitetos da complexa execução do cerimonial jogaram focos de luz sobre todos os passos dos *royals*, ao mesmo tempo em que deixavam na sombra os demais candidatos ao estrelato natural, como Nancy Reagan. Apesar de vestir cores arrojadas – rapidamente catalogadas de “California Chic” pela imprensa britânica – a primeira-dama dos EUA jamais parecia estar colocada na mira fácil das câmaras de TV. Foi necessário que ela empreendesse uma visita individual e extraordinária a uma instituição de crianças deficientes para conseguir capturar algum espaço próprio. E, na cerimônia de casamento, apesar de reluzente em seu conjunto cor de pêssego, a senhora Reagan permaneceu quase invisível na décima segunda fileira de cadeiras, ao lado de um anônimo convidado africano.

Mãe verdadeira – Duas fileiras à sua frente estava o ex-marido da princesa Margaret, o fotógrafo Tony Armstrong-Jones – ou, como reza seu título, lorde Snowdon – feliz por ter podido trazer sua nova mulher, Lucy. Pela primeira vez numa cerimônia oficial desse porte, a rainha autorizou que pelo menos os membros de segundo escalão da família real que são divorciados viessem acompanhados de suas segundas mulheres. Mas essa liberalidade, dilatada pela força dos números – um em cada três casamentos, atualmente, termina em divórcio na Inglaterra – ainda não se estende ao núcleo principal da Casa de Windsor, e tampouco aos que a ele se juntam por razões de circunstância. Assim, na ala reservada à família da noiva, na Catedral de St. Paul, não estavam o conde Spencer e sua mulher atual, mas, sim, a verdadeira mãe de lady Di, hoje sra. Frances Shand Kydd, de quem Spencer está separado há 15 anos.

O ritual exigia que se dessem o braço e ambos sobreviveram aos 70 minutos da cerimônia na igreja – sem, contudo, se falar ou olhar uma só vez. Também no reservado almoço no Palácio de Buckingham que se seguiu ao casamento, havia lugar apenas para a mãe da noiva, e não para a madrasta. Assim, foi a sra. Shand Kydd, de novo, quem sentou-se a uma das doze mesas, onde comeu cordeiro em prato de ouro maciço. Quanto à madrasta de Diana, a hoje condessa Spencer, com quem a noiva viveu desde os 8 anos de idade, foi-lhe permitido ocupar um lugar afastado na majestosa nave da catedral. Mas, embora madrastas ainda não façam parte das coisas aceitas pela monarquia britânica, Raine Spencer deu provas de ter tanto sangue-frio e categoria quanto a média dos *royals* presentes: sorriu o tempo todo e não se alterou quando a saúde do marido pareceu falhar em pleno altar-mor.

Lorde Spencer, na verdade, foi fenomenal – ao contrário, talvez, do que pareceu aos milhões de espectadores do casamento, surpresos com seu andar confuso, suas vacilações e um porte de quem estava para desabar no chão. Vítima de uma hemorragia cerebral três anos atrás, ele passou quatro meses desenganado e sua recuperação, ainda hoje, é apenas parcial. Ocorre que o papel escrito para ele no “casamento do século”, como pai da noiva, era simplesmente massacrante, mas o conde, de 57 anos, decidiu arriscar.

Imperturbável – Para tanto, alguns rituais tiveram de ser invertidos. Ao longo da interminável caminhada de 3 minutos e meio pelo tapete vermelho que levava da porta da catedral ao altar, foi Daiana quem apoiou o braço do pai, e não vice-versa. Houve momentos, durante a cerimônia, em que ele esteve à beira da exaustão. E, na hora de seguir para o Palácio de Buckingham, ao lado da rainha, o protocolo todo foi água abaixo: foi sua majestade Elizabeth II quem o ajudou a subir na carruagem – antes dela. Depois, quando as duas famílias foram finalmente chamadas ao balcão nobre do Palácio de Buckingham para emoldurar os recém-casados e se fazer aplaudir numa apoteose final pela massa ali concentrada, lorde Spencer não aguentou: reclinou-se numa coluna de mármore, o rosto crispado de dor, e entregou os pontos, indiferente ao que pudessem dizer ou pensar. Diana, se sentiu o drama do pai, não deu a mínima demonstração visível: como se fosse uma *royal* veterana, imperturbável e incapaz de faltar a qualquer dever do protocolo, procedeu durante todas as cerimônias como se não estivesse acontecendo absolutamente nada de anormal.

No fim, terá valido largamente a pena. Diana Spencer é desde a semana passada a quarta princesa de Gales da história da monarquia britânica, e, se não houver percalços, um dia será rainha da Inglaterra. A legião de admiradores que ela já abocanhou em apenas cinco meses de noivado, e que se postou ao longo do cortejo real para melhor vê-la princesa, foi brindada com o primeiro sinal exterior do seu novo estatuto. Ao rumar para a igreja, acompanhada do pai, sua carruagem de vidro era protegida por oficiais da Polícia Montada metropolitana – a mesma escolta reservada às centenas de outras personalidades *VIP* que também foram ao casamento. Mas na volta, sentada ao lado do príncipe Charles como sua esposa, numa carruagem aberta repleta de confetes e pétalas de rosa, lady Di já veio cercada pelos magníficos guardas montados da cavalaria palaciana, privilégio da família real. A partir do momento em que assinou pela última vez o nome Diana Spencer no livro de registros da Catedral de St. Paul, ela entrou para a família dos *royals*, e pela porta da frente: à exceção da rainha, da rainha-mãe, do duque de Edimburgo e do príncipe Charles, todos os demais membros da família real passam agora a curvar-se à sua passagem. Começa, assim, seu longo aprendizado de rainha.

Por enquanto as obrigações cerimoniais ainda parecem distantes. As imagens do indevassável Palácio de Broadlands, propriedade rural do falecido Mountbatten, tio-avô do príncipe, onde os noivos foram passar os primeiros dias de lua-de-mel, depois de embarcarem no trem real na estação de Waterloo, sugeriam um repouso merecido após o magnífico e extenuante espetáculo que compartilharam na última quarta-feira. A partir desta semana, serão duas semanas de romance e paz a bordo do hotel mais exclusivo e luxuoso do mundo – o iate real *Britannia*. Nenhum dos 22 oficiais e 254 marinheiros que o acompanharão no cruzeiro conseguirá perturbar sua privacidade, e a escolha do que fazer a bordo é praticamente ilimitada.

Se eles serão felizes para sempre, ninguém sabe – suas chances são mais ou menos iguais às de quaisquer outros casais da realeza. Mas os milhões de pessoas em todo o mundo que saborearam com encanto o espetáculo por eles encenado podem apenas fazer eco ao curto editorial em letras grandes do *Daily Mail* de 30 de julho: “Parabéns à rainha, ao conde Spencer, à população, aos magníficos cavalos, ao tempo e à catedral. Parabéns sobretudo à própria Inglaterra, que num dia de sol, em julho de 1981, tornou-se o lugar mais invejado do mundo”.

Um novo rei nas pistas

De Los Angeles (EUA), *Veja*, 15 de agosto de 1984

Na imensidão do imponente Coliseum de Los Angeles apinhado de gente, e em meio à algazarra monumental que acompanhou os momentos finais da emocionante prova dos 800 metros, o corredor brasileiro Joaquim Carvalho Cruz, de 21 anos, procurava alguém. Ele acabara de aterrissar nos manuais da história do atletismo chegando à frente do celebrado recordista mundial Sebastian Coe, e exaurindo outro competidor de porte – o também inglês Steve Ovett, que, destroçado pelo esforço, foi parar no hospital após a prova. De quebra, Joaquim demolira o recorde olímpico conquistado oito anos atrás pelo cubano Alberto Juantorena, cravando 1min43s redondo no marcador eletrônico, após uma corrida perfeita na qual deixou para arrancar nos últimos 200 metros – e nunca mais foi pego. Era a glória, e ele procurava entre os quase 100.000 espectadores a única pessoa com quem aceita dividir as emoções da medalha de ouro. “Magro! Magro!”, veio o chamado das arquibancadas. “Magro”, ou simplesmente “Juca” nas horas menos tensas, identificou o chamado e

correu a mergulhar no abraço de seu vigilante treinador, protetor, meio-pai, meio-irmão mais velho, Luís Alberto de Oliveira. “Vamos lá, vamos lá”, dizia Luís sem convicção, tentando conter a emoção do vencedor e a sua própria.

O desabafo durou pouco. Segundos depois, Joaquim já levantava a cabeça e concluía, com o porte altivo de sempre, a doce volta olímpica reservada aos campeões. Não chorou no pódio ao ver subir a bandeira do Brasil, nem ficou intimidado ao receber a primeira medalha de ouro do atletismo brasileiro desde que o lendário Adhemar Ferreira da Silva chegou em primeiro lugar no salto triplo nas Olimpíadas de 1952, em Helsinque, e de 1956, em Melbourne. Ouviu quieto, ecoando pelo estádio, o grito de um patricio anônimo – “Vai pra casa Padilha!” – no momento em que abaixava o torso para receber das mãos do major Sílvio de Magalhães Padilha, presidente do Comitê Olímpico Brasileiro, a medalha que o atletismo do Brasil esperava há 28 anos. Concluída a cerimônia, voltou para a vila olímpica pensando na prova seguinte, a dos 1.500 metros. “Acho que estamos um pouco velhos para brincar com fogo”, comentou Coe, que completa 28 anos no próximo mês, para seu arqui-inimigo do passado, Steve Overt, também de 28 anos. Com a passagem do furacão Cruz em suas linhas de chegada, Coe e Overt, os reis das corridas de meio-fundo nos últimos anos, baixaram as armas após a corrida dos 800 metros e saíram abraçados da pista.

“Não tenho o que falar, a emoção é muito forte”, tentava explicar Cruz mais tarde, em inglês e português, para a armada de jornalistas do mundo inteiro que queriam ouvi-lo. Sabidamente, Joaquim Cruz fala pouco e se exprime com dificuldade. Em inglês, o idioma de seu dia a dia desde que se mudou para os Estados Unidos com a determinação de tornar-se o melhor do mundo, as frases ainda fluem com mais naturalidade. Em português, há frequentemente uma demorada procura de palavras, que nem sempre saem certas. Dentro de alguns anos, é possível que Joaquim Cruz tenha sua personalidade moldada indelevelmente pela confiança e respeito próprios que adquiriu morando nos Estados Unidos desde 1981. Pela primeira vez em sua vida, ele vive fora do alcance dos clichês sociais que marcaram sua infância e adolescência. Filho caçula de uma humilde família de pioneiros instalada na cidade-satélite de Taguatinga, um ano antes da inauguração de Brasília, Cruz se aborrece por ser teimosamente retratado como favelado. “Ora”, ecoa sua irmã Darlene, de 25 anos, “não somos favelados. Morávamos numa casa humilde, mas nossa”.

Na segunda-feira passada, a família Cruz reuniu um grupo de amigos na sala modesta de sua casa de Taguatinga para acompanhar a corrida dos 800 metros que se desenrolaria em Los Angeles. Dona Lídia, a mãe do corredor, mora ali em companhia das três filhas – tem outros dois filhos homens, ambos casados –, e a festa que o “Quinca” protagonizou na pista do Coliseum desaguou ali numa comemoração emocionada. “Obrigada, meu Deus”, dizia após a vitória dona Lídia. “Que alegria.”

Joaquim mantém contato com a família, da qual sente saudades, mas não tem boas lembranças de seu início de carreira em Taguatinga. Ora era o diretor do Sesi regional, onde treinava em Brasília, que decidia aplicar o regulamento cortando-lhe as refeições gratuitas, ora era o guarda da propriedade Proflora, um dos únicos lugares da região com uma trilha ideal para treinamento de longa distância, que soltava os cães atrás do futuro campeão, convencido de que se aquele moleque alto e magro corria tão rápido era porque tinha algo a dever. Em Eugene, no Estado de Oregon, onde Cruz mora hoje como bolsista integral (tem alimentação, alojamento e estudos de graça) da Faculdade de Educação Física, sua vida tornou-se mais adequada ao que ele é do que à classe em que nasceu no Brasil. Tendo dividido o quarto de dormir com a irmã mais velha, Elita, até os 9 anos de idade, Cruz, hoje, não abre facilmente a porta de entrada do apartamento em que vive, no prédio 968 da Alder Street. Nem mesmo para seus companheiros de todas as horas e vizinhos, como Agberto Guimarães, que mora no apartamento 18, ou José Luís Barbosa, o “Zequinha”, do número 3.

Morando numa cidade perdida no extremo noroeste americano, e treinando sob a direção do mesmo Luís Alberto de Oliveira, os três atletas estão juntos diariamente. Mas tanto Agberto como Zequinha, e até mesmo Luís Alberto, demonstram cuidados especiais com o temperamento retraído de Joaquim. “Quando se cansa de ficar sozinho, e sente a falta da família, Juca telefona, às vezes às 11h30 da noite, perguntando se pode dormir lá em casa”, conta Luís Alberto. “Minha mulher, Maria Anita, só arruma a cama, e ninguém pergunta nada.” Também Agberto, cuja mulher, a carioca Keila, faz as delícias gastronômicas do grupo, sente que as visitas de Joaquim a seu apartamento são especiais, diferentes do espírito “aparece lá em casa” tão comum ao brasileiro. “Respeito a individualidade do Joaquim”, diz Agberto. “Quando ele vem, come uma coisinha, vê um pouco de

televisão, tira um sarro do Zequinha e depois fica calado o resto do tempo. Ninguém vai lá puxar conversa.”

No momento, quem mais consegue entreabrir a porta da casa e do coração de Joaquim Cruz em Eugene é uma americana de 19 anos, estudante de Linguística, bonita, inteligente e apaixonada. Para inquietação do técnico Luís Alberto, a jovem já tem a chave da porta de Joaquim e planejava desembarcar em Los Angeles a tempo de ver a prova dos 1.500 metros, no sábado. “Joaquim gosta de mulheres inteligentes, e a escolha é grande em Eugene. Agora, então, com a medalha de ouro no pescoço e com o físico perfeito para ser idealizado nos Estados Unidos, o assédio vai ser total”, diz um amigo.

A medalha de ouro e o salto olímpico de Joaquim Cruz rumo ao estrelato esportivo mudarão várias coisas em sua vida – sobretudo se ele continuar morando e competindo fora do Brasil, como pretende. Mas na semana passada, em Los Angeles, mal lhe sobrou tempo para meditar sobre sua nova arrancada. Entre uma prova e outra, treinou, pegou um resfriado e tentou retomar a leitura do best-seller *Oitavo Passageiro*, iniciada tempos atrás. Apelidado de “letrado” pelos brasileiros de Eugene, por sempre ter um livro à mão, Cruz é capaz de ler duas vezes o mesmo romance quando acha que “perdeu o fio da meada”, de tanto interrompê-lo. Há três anos deixa dinheiro com a mãe, dona Lídia de Carvalho Cruz, para que sejam comprados livros que são empilhados na casa da família, em Brasília, até ele passar por lá e escolher os que deseja ter no seu apartamento em Eugene.

Cruz lê com igual avidez em inglês ou português – só no caso da Bíblia familiar, que sempre carrega consigo, o idioma natal tem exclusividade. “A gente consegue as coisas quando tem fé”, diz simplesmente. Batista convicto, ele não esconde o desdém pelas “velinhas”, que, “na época em que tínhamos problemas”, o técnico Luís Alberto acendia. “Não acredito nessas coisas e não tenho superstição alguma”, explica. O fato de ter colocado a medalha de ouro olímpica dentro da Bíblia que trouxe para Los Angeles, antes de guardá-la na caixa apropriada, foi apenas para que o “santinho”, como apelidaram a relíquia, ficasse mais à mão e fosse mostrado aos companheiros.

Ao lado disso, Cruz formou nos últimos anos uma personalidade fortemente independente, traço comum ao técnico Luís Alberto e aos outros atletas brasileiros que vivem nos Estados Unidos – todos eles muito pouco influenciáveis por homenagens que só agora, depois do triunfo, o Brasil se lembra de dar. Nada indignou mais o corredor e seus amigos, na semana passada, que o anúncio de que a Fundação Roberto Marinho se dispusera a doar uma casa à família do campeão. “Mãe”, disse Cruz num telefonema para o Brasil, “diz pra eles que eu não quero casa nenhuma. Que é pra eles darem casa pra quem precisa: tá cheio de gente aí no Brasil que não tem onde morar, e eu tenho.” Zequinha completava sem rodeios o que passava pela cabeça de Joaquim. “Por que a Fundação Roberto Marinho não ofereceu a casa na hora em que o Juca mais precisava? Por que não dá para mim, que sou pobre também e não ganhei medalha? Por que não deu uma casa para o João do Pulo, quando ele começou a saltar?”

Zequinha é duro em relação ao Brasil. “Eu me lembro que meu primeiro treinador, o José dos Santos Primo, de Araçatuba, me deu comida, me deu de tudo, até que acabou o dinheiro dele – e nunca apareceu uma TV Globo pra ajudar”, diz ele. O episódio acabou provocando uma sessão nostalgia na vila, em que os heróis silenciosos que ajudaram os corredores foram lembrados um a um. No caso de Agberto Guimarães, apareceu, luminoso, o nome do dedicado técnico paraense Alberto Duarte de Oliveira, que também teve de abandonar o pupilo por falta de dinheiro, e de patrocinadores como a Coca-Cola, o corretor paulista Fernando Nabuco e o empresário Victor Malzoni, da Ultracred, que apostaram neles antes de o ouro reluzir.

“São vitórias como esta de Joaquim Cruz que nos ajudarão a mudar a estrutura do atletismo no Brasil”, comentava Malzoni na semana passada, em São Paulo. Maratonista ocasional e diretor do Corpore, clube pelo qual correm Joaquim e outros seis atletas olímpicos, entre eles Agberto Guimarães, todos patrocinados pela Ultracred, Malzoni destina 1,5 milhão de cruzeiros mensais a cada um deles. “Para que o atletismo brasileiro possa crescer de verdade, precisamos formar grandes campeões”, afirma Malzoni. “Campeões como Joaquim.”

Hoje, já não há quem não fale no fenômeno Joaquim Cruz. Celebrado em Los Angeles como a maior revelação do atletismo olímpico de 1984 – uma vez que os extraordinários feitos de Carl Lewis, Edwin Moses ou Daley Thompson eram de certa forma esperados –, o brasileiro de Taguatinga está sendo saudado ora como o novo Alberto Juantorena – tanto pelo audacioso estilo de arrancar à frente como pelo porte solene –, ora como um novo Sebastian Coe. “Ele é um grande campeão”, admitiu

para **Veja** o recordista mundial inglês. “Quando observo o seu pique, comparo-o aos meus anos de ouro, em 1979, quando bati três recordes mundiais, um atrás do outro. Em 1981, durante o campeonato mundial de atletismo, em Roma, eu disse a Cruz que ele seria campeão um dia, mas na época ele não entendeu.” Coe, que na próxima Olimpíada pretende voltar às pistas como fundista, correndo os 5.000 metros, admitiu que na sua idade não há como competir com o brasileiro.

Assim, pela força do seu talento, todos os caminhos de meio-fundo parecem se abrir de uma só vez para Joaquim Cruz. “Antes da prova”, diz o atleta, “eu me visualizo muitas vezes tropeçando, caindo, ficando sem equilíbrio, e perdendo. Outras vezes imagino a prova comigo à frente. Mas nunca uma corrida é exatamente igual ao que imaginamos. Só depois de tudo acabado é que a gente sabe como foi. Sei que posso fazer um tempo melhor e bater o recorde do mundo.”

A vitória do homem que guiou Joaquim

Sentado na terceira fila das arquibancadas do Coliseum, a pouco mais de 2 metros da pista onde tudo se decidia, Luís Alberto de Oliveira, 34 anos, vivia uma experiência única, na última segunda-feira. “Estou nervoso”, murmurou. Luís nem sequer notava a poderosa câmera de televisão da emissora americana ABC que já o focalizava, pronta para tirá-lo do anonimato no instante em que seu pupilo cortasse a linha de chegada da final dos 800 metros. Luís atravessou o interminável tempo de 1min43s da prova sentado, em agonia silenciosa. Ao final, saltou como um leão. Não sabia sequer o tempo exato de Joaquim, muito menos o de Sebastian Coe ou o de Earl Jones, os segundo e terceiro colocados. Só sabia que a arriscada aposta que fizera três anos atrás, quando vendeu o que tinha em Brasília, arregimentou a mulher, Maria Anita, e as três filhas pequenas, para levar Joaquim Cruz aos Estados Unidos e fazer dele um campeão, dera certo.

Para Luís Alberto de Oliveira, várias contas se ajustavam agora em Los Angeles. Nascido em Rio Preto, criado em Araraquara e formado em Educação Física em São Carlos, seu currículo no Brasil sempre foi curto. “Como técnico de atletismo, no Brasil, jamais ganhei um tostão”, diz ele. “Nunca fui convidado a participar de nada. Ninguém admitia o fato de eu ter um atleta como Joaquim e também trabalhar com futebol de salão, basquete e futebol.” Até mesmo a vaga que obteve como membro da equipe técnica do Brasil nas Olimpíadas foi arrancada a fórceps. Ainda assim, teve de pagar do próprio bolso desde o passe de estacionamento do carro, em Los Angeles, até as passagens com que trouxe seus atletas Joaquim Cruz, Agberto Guimarães e José Luís Barbosa de Eugene, onde moram, até a Olimpíada. “Adoro o Brasil e sempre vou ter emoções de brasileiro, mas não vejo motivo para imos até lá agora e participarmos de um desfile em carro alegórico”, dizia ele na semana passada.

Luís Alberto também carrega na memória todas as críticas que já foram escritas pela imprensa brasileira sobre o seu trabalho. E dá o troco, mesmo atrasado. “Com esse aí você não abre a boca”, ordenou a Joaquim Cruz na semana passada, quando viu aproximar-se o jornalista José Inácio Werneck, do *Jornal do Brasil*, que três anos atrás havia escrito, uma coluna, que Luís Alberto deveria ser responsabilizado por tudo o que acontecesse de ruim a Joaquim Cruz nos Estados Unidos. No país que o acolheu, em contrapartida, Luís Alberto de Oliveira sabe quando vale. Robert Sevene, o invejado treinador da maratonista de ouro Joan Benoit, escolheu Luís Alberto para ser o *coach* de seu filho de 15 anos, em Eugene, Oregon. “Luís é um profissional excepcional, e um grande homem”, dizia Sevene na semana passada. O próprio William Dellinger, treinador-chefe da poderosa equipe de atletismo da Universidade de Oregon, onde estuda Joaquim Cruz, já se apropriou várias vezes dos métodos de trabalho elaborados por Luís Alberto.

Luís Alberto é técnico contratado pela Athletics West, a meca do atletismo americano, patrocinada pela empresa Nike, e só vê vantagens em ficar onde está. “Do ponto de vista educacional, minhas filhas vão progredir estudando aqui. E do ponto de vista pessoal, também”, afirma. Quanto a sua própria carreira, Luís Alberto não precisa pensar muito. “Quero continuar me especializando em meio-fundo e fundo, porque estas provas exigem mais do técnico, ao contrário do velocista, cujo dom é mais natural do que o do fundista – a pessoa nasce veloz.” O inglês Peter Coe, pai e treinador do lendário Sebastian Coe, fazia na semana passada uma elegante homenagem a Luís Alberto. “Para ser eficaz, o técnico tem que entrar na cabeça do atleta e esmiuçar tudo”, dizia ele. Entra na cabeça de seu filho Sebastian pode ter sido fácil para Peter. Já para Luís Alberto de Oliveira, foi a grande proeza de sua vida.

Cara a cara com o Brasil⁸⁵

Em 1993 Hebert de Souza soube captar a imaginação de todo um país carente de cidadania
Do Rio de Janeiro, *Veja*, 29 de dezembro de 1993

Betinho não foi eleito por ninguém. Mas poderia ser o sujeito oculto da pesquisa “83% dos brasileiros acreditam que o Brasil é um país viável”, divulgada no final de novembro pelo Datafolha. Sobrevivente teimoso de um formidável elenco de fatalidades pessoais, ele espelha, de certa forma, a tenacidade com que o brasileiro comum vai vivendo a vida, pancada após pancada. Quis a História que Betinho, com a leveza de quem pesa 47 quilos de frente e de perfil, partisse para despertar um Brasil solidário no mesmo ano em que os pesos pesados da rapinagem da cidadania começaram a ter expostas as suas práticas. Neste final de 1993 a indignação do Brasil que se indigna não tem mais o colorido descompromissado dos caras-pintadas de um ano atrás. É um país ferido que se encontra na Campanha contra a Miséria comandada por Betinho.

Cidadão Betinho – Manhã de sexta-feira no Rio de Janeiro, tráfego e calor se embolando na pista da direita do Aterro do Flamengo. Betinho está ao volante de seu Monza branco sem ar-condicionado, portanto com vidro aberto, quando um Gol cinza placa ZH 1677 tripulado por duas senhoras desconhecidas emparelha saltitante. De seu interior saem braços em saudação e algumas frases que escapam das buzinas: “Não desiste, Betinho!... Precisamos de você para presidente da República!...” Uns 20 quilômetros mais adiante, no prolongamento já quase rural da Avenida Brasil, uma caminhonete da polícia assusta Betinho, que para desviar comete tremenda barbeiragem contra uma Kombi. “Não se intimida, Herbert! Você não pode morrer, rapaz! Estamos com você!”, grita o sujeito da Kombi. Betinho acha graça. Presidente, e eterno? Não precisa tanto – a garantia de alguns anos de vida já estaria de bom tamanho.

Brasil afora, Herbet (*por erro do escrivão*)/Herbert José de Souza (*por intenção dos pais*)/Betinho (*por simplificação da vida*) tem um grau de reconhecimento público de matar de inveja qualquer político, pré ou pós-CPIs. Não precisa sequer se lamuriar de ser idolatrado porém incompreendido, como manda o catecismo das celebridades. Quase ninguém lhe pede autógrafo. O que move o brasileiro a querer se aproximar de Betinho não é adulação à imagem. É respeito pelo homem mesmo. Não há espaço para pretendentes a vice, *cover* ou substituto – a começar pelo físico, Betinho é irreproduzível, seja em negativo ou positivo.

A sinopse de sua vida já desestimula qualquer emulação. Nasceu em Bocaiúva, norte de Minas Gerais, numa época em que todo mundo se conhecia: havia o mendigo, Raimundo – “espécie de mendigo pedagógico – nosso Ciep”, brinca –, que as mães apontavam dizendo “meu filho, toma banho senão você fica igual ao Raimundo”. Tinha o louco, tinha o cego arrogante e assim por diante. E tinha o menino hemofílico, Betinho, aquele que não podia correr, jogar bola, montar potro. Aquele que tinha que ganhar briga sem bater, só falando, argumentando. Há 58 anos vive disso: de falar, argumentar, seduzir e convencer. Está sempre subindo uma ladeira.

Entrementes, quase foi consumido por uma tuberculose, que lhe roubou três anos de adolescência, passou outros catorze fugindo da ditadura brasileira e carrega no sangue desde 1986 o vírus da Aids, que já levou seus dois irmãos também hemofílicos, o cartunista Henfil e o músico Francisco Mário. Como ele mesmo observa, sua vida tem sido uma experiência de risco. E se bruxas há, elas apontaram todas as vassouras contra ele no último dia 13 de agosto: contraiu uma infecção estomacal, seguiu-se uma hemorragia intestinal, sumiram-lhe 7 quilos. A morte rondou. Mas como seria muita esculhambação morrer de problemas gástricos, e não de doença relacionada à Aids, Betinho reapareceu na vida duas semanas depois, com ar maroto. Completou 58 anos em novembro. “O segundo pedido pode ser pessoal?”, indagou à roda de amigos na festa de aniversário, quando alguém atou uma fitinha de Nosso Senhor do Bonfim em seu punho esquerdo. Gargalhada geral. A qual outro brasileiro ocorreria *não* fazer pedidos pessoais a Nosso Senhor do Bonfim? “Sempre digo, Betinho é o primeiro santo ímpio brasileiro”, avisa o ex-seminarista e amigo de infância Humberto Pereira, inspirador do personagem Cumprido da série *Fradinhos* criada pelo cartunista Henfil.

⁸⁵ A reportagem recebeu o XIX Prêmio Abril de Jornalismo de 1994 na categoria Perfil. Dorrit veio a escrever um novo texto sobre Betinho, só que para *piauí*, quando do falecimento do ativista, em agosto de 1997.

Betinho e a História do Brasil são vasos comunicantes. Nascido no ano da intentona comunista, sua parentela política por parte de mãe vai do primo José Maria Alkmin a João e Guilherme Figueiredo. Muito antes de saber o que era uma ditadura, foi tratado da tuberculose pelo fisiologista Silvio Fleury, primo do notório delegado modelo da repressão dos anos 70, Sérgio Paranhos Fleury. Passam por Betinho, também e sobretudo, os principais veios da esquerda cristã brasileira dos últimos quarenta anos: descobriu a efervescência de repensar o social na Juventude Estudantil Católica, JEC, mineira, aprofundou sua militância na Juventude Universitária Católica, JUC, e aos 27 anos foi um dos fundadores da lendária Ação Popular, AP, que seria triturada pela máquina da ditadura. Dessa mesma fornalha ideológica saiu um leque sortido: José Serra, com quem compartilhou o exílio no Chile, tornou-se a figura de peso do PSDB; o mineiro Paulo Haddad, a quem Betinho confiaria sem pestanejar um talão de cheques assinado, ao portador, foi o segundo dos quatro ministros da Fazenda de Itamar Franco; José Paulo Sepúlveda Pertence chegou a ministro do Supremo Tribunal Federal e acaba de votar contra o recurso de Fernando Collor, mantendo-o inelegível até o ano 2000. A lista é longa. “Mas é Betinho a grande figura de nossa geração”, observa Haddad.

Quando Betinho fala e o Brasil ouve, a classe política fareja competição desleal. Qual o ministro de Brasília que arriscaria se medir em público com uma figura que metade do Brasil quer proteger e a outra metade por ele quer ser protegida? Fernando Henrique Cardoso fugiu ostensivamente da raia na sexta-feira passada: preferiu comparecer a uma tediosa homenagem ao empresário Roberto Marinho, dono das Organizações Globo, a investir dois minutos de seu tempo na festa cívica Viva Rio. No primeiro evento, para convidados seletos, sabia ser a estrela maior. No segundo, aberto a qualquer cidadão, só daria Betinho. Ciúmes de miss. As simplificações de Betinho, do tipo “se eu fosse presidente da República eliminaria todos os ministérios e governaria as coisas públicas através das agências do Banco do Brasil”, causam arrepios e são citadas como prova de seu despreparo político. Besteira. É sabido que Betinho sabe falar sério.

Político de Brasília sabe articular, Betinho sabe motivar. Político sabe discursar, Betinho sabe se fazer ouvir. Político tem clientela fixa, Betinho é um atravessador. Herege assumido, só mesmo o deputado Delfim Netto, que do alto de seus 90 quilos classifica Betinho de “aquele sociólogo esquelético”. Os outros, quando querem bater batem na Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida, popularmente conhecida como a Campanha do Betinho contra a Fome.

O mundo acadêmico também não sabe o que fazer com o espécime. Betinho, formado em Sociologia pela Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, tem doutorado pela Universidade de York, no Canadá, foi professor titular da Universidade Nacional do México até retornar do exílio, em 1979, mas não preenche propriamente o figurino do intelectual de carteirinha. Escreve mais para a mídia do que papéis de peso científico. Prefere montar barraca na rua para vender uma ideia – a da cidadania – a enclausurar-se na fenomenologia dos professores doutores. Junto com seu parceiro espiritual e político, o economista Carlos Alberto Afonso, inventou a mãe de todas as ONGs brasileiras, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, Ibase. Vive às turras com os economistas afeitos a equações. “Os economistas não falam de gente, falam em índices, modelos, fórmulas. Às vezes tenho a impressão de que a única pessoa existente na fala de um economista é ele mesmo. Pois bem, nesse cenário tão inovador, por que não substituímos também o próprio ministro da Economia por um computador? Alimentaríamos o micro com uma montanha de programas econômicos e a máquina calcularia com precisão o que deve ser feito, sem erros”, disparou recentemente no XXX Fórum Nacional de Secretarias de Trabalho, realizado em São Paulo. Presente ao encontro estava o ex-presidente da Fiesp Mário Amato, que resolveu tomar as dores dos economistas.

– Emprego não se gera por decreto, se gera com trabalho. Na qualidade de economista, portanto detestado por Betinho, me parece utópico, conversa de intelectual imaginar o contrário.

– Prezado amigo economista Mário Amato, o considero muito mais um empresário liberal do que um economista – respondeu Betinho na lata.

Amato manifestou “o carinho e respeito que dedico a vossa senhoria” e preferiu sair antes de Betinho esclarecer o que acha dos empresários liberais.

O vossa senhoria soou particularmente barroco, mas Betinho já está habituado aos tortuosos caminhos da apresentação de sua pessoa em eventos mais formais. “Com a palavra, o sociólogo Herbert de Souza” sai fácil. O duro é prosseguir. Como chamá-lo de “doutor Herbert”, “senhor

Herbert” se todo mundo sabe que ali está sentado o Betinho? Inevitavelmente surgem variantes neutras – “meu caro”, “ilustre colega”, “nosso Betinho” (“nosso” quem, cara pálida?).

Humanidade. Solidariedade. Miséria. Fome. Pobre. Quando Betinho pronuncia essas palavras, elas adquirem vida, parecem novas, revolucionárias, quase compreensíveis, talvez transformáveis. O segredo de Betinho é bem mais transparente que a fórmula da Coca-Cola, mas talvez mais difícil de copiar: (1) ele realmente acredita no que fala e quem o ouve acredita que ele acredita; (2) ele escuta e ouve, o que para as classes mais humildes é total novidade; (3) ele circula com naturalidade entre os excluídos (por ser portador de Aids), as minorias (por hemofílico e ex-clandestino), os marginais (“seu lado liberado era o que mais me fascinava”, lembra o deputado José Serra, que invejava as investidas noturnas do jovem militante Betinho), os humildes (por emitir sinais inconfundivelmente cristãos). Cristãos mas não messiânicos, como os de outra figura honrada do cenário político recente, o ex-ministro da Fazenda Dilson Funaro. Funaro lutou contra a morte, de câncer, com tenacidade. Betinho batalha pela vida com alegria. Um espanto. Liberto da culpa e da noção de pecado da infância mineira, adquiriu alma carioca – mesmo mal sabendo nadar. Costuma dizer que pessoas autoritárias não conseguem rir nem fazer rir – são verticais.

“É, a fome está na moda mesmo”, constata a assessora de imprensa de uma agência de publicidade de São Paulo, que achou oportuno lançar um vídeo institucional sobre o tema. Betinho, andarilho de percursos longos, fica de sobrelance arrepiada. Moda? Só na vida dele, é mais antiga que o primeiro Fusca. Tinha 23 anos de idade quando convenceu o IBGE de Belo Horizonte a fazer uma pesquisa sobre o estudante-trabalhador. “Saíamos à noite com braçadas de formulários de sociólogo amador, percorrendo os colégios da periferia”, lembra o amigo Humberto Pereira. “Foi nosso primeiro corpo a corpo com a carência de cidadania.” Betinho também conseguiu convencer o prefeito a cadastrar as favelas da cidade – na época Belo Horizonte já tinha quase 700.000 habitantes e uma crescente população marginalizada. “Ele teimou que o mapeamento fosse feito barraco por barraco, uma loucura. E lá fomos nós, estudantes militantes do catecismo dominicano, mapear esse povo.”

Mais de um quarto de século depois, Betinho continua convencendo as pessoas a fazer coisas. Poupa apenas o amigo Chico Buarque de Hollanda. “Desenvolvi a teoria de que você só chama o Chico em caso de catástrofe – guerra mundial, falência do Rio etc.” Não há dia típico na agenda desse agitador de consciências nem visitante padrão. Exemplo de uma quarta-feira recente: o ministro do Trabalho, Walter Borelli, o procurador, o Comitê do Jardim Botânico tenta audiência para fazer o seu mapa astral (não consegue), reunião com o representante da Força Sindical, entrevista com o semanário alemão *Die Zeit*, encontro com cônsul dos Estados Unidos para Assuntos Políticos, com a primeira-dama de Nova Iguaçu, almoço com o empresário Luiz Fernando Levy, do grupo Gazeta Mercantil, cuja fundação contribui para a campanha com 10.000 dólares mensais. E convites, intermináveis convites: para paraninfo de normalistas de Manaus ou formandas da Escola Morro da Pedreira, no Rio, para receber um prêmio na Bélgica ou uma homenagem da Associação dos Moradores Unidos de Jacuba, todo mundo quer Betinho. Um raro sinal de que ele é mortal como todo mundo: ligou de uma oficina mecânica avisando que estava com problema e ia atrasar.

“Betinho muitas vezes fica sabendo de sua participação em eventos através de cartazes espalhados pela cidade ou telefonemas de organizadores aflitos dizendo ‘o salão nobre já está lotado, o Betinho pode vir?’”, conta a jornalista carioca Carla Rodrigues, que desde maio chefiava sua assessoria de imprensa. Uma saída é “Tele-Betinho nele”, ou seja, o envio de um vídeo sobre a campanha, narrado por ele. Mesmo conhecendo suas limitações físicas, ninguém aceita substituto para Betinho. Vez por outra se recorre à atriz televisiva Maitê Proença, a mais engajada e familiarizada com a campanha. Não adianta. “Betinho ainda está valendo duas Maitê”, espanta-se o cartunista Ziraldo. Uma coisa é certa: quem vai ter com Betinho achando que vai ganhar notoriedade por tabela, dando só boas intenções, está ferrado. O homem costuma tirar o couro do interlocutor.

Há eventos que o exaurem mais, física e emocionalmente. Uma recente visita às detentas do presídio feminino Talavera Bruce⁸⁶, no Rio de Janeiro, foi um deles. Foi a terceira vez na vida que se meteu nessa seara. Era um toco de gente – tinha 3 anos e o pai assumira o almoxarifado da penitenciária de Neves, na região metropolitana de Belo Horizonte – quando conheceu pela primeira vez uma prisão. Pareceu-lhe colossal aquela edificação com jeito de castelo, fincada em meio a

⁸⁶ A referida visita é mencionada na reportagem “Mulher, crime e castigo” (1995).

laranjais. Ali os presos não causavam maiores temores na comunidade local. O afogamento de um menino no Córrego do Moisés apavorou Betinho muito mais do que a convivência de cinco anos com os detentos, que plantavam hortifrúteis nos fundos de sua casa. Moravam na vila número 21, onde nasceu Henfil e onde dona Maria preparava almoços mineiros para a caciquia política da época. Seu Henrique, o pai, fora escolhido como guardião do único telefone público da cidade de então 3.000 habitantes e o instalara na sala da casa, com cabine e tudo. Era o Brasil antigo. “Gente! Quer dizer que o Betinho morou nessa casa?”, espanta-se hoje a passadeira Dilza Camargo de Souza. “Neves tem cada gente famosa! Tem também aquele cantor, o Sílvio César!”

Seu segundo contato com a detenção foi para dela fugir. Era véspera de Natal de 1965, ano II do golpe de Estado militar, uma sexta-feira. Tinha 30 anos e ordem de prisão decretada. Prometeu reapresentar-se ao Dops na segunda-feira, mas amigos conseguiram enfiá-lo na Embaixada do México, sob proteção de Vicente Sánchez Gavito. Queria apenas abrigo, não pretendia ainda abandonar o país. Dez dias depois, escapulia da embaixada para a clandestinidade como em filme de pastelão: o futuro governador do Rio de Janeiro, Wellington Moreira Franco, então militante da AP e encarregado do plano de fuga, veio resgatá-lo a bordo de um carro que pifou. Tiveram de fugir de táxi. “Desde aquela época Wellington já fazia tudo errado”, comenta Betinho-Fradim. Era o Brasil repressivo.

Da terceira vez, em novembro último, entrou no Brasil solidário encarcerado em Bangu. Ansiedade festiva, cochichos, risadinhas, cotoveladas de expectativa entre as 279 detentas do Talavera que haviam aderido à Campanha contra a Fome e fizeram chegar a Betinho o convite para ir vê-las – típico convite que ele faz entrar na marra em sua agenda doida. Típico também da mitologia carioca foi o boato de que o Comando Vermelho teria dado sinal verde à adesão à campanha. Maria Alice Alves, 24 anos, dois filhos pequenos, camisa regata, cabelo ralo, shortinho de moleca e sete anéis nos dez dedos, tem três anos já cumpridos de um total de dez. “Tráfico”, esclarece. É a mais elétrica da galera. “Pelos boatos aqui dentro comecei a conhecer Betinho. Que pessoa! Estou arrepiada de pensar que ele está aqui com a gente! E quem não se emocionar é porque não tem sentimento. A gente aqui dentro não sabe o preço das coisas, mas sabe que pode ajudar. A gente tá presa, mas tá comendo – bem ou mal são três refeições por dia. O pessoal aí fora pensa que está solto, mas está é preso pela fome. Sábado a gente já não janta, pronto.” Pulando uma refeição por semana, vão juntar 54 litros de óleo, 50 quilos de farinha, 150 de arroz e 50 de feijão. Cantam o *Hino Nacional* com a mão no peito, ovacionam a presidiária que teve a ideia e ouvem Betinho de mãos dadas. Como diz Maria Alice, “quem não se emocionar não tem sentimento”. Betinho está um trapo de tanta emoção. Mas não sai dali sem deixar a semente de uma ideia nova, no caso uma carta assinada por todas as presas e endereçada aos empresários que começaria assim: “Nós já demos nossa parte, e vocês?”. Quase foi sufocado de tantos beijos na testa, com batom vermelho e tudo. Vale acrescentar que cinco outros presídios masculinos do Rio, além do Carandiru, de São Paulo, aderiram ao movimento.

Betinho não tem mais como parar. Quarenta anos atrás, quando o Ministério da Guerra lhe forneceu o Certificado nº 2.764 de isenção do serviço militar, declarando-o “apto a exercer atividades civis”, tinha 18 anos. Começava a caminhada. Desengajou-se da religião do medo, na qual “em cada esquina poderia haver um pecado, com o capeta correndo atrás da gente” e deixou-se catequizar pelo conceito de fé dos frades dominicanos. No lugar do pecado, vinha a justiça social. Segundo dizia Henfil, “eram caras normais, iam a festas e de vez em quando usavam o hábito”. Foi moldando sua identidade política de esquerda não marxista. Ao lado do hoje físico Roberto Leal Lobo, ex-reitor da Universidade de São Paulo, USP, aceitou entusiasmado um convite da Juventude Comunista para visitar a URSS, em 1961. Acabaram sendo talvez os últimos brasileiros a ver o túmulo de Stalin ao lado do de Lenin antes de sua expulsão do Kremlin, mas de resto voltaram com o gosto da decepção. Das várias viagens que faria à Cuba socialista de Fidel Castro, nos anos seguintes, como membro da executiva da AP, também voltou não convencido: não aderiu à guerra de guerrilha nem à luta armada por motivos ideológicos, não apenas físicos. “Seu discurso era mais avançado do que a cabeça dos militantes da AP”, recorda o ex-companheiro Décio Noronha, obstetra em São Paulo. “Argumentava que não era necessário matar, que o importante era a ideia.” As lembranças de Noronha do Betinho clandestino: “Nunca vi pessoa tão retilínea e tão vertical, com tanta certeza e tanta convicção. Estávamos reformando o mundo e ele era a expressão política de nosso sonho. Era o único com capacidade de colocar as ideias no âmbito do sentimento, não do pensamento”. Em suma, o mesmo Betinho de hoje.

Durante os cinco anos em que viveu clandestino em seu próprio país, Betinho foi “Francisco”, “Alberto”, “Wilson” e quantos codinomes mais precisasse. Usou peruca, barba e bigode postiços para aplinar o medo de ser preso. “Eu nunca sabia bem quando pôr e quando tirar a peruca. Num banheiro de restaurante? Mas como voltar à mesa depois? Antes de voltar para casa? Mas e se algum vizinho me reconhecesse de peruca? Já o bigode me dava enorme segurança – eu me sentia fortíssimo quando enfiava um bigode.”

Com sua atual mulher, Maria, também militante da AP em São Paulo, vendeu muita bolsa de couro na rua para subsistir numa clandestinidade sem emprego. O conceituado analista Antonio Carlos Cesarino, cujo antigo consultório no bairro da Bela Vista tornara-se ponto de apoio para a esquerda à deriva, sabe não estar revelando nenhum segredo de Hipócrates quando lembra que a maioria de seus pacientes clandestinos era mais assustada do que Betinho. “Ele me surpreendia pela curiosidade, em meio aos riscos que corria. Queria compreender o mecanismo intelectual de elaboração das minhas perguntas, do tratamento. Certa vez, enveredou por investigar um método de suportar tortura através da hipnose! Aliás, em matéria de ortodoxia, meu trabalho com Betinho era todo torto: era eu quem pagava para o paciente vir... Nossas sessões se davam em mesas de restaurante, para maior segurança, e como ele nunca tinha dinheiro quem pagava a conta era eu.” (Hoje é Betinho quem paga suas sessões de análise lacaniana no Rio, mas nem tudo ainda é perfeitamente ortodoxo: “Às vezes é o analista quem liga para cá caçando o paciente”, admite a secretária Carmem Stephen.)

A experimentação ideológica mais letal para a cabeça de Betinho foi com o maoísmo, do qual saiu intelectualmente humilhado, e de que tem raiva até hoje. Segundo a cartilha do timoneiro chinês Mao Tsé-Tung, abraçada com voracidade pela liderança da AP no Brasil, a ordem era “entrar na produção”, fosse ela rural ou industrial. Betinho, que até então não havia pregado um único prego em barra de sabão para ganhar seu sustento, deveria ir trabalhar numa fábrica, como operário. “Considero esse período de minha vida insano. Acho que eu estava louco.” Não tinha cidadania, não tinha papéis de identidade, não tinha experiência, não tinha saúde mas precisava se aproximar da classe trabalhadora, “meus heróis”. Foi tomado de felicidade quando finalmente conseguiu um emprego de carregador de caixotes na fábrica Porcelana Real, no ABC paulista, o que lhe pareceu uma fantástica superação de sua condição de hemofílico. Durou três meses a aventura. Três meses de hemorragias no joelho. Com o cerco da ditadura se fechando sobre a AP, Betinho se viu sozinho com os farrapos de uma epopeia ideológica. Vários companheiros haviam morrido, muitos mais estavam presos sob tortura. Chegara a hora de Betinho seguir por outra estrada. A da política, nunca mais.

“Quando rompi com a Ação Popular, já no exílio no Chile, fiquei com uma vacina profunda com relação a esse tipo de experiência. Não aceito mais centralismo democrático, não aceito mais ser dirigido por outra pessoa, nem mesmo se a população brasileira *toda* votar numa pessoa me sentirei obrigado a segui-la. A maioria não faz verdades. As ideias têm conteúdo próprio.” Betinho, que fazia parte da executiva da AP, responsabilizou a organização pelo que aconteceu a vários militantes. “A política foi apenas o braço que operou, mas a responsabilidade política é nossa. Sabíamos que a repressão era o que era, sabíamos que a ditadura estava na nossa cola. Ainda assim colocamos militantes em situações impossíveis. Nossa luta era enlouquecida, pois era impossível. Era de um voluntarismo alarmante.”

No exílio ainda teve alguma articulação com o PTB, atual PDT, de Leonel Brizola. E hoje o PDT o acusa de ser petista, enquanto o PT suspeita que seja brizolista. Nada disso tem mais relevância para Betinho. “Minha batalha, hoje, é pela cidadania. O fundamento da sociedade democrática reside nisso. Um cidadão pode exercer sua cidadania política sem ser convidado a nada, sem ser militante de nada, guiando-se pelos seus valores. Partido, na verdade, é proposta, e todo cidadão que tem uma proposta é um partido.” Está formado o partido do Betinho, que no momento atende pelo nome de Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida. Já já ele muda de nome, de curso, de ênfase. Betinho mudou? Menos do que qualquer outro de sua geração. No máximo, observa sua irmã Maria Candida, “desceu da divindade para a humanidade”. “Era o guru da JEC, agora é o guru do Brasil”, acrescenta José Serra.

Sua vida familiar está ancorada em porto seguro, ao lado do filho Henrique, de 11 anos, e da mulher, Maria – nenhum dos dois contaminados. É o japonês da família: cozinha e come arroz todo dia. Não pilota a vida ao sabor da doença, mas há tempos tomou uma decisão crucial: “Montei meu esquema médico”. Tradução: vai exercer o direito de desligar as máquinas se e quando achar necessário. “Tenho medo da dor, não da morte.” Adquiriu casa própria aos 52 anos de idade – um

apartamento de dois quartos em Botafogo – e dirige seu próprio Monza 1988, comprado graças à isenção de imposto para deficientes. O salário de 2.000 dólares do Ibase somado aos 800 dólares mensais que recebe Maria dão conta. “Mas é claro que me preocupa como eles vão ficar”, deixa escapar.

Depois de ter emprestado alma aos dois minutos de silêncio pedidos pelo movimento Viva Rio, foi passar o Natal no Japão. Não o Japão do outro lado do mundo, mas a casa dos sogros na Grande São Paulo, que ele chama de Japão por considerá-la uma ilha de tranquilidade no meio de uma cidade que lhe faz mal. “São Paulo, para mim, é muito mais um cemitério do que qualquer outra coisa. Ali quase fui enterrado quando era clandestino, enterrei amigos e quero enterrar da memória. Pensando bem, quantas situações já enterrei ao longo da vida! Enterrei a infância, a hemofilia, a Ação Popular. São modos, talvez, de conseguir olhar para a frente.”

Dia desses o Japão de Betinho tomou um ônibus, arrancou na Via Dutra e foi fazer mutirão no chalé que ele e Maria Nakano estão construindo perto de Itatiaia. Entre 24 sobrinhos, tios e irmãos da nissei Maria, havia quatro engenheiros. Resultado: em apenas um fim de semana, toda a parte elétrica da casa nova estava instalada e tinindo. É lá que Betinho e Maria querem viver e viver e viver. Isso, é claro, depois que a Campanha pelo Emprego, planejada para 1994, adquirir vida própria, depois que... Aí vem Betinho, subindo a ladeira.

O médico⁸⁷

O doutor Expedito Rolla Guerra é daquelas pessoas que mesmo quando estão sentadas no sofá mais confortável de sua casa não deixam o corpo perder o vinco. Aos 77 anos, mantém cada fio de cabelo no lugar – não por vaidade, mas por asseio. Sua maior excentricidade, a honradez.

Exatamente meio século atrás, abicou de supetão na vida de Betinho. Era interno residente na Santa Casa de Misericórdia, em Belo Horizonte, e estava de plantão numa madrugada de 1943 quando o chamaram para atender um menino que havia caído no banheiro e cortado o lábio. Sangrava muito. Cada vez que se introduzia a agulha para suturar o lábio, jorrava vagalhão maior de sangue. “Fiquei apavorado”, relembra o médico. Naquela madrugada, o garoto Betinho, então com 8 anos, falou uma só vez, e bem baixinho, quando o formando começou a improvisar um torniquete com grampos de metal. “Não me deixe morrer.” Não deixou. Internou-o na Santa Casa e passou a fazer parte da história e do afeto da família. Certo dia, recebeu a visita de seu Henrique, pai de Betinho, que viera convidá-lo para padrinho do caçula, Francisco Mario, com a seguinte tirada: “Pobre é assim: pede serviço, não paga e ainda dá afilhado”.

“Naquela época, em Belo Horizonte, sabia-se pouco sobre hemofilia, além do fato de que o filho do czar da Rússia havia nascido com a doença. Não era meu ramo, mas fui estudar na biblioteca em livros alemães traduzidos para o espanhol. Aprendi que em hemofílicos as hemorragias se formam mais nas articulações. Ainda não se sabia por que, mas sabia-se que transfusões de sangue melhoravam o quadro do doente. Acabou virando meu ofício fazer transfusões em Betinho.”

A Santa Casa de Misericórdia acabaria sendo a melhor escola de vida e de cidadania para Expedito Guerra. Ali, pobre (leia-se, possível eleitor do PSD, partido do cacique político José Maria Alkmin, seu mais ilustre e duradouro provedor) acabava aceito sempre, mesmo quando não era possível atendê-lo.

“Lembro-me de uma mãe que viajou 150 quilômetros para trazer seu filho tuberculoso. O menino estava condenado, seu tom de pele já era opaco. Na sala de radiografia, chocou-me a brutalidade do médico que deu o diagnóstico para aquela mãe: ‘Pode voltar, seu filho está morrendo’. Não me conformei. Fui pegar a trouxa que ela havia deixado numa pensão e me deixaram deitar o menino num terraço da Santa Casa. Tomaria sol e lhe dariam comida até que morresse. Muitos e muitos anos depois, um jovem de terno de casimira azul-marinho bateu no meu ombro na Praça Sete. ‘Doutor, lembra de mim? Eu sou aquele que ia morrer. Muito obrigado’.”

São histórias e mais histórias, seguidas de longas pausas. No caso do doutor Expedito, chora o médico, não o paciente. Mesmo quando não está de jaleco, ele sente o pulso do Brasil de Betinho.

⁸⁷ Este e os outros quatro subtítulos que se seguem (“Um filho”, “O músico”, “A cura” e “A escola”) são boxes que aparecem em meio ao texto principal.

“A Santa Casa me colocou em contato com o Brasil humilde. Só me beneficieei com isso. Eu poderia ter-me aposentado pelo INPS, mas não achei certo receber, pois continuei a trabalhar em meu consultório particular. Como minha clínica de classe média atende pobres, os ricos não costumam vir. É interessante observar como o pobre afasta o rico muito rico. Sofro quando não acerto o diagnóstico. Por isso, para paciente novo, cobro só uma consulta ao longo do primeiro mês, ou até acertar o diagnóstico.” Criou seis filhos com honradez – nenhum deles optou pela profissão do pai.

Por que, com esse perfil social, Expedito Rolla Guerra não enveredou pela militância política de esquerda como Betinho, a quem tanto admira? “Porque naquela época eu era mais temente a Deus. Não conseguia comungar com o socialismo radical dele. Ainda tenho fé, só que, com cinquenta anos de prática médica nas costas, tem horas que a gente escorrega... Admiro quem toma uma bandeira nas mãos e vai em frente, como Betinho. Ele deve entrar para a História do Brasil.”

Um filho

Covinha no queixo, cabeleira romântica, olhar que encara, como o do pai. Aos 28 anos, um sobrevivente. Daniel Carvalho de Souza nasceu em São Paulo um ano após o golpe militar de 1964, que jogou seu pai, Herbert de Souza, na clandestinidade. Para sua proteção, o menino aprendeu a camuflar sua filiação – chamava os pais de tios. Ia de ninho em ninho, de bairro em bairro, interrompendo amizades e arrancando raízes. “Mamãe sempre cuidou para que eu tivesse pelo menos um cachorro”, lembra. Assim foi até os 5 anos de idade, quando os pais se separaram. Aprendeu a usar o nome falso do novo registro de nascimento que a mãe, a socióloga Irles Coutinho de Carvalho – hoje editora de livros infantis –, obteve para fugirem do país. “O pulso mais forte em minha vida foi minha mãe. Ela enfrenta qualquer coisa.” Nos dez anos seguintes, a vida de Daniel foi adquirindo as tinturas clássicas do exílio. Tem cidadania sueca, um meio-irmão de dupla cidadania brasileiro-inglesa e uma insaciável fome de um Brasil que lhe faltou quando criança. Formado em desenho industrial pela Esdi do Rio, deu uma guinada na vida e juntou-se à Companhia Aérea de Dança, que funde samba com dança moderna. Mora em Copacabana, em sintonia com o mar.

“É terrível constatar isso, mas a relação com meu pai só se aprofundou devido à Aids. Até então tínhamos um contato mais institucional, do tipo mesadas e conversas amenas. Soube que ele era soropositivo por telefone. Até então ele vinha me dizendo o que eu não entendia: que Henfil havia tomado muitas transfusões de sangue e por isso havia contraído o vírus. Jamais se referia a ele próprio, mas estava preparando o terreno.”

“Quando eu era menino, tinha pesadelos, uma insegurança terrível por não ter um superpai e, ao mesmo tempo, por não poder protegê-lo. Tinha pânico de ser preso com ele. Meu equilíbrio, hoje, é a dança. Mas ainda aos 26 anos, quando me apresentei no palco pela primeira vez tocando piano e dançando para 400 pessoas, a insegurança bateu forte. Meu pai estava lá, na plateia. Aplaudiu, só que até hoje não sei o que ele realmente sentiu ao me ver no palco. Papai, como eu, é Escorpião. Não explode nunca – se quer ferir, fere com a palavra. Mas vamos chegar lá, precisamos chegar lá, um precisa saber o que o outro sente. A Aids está em confronto com o que meu pai tem de mais forte: a cabeça. O vírus vai perder, pois ele é uma cabeça extraordinária. Seu corpo frágil lhe serve de mero transporte. Tenho certeza de que vai sair dessa. Ele não tem tempo de morrer agora – tem essa fantástica campanha para tocar. E, depois, há essa urgência em mergulharmos fundo na nossa relação.”

Cinco anos atrás, pouco tempo após a morte dos irmãos Henfil e Chico Mário, quando todos, inclusive Betinho, achavam que a Aids o levaria em breve, Daniel escreveu um texto sobre seu pai publicado no livro *Sem vergonha da utopia, Conversas com Betinho*, de Ricardo Gontijo. Alguns trechos valem até hoje:

“Era engraçado discutir com ele, aos 8 anos. Ele dizia que o Tarzan, a Jane, todos não eram de nada, que o bacana lá era a Chita, e eu achava estranho... A toda hora o vejo no jornal e na TV, a toda hora sinto orgulho e tristeza, a toda hora ele esta mais presente e mais ausente... O que basta é saber que ele, apesar da idade, é tão jovem quanto eu.”

O músico

Rua Garibaldi, bairro da Tijuca, Rio de Janeiro. O letrista e poeta Aldir Blanc, cabelo, barba e cabeça de profeta, tenta reescrever pela quarta vez a letra de *Boas festas*, de Assis Valente, escolhida

para servir de hino de Natal da Campanha contra a Fome. Dezesesseis anos atrás, no amanhecer da abertura política, pôs o Brasil cantar a anistia. Sem conhecer Betinho, seduziu-o a retornar para o *Meu Brasil/que sonha com a volta do irmão do Henfil,/com tanta gente que partiu/num rabo de foguete...* Imortalizada por Elis Regina, a música *O Bêbado e a Equilibrista* embalou Betinho, como uma bandeira do Brasil. Hoje, Aldir ainda escreve a mão num apartamento em que tudo respira vida e uso. Os berços dos netos gêmeos recém-nascidos convivem com jornais velhos e discos de 33 rotações. Tem exemplar da *Casseta & Planeta* com fotomontagem de Itamar Franco de baby-doll, tem cachorro, tem violões, a mesa de pingue-pongue da sala se transmuta em tábua de passar fraldas, não tem nada decorativamente correto. Nem a campainha, que não funciona há meses.

“A importância de Betinho é a loucura dele, uma loucura santa. O perigo está na burocratização dessa força. Eu o conheci antes de conhecê-lo, de tanto que Henfil e Francisco Mário, os irmãos, o tornavam presente. Eles amavam profundamente aquele irmão no exílio. A diferença entre Betinho e Henfil? Digamos que houvesse uma marcha até o Nordeste para acabar com a fome. Betinho entra, precisa entrar, acredita que a marcha vá chegar até o Nordeste e que ela pode acabar com a fome. Henfil entra na marcha, não acredita que ela acabe com a fome nem que vamos chegar lá. Numa noite de sábado, fui chamado à casa do João Bosco, que tinha uma música pronta para eu letrar em cima. Eu estava tomado de tristeza pela morte de Charles Chaplin e a letra foi saindo inteira. O bêbado, do título, foi uma espécie de autorreferência: naquela época eu bebia muito. Como a música do João tinha estrutura de samba-enredo, achei que a gente deveria fazer a anistia ser cantada em tom de lágrima de desespero. O incrível é que Betinho se torna mesmo um pouco chapliniano: vagabundo, doido, genial, está tudo ali. Betinho tem a capacidade de lidar rindo com o que o perturba. Caras assim podem tudo. Ele é totalmente desvairado pela música brasileira, por isso me relacionei com ele desde o início. Tomávamos porres homéricos. Lembro uma noitada dramática em que ele se entusiasmou tanto com a batida de uma roda de samba que se meteu a acompanhar o bатуque com o copo. O copo foi quebrando até Betinho ficar só com a base na mão. Era caco pra tudo que é lado e ele, de sandália, batucando. Sabemos todos que qualquer corte, no caso dele, é emergência. Mas não aconteceu nada. Ele é mesmo um mistério. Trata a morte a pontapés.”

Em 1989, Betinho encarou o Sambódromo desfilando na comissão de frente da Escola Padre Miguel, ao lado de Aldir. Enredo: Elis Regina. Nota: 9. Saiu feliz, com hematoma no braço de tanto saudar com a cartola pesada para o punho frágil. “Ele estava preocupado com a extensão do percurso. Não queria pifar feito carro alegórico que escangalha – a escola perderia ponto. Quando chegamos à Praça da Apoteose, paramos junto a um carro transbordando de mulatas. Betinho ficou um bom tempo calado, só olhando. ‘Nunca mais vou ser o mesmo’, concluiu.”

A cura

Terça-feira canicular, no Rio. De manhã, Betinho havia colocado seus acessórios de gala – paletó, gravata, meias – para participar do XIV Congresso Brasileiro dos Fundos de Pensão, no Hotel Glória. Dos conferencistas listados para falar naquela sessão, era o único sem maior qualificação no assunto. Não tinha sequer uma queixa pessoal de aposentado: graças ao advogado Marcelo Cerqueira, recebe do Ministério da Educação o suficiente para pagar sua gasolina e contas de restaurante (com o golpe militar de 1964, perdera o emprego de consultor de Paulo Freire, assessor de João Goulart). Estava ali para vender uma equação ética: ação + cidadania = combate à miséria + emprego = aposentadoria. Como o aposentado, sobretudo no feminino, representa uma das espinhas dorsais da Campanha contra a Fome, Betinho não deixaria passar a chance de falar para esse público potencial de 12,5 milhões de brasileiros. Quando voltou para a sua sala, no bairro de Botafogo, estava cansado. Cabeça enfiada no Jornal do Brasil daquele dia, 26 de outubro, parou na página 15, animou-se e desembestou a fazer a leitura em voz alta para os que trabalhavam nas salas contíguas: “Descoberta pode levar à cura da Aids”...

“Caramba, minha ficção está aí no jornal! Que grande dia! A palavra cura entra pela primeira vez no noticiário! Tinha que vir da França... Se der certo provavelmente vai se chamar cura Charles de Gaulle, algo bem pomposo. E agora o que é que eu vou fazer? Eu estava todo programado para durar pouco tempo...”

A palavra cura, para Betinho, tem estofo. Quase meio século atrás, quando já tinha vivido quinze anos de hemofilia, foi diagnosticado tuberculoso. Era a Belo Horizonte de 1950, Rua Ceará, e nenhuma cura à vista.

“O médico reuniu a família. Contou tudo. A família chorou a minha morte e decidiu que eu não iria para um sanatório, mas para o fundo do quintal, para o quarto da Maria Leal, transformado em meu sanatório particular – o único de Belo Horizonte... A primeira providência política foi chamar o padre alemão da Santa Casa para me dar extrema-unção. Depois instalaram uma campainha me conectando à casa principal. Também foi construída uma cancela de madeira que me isolava mas me permitia olhar para fora e ser visto de fora. Dali, Henriquinho – depois Henfil – me observava. Dali havia que se viver.”

Três anos de adolescência durou esse primeiro exílio de Betinho. Dos 15 aos 18. Três anos virtualmente de pijama – vestia sapato apenas para a visita mensal ao pneumologista. À falta de uma instrução formal, acumulou com voracidade cursos por correspondência, fossem quais fossem. Formou-se assim em radiotécnica. Foram, também, os anos de maior convulsão religiosa, em que fé, pecado, culpa e sexualidade se guerreavam o tempo todo. Até lhe cair em mãos, um dia, um exemplar da revista *O Cruzeiro*. Trazia reportagem ilustrada sobre a hidrazida, a maravilha farmacêutica que viria acabar com a tuberculose no mundo. A cura.

Se ela cruzou sua vida uma vez, por que negar a sua possibilidade agora? Tempos atrás, Betinho escreveu um artigo que virou roteiro que virou vídeo de vinte minutos intitulado *O Dia da Cura*.

É um convite a admitir que a medicina pode tornar a Aids uma doença crônica, não mais letal, algo como a diabetes. O tom do texto é intenso, mas, como tudo em Betinho, regado à alegria. Ele próprio faz uma hilária ponta como o farmacêutico que vende remédio contra a Aids junto com preservativo.

“Eu já tenho quatro anos e meio de AZT e há coisa de três meses meu médico optou também pelo DDI. Meço minha contagem de células de combate ao vírus a cada três ou quatro meses e vejo que o índice está baixando. Em ziguezague, mas está baixando. Planejar coisas para daqui a um ano é realista. Para daqui a 2, 3, 4, bom... é ver a cada período. A ver, porque eu posso continuar por vários anos, contra as evidências. A ver, porque pode haver o controle da doença ou a cura.” A cura.

A escola

Ninguém resiste a romancear um pouco a sua própria biografia, sobretudo quando ela é pálida. Betinho não precisa de arabescos. Basta-lhe o humor. É com enorme apetite que recorda os tempos em que, dos 9 aos 15 anos, frequentou quase diariamente a funerária de Belo Horizonte administrada pelo pai.

1945 – “A funerária foi uma escola de vida porque a morte, ali, era só um meio de viver. Era uma funerária muito especial. Foi organizada por José Maria Alkmin, nascido em Bocaiúva, irmão gêmeo de Duca, de quem dizem que roubou o cérebro ainda na barriga da mãe, vendedor de doces de leite quando criança, telegrafista colega de Juscelino Kubitschek, deputado com votos de Bocaiúva, colaborador do Estado Novo e de Benedito Valadares, diretor da penitenciária e provedor da Santa Casa da Misericórdia. Um homem de estatura pequena e voz grossa, de larga visão administrativa e grande tirocínio político. Enfim, um homem capacitado a dirigir uma penitenciária, organizar uma funerária e seguir um grande destino político. Chegou a vice-presidente da República do general Humberto Castello Branco, primeiro presidente do golpe militar de 1964. José Maria montou a funerária com base na penitenciária. Tinha tudo a ver. Meu pai, que era almoxarife de uma, passou a ser gerente da outra. “Maninho”, que fora condenado a não sei quantos anos de prisão, agora era carpinteiro da funerária – cortava, serrava e pregava cerca de 32 caixões por dia. Os ‘choferes’ que levavam os mortos para o cemitério eram antigos detentos da penitenciária que haviam feito mortos por conta própria. Enfim, o pessoal todo era do ramo e por isso ninguém estranhava nada, e a funerária mais parecia uma grande família cuidando dos afazeres domésticos. Belas lembranças tenho desse lugar. Com o seu Antonio aprendi fotografia, carpintaria, calma e filosofia. Participei com ele da construção da primeira urna funerária de Belo Horizonte. Seu Antonio, com seus 60 anos, e eu, com 10, gastamos quase um ano de trabalho para fazer o primeiro protótipo de uma mineira, que teve até acolchoado para maior conforto do morto. Seu Antonio era um gênio. Com ele aprendi escultura em cera de vela de defunto, além do uso do enxó, plaina e aplicação de verniz.”

1993 – A funerária da Santa Casa continua na mesma esquina da Rua Bernardo Monteiro, 367. O toldo marrom lavado parece de armazém à antiga. Na sala de atendimento, um único enfeite – o retrato solene de José Maria Alkmin, sempre ele. Como na época de Betinho, que brincava à vontade entre caixões e carros funerários, a molecada de férias também adora brincar de esconde-esconde entre as fileiras de urnas. Lúcia de Paula Diniz, de 33 anos, tinha 18 quando foi bater ali. Seria seu primeiro emprego. Começou forrando caixões mas como tinha 2º grau completo, passou para o atendimento em apenas três meses.

“Vim da roça e no começo eu tinha pesadelo direto: sonhava que eu tomava conta das urnas e elas começavam a voar com os corpos dentro. As pessoas confundem funerária com necrotério, pensam que a gente lava cadáver, essas coisas. Nos primeiros anos eu mesma não tinha coragem de contar que trabalhava numa funerária. Quando pegava carona com um dos motoristas dos carros funerários, nem deixava ele parar o carro perto de casa: andava vários quarteirões para ninguém me ver. Não iam entender. Hoje dou risada. Temos seis balcões e um caixa para atendimento. Pelo menos hoje não tem mais o sujeito que entra e diz ‘eu queria um sepultamento de primeira’. Ora, todo mundo quer um sepultamento de primeira! Não existem mais cinco classes, como antigamente. Hoje o que muda é o modelo. O mais caro é o Extra-Horizonte (284.000 cruzeiros reais a preços de dezembro, jacarandá, alças douradíssimas), caindo para o Embaixador, o Esplanada, o Baronesa e ladeira abaixo. Puxa vida, Betinho viveu por aqui?!?! Eu não sabia não. Eu também penso no pobre. Aqui a gente não é comerciante, tem de usar mais o coração. Por que vou empurrar orquídeas se posso vender palmas e rosas e fica bonito igual? Uso mais o coração. Acho que o Betinho faria igual.”

Ícones sem idade

O império do rock contra-ataca. Em 384 dias, os Rolling Stones terão arrasado a América, África, Ásia, Oceania e Europa

Da Cidade do México, *Veja*, 25 de janeiro de 1995

Ronco de multidão é igual em toda parte. É uma massa de som compacta que dá a impressão de vir rolando, atropelando tudo. Às 9 horas da noite de quarta-feira passada, as mais de 50.000 pessoas espetadas nas arquibancadas do autódromo Hermanos Rodríguez, Cidade do México, já estavam impacientes e congeladas. Queriam, precisavam de ação, e urgente. Seu ronco levantou voo e veio bater em cheio na área localizada atrás do palco, reservada aos camarins e à produção do megashow *Voodoo Lounge*, dos Rolling Stones. Mas Mick Jagger, Keith Richards, Ronnie Wood e Charlie Watts, os quatro cinquentões que são a chave dessa operação de 230, talvez 300 milhões de dólares, já estavam em alfa. Não ouviam mais nada. Haviam-se retraído ao interior de si mesmos e dos pequenos fetiches que marcam os últimos minutos antes da subida ao palco. Ali não penetra mais nada, nem ronco de multidão.

O ritual de pouca fala e muita intensidade começa numa saleta anexa ao camarim. Numa das paredes, um minialtar entulhado de badulaques e patuás de macumba. No chão, dois tapetes com sóis em dourado e negro. Keith ou Ronnie, quem chegar primeiro, acende as velas e o incenso. Na quarta-feira, foi Ronnie.

Está no seu segundo copo de vodca (pouca) com groselha (muita) e começa a dedilhar *Midnight Rambler* para descomprimir os músculos. O baterista Charlie, que dá a impressão de já ter nascido com os cabelos impecavelmente penteados, não precisa se arrumar. Já está a caráter, sentado no sofá: tênis branco, calça e camiseta brancas, jaqueta de moletom cinza – o máximo de cor que se permite. Tocaria de terno e gravata, se os movimentos de baterista permitissem.

Keith, nu da cintura para cima, vai fazendo sua seleção nos cabides do camarim: um colete justíssimo de estilo jeans, uma camisa de seda azul-petróleo, uma minijaqueta preta com apliques prateados. Antes de empilhar cada peça sobre seu torso esguio, retira da virilha o mascote que lhe faz companhia, sempre – uma antiga faca-canivete da pesada, que em nada lembra as versões moderninhas da marca Swiss Army. “Sem ela me sinto nu”, explica. Não a tira nunca? “Só quando empunho minha guitarra. Uma coisa substitui a outra.” Entra em cena Josephine, mulher de Ronnie, que há anos acompanha o guitarrista mas desta vez tem contrato fixo com a turnê. Ela verifica tudo como se estivesse preparando um colegial para a escola. Endireita as pulseiras do marido, apruma-lhe

o colete, passa-lhe o spray para arrepiar a cabeleira que o fará parecer mais alto em cena, lembra-o de tomar as pílulas herbais da China, nutre-o de afeto até o último instante. “Está frio lá fora, não é melhor você escolher uma jaqueta mais quente?”

O saxofonista Bobby Keys, responsável por um dos solos mais arrepiantes da noite, passa para dar o último alô silencioso. Faltam menos de sete minutos para todos se transmutarem nos Rolling Stones. Keith e Ronnie se movem para uma mesa de sinuca e começam a jogar, em silêncio. Ouve-se apenas o clicar macio das bolas. Está tudo pronto. E Mick? Mick é Mick, é coisa à parte. Seu ritual é individual, em camarim à parte, também por ser o único que precisa treinar a voz e fazer aquecimento físico para encarar duas horas e sete minutos de energia ininterrupta. Sua assistente Brenda vai fazendo a contagem regressiva: hora de se vestir, hora de se maquiar, hora dos quinze minutos de aquecimento leve, hora dos três minutos de aquecimento das cordas vocais, hora de subir. “Todos nos tornamos pessoas diferentes quando vestimos as roupas do show”, diz Keith. “Você se torna um roqueiro de responsabilidade maníaca, que precisa fazer um show de primeira.”

E que show! Como já dizia o ensaísta britânico Oliver Goldsmith há mais de 200 anos, “música e mulheres jamais deveriam ser datadas”. O rock primal, a guitarra vulcânica de Keith Richards, a serenata de demônio saciado que sai da boca de Mick Jagger, está tudo lá, maturado porém intato, como trinta anos atrás. Jagger aceitou as súplicas de Keith para que voltasse a empunhar a gaita de boca e o resultado, na música *Love Is Strong*, é um som de serpente, sedutor, definitivo. Sumiu a transgressão andrógina de outros tempos. *Satisfaction*, o rock-enredo de toda uma era, sacoleja as três gerações presentes nos shows mundo afora: os de 15, de 30 e 50 anos. E a balada *Angie*, quando sai o primeiro acorde com Keith e Ronnie sentados num banquinho e Mick transformando estádios monumentais em salões de barzinho, consegue-se uma intimidade à la Tom-Vinicius-Toquinho. Um assombro. “Ainda somos uma banda porreta. Espere até você chegar à nossa idade e verá como ainda consegue se mexer”, recomenda Keith aos mais jovens. “No meu tipo de negócio não há aposentadoria, tem de se ir até o fim da aposta”, completa Jagger. A aposta final dos Rolling Stones, murmura-se à boca fechada, é esta turnê. São 33 anos de carreira, a idade de Jesus Cristo.

A partir do momento em que o palco megalomaniaco de Voodoo Lounge adquire vida até os últimos acordes do clássico *Jumping Jack Flash* – o inevitável bis seguido de fogos de artifício –, o espetáculo é uma celebração ao rock. A parafernália que vem junto – que os marqueteiros teimam em vender como se fosse a atração principal – é apenas o meio. Meio de substituir a proximidade física dos roqueiros, impossível em estádios cada vez maiores, por uma realidade virtual, intuída, porém satisfatória. “Quando centenas de milhares de pessoas se alinham durante horas para ver o papa ou a rainha da Inglaterra, sabem que, no máximo, os verão por alguns segundos, se tanto. Ainda assim voltam para casa sentindo-se enriquecidos. Nos shows modernos acaba sendo um pouco assim”, observa o canadense Michael Cohl, o sacerdote máximo da milionária empreitada chamada Voodoo Lounge. É uma raridade Cohl acompanhar as turnês que sua bem-sucedida firma promove. Mas a operação Voodoo Lounge é complexa demais para se encaixar em qualquer rotina. Para começar, há os Stones.

Segundo a revista especializada *Pollstar*, a banda é, hoje, a maior fábrica de dinheiro da indústria de apresentações ao vivo. Só no primeiro trecho da turnê mundial – Estados Unidos e Canadá –, que corresponde a um terço da cruzada aos cinco continentes, o faturamento teria sido de 121,2 milhões de dólares. A revista *Forbes* estima que ao final da empreitada o faturamento poderá chegar a 220 milhões de dólares e há quem aposte ainda mais alto, 300 milhões, semelhante ao da Cica, Firestone ou Dow Química do Brasil. Cohl, esperto, não diz nada. Naturalmente, para chegar a essas dimensões e capitalizar sua longevidade, os Rolling Stones há muito deixaram de sustentar suas carreiras em escândalos, sexo e drogas. “O rock se tornou um empreendimento muito sério, com presidentes de empresas e toda a grade corporativa de um grande negócio. São milhares de pessoas cujo futuro depende da seriedade e do acerto de nossas decisões”, diz Jagger.

Nenhum quilo a mais – quando não está em turnê anda 8 quilômetros ao dia e faz 100 flexões –, nenhum fio de cabelo a menos, apenas mais grisalho, Mick Jagger é o cérebro dos Stones (Keith Richards é a alma). Não tem empresário, administra toda a complexa teia de contratos e acordos financeiros, e bota a banda de pé quando acha que é chegada a hora de se fazer vivo. Na entressafra, cada um cuida de sua vida e de seus afazeres. Watts, o baterista, tem um grupo de jazz próprio. Aos 53 anos, continua morando em Devon, Inglaterra. Keith, de 51, vez por outra arrisca uma razoável carreira solo. Mora nos Estados Unidos e passa meses inteiros sem se comunicar com Jagger. Aliás, mal se falam – comunicam-se por fax. Ronnie mora na Irlanda e toca ali e aqui – não tem participação

nos lucros dos Rolling Stones e só recebe salário de Mick Jagger quando o grupo está em excursão ou gravando discos. Está com 47 anos. Jagger não dispensa as férias familiares na propriedade que tem na Ilha de Mustique, Caribe, e divide o resto do ano entre seu castelo no Vale do Loire, sul da França, e a mansão inglesa às margens do Rio Tâmsa. Ao contrário das grandes celebridades americanas, o eixo principal de sua vida é o de uma pessoa normal, que se preocupa com a educação dos filhos e ganha presentes de Natal normais (neste ano, os três filhos com Jerry Hall lhe deram uma enciclopédia eletrônica e sais de banho).

No palco é outra coisa. Mick Jagger é tudo, menos normal. Nem poderia ser, dada a tarefa demoníaca de ocupar, preencher, colorir e sacudir um palco de 72x28x30 metros, duas passarelas laterais de 100 metros cada e vários patamares de alturas variadas. Isso tudo, medindo ele mesmo apenas 1,75 metro. Nem sempre dá certo, é claro, e há momentos em que o público se pergunta “onde está Wally”... Dividida entre a realidade virtual do que aparece no telão e a vontade de ver o que pagou para ver, a plateia que estiver sentada mais perto da Lua do que de Jagger se perderá, vez por outra. Sob esse aspecto, a nervosa troca de última hora do Estádio do Morumbi, onde seriam realizados os shows de São Paulo, pelo estádio mais acolhedor do Pacaembu (nos dias 27, 28 e 30) favorece o espectador. No Rio de Janeiro, os shows serão no Maracanã (nos dias 2 e 4 de fevereiro). Jamais, em todo caso, se terá visto fusões de linguagem visual tão brilhantes como as exibidas no telão de 6 metros de altura por 12 metros de largura. Ele dá vida e dimensão ao que se passa no palco. De toda a monumental construção de 4 milhões de dólares e 120 toneladas de aço e alumínio idealizada por Mark Fisher, o Steven Spielberg dos palcos, o Jumbotron é o que melhor integra o público ao espetáculo. Há megabonecos infláveis, há serpentes de aço que cospem fogo, há efeitos especiais jamais testados ao vivo, mas, como indica uma pesquisa de opinião realizada no México após os dois primeiros shows, o que mais toca, marca, sacode e deslumra ainda é a música. A banda, como um todo, ficou em segundo lugar, e a parafernália tecnológica, se tomada sozinha, em último. Numa escala de 1 a 10, o espetáculo todo levou nota 9,3 dos mexicanos. “Isso não me surpreende”, diz o diretor Michael Cohl. “Sempre contei com a música como carro-chefe da empreitada. Não adianta investir em tecnologia se não há matéria-prima humana. Sabe por que os filmes em três dimensões não deram certo? Não é porque a tecnologia era ruim, é porque os filmes eram uma droga. Não adianta cobrir lixo com finuras – será sempre lixo.”

O encanto com os Rolling Stones é politicamente correto. O presidente da República Checa, o intelectual Vaclav Havel, amigo de Fernando Henrique Cardoso, assistiu ao último show. O ex-ministro da Cultura da França e possível candidato à Presidência francesa, Jack Lang, outro intelectual da turma internacional do presidente do Brasil, também foi. “Os Stones simbolizam, pelo ritmo, cores e temas, qualquer coisa do grande tema de mudar a vida. Representam o despertar poético de minha geração”, derreteu-se. Dorothy Rodham, a septuagenária sogra do presidente americano Bill Clinton, sentou na oitava fileira. “Esse Mick se mexe muito bem para sua idade”, admirou-se. A filha, Hillary, invejou. “Mãe viu os Stones, mãe viu os Stones”, contou para a família. Curiosamente, a tietagem da banda não é explícita, ruidosa, fanática. Existem poucos fãs-clubes dos Stones, mundo afora – no Brasil apenas um, e mesmo assim é discreto. “Não iremos ficar de plantão na porta do hotel nem esperá-los no aeroporto. Apenas combinamos de ir juntos ao show, numa turma de 25 pessoas”, diz o paulista Sérgio Takara, de 34 anos. Mesmo com 500.000 ingressos vendidos em Tóquio num período de quatro horas, não há idolatria descabelada, há respeito.

Talvez o momento mais ilógico do fenômeno Rolling Stones tenha ocorrido na tarde de domingo passado. Mick Jagger perambulava havia mais de uma hora pelos colossais templos de Teotihuacán, a 45 quilômetros do que é hoje a Cidade do México, erguidos 2.000 anos atrás por uma civilização que já deixara boquiabertos e temerosos os astecas, e conseguira passar despercebido. Havia chegado sem batedores, sem limusine – seu Lincoln preto chapa 584GNT era de proporções humanas –, com um único segurança, de estatura e bíceps também normais. Nada que lembrasse os armários ambulantes dos deslocamentos de Madonna ou Michael Jackson. Chegara sem o séquito de fotógrafos e repórteres que costuma compor a paisagem de uma megaestrela. Portanto, no imaginário de quem cultua a realidade virtual, aquela figura branquela e de andar lento não poderia ser ninguém. Boné branco surrado, tênis gasto e filmadora na mão, deveria ser mais um entre tantos turistas a comer poeira na mitológica Avenida dos Mortos. A seu lado, também anônimo, marchava o baterista Charlie Watts, o decano da banda, enfiado num chapéu panamá para proteger a pele de pergaminho

transparente. Ironicamente, era Ramón, o guia particular cedido pelo Instituto Mexicano de Arqueologia, o menos discreto do grupo.

Com o sol a pino, andaram e andaram e andaram devagar, sem ser perturbados. Até chegar à mais bela e cultuada das pirâmides, a da Lua. Como sempre, estava apinhada de turistas dominicais que, como formigas, escalam a impossível inclinação de degraus de pedra que conduzem ao topo. Jagger olhou, calculou, e mandou ver: subiu de uma lufada só até o primeiro patamar, tomou fôlego e encarou os dois mortíferos lances finais – qualquer pessoa normal costuma parar quatro ou cinco vezes, ofegante, durante a escalada de 40 metros. Jagger chegou ao topo, empunhou a filmadora e registrou sua conquista com a mesma voracidade com que cavalga um palco. Traiu-se pela forma física, a mesma que exhibe com volúpia ao longo dos 127 minutos do show *Voodoo Lounge*, que nesta semana chega ao Brasil. Ainda assim, não foi importunado: os turistas, illogicamente intimidados pela proximidade com um ícone em carne (pouca) e osso (muito), respeitaram a sua súbita vulnerabilidade. Enquanto isso, Charlie Watts, sentado ao pé da pirâmide embaixo de seu *sombrero* de inglês, esperou passar o surto de energia do parceiro. Não se moveu. Veria o filme depois. “Os mexicanos foram muito polidos. Nos Estados Unidos, esse comportamento teria sido outro, a cultura é outra.” Sabem que no Brasil também não haverá essa moleza. O episódio todo é louquíssimo se se considerar que menos de catorze horas antes as 57.000 pessoas que assistiam à estreia mexicana dos Stones teriam trocado vários de seus ícones do passado para conseguir chegar um centímetro mais perto do palco.

Para Michael Cohl, as diferenças culturais entre os vários países que integram o safári musical dos Stones são a parte menos estressante da empreitada. O difícil é rodar o mundo, ao longo de um ano, à frente de um evento que envolve, entre funcionários fixos, agregados locais e mão de obra volante, cerca de 1.500 pessoas, e não ter surpresas demais com a situação político-financeira das cidades do roteiro. Cohl contou com minuciosas análises e estudos de risco da banca internacional e relatórios das embaixadas britânicas para mapear o mundo que *Voodoo Lounge* deveria percorrer. Não adiantou. Ninguém o preveniu do colapso da economia mexicana, que poderia ter levado a pique os quatro concertos. Isso só não ocorreu porque a maioria dos ingressos já estava vendida quando houve a desvalorização do peso, em dezembro último. Às vezes, como na turnê europeia de 1990, coloca-se a questão de ter de optar entre dois países por falta de tempo para tocar em ambos. “Queríamos Moscou e Praga, mas no calendário só cabia uma das duas. Quem decidiu? A bagunça russa”, lembra Cohl. “Era tão difícil saber quem estava no controle do que, em Moscou, que ficamos com medo de a coisa dar errado. Em contrapartida, o presidente do que então ainda era a Checoslováquia, Vaclav Havel, nos contatou pessoalmente dizendo que mandaria um representante para os acertos finais. Se você tem um presidente da República por patrocinador, não precisa de mais nada...”

Na cabeça dos organizadores, não se cancela show marcado. Quando a notícia da interdição do Estádio do Morumbi bateu no quartel-general dos Rolling Stones, ninguém pestanejou: fariam os shows em outro lugar na cidade, custasse o que custasse. Forfait, somente se Mick, Keith, Ronnie ou Charlie não conseguirem subir ao palco. Qualquer outro dos músicos do show, inclusive o baixista Darryl Jones, será substituído. Darryl é americano, negro, jovem (32 anos) e não esquálido, ou seja, não tem nada, além do talento, para ser um Rolling Stone. Na verdade, não é. Foi contratado para substituir o único fundador da banda que ousou pular fora, Bill Wyman, para esta turnê. Por mais que Keith Richards proclame que “quem sobe ao palco com os Rolling Stones é um Rolling Stone, ponto”, ele sabe que não é bem assim. No cordão umbilical que o liga a Mick Jagger, Charlie Watts e, de vinte anos para cá, a Ronnie Wood não cabe mais ninguém. Segundo a mitologia da civilização que ergueu as pirâmides de Teotihuacán, o universo acaba e renasce a cada 52 anos. Mick Jagger está com 51.⁸⁸

Mulher, crime e castigo⁸⁹

⁸⁸ Nas páginas que se seguem à reportagem, de 98 a 101, há uma entrevista no formato de perguntas e respostas feita por Dorrit com os quatro integrantes da banda.

⁸⁹ A reportagem, que estampou capa e 20 páginas da edição 1.395 da revista, recebeu o Prêmio Esso Regional Sudeste de Jornalismo de 1995. Na capa, nenhuma outra chamada além da relativa à reportagem, sob a indicação de “Exclusivo”: “Sem saída – A prisão de mulheres vista por dentro – Uma repórter de VEJA passa oito dias entre as presas da penitenciária Talavera Bruce, no Rio de Janeiro. Como é o mundo da criminalidade feminina”.

Como são os dias e as noites numa prisão feminina
Do Rio de Janeiro, *Veja*, 7 de junho de 1995

Eu estava deitada na cela quando
Ouvi o portão do TB bater êê
Só o portão do TB sabe
Dizer o meu sofrer êê
Se eu deito não posso dormir
Se eu durmo não posso sonhar
Levanto o olho pra grade
e começo a rezar...

Maria Cristina Domingos, a “Nanaca” da favela carioca Nova Holanda, puxa o pagode no corredor da galeria “D”, a mais explosiva da unidade. Aos 25 anos, ela ainda é jovem, irrequieta e emotiva, três atributos que perderá em pouco tempo. E tempo Nanaca tem: foi condenada a quatro anos de prisão no Talavera Bruce, o TB, por tráfico de drogas. “Quando cheguei ao distrito policial, as colegas começaram a cantar esse hino para mim. Foi de arrepiar. É uma canção para disfarçar o medo de quem vai preso, e para quem ainda tem esperança de não pegar Bangu. Para mim, não adiantou, peguei. Mas a música é linda”, consola-se. O complexo penitenciário de Bangu, do qual faz parte o único presídio feminino de regime fechado do Rio de Janeiro, é visto como um fim de linha – fim da carreira de bandida ou da chance de se reerguer. “Aqui é o último ponto de encontro. Lá fora, na rua, a gente se separa, se cruza numa ou noutra delegacia, às vezes foge ou é solta – eu mesma fugi da Polinter –, mas é aqui o reencontro pra valer, o acerto de contas. Me sinto longe do mundo”, comenta a veterana Rosa Maria Vieira, que já cumpriu doze de seus dezoito anos de pena, também por tráfico. Doze anos trancada no Talavera, em Bangu... melhor não pensar. O centro do Rio fica a mais de 40 quilômetros de distância, a praia torna-se miragem. “De que cor é o mar?”, testa Cléa Regina, 24 anos de vida e dezoito de condenação por assalto a banco, para comprovar sua tese de que o certo é fugir dali pois a gente esquece a cor do mundo. “É vermelho”, arriscou a menina de 4 anos, filha de sequestradora, que cresce na creche da penitenciária observando guaritas, guardas, grades.

Quem está fora não quer entrar. Quem está dentro há muito tempo acaba ficando com medo ao sair. “Não sei mais usar garfo, vou ter medo de me espetar”, admite uma detenta, que há treze anos só come com colher. No imaginário de quase todo carioca, o Talavera Bruce é prisão de filme americano, onde mulheres engaioladas, perigosíssimas, ficam à espreita de carne fresca. Não é. O que choca, na rotina ensuarada daquele buraco, o mais quente do Rio, é a banalidade das vidas ali encarceradas. “Paixão”, “amor”, “Deus”, “meus filhos”, “mãe” compõem o cardápio-base das conversas de confessorário. Em contrapartida, palavras que designam de forma concreta a realidade, como “crime”, “prisão”, “cela”, simplesmente somem.

A loirinha Luciene Stuart, 33 anos, grávida de oito meses (duas fugas, pena de 34 anos por um coquetel de crimes, seis irmãos também encarcerados com a Justiça), tapa literalmente o sol com a peneira. Estendeu um lençol em sua cela decorada com bichos de pelúcia, coraçõezinhos bordados e frases de amor, dando-lhe um ar de tenda árabe, aconchegante, uterina. Fez sumir a janela. “Assim não vejo as grades”, explica. Pronto. Para algumas internas, o mundo do faz-de-conta funciona. Para outras, é ele o verdadeiro inimigo. “Eu tinha tudo na minha cela: liquidificador, TV, gravador, as paredes todas em papel rosa”, relembra Angela Lessa, 29 anos, a única presa ouvida por **Veja** a usar a palavra cela. “Nem notava que tinha uma rotina fantasiada de mundo livre: *Jornal Nacional*, novela das 8, depois o programa seguinte, tudo igual ao mundão. Li que quando o detento coloca o seu mundo dentro da cela ele perde o referencial de onde está. Concordo. Dos sete anos que já tirei aqui – fui condenada a 35, por furto, atropelamento, estelionato –, ficava deprimida um ou dois dias, mas o resto do tempo eu me dizia que estava bem. Agora mudei. Quero cair na real. Isto aqui *não* é minha casa. É uma cela, e muito feia. Mandei tudo o que tinha embora.” Não foi bem assim, ou não foi só assim. Sua cela foi vandalizada de alto a baixo por uma guarda. Angela, a presa, havia contrabandeado para dentro da carceragem uma máquina fotográfica, o que é proibidíssimo, emprestada por Rita, uma agente de segurança, o que é ainda mais proibido. Ambas foram descobertas e punidas pela chefia. Suspeitando a presa de delação, o troco corporativo veio truculento na forma de uma revista de justiceiro: as roupas de Angela foram jogadas no vaso sanitário, seu pó de café misturado com sabão

em pó, seus escritos bisbilhotados, seu castelo ridicularizado. É infinito o poder de humilhação de guardas que gostam de humilhar.

No Talavera vigora uma lei não escrita da química penitenciária: crises brotam na calmaria. Numa recente manhã de terça-feira, uma notícia veio bagunçar o dia da diretora Maria de Fátima Carneiro da Cunha, 37 anos, psicóloga de formação, salário de 350 reais. É, 350 reais para dirigir uma unidade penitenciária do Rio de Janeiro com 317 detentas e quatro equipes de dezessete guardas. Durante dois dias e meio faltaria água em todo o Rio. Trezentas internas num presídio “três-em-um” (onde coabitam condenadas a penas curtas, médias e longas, reincidentes, veteranas e primárias) já não é fácil. As mesmas trezentas sem água é alerta vermelho. E trezentas sem água nem para comida, com 22 novas sendo esperadas, é confusão certa.

Uma hora da tarde, sol a pino. As 22 calouras despejadas no pátio frontal do Talavera tentam camuflar a ansiedade. Sabem que os códigos aprendidos nos distritos policiais de onde foram transferidas valem zero em Bangu. Vestiram suas melhores roupas para o traslado, socando o resto dos pertences em sacos de plástico e mochila estufadas. “Eu tirei quatro temporadas aqui, em 80, e o diretor me conhecia”, arrosta a que quer impressionar, por veterana. Exibe uma semelhança desconcertante com o ator Jack Palance. A de condenação curta, mais afoita, quer saber tudo, já, como se estivesse atrasada para alguma coisa. “Como é que se avisa a família para vir visitar a gente aqui?”, indaga. Aprenderá que o tempo penitenciário é outro. No seu gabinete do 1º andar, a doutora Fátima mapeia a confusão. “Operação pente-fino, revista geral, todo mundo na capela por enquanto”, ordena. Com o seu vice-diretor Hércules Muniz da Costa manuseia as 22 fichas que lhe foram entregues junto com as ingressas. “Aqui tem papel irregular – a pena desta já expirou.” Bota de lado. Entre as novatas, uma evadida. “Tranca nela, depois a gente vê. Há várias com livramento condicional já requerido. Tem pelo menos uma de regime aberto que não pode ficar aqui. Segura as viaturas, pois vamos devolver algumas.” Decide ir pessoalmente até a capela sentir o grupo de recém-chegadas, antes de colocá-las em contato com a população local, a essa altura já tomada de boatos sobre a identidade das colegas novas.

Sequestradoras, assaltantes, ladras, estelionatárias, traficantes estão sentadas em silêncio nas cinco primeiras fileiras da nave cor-de-rosa da capela, entre santos e padroeiras, à espera das primeiras instruções. Ninguém parece notar dois cartazes em caligrafia caprichada, afixados na lateral, que alinhavam as “Obras da Carne” (Fornicação, Impureza, Libertinagem, Ciúme, Discórdia, Inveja, Orgias) em contraponto à lista dos “Frutos do Espírito” (Caridade, Parceria, Fidelidade, Honestidade, Castidade). Com esse vocabulário, não surpreende que a Igreja Católica esteja sendo escoraçada dos presídios por uma militância evangélica mais utilitária. Ao contrário da fornada anterior, desta vez veio apenas um “machão” – designação genérica para a presa que se traveste de homem, fala como homem e bate como homem. Costumam ostentar pelo no corpo, cavanhaque ou bigode quando a natureza ajuda, cabelo de recruta e roupa masculina que inclui cuecas Zorba. Formam o contingente mais jovem, de mais baixo grau de escolaridade, em geral ex-meninas de rua. Aprenderam a usar o escudo masculino para ninguém chegar perto. Funciona para simular ascendência e domesticar quem for escolhida como sua “menina”. A maioria das presas condena a “sem-vergonhice das lébsicas” (versão única da palavra “lésbica”, no presídio). Já bandidaças consagradas como Djanira Metralha, condenada até o ano 2019, já muito deixaram de se impressionar. “Se tivesse algum homem aqui dentro, ele seria meu”, esclarece. “Digo pros sapatões arriarem as calças e me mostrarem se eles têm alguma coisa a mais do que eu. Não têm, não é? Então que se manquem.”

O grupo de calouras ouve as regras que passarão a reger suas vidas. Cartas recebidas não serão lidas pela chefia mas abertas na frente de uma coordenadora, e o conteúdo, sacudido. Visitas, após obter credenciamento, são permitidas aos sábados, domingos e feriados. Telefonemas semanais para fora, com número discado por uma guarda, têm horário limitado e a lista de inscrição é demorada. Dinheiro pode ser recebido via vale-postal, mas presa só pode sacar 10 reais (10% do salário mínimo) a cada três dias. Até aí as explicações da doutora Fátima seguiam mansas. De repente, ela finca o olhar em uma ou outra novata que veste algo vermelho – o que, na etiqueta prisional carioca, nunca é por acaso – e avisa: “Frente, aqui no Talavera, é a direção. Os funcionários não são surdos e vocês têm boca e voz. Aqui não precisa de representante, cada um fala por si, está claro?” Está: se você é do Comando Vermelho, Terceiro Comando, Jacaré ou outra frente de bandidagem, melhor não tentar fazer proselitismo. A chefia do presídio não nega as lideranças – até porque precisaria ser cega para

não ver o impecável apê rubro reluzente da galeria D ou as inscrições mais do que sugestivas em várias paredes –, apenas não as aceita.

A informação mais indigesta é dada por último: desde o início de 1995, é permitida a entrada de apenas dois aparelhos elétricos por interna. Como não há vida humana em Bangu sem um ventilador – não apenas pelo calor, mas para dar combate à carnificina noturna dos pernilongos –, resta a opção de pedir à família que traga rádio, relógio, toca-fitas ou TV. A portaria não tem efeito retroativo, e por isso ainda se veem celas que parecem bibocas de coreano. Mas a ideia é ir acabando com a possibilidade de ostentar um poder aquisitivo alto. “A briga, hoje, não é mais pela entrada de um secador, mas de um microsystem, um mixer, uma cama própria, para emular a impunidade dos grandes banqueiros do jogo do bicho”, explica Tania Tibicherany, coordenadora da Custódia, onde se empilham as bugigangas retidas. Esclarecimentos finais às recém-chegadas: cada galeria tem uma furadeira e um ferro elétrico para uso comum. O fato de o ferro ser usado na calada da noite para fritar ovo, em dias de muito desejo, elas descobrirão mais tarde.

Pronto. Teoricamente as coisas são como foi dito, e cada ingressa recebe um kit que não inclui uniforme, nem sequer camiseta, por falta de verbas. Durante os anos dourados, a administração fornecia colchonete, cama, lençol e cobertor; prato, caneca de alumínio e colher; sabonete, pasta e escova de dentes, papel higiênico, absorventes femininos. Hoje, recebe colchonete, sabonete e pasta de dente. A ração mensal de absorventes femininos é a Assembleia de Deus que traz. “Tudo o que me trouxerem eu aceito de bom grado”, diz a diretora. Ela sabe que a indigência não tem limites. Até o ano passado, na penitenciária feminina de São Paulo, havia internas usando miolo de pão à falta de absorventes.

Resta acionar a rede de caguetagem para saber se alguma recém-chegada corre perigo. Dos dois lados constroem-se mitos – uma das novatas, de codinome Barreto, estaria jurada de morte por ter tido regalias no 12º Distrito – abria cadeados para as visitas, levava e trazia comida. A galera ia querer saber que outros serviços prestara aos policiais. “Quem é Barreto?”, pergunta a direção, tateando. Uma mulher bem-vestida, de cabelo negro corte Chanel e argolas de ouro, acha por bem se apresentar: “Sou da Ladeira do Barreto. Morro da Providência”, diz, intuindo que há perigo. “Então fique de lado.” Outras duas se aboetam a seu lado. “Se ela tem problemas, nós também vamos ter”, anunciam, sem que nada mais precise ser falado. Está feita a triagem. Fica-se de olho no trio até que as vinganças anunciadas arrefeçam. Elas não são brandas. Da última vez, duas internas condenadas por participação em grupos de extermínio tiveram de “pedir um Seguro Bradesco”, ou “assinar um ItaúVida”. Isto é, remoção para uma galeria em que não estivessem ameaçadas de morte. Achou-se prudente colocar a alimentação de ambas em mãos da chefia, para evitar risco de envenenamento. “Aparecer detenta morta derruba qualquer direção”, como diz o ditado. “Sumir detenta por fuga derruba a guarda de plantão.”

Solidão, drogas e fantasia

*...Sete meiota, quatro cinco, três oitão ô ô
São as turbinas que eu uso no mundão
Para proteger meu coração apaixonado...
...Parar de cheirar não posso
Parar de traficar também
Nem que seja no pinote
Eu vou pra lá no mundão...*

No pagode puxado por Cristina, ainda há espaço para aventuras como empunhar um revólver calibre 7.65, 45 ou o popular “três oitão” e sair por aí, mundo afora, atrás de uma paixão bandida. Dentro dos muros de 5 metros de altura do Talavera Bruce, contudo, a vida real escoa feia, áspera, surda. São cinco galerias de celas individuais no 1º andar – com média de 34 por corredor –, mais dois alojamentos coletivos com beliches no térreo, para condenadas a menos de seis anos. Fora da edificação principal, há o Anexo, para recém-chegadas, a creche e o invejado Pavilhão I para estrangeiras, grávidas e internas de bom comportamento, com direito a visita íntima de companheiros. O todo resultado numa massa de dentes ruins, amargura nos cantos da boca e dos olhos. O cheiro é de desconfiança. Num belíssimo estudo sobre o universo prisional intitulado *O Frio Penitenciário*, a

psicóloga francesa Simone Buffard sustenta que a marca de toda prisão é o odor. No Talavera, é o barulho. Ou sua ausência, igualmente atordoante. De dia, a construção antiga de pé-direito alto torna cada corredor, cada cela uma fábrica de ecos. Tudo soa metálico e alto e se mistura: a fala das internas, as ordens das guardas, os xingamentos, a sintonia da rádio evangélica de uma cela brigando com a música francesa FM de outra, o som de uma novela aqui, o trincar de grades, vários vazamentos permanentes de água nos pátios. Grita-se de uma galeria para outra, de um presídio para outro, de uma cela para outra. Gritar é estar vivo. Ninguém parece notar o atordoamento que a cacofonia contínua provoca. A partir das 11 horas da noite esse mesmo universo parece exaurir-se: um silêncio acachapante emana das celas, invade corredores, espalha-se pelas galerias e cobre os 8.000 metros quadrados de área edificada do Talavera Bruce. Ele precede o medo do inimigo maior, aquele que atravessa grades, muros, paredes e chega à alma de cada uma: a solidão penitenciária. Num dos alojamentos coletivos uma assaltante adormece de chupeta. Mais adiante outra figura chupa dois dedos. Bichos de pelúcia são agarrados, cartas relidas.

Onze da noite é a hora dos ferrolhos enferrujados e dos cadeados. “O coração do preso é como um ovo – não é a batida de frente que machuca, que quebra, é a de lado”, sustenta Djanira, a da condenação até o ano 2019. “Quando fecham o ferrolho, fecham para machucar. Não precisavam bater tão forte.” Por ser diabética, usar muleta e ter uma bala alojada na cabeça, Djanira goza do privilégio único de poder dormir com a porta encostada. Não tem mais pique para fugir. Mas ela ecoa a humilhação das colegas. “Dependendo do plantão, tomo remédio e procuro adormecer antes da guarda passar o cadeado”, concorda Maria de Fátima Geronimo, condenada a quinze anos por cumplicidade em sequestro, uma das várias presas que tomam medicamentos pesados para diminuir a exaustão, suadouros, ansiedades e choros. A rotina do Talavera não é marcial. Por volta das 6 da manhã são destrancadas de suas celas as internas que trabalham na faxina e na cozinha. Uma hora depois abrem-se as outras portas de madeira e começa a romaria aos banheiros coletivos de cada setor. O “confere” – contagem de cabeças para verificação se alguém fugiu ou está em outra galeria, o que é proibidíssimo – é feito em seguida para a interna começar a cuidar de matar o tempo como puder. Umas sessenta estudam. “Entre no dedo (*era analfabeta*) e vou sair com a 3ª série”, espanta-se a ex-menina de rua Vandiarria da Silva, 25 anos de idade e outros 25 de prisão por formação de quadrilha e desencaminhamento de menor. Menos de quarenta felizardas foram aceitas nas cinco oficinas privadas instaladas na penitenciária e passam o dia fabricando chapéus, jalecos, rendas, pregos e componentes eletrônicos. Para as empresas que operam em presídios, o negócio é bom: não pagam encargos sociais, nenhum tipo de imposto, luz ou água, e à exceção da Alcatel, esquecem que existe 13º salário, adicional de férias, essas coisas de lei. Para as detentas, pode ser a redenção mental, pois lhes permite escapar ao ócio dos corredores e pátios, aos chamados da depressão. Ganham o equivalente a dois terços do salário mínimo, sendo o terço restante alocado a uma poupança compulsória da presa e a um fundo de melhoria teórica das penitenciárias fluminenses. Trabalhar, no TB, é pertencer a uma classe de pessoas normais. Trabalhar na oficina da Alcatel, então, é chegar ao topo da escala social intramuros. “Trabalho numa multinacional francesa e me sinto parte do grupo Alcatel. Sobre tudo me sinto gente”, explica a monitora de 26 anos, presa desde os 20. Ela comanda as sete fases de produção de bobinas e transformadores da unidade e fica agastada quando esquece uma palavra. “Aqui dentro a gente esquece o vocabulário da sociedade livre”, lamenta. Todas as oficinas são impecáveis, e há menos baratas no Talavera Bruce do que em vários hotéis da Zona Sul carioca. Em algumas celas o assoalho, orgulho maior, reluz mais do que Sinteko. No TB, é mais fácil levar mordida de morcego que de rato.

Bagunçar, deixar sujos ou esquecer absorventes usados nos banheiros é considerado falta de educação pesadíssima pelas presas. Se tivessem a liberdade de ir até o banheiro reservado às guardas, ficariam horrorizadas com a falta de asseio de algumas de suas ocupantes. No fundo, os dois mundos têm mais em comum do que querem admitir bandidas e mocinhas. Cada campo designa os membros de sua espécie pelo mesmo termo impessoal – “a colega”. Jamais “amiga”. Presas e guardas estão condenadas a viver juntas e são submetidas a privações semelhantes. Corre um rio de simpatia e antipatias fatais, instintivas entre os dois campos e as forças se medem a cada dia. “Aqui há dois andares”, explica a inspetora Ana Lúcia Ribeiro, oito anos de profissão e apelido de Ana Maresia por farejar maconha de longe e não dar moleza. A própria identidade profissional da guarda é movediça. É vista como polícia, sem sê-lo, e esconde sua atuação como se fosse a bandida – “Escondo minha carteirinha no ônibus porque, se tiver assalto, me pegam”. “Prefiro não dizer onde moro”, “Na minha

rua pensam que eu trabalho em hospital”. Socialmente consideradas mais próximas das detentas do que dos magistrados, mesmo quando formadas em Pedagogia, Direito ou Psicologia, elas sentem na nuca o olhar de rancor das adultas que a sociedade lhes deu para vigiar. Alimentam-se dos mesmos boatos e desconfianças que a população carcerária. “Não vou comer este bombom. Foi uma interna quem me deu. Ela até é legal, mas pode ter caco de vidro”, comenta uma agente jovem, bonita, com menos de seis meses de Talavera. Imagine-se a mesma agente dentro de dez anos, tentando perscrutar o íntimo mais íntimo de cada condenada.

Até cinco anos atrás, o concurso para agente de segurança penitenciária, da Secretaria de Justiça, exigia não mais do que o 1º grau completo. Hoje, além do diploma do 2º grau, somam-se dois meses de treinamento específico. Ao final ganha-se uma camiseta azul com brasão do Departamento do Sistema Penitenciário, Desipe, uma pochete contendo apito, par de algemas, lanterna, porte de arma quando fora da carceragem e um salário de 414 reais, além de estabilidade no emprego. “Antes de começar recebemos um glossário dos termos usados intramuros, aulas de tiro e de defesa pessoal. Mas ninguém nos ensina como agir quando uma interna ameaça levantar a cadeia, quando resiste a uma ordem e depois é vista conversando à vontade numa sala de chefia”, constata Débora Albernaz, a guarda avessa à cultura do “deixa pra lá” (*ver Box 4*). O instinto de perpetuar o estigma da detenta, sempre vista como sanguessuga social, acaba respingando sobre todo profissional que trabalhe com condenados pela Justiça. Que o diga a diretora da Escola Estadual Roberto Burle Marx, de ensino supletivo, instalada no Talavera. “Somos desconsiderados socialmente até pela classe de professores”, constata Maria de Nazaré. “O raciocínio é que o Estado nos paga para dedicarmos nosso trabalho justamente a quem lesou a sociedade. É complicado.”

Para o mulhério do Talavera, a questão é direta. “Sabe o que dói mais aqui dentro? É que a gente continua a ser vista como presa, como se continuasse a roubar aqui dentro. Ora, a gente já está presa, pode ser tratada como humano, não pode?”, perguntam. Para as veteranas que já testaram várias fases da política prisional carioca, a vida melhorou, e o divisor de águas foi a chamada “linha Lemgruber”, referência à política de não abuso e ressocialização do preso implantada pela socióloga Julita Lemgruber, que ocupou o cargo de diretora do sistema penitenciário de 1991 a 1994 e fez escola. A doutora Fátima tenta ser sua seguidora e pisa em calos com o receituário de ir-se desvencilhando dos bolsões da linha prendo-e-arrebento. Para o agente Damião, vinte anos de serviço, arma na cintura e soberbo em seu uniforme negro do SOE (Serviço de Operações Externas, encarregado do transporte de presos), a linguagem carcerária deveria ser uma só, e dura. “Em homem a gente dá tapa, ele entende disciplina. Aqui não pode nada! Se desse um tapa na beija de uma delas, já iam me atrasar. O *pauzeiro* (guarda que espanca) de lá vira *papai*, aqui. Mas tudo bem. Faço o que me mandam. Hoje transporto presos”, lamenta Damião, sem dizer o que veio fazer, àquela hora da madrugada, na penitenciária feminina. “Os Zorros, fantasiados, se acham o máximo”, suspira uma guarda, habituada àquela encenação.

“Mulher é menos disciplinada na cadeia”, concorda Maria de Lurdes Silva Pinto, que há quase oito anos dirige o Lemos de Brito, presídio masculino de segurança máxima no Rio de Janeiro, com 540 detentos. Homem fala com guarda a uma distância de um metro e meio, com mãos cruzadas atrás da cintura. Não quer maiores aproximações. Mulher já vai falando com mão na cintura, não se importa em se mostrar à vontade, de sutiã e rolos no cabelo, como se estivesse em casa. “Elas tentam invadir, romper a barreira, escrevem bilhetinho e usam todos os artifícios possíveis para falar, falar, falar”, observa a diretora da escola. A solidariedade no Talavera é escassa, admitem as próprias internas. “Só fiz duas amigas, que sei que não vão me trair nunca. Que podem sentar na minha sala, com minhas crianças. Que sei que não vão armar de sequestrar meus filhos”, diz Lourilete Cruz, ela própria condenada a treze anos por sequestro. Apelidos, talvez por indicarem intimidade, são raros e em geral reservados às bandidas de respeito. De resto, é o mundo das Jonyr, Laudicéia, Lucimeire, Edinalva, Mari Jane, Vangela, Laudina. Sentem falta do que não têm. “Mil vezes melhor ter direito homem. Eles têm pulso mais firme, e a gente respeita mais. Sabem nos colocar em nosso lugar”, aspira Edarlene da Silva, de 50 anos, cabelo branco, “caída”, o que no jargão das internas designa a abandonada das abandonadas, aquela que não tem dinheiro, não recebe visita nem carta. Virou crente. Reza de manhã, à tarde e de madrugada. “Meu patrão espanhol me mandou viajar com 2 quilos de cocaína na mala, para Salvador, de ônibus. Me pegaram e o homem sumiu. Se tenho advogado? Deus é nosso advogado.”

Edarlene, cuja vida já seria melhor se houvesse mais do que um banheiro para as 37 presas de seu alojamento, toca num ponto nevrálgico. O preso, por mais longa que seja a sua pena, conta o tempo em dias. “Peguei 34 anos, dois meses e vinte dias”, diz Luciene, a loirinha do clã de quatro irmãs e três irmãos assaltantes. Ninguém arredonda para cima nem para baixo, jamais. Cada uma tenta se diferenciar à sua maneira da massa aprisionada, para não naufragar junto. Há a magrela coberta de tatuagens que ostenta ter derrotado a dor. Há a que veste *tailleur* branco e usa sapatos, jamais chinelos. “Sei que me acham metida a negona besta, mas é assim que me sinto bem”, esclarece. Há a mitômana que acredita intimidar a direção. No fundo, cada uma acha que deveria haver um Talavera em separado, para casos como o seu. “Deveriam dar uma chance para ré primária”, sustenta Elizabeth, senhora grisalha, de fino trato, condenada a 56 anos por seis homicídios. “Eram todos vagabundos” acrescenta com frieza. Para a moreninha Tereza Cavaglieri, neta de italianos e mãe do menino Julian (“em homenagem ao filho de John Lennon”), o maior tesouro são as dezenas de cremes de beleza e cosméticos que tem estocados na cela – perfumes são duplamente proibidos por conterem álcool e serem de vidro. Foi condenada a 29 anos de prisão como integrante de uma quadrilha especializada em roubo de quadros. Só da viúva do embaixador Rui Ribeiro Couto, assaltada sete anos atrás, levaram três Portinari, um Di Cavalcanti e um Gustave Courbet avaliados em 172 milhões de cruzados da época – 4 milhões de reais hoje. Tereza frequentava a casa da embaixatriz, era casada com um marido “limpo”, diretor financeiro de uma empresa e membro da Ordem Rosa Cruz, e não revela por que decidiu mudar de lado. A família, de classe média, não a abandonou. Está construindo uma casa “com piso em ardósia, dignamente”. Tem por vizinha de corredor a funkeira Alexandra Oliveira, garota de Copacabana, mãe do menino Magnum (“É da pistola mesmo, em homenagem ao pai, que era três cinco sete”, isto é, teve três condenações por assalto). Para o dia da visita de Páscoa, ela deu um ovo de chocolate e um urso de ráfia para o menino que não a chama de mãe, mas de Lua. “Foi horrível, meu coração ficou pequeno. Vou suar, vou trabalhar, ensiná-lo a estudar”, convence-se. Ao contrário do golpe audacioso da quadrilha de Tereza, os assaltos de Alexandra eram de rua, corriqueiros. “Eu só roubava gringo e gastava tudo em tóxico. Como eu sabia que era gringo? Perguntando as horas. Quando ele não respondia ou só apontava no mostrador do relógio, batata, era gringo.”

Mais ao fundo do corredor mora Sonia. “Não repara a bagunça”, desculpa-se, como qualquer dona de casa que gostaria de poder receber melhor a visita. Sua filha aniversariou semanas atrás, em algum canto livre do Rio de Janeiro. “Fez 15 anos! Estou toda prosa. Deus é pai.” Ita, do cubículo 16, está em dias de reclusão. Não desce para o pátio nas horas permitidas, alimenta-se em uma cela. Alta, atlética e vistosa, foi derrubada pela saudade de Cristalina, sua filha de 6 anos. Já Luísa, a mais “zona sul” dentre as internas do Talavera, parece, efetivamente, pertencer a outra paisagem carioca – sua cela tem um exemplar do romance *Agosto*, de Rubem Fonseca, um pôster de John Kennedy Jr. (“Jamais pensei que algum dia fosse colocar foto de homem que não conheço em quarto meu”), dois pesos de 2 e 4 quilos para se manter em forma aos 29 anos, uma pilha de revistas *Marie Claire*, *Elle*, *Veja*. Outras fotos revelam amizades com artistas e celebridades cariocas, viagens à Europa. Os mauricinhos do seu antigo circuito de drogas jamais a visitaram. Em compensação, duas grandes amigas caretas dos tempos de colégio vêm e escrevem sempre. Luísa é comedida em tudo o que fala, sobretudo da descida ao inferno que foi sua chegada ao Talavera Bruce, por tráfico de drogas. Teve mais medo de seus preconceitos do que da realidade, admite hoje. A família a espera, no Leblon. Mas é a rejeição de sua própria tribo, a quarentena social, que mais a assusta atualmente.

O espaço em cada cela é equivalente a uma cama de casal, mais um “anexo” de 90 centímetros separado por uma mureta baixa, onde às vezes existe um vaso sanitário sem instalação hidráulica. O teto aflige, de tão alto. A janela com grades costuma ser mantida fechada para conter os mosquitos. Não existem tomadas elétricas nem interruptores. Um cipoal de fios desencapados pende do teto e a ele se amarra tudo o que se quer fazer funcionar eletricamente – um ventilador, uma tevê, uma lâmpada. É dentro desse espaço que a presa tenta resguardar tesouros e segredos. Entre internas, o respeito à privacidade é feroz. Considera-se crime grave entrar na cela de outra sem ser chamada. Mesmo quando a porta está aberta, pede-se permissão. E mesmo com permissão não se entra sem antes, deixar os chinelos do lado de fora. Essa delimitação de território visa compensar a dependência quase infantil da vida em cárcere, que não comporta o direito de uso da porta, símbolo de ir e vir – sempre aberta e fechada por mãos estranhas. Para escapar de olhos alheios em sua intimidade, a presa pode apenas encostar sua porta, jamais fechá-la pessoalmente, dado que trincos internos são proibidos. Quando está trancafiada pela guarda, comunica-se com o corredor através de estreita fenda. Ou cava

uma abertura de um palmo e meio de diâmetro na madeira da porta. É por essa abertura que se esgueira, à noite, um ou outro vulto em busca de aventura, na hora em que teoricamente todas as presas estão trancadas em suas celas. Presas vazam, como vaza água no Talavera.

A prudência carcerária também recomenda que quem não tem televisão própria não deve convidar-se para filar uma novela ou um noticiário na da vizinha. Se o fizer, acabará devendo um favor. E favores, em todos os presídios do mundo, se cobram e se pagam. “Na Copa do Mundo a dona Leda me vendeu um conjuntinho verde-e-amarelo por 16 cruzeiros reais. Como só pude pagar um mês depois, ela cobrou 20 real. Até aí tudo bem, mas agora ela manda dizer que ainda devo mais 10 real por causa da mudança de moeda. Será que essa conta tá certa?”, cisma a mirrada Verinha, que este mês, aos 29 anos, termina de pagar nove anos e seis meses de cadeia por roubo, assalto e venda de tóxico. Leda Maria, a vendedora que cobra 87,5% de juros na venda do conjuntinho, sempre esteve solta. É uma das guardas do Talavera cujas atividades se cruzam e se confundem com as das presas. As colegas confirmam que Verinha é a interna mais visada da penitenciária por ter denunciado formalmente todos os guardas que já a espancaram. Em confiança, ela vai desenterrar o que considera seu maior troféu – uma camiseta ensanguentada, embrulhada em plástico. “Olha o que me fizeram”, diz. “Quem não recebe visita, quem não tem advogado, quem foi rebelde como eu fui está ferrada. Não repara que eu fico gaga quando falo essas coisas. A dona Leda me deu maconha para vender, mas eu acabei dando para colegas e entrei no pau. Se eu vendesse bem, ela me dava Brizola (*cocaína*), cachaça, essas coisas...” Há meses a agente Leda Maria não tem sido vista nos plantões do Talavera. Pediu licença. Foi substituída no cargo por uma inspetora de turma mais respeitada. “Não posso enfrentar tudo à luz do dia, mas nos últimos quatro anos afastei mais de dez funcionários”, revela a diretora. Seus adversários jogam bruto. “Já recebi três ameaças de morte em função dessa política, e não vieram de internas. Não é fácil.”

Os negócios que se fazem numa prisão são infinitos. Uma abreviadíssima lista de preços e serviços no Talavera começaria assim:

- Manicure + pedicure: 5 reais
- Faxina de cela: 7 a 10 reais por semana
- Corte de cabelo: 1 real
- Uma cama: 10 a 15 reais
- Lavar e passar: 10 reais por semana
- Uma fuga: 6.000 reais
- Uma carteirinha de policial, falsa: 16 reais
- Um alvará para regime semiaberto: negociável

Costura-se, borda-se, tricota-se, empresaria-se o que dá, por trás das grades. Luísa M* é estelionatária de mão-cheia e currículo farto. As colegas a admiram pelo “QI alto” e porque “ela consegue enganar gerente de banco”, o que é considerado façanha-mor por uma massa carcerária que o sistema bancário repele até como correntista. Óculos de aros grenás, cabelos louros em coque, 52 anos, aspecto de executiva. Luísa é uma das muitas presas que não se deixam fotografar. Está em Bangu há sete anos sem ter perdido o dom dos negócios. “No último Natal preparei a decoração de uma festa para uma guarda: foram 100 bonequinhos de papel e cobreí 1 real cada. Contratei mão de obra interna – pago 15 reais por semana, dependendo da demanda –, e como não tem impostos nem encargos rende bem. Embora aqui dentro o comércio seja limitado, a clientela é constante e fiel. Há guardas querendo abrir um negócio comigo lá fora.” Quando operava em São Paulo, essa filha de alemães – “Meu pai era lavrador de Essen, mas não lavrador no sentido simplório da palavra: ele entendia de agricultura como ciência”, esclarece – temia um único adversário: os caixas de banco nisseis. “Os caixas japoneses são os únicos que não caem numa *operação cochilo*, de transferência de fundos falsos para uma conta verdadeira. Eles verificam cada detalhe vinte vezes”, relembra.

Luísa também providencia cigarros, cremes, biscoitos e “o que for preciso”, como o personagem Red, do filme *Um Sonho de Liberdade*. Os caminhos para a entrada rotineira de tóxicos são mais oblíquos. Pelo portão principal, não submetido à revista pessoal pente-fino reservada a internas e suas visitas, entram essencialmente agentes de segurança, policiais, advogados e religiosos. Por cima dos muros de 5 metros guardados por PMs entra tudo o que se quer jogar. Somem-se os dois e tem-se, além de presas vazando através de portas e água vazando em dias de racionamento, também maconha e muita cocaína pingando em algum lugar do Talavera Bruce. Crack ninguém quer: por isso não tem. “É coisa de paulista”, dizem com desinteresse. “As presas que traficam sabem quem tem e

quem não tem recursos”, explica uma inspetora. “Tivemos uma mãe desesperada com o volume da dívida contraída pela filha presa aqui dentro: numa semana ela pagou 230 reais. Na outra, 1.200 reais. Pedimos a essa mãe que cessasse de bancar a dependência da filha. É classe média. Chorou muito, mas provavelmente continua a bancar. Teme represálias se a filha viciada não saldar as dívidas.” Primeiro se paga com dinheiro. Depois com tudo o que se tem na cela – inclusive a cama. Por fim, se exigido, com o corpo. O lado mais sombrio da dependência é um só, esteja o viciado preso ou solto.

Também como “lá fora”, “na rua”, “na sociedade livre”, são os casamentos, batizados, Dia das Mães ou cantoria evangélica que fazem a festa das mulheres do Talavera. Numa recente manhã de sábado, o diácono Marcelo Freitas, o único homem das redondezas, chegara cedo para ser padrinho de batismo da menina Paula, de 2 anos. “É como ser fiador”, explica. Estão todas prontas e engalanadas na capela: a menina, a mãe, a organista da cerimônia – uma argentina interceptada no Aeroporto do Galeão com 2 quilos de cocaína, de colar de perolas, vestido e sapatos sociais – e as vinte convidadas escolhidas a dedo, todas presas. Falta a madrinha. Quando chega, está de touca de plástico na cabeça.

– Não pode, padre! Tem que tirar! Como é que vai ser madrinha desse jeito? – revoltam-se as convidadas. Começa a gritaria na capela. A madrinha bate pé.

– Passei henê na cabeça e paguei 1,50 real pelo serviço da colega. Se tirar agora, perco meu dinheiro. Nem pensar.

O diácono improvisa uma solução sugerindo que a madrinha coloque uma touca de lã branca por cima da de plástico. Ficaria bonito, argumenta. Nada feito.

– Vai parecer menino de rua. Tem que ter respeito. Tem que tirar – exigem as convidadas.

A madrinha capitula, do henê e do seu 1,50 real. Manhã de sábado cara essa, mas o batizado foi bonito. Para a Igreja Católica, uma pequena conquista, miúda quando comparada ao arrastão da Igreja Universal e da Assembleia de Deus. “Eles fazem jogo meio sujo, vão logo distribuindo sabonetes”, alfineta o diácono Marcelo. Na verdade fazem mais: ajudam a localizar filhos de detentas, trazem um casal de fieis só para ouvir individualmente as presas – e falar é a premência mais entalada –, dão papel higiênico em vez de rosários. “A Igreja Católica discrimina muito – se uma colega está de boné virado, já é vista como sapatão”, comenta uma dublê de assaltante e estelionatária, condenada a doze anos. “Antes de vir para cá eu era católica. Mas são os crentes que nos apoiam mais aqui”, constata.

Antes de vir para cá... Essas cinco palavras juntas não fazem parte do vocabulário de Marilda Araújo, o furacão platinado conhecido como “Mila”. Para a louraça ebullente de 36 anos envolvida em quatro sequestros da pesada, inclusive o da empresária carioca Rosângela Simões, a vida é uma só, seja no Leme, no Morro do Jacaré ou no Talavera Bruce. Mila se adora. A cúpula do crime carioca também. “Os gostosões do Bangu I vivem me cantando”, garante, enquanto muda de roupa pela quarta vez no mesmo dia. Mila trabalha na Alcatel, é claro. Também sua o couro na aula semanal de ginástica do professor Alexandrino Cerqueira, o “Dino”, um armário de músculos formado na academia militar de Realengo, ex-competidor dos concursos de Mister Hollywood e há catorze anos no batente na Divisão de Educação e Cultura do Desipe, além de um dos criadores dos Jogos Penitenciários do Rio. Mila, a camaleoa, parece estar por todo o Talavera simultaneamente. Sobretudo onde há atrações. Roubou a cena durante uma visita de Betinho⁹⁰, o da Fome, dois anos atrás, da mesma forma que roubara as atenções da polícia na prisão de outro Betinho, sua grande paixão do Morro do Jacaré – o sequestrador Marcos Alexandre Lessa. “Os filhos do Collor são considerados filhos de presidente e minhas filhas, de presidiária. Parece piada”, compara. “Pulei o muro uma vez – foi a melhor sensação eu tive na vida depois dos dois partos. Mas agora quero poder ir a um shopping center com minhas filhas sem me esconder.”

Família, filhos, amor. Por mais calejada que seja a detenta, tudo volta a girar em torno desse tripé. A condenação de uma mãe tem efeitos abismais. “Minha mãe já falou que, se ela morrer enquanto eu estiver aqui, não quer que eu vá a seu enterro, pois ela teria vergonha. Vai ser covardice da vida se eu a perder aqui dentro, antes que eu possa mostrar que mudei”, angustia-se a moreninha Lourilite, condenada a treze anos por sequestro decidido pelo marido. “As pessoas não nascem só com cinco sentidos. Algumas têm um sexto – a ambição”, culpa-se. Numa noite de sábado, véspera da visita que lhe fariam a mãe e os dois filhos, está um trapo. “Outro dia meu filho me pediu um ovo da

⁹⁰ A referida visita, em 1993, foi acompanhada pela jornalista.

cantina. Fiquei arrasada, pois não sabia se ele gosta de ovo duro ou mole. Ainda ontem o pezinho dele era deste tamanho. Hoje usa tênis maior do que o meu. Ele também tem vergonha de mim.”

Dia de visita em Bangu. O contingente que começa a se formar do lado de fora do portão principal é calado. O grau de humilhação das famílias de sacolas na mão é absoluto. Noventa por cento das presas do Talavera Bruce têm filhos, mas os adolescentes vêm pouco. Os menores são trazidos por avós, madrinhas, tias ou amigos. Todos – adultos ou crianças – passam pela revista corporal obrigatória e saem do cubículo cabisbaixos, ainda se abotoando e de sapatos na mão. Quem já conhece a rotina de tirar a roupa e fazer três flexões, para expelir um eventual contrabando escondido na vagina ou no ânus, antecipa o constrangimento. Quem vem pela primeira vez e não foi alertado entra em choque. “Meu Deus, eu não sabia que era assim!”, balbucia uma senhora de idade que viera ver a filha e o neto na creche do presídio. Está aterrada, mas retrai-se mais adiante. “Me trataram muito bem. Todos os guardas são ótimos”, garante, na frente da filha. Em dias de visita, os familiares se esforçam para não pesar ainda mais no dia a dia da presa, e vice-versa. “Imagino o horror que essa visita corporal deve ser para minha mãe”, martiriza-se a ladra de apartamentos. “Tratam nosso pessoal como se também fosse criminoso.” A norma geral é abrir garrafas de refrigerante por amostragem, para verificar se foram injetados com álcool. Açúcar e sabão em pó são testados. Lata nenhuma entra no presídio. Desodorantes e cola são proibidos.

Naquela manhã de domingo, uma agente de segurança começa a esfaquear gentilmente um bolo trazido por um senhor esguio, sereno, sotaque europeu, tomando o cuidado de não arruinar os dizeres “Happy Birthday”. Não encontrou nada camuflado na massa. O bolo é para comemorar o aniversário de uma jovem de Gana, presa por tráfico de drogas. O portador é o pastor John Paul Sapieha, da aristocrática linhagem de católicos da Polônia – seu tio, cardeal Sapieha, foi o poderoso tutor do atual papa João Paulo II. John é dessas figuras singulares que se materializam em presídios. Ele pertence à Missão de Confraternização para Prisioneiros Estrangeiros, fundada por um inglês que amargou dez anos de cadeia no Peru. Percorre penitenciárias Brasil afora visitando exclusivamente presos estrangeiros. “As prisões inglesas e americanas não oferecem essa possibilidade de circular tão livremente como aqui”, diz, encantado com os pátios arborizados do Talavera. “Sobretudo, não têm parlatório.”

Em torno do parlatório, ou visita íntima, não existe meio-termo. Como na questão do aborto ou da pena de morte, quem é contra não quer nem ouvir falar – “Somos agentes de segurança penitenciária, não guardas de motel!” – e quem é a favor, no caso as presas, não admite que se pense em acabar com a regalia. No Talavera Bruce existem sete cubículos do Pavilhão I cujas ocupantes podem receber o marido em dias de visita. Existem condições: comprovar uma relação duradoura com o companheiro, anterior à prisão, e ter comportamento imaculado enquanto detenta. Mas, dado que boa parte das detentas tem relacionamentos com homens também presos, criou-se uma mecânica de viabilização desses encontros interprisões. Quando o marido não é de alta periculosidade – portanto menos propenso a arrumar uma fuga a caminho do Talavera –, é ele quem virá, escoltado. Será colocado na cela da companheira, a cela será trancada e o guarda de sua escolta permanecerá do lado de fora durante todo o tempo do encontro. Fica entendido que o visitante escoltado tem dona, e olhares mais ardentes de uma ou outra presa frequentemente resultam em briga. Mas há um número maior de internas fazendo o caminho inverso, por serem mães, irmãs ou mulheres de presidiários que não podem ser deslocados. Nesses casos elas são recolhidas no pátio do Talavera por uma ou mais caminhonetes Besta do SOE, o serviço dos homens-Zorro, e distribuídas pelos vários presídios masculinos do Rio. Predomina o traje passeio: a estelionatária classuda está de pretinho, a assaltante espoleta, de bermuda cor ocre, a crente grisalha que na véspera procurara converter a repórter de **Veja**, de vestido florido. Dadas as distâncias, a operação ida e volta costuma levar o dia todo. Sem queixas. Como diz a inscrição na camiseta de uma interna, “Sexo é bom quando é ruim, e quando é bom é ótimo”.

Não são raros os casos de presidiárias que constroem tórridos romances por correspondência através de classificados pessoais inseridos em *O Globo*, *O Dia* ou na revista *Contigo*, por intermédio das famílias. A forma de romance mais sustentado, contudo, ainda é através de duas fileiras de grades separadas por 250 metros de pátios e muros. Diariamente entre 10h30 e 11 horas começa a sessão matinal de namoro entre mulheres do Talavera Bruce com homens do vizinho presídio Moniz Sodré. Espoleirada num cabo de madeira periclitante afixado à grade de sua janela, a interna gesticula, grita palavras-chave, comunica-se na linguagem dos sinais. Acabam se entendendo. “Onde é que você vai,

bonita desse jeito?”, consegue perguntar um galante amante-presidiário. “A gente abraça as grades quando um não entende o outro, e aí fica tudo bem”, esclarece Mari Jane Pereira do Nascimento. Mari Jane, 33 anos, traços de polonesa, há doze anos no Talavera, é prova viva de que a persistência compensa: de tanto namorar pelas grades obteve direito de parlatório, e a coisa ainda deve acabar em casamento.

A saída: fugir ou mofar

*...Ó Cristina, sua imagem
É linda, imagino você se
abraçando com seus filhos
No meio da rua...
lá, lá, lá, lá...*

O pagode de Maria Cristina, a Nanaca da favela Nova Holanda, vai morrendo pelo corredor da galeria D, junto com a imagem do se abraçar com os filhos no meio da rua. Amanhã ela acordará na mesma cela. Nos próximos três anos também. E, como há um único juiz de execuções penais para todo o Rio de Janeiro, com somente dois juízes auxiliares, os 15.000 presos do Estado – que por desinformação sempre se acham com direito a alguma remissão de pena – sentem-se eternamente abandonados. “Não entendo como a OAB (*Ordem dos Advogados do Brasil*), que vive falando de direitos humanos, não nos manda uma dúzia de estagiários para acompanhar nossos casos junto ao Judiciário”, indigna-se a assaltante Angela Lessa, que computa suas vítimas em quase 1.000 e está condenada a 35 anos. A própria diretora concorda. “Incentivamos a vinda de estagiários de faculdades de Direito, mas as coisas morrem cedo.” Em ano de soltura, o estômago da presa vira pedra de ansiedade. E, se ninguém vier buscá-la no portão azul de Bangu, vai saber tomar ônibus? Ao longo dos anos de aprisionamento, constroem-se temores do cotidiano. “Meu medo são os caminhões de lixo”, confessa uma interna. “Um deles apareceu no portão um dia desses e achei que fosse me engolir.” E emprego, como é que vai arrumar? “Se eu fosse traficante, teria menos problemas, pois lá fora todo mundo cheira e fuma. Mas para sequestrador e assaltante é duro arrumar emprego. Quem é que vai confiar?”, pergunta M*, condenada a 34 anos por formação de quadrilha, tentativa de homicídio, dezenas de assaltos e estelionato. “Vai ver que nem eu confiaria”, admite.

Ensina a moreninha Lourilete que “não se chora uma amiga quando ela vai sair, só depois que ela partiu”. Algumas saem de mansinho, sem se despedir, às vezes retornam condenadas por novo crime. Outras juram nunca mais botar os pés em Bangu, nem para visitar. Sandra Lúcia da Silva, a “Tia Lúcia” do Pavilhão I, saiu enrolada em alegria na tarde do último sábado de abril. Voltou para o Morro do Cantagalo, que diz ser Ipanema. Seu físico socado, gargalhada alta e histórias de transgressão miúda animavam qualquer cela. “Eu, assaltante? Jamais tive essa bola toda. Eu roubo só loja, pobre não vou roubar nunca. Armarinho, por exemplo, eu deixo em paz. Eu até tinha uma pensão, mas as coisas andavam meio devagar, então entrei nas Lojas Americanas e roubei dez furadeiras. Não aconteceu nada. No dia seguinte, fui dar um pulo no supermercado Disco para comprar umas asas de galinha em promoção. Nem estava pensando em roubar, mas vi uma furadeira da mesma marca. Não resisti. Não é que me pegaram no caixa?”, espanta-se. Como todo mundo que está preso, adora dar uma estocada na Justiça. “Tudo bem, até aceito, mas o juiz que me condenou a um ano de prisão absolveu, no mesmo dia, a turma do *Bateau Mouche*.” A galera adora, e a conversa acaba em Fernando Collor, sempre o mais citado entre as justiceiras Robin Hood.

Dizem as estatísticas que a maioria das fugas são tentadas nos primeiros doze meses da pena, ou por reincidentes em qualquer época. Cléa Maria, condenada a dezesseis anos por assalto a banco, deu o pinote no seu 11º mês de prisão. Num domingo de agosto passado embrulhou Diego, seu filho de então 3 meses de idade, juntou-se a duas outras presidiárias com filho pequeno e escapuliu noite adentro pela creche. Não é todo dia que fogem três mães agarradas a seus bebês – a fuga consta dos anais do Talavera como “Operação Bebê a Bordo”, e não será Cléa Maria, ares de Julia Roberts selvagem e única recapturada, a revelar os detalhes. “Quis fugir porque esse mundo não tem alma, é um mundo frio”, diz, sugerindo que a primeira tentativa poderá não ser a última. Nos últimos quatro anos ocorreram dez fugas no presídio, o que é pouco comparado com as práticas masculinas. “Minha irmã Jane, que está na tranca de novo, já tentou três vezes, mas sempre com amigas, por isso não deu

certo. Eu não tenho amigas, sempre saio sozinha”, explica Luciene, veterana de quatro fugas bem-sucedidas. Como comete novos crimes, acaba presa novamente.

“Curiosa, essa vida. Até ser presa, eu sempre comprei tudo: diploma de 2º grau, de faculdade, todo tipo de carteira. Aqui dentro acabei fazendo supletivo de verdade e aprendi a tocar órgão com a *Enciclopédia Delta Larousse de Música*”, discorre Angela, que este ano tentou o vestibular da Uerj. “Pique para pular muro eu até tenho, mas olho para a Djanira, de muleta e bala na cabeça, e sei que não é isso que eu quero. Tenho medo de levar um tiro do outro lado do muro.” A fogosa Mila, que já fugiu uma vez, discute a questão com as próprias filhas, nos dias de visita. “Quando estou pra baixo, aviso que vou me mandar. A mais velha chora e pede: ‘Pelo amor de Deus, mãe, não vai acabar como a Heloísa dos *Anos Rebeldes*, aquela do seriado da Globo’. Ela acaba me ganhando, pois fico com medo de que ela me veja estirada no chão.” Já a caçula, diz Mila com uma ponta de orgulho, puxou a mãe: “Ela fica me cutucando: ‘Tá gostando da cadeia, mãe? Muro baixinho, esse...’” Mila dá uma corrida em sua cela e vai buscar fotos das duas moças. Esther se junta, contando que sonhara com a liberdade – “No sonho uma colega vinha ao meu encontro, de bicicleta e chapeuzinho, e a gente se abraçamos”. Elizabeth, a sequestradora, comenta a situação do Rio. A criminalidade na cidade está impossível. Esse cerco do Exército é inútil.” A notícia do incêndio no 11º andar do Fórum o Rio – “Meu Deus, se queimar meu processo vou morrer aqui dentro!” – impressionou muito mais as internas do que a explosão em Oklahoma. Por todos os cantos se ouvem queixas quanto à saúde pública (“Como é possível uma cadeia de 300 mulheres não ter um só ginecologista?”), à falta de trabalho (“Aqui só 10% tem ocupação. Por que não deixam as que são primárias e de penas leves prestarem serviços não remunerados à sociedade?”), ao alto custo de vida (“O dono da cantina é um aproveitador. Cobra 60% a mais que em supermercado só porque ele sabe que tem clientela cativa”).

Assim vai escoando a vida no Talavera Bruce. Pelo último censo penitenciário brasileiro, 95% dos encarcerados são pobres, 85% não conseguem pagar advogado e 3,7% são mulheres. E no Rio de Janeiro, segundo levantamento do IBGE de sete anos atrás, 40,3% dessas presas jamais tiveram carteira de identidade ou título de eleitor (42,1%), uma em cada cinco não sabia escrever e quase a totalidade tinha filhos. O reencontro dessas mulheres com a sociedade, quando ocorre, vem carregado de estigma duplo: o de ter cometido um crime e o de ter violado a conduta esperada de uma mulher. Segundo relatório apresentado na última conferência anual da Associação de Juízas dos Estados Unidos, da qual faz parte a grande dama da Corte Suprema americana Sandra Day O’Connor, a Justiça Criminal tem preconceitos contra mulheres envolvidas em crimes – elas acabam mofando mais tempo que o necessário nas prisões. Cristina, que nunca viu uma Corte, nem Suprema nem americana, cantarola as estrofes finais de seu pagode:

*...E no meio das celas
Vou sobrevivendo
Lá, lá, lá, lá*

Maria Pistola, a musa do amor bandido⁹¹

Cabelão moreno, pacotes de tórridas cartas de amor enfurnadas na cela, propostas de namoro recebidas de vários presídios masculinos de alta segurança, em geral de bandidos mais jovens. Esse é o universo de Martha Maria Duarte, aliás Maria de Fátima Alencar, ou “Marta Pistola”, “Cigana”, “Cabelão”. Diz estar com 45 anos, enquanto sua ficha na Justiça acusa 47. Mas tem mais faro para a realidade do que as colunáveis soltas que também tapeiam a idade. “Sei que sou cortejada porque tenho dinheiro. E porque sabem que sei dar amor bandido”, diz. Cigana já foi primeira-dama do crime carioca como mulher de Fernando C.O. e de Liéce de Paula, além de amiga de Lúcio Flávio. “Tenho saudade daquela época. A cadeia era outra coisa, sentia-se uma diferença na educação das pessoas. As colegas não caguetavam e a gente andava de uniforme e tênis. Não sou de morro, não vivo em morro e não me acostumo com certas coisas. Os homens também não são mais os mesmos. Hoje eles entram em banco com AR-15, arrebrandando tudo. O Liéce não, ele chegava com um buquê de rosas, dava beijo nas caixas que assaltava, e saía sem falar alto. Era finíssimo.”

⁹¹ Este e os próximos seis subtítulos compõem seis boxes que complementam o texto principal da reportagem.

Cigana é figura de respeito no Talavera Bruce. Primeiro, pela antiguidade. “O RG dela é de 1968, já pensou?”, assombra-se uma colega de pavilhão, numa referência à data de sua primeira condenação. Esta é sua quarta temporada de cadeia e restam-lhe 27 anos para se acostumar à frequência de Bangu que, como diz, caiu muito. “Quando mataram o Liéce, entrei no 121 (*homicídio*). Depois, em 1992, entrei o 171 (*estelionato*). Agora estou trabalhando com cartão, cheque, essas coisas. Alguns policiais são uns boçais, não entendem de etiqueta. Lembro que quando fui presa uma vez tinha muito ouro comigo, uns 3 quilos. Sabe o que o delegado Elson Campello (*posteriormente afastado por envolvimento com o crime organizado*) me disse? Que ia botar tudo num liquidificador! Na Polinter pediram 100.000 cruzeiros para me transferir para o Talavera. Lá se paga por tudo: por um telefone, aluguel de cubículo individual, banho de sol, comida. Eu até tinha os 100.000 mas não pago para travessia, ponto. Tenho três filhos. Os dois menores pensam que estou em Pernambuco visitando a família. Quando estou solta, eles estranham: ‘Mãe, você gasta muito...’. Minha filha maior, de 27 anos, é modelo no exterior, casa com alemão. Ele não gosta de vir ao Brasil, tem medo de sequestro. Eu mesma não aprovo. Também não sei roubar, tenho medo. Em supermercado, se eu tiver uma agulha a mais do que peguei, vou querer pagar. Morreria de vergonha de ser flagrada roubando.”

Marta enfia uma blusa escarlate e volta às suas reminiscências amorosas. “Gosto dessa vida bandida. Não vou mais sair dela. Só quero homem do crime, a gente acostuma. É diferente de amor pacato, desses outros. O atual está no (*presídio*) Hélio Gomes, ainda o amo. Acho que é neurótico – ele me batia muito quando fazíamos amor no parlatório, e depois chorava. É amor bandido. Pena que dou pouca sorte com homens – todos acabam morrendo.” Cigana passou os últimos oito meses escrevendo furiosamente em sua cela, até concluir o manuscrito de *Talavera Bruce, Anos 90, Meus Grandes Amores*, já em mãos de uma editora carioca. Promete.

O repouso de Djanira Metralha

Djanira Suzano Ramos circula pouco no Talavera Bruce. Quem quiser ouvi-la que marque audiência em sua cela número 4, no Pavilhão I, onde se toma o melhor café do pedaço. Somadas todas as suas prisões e excluídas as seis fugas que lhe deram interregnos de liberdade, ela tem 22 anos de cadeia nas costas. Acumula condenações até o ano 2019 por homicídios, assaltos, falsidade ideológica, tráfico. “A vida é um jogo: quando você perde nas cartas, aceite que perdeu e vá em frente. Matei muito bandido. Estuprador não perdoou. Roubar operário é que não pode e PM também não mato porque, no fundo, é trabalhador. Fui condenada a mais de 200 anos mas acabaram reduzindo a 36 anos e seis meses. Entrei pela primeira vez aos 19 anos, em 1975, como assaltante a banco. Eu era loura, bonita, usava lente de contato, era alegre.” Hoje tem 49, diabete aguda, uma bala alojada na cabeça e uma muleta encostada atrás da porta para poder amparar seu físico atarracado.

Já teve a sua vida de bandida interpretada por Betty Faria no filme *Lili Carabina a Estrela do Crime*, de 1989, e inspirou o roteiro de *Amor Bandido*, mas acha a ficção pobre, comparada à realidade. “Da primeira vez, tirei (*cumpri*) dois anos e fugi. Da segunda, rodei numa blitz e peguei quatro anos. Na terceira estava de moto, dei de cara com um camburão e acabei levando dois tiros na cabeça. Peguei seis anos e fugi de novo. Na quarta, peguei mais oito anos, fugi, fiquei na rua uns três. Quando fujo não levo ninguém porque se levar não saio. É simples: mulher fala demais, não dá para confiar. Sempre saí pelo portão da frente, em dias de visita, sem aquela confusão de tentar pular muro”, sustenta satisfeita. Quanto pagou, se pagou, e quem a ajudou, não vem ao caso. A cotação de uma fuga no Talavera, no mês de abril, estava em 6.000 reais, contra 50.000 reais em presídios masculinos.

Djanira fala de tudo com a segurança de quem é dona de sua cabeça e vida, mesmo presa. “Sim, tem *pauzeiro* no presídio. Nossos maridos perdem a cabeça com a gente, imagine se um guarda não vai perder e bater... A diretora é boa, o difícil é chegar até ela. Mulher também é respeitada no mundo do crime, com certeza. É só começar a matar que respeitam. Sou roceira de Minas, meu pai escolheu meu primeiro marido e acabei casando sem amor. Larguei o marido, me apaixonei por um bandido e mataram ele. Aí tive de tomar uma posição no crime, não é? Matei eles. Formei quadrilha. E esse coração vermelho na cortina da porta da cela? É do Comando Vermelho, criado para acabar com os assaltos e estupros dentro da cadeia. Uma vez um grupo de presas me convidou para roubar os parentes e amigos das internas, nos dias de visita. Se eu aceitasse estaria com a corda no pescoço porque quem visita é operário, trabalhador, e o Comando não ia perdoar. Resolvi encarar. Peguei uma

arma e ameacei o grupo. Depois entreguei a arma para uma guarda que merecia respeito. E de onde veio a arma? Digamos que apareceu no jardim. No jardim do Talavera crescem coisas surpreendentes”, diz, marota. Acrescenta que os advogados são os maiores ladrões porque pegam o nosso dinheiro e não vão presos. “Quando rodei em 1975 dei o dinheiro de três assaltos a banco ao doutor Adalberto para ele me tirar em 22 dias. Da vez seguinte, paguei com 500.000 cruzados, oitenta calculadoras, muitas joias e um Fafá de Belém (*táxi novo*). Ele sumiu. O que aconteceu com ele? Morreu. Advogado a gente mata um por dia.”

Djanira tem algum plano para o futuro? “Não quero mais fugir. Quando sair daqui estou encaminhada – tenho um prédio, duas casas alugadas, um sítio. Compró um carrinho. Me arrumar para sair em foto? Não, só vou me vestir em grande estilo quando for para sair da cadeia.”

Mulher gosta de chá. Cela não tem fogão. Solução: a “perereca”

Como fabricar uma perereca: abre-se duas pilhas, desmonta-se dois pregadores de roupa, pega-se um pedaço de fio elétrico, um barbante ou cadarço, sal, uma bacia de plástico com água e um vasilhame menor.

Modo de preparar: usar as folhas de chumbo das pilhas para encapar os polos do fio elétrico. Usar as hastes dos pregadores para manter separados os dois polos. Amarrar o conjunto com barbante, ligar os fios à fiação da cela. Imergir a perereca na bacia. Adicionar sal, para acelerar a fervura. Colocar a combuca menos com água limpa na bacia, em banho-maria. Quando ferver, colocar o saquinho de chá. Leva 25 minutos.

O difícil pêndulo de ser agente

Assim como estelionatária não gosta de ladra, ré primária se acha melhor do que reincidente, e matadora despreza menina de rua, do outro lado do balcão as divisões também são fundas. Guarda veterana torce o nariz para novata, universitária desconsidera a de formação primária, e pauzeiros desconfiam de tudo e de todos. A miúda Débora Albernaz, de 30 anos, é osso duro. Poucos meses após chegar ao Talavera, fez saber a dois grandalhões do SOE (os Zorro do Serviço de Operações Externas) que os processaria caso não retirassem por escrito uma historietta aparentemente banal inventada a seu respeito – a de que fora vista sentada no colo de um PM por ocasião do transporte de uma presa. “A cultura do deixa pra lá não é a minha, ponto.” Não é propriamente o melhor caminho para se tornar popular dentro do Comando Azul – nome genérico dado aos guardas, em contraponto ao Comando Vermelho, dos presos. “Não tenho medo de preso, pois dele já sei o que esperar. No fundo, ele não quer regalia. Ele quer coerência e justiça. Tenho muita precaução, sim, com meus colegas e com parte da administração, pois não gosto de injustiças e vejo muitas. Tem guarda que faz coisas que nem internas fazem.”

Débora é exceção por se deixar fotografar e permitir que suas críticas lhe sejam atribuídas. Tem orgulho da profissão. Não está sozinha. “Chego a me emocionar quando encontro colegas que apesar das pressões não esqueceram do que aprendemos na Escola de Formação Penitenciária: respeitar o interno para ser respeitado e não se envolver com ele. O grande problema é que não temos plano de carreira. O formado, com boa conduta ética, não tem muita saída. Tenho duas pós-graduações, 31 cursos de extensão, sei que tenho postura ética, gosto de trabalhar com presos, mas sempre me dizem que eu não deveria estar aqui.”

Formada em direito pela Faculdade Gama Filho, morando em Jacarepaguá, ganhando quatro salários mínimos e estagiando na OAB nos dias de folga, Débora defende a linha mestra em vigor no Talavera: “Com essa diretora a gente não pode dar pau. Sua orientação é clara: que se trate da presa com urbanidade, sem massacrar”. Mas e as denúncias de maus-tratos de algumas presas? O agente Sérgio não bate? “Bate”, atestam três colegas, que pedem anonimato. “Há inspetoras que gostam de tê-lo em sua equipe, pois ele resolve qualquer crise, na marra.” Também confirmam pequenas maracutaias da categoria. “Sim, tem agente que vende carteira falsa de polícia por 16 reais.” Para presas? Não, para guardas mesmo. Na carteira adulterada, a palavra Justiça, que identifica agentes de segurança penitenciária, é substituída por polícia. No imaginário nacional, quem tem carteirinha de policial provavelmente está armado e pode mais coisas do que se fosse do Judiciário. Como, por exemplo, cavar desconto em lojas, entrar sem pagar em cinemas, boates e shows, não fazer fila em

pizzaria. Mundo de transgressões baratas para uma categoria em busca de identidade. Notícia boa para quem está preso e para quem não está: no Talavera Bruce, o time das Débora prevalece sobre o time adversário. Por enquanto.

O batalhão das gringas

Duas loirinhas vieram da Holanda. A de traços indígenas, cujo marido francês cumpre pena nos Estados Unidos, nasceu na Colômbia. A bonita, de olhos de amêndoa, chegou da Bolívia. Também tem o grupelho das africanas e o contingente maior, de argentinas. Americana, só uma. Com dupla nacionalidade, também – é a jovem grávida de seis meses, portadora do vírus da Aids. São as chamadas gringas do Talavera Bruce. Todas, ou 99% delas, condenadas por tráfico de drogas. Foram atraídas pela oferta de ganhar de 1.500 a 15.000 dólares em cada viagem internacional. Algumas, como Mamma, a colossal matriarca nascida num vilarejo de Gana e interceptada no Aeroporto do Galeão com 2 quilos na mala, jamais viram a cor do Brasil livre. Nem dos advogados da turma que lhe prometem fundos e mundos. “Eles são empresários, eu sou mula, então cada um no seu lugar.” Não fala uma palavra em português, mas fez uma amizade eterna no pátio da galeria E, reservada para idosas e doentes: uma mangueira igualmente colossal, ao pé da qual arma diariamente seu caixote e permanece sentada de manhã à noite. Fundiu-se à árvore. Como boa muçulmana, desloca seus mais de 100 quilos quatro vezes ao dia para orar, voltada para a cidade sagrada de Meca, na Arábia Saudita.

“Mamma, hoje tem bucho”, anuncia a presa brasileira que zela pelas detentas mais idosas. “Boooch!”, resigna-se Mamma, condenada a quatro anos de comida prisional. Vez por outra, disputa uma manga caída no pátio com Dona Ivete (120 quilos), mais chegada a um candomblé. E troca cumprimentos com as três senhoras argentinas (60, 64 e 71 anos de idade) sentadas em roda, que fazem crochê, conversam e brincam com gatos no mesmo pátio. São todas traficantes. E*, a mais idosa e franzina, cabeça totalmente branca, usa saia de petit-pois, sapato ortopédico e óculos. É a mais arguta e mordaz. Seu marido está vivo? “Tão vivo que me abandonou vinte anos atrás.” Detesta a nora, a quem atribui sua prisão e condenação a treze anos.

As estrangeiras mais jovens moram no Pavilhão I. Têm em comum a assiduidade nos estudos, a disciplina e um grau médio de instrução mais elevado do que o das brasileiras. “Fico um pouco tonta com tanta história de paixão e amor, mas imagino que se uma brasileira pousasse numa prisão argentina também teria estranhezas culturais”, observa a grávida Maria Laura Cordoves, que trabalha na biblioteca do Talavera Bruce. Ao ser presa, era dependente pesada de heroína. Hoje, apesar de portadora do vírus HIV, parece mais saudável do que em fotos antigas. Está limpa. Seu marido, de 29 anos, também preso, está um trapo. Ele já perdeu todos os dentes, não está normal, tem a cabeça cheia de hematomas. “Meu sogro paga em média 500 reais com suas dívidas de tóxico na prisão. Pede seguro quando não paga, mas depois apanha porque pediu seguro.” É um ciclo infernal. Maria Laura está convencida de que a prisão não ressocializa ninguém. É uma perda de dinheiro e de tempo para o governo. A solução? Haver trabalho para todas, qualquer trabalho.

Na periferia da ação

O pintor de paredes Roberto da Cunha é um marido raro. Cabelos desgrenhados e calça atada por um cordão, passou quatro meses morando na Praça da República, em São Paulo, por falta de teto. Mas jamais abandonou sua companheira presa há um ano no 12º Distrito da capital. “Abandonar ela eu não posso. A gente se gosta. Ela foi condenada a dois anos e três meses por furto. Foi no Mappin, da Praça Ramos de Azevedo. Roubou peça íntima, cinco sutiãs. Sempre que posso, levo uma fruta, um cigarro, sabonete.” Roberto é o único marido que comparece regularmente à Rua Tabatinguera, sede da Assessoria Jurídica Judicial de São Paulo, onde uma equipe de quase vinte advogados (além de outros vinte estagiários) acompanha os cerca de 6.000 presos sem advogado particular espalhados nos 103 distritos policiais paulistanos. É um serviço público que faria inveja às internas do Talavera Bruce, e está sob o comando de uma procuradora de apenas 24 anos, Monica Mayumi Eguchi. Além de Monica, **Veja** ouviu várias autoridades sobre diferenças entre o universo prisional feminino e masculino. Um resumo:

– Mulher recebe três vezes menos visita de parentes do que o homem. Seu companheiro também é o primeiro a sumir, após poucos meses. Fidelidade como a do pintor de paredes Roberto se conta nos dedos, Brasil afora.

– Em cadeia de homem, o alcaguete morre. Simplesmente aparece morto de manhã. Em cadeia de mulher, não. Em geral a direção fica sabendo de qualquer plano dois dias antes. “Mulher fala muito.”

– O homem consegue abstrair a questão judicial das circunstâncias. A mulher não. Ela centraliza todos os seus problemas no interlocutor, seja ele advogado ou assistente social, e passa a culpá-lo pela sua situação.

– Quando suspeita traição, a mulher tenta matar a amante, ou o que pensa ser a amante do marido, enquanto o homem tenta matar sua própria mulher.

– Mais homens têm advogado particular do que mulheres, exceto quando a criminosa é da elite do crime (assaltante de banco, quadrilha, estelionato).

– Mulher é mais revoltada com sua condição de presa, não assume a culpa, atribui seus pecados a um envolvimento emocional com o parceiro.

– Mulher é mais reclamona, se queixa de tudo, sobretudo da saúde.

– Os círculos familiares e sociais do homem o aceitam melhor quando ele sai da prisão. A mulher permanece mais estigmatizada.

– O homem cita razões familiares para fugir – quer ver os de casa. Mulher cita razões familiares para não tentar a fuga – não quer submeter os filhos a mais confusão.

– Nos últimos vinte anos, o crime que mais mudou o perfil da mulher presa no Talavera foi o sequestro. Aumentou em quase 1.300%. Ao mesmo tempo, é o crime em que a mulher tem papel mais subalterno: cozinhar, vigiar, cuidar da vítima. Outros dados do TB:

Crime	1976 (em %)	1995 (em %)	Evolução (em 5)
Sequestro	0,6	9,0	+ 1.293
Tráfico de drogas	22,6	44,1	+ 95
Assalto	20,0	25,3	+ 26,4
Homicídio	9,7	5,1	- 47,7
Furto	38,1	11,0	- 71,2

Lucimeire, a pária condenada por todas

“Prefiro não saber o que cada uma fez. Afeta o tratamento. Você começa a discriminar”, diagnostica a agente Fátima Luiz, psicóloga formada. As presas, pelo contrário, querem saber tudo e os julgamentos são radicais. Na hierarquia do crime, o mais admirado é o estelionato. Talvez por ser praticado essencialmente por mulheres brancas, de boa aparência e bom nível de instrução. São as mais articuladas do Talavera Bruce. Assalto a banco também impressiona por ser considerado coisa de macho. No outro extremo da escala, condenada, está a estupradora. Para ela não há clemência, seja comprovadamente culpada ou não. Vira leprosa. A miúda Lucimeire Ferreira, natural de João Pessoa, não sabe a idade que tem – “é 29 ou 30”. Era caseira em Teresópolis quando o ex-companheiro estuprou sua filha de 4 anos. Pegou dez anos por cumplicidade, cumpriu três no “hospital de maluco” (sanatório). “No distrito, três mulheres arrancaram meus dentes. Aqui me chutam na vagina. Me batem toda semana. Outra queimou minha roupa de cama porque não quero fazer pederastia. É muito imundo, aqui. Meu pai é paralítico e usa fralda. Meus três filhos estão em orfanato. Tenho advogado – é da Assembleia de Deus.”

Mulheres em marcha

Brasil afora e de sacola na mão, a teia feminina de vendas cara a cara forma um exército maior que o Exército

Pará, *Veja*, 6 de março de 1996

Quanto três escoceses letrados tiveram a ideia de publicar a *Encyclopedia Britanica*, 228 anos atrás, o verbete Mulher foi particularmente sumário: fêmea do homem. A enciclopédia cresceu, virou empresa, e como empresa reinventou a arte de vender de porta em porta. Hoje, os 32 volumes da *Britânica* já trafegam pela Internet e o verbete Mulher inchou para 126 subdivisões tamanho mamute. Foi a meio desse caminho, mais precisamente há 110 anos, que a rota da mulher cruzou com a das vendas diretas. Uma pessoa a se confundir com a outra a partir de 1886, quando um caixeiro-viajante dos Estados Unidos, David McConnell, vendedor de livros e de enciclopédias, teve uma ideia singular: para aumentar sua freguesia, começou a presentear clientes do sexo feminino com um perfume baratinho. O mimo foi um sucesso, a ponto de McConnell desistir de vender literatura. Abriu uma fabriquetinha de perfumes em Suffern, Estado de Nova York, e convidou uma dona de casa de aspecto vitoriano, Florence Albee, para revendê-los. Naquela época, 34 anos antes de a mulher adquirir direito de voto nos Estados Unidos, damas honradas ficavam em casa e recebiam visitas. A senhora Albee, com uma maleta cheia de ofertas na mão, ia bater em suas portas. Assim nasceu a Avon, a maior fabricante de cosméticos do mundo – o nome foi uma homenagem do fundador, o ex-livreiro McConnell, à cidade natal de Shakespeare.

Assim, também, se teceu o maior empreendimento sustentado por mulheres de que se tem notícia. Com faturamento mundial de 7,5 bilhões de dólares, a Avon tem uma rede tentacular de 1,9 milhão de vendedoras autônomas – o equivalente a uma Porto Alegre e meia – marchando em 120 países. Só no Brasil elas são 450.000 e devem chegar a 480.000 em 1996, bem mais que o dobro do efetivo do Exército brasileiro e cinco vezes mais que o de funcionários do Banco do Brasil. Os Correios, com 78.000 funcionários, parecem até acanhados diante dessas andarilhas. Miss Albee todas conhecem: virou uma série de cobiçadíssimas estatuetas de porcelana, presenteadas anualmente às campeãs de venda de cada setor. Sobretudo nas regiões onde uma colônia pode valer 10 quilos de farinha, a estatueta é cultuada como troféu na prateleira mais nobre da sala. Às vezes junto ao diploma de 1º grau, emoldurado, ou da foto colorizada de algum filho morto.

Na semana em que se comemora o Dia Internacional da Mulher, **Veja** retrata essa teia feminina num pedaço do Brasil onde as vendas não se fazem em escritórios e fábricas, mas a pé ou de bicicleta, de canoa ou búfalo, comendo poeira ou barganhando em currutelas de garimpos. A teia não se alimenta só de cosméticos nem a Avon reina sozinha. Coabitam na sacola das caixeiros-viajantes marcas de sonoridade estrangeira como Christian Gray, Pierre Alexander, Linete, Claude Bergère. Roupas para revenda, compradas em Fortaleza, no Paraná ou no Paraguai completam a cesta básica da mulher do Norte que decidiu sair, sozinha, do buraco de sua vida. Nas páginas a seguir, uma amostra desse Brasil caboclo onde também se garimpam beleza e autoestima.

Gastando sola com batons

Com negócios miúdos e garra de formiga, a mulher cabocla deixa sua marca de grandeza na Amazônia

Nelma Cristina, de 12 anos, está sentada na primeira fila do auditório improvisado numa lanchonete de Barcarena, cidade às margens do Rio Acari, no Pará. O sapato cor de melancia com saltinho menina-moça conseguiu chegar sem respingo de lama. E o vestido de algodão branco também aguentou bem a travessia da Ilha das Onças. Nelma ainda não usa cosméticos – “Estragam a pele”, explica -, mas veio entregar seu pedido contendo 26 itens para revenda. Assinalou corretamente o cipoal de códigos e números do formulário padrão. Aluna da 4ª série, é a mais jovem daquele grupo de quarenta pessoas que se vestem com asseio domingueiro para reuniões como aquela. Vieram pisando chão de terra batida ou navegando águas enlameadas pelas chuvas. Também vieram pedalando ou montadas em caminhões. Nos dois extremos da escala social, veem-se alguns pés descalços e dois pares de tênis Pony. O resto são variações em chinelos de dedo e sandálias pesadas. O calor é pegajoso, o ar cola na pele. Na última fila, meio constrangido, está o pescador Mário Gomes, que veio a pé no lugar da mulher – naquela manhã ela não podia faltar à aula de magistério. Há novatas como Maria, de feições índias e esmalte nacarado, destruído pelo trabalho. E sempre haverá veteranas como Jovina, há dezessete anos vendendo a mesma marca, que já se considera parte de uma dinastia: avó, mãe e filha são sacoleiras da beleza. Feições e idade podem variar, mas a cada vinte dias o ritual se repete Brasil afora: uma coordenadora da empresa recolhe os pedidos feitos e distribui a esperada listagem de preços e ofertas da campanha seguinte. Todo mundo tem o tempo contado, mas há espaço

para sorteios de brindes, conselhos sobre como evitar calote, brincadeiras, menção às aniversariantes do mês. Entre uma reunião e outra, milhares de caixas de papelão contendo cada pedido saem do centro de distribuição em São Paulo e conseguem fazer o caminho inverso até a soldadesca. Trata-se de uma operação portentosa, em cuja base estão cerca de 13 milhões de clientes. Elas podem ser outras, a cada campanha, dependendo do desempenho de cada Nelma Cristina. Essas andarilhas não têm vínculo algum com a empresa. Se pararem de trabalhar, mesmo após 35 anos de vendas, não têm respaldo algum. Por filosofia, a Avon não acredita que uma pessoa que não seja autônoma possa crescer.

Na peça *A morte do Caixeiro-Viajante*, o dramaturgo americano Arthur Miller retratou o lado amargo do sonho. Narrou com crueza a história banal de Willy Loman, o personagem que morre aos 63 anos, sob o peso de 36 anos de viagens e suas inseparáveis duas malas. Sempre ausente quando mulher e filhos mais precisavam dele, Loman vai-se acabando a cada viagem, a cada confronto com o fracasso. Sai de cena sem ter construído nada, nem sequer vida própria. “Para um caixeiro-viajante não há terra firme, na vida. Ele é um homem solto no espaço, cavalgando num sorriso e num sapato engraxado. Quando o freguês não devolve o sorriso... é um terremoto. E, quando surgem algumas manchas no chapéu, está liquidado. É uma profissão feita de sonhos, que vêm junto com o território a cobrir”, diz um dos personagens.

Além de soar antiquado na era do marketing direto, o termo “caixeiro-viajante” foi adquirindo conotação pejorativa. Mas, quando vem declinado no feminino e rebatizado de “revendedora”, o ofício parece estar mais vibrante do que nunca. Sobretudo quando o que se vende são cosméticos e o que se compra é autoestima. Ou vice-versa: para boa parte das mulheres, a mera decisão de pegar numa sacola e sentir a temperatura fora de casa já é uma travessia e tanto. Frequentemente, elas não retornam ao casulo anterior. Elizabeth da Costa Busby que o diga. Com sua voz de barítono e histamina de animador de Club Méditerranée⁹², passa a vida montando reuniões como a de Barcarena. Na qualidade de promotora da empresa – são 500 em todo o Brasil –, é paga para manter ativas, e se possível multiplicar, as 1.100 revendedoras sob seu controle. Está com 55 anos de idade e a certeza de que não pode falhar. Basta a traulitada⁹³ que levou da vida quando ainda era madame e andava de Galaxie em Belém. “Um dia cheguei em casa e encontrei um bilhete do meu marido informando que tinha ido embora com a secretária.” Como diz o poeta Vinicius de Moraes, deixou-lhe “três lindas criancinhas” para criar. O resto da história chega a ser banal, por frequente. Beth fez as malas e bandeou-se primeiro para o sul de Goiás, onde estreou como promotora de vendas. Depois arriscou a vaga aberta no Amazonas, que incluía toda a região do Jari. Anexou Breves e a Ilha de Marajó e foi-se expandindo. Os dois filhos estão casados e formados. A filha é uma das mais cobiçadas engenheiras químicas da Petrobras. “Jurei que não morreria sem dar uma surra no meu ex-marido. Mas já desisti – ele sofreu um acidente de carro tão brabo que, como se diz aqui, está só o endereço.”

No Brasil, a evolução desse filão de atividade feminina se confunde com a História do próprio país. Até o início dos anos 80, quando apenas 15% das brasileiras trabalhavam fora – hoje são quase 40%, na área urbana –, era a classe média, ainda não murada em edifícios e condomínios. Era a época do celebrado jingle publicitário *Din, don, a Avon chama*. “E o marido reclama...”, completa uma das veteranas. A gaúcha Ercy Carvalho Costa, mãe da cantora Elis Regina⁹⁴, hoje com 74 anos, guarda boas lembranças de seus tempos de revendedora em Passo da Areia⁹⁵. “Foi um período gostosíssimo de minha vida, fiz muitas amizades e ainda ganhei dinheiro. Eu estava com uns 50 anos de idade, tinha tempo e até então vivia fechada em casa, pois meu marido viajava muito.” Para a octogenária mineira Alice Meyer, há 36 anos de sacola na mão, no bairro de São Cristóvão, a vida de revendedora começou com a viuvez: tinha cinco filhos para criar, uma casa para terminar de construir, uma pensão de um salário mínimo do marido e uma aposentadoria um pouco maior. De batom em batom ela foi poupando e abrindo horizontes. Foi conhecer as capitais do Nordeste, Norte e Sul do Brasil. Andou de avião pela primeira vez aos 78 anos para ver o encontro das águas dos rios Negro e Solimões. Hoje, aos 87, planeja uma excursão a Fátima e Assis, em Portugal. Viciada no prazer de vender e fazer

⁹² Também chamado Club Med, empresa francesa do setor de turismo, que presta serviços de hotelaria e lazer.

⁹³ Segundo o dicionário Michaelis, “pancada”, “bordoada”.

⁹⁴ Que falecera em 1982, quatorze anos antes da realização desta reportagem.

⁹⁵ Ou Passo d'Areia, bairro da zona norte da capital Porto Alegre (RS).

amigos, certamente levará alguns folhetos de ofertas na viagem, pois nunca se sabe. Ao contrário do melancólico Willy Loman de Arthur Miller, a sua vida é um triunfo.

Quando empunhada por mulheres cuja vida pessoal, econômica ou afetiva descarrilou, a sacola parece valer o dobro. “Quem vem por necessidade consegue mais”, ensina uma profissional do ramo. “Você pode apostar todas as fichas na mulher abandonada pelo marido que se candidata movida pelo sonho de um dia poder juntar sob um mesmo teto os filhos espalhados aqui e ali. Essa não larga o osso até conseguir.” E não é só na ponta cabocla do Brasil que a receita funciona. A hoje senadora gaúcha Emilia Fernandes era uma jovem recém-casada de 20 anos quando teve a casa em Santana do Livramento zerada por um incêndio. Calçou sapatilha baixa, encheu a sacola de produtos Christian Gray e cruzou várias vezes a fronteira seca com o Uruguai. O filho de 1 ano ficava com a avó. Chegou a ter 200 clientes e garantiu metade da renda familiar. Saiu do buraco. A psicanalista carioca Helena Besserman Vianna também. A presença de Helena nesse elenco de caixeiras-viajantes surpreende. Ela já notabilizou como a admirável mulher que abalou a comunidade psicanalítica nacional denunciando o colega de profissão Amilcar Lobo como torturador de presos políticos na época da ditadura. Para os jovens, Helena tem mais peso como a sortuda mãe do humorista Bussunda⁹⁶. O golpe militar de 1964 pegou-a em cheio, aos 32 anos e com três filhos para criar. De um dia para o outro, perdeu os dois empregos e ficou 48 horas presa. “Ao sair, tirei dos dedos os anéis de formanda em medicina e, como boa filha de imigrante judeu, fui me arranjar. Preenchi um formulário da Avon e comecei a percorrer diariamente os apartamentos da Rua Barata Ribeiro, em Copacabana. Mas do Posto 5 em diante eu não ia – tinha uma certa vergonha de encontrar conhecidos. Escondia meu bate-pernas um pouco da família, também. Fui vendedora durante quase um ano e ganhei muito mais dinheiro do que teria ganho como médica. Meu forte eram apartamentos de dois quartos de classe média, pois lá patroas e empregadas se interessavam pelos mesmos produtos. Às vezes, eu tocava a campainha dos fundos, outras vezes a da frente. O segredo era não misturar. Mesmo sem ainda estar formada em psicologia, descobri rápido que, se a empregada comprasse um produto, era prudente nem tentar a patroa. Dei tão certo que acabei ganhando um prêmio de melhor vendedora do pedaço: uma sacola de plástico, daquelas que se usavam em avião, cheia de produtos da empresa. Lembro que foi uma festa, era como se tivessem me dado uma joia. Ainda tenho um removedor de cutícula da época”, avisa, com bom humor.

Mas é no Norte do Brasil, onde as oportunidades de trabalho para a mulher são as mais escassas e o grau de instrução das chefes de domicílio é aterrador – 50% de analfabetismo no Estado do Tocantins –, que o potencial de vendas adquire todo o seu poder de sonho. Vendedora e compradora têm a mesma pele maltratada, os mesmos dilemas, reconhecem-se uma na outra. Quando a piauiense Maria do Carmo Gomes abotoa o vestido florido e rodado, calça a sandália reluzente e amarra o cabelo num atrevido rabo-de-cavalo para ir à luta nas ruas decadentes de Itaituba, no Baixo Amazonas, sabe que só encontrará lamentos. A antiga meca de garimpeiros, que hoje mais parece cenário de filme com Clint Eastwood, está de crista baixa. Ela também deveria estar. Acompanhou a construção da hidrelétrica de Tucuruí durante doze anos, mas continua sem rede de eletricidade na casinha de madeira da Quarta Travessa, onde mora com os quatro filhos. “De vez em quando vejo o presidente⁹⁷ falando na televisão e presto atenção. Ele fala, fala e fala um monte de coisas que nunca chegam aqui. Vai ver que interessam às gentes em São Paulo. Quando acho que ele vai falar sobre asfalto na Transamazônica, pronto, ele vai embora.” Com 37 anos de idade, o marido de Maria do Carmo bebe, está desempregado e com a vida à deriva. Ela não. Seus planos têm a vastidão da Amazônia. “Quero comprar uns gados, a 200 ou 350 reais a cabeça, e bora na *colônia* onde mora minha família. Um dia, ainda vou ter talão de cheques, pode escrever.” Semanas atrás começou o dia pedalando até uma freguesa antiga e conseguiu vender uma colônia de meio litro por 10 reais e um batom por 5. “Ele fica 24 horas nos lábios. Pode tomar bastante refrigerante que o batom não sai.” Sua freguesa seguinte é Lúcia, paninho negro alfinetado na lapela: sinal de luto, pelo assassinato do filho eletricitista de 23 anos. Ele fora fazer uma cobrança de 480 reais ao comerciante mais próspero da cidade e amanheceu com o pescoço fora do tronco. A mãe chora, Maria do Carmo cala. Decide que não vai mais tratar-se com o médico que deu o atestado de óbito falso e consegue vender mais um

⁹⁶ Humorista Cláudio Besserman Vianna, do extinto programa *Casseta & Planeta*, falecido em 2006. Helena falecera dois anos antes, aos 70 anos.

⁹⁷ Fernando Henrique Cardoso (1996-2003).

batom. O que não espanta, dado que nesse exato momento uma em cada três brasileiras está usando um batom dessa marca, segundo dados da indústria. “Quando vendi minha primeira caixa, todinha, tive a maior alegria de minha vida. Nem que venda muito, nunca vou ter felicidade igual àquela.” A Transamazônica, nas proximidades de Itaituba, tem relevo de montanha-russa. Ora está enlameada, ora empoeirada. Quando ai visitar os parentes na *colônia*, Maria do Carmo prefere pegar carona em alguma camionete D-20 – 1 real a carona – e depois encara uns 5 quilômetros de marcha, em picada, para dentro do mato. Não poupa os matutos a bordo das vantagens de seus produtos. “Se é pra tirar a catinga dos macacos, fico com essa colônia cor-de-rosa”, decide um deles.

O garimpeiro, quando compra perfume, prefere fragrâncias de mulher. “É para lembrar o cheiro delas. Coisas da saudade”, explica um funcionário da Sucam⁹⁸. Também se arriscam como revendedores (2% do total), embora desistam do bate-perna tão logo consigam um emprego mais tradicional. Para José Oliveira da Silva, carpinteiro desempregado na região de Soure (população: 17.000 habitantes), na Ilha de Marajó, a decisão mais difícil está tomada. “É homem com homem, é mais certo assim. Não vou vender coisas para o trato das partes para mulher”, diz, ao assinar a ficha de inscrição de revendedor. Tem RG e endereço, ainda que vago – Sétima rua, sem número, perto do Bar Encontro –, requisitos mínimos para a ficha ser feita. Mas fica perplexo diante da variedade de tonalidades. De qualquer forma, vai tentar. Seu vizinho de reunião é outro José, funcionário público e vendedor já tarimbado. “A prefeitura de Soure não paga nenhum salário há três meses. Mas, como sou da Câmara de Vereadores, continuamos recebendo”, explica, revelando que Soure e Brasília não são tão diferentes assim. Poucas semanas atrás, quando o jornal *O Liberal*, de Belém, publicou uma oferta de emprego para promotora da Avon, um dos respondentes acabou enviando um apelo, junto com seu currículo. “Já fui vendedor de ouro e roupas. Trabalhei com vendas de livro, em casa de vinho, e sou fotógrafo profissional. Assim como as mulheres estão cada vez mais ocupando os espaços dos homens, creio que a recíproca também deva ser verdadeira.” A ver. A Avon, pelo menos, só aboliu de vez a proibição do uso de calça comprida no Norte um ano atrás, para alívio das revendedoras navegantes e de viajantes de estradas da pesada. A restrição era, em parte, herança da década de 60, quando o brasileiro via a promotora como alguém que poderia desencaminhar a sua esposa. “Isso criava um antagonismo desgraçados”, relembra o atual presidente da empresa para a América do Sul, Ademar Serodio. “Então criamos toda uma postura para as nossas mulheres. Recrutávamos, sempre que possível, dentro do universo das professoras, por serem pessoas estimadas no bairro.” Na Bahia, foi o próprio Serodio quem vetou o uso da calça comprida nos anos 70, e a história passou a fazer parte do anedotário da casa. “Eu me considero um cara libera, não uso paletó. Mas, numa reunião que convoquei em Salvador, duas ou três moças se apresentaram com calças saint-tropez – aquelas bem apertadas que deixam o umbigo de fora. Ora, sou um cara normal, foi um sufoco. De modo geral, recomendamos roupas discretas. Bermuda até poderia vir a ser considerada, mas, se for aquele shortinho curto que as cariocas usam para andar de bicicleta, não é bermuda.”

Franjinha de índia, sangue de avô sírio nas veias e covinhas que lhe dão um ar maroto, a maranhense Graça Cury Bedran Lima, nascida em Coroatá, só pede pelo amor de Deus que não a convidem para conhecer as belezas do Pantanal. “Em matéria de bicho e mato, já basta o meu dia a dia.” Das propriedades regeneradores do guaraná – aquele do Amazonas, puro e ralado em casa – também quer distância, desde que tomou uma overdose visitando onze vendedoras num mesmo dia. Vomitou como nunca. Jura que “nem em garrafa o guaraná me pega mais”. De Oriximiná a Letícia, na fronteira com a Colômbia, de Parintins a Benjamin Constant, na divisa com o Peru, Graça esquadrinha o Norte há vinte anos, primeiro como promotora da Avon (responsável por uma média de 1.000 revendedoras) e, hoje, como gerente de vendas (responsável por uma equipe de dezenove promotoras que controlam mais de 20.000 vendedoras da região). O quinhão de Brasil que lhe cabe é um dos menos acessíveis – pela topografia, clima, imensidão e densidade demográfica de apenas 2,7 habitantes por quilômetro quadrado – e, portanto, inóspito para vendas cara a cara. São quatro Estados (Pará, Amazonas, Roraima, Amapá), 213 municípios e dez garimpos, que, somados, dão uma área equivalente à da Índia. Só o município de Oriximiná, por exemplo, situado a oito horas de barco de Santarém, já é maior do que a Áustria inteira. “Já estou de olho na Guiana Francesa...”, pensa alto a maranhense de Coroatá.

⁹⁸ Extinta Superintendência de Campanhas de Saúde Pública, que atuou no controle de endemias no País de 1970 a 1990.

Aos 48 anos, Graça trabalha como uma condenada – cinco ou seis dias da semana “vendo bicho e mato”, só um ou dois com as três filhas e o marido, em Belém. Nem sequer *bamburrou*, como se diz na gíria dos garimpos. Ou seja, não fez fortuna relâmpago. Mas fez fama. “Por aqui, sou mais conhecida do que farinha na feira”, diz, referindo-se não às entrevistas que já deu à CNN e à BBC, mas ao que realmente conta para o seu dia a dia: algum barqueiro conhecido que a espera, um motorista de ônibus de estrada que a acorda no quilômetro certo, um piloto de monomotor jurando-lhe garantia de vida ou um agente de hotel metido a besta com quem brigar. Sobretudo, sempre surge um caboclo ribeirinho, do nada, em pleno breu da noite amazônica, para ajudá-la com caixas que vão e caixas que vêm. Para todos, ela é dona “Graça da Avon”, designação mais completa do que nome e sobrenome. Quando convocada para reuniões de planejamento estratégico na sede da empresa, em São Paulo, apresenta-se de *tailleur*, salto 6, oito anéis nos dedos e uma mala de reivindicações do seu mulherio. “Como é que vocês me mandam jogo de cama de matelassê e chuveiro elétrico, a título de incentivo de vendas, se o meu Brasil dorme em rede e toma banho de caneca? Está na hora de São Paulo se atualizar!”

Em contrapartida, quando sai a campo no Norte, o “kit viagem” é outro. Para começar, um surrado salva-vidas de fabricação americana, para encarar dez, vinte, até 36 horas de viagens fluviais – Graça não sabe nadar. Também leva um ferro de passar portátil, pois acha um absurdo pagar 25 reais para ter uma blusa passada num garimpo. O telefone celular ajuda a monitorar a vida doméstica – alguém se lembrou de dar comida ao “Jimmy” (o cachorro)? Qual foi a redação do vestibular de Priscila, a caçula? O conserto do Monza ficou pronto? Não dá um passo, é claro, sem a segunda pele de todo nortista: a rede. É rede para escapar de bicho, rede para armar em quarto de hotel ribeirinho, que não tem cama, rede para navegar feito sardinha rio acima e rio abaixo. Em dias de lotação plena, o barco *Joana D’Arc*, que faz Santarém-Itaituba em dezessete horas, por exemplo, tem todos os 150 ganchos do convés tomados. “Em geral, chego ao barco exausta, armo a rede, me enrolo nela e durmo fundo. Já me aconteceu de acordar no meio da noite com um pessoal do garimpo passando a mão na minha perna. Se você topa, um já passa para a sua rede e aproveita o tempo da viagem.” As histórias fluem como o Rio Tapajós. “Certa vez, na partida de Santarém para Parintins (36 horas de viagem), entrou um cara com pinta de militar bacana, chamou o dono do barco e recomendou que desse especial atenção à sua esposa. Falava como proprietário da madame. O engraçado é que justo ela arrumou três namorados ao longo do trajeto. Toda pronta com um, pegava outro. Um assombro.”

Graça Lima e seu batalhão de vendedores mais humildes são a porção vitoriosa de *Bye Bye Brasil*, o memorável filme rodado pelo cineasta alagoano Cacá Diegues quase duas décadas atrás, que revela a alma do país candango, mambembe e caboclo. No caso, o que mais mudou foram as mulheres. “Nos anos 60, adolescente, eu queria usar minissaia e dançar rock, mas minha mãe jamais deixou. Mais tarde, já noiva, ganhei uma bolsa de estudo para ficar seis meses aprendendo inglês nos Estados Unidos e foi a vez de o meu noivo não deixar. Como eu estava apaixonada, arriei os quatro pneus, caixa de marcha e tudo, e desisti. Não me perdoou até hoje. Nem cortar meu cabelo comprido eu podia. Só depois de casada, já com filhos, fiz licenciatura em pedagogia e administração escolar. E, quando comecei na Avon, o gerente de banco ainda me olhava torto, exigindo assinatura de marido. Hoje, a própria gerente já é mulher.” Graça foi à forra. Suas roupas de executiva tornaram-se justas e curtas, deixando à mostra pernas bem torneadas por anos de vaivém amazônico. Neste Natal, ganhou uma esteira rolante para quando trabalha em casa. Promotora premiadíssima da empresa, ganhou seis viagens ao exterior – daquelas de cartão-postal, com direito a limusine preta, apartamento no hotel Plaza de Nova York, estada no Princess de Acapulco, e outras do mesmo quilate.

A uns 40 quilômetros da casa de Graça, numa área da periferia de Belém que é considerada a maior invasão de terra urbana da América Latina, está um casebre outrora pintado de azul. Uma placa manuscrita procura chamar a atenção: Eva Confeções. É quase um pedido de socorro. Eva de Oliveira, nascida no Amazonas de pais nordestinos, trabalha das 5 da manhã às 10 da noite para endireitar a vida. Na época de sua primeira união, tinha carro, telefone, casa própria em Igarapé-Açu e empregada. Era estéril, tinha adotado um menino, mas o marido “saiu” – eufemismo mais frequente para abandono, no Norte. Eva conta o resto com voz áspera e fala rápida, misturando o extraordinário ao banal. Cinco meses atrás, após ter costurado de sol a sol durante dois meses, encheu uma mala com suas confeções e partiu de ônibus para Paragominas, a 300 quilômetros da capital, toda faceira. Numa das vendas – de um vestido de cotton -, a freguesa entregou-lhe rapidamente uma menina de 1 ano e 10 meses, maltratada e sem roupa alguma, a título de pagamento. Saiu sem dizer o nome. Na

casa seguinte, ainda atordoada, teve todo o carregamento de roupas roubado. Retornou para casa com um bebê e um prejuízo de 700 reais. Está pagando seus credores aos poucos, com mais trabalho. Na parede de madeira da sala, entre carretéis e máquinas de costurar, está rabiscado um lembrete, a lápis: “Avon: 1 perfume = 7,80 reais, 17 de fevereiro”. No dia da segunda cobrança, vai pagar. A revendedora entendeu o sufoco. É a teia feminina em marcha.

Mais perto do Equador

Em alguns Brasil, o eixo da vida não se move e não se mede pelos padrões do país global

Patins in-line em cidades fantasmas, o Crá-Crá dos Mamonas Assassinas uivando em postes de som e televisão. Esses parecem ser os três únicos pontos de convergência atuais entre um pedaço do Norte e o resto do Brasil. E, mesmo assim, não é aquela TV que fica ligada o dia inteiro, a rodo. É outro instrumento. Movida a bateria de carro por falta de rede elétrica decente, a televisão costuma ter seu uso racionado pelo caboclo. Não se veem o *Jornal Nacional* e a novela das 8, o que já indica que o mundo do caboclo gira diferente. “O Nordeste é sempre esquecido, mas o Norte nunca é lembrado”, costumava observar um filho pródigo da região. O caboclo, sabidamente, fala pouco. Já notou que costuma não ser entendido pelo brasileiro vindo do Sul. “Veja só”, diz o barqueiro Zacarias, 70 anos de idade e cinquenta de profissão, procurando esgueirar seu *Primeira Benção* caindo aos pedaços por um estreito braço de água do Rio Guamá. “Dia desses eu estava numa canoa de remo e uma boiuna de uns 10 metros me jogou para a beira. Boiuna é cobra que uiva feito boi. Conte a história para um professor de universidade que estuda bicho e ele me garantiu que não existe boiuna desse tamanho. ‘Olha, meu amigo’, eu falei pra ele, ‘o seu estudo deve ser muito bom, mas o senhor não viu. Eu, que não estudei, vi. Sou mais eu’.”

É uma terra em que Ayrton Senna não é lembrado, Betinho é nome de jogador de futebol e dona Ruth Cardoso não existe. Em compensação, encontram-se remanescentes de eleitores de Enéas, o barbudo, e bandidos com alcunha como “Malária”. Segundo pesquisa nacional Gallup feita para o PMDB no final do ano passado, o presidente Fernando Henrique Cardoso lidera, com 9,4%, a lista de políticos mais admirados do país. No Norte, porém, deu traço, muito provavelmente não por oposição. Por indiferença mesmo. De fato, uma das perguntas que provocam mais espanto junto a populações ribeirinhas e caboclos de todas as idades é se conseguem pensar em algum brasileiro que admiram. Nada, branco total. Com exceção de uma menção honrosa ao locutor da TV Globo Cid Moreira – “Ele parece entender a gente”, disse uma vendedora de açaí em Igarapé-Miri, ao sul de Belém – e do ex-presidente Getúlio Vargas, admirado pela diretora de uma escola da periferia da capital. “Acho que foi um homem de fibra, que pensou o Brasil”, lembra Maria Flaviana da Silva, da Dom Alberto Gaudêncio Ramos. Também defende com unhas e dentes o valor cultural do cantor Roberto Carlos. “Entre com ele na minha adolescência e estou na velhice com ele também. Ele é brasileiro de ponta a ponta.”

Sentada imóvel num trapiche à beira do barrento Rio Guamá, na margem exatamente oposta à do campus da Universidade do Pará, Fátima de Souza espera a vida passar. Não tem literalmente nada: nem para fazer nem para esperar. Foi mãe pela primeira vez aos 11 anos de idade e hoje, com 21 e quatro filhos, não tem registro de cidadania de espécie alguma. Nem RG, nem certidão de nascimento, nem título de eleitor. Está desconectada de qualquer vida em sociedade. Não é índia nem selvagem. Pelo contrário, é clara e doce, tem os olhos verdes de algum antepassado holandês e veste farrapos. A família não passa fome, nutrida pelos cachos roxos do açaí (1 tigela = 1.000 calorias e muito ferro). Mas a vastidão da natureza acaba dando àquele pedaço de vida um ar de prisão. Andando dez passos para trás, Fátima dá de cara com a floresta. À sua frente, o trecho mais largo do rio, com a capital engolidora de gente ao fundo. Do lado de seu casebre, repousa, serena, a Escola Municipal Ilha Satélite, da qual o marido esporádico seria o zelador. Encontra-se desativada há mais de um ano, embora conste da listagem da prefeitura como estando em funcionamento. Nem a própria Fátima se conforma com o transtorno de ter de mandar os filhos até Belém, durante a semana, para estudar. Acha que deveriam existir escolas do seu lado do rio. Significativamente, é sua única manifestação de ter algum desejo.

Sem precisar cutucar muito, a questão da educação aflora nas falas femininas mais inesperadas. A favelada Guiomar Barros é casada com Manoel do Carmo há treze filhos. Moravam no interior do Pará, viviam de pesca, mas decidiram bandear-se para uma periferia fétida da capital “por

causa das minhas filhas”. Uma delas, Keyla, de 16 anos, só fala em fazer vestibular, e o casal caboclo mudou de vida para lhe dar essa chance. “Por enquanto sou católico”, adverte seu Manuel assombrado com a crueza da cidade grande.

Mais bem equipada para lidar com desafios, a professora primária Sonia Correia, 31 anos, separada, um filho de 10, não havia recebido seu salário em novembro em tempo de poder pagar os 26 reais exigidos para a inscrição no vestibular. “Mas no próximo ao eu consigo. É meu sonho.” Nenhum sonho de nortista do interior parece incluir uma viagem ao Rio de Janeiro ou a São Paulo nem, como diz o samba, França e Bahia. “O Rio pode ficar lá como está”, desdenha o motorista Luís Carlos Silva, cujo carro tem telefone celular.

Para boa parte dos 50.000 habitantes de Itaituba, no Baixo Amazonas, que revive até hoje as glórias da época dourada dos garimpos do Pará – “Somando-se corrente e medalhão, tinha garimpeiro trazendo 2 quilos de ouro pendurados no pescoço”, diz-se –, não apenas o interesse em conhecer o Sul é escasso como se alimenta alguma hostilidade em relação aos que rumaram para o Norte para conquistar a floresta. Até mesmo o carteiro da cidade, João Batista de Braz, nascido na cidade paulista de Regente Feijó, loiro como um holandês, refere-se a um colega como sendo “da mesma cor que eu”. No caso de Itaituba, o estranho no ninho é o loiro. A morenaça Solange Oliveira, que reina em toda a região interligando fazendeiros e amantes, garimpeiros isolados e familiares do Maranhão, fala por meia cidade. “O pessoal do Sul se acha superior. O mundo acha que somos nós que estamos acabando com a Amazônia, quando as madeireiras mais destruidoras são todas de propriedade de sulistas. Para resolver o problema da Amazônia, é só exterminar todos os paranaenses e paulistas que se estabeleceram aqui. A mata voltaria a ser o que era”, acredita.

Solange é dona de um dos empreendimentos mais promissores da região: uma central de radiotransmissão. Como nem fazendas nem garimpos possuem telefone, a vida de meio mundo acaba passando pelas suas ondas. Abriu sua biboca há quatro anos e hoje tem mais de 45 garimpos ligados a seu serviço. “Precisa ter muito talento para administrar tanta fofoca”, elogia outra empresária de peso da região, a garimpeira Jane Rezende. Numa saleta sufocante, com forro de cetim bordô, opera dois transmissores, de 1.500 e 1.700 reais cada um, das 7 da manhã às 8 da noite, 364 dias do ano. A exceção é a Sexta-Feira da Paixão, quando todos os garimpos suspendem a mineração por um dia. Quais notícias trafegam com mais frequência pelas suas ondas? “Ah, o de sempre: é mulher na cidade pedindo dinheiro para o homem no garimpo e ele respondendo que não tem. Também tem muito namoro, muita sacanagem, e, como não há privacidade, por falta de frequência fixa, vira aquele rolo. O cara corno, por exemplo, todo mundo sabe que é corno. Como existem mais de quarenta garimpos ligados na mesma faixa, sempre tem um que quer se meter na conversa do corno.” Solange se orgulha de já haver recebido chamadas até da Itália e se encanta com os peões que pagam caro para “oferecer uma música de Barrerito”. No mês passado, Solange prestou vestibular para matemática e convidou meio mundo para uma festa de arromba caso passasse. “Sou da Igreja do Sétimo Litro”, brinca. Está de bem com a vida, gosta do que faz e já conseguiu comprar uma casa em Goiânia, além de três linhas de telefone e um jabuti (Fusca). Nenhum de seus equipamentos está segurado, e ela mesma não tem seguro médico. “Maranhense não pode ficar doente, ponto.” Cita outra vantagem considerável de Itaituba: não tem ladrão. “Aqui você pode andar com joia e tudo. Ladrão sabe que, se entrar aqui, a gente mata ele. Não tem problema nenhum.”

Como em toda a região amazônica, há escassas opções de emancipação financeira para a mulher. Com a vida regida pelas chuvas e pelos horários do carapanã, o mosquito transmissor de doenças como a malária, à mulher em busca de autonomia e renda própria restam, basicamente, três caminhos: ser funcionária pública, abrir um pequeno comércio ou tentar o caminho das vendas diretas, ou enveredar pela prostituição. Nem sempre esses caminhos se excluem. Em Itaituba, especificamente, não há sequer cinema e a casa de bingo fechou. O baiano Cristalino, ex-garimpeiro convertido em motorista evangélico, relembra o famoso “Quilômetro 7” da Transamazônica. “Era uma boate da pesada ao lado da outra. Todo dia morria um e ficava outro amarrado para morrer no dia seguinte. Volta e meia se via um policial *apipinado* de bala.” Hoje mal dá para ler o letreiro apagado da Brahmalandia e da Voltei Porque Te Amo.

Até mesmo a foga proprietária da boate Cláudia Drinks, na Rua da Cidade Alta, se junta ao lamento generalizado de falta de fregueses ou de oportunidades. “Amo Itaituba de coração. Eu tinha vinte mulheres e hoje estou com sete. Na época de ouro de uma antiga boate de minha propriedade, na Transamazônica, eu empregava trinta mulheres e funcionávamos 24 horas por dia. Isso aqui é meu

garimpo, é meu marido, e não é fácil jogar tudo fora. Meus filhos (de 19, 17 e 15 anos) conhecem meu empreendimento, conhecem as mulheres que trabalham comigo, e eu tento explicar as coisas. Estão todos criados, todos estudam, e chegou a hora de eu sair e dar a volta por cima. Eu vivi de amor sete anos de minha vida, com meu primeiro marido. Amei, amei e amei, deixei família, estudo, tudo, e ele acabou me abandonando. Meu marido dos doze anos seguintes também foi viver com outra. Nunca desfiz casamento de ninguém e tenho enorme orgulho disso. Aquele homem em quem você pode se apoiar não existe mais. Eles não têm mais garra nem coragem”, conclui, faiscando os olhos de gráua. Nascida em Santarém, Claudia já teve quatro malárias, duas hepatites, perdeu um casal de gêmeos no sétimo mês de gravidez e não se ofende mais quando a chamam de mercenária. “Não deu para seguir o outro lado da vida. Hoje, para mim, o dinheiro fala mais alto mesmo.”

É dessa cidade à deriva, situada às margens do Rio Tapajós e eternamente à espera de dois milagres – o asfaltamento da Transamazônica e a chegada do “Linhão” de energia elétrica de Tucuruí –, que a revendedora de cosméticos Terezinha Rocha quer afastar-se. Esgotou-se a fase da economia de escambo, na qual trocava seus produtos por farinha, arroz, verduras e carne. Esgotou-se, também, a fase de fazer bons negócios nos garimpos, enviando mercadoria para as mulheres de lá através dos peões. Hoje as revendedoras da Avon em Itaituba chegam a quase 220, mas o que garimpeiro mais compra, quando vem à cidade, são medicamentos. “Quero começar do zero, fazendo primeiro três anos de contabilidade e depois vestibular para economia, em Manaus. Para minha filha de 4 anos, desejo ardentemente que tenha mais coragem que a mãe, que possa se formar em alguma profissão.” Terezinha, aos 13 anos de idade, saiu da casa dos pais, que moravam na roça, porque queria estudar em Santarém. Chorou, esperneou e acabou conseguindo ir trabalhar numa casa de família. A formatura era o sonho que não alcançou. “Estou melhor do que a minha mãe, mas ainda não é isso que quero para a minha filha.”

Por mais que a socióloga marroquina Fatima Mernissi, autora de *Sonhos de Transgressão – Minha Vida de Menina num Harém*, lançado há poucas semanas no Brasil, procure demonstrar a teoria de que somente a educação leva a mulher a buscar a sua liberação – Mernissi classifica-a de estereótipo –, o conceito continua firme e forte na cabeça da mulher brasileira que, por falta de ferramentas sociais, parou sua emancipação muito antes de esgotar o processo. “Ter ou não acesso à educação não tem nada a ver com reconhecer os mecanismos de opressão e as chances de libertação”, sustenta a autora em entrevista recente à repórter Fernanda Scalzo. Provavelmente ela tem razão. Para a caboclinha Ana Cristina, casada com o dono da Foto Titã de Igarapé-Miri (população: 26.000 habitantes), a porta de saída para o mundo parece residir num curso de magistério de quatro anos de duração. A jovem de 29 anos, que aparenta ter 19, é casada em segundas núpcias com um evangélico de 35, filho, neto e bisneto de fotógrafo. Não permite que Ana Cristina use maquiagem nem que seja fotografada sem o seu consentimento. Tampouco admite que as três filhas do primeiro casamento de Ana venham morar com o casal. Os filhos anteriores dele podem. Pela teoria da socióloga marroquina, Ana Cristina há muito sabe identificar as feridas abertas em sua vida. O diploma de magistério em nada alterará esse desequilíbrio de forças.

É possível. Mas não é certo. Dona Maria do Carmo Costa, 45 anos, nove filhos, 4ª série completa e uma casa de madeira fincada às margens do Furo do Nazário – acessível apenas em algumas horas do dia devido ao movimento das marés do Rio Guamá –, tem emoldurado na parede da sala o diploma Lembrança Escolar, com o nome do único filho que conseguiu concluir a 4ª série. Está afixado ao lado de um cartaz de São Benedito, acima do pôster do tetracampeonato de 1994. “Nasci aqui, nunca saí daqui e comemos feijão com charque, agora que não tem açai. O filho, o do diploma, é barqueiro e já viu o outro lado do mundo.” Sonho ou conquista de um pedacinho de autoestima? Nesse ponto, o brasileiro do Norte não é diferente do do Sul: quer ter a chance de se sentir melhor.

Muitos anos atrás, quando a maranhense Graça Lima foi convocada para vir a São Paulo pela primeira vez, para uma reunião com outras promotoras, entrou em pânico. “Mas como é que eu vou sentar numa mesa com todas aquelas loirinhas de olhos azuis, lindésimas. Com minha cara de índia, vão pensar que eu sou do mato. Ninguém nem sabe direito se Santarém é no Pará ou no Amazonas...” Seu chefe a acalmou. “Se perguntarem muita coisa, mencione a cifra de suas vendas e pergunte o valor das delas.” Funcionou. Ninguém mais esqueceu Graça Lima, a promotora que veio do Norte.

Garimpeira da pesada e mãe aflita

Com um macaco no hotel e um filho com malária, a mulher forte do garimpo Majestade acha mais ouro. Sentada na esquina do restaurante *Serve Bem* de Itaituba, ao lado de “Bigode”, o motorista, Helio, o franzino e fiel escudeiro, e Robert Montgomery, o piloto do monomotor que deverá devolvê-la a seu habitat – o garimpo Majestade, de sua propriedade –, a mineira Jane Rezende está à vontade, contando histórias de *bamburrar* (achar ouro) ou *brefar* (perder tudo). Uma frase curta resume o essencial: “Quando tem pouco ouro, não dá confusão. Com muito é que se mata”. Outra sintetiza um de seus cavalos de batalha políticos, que mexem com o seu bolso: “O Brasil não precisa de Sivam, precisa é de Sucam”. Está no seu quinto surto de malária, o filho, Marcelo, de 8 anos, que vive com a mãe no garimpo, já pegou quatro, e metade de seus peões está afetada. Está voltando para seu barranco após uma ausência prolongada de setenta dias, e por isso o monomotor se encontra especialmente abarrotado para o voo de uma hora e meia. Além do macaco “Chico”, sem o qual o filho não viaja e que se acha hospedado no hotel ao lado, está levando um funcionário da Sucam, Raimundo, com borrifador e tudo. O próprio Raimundo já teve quatro malárias em oito anos de batente. Leva também um carregamento de sandálias Rider (vendidas a 2 gramas de ouro o par), as preferidas da peãozada, lanternas (5 gramas) e um inexplicável lote deovelos de lã – pedido de algumas mulheres do garimpo vizinho. Cuidou de não se esquecer do sabão em pó Omo, “indiscutivelmente o melhor para a última lavagem do ouro. Não tem igual”, garante, como se todo mundo soubesse lavar ouro. Lembrou-se inclusive da fita dos Mamonas – “O pessoal gosta de uma musiquinha”. Garante não ter *guaxebe* (pistoleiro) no Majestade, “no máximo um guaxebinha do amor, que anda armado para guardar a sua mulher”.

Jane vive às turras ora com a Companhia Vale do Rio Doce, ora com o ex-deputado Sebastião Curió, ora com os sucessivos governadores do Pará ou com a Funai. Já passou por fases de adulação e de rejeição em Brasília. Chefia a irrequieta Comissão de Apoio e Defesa dos Garimpeiros e Agricultores, Codega, e se locomove com cautela dentro das fronteiras sempre mutantes do lobby da mineração. Atarracada e sem adereços femininos, Jane vive o mito da garimpeira durona que impõe respeito a seus homens. Na realidade, é sobretudo uma mãe desesperadamente amorosa e confusa com o fato de que seu filho jamais frequentou uma escola. Marcelo mora com ela, e garimpo não tem escola, ponto. Também não tem companheiros de sua idade. Tem Chico, o macaco. “Tenho medo de que alguém o machuque. Ele não tem malícia alguma.” Descasada duas vezes, Jane sabe que vida de garimpo não é para qualquer um. “Se eu tivesse um marido, que segurasse bem a barra, ótimo. Mas não tenho e não quero ter, porque os homens daqui da região, quando a mulher trabalha bem, deitam e dormem, igual aos índios.” No passado, Jane já chegou a tirar 110 quilos de ouro. Hoje está com uma média de 3 quilos ao mês. Então acabou a bonança? Não. “Tenho outras 36 áreas de subsolo e, pela prospecção feita em doze, todas têm fagulhas de ouro.” Recomeçam as histórias de *bamburrar*.

O triunfo final de Che

Com a busca de seus ossos, ressurgem as ideias e as aventuras do guerrilheiro mitológico

Da Bolívia, *Veja*, 9 de julho de 1997

“Foi como se eles tivessem brotado da terra, do nada. Nós campesinos não entendíamos o que os barbudos queriam aqui. Se tivessem nos explicado alguma coisa, talvez tivesse sido diferente.” Estrada Salazar, de 70 anos, cabeça branca e pés que se confundem com as fendas do solo boliviano, percorre há duas horas o caminho que vai de Taperilla ao Rio Ñacahuazú, no sudeste da Bolívia, coração da primeira fase da guerrilha boliviana de Ernesto “Che” Guevara. Vai lembrando de miudezas daquela época, como o fato de ter sido levado para La Paz, pelos militares, sob suspeita de cumplicidade com a guerrilha. Nunca entendeu por quê. Ficou quatro meses incomunicável na cidade grande. Ao ouvirem a história, seus dois companheiros de marcha, a quem jamais contara o episódio, por desimportante, morrem de rir. Matuto fala pouco, e os do altiplano, menos ainda. “Eu me dei melhor do que meu amigo, que foi tomado como guia pelos guerrilheiros e acabou morrendo num tiroteio com o qual nada tinha a ver”, esclarece Salazar, com uma ponta de orgulho.

Bem mais adiante, naquele pedaço em que, mesmo de jipe, só se consegue percorrer 80 quilômetros em sete horas, outro roceiro acha que está montado numa mina de ouro. Lucidio Aldunate Peres, um dente só na frente, camiseta Guess e bigodão copioso, há seis anos comprou o terreno em

que existiu a lendária Casa de Calamina (casa de zinco), por 13.000 dólares. Calamina foi a fazendola que serviu de fachada legal para a guerrilha de Che, até cair em mãos do Exército boliviano e ser arrasada, para que a História não registrasse vestígios de sua existência. Não adiantou. No ano passado, uma antropóloga suíça desembarcou naquele fim de mundo, com uma oferta que se imagina polpuda, para tentar comprar o terreno. Também já vieram mochileiros da França e da Irlanda para ver a meia dúzia de tijolos da casa original, que ainda sobrevivem, esquecidos, no que é hoje um milharal. Maria, uma cientista cubana, queria um dos tijolos, para uma futura Universidade Che Guevara. No mês passado, foi a vez de “Benigno” (Dariel Alarcón Ramírez), um dos três únicos sobreviventes cubanos da guerrilha, bater às portas de Lucidio Aldunate, vindo da Espanha, onde mora. Trazia a tiracolo uma equipe de televisão francesa, para refazer o trajeto de Che, a partir da antiga Casa de Calamina. Deu tudo errado. Ninguém aguentou escalar sequer até o primeiro acampamento mais ao alto das montanhas, e os franceses ainda caíram no Ñacahuazú e perderam o equipamento de 50.000 dólares. Trinta anos atrás, o roceiro Aldunate, que vivia ali por perto, fora abordado pelos guerrilheiros para que vendesse suas duas mulas. “Eu era pobre, não podia vendê-las, era tudo o que eu tinha, mas um deles foi logo me perguntando se eu queria um par de milhão de pesos pelas mulas. Não entendi nada, mas topei, pois até aquele dia, com 37 anos de idade, eu nunca tinha visto mais dinheiro do que 500 pesos.” Aldunate encantou-se com a visita de Benigno, a prosa foi correndo, até o matuto perguntar ao ex-guerrilheiro: “Mas por que, depois de tudo isso, você não vive em Cuba?” e “Por que vocês começaram a guerrilha antes de conhecerem o terreno e estarem preparados?”. Ambas ficaram sem resposta. O ex-guerrilheiro ficou quieto.

É só botar o pé na Bolívia de 1997 e as histórias de trinta anos atrás vão pipocando. O epicentro da comoção guevarista está em Vallegrande, é claro. Cidade de 5.000 habitantes, mulas na rua, um imenso Cristo Redentor branco na entrada, 800 quilômetros a sudeste de La Paz, e fincada a 2.200 metros de altitude, Vallegrande reúne todas as dúvidas e encruzilhadas da epopeia guerrilheira. Para quem gosta de coincidências, as derradeiras três palavras escritas por Che Guevara em seu famoso diário de campanha, ignorando que morreria dois dias depois, foram: ‘Altitude: 2.000 metros’. Nos dias de hoje, quem chega a Vallegrande pode achar que aportou em Cuba por engano. Tudo gira em torno de Che Guevara e das frenéticas escavações que se realizam na pista desativada do aeroporto da cidade, onde se supõe tenha sido enterrado clandestinamente. Seus captores sabiam que tinham pela frente um personagem da História. Tanto que se apoderaram de seus pertences. Assim foi no Calvário, mas assim foi também na prisão de Spandau, onde tudo leva a crer que um soldado americano, subornado por objetos pessoais nos quais percebera o toque da História, contrabandeou para dentro da cela o veneno com o qual o chefe nazista Hermann Goering se suicidaria. No caso de Che, seu fuzil avariado, a carteira, dois relógios Rolex de aço, o cachimbo, a caneta com que escreveu seu diário de campanha, tudo foi rapinado. O cubano exilado Félix Rodríguez, veterano da CIA e coordenador da execução a frio de Che, roubou-lhe o fumo e a imagem – fez questão de ser retratado ao lado da presa, minutos antes de seu fuzilamento. Os militares bolivianos passaram mais tempo procurando Guevara morto (dois anos de escavações) do que o caçando vivo (onze meses). Isso admitindo-se que queiram realmente encontrá-lo. Na manhã do sábado 28 de junho, uma escavadeira trombou com o primeiro pedaço de crânio do que parece ser a vala comum em que foram jogados pelo menos sete dos guerrilheiros comandados por Che Guevara, trinta anos atrás – número superior ao total de generais mortos em combate na América do Sul, em todo o século. Para o punhado de cientistas cubanos que comandam as escavações – o trabalho braçal fica por conta de catorze bolivianos, enquanto cinquenta policiais montam guarda no aeroporto descampado –, foi um momento de júbilo. Alguns choraram, outros se abraçaram, todos continuaram trabalhando até as 4 da madrugada, com mãos, espátulas, pincéis, instrumentos odontológicos, pinças, brocas e, sobretudo, uma paciência infinita.

Garimpavam ossos como se procurassem pedras preciosas. Veio um tesouro: restos de um antebraço, um úmero, partes de um maxilar superior, uma mão, uma pélvis, fragmentos de coluna vertebral, dentes. Era a própria guerrilha que parecia ressuscitar da terra. “Como cientista e revolucionário, esta é a tarefa mais importante da minha vida. Estou há 600 dias trabalhando aqui”, exultou o chefe da equipe, doutor Jorge Gonzales, diretor do Instituto de Medicina Legal de Cuba. Nos dias seguintes, e até a sexta-feira passada, seguiram-se outros achados, sugerindo que, desta vez, se pode estar perto de desvendar o mistério do sumiço do corpo de Che Guevara, ocorrido na madrugada de 11 de outubro. Tudo parece pronto para o grande anúncio, que já tarda três décadas: a viúva de Che

está de sobreaviso, em Havana, o governo cubano prepara grandes comemorações, a zona de escavações na pista do aeroporto torou-se ponto obrigatório das maiores redes de TV do mundo.

Para circular naquele amontoado de terra, foram confeccionadas modernas credenciais numeradas, as entrevistas coletivas têm hora marcada e já apareceu a primeira denúncia de falcatura: uma produtora de vídeo pertencente a um assessor do Ministério do Desenvolvimento Humano, contratada sem licitação e com exclusividade sobre as filmagens das escavações, teria vendido seu material à CBS americana por 10.000 dólares. “Pode demorar 24 horas, 24 dias ou 24 anos, mas não vamos parar”, declara o representante do Ministério do Interior da Bolívia, Oscar Carnejo, despachado às pressas de La Paz a Vallegrande. Carnejo, formado em economia pela Universidade Federal da Bahia, explica que a Bolívia respeita a Convenção de Viena. Ou seja, todos os ossos identificados serão devolvidos às respectivas famílias, se elas assim o desejarem. No caso de Che Guevara, isso dói. “Che é patrimônio cultural da cidade”, insurgiram-se as autoridades municipais de Vallegrande, tentando embargar as escavações. Outra cidade, Muyupampa, mais ao sul, onde foram presos o escritor francês Régis Debray e o comunista argentino Ciro Bustos, após uma visita a Guevara, também soa o alarme: “O Che é patrimônio turístico da nossa cidade”.

Foi na casinhola com dois tanques de lavanderia do Hospital Nuestro Señor de Malta, de Vallegrande, que Ernesto Che Guevara nasceu para a imortalidade ao ficar exposto durante um dia e meio, com 1,5 litro de formol injetado na veia do pescoço. Com o peito nu marcado por balas, o olhar sereno e um ríctus de sorriso na boca, o Comandante iniciava ali a sua trajetória final de último – e talvez único – ícone romântico e revolucionário deste século. Marx, Lenin e Mao estão mortos. Che está por toda parte, em camisetas, bandeiras, pôsteres, filmes, músicas, corações jovens, saudades velhas. “A vida não deve ser um hábito do qual a gente não se pode livrar”, escreveu. Os grafites em línguas dos cinco continentes que cobrem as paredes de azul descascado da lavanderia do hospital dizem tudo – de “Hoy hay que defenderte de ser Dios” e “Estoy contigo” até o inevitável “Hasta la victoria final”. Do lado de fora, no chão batido, cresceu e ficou frondoso um pinheiro inexplicável. “A semente deve ter caído de suas roupas quando a enfermeira de plantão, Suzana Osinaca, lavou seu corpo fedido com uma mangueira”, acreditam piamente os vallegrandinos.

Por onde passou, na Bolívia, Guevara fez brotar, depois de morto, uma unanimidade sentimental que jamais conheceu em vida. Mudaram os campesinos que pretendia libertar, não os militares que o caçaram e abateram – estes sempre respeitaram e temeram sua valentia. Também, não era para menos. Em onze meses de guerrilha, jamais contou com mais de 38 combatentes, contra todo o Exército boliviano apoiado pela CIA. Atravessou cordilheiras áridas e quase estéreis, onde árvores não crescem. Desceu para vales por escarpas, penhascos, desfiladeiros, até sufocar na umidade do Chaco. Enfrentou meses de chuvas torrenciais e nuvens compactas de mosquitos. Em dias de sorte, comeu macaco, milho cru, rapadura com onça. Outras vezes, um passarinho apanhado teve de ser dividido por cinco. Usava os mesmos mapas secretos do Exército boliviano, mas foi perdendo os companheiros, um a um. “Estamos em uma ratoeira”, escreveu no dia 28 de setembro de 1967. Deixara para trás hábitos como tomar banho – em seu diário, registra um recorde de seis meses sem se lavar – e dormir em camas. A última que ocupou talvez date de sua chegada clandestina à Bolívia, quando se hospedou no quarto 304 do Hotel Copacabana, em La Paz – que, por sinal, permanece estagnado nos anos, com os Mamas e Papas entoando *Monday, Monday* no hall de entrada. Foi caçado como bicho numa caatinga boliviana que lembra mais o cenário da morte do brasileiro Carlos Lamarca, na mata rala do sertão baiano, do que a do libertador cubano José Martí, apanhado por uma bala perdida durante uma batalha. Sua guerrilha fracassou, mas não é próprio das guerrilhas triunfar. Salvo exceções, como em Cuba, guerrilhas nascem e morrem à margem do poder formal.

Pontos altos houve poucos. Samaipata, situada entre Santa Cruz e Cochabamba, foi o maior povoado boliviano que Che e seus guerrilheiros conseguiram ocupar durante algumas horas – tinha perto de 2.500 habitantes, e até hoje não se fala em outra coisa. A cidadezinha tinha ouvido tanta propaganda de terror a respeito dos “barbudos estrangeiros” que não acreditou quando o bando chegou, em carne e osso. Era junho, Che já estava completamente debilitado pela asma e pela artrite reumática – só conseguia deslocar-se de mula ou a cavalo e precisava urgentemente de remédios. Daí nasceu o ataque relâmpago, que de feroz não teve nada. Acordaram o dono da farmácia-armazém, Hector Inturia, que hoje vive no Rio de Janeiro, e apresentaram uma longa lista de medicamentos, mantimentos e guloseimas. Pagaram tudo com 1.000 pesos e, na retirada, ainda indenizaram os donos

de um ônibus e um caminhão que haviam confiscado para a operação, por danos eventuais. Deixaram só de cueca os dez soldados do posto militar da cidade e sumiram no meio da noite.

Sucesso? Não. “Em termos de reabastecimento, a operação foi um fracasso”, constatou Che, que não obteve nenhum dos remédios específicos de que tanto precisava. Em termos de marketing da guerrilha, foi um triunfo – executado à plena vista da população, a notícia se espalhou por todas as cordilheiras do país. Mas nem ali a guerrilha conseguiu arregimentar um só recruta novo. “Acho que não estávamos preparados, por isso ninguém quis se juntar”, admite o mais roxo dos guevaristas de Samaipata, versão 1997, Guillermo Gutierrez. “Nem sabíamos qual era o Che, pois todos pareciam esfarrapados. Mas eu sabia que só o Che tinha classe para fazer uma operação daquelas.” Aos 60 anos de idade, Gutierrez afixou um pôster de Guevara logo na entrada de sua tenda e, desde a abertura política no país, em 1983, vende mais fotos do Comandante (1 dólar cada uma) do que os tradicionais artigos de artesanato. “O Che é o Cristo do século XX – ele não faz milagres, mas faz com que se tenha fé na justiça social”, define. O que mudou de 1967 para cá? “A comunicação. Se Che passasse por aqui hoje, acho que todos os campesinos se juntariam à luta. Até hoje o Exército boliviano tem medo só de ver a foto do Comandante”, assegura. Gutierrez não representa exatamente a média dos moradores de Samaipata, a começar pelos prenomes que deu aos seis filhos: Ivan, Yuri, Tania Cuca (“nome da filha de Nikita Kruchev e da diretora de música da Universidade de Havana”), Lin (“em homenagem ao líder chinês Lin Piao”), Tamara (“nome da vaca à qual os soviéticos plugaram um sensor na orelha e utilizaram como espiã contra os alemães na II Guerra Mundial”) e Carlos II-Sun (“do líder da Coreia do Norte”).

Che empolga por ter sido um rebelde com causa, aventureiro e vagabundo, de ar atormentado e ardor revolucionário, mas sobretudo um rebelde capaz de abrir mão de tudo, especialmente do poder. “Os últimos onze meses transcorreram sem maiores complicações, bucolicamente”, escreveu o Comandante em 7 de outubro de 1967, véspera de sua prisão e morte. Só mesmo Che – que fazia a revolução lendo o prêmio Nobel de Literatura do ano e compunha poemas para a mulher, Aleida March, no meio do nada boliviano – para classificar de “bucólica” sua situação terminal. Sua cruzada para inflamar a América Latina com a centelha da revolução tinha chegado ao fim, antes mesmo de deslanchar. Era um homem em andrajos, doente, faminto, exaurido e encurralado naquele fiapo de rio cercado de penhascos, caatinga e pedras por todos os lados. A caçada chegara ao final. Estava ferido e desarmado – o tiro que lhe acertou a perna direita também lhe arrancou o fuzil da mão. “Não atire. Valho mais vivo do que morto”, teria dito a seus captores. Naquele fim de mundo áspero e inclemente, apenas uma pessoa podia valer mais vivo do que morto – Ernesto Che Guevara, o último dos românticos da revolução mundial. De mãos atadas com o cinto de um de seus captores e os pés envoltos em frangalhos que algum dia foram um par de botas, empreendeu sua última marcha pelas escarpas ardidas da quebrada do Churo, rumo à localidade mais próxima, La Higuera. Na época, os sessenta habitantes da localidade puderam ver a estranha procissão chegando. Eram dois os prisioneiros: Che e seu último escudeiro, o fiel boliviano “Willy”, Simón Cuba. A caravana, em fila indiana, atravessou o caminho de terra batida que corta o povoado e se aquartelou na última das vinte casas de La Higuera, na época uma escola tosca, de duas salas. Foi ali que Che foi abatido, com pelo menos sete tiros – expressamente abaixo do rosto, para simular morte em combate –, e onde começou sua ressurreição.

Hoje, La Higuera tem apenas vinte habitantes, continua sem água nem luz. “Só fica aqui quem não tem para onde ir”, esclarece a moradora Irma Rosado, de 50 anos, testemunha da procissão de trinta anos atrás. Mas a cada ano recebe uma romaria de jovens ou egressos da geração anos 60, dos cinco continentes. No lugar da escola, que migrou para outra montanha, está um posto de saúde, simples mas impecável, subvencionado pelo governo de Cuba. O médico contratado, sempre da região, recebe formação de cinco anos em La Havana e ajuda de custo de 280 dólares enquanto atender o povo em La Higuera. Se sair dali, perde a boca rica. Uma placa de bronze, dos camponeses de Cochabamba, presta “homenagem de admiração ao comandante das Américas”. Num dos primeiros casebres de La Higuera, está batizado, em letras toscas, o nome do caminho empoeirado: Avenida 8 de Octubre. Três vezes os romeiros do culto a Che ergueram um medonho busto em sua homenagem, no meio da viela que corta o povoado – e todas as vezes a estátua era arrancada por patrulhas de soldados bolivianos. Exceto agora. Che, com boné e a estrela que compõem sua marca de revolucionário rebelde, continua de pé no pedestal branco. Sinal dos tempos. “Eu não sei o que ele veio fazer na Bolívia”, admite Irma Rosado, “mas ele deve ter sido uma pessoa milagrosa. Quando temos

dificuldades, ele nos ajuda – desde que passou por aqui, veio uma estrada, veio um cemitério, veio uma escola melhor. Sim, aqui a gente reza para ‘San Ernesto’.” Quando vira santo, Guevara deixou de ser Che e prevalece seu nome de batismo, Ernesto.

Isso é só o começo. Vinte e sete agências de turismo da Bolívia estão-se familiarizando com o projeto “La Ruta del Che”, idealizado pelo diretor do setor, na região de Chuquisaca, Klaus Pedro Schütt, um gabaritado economista de 46 anos, dublê de diretor de cinema e jeitão de Crocodile Dundee. Em março deste ano, quando participou da convenção mundial de turismo, na Alemanha, Klaus concedeu umas 25 entrevistas com seu “etno-ecoturismo” pela trilha de Che. Foi um sucesso. Quando o diário *Tageszeitung*, de Berlim, publicou uma nota a respeito, recebeu 320 chamadas no dia seguinte. Quem são os mais interessados? “A geração de 68”, acredita Klaus, “aqueles que se achavam idealistas quando jovens e hoje estão casados com filhos já crescidos. Profissionais liberais em boa situação financeira em busca de alguma causa esquecida.” Até mesmo 25 soldados que combateram a guerrilha no passado, e jamais receberam reconhecimento algum de suas Forças Armadas, o procuraram para participar da empreitada, como eventuais guias.

Mas é na semana de 5 a 11 de outubro próximo que a Bolívia, e sobretudo Vallegrande, se abrirá para uma espécie de Woodstock político, de resgate das ideias de Che, com pessoas vindo de todos os cantos. Pisarão num país pobre, limpo e soberbo, de pouca mendicância, que se modificou bastante nas três últimas décadas – o analfabetismo baixou de 69% para 20%, uma ampla reforma educativa permite o ensino nas línguas nativas de seus vários povos, a expectativa de vida saltou de 42 para 60 anos de idade e o número de veículos passou de 27.000 para meio milhão. O Encontro Mundial dos trinta anos da morte do Comandante aceita inscrições por e-mail e opera com o Swissbank. Mas o que se espera, mesmo, são caravanas de mochileiros. Promete ser uma tribo diferente da que começou a reunir-se na semana passada em Roswell, pequena cidade do Deserto do Novo México, nos Estados Unidos, para comemorar o cinquentenário de um suposto acidente com uma nave de extraterrestres que acreditam ter sido camuflado pelo governo americano. A turma de Che quer ressuscitar um homem de verdade. O mito de Ernesto Guevara, nascido na Argentina, vitorioso em Cuba, morto aos 39 anos, na Bolívia, e verdadeiro cidadão latino-americano, ampara-se na simplicidade, como todos os mitos: ele teve a coragem de abandonar poder, pompa e prestígio para jogar tudo o que lhe restava – a vida – pela ideia que, na vitória, lhe deu justamente prestígio, poder e pompa. O marquês de Lafayette encantou dois mundos, lutando na guerra de independência dos americanos, mas morreu marquês e francês. O italiano Giuseppe Garibaldi lutou no Uruguai, atravessou pântanos no Sul do Brasil, unificou a Itália, mas morreu de velhice na Ilha de Caprera. O mercenário Mike Hoare, que derrotou Guevara na África, era pago pelo maior conglomerado de ouro do mundo – e, ademais, ainda teve de engolir o triunfo de Nelson Mandela na África do Sul.

Che Guevara tinha tudo para se tornar imortal: era bonito, destemido e morreu jovem, defendendo conceitos igualmente jovens, como a solidariedade e a justiça social. Sonhou com um novo homem para o século XXI e viveu como “o homem mais completo do século XX”, segundo a clássica definição de Jean-Paul Sartre. Foi radical, moralista e consequente. Ícone da geração dos anos 60, ironicamente nunca chegou a usar jeans – passou direto da calça de pano ao uniforme de guerrilheiro. Também nunca deve ter cantado rock – tinha péssimo ouvido musical e jamais se conciliou com a língua inglesa. Viveu num mundo sexualmente revolucionário, mas era casto. Tornou-se símbolo da boemia, embora praticamente não bebesse. Virou moda, em suma, e, como ensina o historiador inglês Eric Hobsbawn, “a moda é frequentemente profética”. Sobretudo, na mesma linhagem de James Dean, John Lennon ou Jimi Hendrix, foi um herói cuja vida e juventude se encerraram ao mesmo tempo, abruptamente, congelando o mito. Se fosse vivo, Ernesto Che Guevara, aos 69 anos, já seria duas vezes bisavô. Nas montanhas de Chiapas ou nos acampamentos dos sem-terra brasileiros, ele está mais vivo hoje, trinta anos após sua morte, do que Fidel Castro. Mesmo que seus ossos não sejam achados.

Lembranças de um cadáver que parecia vivo⁹⁹

Dora e Juan Escalante são de Vallegrande. Randy, um dos cinco filhos do casal, nasceu na maternidade Nuestro Señor de Malta, exatos dois dias antes de o cadáver de Che ser trazido para o

⁹⁹ Este e os outros dois subtítulos que se seguem compõem boxes que acompanham o texto principal.

mesmo hospital, amarrado ao trem de pouso de um helicóptero. Randy completa 30 anos agora em outubro. Formou-se em medicina, como Che, e está de volta ao Nuestro Señor de Malta para exercer sua profissão. Naqueles dias de 1967, Dora teve medo de ir ver o cadáver exposto na lavanderia – afinal ainda estava convalescendo do parto. Mas o marido foi um dos primeiros da fila, pois já se encontrava na maternidade quando o helicóptero pousou. Ficou meia hora. “Será que é o Che, mesmo?”, perguntava. Alguém foi correndo em casa buscar uma revista ilustrada, com a foto do guerrilheiro, para comparar. Era parecido até demais. “Pode soar absurdo, mas ele tinha algo de vivo – parecia nos olhar de frente”, lembra Juan.

Para a pastora, Che Guevara faz chover no vale

No último registro de seu diário da Bolívia, datado de 7 de outubro de 1967 – ou seja, um dia antes de ser capturado –, Guevara escreveu: “Uma velha pastora de cabras surge no cânion onde acampamos. Tivemos de retê-la (*até as 6 da tarde*). Demos-lhe 50 pesos para que nada conte (*aos soldados que vasculhavam a área*). Mas são poucas as esperanças de que cumpra sua promessa... Em sua casa mora uma menina anã...” Era Virgília Cabrera, então com 13 anos. De fato, a “velha”, sua *abuelita* – a última pessoa desarmada a ver Guevara ao vivo e solto –, não cumpriu a promessa. Hoje, passados trinta anos, a anã Virgília mora na mesma cabana de barro, esquecida num penhasco nu e sulcado. Continua enclausurada nos seus 60 centímetros de altura e pés deformados. Mas alçou voo pela imaginação, construindo seu pedaço de felicidade sobre a fantasia daquele dia de 1967. “Daqui de cima”, sustenta, “o Che olhou em algumas direções e anunciou onde haveria água. Nas fendas que seu olhar tocou, nasceu um rio. O Che nunca saiu destas montanhas. *Es mi compañero.*”

A militante que continua com a chama intacta

A boliviana Loyola Guzmán tinha 24 anos em janeiro de 1967 quando embarcou num voo La Paz-Camiri. À meia-noite, seguiu num jipe até um dos acampamentos nas montanhas do Rio Ñacahuazú. Fora designada para servir de apoio urbano à guerrilha e se deslocara para receber instruções. Ignorava completamente que quem surgiria na mata seria Ernesto Che Guevara. “Ele estava de gorro, não com sua boina estrelada. Me pareceu jovem e tinha um sorriso forte, que passava confiança.” Che, por sua vez, anotou em seu diário: “Loyola me causou boa impressão. É muito jovem e suave, mas se nota uma cabal determinação nela”. Acertou. Presa em setembro de 1967 em La Paz, Loyola ficou três anos incomunicável. Soube da morte do Comandante por uma presa comum, que lhe deixou uma mensagem no banheiro. Não chorou. Foi libertada em troca da soltura de dois engenheiros alemães, sequestrados em 1970. Presa uma segunda vez, jogou-se do 2º andar da sala de interrogatório e teve o segundo filho na cadeia. O corpo do marido, executado em 1974, continua desaparecido. Não tem carro nem aposentadoria, mas não perdeu a tenacidade. “O Che é um patrimônio da humanidade. Suas ideias de justiça social são universais.”

Erro no provador

Chamadas de travesti por funcionários da loja, jogadoras de vôlei processam Mappin
De São Paulo, *Veja*, 5 de novembro de 1997

A cena ocorreu há mais de duas semanas, no 1º andar do Mappin, no bairro paulistano do Itaim, que é uma das lojas mais conhecidas do país.

– A senhora é que é a mãe daqueles dois travecos lá dentro? – perguntou o segurança do Mappin.

– Como assim? – perguntou dona Zilma de Moraes, sem entender por que fora abordada de supetão.

– Aqueles dois que estão no provador – seguiu o segurança. – São travestis. Isso mesmo, travestis.

Dona Zilma, 57 anos, católica praticante, devota de Santo Expedito, sentiu vergonha. Como explicar ao segurança uniformizado que as duas filhas com quem viera fazer compras naquela tarde de

segunda-feira dia 13, e que estavam provando roupas numa cabine de loja, não eram travestis? “Eu explicava que elas eram moças, que eram minhas meninas, que eram atletas, mas ele não queria ouvir. Fiquei muito chocada. Não se fala uma coisa dessas para uma mãe”, relembra.

A balbúrdia que começou no setor de moda feminina e à qual se foram incorporando seguranças e funcionários sob a assistência crescente de fregueses e curiosos não demorou a chegar até as filhas de dona Zilma, que provavam minissaias e blusinhas nas cabines. O porte atlético de ambas chama a atenção. Andréa, de 28 anos, tem 1,85 metro de altura, veste manequim 42 e calça sapato tamanho 43. Ângela, 25 anos recém-completados, mede 1,80 metro, veste 40 e calça 40. São jogadoras profissionais de vôlei. Ângela está na seleção brasileira, que na semana passada disputava no Peru as seletivas do campeonato mundial. Com Andréa, integra a equipe do Dayvit, de Barueri, atual campeã paulista. Quando escutaram a voz da mãe em apuros, já se puseram em marcha. Tudo começou quando Nilda, a vendedora encarregada de vigiar o provador, chamou a segurança imaginando que, com aquela musculatura, as duas irmãs só podiam ser travestis. Fora alertada por uma cliente que também estava no provador, alegaria mais tarde. Flávio, um dos seguranças, resolver pisar fundo e o que se seguiu foi um constrangimento sem tamanho para mãe e filhas. “Tenho certeza de que, se fossem loiras, o Mappin ia pensar que eram modelos”, aposta dona Zilma.

A caçula Ângela, nervosa, começou a chorar. Andréa, mais despachada, sacou o celular e fez a coisa certa: foi procurar um advogado. Dona Zilma bateu pé até chegar ao encarregado da segurança e ao gerente administrativo, que se identificaram como Adão e Arlindo. A acareação com os funcionários que as destratarem foi um desastre. Não houve entendimento nem pedido de desculpas. A justificativa para a suspeita foi de que “tinham a voz grossa”. “E desde quando voz fina define mulher?”, indigna-se Andréa. Do Mappin a mãe e as duas filhas foram à delegacia de polícia mais próxima, onde registraram queixa para abertura de inquérito. A advogada Therezinha da Silva Carvalho pretende mover duas ações distintas. Uma queixa-crime por violação do artigo 140 do Código Penal, que caracteriza o delito de injúria com ofensa à dignidade e ao decoro, e uma ação de indenização por danos morais.

Andréa e Ângela só foram incomodadas numa tarde de compras porque são negras, mas a questão racial não está sendo demandada na Justiça. O episódio levanta um outro aspecto não resolvido: o que ocorre quando um travesti adentra banheiros ou provadores femininos? A lei não diz nada a respeito. A menos que cometa alguma obscenidade, um intruso no banheiro do outro sexo não comete nenhuma ilegalidade. Na prática, não se tem conhecimento de que Roberta Close tenha sido expulsa de lugar algum. “É inadmissível que uma coisa dessas aconteça no Mappin, uma empresa de consumo de massa que tem obrigação de tratar bem qualquer pessoa”, diz Ricardo Mansur, o dono da empresa. Mansur, que garante ter tomado conhecimento do fato apenas na sexta-feira passada, deu ordens para que um diretor procurasse as duas jogadoras para se desculpar. Demorou, mas foi assim que ocorreu, na semana passada, a primeira manifestação de boa educação da empresa a respeito. A cena também guarda uma ironia amarga. O Mappin patrocina o time de vôlei feminino do Pinheiros, de São Paulo. Nele poderiam jogar Ângela e Andréa.

A globalização de Dona Pureza¹⁰⁰

De Bacabal para o mundo – o extraordinário salto de uma cabocla de raça
De Bacabal, Veja, 12 de novembro de 1997

Para quem decolou de Londres com uma temperatura de zero grau, aterrissou em Salvador Às 4h30 da madrugada do dia seguinte, mofou no aeroporto baiano durante cinco horas até embarcar para São Luís, com escalas no Recife e em Natal e troca de avião em Fortaleza, Dona Pureza Lopes Loiola aterrissou inteirinha nos 32 graus da capital do Maranhão. Apesar do calor, era a única passageira de blusa fechada e saia comprida. Por ser evangélica. Sua bagagem – uma única sacola de mão – parecia uma impossibilidade matemática, considerando-se que retornava de um rasante de um mês por dez

¹⁰⁰ Durante a entrevista em profundidade realizada pela pesquisadora com Dorrit Harazim, esta manifestou ser a reportagem sobre Dona Pureza uma de suas preferidas. Por mais de uma vez a jornalista se referiu à personagem de forma afetuosa, como se guardasse boas lembranças da entrevista.

idades da Europa. Apesar de estar em trânsito há 26 horas, tratou de embarcar no primeiro ônibus do Expresso Timbira para voltar logo a Bacabal, a cidade-fornalha na divisa com o Pará, onde mora. Na rodoviária, alegrou-se ao ver um grupo de crentes pregando e foi logo entoando o “Foi na cruz, foi na cruz”. Sentira falta de sua Assembleia de Deus, em Londres, em Bruxelas e nas oito cidades da Alemanha por onde andou.

Uma vez instalada no ônibus, Dona Pureza dobrou o lindo lenço de lã inglesa que ganhara na viagem – “Parece rede de amarrar no pescoço”, definiu – e não cochilou um segundo durante as quatro horas de estrada. Numa das paradas, comprou uma espiga de milho assado. “Milho é bom para enganar dor de dente”, ensina, referindo-se a um nervo exposto que a atormenta. Por fim, 32 horas após ter embarcado no aeroporto internacional de Heathrow, pisou novamente em sua casa de tijolo sem reboco da Quadra L, Rua 3, na Vila São João, o bairro mais pobre e popular de Bacabal. “Não via a hora de botar meu pé no chão geladinho de laje”, festejou. “O coitado ficou todo empacotado, o mês inteiro.” Sapato, nunca mais. Ou melhor, só quando aceitar os convites que continuam a chegar, desta vez do México, Itália e Holanda.

Aos 54 anos de idade, e sem nenhuma escolaridade até os 40, quando aprendeu o alfabeto e a escrever, Dona Pureza entrou sem querer no circuito das ONGs internacionais. Até então, sua vida era movida a fé. Uma fé turrona, que a fez sair de casa em busca do filho perdido, o caçula Abel. Ele saíra de casa aos 18 anos, em 1993, para procurar trabalho, e sumira em algum garimpo, fazenda ou carvoaria do imenso Norte do Brasil. Parecia ser uma sina: Ataíde, um irmão de Dona Pureza, já tinha sumido assim. Outros dois primos, também. Pelas contas da Comissão Nacional Pastoral da Terra, cerca de 26.000 brasileiros se esfolam em condições análogas ao trabalho escravo e, como dizia Darcy Ribeiro, “dali só saem pela porta da morte ou da fuga”. Trabalham sob vigilância armada, a léguas de qualquer contato com o mundo, e do salário prometido não veem a cor – “só quando a gente botar o bofe pra fora ou quando o urubu tossir”, dizem. Dona Pureza não esperou para ver. Viúva e mãe de cinco filhos, abandonou a roça e a olaria de que cuidava havia doze anos e pôs o pé na estrada. Jesus a guiaria até o filho perdido. Deus e o diabo na terra do sol.

“Caderno de encrencas” - Com uma foto na bolsa, começou por Açailândia, conhecido entreposto humano de desempregados rurais. Alguém tinha visto um jovem com três dedos do pé esquerdo atrofiados? Durante os três anos seguintes, seguiu pistas e mais pistas, em vão. Mas ia anotando tudo o que via e ouvia, em caligrafia tosca, num bloco que chama de “caderno de encrencas”. Conseguiu um gravador emprestado de um sobrinho, escondeu-o na blusa e passou a gravar suas conversas com “gatos” (agenciadores de trabalho escravo), peões amedrontados, fazendeiros na tocaia. Como as Mães da Praça de Maio, que foram chamadas de loucas por não dar trégua ao governo argentino até encontrar vestígios de seus filhos mortos e desaparecidos durante a ditadura militar, Dona Pureza não sossegou. Escreveu dezenas de cartinhas a autoridades de Brasília pedindo ajuda e denunciando as condições de vida que ia encontrando. De Itamar Franco, então presidente da República, recebeu resposta comunicando que sua queixa estava sendo encaminhada ao Ministério da Justiça. Dois anos mais tarde, chegou resposta idêntica de Fernando Henrique Cardoso, o que a faz suspeitar que exista “algum tipo de fôrma de escrever carta, lá em Brasília”. Dos conterrâneos José e Roseana Sarney, não pronuncia o nome. Está vexada, pois jamais deram notícia. Tem opinião formada sobre os políticos. “Quando sentam na cadeira, acham que são semideuses. Ora, Nabucodonosor, o rei da Babilônia, passou sete anos pagando seus pecados de poder. Dá desgosto. Lá em Brasília não tem misericórdia. O Congresso passa o tempo todo brigando por dinheiro, em vez de olhar com mais piedade para o povo.”

Inevitavelmente, o caminho de Dona Pureza acabou se cruzando com o da Pastoral da Terra, CPT, que passou a ajudá-la nos seus deslocamentos pela mata, incentivá-la nas denúncias e introduzi-la no mundo mais politizado das questões sociais. Só que Dona Pureza, decididamente, não vê o mundo com olhos de militante. Quando Abel finalmente reapareceu, em Bacabal, doente porém vivo, por conta própria e não pela ação da busca, com um rol de abusos sofridos e fugas para contar, a mãe atribuiu o milagre integralmente à vontade divina. “Tenho certeza de que foi o clamor humano que chegou ao céu, e Jesus me fez dar essa caminhada”, explica. Mas no fundo a luta da pastoral e de Dona Pureza é a mesma, e a entidade a indicou como candidata ao prêmio anual da Anti-Slavery International – a mais antiga entidade de defesa dos direitos do cidadão, mãe de todas as ONGs, fundada em 1839, a Inglaterra, para combater o trabalho escravo no mundo. Em janeiro, a cabocla de Bacabal recebeu o aviso de que fora a vencedora. Semanas atrás, estava no Westminster Central Hall,

com vistas para a célebre abadia, recebendo sua medalha. “Acho que dei conta de tudo”, diz, com naturalidade. Um espanto, considerando-se a dimensão do salto tecnológico, histórico, cultural e pessoal que teve de dar. Antes de subir pela primeira vez em um avião, houve um pequeno ensaio geral. Seus amigos da CPT de São Luís lhe mostraram como funciona uma esteira de retirada de bagagens, rabiscaram a rota de seu voo em um mapa-múndi e foram às compras: uma sacola de viagem, sabonete e outros artigos de tocador, peças de roupa íntima. Vestidos, não quis nenhum – a Anti-Slavery, em Londres, lhe forneceria o necessário para encarar o frio. Escreveram seu nome em letras garrafais na sacola, e a entregaram a Deus. Na outra ponta, a esperava o intérprete brasileiro Hector Caldas, encarregado de abrigar e acompanhar Dona Pureza por toda parte. Ela deu nove entrevistas à imprensa, foi recebida no Departamento de América Latina do Foreign Office e no Parlamento (por um deputado do partido de Tony Blair), foi a estrela de uma recepção black-tie no classudo Hotel Savoy, com renda em benefício da Anti-Slavery, e participou de palestras promovidas por ONGs, sindicatos e pela Anistia Internacional. “Alguns intérpretes se perdiam um pouco quando eu começava a falar de *gato*, *rôço de juqira* ou *guaxebas*”, observou, sempre arguta.

Passeou pela Londres dos cartões-postais – Piccadily, Big Bem, Museu Britânico, Royal Festival Hall, House of Lords, House of Commons – e espantou-se com a riqueza do Parlamento. “Tem muita riqueza, muito ouro, e a gente sabe que veio tudo do Brasil. Andei por ali sentindo que estava pisando no que é meu”, diz a cabocla que já viu garimpos mil em suas andanças. Por vias tortas, a História lhe dá razão, ao longo do século XVIII, 561 toneladas de ouro brasileiro foram azeitar os cofres da Inglaterra por meio de remessas de Portugal. A 11,30 reais o grama, em dinheiro de hoje, seriam mais de 6 bilhões de reais. Também foi levada a conhecer o bairro de Hackney, de renda baixa, e achou a pobreza pouca. “A moradia deles não é tão diferente das dos ricos, não é como a gente, aqui.” Deve ter sido uma das raras turistas de passagem por Londres que não se interessaram em passar pelo palácio onde viveu a princesa Diana. “Para que ver o rastro, se ela já morreu?” Em contrapartida, achou espetaculares as múmias egípcias do British Museum. “Parecem umas bruxas”, definiu, e lembra maravilhada de “uma caveira de 3.000 anos. Coisa de admirar.”

Dos ingleses, guarda boas lembranças e faz uma radiografia impecável. “É uma gente superencorujada, de pouca conversa. Todo mundo trabalha, corre muito e anda de mochila nas costas. Não ouvi falar de roubo, nem de assalto, nem morte. No trem e no metrô, mal entra, todo mundo já vai abrindo um jornal ou livro para ler. Ninguém fala. Eles respeitam o sinal, respeitam o pedestre, respeitam a gente. Me senti muito bem.” Detestou a comida – “tinha até fruta doce dentro do meu frango” – mas alivia: “É bem verdade que maranhense só gosta de arroz e feijão”.

Tanque e baubau – Mulher inteligente, percebeu rápido que podia ler e compreender certas palavras, como *hotel*, *restaurant*, *international*, e se alegrou com a descoberta de que “os números são iguais aos nossos”. A dificuldade intransponível ficou por conta do frio e da diferença de fuso horário. “Eu telefonava às 8 da noite, e no Brasil eram só 3 da tarde. Ora”, pergunta com lógica, “se o Brasil fica mais embaixo da Inglaterra, no mapa, como é que lá em cima pode ser mais tarde do que aqui?”. Do complexíssimo roteiro alemão, daqueles de confundir qualquer viajante veterano (Gottingen, Bonn, Düsseldorf, Aachen, Colonia, Heidelberg, Freiburg e Stuttgart), Dona Pureza lembra onde se encontram os restos mortais de Carlos Magno (Aachen), qual a catedral mais imponente (Colonia) e situa o castelo medieval que domina a cidade de Heidelberg. Isso porque, mantendo seu pique de antropóloga de Bacabal, anotou e gravou o que pôde, ao longo de sua viagem. “O meu avião voou a 11.000 metros de altitude e 840 quilômetros de velocidade”, recitou na volta ao vizinho de olaria, seu Osório, que aos 60 anos nunca saiu de Bacabal e jamais viu o mar. Sua emoção maior, porém, foi ouvir um chiado contínuo, de vários minutos, em uma das fitas que gravou. “Tá ouvindo? Isso aí é o trem passando embaixo do mar. Fica tudo escuro. A gente fica meia hora no escuro, embaixo do chão. Uma maravilha – embarca na Inglaterra e sai na França. Não dá medo. Eu gravei porque senão não iam acreditar, aqui.” Também no que chama de “aqueles dois países pequeninhos” (Bélgica e Alemanha), onde foi ciceroneada pelo brasileiro Dieter Metzner, um ativista de direitos humanos, não se atrapalhou com nenhuma pergunta da imprensa. “Na fazenda do presidente FH tem trabalho escravo?” “Ainda não fui lá, por isso não posso responder.”

No voo de volta ao Brasil trazia na bolsa de mão a medalha prateada, o surrado gravador com o punhado de fitas – “Não me aparto delas de jeito nenhum” -, um buquê de flores secas que ganhou na Alemanha e um esquisito no estômago. “Ai, Jesus, aquele aviãozinho embicando em cima do

oceano.” No meio da noite, o comandante do voo TR875, que a tratara com carinho desde o embarque e lhe havia mostrado a sua cabine, veio pessoalmente para cobri-la com mais um cobertor. “Eu estava com fé nesse piloto mais velho, mas quando ele me disse que também ia descansar um pouco, não dormi mais”, relembra. Feitas as contas, onde é melhor, lá ou aqui? “Lá não tem cântico dos passarinhos na mata, não tem a energia que a gente sente quando põe o pé na estrada. Só o clima do nosso país já é uma bênção. O Brasil tem floresta, tem água. Se não fosse o poder da política, que amarra as coisas para elas não funcionarem, o Brasil teria tudo.” Como diz Dona Pureza, fazendo troça do *thank you e bye bye* que tanto ouviu por lá, tanque e baubau.

A solidão do não saber

Medo e criatividade – as duas marcas da população analfabeta nos grandes centros urbanos

De São Paulo, *Veja*, 8 de abril de 1998

“Comadre, estou precisando escrever uma carta para a minha mãe, lá no Norte.”

A miúda Francisca, que não sabe escrever, e a corpulenta Sofia, que fez até a 4ª série, são comadres de Inhapi, Alagoas. Levam a vida média dos 3,5 milhões de nordestinos que moram na região metropolitana de São Paulo. Elas se entendem sem precisar falar muito. Numa tarde recente de domingo, instaladas na laje superior do sobrado de uma delas, na periferia de Ermelino Matarazzo, Zona Leste da capital, Sofia e Francisca dão início a uma comunicação silenciosa, de fina sintonia. “Graças a Deus, ninguém precisa me dar assunto, não. Deus me livre!”, orgulha-se Sofia, a escrevedora, ao contar que ninguém precisa ditar-lhe o que quer ver escrito. “Eu já sei o que colocar, faço tudo sozinha. Só homem é que não me pede para fazer carta, acho que é porque eles têm cisma de não saber escrever.” Sofia tem seus pruridos. “Não gosto de caderno pequeno, só de caderno universitário. Preencho um lado todinho e depois o outro – sempre tem muito assunto para botar em carta.”

De fato. Sem que a comadre Francisca precise dizer mais nada, Sofia ajeita na coxa o caderno de espiral, concentra-se e não levanta mais a cabeça. Num ritmo contínuo, fluvial, vai preenchendo linha por linha, frente e verso, tudo sem pontuação. Acrescenta um inspirado *Vire a carta, mas não o pensamento*, no pé da primeira página. Ao final de quinze minutos, para e anuncia que vai ler, para a comadre ter certeza de que a carta ficou ao gosto. Começa uma leitura sincopada, de repentista, com interpretação: *Saudade da minha querida mamãe que está tão distante... peço uma bênção para eu ser bem feliz na vida... mamãe, eu não durmo só pensando na senhora e na tia...* No meio da leitura, a escrevedora lembra da própria mãe, do pai – “ele sumiu, foi muito ingrato com nós todos, mas é meu pai e está vivo, então dá saudade” – e sua voz vai amiudando, os olhos transbordando. De mansinho, Sofia começa a chorar em cima de uma carta que nem sequer é sua. Chora de saudade, saudade da vida, saudade de tudo. Francisca, sentada a seu lado, chora junto, e forte. Sofia retoma a leitura. *Um instante, dona Luiza... termino por falta de assunto...* Ao final, dobra a folha com precisão milimétrica, para fazê-la caber num envelope, endereçado com um *Vai para Senhora Luiza Tereza da Conceição*.

Se tudo correr bem, a carta chegará em três, quatro dias, entregue pelo carteiro de Inhapi, que não sabe ler. Será recebida com a cerimônia devida. “O envelope, sozinho, já produz alegria imediata, sorriso”, atesta o padre Valdiran Santos, também alagoano, mas de Arapiraca, igualmente migrado para São Paulo, ele mesmo escrevedor de cartas para pelo menos cinquenta famílias nordestinas da capital. Roliço e bem-humorado, padre Valdiran, de 35 anos, conta que celebrou missa em Juazeiro do Norte, em outubro passado, para 1.530 romeiros nordestinos. Ao perguntar se alguém, ali, tinha parente em São Paulo, a igreja em peso levantou a mão. Destes, a grande maioria terá migrado sem as ferramentas básicas de alfabetização para funcionar numa cidade grande. “O analfabeto é visto, por eles mesmos, como um cego que tem de ser guiado, acompanhado”, constata o padre alagoano. “É como um passarinho que tem de receber alimentação no bico. A primeira vez que ele se arrisca a sair voando sozinho é como cair num precipício.” Existe todo um código para eludir a condição do analfabeto. “Não quero que meus filhos sejam cegos como eu” (= não sei ler), “Minha filha não vai ser sofrida” (= minha filha estuda), “Estou com saudade da mãe, nunca mais tive notícia” (= o senhor escreveria uma carta para mim?). “Dora”, o personagem interpretado por Fernanda Montenegro no magistral filme *Central do Brasil*, de Walter Salles, levantaria meio supercílio em tom de reprovação

com o caldo de solidariedade, esperança, fé, partilha, acolhida, tempo para ouvir o outro e instinto de sobrevivência que torna o migrante um desbravador na cidade grande.

O analfabetismo adulto, da mesma forma que a loucura, é definido pela sociedade de acordo com sua época, seu tempo. Hoje em dia, pelos critérios deste final de século, um em cada cinco adultos dos Estados Unidos e da Europa pode ser considerado analfabeto funcional. Ou, um “iletrado”, expressão que diferencia o analfabeto absoluto daquele que não tem o padrão mínimo de conhecimento para operar na sociedade construída sobre a escrita.

A própria necessidade de conhecimento varia de acordo com cada sociedade, e por isso não há critério universal para designar pessoas com dificuldade de adequação ao dia a dia. Dependendo do país, os critérios mudam. Na Polônia e no Canadá, por exemplo, é considerado funcionalmente analfabeto todo adulto com menos de oito anos de escolaridade. Na Suíça, o fato de um quarto dos efetivos do Exército não saber calcular uma porcentagem é um dado alarmante. No Canadá, 44% da população jamais escreveu uma carta de mais de uma página e 77% nunca pôs os pés numa biblioteca. Visto que a aquisição de conhecimento é um processo cumulativo, quanto mais alto o patamar inicial, mais alto se chega. É o que os especialistas em educação chamam de síndrome de São Mateus: como na *Bíblia*, os melhores se tornam melhores, e os mais fracos, mais fracos ainda. A escrevedora Sofia, por exemplo, que jamais leu um livro, tem uma *Bíblia* em casa mas não consegue avançar na sua leitura, por demais complicada. A própria Francisca procurou socorro no Telecurso 2000. Também não deu. “Eu estudava de dez a quinze minutos, mas as explicações são muito rápidas. Aprendi os números e algumas letras. Mas as letras eram difíceis – a gente tem de aprender a juntar.” Muitas vezes, mesmo quem sabe escrever ainda assim recorre a escrevedoras voluntárias, como as que atuam no programa Minha Rua, Minha Casa, debaixo do viaduto do Glicério, deteriorada zona do centro de São Paulo. A voluntária Sheila Mermelstein, por exemplo, tem à sua frente um ex-radialista de Porteirinha, Minas Gerais, hoje morador de rua, que vem pedir-lhe uma carta para a tia. Ao final, Antonio pergunta: “posso ler? A senhora desculpa, mas é só pra ver”.

A própria definição de analfabeto adotada pela Unesco quarenta anos atrás – “aquele que não consegue ler e escrever um texto curto e simples sobre algo do seu dia a dia” – foi revisada em 1978. Hoje é mais complexa: “É analfabeto funcional aquele que não consegue desempenhar funções na comunidade ou no grupo em que a escrita é necessária, nem consegue melhorar seu meio através do recurso à leitura e da habilidade de fazer contas”. No fundo, sabe-se com precisão onde começa o analfabetismo, mas não se sabe onde termina sua fronteira.

Trata-se de um mundo que, propriamente falando, não existe. Ele é composto de imagens borradas, um território que se situa logo abaixo da superfície do complexo tecido que compõe as sociedades industriais. Suas fronteiras não são claras, nem sua verdadeira extensão. Frequentemente surgem dados controversos sobre o número de pessoas que habitam esse mundo. É um mudo dentro do mundo, tão discreto, camuflado e silencioso que é quase invisível. À primeira vista, os homens e as mulheres que o frequentam são como nós. Mas na prática eles vivem nas franjas da sociedade. Vivem, como resume o teórico francês Jean-Pierre Vélis, à margem da civilização. Não é pouca gente. Segundo estudo divulgado em 1997 pelo Instituto Unesco, quase 23% dos adultos de hoje são incapazes de ler, escrever ou efetuar operações simples de matemática – um total de 960 milhões de adultos. Detalhe: esse número não diminuiu nas últimas duas décadas.

Coisa de país pobre? Não, como se descobriu com a publicação do pioneiro estudo *América Ileturada*, de Jonathan Kozol, em 1985: um em cada oito americanos não sabia ler, dos quais 41% eram brancos, 22% negros e 22% hispânicos. Na Suíça dos bancos e dos relógios, os iletrados somam 30.000 pessoas – excluindo-se, sempre, os imigrantes, e, segundo o iugoslavo Dusan M. Savicevic, da Universidade de Belgrado, uma educação de apenas quatro anos básicos não oferece alfabetização permanente. O conhecimento claudicante tende a regredir e a se cristalizar num iletrismo funcional. Por essa ótica, o Brasil ainda se situa num dos patamares mais desoladores do mundo. Se, pelos dados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD (1996), quase 15% da população brasileira com 15 anos ou mais, ou seja, 16 milhões de pessoas, é analfabeta absoluta, o número de cidadãos incapacitados para efetuar tarefas mais complexas pode chegar a cerca de 40%. Todo um mundo a ser descoberto.

A semana passada, após passar apenas onze dias na Grande São Paulo, o mineiro José Linus da Conceição, nascido no Vale do Jequitinhonha, há 25 anos, não aguentou o tranco – voltou assustado para a terra natal, onde não tem cinema, onde nunca viu TV, onde jamais usou telefone. Sem

instrução, a vida de Zé se resumia a mexer com lavoura, tirar cascalho, pegar areia, ou de vez em quando domar um animal do mato. Veio tentar a sorte na cidade grande, incentivado pela irmã caçula, Cida, que fez o mesmo trajeto cinco anos antes, sozinha. Cida foi busca-lo na rodoviária, instalou-o na periferia, na casa de uma comadre, e, no primeiro domingo de cidade grande, decidiu leva-lo a um shopping center e ao cinema – Titanic. Zé ficou tão atordoado com tudo, com as multidões, o filme, o trânsito, o barulho, o medo de ser atropelado, que pediu para voltar. Cida, de apenas 21 anos, sabe o que é isso. Quando desembarcou na mesma rodoviária, tinha apenas 15 anos, nenhum documento, um bebê recém-nascido que deixou com a mãe, e garra. “Só vim a saber o que era um ginecologista aqui em São Paulo, depois de já ter um filho. Na minha cidade não tem médico. Achei que devia conhecer o mundo, já que o mundo não ia chegar lá em Chapada do Norte.”

Cida, que trabalha desde os 4 anos de idade e cursou até a 4ª série, é a cara do migrante decidido a acertar, a entender intuitivamente, a se adequar, e progredir. “Nos quatro primeiros meses em São Paulo, meu único passeio era do meu quarto até a padaria, da padaria ao meu quarto. Depois aprendi a ir até o Parque do Ibirapuera, que é maior do que a minha cidade. Comi muita boia fria, por não saber o que era um forno de micro-ondas, e varri muito carpete com vassoura, de vergonha de perguntar como funcionava um aspirador de pó. Trem, até hoje, me dá medo – aquelas ferragens todas dão vontade de sair correndo. Já chorei muito, perdida na rua, olhando para todos os ônibus sem ideia de qual pegar.” Hoje, Cida tem intimidade absoluta com a cidade, e também escreve cartas para quem “não tem leitura”. Frequenta a Pastoral do Migrante, tornou-se assertiva, e sabe defender seus direitos. Ainda recentemente, mediu forças com o guarda de uma escola judaica que a chamou de “neguinha”. E jamais perdoará a patroa que lhe disse, assim, na lata, que não lhe confiaria as chaves da casa porque ela era esperta demais para estar em São Paulo há tão pouco tempo.

Mesmo para quem não tem estudo algum, como Odete Rodrigues Ferreira, cinco filhos e abandonada pelo marido, hoje com 68 anos, a sobrevivência na cidade grande costuma ser regra, não exceção. Odete chegou a São Paulo sem nenhum documento de identidade e “era tratada como bicho do mato”. Ao arrumar seu segundo emprego de faxineira, muitos anos atrás, precisou preencher uma ficha cadastral. Passou semanas decorando item por item da ficha, com a ajuda da filha estudante. “Decorei que primeiro vem o nome, depois o sobrenome, depois a idade, depois a data e local de nascimento, número da carteira, e assim por diante”, conta ela. “Consegui fazer a ficha em três agências de emprego, com tudo decorado.” Hoje, na parede de sua sala de estar, a analfabeta Odete tem pendurado um diploma: o de ter trabalhado como faxineira durante dez anos numa empresa. Detalhe: duas de suas filhas estão na faculdade, outra concluiu o 2º grau e a quarta concluiu o 1º.

Odete continua sem saber ler um manual de instruções, preencher um formulário, compreender uma bula, entender os termos de um contrato, achar alguma palavra num dicionário. Francisca, a da carta para Inhapi, perdeu a conta das vezes em que foi enganada pelos cobradores de ônibus, ou na feira, com troco errado. Aprendeu que todos os ônibus de São Paulo não vão para o mesmo lugar, como lá no Norte. Ainda hoje anota o número do ônibus na mão, e tem medo de esquecer o nome do remédio que o médico lhe receita. “Acho terrível não saber as letras”, diz. Mas à sua maneira, mesmo sem decifrar os signos da língua, aprendeu a transformar sua própria condição de vida.

A face do silêncio

A violência doméstica atinge não apenas a mulher, mas toda a sociedade

De São Paulo e Rio de Janeiro, *Veja*, 1º de julho de 1998

“Temos hoje, na Presidência dos Estados Unidos, um filho que viu sua mãe ser espancada e abusada em casa. Devido ao costume da época, essa mãe não pôde proteger-se, nem denunciar. O espancamento só cessou quando Bill confrontou o padrasto.” O contido depoimento da primeira-dama americana, Hillary Clinton, no salão nobre do Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID, em Washington, por ocasião da Conferência sobre Violência Doméstica na América Latina e Caribe, pegou a plateia de surpresa. Não cabia, naquele plenário, detalhar as agressões domésticas que marcaram a infância do presidente Bill Clinton, mas tampouco cabe, nos dias de hoje, varrê-las de sua biografia. “A solidão é parte da vergonha, que é parte do silêncio”, alertou Hillary. “Não acreditamos

que a violência doméstica seja uma questão cultural. Acreditamos que seja um ato criminoso, ponto.” Infelizmente, as duas coisas não são excludentes. “Por enquanto”, pondera Martha Mesquita da Rocha, titular de uma das seis Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher, Deam, do Rio de Janeiro, “é só na santidade da maternidade que a mulher está a salvo. Somente quando o homem bate na própria mãe é que se manifesta um cunho de reprovação total da sociedade. Quando essa mesma mãe apanha do marido, passa.”

Passa, mas custa caro, como podem constatar os governos e entidades internacionais que contabilizam os custos diretos e indiretos da violência doméstica. São números de dar medo, e o recado é inequívoco: a violência doméstica e seu sinônimo mais frequente, a violência contra a mulher, não cabem mais no espaço privado. Elas exigem políticas públicas de envergadura. Alguns exemplos desse balaio de estatísticas desconstruídas.

– O Banco Mundial estima que um em cada cinco dias de absenteísmo no trabalho feminino decorre da violência doméstica.

– Ela custa, ao Canadá, 1,6 bilhão de dólares por ano, somando-se atendimento médico e queda de produtividade. Nos Estados Unidos, segundo o BID, essa cota oscila entre 10 bilhões e 67 bilhões de dólares/ano, dependendo dos critérios. No Chile, a violência doméstica engole 2% do PIB.

– Nos Estados Unidos, um terço das internações de mulheres em unidades de emergência é consequência de agressões sofridas em casa; em algumas cidades, elas são mais do que as de vítimas de acidentes de carro, assaltos e câncer somadas.

– 23% das mulheres brasileiras estão sujeitas à violência doméstica, segundo levantamento da Sociedade Mundial de Vitimologia, sediada na Holanda, entre 138.000 mulheres de 54 países.

– 41% dos homens que espancam suas parceiras também são violentos com as crianças da casa. Um terço dessas crianças tende a perpetuar a agressividade quando crescer.

– No Rio de Janeiro, registram-se 5.098 ocorrências de violência doméstica por mês, ou 170 por dia. Isso significa que a cada hora há sete mulheres em situação de violência, segundo levantamento do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, Cedim.

Para que empilhar tanto número?

“É necessário quantificar o problema para torná-lo real aos olhos dos economistas e para a elaboração de políticas públicas”, sustenta o colombiano Tarcísio Castañeda, especialista em políticas sociais. Isso já foi feito com as consequências socioeconômicas do cigarro, do alto índice de problemas cardíacos, do consumo de drogas. No caso da violência entre quatro paredes, contudo, abriu-se apenas uma fresta. “Não é esperado que nossa geração complete a tarefa, mas não nos é permitido não tentar”, diz a vice-primeira-ministra de Barbados, Billie Miller. O ponto de partida todo mundo conhece: o lugar mais perigoso para a mulher é em casa. Segundo dados mundiais, o risco de uma mulher ser agredida em sua própria casa, pelo pai de seus filhos, ex-marido ou atual companheiro, é nove vezes maior do que o de sofrer alguma violência na rua, fora do âmbito familiar. Aquelas que deveriam ser as paredes protetoras do lar atuam como muros do medo. A vítima não vê saída, mesmo que tenha a chave da porta. Isso porque, em sua essência, a violência doméstica é a manifestação da distribuição desigual de poder. Poder físico, econômico, psicológico, social e, sobretudo, emocional do homem. Aí estão o nó da questão.

Para que a sociedade possa produzir respostas institucionais de prevenção e combate à violência doméstica, estatísticas são, de fato, essenciais. Mas, para retratar o real estrago de uma vida espancada, elas não servem. Para isso, mais vale fazer ponto numa das quase 260 Delegacias da Mulher espalhada pelo Brasil e observar o silencioso desfile de mulheres que vão chegando. Há a que vem de celular na mão, há a que traz uma fitinha de Nosso Senhor do Bonfim amarrada na sacola de plástico. Quem sabe a sorte muda. Há a que esconde a marca da brutalidade sofrida na véspera; outra estampa o medo da violência que não deixa impressão digital. Todas parecem ter uma mesma expressão no olhar. É um olhar vazio, perplexo e derrotado. Ele espelha o caminho que cada uma percorreu até a delegacia, para expor as feridas mais íntimas de sua vida. Muitas desistem à última hora e dão meia-volta antes de entrar. Outras – quase 30% – retornam nos dias seguintes para retirar a queixa. “Quero que a violência cesse”, diz a delegada Martha Rocha, “mas tenho a humildade de não impor a essa mulher os meus princípios. Não tenho a pretensão de mudá-la.” Segundo dados levantados pela pesquisadora carioca Barbara Soares, do Instituto Superior de Estudos da Religião, Iser, 52% das mulheres que sofreram agressões anteriores preferiram não fazer registro. Ainda assim, foram quase 220.000 os boletins de ocorrência registrados nas Delegacias da Mulher em 1997.

Em todo o país, a procura mais intensa de ajuda ocorre às segundas-feiras, logo que acaba o fim de semana de agressões em que a vítima tem poucas possibilidades de escape, pois o agressor está dentro de casa. É as manhãs de segunda-feira, depois de encaminhar os filhos para a escola e certificar-se de que o marido saiu para o trabalho, que a mulher agredida se põe em marcha. No caso da Delegacia da Mulher mais movimentada do Rio, situada numa contramão da zona portuária da cidade, o caminho é hostil. A delegacia está escondida numa área que causa estranhamento, entre armazéns desativados e prédios surrados que abrigam órgãos policiais. É preciso determinação e anestesia emocional para chegar até ali, subir os três lances de escada e alcançar o corredor que deságua na área de atendimento. Para fazer o relato de suas cicatrizes, a vítima não tem a mínima privacidade, nem cadeira para sentar. A seu lado, ombro a ombro, outra mulher estará relatando uma rotina de murros e abusos semelhantes. Nessa primeira saleta não há anelas. Os depoimentos são dados por cima de um balcão de vinil azul para plantonistas que ao mesmo tempo precisam atender às chamadas telefônicas, igualmente urgentes. “O meu ex-noivo, coronel reformado do Exército, está com uma calibre 12, uma espingarda e uma pistola 45 em casa”, inquieta-se uma voz feminina que conseguiu ligar cedinho. “Ele bateu na minha filha, que teve afundamento no rosto, e a mantém presa em casa”, denuncia outro fiapo de voz. O plantonista ouve, orienta e dá o endereço da delegacia. Enquanto isso, desconcertada com as interrupções, a vítima que está tentando contar seus horrores ao vivo, de pé no balcão, se sente um nada.

“Os publicitários que criam peças institucionais belíssimas, completamente irreais, deveriam vir até aqui”, sugere a investigadora Isa da Silva Barros, 49 anos, doze dos quais na Deam, três faculdades e salário de 540 reais. “Eles colocam artistas famosos como Tony Ramos e Milton Gonçalves para falar das Delegacias da Mulher, criam expectativas de atendimento com solução para tudo, e acabam induzindo quem nos procura a decepções fortes. Por falta de estrutura, a gente acaba ficando mal.” Oswaldo de Assis, 41 anos de idade e seis meses no posto, pisa mais fundo. “Proteção para a mulher agredida só existe no seriado *Dama de Ouro*, em que a delegada americana Katy Mahoney resolve tudo. O *Delegacia de Mulheres*, da TV Globo, também glamourizou demais, com aquela coisa de cafezinho e tapinha no ombro. Na prática não é nada disso.” Não é mesmo. A começar pela imagem que a própria corporação tem do policial alocado em uma Delegacia da Mulher. “Quando informei meus colegas que eu vinha para cá”, lembra Assis, “foi como se eu dissesse que tinha caído na vida. ‘Tá lá de castigo?’, perguntam até hoje. Troquei o poder da truculência por isso aqui, onde o marginal é um pai de família.”

Numa segunda-feira recente, uma das primeiras a chegar na Deam mais movimentada do Rio foi a dona de casa Rosamaria, acompanhada de seu companheiro agressor. Aflita, veio retirar a queixa que fizera dias antes. “Ele não merece ficar com o nome sujo, trabalha em repartição pública há quarenta anos. Ele nunca tinha me batido antes, foi a primeira vez, não matou ninguém. A gente tem de resolver as coisas em casa, entre a gente mesmo. Eu é que fiz besteira e agora vou tentar consertar.” A escritã Márcia Bezerra Mendonça, 35 anos e oito meses de Deam, ouve o casal. “O que queremos, aqui, é que haja um entendimento, quando possível”, explica a policial. “Num primeiro momento, a mulher agredida se sente traída, aviltada. Vem e faz o registro. Numa segunda fase, ela começa a mensurar as consequências da denúncia, como fica o sustento dos filhos se o marido for preso, o tamanho da vergonha. Por isso ela volta e retira a queixa. No fundo, a mulher nos procura não tanto para denunciar um crime, mas para ver se a polícia consegue modificar o temperamento violento do parceiro.” É aí que reside o perigo. Para Déborah Menezes, delegada titular da Deam de Brasília, ameaças devem ser levadas a sério. “A própria mulher não acredita que um dia a ameaça possa tornar-se realidade. De tanto ouvir: ‘Vou te matar, vou fazer picadinho de você’, aquilo já virou feijão-com-arroz. No fundo, nem a policial acredita. Mas um dia entorna.” Segundo tese de mestrado do pesquisador Renato Sérgio de Lima, do Seade, 40% dos homicídios de autoria conhecida cometidos contra mulheres, no município de São Paulo, são intrafamiliares. A média nacional é pior ainda: 66%, segundo dados divulgados na semana passada pelo Movimento Nacional dos Direitos Humanos no livro *Retratos dos Homicídios Femininos no Brasil*. O caso mais recente, ainda nebuloso, é o do promotor de Justiça de São Paulo, Igor Ferreira da Silva, suspeito de haver matado a mulher, grávida de oito meses, no último dia 4.

Quem não vive uma situação de violência em casa tem dificuldade em entender sua lógica, a desproporção abissal entre a miudeza da causa e a devastação do efeito. Em situações de relacionamento-limite, basta uma camisa mal passada, o sumiço de um objeto, a recusa de um contato

físico, o atraso na volta das compras, para desencadear o pior. E o pior, quando se fala em violência doméstica, é simplesmente inimaginável: uma senhora de meia-idade talhada com facção e o ânus incendiado por uma garrafa de álcool. A mulher de um policial encaminhada a seção de politraumatismos – seu rosto é uma massa amorfa de cores arroxeadas. Mais adiante, um torso e ombros com queimaduras que lembram os efeitos do napalm. Outra tem a cabeça e o corpo enfaixados como múmia, restando apenas o olhar vazio. Uma jovem que já foi linda, com pontos cirúrgicos ainda frescos ziguezagueando o seu rosto, pescoço e corpo. Uma pré-adolescente com as costas lanhadas.

Segundo uma teoria desenvolvida pela psiquiatra americana Lenore Walker, que estuda a cumplicidade da mulher espancada com seu agressor, a violência doméstica segue três ciclos distintos. A primeira fase é a escalada da tensão, uma tensão insuportável, que costuma moer emocionalmente a mulher, e durante a qual ela se anulará ao extremo para tentar apaziguar o parceiro. Como Julia Roberts, no filme *Dormindo com o Inimigo*. Jamais dá certo. Segue-se a brutalidade anunciada, que dura, em média, de duas a 24 horas. Durante a sessão de violência, a mulher não tem mais o que temer – o pior já está ocorrendo. É a catarse, para os dois. Passada a explosão, começa a fase da tranquilidade doentia, em que a vitimização da mulher se completa: o parceiro faz juras e promessas, e ela, por não ter condições psicológicas de não acreditar, finge que acredita. Não é raro que uma mulher submetida a anos de abuso acelere a fase da pancadaria para chegar logo à fase da lua-de-mel. Somente quando a agredida se sente completamente sem saída, pode ocorrer-lhe matar o companheiro agressor. Nesse momento, com medo de si mesmas, muitas procuram ajuda.

“Senhora, pare de falar um pouquinho, senão não entendo nada”, pede a policial Ana Regina Soares, 42 anos, que dá plantão de 24 horas, a cada três dias, enquanto tenta transformar o relato fluvial de uma vítima numa ocorrência policial em cinco vias. “Você fica sentada aqui dia e noite, escutando situações dramáticas que não pode resolver com um 38. Só pode colocar no papel. Quando entra uma nova vítima por essa porta, mudam apenas o nome e o endereço. A gente já sabe o enredo do samba: agressão, estupro ou ameaça porque o arroz queimou.” Naquela manhã de segunda-feira, ao lado da figura miúda, com olhar de passarinho, que trazia um bebê no canteiro, outro no colo, e deixara os seis filhos maiores em casa “para buscar meus direitos” (fora espancada pelo marido por se recusar a manter relações sexuais), estava uma senhora de classe média alta, acompanhada da filha universitária de 20 anos, vinda de Jacarepaguá. Tinha um braço engessado e o olho direito macerado. Na véspera, domingo à noite, o marido com quem está casada há 22 anos, executivo de uma grande cervejaria, cobriu-a de socos, chutes, tapas e pauladas, bateu-lhe o roscão na parede e a arrastou da sala até o quarto. Motivo: o sumiço de uma carteira.

A próxima da fila é uma figura em desalinho, que mal alcança o topo do balcão, agarrada a uma sacola em que guarda o que conseguiu pegar antes de fugir do seu apartamento de Copacabana: um chinelo, um pacote de biscoito água e sal, algumas peças de roupa. Está fora de casa há quatro dias, amparada por uma vizinha. “Ele sempre aumentava o som da televisão na sala ou no quarto antes de me bater. Eu apanhei por dezessete anos. Mas dessa vez me deu terror quando ele botou um lençol da minha garganta para eu não gritar. Acho que levei muito soco, não lembro bem. Depois ele me atacou com unhadas que destruíram minhas partes íntimas. Foi horrível...” O investigador Assis coloca o formulário da ocorrência na caquetica Olivetti e começa a batucar. “Zero sete, barra, zero cinco, barra, 98...” “E o que mais”, pergunta Assis, protocolarmente. Sempre tem mais. “Ele falou que se eu aparecer vai me matar... ele é policial militar reformado.” A depoente está com a vida à deriva. Existem, no Brasil, sete casas-abrigo para onde são encaminhados os casos de maior risco. Mas é difícil avaliar onde mora o perigo, e mais difícil ainda, para a mulher, romper com tudo e com todos e ir esconder-se da vida.

Diálogo entre o investigador Peninha, chefe do setor de estupros da Deam de Brasília, e um suspeito:

- O senhor já foi preso alguma vez?
- Só três vezes.
- Por quê?
- Porque furei minha esposa.
- Furou como?
- Esfaqueei, as três vezes.

Nos países mais desenvolvidos, faz-se todo tipo de cruzamento de dados para determinar o berço em que nasce a violência doméstica. Desde características individuais do agressor (biológicas,

idade, abuso na infância, educação, profissão) até as familiares (densidade habitacional, renda familiar) e da comunidade (violência do bairro, índice de criminalidade do país). Disso resultam algumas conclusões genéricas: 1) quanto mais tempo de casado, maior a chance de haver violência; o direito ao abuso parece consolidar-se; 2) quando a mulher tem um trabalho remunerado, a violência física mais bruta despenca substancialmente; a violência psicológica, porém, permanece a mesma; 3) o agressor costuma estar na idade máxima de produção (entre 25 e 40 anos) e recorre à violência quando acha que não está conseguindo cumprir o mandato social de ser o provedor, a autoridade; 4) alcoolismo, pobreza e desemprego, frequentemente citados como causa, são coadjuvantes, não atores principais; 5) a teoria do agressor descontrolado, sob stress intenso, não se sustenta: quanto mais ele brutaliza a mulher, mais diminui seu batimento cardíaco; ele focaliza com frieza a agressão. Ademais, se as tensões no trabalho fossem a causa, por que não começar espancando o patrão?; 6) classe social não altera o comportamento-padrão da vítima e do agressor.

Um bem-nascido empresário de Brasília, frequentador assíduo das colunas sociais, e que semanas atrás foi denunciado pela quarta vez por lesões corporais, em nada se distingue do espancador de salário mínimo. Segundo os registros policiais feitos por sua jovem e bela ex-mulher, o que começou com xingamentos e empurrões evoluiu para socos, chutes no rosto, espancamento generalizado e humilhação inenarrável em frente dos empregados. O ciclo terminou numa sala do Instituto Médico Legal, para o exame de corpo de delito. Terminou cedo, após apenas cinco anos de casamento. Segundo um exemplo apresentado na conferência do BID em outubro passado, 37% das mulheres argentinas espancadas em casa sofrem o abuso há mais de vinte anos.

Significativamente, o agressor doméstico da mulher, quando chamado a depor, costuma ostentar sua violência também em público. Nesse sentido, está na ponta oposta à do pai, padrasto, avô ou aparentado que pratica um dos capítulos mais desconcertantes de violência doméstica, o abuso sexual de crianças em casa. O abusador é reservado, chega dócil à delegacia e não raro se declara crente. Já houve quem pedisse uma *Bíblia* para se ajoelhar. “O adulto incestuoso sabe o erro dele, e não existe ordem de comando mais forte do que a consciência. Ele sabe que não tem amparo de ninguém, nem na prisão”, observa uma das psicólogas da Deam de Brasília. “Em contrapartida, o homem agressor se sente imbuído do que considera seus direitos e chega aqui cheio das razões.” Alguns ficam tão exaltados com o fato de estar numa Delegacia da Mulher, onde, pela primeira vez em sua vida, a autoridade homem-mulher se apresenta invertida, que às vezes é necessário algemá-los. “Numa Delegacia da Mulher, mesmo que o policial seja homem, não haverá solidariedade com o agressor, e isso é desconcertante, é uma enorme novidade”, observa a delegada Martha Rocha.

O problema é que, fora dali, a licença social dada ao homem para agredir sua mulher ainda é ampla. Mundo afora, todo um elenco de agentes sociais que poderiam atuar na prevenção da violência doméstica – professores, profissionais de saúde, lideranças religiosas, legisladores – continua omissos. Uma das aberrações mais gritantes desse quadro vigorava no Peru, onde, pela legislação abolida somente no ano passado, todo estuprador que aceitasse casar com a mulher que violentara estava liberado de qualquer pena. No fundo, enquanto a mulher agredida continuar excluída das políticas de defesa dos direitos humanos, como se fossem vasos não comunicantes, pouco se avançará. Tantos séculos depois que a Inglaterra codificou o tamanho da vara com a qual um marido podia espancar sua mulher (um polegar), a violência doméstica se mantém encruada na família, como um furúnculo que de vez em quando estoura. Enquanto o médico não denunciar ferimentos suspeitos, a professora não observar sinais de alerta numa criança, o padre, rabino, pastor ou mãe-de-santo não condenar regularmente a violência doméstica, e a sociedade, como um todo, não reconhecer que o problema é dela, não há Delegacia da Mulher que resolva. Ao contrário do que sugere Hillary Clinton, quem acaba com a brutalidade em casa não é a polícia. Somos nós.

Sem fachadas¹⁰¹

Alaíze chegou sozinha ao 2º andar do 9º DP de São Paulo, no bairro de Santo Amaro, onde funciona a Delegacia da Mulher mais movimentada da capital. O marido com quem está casada há vinte anos, fiscal da Secretaria da Fazenda, não suspeita que a mulher em quem bate há pelo menos dez esteja ali, aguardando a vez, para denunciá-lo. Naquela manhã de sexta-feira, Alaíze trazia, na

¹⁰¹ Este e os dois subtítulos que se seguem constituem-se em boxes que acompanham o texto principal.

boca inchada, o carimbo da agressão mais recente. Ela está com 43 anos, tem uma filha de 7, casa confortável e carro, frequenta clube de classe média. Esta é a fachada de sua vida.

Só que naquela sala de espera não sobra lugar para fachadas. Quem chega até ali se esgueira até os bancos de madeira em forma de L e fica quieto. Ninguém olha para os lados nem puxa conversa. Não precisa. Num canto está a moreninha Cineide, com um imenso curativo cobrindo o olho estourado por uma sequência de murros do ex-marido. É só o pedaço mais visível do seu estado de decomposição interior. A cabeça lateja, ela tenta disfarçar a tontura. Cineide acaba de ser informada de que para registrar queixa ela precisa lembrar do nome completo dos pais do ex-marido agressor. “Deus meu, me ajude. Como é que eu vou saber esses nomes numa hora dessas? Eu nem os conheci, morreram cedo. Acho que era Ana e Albertino.” Sentado num canto mais afastado, um evangélico aguarda a vez de apresentar queixa de adultério contra a esposa. Numa outra ponta, uma senhora de meia-idade não larga a mão da filha. É a mais encolhida. Na véspera, pressentindo novo surto de violência em casa, foi até um orelhão chamar a polícia, pelo 190. Quando voltou, o marido saiu nu do banho e começou a chutar e arrebentar o que via pela frente. “Quero ver essa polícia chegar! Duvido. Daqui a gente só sai morto, eu e você.” A polícia jamais veio. Foi uma noite de terror.

Enquanto aguarda sua vez, a miúda Alaíze procura se convencer de que está fazendo a coisa certa. “Que coisa horrível, vir até aqui e denunciar a pessoa com quem vivi a vida toda, que é pai da minha filha, que me conhece melhor que os meus próprios pais. Mas não posso completar mais um ano apanhando. Acho que os abusos e o desrespeito começaram quando eu me tornei dependente dele até para comprar um pente. Eu já tive emprego – fui secretária bilíngue durante mais de dez anos –, mas me deixei convencer a parar de trabalhar. Me tornei a office-girl de luxo do meu marido, sem nenhuma vontade própria. Até para mudar um sofá de lugar eu tinha de perguntar antes. Depois vieram as bofetadas. Na hora, não dói, você não pensa em nada, só em ficar quieta, em não reagir. Os hematomas, os zumbidos na cabeça, as feridas aparecem depois. É ficar quieta e ganhar aquele murro, ou ele quebra a casa inteira. As agressões são sempre à noite, e me convenci de que se eu não gritar minha filha não vai notar nada. Já não vivemos maritalmente, mas o controle continua total. É doentio. Fui aceitando porque não queria perder o que tenho, não queria piorar as coisas ainda mais. De uns tempos para cá, ando com mais medo. Avisei uma vizinha para pedir ajuda se algum dia me ouvisse gritar. Também coloquei uma escada de pereiro do lado de fora da janela do meu quarto e tenho dormido com uma pochete na cintura. Mas isso é jeito de dormir? Na pochete eu guardo os documentos da minha filha e os meus. Também escondo 50 reais para poder pegar um táxi, numa emergência. Nem sei como vim até aqui – me sinto como se eu estivesse engatinhando. Estou com medo de fazer a denúncia, mas não quero que minha filha tenha medo de ser mulher quando crescer.”

Alaíze saiu da delegacia mais insegura do que entrou. Uma folha de papel que recebeu da policial lhe queima as mãos: trata-se da intimação que deverá entregar ao marido, com data marcada para seu comparecimento perante um juiz. Por que a intimação não é enviada pelo Correio? Por que não é entregue por um policial? Por que tem de ser logo por ela, que já gastou toda sua coragem indo até a delegacia? “Falta de meios”, denuncia a própria coordenadora das 124 Deams de São Paulo, Maria Inês Valente. Quem lida com violência doméstica sabe que há agressores que obrigam as companheiras a literalmente engolir as intimações. Alaíze também sabe. Por isso talvez não a entregue.

Última parada

Em todo o Brasil existem apenas sete refúgios públicos e seguros para mulheres que atingem o grau máximo do medo e correm perigo de vida em casa. Em São Paulo, Porto Alegre, Campinas, Rio, Brasília, Fortaleza e Belo Horizonte. São espaços em que a integridade física da mulher, e a de seus filhos menores, estará resguardada pelo poder público por um máximo de noventa ou 120 dias, e onde ela tentará reestruturar-se emocionalmente. Cavalos de batalha das organizações feministas, as Casas Abrigo representam um grande avanço no envolvimento do Estado com as consequências da violência doméstica. Apenas o Canadá tem instrumentos semelhantes. A localização desses refúgios é mantida em sigilo absoluto, e as mulheres para lá encaminhadas ficam proibidas de revelar onde estão até mesmo para seus familiares mais chegados. O regimento é severo, pois as tentativas de rastreamento por parte dos agressores mais violentos costumam ser doentias. Pouco tempo atrás, uma refugiada em abrigo do Rio deixou vazar para a família em que bairro ela estava protegida. Pouco depois, seu

marido foi liberado do presídio de Campos e, com o auxílio da rede de marginais da região, localizou o esconderijo. Externamente, as Casas Abrigo não têm nada de singular, nenhuma placa, nenhuma movimentação que possa chamar a atenção dos vizinhos. Um pouco como os “aparelhos” que abrigavam os militares de esquerda durante os anos da ditadura. Do lado de dentro a história é outra.

A Casa Abrigo do Rio de Janeiro é uma das mais bem estruturadas. Tem psicóloga, agente de saúde, educadoras sociais, professoras para as crianças de até 6 anos e segurança. É provável que nenhuma das 71 mulheres e 133 crianças que ali aportaram entre janeiro e abril deste ano tenha recebido tanta atenção em toda a sua vida. Ainda assim, o rompimento da mulher agredida com o mundo é duríssimo, e nem todas aguentam. Algumas trazem em si a síndrome da violência adquirida em casa. “Não tenho em que descarregar, elas agredem os próprios filhos, deixando a mamadeira azedar, não trocando as fraldas, não dando o peito para mamar”, observa a psicóloga Lourdes Lira, que dirige o abrigo com duas coordenadoras também psicólogas, Denise Brasil e Eliane Motta. O depoimento de Cristina, de 34 anos, ilustra como é duro largar todas as amarras, perder todas as referências e não quebrar.

“Foi no dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher. Eu voltava com meu marido de um churrasquinho na Ilha do Governador. Dezoito anos de casados, três filhos. Quietos e sem dizer palavra, ele trancou a porta e me arreventou toda. Quando meu filho mais velho conseguiu entrar, tinha sangue nas paredes e pedaços dos meus dentes no chão. Não foi a primeira vez, foi a mais violenta. Nas 48 horas seguintes, ele parecia um animal, me manteve presa em casa. Depois de alguns dias, fui à Delegacia da Mulher e registrei a ocorrência. Também fui ao Fórum para entrar na Defensoria com registro de agressão e lesão corporal, mas o advogado me disse para aguentar ‘só mais um pouquinho’, para eu voltar em quinze dias. Quinze dias? Esperar ‘só um pouquinho’? Como é que alguém pode dizer um absurdo desses? Entrei em pânico, peguei um ônibus e fui direto ao Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, Cedim, que me deu o endereço sigiloso dessa casa do subúrbio do Rio. Aceitei me esconder porque meu marido poderia me matar se descobrisse que o denunciarei, ou eu poderia matá-lo, de medo. Foi como sair de uma vida inteira, não apenas uma casa. Saí fugida, apavorada de que ele chegasse enquanto eu pegava duas calcinhas, uns jeans, chinelo, escova e creme dental. Consegui achar o Abrigo por milagre, no meio da noite. Vim sozinha. Não me senti no direito de arrastar meus filhos menores, pois só eu sei por que estou aqui. Acho que fiz bem. Aqui é duro. Quando acordo, percebo que não estou na minha cama, que este não é meu travesseiro, que não sei onde estou. Sinto apenas que estou onde jamais deveria estar. É uma dor muito grande. Eu tinha uma casa, uma família, e hoje divido o quarto com mulheres feridas e desesperadas. Minha vizinha de beliche não está aguentando, todo dia ela diz que vai sair daqui. É fácil cair na depressão, ela vai te consumindo. Não gosto de ver novelas, como as outras daqui – afinal, o clima da minha vida não está para novela, com gente se beijando e eu nesta depressão. Dói mais ainda. Quero fazer coisas normais, coisas comuns, como ir a um supermercado. Quero de volta essa vida que tem aí fora. Para mim, voltar à lucidez está sendo difícil. Não sei mais quem sou. Mas sei que estou viva.”

Delegada, e mulher

A santista Déborah Menezes, titular da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher, Deam, de Brasília, é uma parada. Oito anos atrás, quando foi indicada para comandar os 85 homens da violentíssima Delegacia de Roubos e Furtos da capital, respirou fundo. “Ali só tinha bom de briga. Quando cheguei, achavam que eu não ia aguentar quinze dias. Fizeram repressão. Mas fui esperta: fiquei um mês inteiro só observando e pensando: ‘Vou moê-los todos’. Quando comecei a varar noites caçando quadrilhas e pegamos os sequestradores do filho do dono do Hotel das Nações, eles entenderam. Passamos a nos respeitar.” Dois anos depois, recolheu seu revólver calibre 38 para dentro da bolsa e assumiu a única Deam do Distrito Federal. À sua maneira. “Chefiar 65 mulheres é mais chique. Não tenho paciência com agente que tem medo de dar batida em cemitério à noite, ou que pede muita licença médica. ‘Então volta para a cozinha, minha filha’, aconselho.” Com uma linguagem dessas, suas relações com setores do feminismo se anunciavam ásperas. Hoje, as duas partes se conhecem melhor, aprenderam a se respeitar e trabalham juntas. Setores da OAB também já chegaram a criticar a Deam de Brasília por extrapolar em suas atribuições, acolhendo, por exemplo, denúncias de assédio sexual quando assédio nem sequer ainda consta da lei.

O fato é que cair nas malhas da “doutora Déborah”, como ela é conhecida por quem já frequentou sua delegacia – ou por quem teme frequentá-la algum dia –, costuma ere mau negócio. Sobretudo para quem está habituado à impunidade do poder de classe ou do cargo. A galeria de intimados que já compareceram à sede ajardinada da Deam de Brasília inclui deputados federais, um juiz, jornalistas, dentistas, advogados, empresários graúdos, até mesmo um delegado de polícia acuado de ameaçar sua mulher. “Quanto mais poderoso, mais pianinho chega. No fundo, o mesmo medo que a mulher tem dele, ele tem da exposição pública”, constata a delegada. Ainda recentemente, o Itamaraty achou prudente convidá-la para participar de um seminário sobre segurança das missões estrangeiras em Brasília. À primeira vista, nada a ver. Mas tem, pois não raro a doutora Déborah extrapola seu raio de ação para muito perto das imunidades diplomáticas. “Não posso recusar denúncias contra estrangeiros que bolinam funcionários brasileiros”, responde a delegada. “Imunidade diplomática impede de processar, mas não de denunciar.” Uma vez, agasalhou a denúncia registrada pela mulher de um embaixador; também já deu flagrante num funcionário da Embaixada da Inglaterra que se preparava para ensinar “como se faz um nenê” a quatro amiguinhas de classe média lata, de 6 e 7 anos de idade.

Mas a Deam de Brasília não é uma das melhores do país por enquadrar figurões ou poderosos. Ela é singular porque o efetivo policial que ali trabalha (três delegadas, nove escritivas, duas psicólogas e quatro plantões de sete agentes) veste a camisa e não considera uma podada na carreira estar alocado numa Delegacia da Mulher. É um efetivo que não trata a rotina da violência com tédio, pressa, burocracia ou escárnio. Aprenderam, algumas vezes na marra, a respeitar a mulher agredida que vem retirar a queixa porque “no fundo, ele é bom pai”. É uma delegacia onde a policial de plantão não interrompe o relato de uma agredida para atender ao telefone – na Deam de Brasília, há uma agente só para as chamadas telefônicas. São, em média, 100 chamadas por dia, tanto para o telefone normal da delegacia quanto para as quatro linhas diretas do disque-estupro, que não requer ficha telefônica. Déborah Menezes não tem pruridos de ser pidona. Já conseguiu quatro carros Opala do Tribunal Regional Eleitoral, móveis do Banco do Brasil, árvores, plantas e jardinagem da Novacap. A filmadora, o videocassete e os televisores foram cedidos pela Receita Federal, as fitas e os filmes vêm de uma empresa local, tudo para a constituição de uma valiosa videoteca com imagens de agressores e vítimas. Mas doações só são aceitas com papel passado e não podem vir de entidades, pessoas ou empresas alguma vez denunciadas a Deam. Há tentativas de corrupção? “Sim, da classe alta, que vem com conversas do tipo ‘não quer trocar seu carro?’, ou ‘poderíamos ajudar na reforma de sua casa ou da delegacia’.”

Delegada de primeira classe especial, nível mais alto da carreira, a doutora Déborah está cursando o 2º ano de psicologia, no período da manhã, junto com a garotada de 20 e poucos anos. Semanas atrás, enquanto participava de um seminário no Rio de Janeiro, varava as noites estudando os textos do filósofo austríaco Karl R. Popper. Na véspera da prova, fazia planos para “chegar cedinho, pegar um lugar lá no fundo e dar minha coladinha”. Está com 46 anos, tem três filhos adultos, um neto e um mastim napolitano chamado “Camorra”. Tem, sobretudo, senso de humor. É ela quem conta o episódio de um marido acusado de espancar a esposa que chegou enfurecido por ter de prestar declarações uma Delegacia da Mulher. Ao ver a delegada titular, fulminou: “Em vez de a senhora ficar enchendo o saco da gente, devia é malhar numa academia para ficar mais gostosa”. Levou um tabefe tão profissional quanto impróprio – afinal, não fica bem a titular de uma delegacia especializada em acolher denúncias de agressão distribuir murros no local. Déborah Menezes chegou a responder a inquérito pelo tabefe. “Não faria de novo”, diz. “Mas não me arrependo.”

Medo surdo, quase animal¹⁰²

¹⁰² Dorrit Harazim estava a passeio por Nova York, em visita à filha Clara, que lá estudava, quando soube pela televisão que aviões haviam se chocado contra as Torres Gêmeas. Assim que o ocorrido começou a ser tratado pelas autoridades como ataque terrorista, a jornalista se dirigiu ao local para fazer a cobertura para o site NO (no.com.br). Esta foi a primeira de cinco reportagens, produzidas em sequência, a partir de 11 de setembro. Todas elas foram replicadas com destaque pelo *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro, veículo para o qual Dorrit trabalhou na editoria de Internacional de setembro de 1976 a setembro de 1979, e estão reproduzidas na sequência nesta edição.

Terrorismo deixa os EUA sitiados pelo medo.

De Nova York (EUA), *Jornal do Brasil*, No.com.br¹⁰³, 12 de setembro de 2001

Durante cinco horas, Nova Iorque ficou de joelhos. Com as ruínas dos 220 andares do World Trade Center esparramadas por Manhattan, a cidade saiu da orfandade inicial – semelhante à que emudeceu a América quando J. F. Kennedy foi morto – e se viu às voltas com um sentimento coletivo ainda mais desconcertante: o medo. Um medo surdo, silencioso, difuso, quase animal e ao mesmo tempo irracional de que tudo – literalmente tudo – ainda podia acontecer. Até porque, para quem esteve no epicentro ou num raio de 10 quilômetros da tragédia, tudo já tinha acontecido. A sensação de correr desvairadamente por ruelas ladeadas de arranha-céus, com um tufão de breu, fumaça e detritos do tamanho de uma porta de automóvel se enfiando pelas mesmas ruelas é indelével. Não havia mais céu. Era o inferno do filme *Independence Day*, com a mesma massa escura, irrespirável e pegajosa envolvendo quem por ali estivesse.

Enquanto as duas torres ainda faziam parte da silhueta de Nova Iorque, mesmo que já se esvaindo em chamas e fumaça, a população acompanhava o drama como figurante de um filme sendo rodado ao vivo. Quem estava de carro no centro financeiro, estacionava, abria as portas e colocava o som no volume mais alto para que todo mundo ouvisse o noticiário. Quem tinha loja com televisão, deixava entrar os tantos que só acreditavam no que estavam vendo se o vissem na TV. A cada uma das centenas de esquinas com visão para o epicentro do World Trade Center, uma multidão olhava transfixada para as duas torres. Algumas fotografavam o espetáculo. A maioria colava o seu celular ao ouvido por puro hábito, pois estavam mudos. Para a população em geral, foi o emudecimento abrupto da telefonia móvel que detonou o primeiro grande pânico. Para uma cidade que acorda e vai dormir com o celular ligado, era como ficar cego, surdo e mudo. Considerando-se que o World Trade Center sozinho tinha uma população fixa de 40 mil pessoas, sem falar nas 200 mil que por ali transitam diariamente, cada celular mudo na cidade era uma alma em aflição.

Mas a verdadeira orfandade ocorreu às 10 horas da manhã, quando o ronco de um vulcão envolveu a parte baixa de Manhattan. Arrancada de sua estrutura pelo que pareceu ser uma explosão, uma das torres em chamas começou a ruir. Durante os primeiros segundos, como naquela brincadeira de infância em que todo mundo vira estátua, a população de Nova Iorque que estava na rua virou estátua. Nos segundos seguintes, a catarse de uma dor coletiva. Uns cobriam o rosto com as mãos, para não ver o resto. Outros levantavam as mãos aos céus, em súplica. Outros ainda escolhiam um canto de calçada, sentavam, dobravam o corpo para a frente, e vomitavam. A maioria chorava em silêncio. Desconhecidos se abraçavam, se confortavam, se tocavam fisicamente para se sentirem vivos. Quando, 33 minutos depois, a segunda torre começou a ruir, um pedaço de Nova Iorque tinha se transformado numa Bósnia. Não, numa Beirute. Não, numa Dresden. Talvez um pouco de cada. Quarteirões e mais quarteirões calcinados. A cada nova hora, mais um arranha-céu contaminado pelo fogo e pela destruição. Pela primeira vez em sua história, os Estados Unidos olhavam para os escombros de sua vulnerabilidade.

A verdadeira extensão dessa vulnerabilidade foi sendo conhecida aos espasmos.

Pelo menos quatro aviões sequestrados cruzando o céu em mãos de pilotos suicidas, parte do Pentágono destruído, a Casa Branca evacuada, todos os aeroportos do país fechados, o presidente George W. Bush completamente à deriva durante as primeiras seis horas (“vamos abrir um inquérito completo sobre os acontecimentos”...), bombardeiros F-4 sobrevoando Nova Iorque e outras cidades à caça do inimigo, as fronteiras com o México e o Canadá fechadas, o centro espacial John F. Kennedy, na Flórida, desativado, navios de guerra americanos se aproximando da baía de Nova Iorque, massas de nova-iorquinos fugindo a pé pelas pontes da cidade – a cada momento, um novo capítulo da

¹⁰³ O site NO (sigla de Notícias e Opinião) foi criado em meados de 2001 e teve Dorrit Harazim entre seus fundadores. O jornalista Ricardo Setti, em entrevista à pesquisadora, afirma que a maior parte da equipe do NO já havia integrado os times de *Veja* e *Jornal do Brasil* em décadas anteriores. O diretor-geral, Manoel Francisco do Nascimento Brito Filho, o Kiko Brito, foi editor de Cidades no jornal e, posteriormente, trabalhou em *Veja*. O diretor de redação, Marcos Sá Corrêa, foi editor de *Veja* e diretor do *JB*. Outros com currículo semelhante a figurar no expediente do NO foram os jornalistas Flávio Pinheiro, Ancelmo Gois, Zuenir Ventura, Xico Vargas, Villas-Boas Corrêa (pai de Marcos Sá Corrêa), Walter Fontoura, Mario Sergio Conti, Alfredo Ribeiro de Barros (Tutty Vasques), Arthur Dapieve e o próprio Ricardo Setti. Apesar da grande equipe, foram poucos meses de trabalho: em março de 2002, o site foi descontinuado.

tragédia. “Não acredito que este seja o meu país, estamos fugindo como os povos da Iugoslávia”, dizia Marsha, agarrada à mochila na ponte de Brooklyn. “No começo eu pensei que fossem destroços caindo da torre Sul, mas depois me dei conta de que eram pessoas despencando”, conta a jovem Nicole, de 22 anos, que estava a cinco quarteirões do epicentro. “Todas voaram lá do alto, acima do 80º andar. Vi umas 30. Acho que decidiram saltar juntas, não sei. Só amanhã vou entender o que vi. Ou talvez não entenda nunca.”

Enquanto a população da cidade tentava digerir o tamanho da carnificina – na primeira hora após o colapso das duas torres falou-se em 27 mil mortos, mas nenhuma fonte minimamente confiável arrisca qualquer tipo de especulação – tudo parecia possível. A soturna fila de ambulâncias nas proximidades do epicentro (1,3 quilômetros de ambulâncias enfileiradas) continua lá, indício de que poucos sobreviventes estão sendo resgatados após o colapso. “Pelo amor de Deus não beba água da torneira”, me implorou um amigo da Califórnia, por telefone, por ter ouvido no rádio que os ataques terroristas haviam detonado armas químicas e bacteriológicas. A fronteira entre ficção e realidade está tão tênue que se King Kong aparecer no topo do Empire State Building ninguém achará estranho. “Estou funcionando no piloto automático”, dizia Scott, um sobrevivente da torre Sul, que desceu 81 andares em pouco mais de uma hora e por sorte não via o seu próprio olhar. Um olhar sem qualquer expressão. Scott continuava de terno e gravata, carregava seu laptop na pasta, mas era um errante a mais, coberto de poeira e destroços.

Quando, no final da tarde, uma cintilante estrutura de 47 andares, vizinha do World Trade Center, também ruiu, ninguém mais ergueu olhos ou braços para os céus. A força da cidade estava ali mesmo, no chão. Nas pessoas. Na extraordinária organização urbana de uma cidade madura. Às 19h30 da noite, os principais focos de incêndio estavam dominados e o FBI se preparava para vasculhar os destroços. O voluntariado se colocara em marcha e filas e mais filas de doadores de sangue se haviam organizado junto aos hospitais da cidade. Todas as escolas de Nova Iorque estavam prontas para abrigar esta noite as crianças que não puderam ser buscadas pelos pais, por falta de transporte ou de acesso à cidade. Ninguém entupiu o trânsito da cidade só para chegar de carro mais perto do epicentro. Quem pode trabalhar, continuou trabalhando – seja na construção civil, seja no prosaico conserto de buracos em calçadas.

Nesta quarta-feira 11 de setembro, Nova Iorque teve o seu Pearl Harbor. Um setor da cidade continua envolto numa espécie de inverno nuclear, de paisagem lunar de destruição total, onde prevalece o silêncio dos mortos. “O mais terrível é que não chegam feridos”, diz Clara, estudante da New York University que fazia plantão de voluntária no St. Vicent’s Hospital, um dos mais próximos do epicentro. “Cada ambulância que chega é aguardada com ansiedade por todos aqui. Torcemos para que os hospitais transbordem de feridos, mas eles não vêm – a maioria deve ter morrido.” A silhueta da cidade, decapitada de suas torres emblemáticas, é uma ferida aberta que jamais se fechará. Quando a figura encapuzada de um terrorista surgiu pela primeira vez na varanda de um alojamento de atletas, durante a Olimpíada de Munique, em 1972, o mundo despertou para a lógica do terrorismo. Passados 29 anos, essa lógica se revelou aterradora e invencível. Alcançou todos os seus objetivos militares e civis no coração da América. A maior potência mundial não tem como revidar. Nenhum bombardeio do Afeganistão ou de outros centros do terrorismo internacional conseguirá apagar o sentimento nacional de perda. Perda de vida, perda de segurança, perda de fé, perda de orgulho, perda de confiança.

Um estranho silêncio em Nova York

Em desespero surdo, pessoas vagavam em romaria pelas ruas em busca de notícias de parentes e amigos desaparecidos

De Nova York (EUA), *Jornal do Brasil*, No.com.br, 13 de setembro de 2001

Ao acordar do pesadelo de ontem, Nova Iorque teve vontade de adormecer novamente. Fora tudo verdade e a cidade procurava seu rumo sem as duas torres que lhe serviam de Norte. Acordou em silêncio, submersa numa estranha quietude. Assim ficou o resto do dia. Deu saudade do trânsito caótico, das massas apressadas, dos solavancos de taxistas do Afeganistão ou do Haiti, dos cinemas abertos. Ao meio-dia, a rua 42 estava deserta.

Ao longe de toda a noite, e estendendo-se manhã adentro, uma silenciosa romaria fazia e refazia o trajeto entre os hospitais Bellevue e St. Vincent, onde se concentravam as operações de primeiros socorros. Osromeiros carregavam fotografias e cartazes improvisados, contendo nome, idade, andar do World Trade Center e firma em que trabalhava o parente ou amigos desaparecido. As fotos foram retiradas às pressas de álbuns de casamento, porta-retratos de cabeceira, ou carteiras. Mostram rostos invariavelmente sorridentes. A grande maioria desaparecidos ainda telefonou para alguém da família pouco após o choque do primeiro avião. Em sotaques variados, Joanne, Thabata, Tyrone, Carlos, Saranya e tantos outros usaram o celular para avisar que estavam saindo às pressas de um prédio em chamas. Alguns perfeitamente calmos – nova-iorquinos. Outros, prescientes da tragédia em curso. Difícil não pensar nas montanhas de concreto que os soterram desde às 10h30 de ontem, e que 18 equipes de resgate começam a revirar.

Será um trabalho para artesãos com nervos de titânio. “Você não sabe o que é ser agarrado por familiares em agonia que pedem para você fazer algo, rápido”, diz Sam Esposito, um dos policiais que viraram a noite. “Como explicar que vamos precisar pensar duas vezes antes de tirar um palito sequer do lugar?” Difícil saber se Sam é branco, negro ou latino. Coberto de cinzas da cabeça aos pés ele é, no momento, apenas um combatente a mais desse exército de salvação.

Bombeiros – Significativamente, foi a cúpula do Corpo de Bombeiros, e não apenas seus integrantes voluntários, quem recebeu o primeiro impacto dos mastodontes que desabavam. Morreram como heróis. Até o início da tarde, temia-se que mais de 250 bombeiros e policiais haviam morrido soterrados.

Entre os sobreviventes que deram depoimentos à televisão, o de uma mulher de 38 anos: trabalhava no 83º andar da segunda torre do World Trade Center quando foi arregimentada para sair dali. Mera precaução, dizia a segurança do seu andar, até o fogo na torre vizinha ser contido. Após descer uns 20 andares, o seu grupo foi desviado para um salão já repleto de gente, onde havia uma televisão ligada. Foi ali, a mais de 60 andares do chão, que ela assistiu ao vivo à sua torre ser atacada pelo segundo avião suicida. Seu depoimento dá uma pálida ideia do pânico que levou tantas pessoas a saltar no vazio, como opção única. Foram quedas intermináveis, dos 30 andares mais altos, em que seres humanos abriam os braços como que querendo voar. Outros mergulharam quase inertes, de ponta cabeça.

A pergunta primeira que todos se fazem em silêncio e ninguém se arrisca a responder – qual o número de mortos? – desemboca numa questão central. Como impedir ataques por parte de terroristas a morrer na ação?

Depende do grau de liberdade que se está disposto a comprometer. Quanto mais fechado o país, mais fácil impor medidas restritivas sobre a sociedade. No caso dos Estados Unidos, a equação é de complexidade máxima. “Não queremos instalar mísseis no topo de nossas casas. Precisamos encontrar um ponto de equilíbrio que não ameace nossa segurança nem nossa capacidade de funcionar como sociedade livre”, diz o especialista em segurança Robert McGree, que com a hipótese de uma falha evitável no sistema de segurança das empresas aéreas que tiveram seus aviões sequestrados. A porta de acesso à cabine de comando jamais deve ser aberta por um piloto, mesmo quando passageiros e comissários de bordo estão sendo ameaçados por terroristas. São escolhas duríssimas entre graus variados de tragédia. Mas que precisam ser feitas. Todo piloto está treinado a nunca ceder o comando de sua aeronave para ninguém. Parece haver consenso em torno da certeza de que nenhum piloto de aviação civil, mesmo com uma granada na garganta, lançaria um avião cheio de passageiros contra o World Trade Center.

Bandeira – Embora toda a região sul de Manhattan permaneça selada ao público e à imprensa em geral, foi possível captar algumas primeiras impressões da terra arrasada em que se transformou o raio de 10 quarteirões do epicentro. Nem o mais veterano dos correspondentes de guerra estava preparado para tanta destruição. No meio do nada, o clichê mais absurdo: uma bandeira americana calcinada, ereta em meio aos destroços. Ninguém teve coragem de retirá-la dali. Ao cair da tarde, mais um espigão fantasma – o I Liberty Plaza – ruiu. As edificações que permanecem de pé parecem assombrações de alguma civilização extinta.

É neste cenário que o aparato de segurança nacional procura pela peça de informação mais valiosa no momento – as caixas pretas dos dois aviões suicidas. A equipe colocada em ação pelo FBI

para chegar aos autores e mentores dos atentados é composta por quatro mil agentes especiais, outros três mil agentes de apoio e 400 técnicos em análises laboratoriais. Ao final desse primeiro dia de buscas já se sabia que parte dos sequestradores (eram de 3 a 6 em cada um dos quatro aviões sequestrados) tinham sido treinados como pilotos há um ano nos EUA. Seis suspeitos de algum vínculo com os terroristas foram presos num hotel de Boston, e guimbas de cigarros encontradas num carro alugado por eles já estavam sendo examinadas, para sinais de DNA. No sul da Flórida, mais detenções para interrogatório de suspeitos.

No início da noite, o anúncio que as autoridades de Nova Iorque queriam evitar: pela primeira vez desde a hecatombe financeira dos anos 30 a Bolsa de Valores permanecerá fechada pelo terceiro dia consecutivo. Para essa meca de turismo que recebe 37,4 milhões de visitantes ao ano e embolsa US\$ 17 bilhões com isso, todo estabelecimento fechado é má notícia. Segundo estimativa da CNN, as companhias de segurança estimam em US\$ 15 bilhões suas perdas iniciais.

Ao longo dos próximos anos contas serão feitas e refeitas na tentativa de se quantificar custos e perdas. Estatísticas, números, percentagens, comparações matemáticas frequentarão diariamente o noticiário. Mas onde arquivar o telefonema dado de uma sala do 104º andar da Torre Norte do World Trade Center, às 10h28 da manhã do dia 11 de setembro, por um jovem de 24 anos? “Mãe, eu te amo”. Disse tudo.

Em meio ao caos, o estadista

Direto e honesto, o prefeito Giuliani transmite segurança

De Nova York (EUA), *Jornal do Brasil, No.com.br*, 14 de setembro de 2001

Desde o instante em que o primeiro avião pilotado por terroristas suicidas arremeteu contra a muralha do World Trade Center, às 8h43 da manhã de terça-feira, um líder vem emergindo das ruínas de Manhattan. Ele é franzino, tem sérios problemas de saúde (câncer), está encrocado numa situação familiar das menos invejáveis (a ex-mulher e a atual disputam a tapas o direito de morar em sua casa), tem pavio curto, fama de ranzinza e vive às turras com a população há exatos oito anos. Nada disso tem importância. No momento de maior pandemônio e agonia da cidade, Rudolph Giuliani demonstra, hora após hora, a sua estatura de homem público. Assumiu com segurança e sensibilidade o comando de uma cidade desesperadamente necessitada desses dois ingredientes – segurança e sensibilidade.

Em primeiro lugar, Giuliani se faz visível o tempo todo, onde necessário e sem demagogia. Concede quatro ou cinco entrevistas coletivas por dia, todas pertinentes, informativas e em locais diversos da tragédia. Tem pleno conhecimento de tudo o que está acontecendo sob seu comando. Sua fala tem sido direta, clara e honesta. Transmite calma, mesmo quando o que tem para comunicar é horrendo. Acerta no tom, na forma, no conteúdo. Tornou-se, ao longo dos três primeiros dias de choque, a voz na qual os nova-iorquinos passaram a confiar. “Sim”, confirma sem pestanejar, “colocamos 30 mil sacos mortuários à disposição das equipes de resgate, mas não significa 30 mil vítimas fatais. Devemos estar preparados para acondicionar cada pedaço de vítima, não apenas corpos inteiros”.

Por verdadeira, sua estatura moral tem servido de chamariz para uma constelação de políticos de olho em dividendos futuros nas urnas. Chega a dar dó. Hillary Clinton, senadora pelo Estado de Nova Iorque, conseguiu desfiar todo um rosário de clichês sobre o “caráter indomável” e a “resiliência” do nova-iorquino, mas não aqueceu uma única alma. Sempre que aparece ao lado de “Rudy”, como Giuliani é conhecido, o próprio governador do Estado George Pataki mais parece um papagaio de pirata, embora seja do mesmo partido (Republicano) e esteja em sintonia permanente com o prefeito.

À deriva – Mas a comparação mais cruel na arena política dos Estados Unidos tem por cenário a Casa Branca, onde o presidente George W. Bush mais se parece com um vereador de quinta categoria. Ele pode estar fazendo tudo certo, mas soa pequeno, soa ensaiado, soa intimidade, soa à deriva. O presidente do país em estado de guerra simplesmente não está à altura. E ele parece sabê-lo. Tinha os olhos marejados, hoje de manhã, quando teve a infeliz ideia de montar um telefonema ao vivo com Rudolph Giuliani. “Sou um sujeito emotivo, mas também tenho uma tarefa a cumprir”, desabafou no fim.

George W. Bush deve desembarcar em Nova Iorque hoje de manhã para uma visita à parte arrasada da cidade. Talvez não esteja preparado para assimilar a paisagem lunar pontuada de crateras e montanhas calcinadas. Sua segurança vai conviver com os sobressaltos que a cada hora sacodem a população de Manhattan – somente ontem houve 90 ameaças de bomba na cidade, paralisando o reinício de vida civil e botando para correr cidadãos já exauridos.

Em contrapartida, se as preces dos nova-iorquinos forem ouvidas, Bush talvez tenha a sorte de presenciar a repetição do momento mais iluminado, inesperado e abençoado dessa tragédia toda. Pouco depois do meio-dia, encontrou-se vida sob o milionésimo pedaço de laje de concreto. Um a um, seis sobreviventes foram resgatados ao som de cantos, choro e vivas. Durante algumas horas, a notícia irrigou Nova Iorque de esperança. A realidade, quando confirmada, foi duplamente cruel: os seis sobreviventes faziam parte das operações de resgate em curso e tinham sido soterrados hoje de manhã durante o desabamento de outro prédio. Não eram o sinal que todos continuam esperando.

A colagem de rostos da tragédia

Parentes de desaparecidos criam mural com fotos em quarteirão de Nova Iorque em busca de informações
De Nova York (EUA), *Jornal do Brasil, No.com.br*, 16 de setembro de 2001

As equipes de resgate estão trabalhando em condições particularmente ingratas entre os escombros do World Trade Center. Chuvas torrenciais enlamearam o que era poeira e uma sucessão de raios rondou as precárias fontes de energia dos equipamentos de resgate na sexta-feira.

J.R. Medinas, um dos voluntários de Connecticut que passa noites cavando e escavando, emergiu da cidade fantasma derrotado. “Veze e mais vezes, no meio do caos, alguém grita alguma coisa e tudo se imobiliza de repente. Gruas, caminhões, motosserras, sensores, nossas mãos e nossos pés, tudo para quando achamos que alguém ouviu algum sinal de vida. A gente quase para de respirar durante uns 15 segundos. Depois continua a vasculhar. Todas as equipes querem uma única coisa: achar um sobrevivente. Nem que seja um só”.

O que começou como um centro de atendimento a parentes de desaparecidos no quarteirão que vai da Park Avenue até a Lexington, e da rua 25 à 26, foi se transformando, espontaneamente, em algo de impacto semelhante à muralha erguida em Washington onde estão gravados os nomes dos soldados americanos mortos no Vietnã. No quarteirão nova-iorquino, as possíveis vítimas não têm apenas nomes. Têm rostos, sorrisos e detalhes pessoais colados a toda e qualquer superfície disponível: cabines telefônicas, caixas de correio, postes de eletricidade, sinais de trânsito, paredes e mais paredes de prédios, caixas de correio, máquinas de venda de jornais – tudo foi coberto com cartazes com fotos das vítimas, fabricados às pressas pelos familiares.

Sobrevida – Em se tratando de Nova Iorque, um “Mural de Esperanza”, latino, convive com um “Mural of Hope” americano. Cada um dos cartazes caseiros contém – além da foto da vítima, sinais particulares e a empresa/andar em que ela trabalhava – um número de telefone para contato caso alguém tenha qualquer informação, pista ou lembrança do parente desaparecido. À primeira vista o apelo parece ilógico, já que nenhuma das possíveis vítimas deixou de ser encontrada por falta de informação nos hospitais da cidade. Os familiares tentam, na verdade, dar uma sobrevida a quem tem exíguas chances de ainda estar vivo. Cada sorriso estampado nas colagens de rua leva os pedestres a pararem de ler os dados da possível vítima, “conhecê-la” um pouco. Devolvê-la à vida. Pensar como ela seria. Tatyana Bakalinskaya, por exemplo, esfuziante num vestido de gala. Ou James Debalase, comemorando algum jogo de beisebol enfiado numa camiseta dos NY Yankees. Ou Isaías Rivera, que usa um cordão de ouro com medalhinha “Jesus é Nosso Senhor”. Ou John Scharf, com uma águia e uma bandeira americana tatuada no braço esquerdo. Ou Yin Ping Wong, que... Não dá mais para adivinhar como era Yin Ping Wong. A chuva lavou sua foto e seus dados. Os rostos e mais rostos impondo sua presença nas ruas de Nova Iorque dão a verdadeira dimensão da tragédia. Todo o resto – a investigação, a autoria, os custos, a retaliação – é mero subproduto.

Nova York sai do silêncio

Escolas e a Bolsa reabrem normalmente, mas cidade jamais será a mesma

De Nova York (EUA), *Jornal do Brasil*, No.com.br, 18 de setembro de 2001

O sétimo dia não será de descanso. No sexto, Nova Iorque começou a sair do silêncio e experimentou ficar de pé. Conseguiu. Ainda bamba, mas conseguiu, com cada um à sua maneira olhando onde pisa. A primeira retomada parcial de normalidade foi emblemática e ocorreu no topo do Empire State Building, o prédio-ícone fincado no meio de Manhattan e visível de todos os quadrantes da cidade – o que, com a destruição das torres do World Trade Center adquiriu simbologia dupla. No primeiro minuto da segunda-feira a torre saiu da escuridão e saudou os nova-iorquinos iluminando-se com as cores da bandeira americana. Para quem não mora na cidade, ou para quem tem dificuldade em compreender o pulsar de uma sociedade, pode parecer mais uma pataquerada de patriotismo barato. Deixa para lá.

A segunda retomada – o encontro de Wall Street com o restante do mundo, marcado para as 9h30 da manhã de ontem – foi emblemática em outro sentido. A reabertura do pregão era o teste mais temido, e ao mesmo tempo desejado, por todos. Prefeito, corretores, comerciantes, sistema financeiro, nova-iorquinos em geral, equipes de emergência, forças-armadas, todos. Uns temiam o colapso dos serviços essenciais, erguidos de forma temporária. Tantos não dormiram antecipando o colapso do mercado. O pesadelo maior, contudo, era a hipótese de o inimigo tentar a última cartada e fazer explodir a Bolsa. Com esse pano de fundo, o início do dia em Wall Street teve um ar de normalidade insana. Levas de corretores retornavam ao centro financeiro de terno e grava, como sempre – mas com máscaras de pedreiro na boca e alguma bandeirinha americana no bolso. Caças F-16 sobrevoavam Manhattan pelo sexto dia consecutivo e soldados da Guarda Nacional circulavam entre os cânions de edificações de camuflagem e máscaras de guerra química. Embora o epicentro da destruição continue hermeticamente inacessível a quem não faz parte das equipes de resgate (20% do espaço comercial em torno do World Trade Center está em ruínas), o cheiro acre que desde terça-feira passada exala de seus escombros espalhou-se por todo o bolsão sul da cidade.

Esquema – Só para fazer funcionar o pregão – onde trabalham três mil pessoas, além das outras dezenas de milhares em corretoras vizinhas – a prefeitura teve de inventar sistemas alternativos de luz, telefonia, gás e transporte público. Em tempos normais, a Bolsa de Nova Iorque consome 3.500 Kw/dia, utiliza 8 mil circuitos telefônicos e 3.200 km de cabos de fibra ótica. Não deu para trabalhar como sempre, mas deu para trabalhar. E quando, por fim, os índices Dow Jones e Nasdaq começaram a pipocar novamente, Nova Iorque estava de pé. E as ações das empresas aéreas, por terra. Para algumas, com prognósticos de enterro definitivo.

As ações da American Airlines caíram 50 pontos na primeira hora. Esta é uma forma de entender o que acontece na Bolsa. Outra é prestar atenção na exasperação de um nova-iorquino que comprava seu jornal num mercadinho coreano da rua 25 com Terceira Avenida. “Tem que fechar todos os aeroportos! Minha mulher chegou ontem de Miami e nem revistaram a bolsa dela. Era viajou de American, na primeira classe, e não viu nenhuma segurança especial na porta que dá acesso à cabine dos pilotos. Dá para acreditar num absurdo desses?”.

Crianças – Também cedinho de manhã, pela primeira vez desde a terça-feira dia 11, as calçadas da cidade voltaram a ser povoadas por crianças a caminho da escola. O que mudou foi a maciça presença de pais que as seguravam pela mão. E a forma como andavam. Em tempos normais, uma mãe ou pai que leva o filho à escola tem aquele ar orgulhoso, confiante e prazeroso. Na manhã de ontem – e certamente por muito tempo ainda – eles seguravam as mãos dos pequenos com força. Olhavam para o chão e falavam pouco. O futuro? Talvez uma América em que crianças e adultos se deliciem menos com filmes de ação bruta e pura porrada. Talvez uma América na qual máscaras de gás passarão a conviver com aparelhos domésticos, como em Israel. Talvez uma América que não vista mais suas camisas estampadas e zigzagueie pelo mundo, alimentando a indústria do turismo de massa. Numa escola específica do bairro de Little Italy, a menos de 20 quarteirões do WTC, fileiras e fileiras de pais hesitavam em sair dali. Com os rostos colados às janelas externas da escola, deviam estar lembrando da última vez em que deixaram seus filhos despreocupadamente no portão de entrada e foram trabalhara. Foi na manhã de terça-feira, dia 11.

Era – A silhueta de Nova Iorque amputada de seus dois espigões é o início de um anova era. Especialistas em tudo não param de produzir análises sobre o significado político, econômico, financeiro, social e moral das montanhas de destroços e crateras fumegantes. Mas para quem chamou de pai, mãe, irmão, noiva, amigo, colega, vizinho ou parceiro alguma das 4.957 pessoas ainda dadas como desaparecidas, é nos escombros do que foi o WTC que vive a esperança. Afinal, foi no décimo dia após o terremoto que devastou a cidade do México, em setembro de 1986, que dos escombros renasceu um sobrevivente.

No ônibus, descontração de vitoriosos

O raro encontro de mundos diferentes rumo à alegria de carregar a tocha

Do Rio de Janeiro, *O Globo*, 14 de junho de 2004

Para chegar ao Maracanã Às 7 da manhã, horário estabelecido pelos organizadores do revezamento reunindo a primeira leva de 19 condutores da tocha, Alexandre Rodrigues, o Buscapé do filme “Cidade de Deus”, levantou às 4 e saiu do Vidigal às 5h30. Oscar chegou com a cara amassada de sono, pois seu horário fora alterado – estava listado para correr somente às 3 da tarde.

Nilton Santos veio de Araruama sem atropelo nem alarde. Acompanhava o ruidoso inchaço daquela congregação matinal com curiosidade divertida. Aos 76 aos recém-completados – “sou taurino”, diz com orgulho – o lendário lateral da seleção de 1958 continua exalando bonomia. É prova viva de que cada um de nós é responsável pelas rugas que acumula: todas as de Nilton Santos, e são muitas, expressam alegria de viver.

Fui invicto por 48 campeonatos e jogava sem descanso desde triangular até Copa do Mundo – relembra ontem, ao cruzar o chão de estrelas do estádio, com o seu nome gravado. – Até chegaram o Didi, o Garrincha e o Zagallo eu não conseguia tirar férias. Então, pensava, um dia vou ter tempo de ouvir passarinho. Cumpri o que me prometi. Moro em Araruama.

O grupo se enfileira para entrar no ônibus que vai abrir o revezamento e Oscar, já àquela hora, é assediado por caçadores de autógrafos.

– Não tem graça nenhuma o que ele faz na quadra – brinca Nilton Santos – porque ele fica perto demais da cesta (Oscar mede 2,05m).

Em menos de cinco minutos o interior do ônibus vira sala de aula de colégio interno: sentados lá no fundo, Oscar e Renato Luis Feliciano, o Sorriso, o gari mais popular do Brasil, lideram a turma da folia. À frente, de pé, o “bedel” Julian tenta em vão contar um pouco da história dos Jogos e repassar aos condutores detalhes da coreografia que cada um deverá seguir.

Sorriso estava eufórico porque fora sorteado para receber a chama do parceiro de muitos carnavais.

– Eu acho o Zico bacana porque no desfile das Escolas ele sempre joga uma de suas camisas para mim. Tenho coleção ou, pelo menos, a parte que os percevejos e cupins lá de casa me deixaram – explica, antes de passar o resto da viagem animando a galera:

– Zico, se você quiser falar comigo mais tarde ou me mandar um e-mail, pode ligar pro meu orelhão lá em Caxias. Zico, olha um índio ali na calçada! Pera aí, acho que não é índio original, acho que é Paraíba. Oscar, um pessoal me contou que o Roberto Dinamite tá passado porque convidaram até gari para carregar a tocha e não convidaram ele. Amanhã, lá em Caxias, já tá cheio dessas tochas que a gente tá achando que são únicas. Zico, olha uma gari trabalhando e eu aqui no bem bom.

Oscar, como Zico, é reconhecido, apesar de os vidros do ônibus serem escuros, e a cena com disposição.

– Olha eu aqui, o Oscar do vôlei – diz, brincando. – É que os caras confundem tudo que é esporte de mão e volta e meia me pedem pra voltar para seleção, pois estou fazendo falta pro Bernardinho...

Renato Sorriso não deixar passar em branco:

– Olha eu aqui. Sou o Pelé.

Sorriso conhecia mais gente no Maracanã e Tijuca que Zico e Oscar juntos, e se esbaldou fazendo festa para todos da janela do ônibus. Enquanto, um a um, os outros condutores da turma

desciam em seus pontos, tocha na mão, sem saber o que os esperava, o gari Renato só tinha certezas: iria sambar, com tocha e tudo.

Ao voltar para o ônibus e reencontrar a turma, contou:

– Sambei com a branquinha (Daniele Hipólito, a quem passou a chama) e com o Zico. E uma mulher chorou no meu ombro. Chorou, gente! E hoje eu tô solteiro.

Repórter fura esquema de segurança

Jornalista de 22 anos diz que Kesteris não fez exame de raios X

De Atenas, *O Globo*, 14 de agosto de 2004

Giorgos Saridakis tem 22 anos, é grego e está engatinhando na profissão. Mas conseguiu o que malta de veteranos da mídia mundial aquartelada em frente ao Hospital Traumatológico de Atenas (KAT) tentou o dia todo: furou o alardeado esquema de segurança e foi procurar Kostas Kesteris lá dentro.

Primeiro, desvencilhou-se das ferramentas de trabalho – credencial, gravador, máquina fotográfica, bloco de anotações – e procurou a entrada de serviço do hospital. Mochila nas costas e semblante trágico – afinal, estamos na Grécia – o jovem radialista da estatal ERT abordou uma faxineira de plantão dizendo-se amigo de infância do atleta acidentado.

Precisava vê-lo de qualquer jeito. Compadecida, uma segunda funcionária da limpeza entregou-lhe em segundos o segredo mais bem guardado até então: Kostas e Katerina estavam na ala esquerda do imenso complexo hospitalar e ocupavam os apartamentos 601, 602 e 603.

Giorgos parou no terceiro andar e conseguiu checar a lista dos pacientes que, durante a noite, haviam sido submetidos a exames de raios X ou de sangue – dela não constavam os dois atletas procurados, pelo menos não sob seus nomes verdadeiros. Giorgos chegou até a porta do quarto 601, guardada por seguranças, e só então foi traído pelo conhecido logotipo da ERT que trazia na manga da camiseta.

Expulso, saiu frustrado por ter errado por tão pouco. E falo ao **Globo** do sentimento acachapante que tomou conta dele e que não tem nada de racional. “Mas é como todos nós gregos estamos nos sentindo hoje”.

– Não é justo! Por que o COI não deixou para amanhã o teste antidoping do nosso maior atleta? Por que não convocou dez dias antes? Por que estragar a nossa festa? Foi tão difícil para o país conseguir chegar até aqui. Eu mesmo parei de jogar guimba de cigarro na rua para colaborar na limpeza. Todo mundo sabe que o Kostas vive fugindo dos testes, mas por que nos humilhar no nosso dia de glória?

Tablado vazio

Em apenas 1m27s o sonho de Daiane e de milhões de brasileiros acabou. Ficou uma sensação de vazio no tablado de Atenas e no Brasil

De Atenas (Grécia), *O Globo*, 24 de agosto de 2004

Acabou antes de começar. E quando tudo acabou de fato, ao final dos 1m27s da apresentação de Daiane dos Santos no solo, sobrou um vazio estranho e atípico no ginásio. Sempre que pisa num tablado – e sobretudo desde que se fundiu com a trilha do “Brasileirinho” – Daiane tem tomado de assalto qualquer ginásio do mundo, independentemente dos erros que possa cometer. Ontem à noite, quando mais precisou de sua presença, energia e arrojo, encolheu. A nota 9.375 que recebeu dos jurados, garantindo-lhe o quinto lugar do mundo entre 98 concorrentes olímpicas, não diminuiu a sensação de vazio.

Dizer o quê? Jamais o estilo verbal do técnico da seleção brasileira, Oleg Ostapenko, notoriamente econômico, pareceu mais apropriado. No lugar de uma entrevista coletiva para dar fartas

explicações técnicas sobre o desempenho da maior ginasta brasileira, passou batido: “Fez erro na primeira linha e erro na segunda linha, então acabou”.

Não que o ucraniano estivesse otimista, como o resto do Brasil. Jamais se ouviu a palavra “ouro” ser pronunciada por ele. No máximo, dizia que Daiane tinha alguma chance de medalha. Definia assim o grupo de ginastas brasileiras que transformou numa equipe olímpica em menos de três anos: “Eu acho que, em geral, as atletas que nós estamos treinando agora não são especialmente talentosas, mas são atletas normais, com as quais se pode alcançar uma determinada ginástica”.

Ontem, o técnico que tem no currículo a formação de três campeãs olímpicas cintilantes – Viktorya Karpenko, Tatiana Lysenko e Lilya Podkopyeva – soube cedo que aquela não seria a sua noite. O primeiro erro de Daiane ocorreu já na sequência inicial, e Oleg, instintivamente, voltou as costas para o tablado.

A própria trilha do “Brasileirinho”, que sempre incandesceu Daiane para além de uma simples apresentação de ginástica, soou estranhamente opaca e pálida – talvez porque, sendo ela a primeira ginasta a se apresentar no solo, encontrou um ambiente ainda desatento e deslocado.

Manda a coreografia da competição por aparelho que cada atleta aguarde na própria quadra – ou seja, inteiramente exposta às câmeras de TV e à curiosidade eventual do público – o término da apresentação de todas as suas concorrentes. Para a gauchinha e seu técnico, esta deve ter sido a parte mais desconfortável da noite. Tendo sido a primeira a se apresentar, Daiane foi se abrigar no banco entre Oleg e o médico da seleção brasileira, Mario Namba, até o final da competição. Namba, que queria ser astronauta mas acabou se tornando médico, trabalha há mais de cinco anos com a equipe olímpica. Acolheu Daiane com um abraço, talvez para distraí-la da próxima competidora, a ginasta espanhola Patrícia Moreno, que subia ao tablado.

Adiantou pouco. Os ruidosos aplausos do público indicavam que o ginásio tinha despertado só então, e que a espanhola tinha dado conta do recado. E como deu: nota 9.487. Alinhados no banco em silêncio, Oleg, Daiane e Mario Namba olham para todos os lados – chão, teto do ginásio, para o nada – durante as apresentações seguintes. Parecem deliberadamente anestesiados. Contudo, quando o locutor anuncia o nome da romena Catalina Ponor, a grande rival da brasileira no solo, Daiane e Oleg saem do torpor, acompanham tudo pelo telão e se dobram ao magnetismo da exibição: palmas para a nota 9.750.

Finalmente, após 19 minutos de diálogos curtos, silêncios, mais silêncios do que diálogos, Oleg abre os seus braços de urso e acolhe Daiane. É tempo de chorar, enquanto uma segunda romena da severa escola de Deva faz a apresentação que vai levar a medalha de prata.

Para a brasileira, é o começo da levantada. Ela está pronta para recomeçar a ouvir os conselhos de Oleg Ostapenko.

Uma semana de cão para brasileiros nos EUA

Mineiro confundido com estuprador é levado a julgamento e acaba absolvido; um grupo de 57 é preso e será processado

De Boston (EUA), *O Globo*, 20 de março de 2005

Num espaço de 48 horas da semana passada o mineiro Junior, de 24 anos, aprendeu mais sobre a condição de imigrante sem documento na América do que em seis meses na Grande Boston, vindo de Resplendor. Foi o bastante para pensar em suicídio, gemer de medo em posição fetal e renascer com fé dobrada em Deus e espanto com um pedaço de vida legal nos Estados Unidos.

A semana começou com Junior sendo interceptado pela polícia de Peabody, uma das áreas de maior concentração de brasileiros da região de Boston. Era madrugada e ele iniciava a jornada de entregador de jornal ao volante do seu Honda entulhado de exemplares do *Boston Globe* e *New York Times*. Pediram-lhe a carteira de motorista, mostrou uma habilitação internacional brasileira (falsificada), que ficou retida. Foi admoestado e liberado.

Na madrugada seguinte, foi interceptado por outra patrulha. Mostrou a carteira de habilitação brasileira (legítima), que não vale em território americano, foi novamente admoestado a não mais dirigir sem habilitação do estado de Massachusetts, e liberado. Na madrugada da quarta-feira, já sem dormir, nem teve tempo de dar marcha a ré para começar a ronda. Três patrulhas com luzes e sirenes

ligadas cercaram o Honda. Quando Junior saiu do carro, já estava algemado. Os patrulheiros pareciam festejar sua detenção. Estranhou. Como não fala inglês, não entendeu o motivo.

No fórum, a acusação de estupro de menores – Viu o amanhecer chegar numa cela de delegacia, sem sapato, meia ou aquecimento. No início da tarde entendeu, através de um tradutor de espanhol, que seria levado à Corte Distrital de Salem para responder a processo. Estava começando a se resignar à inevitabilidade de ser deportado.

Chegou ao Fórum de Salem acorrentado pelas mãos e pelos pés. Estava de pé, perante o juiz, com um tradutor de português lhe repetindo ao ouvido os termos da acusação. Na galeria, os amigos de Resplendor com quem mora se revezaram para não deixá-lo sozinho. Também não entendem inglês mas conseguiram chegar até a Corte. “... estupro da menor xxx, de 12 anos, em Salem, estupro da menor yyy, de 13 anos, em Newbury, e tentativa de estupro...”

Os amigos veem Junior, olhar desamparado, cair no primeiro de uma série de choros convulsivos. Entra em cena a defensoria pública, na figura do advogado imigrado do Líbano George Abi-Esber. De fala suave mais irremovível, ele veta a acareação da menina de 12 anos com o acusado, proposta pela promotoria. Primeiro e sobretudo, por serem fortes os indícios de se tratar de um caso de homonímia. Segundo, porque a identificação deveria ser feita por uma das várias testemunhas adultas, e não pela vítima jovem ainda fortemente traumatizada.

Contrariado, o juiz adia o processo e Junior é transferido para a Casa de Custódia e Detenção de Midland. É ali que a ideia de suicídio lhe parece lógica e redentora. Como em qualquer prisão do mundo, notícias sobre recém-chegados se espalham como pólvora. E o que aguarda recém-chegados com dois estupros de meninas no prontuário também é de conhecimento universal. Enfiado num macacão laranja-Guantánamo, acorrentado por mãos e pés e portando um bracelete com a identificação numérica do crime de estupro, Junior entendeu todos os olhares trocados por guardas e detentos. Percebeu que um detento americano ao qual estava acorrentado pediu para ser transferido de lugar. Ouviu os urros com que foi acolhido no pavilhão de celas, e intuiu que foi retirado da fila do chuveiro para sua própria proteção.

Chorou. Rezou. Não soube como se suicidar.

“Este jovem já pagou muito mais do que devia”, diz juiz – Na manhã seguinte foi levado ao Fórum de Newbury, onde corria um dos processos por estupro. Abi-Esber, que poderia ter passado o caso a um colega local, visto que Newbury estava fora de sua atuação como defensor público, achou que era seu dever acompanhar o brasileiro até o fim. Estava a postos, montado em provas de que este Junior Gonçalves não era o mesmo Junior Gonçalves que procuravam. Um nascera em 1982, o outro em 1980. Acareado com uma funcionária da lanchonete que conhecia o criminoso, o mineiro de Resplendor foi inocentado. Saiu do Fórum com uma carta do juiz atestando a homonímia. Faltava livrá-lo da acusação registrada em Salem.

Ali, já sem algemas ou correntes mas não libertado do medo, teve o seu caso uma última vez relatado em audiência. O juiz, que não era o mesmo da véspera, a tudo ouviu calado. Só quando o promotor pediu a palavra para dizer que ainda havia pendências envolvendo sua carteira de motorista é que a cabeça branca do velho magistrado se ergueu. Foi fulminante:

“Este jovem já pagou muito mais do que devia.” Assunto encerrado e caso das habilitações irregulares encerrado. Junior estava livre, com uma segunda carta de juiz, esta, manuscrita, ainda mais contundente e definitiva. “Diga a seu cliente para estar sempre com cópia desta carta à mão, pois até prenderem o verdadeiro culpado o nome Junior Gonçalves continuará a estar entre os procurados. E para a proteção dele, aconselhe-o a registrar suas impressões digitais – isso eliminará qualquer dúvida eventual. Mas esclareça-o sobre o seu direito de não ter as impressões digitais colhidas. A decisão deve ser dele.”

Abi-Esber se despediu do cliente sem receber um tostão. “Sou pago pelo Estado.”

Como defensor público recebe um dos salários mais baixos do funcionalismo.

Em momento algum foi levantada a condição de imigrante ilegal de Junior. Nem pelos policiais que verificam carteiras de habilitação, nem pelo promotor que o acusava de estupro, nem pelo juiz. Nenhuma instância do Judiciário pediu para ver seu passaporte, muito menos saber se tinha ou não visto de entrada para os EUA. Do ponto de vista do Judiciário, ali estava um suspeito de ter cometido um crime. Quem cuida de imigração ilegal é o Departamento de Imigração.

Só ao entrar no carro do amigo que o levaria de volta para a casa é que o dique emocional se rompeu por inteiro. Junior conta que, ao ouvir a gritaria feroz das outras celas, chegou a pensar: “Vai ver que estão achando que eu sou o Bin Laden e estão comemorando”. Sabia que, mesmo nos EUA, era melhor ser Bin Laden do que estuprador. Chora baixinho, encolhido no banco de trás, depois de lembrar cada momento. Ao mesmo tempo, quer e precisa contar para os amigos.

Nesses dois dias, deixou de ganhar cerca de 250 dólares. Os amigos fizeram vaquinha para retirar o carro do depósito. Dormiu um sono agitado e acordou decidido: abre mão do emprego de entregador de jornal até conseguir o impossível, uma carteira de habilitação do Estado de Massachusetts. Mas compareceu ao segundo emprego e mostrou ao patrão americano as cartas dos dois juízes que explicavam sua ausência por dois dias.

Junior sabe que dificilmente teria sido interceptado pela polícia se tivesse o carro com todas as luzes funcionando. E que, a menos que cruze com a Imigração, tem direitos – inclusive o de mover um processo contra o Judiciário. “Se eu tivesse sido preso no Brasil por estupro de menor, não seria solto logo, nem falando a língua. Onde é que eu ia arranjar um defensor público assim? Eu ia mofar numa cadeia por muito, muito tempo.”

Na noite de sexta, no salão de festas da Paróquia Nossa Senhora de Fátima de Peabody, dezenas de brasileiros sem-documentos se reuniram. O caso de Júnior causou calafrios.

“Eu também fui preso ontem, carteira de motorista – era a terceira vez. Mas paguei fiança e saí”, conta um baixinho de Santa Catarina. “Vocês assistiram ao noticiário de TV (*brasileira*) ontem?”, pergunta sua mulher. A repórter aconselhava o imigrante a andar de ônibus, metrô ou táxi para não precisar de carta de motorista. “Até parece que a gente tem carro por luxo. Quem não tem carro aqui não trabalha, minha filha: como é que vai carregar baldes, aspirador, panos, produtos de limpeza e tudo o mais de uma casa para outra? E as centenas de jornais, vai entregar como até as 6h da manhã em ponto?”

Mas foi a notícia da prisão de 57 brasileiros ilegais agenciados pela empresa de limpeza Spectro, na madrugada anterior, que provocou uma inquietação generalizada. Todos serão processados e deportados, derrota absoluta para quem arriscou tanto para chegar até aqui.

Coube a Fausto da Rocha, diretor-presidente do Centro do Imigrante Brasileiro, em Allston, região de Boston, martelar com todas as letras a regra de conduta básica para quem quer viver sem medo e sem documentos: não sair da linha.

Imigrante pagou imposto mesmo na clandestinidade – Fausto viveu 16 anos na clandestinidade e só obteve sua papelada um ano atrás. Mas sempre declarou e pagou Imposto de Renda nos EUA. Visto que as campanhas anti-imigração ilegal se alimentam da suposição de que o imigrante suga os recursos sociais do país, o melhor antídoto é estar em ordem como fisco. Dado que nos EUA Imposto de Renda e Imigração não são vasos comunicantes – em princípio, mesmo na era Bush, as informações de um não são repassadas ao outro – este acaba sendo o passo mais seguro para uma chance de inserção futura.

O atalho escolhido por José Neto, dono da empresa de limpeza Spectro, foi o inverso. Sacou 20 mil dólares de propina para tentar obter o cobiçado *green card* para ele e a mulher. Não sabia que era uma armação e estava sendo gravado. Todos os trabalhadores que empregava ilegalmente acabaram presos por tabela: José Neto descontava de suas folhas o pagamento de Imposto de Renda que jamais efetuou. Moral da preleção de Fausto da Rocha: não tente importar para os EUA o jeitinho brasileiro. Não dá certo.

O mineiro Junior não sabe, mas semanas de cão como a sua já emitem ecos do outro lado do Rio Charles, que separa Boston de Cambridge. Na noite de sexta-feira a Universidade de Harvard abriu as portas para a primeira Conferência Nacional sobre Imigração Brasileira nos Estados Unidos. Coisa de fôlego acadêmico e amplo leque de enfoques, com a apresentação de mais de 60 trabalhos e debates que se estenderiam sábado adentro. Organizado ao longo dos últimos três anos pela doutora Clémence Jouët-Pastré, responsável pelo curso de português no programa de Línguas e Literaturas Romanescas de Harvard, a conferência chega em boa hora. Quase a reboque da realidade: boa parte da comida preparada e servida no evento, assim como o preparo das dezenas de salas, a limpeza e a manutenção dos serviços, terá sido feita por brasileiros ilegais no país.

No Carandiru, julgamento de beleza e versos

Concurso para escolher Miss Presidiária reuniu mais de 600 detentas e foi vencido por angolana de 23 anos

De São Paulo, *O Globo*, 27 de novembro de 2005

Parou/Respirou/Virou/Conta até dois/Olha para os jurados/Paradinha/Respirou/Olha a postura/Cresceu/Conta até três/Saiu.

São 11 horas da manhã da quinta-feira. Numa sala da Penitenciária Feminina da Capital, unidade do antigo complexo Carandiru de São Paulo, o agente de modelos César Augusto da Silva ensaia cada uma das dez finalistas ao II Concurso de Miss Presidiária 2005, marcado para as 4 da tarde. Para chegar até ali elas já derrotaram mais de 600 outras candidatas. Primeiro, em eleições “locais”, nos próprios pavilhões que ocupam. Depois, em eleição mais ampla, para representar o presídio da cidade ou região onde cumprem pena. Agora falta só trocar o uniforme de interna, vestir o de gala e desfilar perante 20 jurados que separam cada uma de seu sonho maior: a coroa de miss.

Iniciativa pioneira da Secretaria de Administração Penitenciária paulista, o concurso que mobiliza toda a população carcerária feminina do Estado tem nome politicamente correto, “II Concurso Reescrevendo o Futuro”. É dividido em quatro quesitos (Prosa, Poesia, Simpatia e Beleza), com dez finalistas para cada modalidade, e visa aproximar as reeducandas – palavra do novo léxico prisional – de valores da comunidade em geral.

E não é que, uma vez desbastado o linguajar resgate-da-cidadania, a iniciativa é um sucesso, em todas as suas facetas? Para começar, e antes que se levantem restrições quanto ao custo de algo tão marginal na lista das prioridades nacionais, o evento se realiza à margem de verba pública. Dos 40 pares de meias-calças Trifil usados pelas candidatas ao poderoso palco com passarela coberta montado pelo cantor Alexandre Pires, quase tudo é obtido gratuitamente. Nenhum dos artistas que se apresentam durante o evento cobra cachê e ainda é permitido dar estocadas nas autoridades presentes. Leci Brandão, há décadas a cantora mais querida das presidiárias, dirigiu-se ao mar de mulheres de calça amarela e camiseta branca que se aglomeravam no pátio com uma referência às próximas eleições: “Vocês não votam, mas os familiares de vocês votam”.

O concurso de Prosa e Verso, acoplado ao de miss, pode não ter sido o motivo que levou o *New York Times* e a tevê alemã ZDF a despachar profissionais ao Carandiru na quinta-feira, mas para as presidiárias ele é igualmente empolgante. Quando a detenta Vera Lúcia Oliveira começou a recitar o seu Pai Nosso dos Encarcerados (Pai nosso que estais no céu/Olhai por nós que somos réus/Venha a nós a nossa liberdade/...), o arrepiou foi geral, embora ela fosse candidata por Ribeirão Preto. Vera Lúcia dividiu o primeiro lugar com a prata da casa, a loirinha Flávia Dias, única a declamar suas seis estrofes de memória, sem ler.

“Memorizo tudo muito rápido e só gosto de fazer poesia sobre coisas reais. Um pouco como músico que faz rap”, explica. Flávia tem 35 anos, é viúva duas vezes, mãe de quatro filhos, uma letra E japonesa tatuada no braço e uma pena de 42 anos a cumprir. No prontuário constam seis assaltos. Completou o 1º ano do ensino médio na prisão e tornou-se costureira certificada. “Agora tenho um ofício e quando sair daqui já não preciso dizer que não sei fazer nada.”

Na modalidade Verso, o impacto da vencedora foi ainda maior. Oitava candidata a se apresentar, o furacão Karla Meneses, condenada por sequestro a 60 anos com pena reduzida para 45, soltou o verbo. A cada estocada de seu texto corrido, uivos de “já ganhou”. Mulherão imponente e sensual, sabia com exatidão o impacto que provocava. Na composição que lhe valeu o primeiro prêmio (R\$ 850) denunciou tanto a “hipocrisia da RESSOCIALIZAÇÃO... que hoje nada mais é do que uma bandeira política para arrecadar votos” quanto as falhas do Judiciário e do Legislativo.

Para o secretário de Administração Penitenciária, Nagashi Furukawa, maior autoridade a bordo, enquanto todas as presas estivessem ali, tudo bem. O risco da iniciativa não estava no que declamavam as concorrentes à sua frente, mas na operação de traslado das finalistas de outras penitenciárias, e sua inserção relampado no Carandiru. Para evitar surpresas, alocou-se um guarda para cada grupo de quatro presas durante o evento.

“Vocês não podem esquecer da paradinha para os jurados”, repetia o instrutor César Augusto, na sala de ensaio improvisada. Com carteiras escolares servindo de baliza, as candidatas a miss, ainda de rolos na cabeça e unhas por fazer, desfiliavam nessa passarela virtual. Pendurados em cabides e escondidos em capas da Traje Marry Rigor ou Valéria Noivas, estavam os vestidos de fada para quem

só veste uniforme há anos. Nas três salas adjacentes que funcionavam como salão de beleza e maquiagem, por pouco não ocorre uma catástrofe: a rede elétrica simplesmente não aguentou as dezenas de secadores de cabelo em funcionamento simultâneo, e a luz pifou a poucas horas do desfile. Ninguém duvida de um motim, caso não tivesse sido restabelecida a tempo.

“Postura, mãos para trás faz crescer, quanto mais acima das nádegas, mais reta você entra. Lembrem-se de quatro coisas: postura, alinhamento dos pés, variação no olhar e sorriso”, prossegue César, enquanto as candidatas confraternizam no medo. “Faz nove anos que só ando de tênis e chinelo, como é que vou me sair com um salto de 17 centímetros? Dá medo”, diz uma. “Sonhei que virei o pé, que ia cair”, diz outra. Trocam figurinhas, aliviam a ansiedade e estremeecem ao se imaginar frente a frente com alguns dos jurados mais idolatrados: o atacante Grafite, o apresentador Raul Gil, a eterna musa Rita Cadillac.

É em meio a esse tititi que entra na sala de ensaio uma negra escultural de 1,79 metro, bandana na cabeça e boca carnuda. Como que eletrocutadas, as que ali estavam emudecem. A negra esguia passa a sala toda no radar de seu olhar aveludado e felino, se dirige a César e se posiciona para ensaiar. Aos primeiros passos da pantera fica claro que há pouco a aprender. Angélica Mazua Nsangu, angolana de 23 anos que desembarcou no aeroporto de Cumbica há quatro meses traficando cocaína no tênis, nasceu para uma passarela. E derrotou as concorrentes por antecipação, da mesma forma como atletas de ponta derrotam adversários intimidando-os psicologicamente antes da competição.

De fato, quando pisou na passarela num longo esvoaçante cor-de-rosa, com cauda verde, ouviram-se um ronco do público e um arfar entre os jurados. A contraprova do desfile de maiô foi quase desnecessária. Com a saagração de Angélica, o Carandiru irrompeu em festejos e tremeu como quadra de escola de samba. Exceto por um grupo de presas evangélicas, que permaneceu nos pavilhões em vigília de fé, a festança só acabou perto da meia-noite.

“A ressaca foi semelhante à que ocorre depois de uma festa de casamento”, conta a diretora da Penitenciária Feminina da Capital e anfitriã da edição 2005 do concurso, Maria da Penha Rizola Dias. “Fala-se mal dos outros e trocam-se fuxicos sobre a roupa de cada uma.” A dra. Penha conhece a fundo as peculiaridades do comportamento prisional feminino. Trabalha no sistema penitenciário há 37 anos, desde os tempos em que cabia à Igreja a guarda de mulheres acusadas de delito. Em São Paulo e em Porto Alegre, por exemplo, as infratoras permaneceram sob a guarda da Congregação Bom Pastor até 1978.

“A palavra rebelião tem conotação sonora e alimenta o imaginário, as no caso de presídios femininos o mais frequente são movimentos indisciplinados, que se caracterizam pela ausência de uma reivindicação clara. A mulher, quando presa, é mais ansiosa que o homem, quer ver os filhos, tem medo de morrer na prisão. Tem necessidade enorme de falar, o que nos ajuda a antecipar o perigo, a prever. A última rebelião que tivemos foi em agosto do ano passado”, conta a dra. Penha.

Segundo a diretora, que comanda o Carandiru feminino há 12 anos, mesmo a detenta que se orgulha de um currículo “eu mato”, “eu executo”, acaba fazendo o que o seu homem do crime comanda. “Elas ostentam crueldade e frieza para se mostrar para o macho.” Mas jamais iniciaram uma rebelião em dia de visita, como os homens. Do total de suas quase 700 internas, 540 trabalham o que torna a unidade da capital exemplar para padrões brasileiros. “Há presas que sustentam a família lá fora como que ganham aqui, e já ouvi alguém dizer que não quer sair daqui de medo do desemprego lá fora. É o fim do mundo ouvir isso”, conclui.

Um ano atrás, quem levou faixa e coroa de primeira Miss Penitenciária de São Paulo foi Fernanda de Jesus. Depois de cumprir pena de três anos por posse de cocaína, Fernanda foi libertada, conseguiu prolongar a notoriedade que o título lhe conferiu e continua sendo lembrada como ícone pelas antigas colegas de cela. Na semana passada, um exemplar já gasto da revista *Viva*, com foto da Miss 2004 na capa, era repassado de mãos em mãos entre as candidatas de 2005. Na reportagem, a revista descreve uma ida de Fernanda à Daslu, o palacete-templo do consumo erguido bem pertinho da favela Funchal, onde a jovem cresceu. Comentário da ex-presidiária ao final do giro:

“Achei a Daslu muito parecida com a cadeia. Tem seguranças que vigiam tudo, encaram feio e falam nos radinhos o tempo todo. A diferença é que lá só tem loira de cabelo liso. Eu era a única pretinha.”

O cartão vermelho que despertou o juiz negro¹⁰⁴

José de Andrade Neto superou a indecisão e denunciou à polícia ofensa que sofreu de ex-coronel em partida

De São Paulo, *O Globo*, 5 de fevereiro de 2006

Manhã de domingo, penúltima rodada do campeonato de futebol soçaito no clube dos Oficiais da PM de São Paulo. O jogo é tinoso, a torcida animada, a arbitragem severa. Em determinado momento, um dos zagueiros, o camisa 4, leva cartão amarelo. Sua reação é brutal: “Você tinha de ser dessa cor de merda para fazer isso!”, grita, passando os dedos pela pele do braço. “Preto! Macaco! Olha a sua pele, cor de merda!” É expulso de campo. O juiz apita a partida até o final.

O camisa 4 é coronel reformado da PM, ex-comandante da Rota e diretor de Sede do clube. José de Andrade Neto é o árbitro. Negro, como o atacante Grafite. É árbitro credenciado pela Federação Paulista de Futebol e contratado do clube para dar aulas de futebol na escola de esportes.

A partida ocorreu no dia 4 de dezembro de 2005. Passam-se 45 longos dias. Até que numa noite de janeiro, José sai de casa, anda meia hora até o 20º Distrito Policial da Zona Norte da capital, e registra o boletim de ocorrência.

Essa é a história do processo que levou um homem que sempre se sentiu indeciso na vida a buscar seus direitos no Estado brasileiro. Quanto ao coronel Antonio Chiari, citado no B.O. número 396/2006 como autor dos crimes de difamação (art. 139) e injúria (art. 140), ele prefere não se pronunciar por enquanto. Procurado pelo **O Globo**, considerou o episódio insignificante mas se dispôs a consultar advogado sobre a conveniência de dar sua visão do ocorrido. A resposta veio na manhã seguinte: “Vou ficar quieto. Meu advogado pediu que me manifestasse somente na Justiça ou na delegacia. Temos as nossas defesas, que usaremos na ocasião”.

“Na hora me deu um apagão”, lembra José, “não sei explicar. Parou tudo dentro de mim. Também não sei como continuei apitando o jogo até o final”.

Era o terceiro jogo que apitava naquele domingo. As 89 partidas anteriores do torneio iniciado em setembro haviam transcorrido sem incidentes e o clube já se preparava para a festa de encerramento, com churrasco de boi inteiro na brasa. O Ferroviário, time do coronel Chiari, liderava e, se vencesse aquela partida, nem sequer precisaria jogar a última rodada. Entre os 2 mil sócios que chegam a frequentar o clube nos fins de semana, centenas foram acompanhar as partidas decisivas daquele dia.

Para José de Andrade, o Zé, o campeonato é um bico-bênção: R\$ 1.800 para apitar 96 partidas, e ainda por cima perto de onde mora. Gasta menos de meia hora a pé do clube até a casa de barro que divide com a mãe, duas irmãs, sobrinhos e parte de seus oito filhos.

“Sou registrado, tenho benefícios e o clube me dá respaldo bom – plano médico, odonto e farmácia”, orgulha-se. “Além disso, o novo presidente aumentou a remuneração/hora dos professores de esporte de R\$ 8,97 para R\$ 10,83. Como também apito jogos da federação, às vezes três a cinco por dia, ganhando R\$ 35 por partida, vou me desdobrando.”

Segundo ele, a partida que terminou em B.O. policial já começara tensa. O capitão e melhor jogador do Ferroviário estava de cama com caxumba, o time perdia de 3x1 e o camisa 10 deles sofria trombadas, se sentia visado e respondia exaltado. Acabou levando cartão amarelo e advertência. No segundo tempo, foi o mesmo camisa 10 que cometeu falta mas antes que o árbitro o expulsasse o coronel Chiari se interpôs, com força.

“Lembro que fiquei transtornado pois o coronel nunca havia gritado antes, só jogava bola, e jogava bem. Achei estranho ele me dar um beliscão e gritar. Dei dois passos para trás, fiquei na minha, parado, e tentei retomar a expulsão do outro jogador. A partir daí foi tudo muito chocante: o coronel me deu um empurrão, eu levantei o cartão amarelo, ele me confronta:

– Ah é, você vai querer me dar cartão, é? Vou ter de sair de campo?

– Por favor, coronel, retire-se, respondi.

– Tinha de ser essa cor de merda, mesmo. Preto. Macaco. Tinha de ter essa pele cor de merda...

¹⁰⁴ Em entrevista à pesquisadora, Dorrit afirma que tomou conhecimento do caso a partir de um conhecido seu, que é sócio no clube. Decidiu, a partir daí, tentar entender melhor o que havia se passado.

José não nota mas sua voz treme. Desvia o olhar ao prosseguir o relato. A família, reunida em volta da mesa da cozinha, ouve em silêncio. Dois de seus oito filhos, de 5 e 9 anos, estão como que grudados ao chão. Sequer piscam. As duas irmãs (de 34 e 37 anos, ambas profissionais e aguerridas) borbulham de indignação muda. A mãe viúva, dona Ana, tem medo da humilhação do filho.

“Durante uns cinco segundos me deu um apagão. Fiquei pensando qual atitude tomar. Dei alguns passos para trás, enfiei a mão no bolso, afastei os atletas do deixa-disso e puxei o cartão vermelho”, retoma José. “Mas continuei ouvindo a voz do coronel, já fora do campo e com o jogo reiniciado: ‘Não sei o que esse preto está fazendo aqui. Vou pedir para o coronel Cacau (coronel Luis Carlos dos Santos, presidente do clube) mandar esse preto embora’. Lembro que percebi que a partir dali o coronel já estava se referindo ao meu trabalho, não mais à minha atuação como juiz.”

José sempre sonhou em ser jogador. Passou no teste do Palmeiras aos 12 anos, passou para a categoria sub-17, subiu para os juniores, foi emprestado para o Santo André, depois para o São José e relembra “os dez minutinhos em que me puseram no gramado do Morumbi, numa partida contra o São Paulo, quando chutei uma bola na trave...”. Paralelamente, dava aulas na primeira escola de futebol da Zona Norte de São Paulo.

Foi então que o pai morreu e ele murchou. Passou um tempão e desistiu da carreira de jogador. Aos 27 anos de idade, já tendo trabalhado há mais de uma década como professor de futebol, resolveu investir na sua formação. Apesar de só ter o segundo grau completo, comprou livros de técnica em português, ganhou manuais de exercícios em italiano e aprendeu sozinho a consultar dois volumes em holandês.

“É claro que eu não entendi a escrita, mas pelas figuras eu deduzia o que precisava ser feito. Minha vivência em campo me dava uma vantagem considerável. Além do mais, como não sou bobo, compro jornal e recorto todos os movimentos de domínio de bola, de passe, alongamento e faço um mural para os alunos”, explica. Além disso, fez curso na Federação paulista e obteve certificados de árbitro nas três modalidades: futebol de campo, futebol soçaite e futebol de salão. No quarto que divide com a mãe, dois filhos e uma irmã, reinam seus troféus como treinador: seis vezes campeão paulista, três vezes da Taça São Paulo, duas vezes campeão na categoria sub-15.

José lembra que ainda apitou uma quarta partida depois do fatídico Ferroviário X América, sem incidentes. Exceto por uma voz infantil vinda da lateral do alambrado às suas costas: macaco filho da puta.

“Preferiria não ter olhado mas depois de uns segundos acabei me virando. Era o filho do coronel, ao lado da mãe. Aquilo doeu feio porque eu tinha dado aula para o menino

Ao final da rodada, o coronel veio em minha direção. Ainda pensei que ele viesse pedir desculpas pelo ato e comecei a pensar no que fazer. Mas ele veio me falar de patentes.

– Você deve ter algo contra oficiais. O Roberval (camisa 10) é tenente e eu sou coronel.

– Não, coronel. Isso aqui é um jogo de futebol, nada a ver.

– Você foi parcial, só prejudicou minha equipe.

– Olhe, coronel, a partida já acabou e não vamos mais falar sobre ela.

Fui desviando e ele falando. Passou novamente a mão na pele do braço e repetiu:

– É, tinha que ser, para ter essa atitude...

A essa altura, o episódio do confronto já tinha eco no clube. José lembra de uma associada que a tudo assistiu, casada com um jogador do campeonato. “Ela bateu na cerca, deu um puxãozinho na minha camisa e falou: ‘Olha, Zé, você tem de tomar uma atitude. Se não fizer nada eu vou abrir um boletim de ocorrência’. Fiquei olhando para ela meio assustado e não respondi nada. Nunca tínhamos conversado antes.

Depois passou o Carlinhos, que falou:

– Você tem sangue de barata, cara, ele te chamou de preto imundo, sangue de merda. Se fosse eu, teria quebrado ele na porrada.

– Está certo, falou bem, ‘se fosse você’. Só que não é. Eu batalhei para fazer esse curso de arbitragem, batalho para dar aula, não tem como tomar uma atitude numa hora dessas. Me botei no meu lugar – sou árbitro, estou apitando. Se dou porrada, a coisa vira pessoal e como ele é diretor pode até me mandar embora por justa causa.

José conta que tomou banho e foi para casa. Ainda cruzou com outros sócios que lhe disseram ter feito a coisa certa. “Mas no caminho, a pé, fui pensando: ‘Meu, não sou tão calmo assim, como é que eu não dei um murro no coronel?’”.

O terreno em que o bisavô Antonio trabalhou como escravo e que mais tarde foi retalhado pela família Zumkeller ainda hoje abriga a casinha de dois cômodos dos Andrade. Foi ali que a mãe e as irmãs de José ouviram o seu relato. Foi ali que a irmã Estefânia lembrou que quando ele era menino e a garotada vinha chamar “Zé Negão” para jogar bola, a avó respondia que ali só morava um menino de nome José de Andrade. Passaram a chamá-lo de Andrade.

A partir desse dia o ambiente no clube mudou para José. “Ficou esquisito. Clima mais pesado. Bato cartão, assino caderno, dou poucas aulas por ser verão. Já no dia seguinte fui chamado pelo presidente, que me perguntou o que havia ocorrido. Conteí. Ele me orientou para relatar o episódio ao clube e perguntou se eu tinha tomada alguma atitude externa. Respondi que tinha feito um B.O.” “Você está louco? O que você foi fazer? Fez de racismo?”

“Tentei enrolar porque na verdade eu não tinha feito nada, não conseguia decidir nada. O coronel Chiari também me fez saber que queria dar uma palavrinha comigo mas eu estava tenso. Consultei duas pessoas de lá que sempre me apoiaram e elas me disseram para não ter medo, afinal eu não devia nada.

A conversa durou uns 20 minutos, ele falou de religião, disse que lidava com preto velho e argumentou que sempre perdia a cabeça quando entrava em campo de futebol. Respondi que eu tinha sido jogador profissional sem nunca ter presenciado uma atitude como a dele. O coronel também falou que a partir da nossa conversa ele voltaria a dormir bem e perguntou se podia fazer alguma coisa por mim. Não, não podia. Achei estranho ele perguntar se eu sabia que ele tinha sido comandante da Rota.”

Não, José não sabia. Tampouco deve saber que Antonio Chiari foi um dos 43 oficiais denunciados no inquérito do massacre do Carandiru, que resultou na morte de 111 presos. Tenente-coronel à época (1992), sua tropa foi acusada de ser responsável pelo maior número de mortes no Pavilhão 9. Os seis comandantes que participaram da ação foram afastados, entre eles Chiari. José também deve desconhecer outros marcos da carreira do coronel, que em nada alterariam a sua convicção de que aquela conversa não um fora de desculpas. Continuou esperando.

Várias semanas mais tarde, cruzou na rua com o mesário do jogo da encrinca:

– Pô, Zé, você nunca teve nada, está é querendo dinheiro. Se o problema é a desculpa, ele pede. O coronel falou que você está querendo levar uma grana. E desculpa aí, Zé, porque ainda não decidi a favor de quem vou testemunhar.

As irmãs contam que José chegava em casa, sentava no chão e ficava calado. “Não pensei que ia ser tão pesado”, admite ele.

Avisos não lhe faltaram. Numa manhã, criou coragem, foi até o Fórum da Barra Funda e contou seu caso a dois promotores. Ambos o aconselharam a se certificar solidamente da determinação de suas testemunhas, pois as surpresas costumam ser desagradáveis. Recomendaram que fizesse bem as contas para ver se aguentaria uma eventual perda de emprego.

O próprio delegado que tomou seu depoimento para o B.O. desaconselhou que arrolasse testemunhas militares. E uma das advogadas que contactou inicialmente o alertou para a possibilidade de um revertério, com o coronel lhe movendo um processo por danos morais.

De cada conversa, José voltava para casa abatido. “Cheguei a falar para minha mãe que talvez fosse melhor fazer acordo com o coronel, deixar ele se retratar em público. Só decidi ir em frente quando me dei conta de que eu iria ficar abaixando a cabeça para ele toda vez que o encontrasse. Sou uma pessoa que demora para tomar decisões, tenho essa personalidade. Mas desde o dia 19 de janeiro me sinto mais inteiro. Já reuni todo os meus filhos de três casamentos – alguns não se conheciam – coloquei no quarto a minha mãe e expliquei que o pai deles estava nascendo ali. Choramos e brincamos juntos. Não sei no que vai dar. Mas sei que o ato que o coronel teve comigo ele não vai ter com mais ninguém.”

O coronel morreu antes

Ubiratan Guimarães está morto. O preso sobreviveu
De São Paulo, *piauí*, outubro de 2006

Em dias normais, o engarrafamento que se forma na confluência da Avenida Washington Luís com a alça de acesso ao aeroporto de Congonhas, em São Paulo, é sinônimo de penitência para quem pretende viajar. Nas sextas e nas segundas-feiras, o nó se espreme ainda mais. Em início e final de férias ou feriados, chega ao estrangulamento. Para José Izabel da Silva Filho¹⁰⁵, quanto pior, melhor. E aquele início de semana prometia. Graças ao feriado espichado do 7 de Setembro, que este ano fez o favor de cair numa quinta-feira e despejou levas adicionais de passageiros em Congonhas, o movimento de retorno, na segunda-feira, anunciava-se caótico. Para os viajantes, uma via-sacra a ser percorrida com irritação. Para José Izabel, a redenção. Imaginou que venderia fácil o lote completo de 48 garrafas de água que leva diariamente para o funil metropolitano.

José Izabel da Silva Filho, de 55 anos, mora com a mulher no Morro do Piolho, a mil metros do aeroporto. Em dias de movimento, volta para casa sem carga nos ombros e com R\$ 32 reais no bolso. Naquela manhã, havia acordado cedo e se preparava para assumir o ponto-de-venda quando a televisão deu a notícia sobre um coronel da PM assassinado com um tiro à queima-roupa. “Quando ouvi o nome do coronel Guimarães, nem me mexi, prestei bem atenção”, conta. “Quem tira cadeia aprende a ter certeza antes de decidir se uma coisa é ou não é.”

No caso, era. Ubiratan Guimarães, 63 anos de idade e 35 de corporação, fora encontrado nu, enrolado numa toalha de banho, com um tiro na barriga. Morreu sem chance de defesa ou revide e, segundo apontam as investigações, alvejado pela própria namorada, 23 anos mais nova. Foi uma morte chinfrim para quem chefiou a temida rota, a unidade mais truculenta da polícia paulista. Foi, também, um final insólito para o comandante do chamado “massacre do Carandiru”, o enfrentamento de uma rebelião de presos que, em 1992, resultou em 111 detentos mortos. Guimarães chegou a ser condenado a 632 anos de prisão por um júri popular. Recorreu da sentença e foi absolvido em fevereiro último. Não perdeu a liberdade um só dia. Sabia estar jurado de morte pela facção criminosa Primeiro Comando da Capital, o PCC. Morava com sete armas num apartamento da região dos Jardins.

“Você viu o que aconteceu lá com o homem?”, ouviu José Izabel logo que chegou ao cruzamento para vender água. A voz vinha de um carro às suas costas. Virou-se. Reconheceu o taxista, um ex-presidiário dos tempos do Carandiru. O ex-companheiro mais não disse, e seguiu viagem manhã adentro. “Como a vida é, hein? Ela dá, mas ela também tira”, comenta o ambulante José Izabel da Silva, que era conhecido como “Monarca” no maior presídio da América Latina. Enquanto existiu, o complexo do Carandiru manteve uma taxa de homicídios intramuros mais elevada do que a da superviolenta Colômbia dos anos 90: 26 mortes por 10 mil detentos. José Izabel entrou no Carandiru aos 23 anos de idade, em 1975, e só saiu 26 anos depois, transferido para outro presídio, às vésperas da implosão do sombrio conjunto de nove pavilhões. Foram, ao todo, 9325 dias e noites.

José Izabel/Monarca, condenado a 56 anos e seis meses por dois homicídios e outros crimes, sobreviveu a tudo. Para tanto, seguiu ao pé da letra a regra prisional de que “a palavra da gente não dá curva”. Quando o PCC começou a germinar no Carandiru, e a aliciar lealdade junto às levas de criminosos que iam chegando, ele já era “o seu Monarca”, veterano da casa. Foi deixado em paz. Quando o coronel Ubiratan Guimarães chefiou a operação que matou 111 no pavilhão 9, Monarca fez como um vizinho de cela: deitou-se no chão do xadrez e aguardou o estampido. Estava com 40 anos, tinha dezessete de Carandiru e achou que sua vida acabaria ali, em meio aos 515 tiros disparados pela polícia, a maioria na cabeça dos detentos. Ouviu os estampidos que mataram os ocupantes da cela ao lado e, não sabe como, saiu ileso da chacina. É possível que Ubiratan Guimarães não tenha feito nenhum dos disparos, pois sofreu um acidente logo na invasão do pavilhão 9, e foi retirado enquanto seus comandados executavam as ordens. Mas, dos 121 acusados pelo massacre, ele sempre se comportou como o chefe da operação. Reivindicou para si a responsabilidade por tudo o que ocorreu, a começar pelas mortes.

¹⁰⁵ O personagem é mais conhecido como Monarca, a quem Dorrit conheceu no começo dos anos 2000, quando estava à procura de um personagem para seu filme documentário *Travessia do Tempo*. Ela queria entender como era percebida a passagem do tempo por uma pessoa confinada, anos a fio. Monarca, que cumpria pena de 30 anos de prisão no Carandiru e que havia sobrevivido ao massacre de 1992, se tornou o personagem principal da obra cinematográfica. Anos depois de sua soltura, conta Dorrit à pesquisadora, estava ela circulando de táxi quando avistou Monarca vendendo água na rua. Desceu do carro e conversou com o ex-detento, e ali ficara sabendo de como ele tomou conhecimento da morte do coronel.

Cinco anos atrás, já condenado, o coronel desfilou em jipe aberto na parada do 7 de Setembro, à frente dos veteranos da Revolução de 30 com quem não tinha nenhuma relação. Na época, as celas do Carandiru ainda abrigavam perto de 7500 detentos e mais de mil televisores. Monarca foi um dos presos que assistiu à transmissão do desfile em sua cela. “A gente ficou sem entender nada, ele de terno, desfilando e acenando de pé, e a gente preso”, relembra.

Mais recentemente, José Izabel da Silva Filho reencontrou Ubiratan Guimarães na tela da televisão. Sentado no sofá roto de sua casa, o ex-detento acompanhava o horário eleitoral gratuito quando viu o coronel pedir voto como candidato a deputado estadual. Vinha amparado no número de inscrição sinistro: [14] 111. Em 2002, a mesma senha de conotação explícita rendera-lhe assento na Assembleia Legislativa, com 56 mil votos. “Em homenagem a um amigo leal, a inscrição 14.111 não será mais usada”, anunciou no enterro o líder do PTB paulista, deputado Campos Machado, ao decretar a aposentadoria do número 111.

Apesar de ter um título de eleitor novinho em folha, ainda não foi desta vez que José Izabel pôde votar. Juridicamente ele ainda deve ao Estado, embora tenha cumprido a pena máxima prevista no Brasil – trinta anos – e passado para o regime de liberdade condicional, em janeiro de 2005. “Se ele cometer algum delito antes do término da condenação, volta para a cadeia para cumprir o que resta. A condenação permanece para efeitos jurídicos”, explica Sergio Zeppelin Filho, diretor da Penitenciária de Serra Azul II, para onde Monarca fora transferido depois da desativação do Carandiru.

Contrariando as estatísticas brasileiras, que apontam uma reincidência no crime da ordem de 50%, José Izabel conseguiu atravessar nove meses incólume. Quando deu entrada no Carandiru, tinha apenas quatro anos de escolaridade. Ao sair de lá, quase três décadas depois, continuava no mesmo ponto. “Eu até queria aprender um pouco mais”, ele conta, “mas o professor também era companheiro [presidiário], então não dava certo e desisti. Só passei a acompanhar a classe na penitenciária de Serra Azul, onde as aulas eram dadas por um professor de rua [não presidiário]. Depois, na unidade de Mongaguá, consegui aprender a fazer conta de divisão, que é a mais difícil. Saí de lá levando os cadernos como recordação.”

Segundo profissionais de reabilitação prisional (psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais), a primeira visita à família tem tudo para ser a mais problemática. O preso chega em casa e se depara com uma penca de problemas, como filho doente ou contas a pagar. Para não decepcionar, frequentemente perde a cabeça e vai tentar arrumar dinheiro rápido. “Na prisão fica muito claro o que é certo e o que é errado, mas na vida fora, não”, constata José Izabel.

José Izabel herdou da nora o ponto no cruzamento do aeroporto. Para sobreviver, faz bicos de pedreiro, carregador e o que aparece. Nunca mais quis passar na frente do que foi o Carandiru. Não comemorou a morte de Ubiratan Guimarães, registrada em presídios paulistas com panelaços nas grades. “Que jeito de morrer!”, exclama apenas.

Nasce uma estrela política

Barack Obama desponha como candidato democrata à Presidência e lança sombra sobre Hillary
O Globo, 29 de outubro de 2006

Foi como o deslocamento de uma placa tectônica. Há uma semana, a admissão feita pelo senador americano Barack Obama de que talvez, muito talvez, decida concorrer à Casa Branca já na sua próxima eleição de 2008, desestabilizou por completo o mapa político dos EUA. Primeiro, porque democratas e republicanos estavam totalmente focados na eleição do próximo dia 7, que irá renovar a Câmara dos Representantes e um terço do Senado, e ninguém esperava ser chacoalhado antes disso. Depois, e sobretudo, porque o aceno foi feito por alguém que possui um atributo tão devastador quanto ausente em qualquer de seus possíveis adversários: Obama parece ter nascido para ser eleito presidente dos EUA.

A dúvida é se o jovem senador negro de 45 anos não estaria atropelando seu próprio estilo, sendo sôfrego. Como não parecer arrogante ao pretender disputar a Presidência tendo como experiência apenas dois mandatos na legislatura estadual de Illinois e metade de um primeiro mandato de senador? Biografia acanhada se comparada à extensa bagagem e familiaridade com o poder de sua

maior adversária, a senadora Hillary Clinton. “Não tenho certeza de que alguém esteja realmente preparado para ser presidente antes de ser presidente”, rebate Obama.

Sem folha corrida convencional de presidenciável, Obama enfeitiça a nação americana através de atributos tão singulares quanto pessoais. Ao contrário de Hillary, que tem um dos índices de rejeição mais altos pela aspereza de estilo, rispidez na fala, ambição explícita e fama de manipuladora, Obama trafega em qualquer ambiente sem se transvestir. Nunca pontifica ou soa afetado. Desde que eletrizou a Convenção do Partido Democrata em 2004 com um discurso que nenhum marqueteiro seria capaz de produzir, Obama divide suas dúvidas interiores com uma nação cansada de políticos embrulhados como mercadorias. Ademais, após 16 anos de governos que polarizaram a vida nacional, o eleito americano respira aliviado diante de um político que não excomunga o adversário.

Para a mídia, por enquanto, Obama tem sido um bálsamo. Posou para as revistas *Vanity Fair* e *GQ* com uma elegância casual de matar de inveja alguém como Hillary, cujo estilo tem a estridência de quem ainda não se encontrou. “Ele tem qualidade de estrela”, define Annie Leibovitz, a fotógrafa dos poderosos. Nenhum candidato personifica de forma tão visível a interseção da política com a cultura da celebridade. Disputado por entrevistadores como Larry King e Oprah Winfrey, o senador recebe uma média de 300 convites por semana. “Ele precisa decidir se quer ser uma celebridade ou um homem da história, se é que essa diferença ainda existe”, adverte a colunista do *New York Times*, Maureen Dowd.

Obama nasceu em 1961, ano em que tomava posse o último presidente dos EUA a enfeitiçar o país – John Kennedy. “Sim, na juventude fumei maconha e traguei. A ideia, na época, era fazer isso, ou não?”, disse com naturalidade em encontro recente da American Society of Magazine Editors, apinhada de editores das maiores revistas dos EUA. No seu primeiro livro de memórias, “Sonhos com meu pai” (95), que ficou 57 semanas na lista dos mais vendidos, Obama já havia abordado suas experimentações de juventude, inclusive com cocaína. “Não tentei heroína porque o vendedor era esquisito”, escreveu, abortando a armadilha que levou Bill Clinton, candidato em 92, a se enroscar no célebre “fumei, mas não traguei”.

Nenhum político americano de expressão nacional empreendeu uma viagem interior tão metódica quanto Obama em busca de respostas para se definir como indivíduo. Em cápsulas, o essencial de sua singular trajetória: a mãe, Ann Dunham, de família branca do Kansas, mudou-se para o Havá quando jovem; na universidade, conhece um jovem negro e muçulmano, do Quênia, Barack Hussein Obama; casam, têm o filho Barack, que a mãe chama de Barry, e se separam; o pai vai fazer doutorado na Universidade de Harvard e retorna ao Quênia; o filho só o viu uma vez mais, aos 10 anos; a mãe casa com um indonésio e o menino Barack vai morar três anos em Jacarta antes de ser re-despachado para a casa dos avós, no Havá. Passou a adolescência em conflito com suas origens e pensou ter perdido as raízes africanas quando da morte do pai.

Tudo mudou ao receber a visita de uma meia-irmã queniana, que o convenceu a fazer o caminho inverso. Ainda anônimo, Barry empreendeu a primeira viagem ao vilarejo do pai em 92. Em agosto passado, já senador, retornou a esse pedaço de sua identidade. Hoje, Obama é resultado de sua vivência multicultural, multirracial e multirreligiosa. É americano e negro, mas não afro-americano. Sua negritude não vem da América escrava.

Em mais de 200 anos de história, os EUA jamais tiveram um candidato a presidente negro. Mas quase. Antes das eleições de 1996 o então general Colin Powell criou um frisson nacional durante a divulgação de suas memórias. O livro vendeu 2,6 milhões de cópias e a Casa Branca parecia lhe acenar. Mas ele recusou, ou melhor, Alma, sua mulher, abortou a sedução de uma candidatura. Powell se tornaria o primeiro secretário de Estado negro do país e acabou dilapidando o patrimônio de homem público ao defender as invencionices do governo Bush para invadir o Iraque.

Barack Obama não é de dar salto no escuro. Ele pode ter lançado esse balão de ensaio só para alavancar as vendas de seu novo livro, “The audacity of hope” (A audácia da esperança, ainda sem edição brasileira). Pode, também, estar testando o terreno para uma eventual candidatura a vice de Hillary Clinton. Em matéria de pesadelo para o Partido Republicano, este seria o maior. Para Hillary, pior só se os democratas decidirem que a dobradinha deve ser invertida.

Blim-Blom: compras natalinas tranquilas¹⁰⁶

O centro comercial mais seguro de São Paulo é uma feira em que rola de tudo
De São Paulo, *piauí*, dezembro de 2006

Com R\$ 53 bilhões de reais do 13º salário bombando a economia natalina, qualquer biboca com algo para vender tende a fervilhar em dezembro. Não poderia ser diferente na Feira do Rolo de São Mateus, o mais novo fenômeno comercial de São Paulo. A Feira do Rolo é o terceiro mundo do consumo paulistano. O primeiro é o dos 66 shopping centers da Grande São Paulo, que atendem um público disposto a pagar caro pela segurança privada. O segundo mundo é o da Rua 25 de Março, que até meados do século XIX era um trecho do rio Tamanduateí, posteriormente drenado, e se transformou no maior centro comercial a céu aberto da América Latina. Em vésperas de festa, a cada dia, mais de 1 milhão de pessoas se espremem entre as 4 mil lojas, estandes e camelôs da “25”. Um levantamento recente revela que essa freguesia é mais eclética do que sugeriam as aparências – 58% dos caçadores de barganhas nessa muvuca de comércio popular pertencem às classes A e B.

A Feira do Rolo é mais novinha. Nasceu no asfalto de uma avenida da periferia há menos de vinte anos, se esparrama por uma área de quase seis quilômetros, tem regras disciplinares severas, só abre aos domingos e sua clientela, vinda do ABC e das cinco favelas que a circundam, é flex: atua ora como compradora, ora como vendedora. Quem entra na Feira com algo na mão não precisa fazer ou falar nada: é tido como certo que está vendendo o objeto (ou animal). Um cidadão idoso que transitava pela avenida com uma mala tamanho grande conseguiu se livrar dela por 15 reais.

Exemplo de como se fecham negócios nesse pedaço do país: “Quanto?”, pergunta o alagoano Francisco, apontando com o queixo para a máquina caseira de moer cana, responsável pelo caldo que acabou de comprar por R\$0,50.

“Dois e meio”, responde o dono, enquanto atende outros fregueses postados à frente do tablado.

“E o ponto?”, quer saber Francisco, que mora em Heliópolis, trabalha numa metalúrgica durante a semana, e procura uma fonte de renda adicional para sustentar a família de três filhos. O “ponto”, no caso, é uma área de dois metros quadrados, demarcada com piche no asfalto da avenida, de onde o dono opera sua “lanchonete”, um tablado sobre cavalete, copos de plástico, cana e moedor. Tudo a céu aberto.

“Dá uns quinhentos, mais uns quinze por mês pro pessoal aí”, responde o dono.

“É meu”, diz Francisco, que baixou na Feira como freguês num domingo ensolarado de novembro e dela saiu como proprietário de um novo negócio. Pagou R\$ 2.500,00 trocando menos de dez palavras.

Falar pouco, e perguntar menos ainda, é o combustível que alimenta a Feira do Rolo de São Mateus, também conhecida como Feira de Ladrão. Componentes eletroeletrônicos e peças automotivas compõem o grosso dos quilômetros de mercadorias geometricamente alinhadas no chão da avenida principal e ruas adjacentes. Mas é a variedade de ofertas e seu modo de operação que atrai o paulistano expelido do comércio formal. Uma breve amostra do ecletismo do pedaço:

- 1 copo de liquidificador Walita, sujo e quebrado, saiu por 50 centavos para uma freguesa que precisava substituir a alça do copo que tem em casa.
- 1 filhote de Rottweiler com Pitbull, 50 reais o macho, 20 a fêmea.
- 1 Micro-System Sanyo que não funciona, 35 reais.
- 1 banheira de plástico para hidromassagem, 70 reais.
- 1 leitão para criar, 50 reais.
- 10 DVDs por 10 reais.
- 1 capacete de pedreiro da Sempro, usado, 3 reais.

Embora uma visita à Feira faça parte do programa de famílias domingueiras sem prontuário, o grosso dos negócios é feito por “intrujões”, gíria policial que designa quem compra e vende material

¹⁰⁶ São Mateus é um bairro da zona leste de São Paulo, a cerca de 20 quilômetros do centro da cidade. Certa vez, conta Dorrit à pesquisadora, ouviu de um motorista de táxi sobre a feira. Ficou com seu cartão. Algum tempo depois, ligou perguntando se ele poderia levá-la até o local, porque gostaria de conhecê-lo. Conheceu e escreveu um texto curto, para a sessão *Esquina*, de *piauí*.

roubado. O 49o Distrito Policial da capital, aliás, fica a menos de 300 metros dali, no alto de um outeiro, com vista total para os quilômetros de mercadorias.

“A Civil só passa a pé pela Feira”, esclarece um frequentador assíduo. “E, mesmo assim, só para fazer a sua própria comprinha.” A única autoridade que faz marcação cerrada na Feira é a Polícia Ambiental, que vem com viatura, cheia de moral, e é respeitada. Mas o pessoal tem solução para tudo. Uma gaiola vazia no asfalto pode indicar que o dono tem estocado alguma tartaruginha, passarinho ou animal silvestre.

Tudo na Feira do Rolo de São Mateus flui manso, sem a gritaria dos camelôs da 25 de Março. As abordagens são sempre em tom cauteloso e civilizado. Brigas são rigorosamente proibidas, pois ninguém ali quer chamar a atenção. Numa manhã de novembro, um pivete tentou arrombar um carro estacionado na “zona intocável” do escambo e acabou com o braço preso nos vidros da janela. Gritava e sangrava como um animal. Foi salvo do linchamento por policiais que abriram caminho na marra. Se aparecer novamente no pedaço, não sairá vivo. Afinal, o espírito natalino não pode ser perturbado por arruaceiros.

O Brasil em dívida com Ronaldo

*Falta uma medalha na vida do grande atleta de 1998
piauí, dezembro de 2006*

O mineirinho elétrico e falante que troca cumprimentos com meio mundo em São João Nepomuceno, município de 25 mil habitantes, está enfiado num agasalho esportivo com o nome dele gravado nas costas, cortesia da prefeitura da vizinha Descoberto, de 4 800 habitantes. É Ronaldo da Costa. Aos 36 anos, ele quer ser vereador. Pensa em se candidatar nas eleições municipais de 2008. “Não sei falar bonito, mas tenho olho para a coisa.”

Antes dos 20 anos já tinha sido oleiro, soldador, trabalhador na roça. Também quis ser jogador de futebol, mas só se fosse do Botafogo, time de sua devoção. Sem chance: o físico miúdo e seco como fio de arame lhe reservou o papel de torcedor. Pelo que lembra dos tempos de infância, nunca imaginou ser astronauta, bombeiro ou super-homem. O menino de Descoberto tinha pouco tempo para fantasiar: trabalhava desde os 7 anos e estava bem assim. “Sei lá. Médico, talvez”, diz hoje, sem convicção, pensando na escolaridade interrompida na oitava série.

Ronaldo da Costa já foi muito mais do que qualquer vereador, médico ou goleiro do Brasil. Ele já foi o melhor do mundo. E único. Numa tarde de setembro de 1998, quando tinha 28 anos, zarpou à frente de todos os favoritos da maratona de Berlim e pulverizou o recorde mundial que estava em vigor nos últimos dez anos. Venceu a prova em 2 horas, 6 minutos e 5 segundos. Enquanto o mundo do atletismo, incrédulo, conferia a nova marca, o mineirinho ainda teve fôlego para dar uma cambalhota na linha de chegada. “Um brasileiro chamado Ronaldo conseguiu, na maratona, o que seu xará do futebol foi incapaz de fazer na Copa do Mundo deste ano: provar que é, indiscutivelmente, o melhor do planeta em sua modalidade”, escreveria o New York Times no dia seguinte.

Naquela noite estelar, Ronaldo não foi festejado com nenhum banquete de arromba na capital alemã. Sua festa coube numa mesa de três lugares – jantou com o agente esportivo Luis Felipe Possi, o jornalista da TV Globo João Pedro Paes Leme e só. Depois foi dormir. Dali a uns dias, estava novamente na Zona da Mata mineira.

Berlim não é Nova York, a começar pela ausência do sotaque de milhares de brazucas, e a Alemanha não é a América, o que em parte explica a diferença de tratamento reservada ao vencedor de cada uma das duas maratonas. Em Nova York, o vitorioso é imediatamente içado à categoria de celebridade. Em Berlim, a notoriedade tende a ficar restrita ao universo do esporte. Coube ao fundista brasileiro Marilson Gomes dos Santos fruir dessa abissal diferença no mês passado. Primeiro sul-americano a vencer a maratona de Nova York, Marilson teve direito ao pacote celebridade-instantânea que a cidade oferece – entrevista no programa de David Letterman, festança (no caso, verde-amarela) para 3 mil convidados, presença de honra na abertura do pregão da Bolsa de Nova York, pedidos de autógrafa por onde andasse.

A diferença maior, contudo, ocorre em território nacional. E, para quem vive de carregar a bandeira do Brasil no corpo, ela dói. “Na época, achei que o Fernando Henrique fosse me chamar.

Esperei, esperei, mas ninguém me procurou. Machuca até hoje, e continuo esperando”, conta Ronaldo, oito anos depois da consagração em Berlim. Marilson, seu amigo e companheiro de geração, teve mais sorte: depois das glórias nova-iorquinas, foi convidado a comparecer ao Palácio do Planalto para receber a medalha do Mérito Desportivo, com sessão de fotos ao lado do presidente-em-exercício-por-um-dia, Aldo Rebelo. Melhor do que isso, só se Lula em pessoa lhe concedesse a honraria. “O Marilson fez por merecer. Nós nos conhecemos há mais de dez anos e ele nunca mudou, é simples como eu. Agora é a hora dele, vai arrebentar na Olimpíada de Pequim. Acho que dei azar, venci no governo errado”, conclui o mineirinho. Não lhe restam nem os troféus afetivos do feito de 1998. Num rompante de gratidão, ofertou ao técnico Carlos Alberto Cavalheiro o short, a camiseta e o tênis que usou na corrida de sua vida.

Foi Cavalheiro, treinador de velocistas medalhados como Robson Caetano (bronze nas Olimpíadas de Seul e Atlanta), quem imprimiu a Ronaldo um condicionamento físico raro em fundistas. “É um técnico estudioso, aproveitou bem o meu talento”, acredita o maratonista. De fato, foi o treinamento que permitiu a Ronaldo percorrer a segunda metade dos 42 quilômetros em 1:01:23 (depois de passar pela primeira metade em 1:04:42) e baixar o recorde mundial em absurdos 45 segundos. Até então, Ronaldo só havia competido numa única maratona. Estreara no atletismo aos 16 anos, calçando sapatilha de pano e cano alto, numa corrida de rua em Descoberto. Tirou segundo lugar. Em 1995, derrotou uma mandinga que parecia eterna e se tornou o primeiro brasileiro a vencer a São Silvestre em quase uma década. Dali em diante capengou bastante, com lesões frequentes e resultados abaixo do esperado – vigésimo lugar na São Silvestre seguinte, eliminação precoce na Olimpíada de Atlanta, em 1996.

Mas continuou treinando e teimando. Até que em Berlim tudo lhe caiu no colo ao mesmo tempo – a vitória, a glória e o que parecia ser uma arca de dinheiro sem fim. Entre o cachê de campeão e o bônus pela quebra do recorde mundial, embolsou quase 200 mil dólares. Ou melhor, não embolsou. Seguindo a praxe internacional, quem recebeu a bolada em nome do atleta foi o agente-administrador de sua carreira, e o agente quebrou. Só recentemente, passados oito anos, Ronaldo voltou a receber, em parcelas, o saldo dos dólares conquistados na época. Nesse meio tempo, driblou o assédio financeiro de parentes que brotam do nada, teve surtos de depressão, sofreu lesões e cirurgias e sobreviveu à destemperança consumista. “Não tem jeito, todo atletinha que ganha algum dinheiro já vai logo comprando um carrão. Um, não; pelo menos dois”, diz hoje, satisfeito com seu Fusca ano 1972, bege.

Ronaldo aprendeu com as armadilhas do sucesso. “Tem gente que me vê trabalhar na terra, andar de Fusca, e diz que eu fali. Não entenderam nada: agora é que eu estou com a vida em ordem”, diverte-se. Suas contas fecham: mora em teto próprio num dos prédios mais altos (cinco andares sem elevador) de São João Nepomuceno, vive do aluguel de uma sala comercial e três outros imóveis e cultiva um roçado de 2 mil metros quadrados que comprou perto da cidade. “Batizei a minha chácara com o nome de Berlim 98. Adoro capinar e trabalhar na terra. Além de distrair, é um exercício ótimo para complementar meus treinos na estrada. Aqui um casal com dois filhos se vira com 1 500 reais por mês. É só querer.”

Outro dia, em novembro, sabendo que ia passar pela Zona da Mata, um tenente da Polícia Militar de Belo Horizonte resolveu fazer um agrado ao filho da terra e bateu na porta de Ronaldo com uma fita de vídeo embaixo do braço. A fita tinha sido gravada oito anos antes e mostrava o maratonista sendo homenageado pelo comando da PM mineira. Ronaldo admite que deu uma choradinha quando assistiu; gostou de lembrar que foram apanhá-lo de helicóptero.

Hoje, o mineirinho que corre diariamente 24 quilômetros na contramão da estrada São João Nepomuceno–Rio Novo treina para estar entre os dois brasileiros que disputarão a maratona nos Jogos Pan-Americanos de 2007, no Rio. “Gosto mais de treino do que de competição. Você corre de cabeça leve, imaginando só coisa boa, tira a tensão. Meu sangue africano deve ser do Quênia”, diz, referindo-se ao país que produz fornalhas e mais fornalhas de maratonistas de elite. Ronaldo já correu o mundo. Só no Japão já esteve quatro vezes. “Mas o lugar mais esquisito que já visitei foi a Guatemala.” Se conseguir vaga no Pan, vai suar o couro para tentar chegar até os Jogos de Pequim. “Se não der, não vou ficar sem rumo. Para quem começou neste pedaço de mundo que é Descoberto, já fui longe”.

Êxodo em massa do inferno¹⁰⁷

Labaredas que varrem cidades levam bombeiros à exaustão e moradores à incerteza
De San Diego (EUA), *O Globo*, 25 de outubro de 2007

Cena 1: sete bombeiros estão estirados de barriga para cima no meio-fio do condomínio La Terraza, bairro de Rancho Bernardo, uma das áreas nobres que se debruçam sobre a cidade de San Diego. Seus capacetes e partes do equipamento estão espalhados pela calçada. As jaquetas amarelas dos uniformes servem de travesseiro. Eles dormem, exaustos, alguns ainda com óculos de proteção no rosto. Perderam mais uma batalha: metade das casas do quarteirão ainda arde, já sem fogo, e outras mais serão engolidas por labaredas. Simplesmente não há como vencer o vento que faz chamas saltarem muros, pularem de coqueiro em coqueiro, rastejarem de forma quase líquida por arbustos e matas. Algumas conseguiram cruzar uma autopista duas vezes mais larga que a Via Dutra.

“Não tento mais apagar focos. Só dá para tentar fazer com que ele não se espalhe”, diz o capitão Tony Rivas.

Na sucessão de incêndios que varre a região de San Diego desde domingo, quem teve a infelicidade de morar na rota dos ventos em chamas tinha uma única decisão clara a tomar: salvar a pele ou se apegar à propriedade.

Além de tantas outras, esta é, certamente, a diferença fundamental entre os incêndios da Califórnia e a tragédia do furacão Katrina, dois anos atrás. Em Nova Orleans não houve escolha, a batalha foi uma só – tentar escapar com vida. Mil quinhentos e setenta e sete não conseguiram. Em San Diego, até a noite de quarta-feira, havia uma vítima fatal – o engenheiro ambiental Thomas Vashock, que morreu tentando defender sua casa de Potrero. Das quatro outras vítimas de que se tinha notícia até ontem, duas tiveram morte natural em casa, duas faleceram em abrigos, e a quinta foi achada sem vida num quarto de hotel.

Este dado atesta o óbvio: o que esteve a cargo de providências humanas, foi feito. Não é qualquer administração regional que consegue remover 560 mil moradores (15% da população) em apenas três dias, enquanto uma área equivalente à da cidade de Nova York é engolida pelo fogo.

Em contrapartida, o que esteve sob os caprichos da natureza não conseguiu ser desfeito pelo homem. Com o ar rarefeito de apenas 6% de umidade, calor intenso e ventos de quase 100 km/h soprando em direção contrária a seu curso normal, o fogo virou furacão incandescente. E o que começou no domingo com dois focos isolados – um perto da fronteira com o México, outro na serra mais nobre do condado de San Diego – esparramou-se a ponto de engolir 1.250 propriedades em menos de 48 horas.

De quebra, transformou o céu da região mais crítica numa espécie de inverno nuclear – escuro e espesso em pleno meio-dia. Os helicópteros do Corpo de Bombeiros, da Marinha, dos Fuzileiros Navais e da Guarda Nacional despachados para conter o inimigo retornavam a suas bases com os tanques d’água ainda cheios: a nuvem de fumaça, fuligem e cinza preta que brotou dos incêndios era tão espessa e rente ao solo que os pilotos não conseguiam furá-la.

Enquanto isso, no perímetro central de San Diego, um cheiro ocre de queimada servia de lembrete da tragédia que se desenrolava a menos de 35 quilômetros. Pais aflitos faziam rondas em farmácias na tentativa inútil de comprar máscaras cirúrgicas; escolas dispensaram alunos para abrigar desalojados; empresas fecharam as portas por precaução ou ausência de funcionários e a vida na cidade acabou contaminada pela síndrome do perigo iminente. Grudadas no noticiário ininterrupto da TV, famílias debatiam pela enésima vez o que deveriam levar se, e quando, chegasse a hora de abandonar a casa.

O brasileiro Joaquim Cruz, medalha de ouro nos 800 metros nos Jogos Olímpicos de Los Angeles, tem casa própria no bairro de University City, próximo ao litoral e um pouco mais próximo do fogo. Morador dos EUA há mais de 20 anos, ele decidiu ser radical para não ser engolido pela indecisão generalizada: colocou numa mochila pequena apenas os passaportes e certidões da família, a documentação da casa, papelada financeira e recomendou à mulher Mary que mantivesse as joias à mão.

¹⁰⁷ Dorrit afirma à pesquisadora que se deparou com este incêndio enquanto estava em San Diego para a entrevista com o fuzileiro Travis Greene, personagem principal da reportagem “O mutilado”, publicada em *piauí* na edição de dezembro de 2007 e reproduzida neste apêndice, à página 249 (próximo texto).

“Ah, também coloquei minhas duas medalhas olímpicas”, acrescenta.

E nenhum par de tênis?

“Não, o tênis já vai no pé. Afinal, não vou sair correndo de incêndio calçando sapato social.”

O brasileiro foi exceção, uma vez que à sua volta vizinhos empilhavam caixas e caixas com pertences que consideravam de valor sentimental, e portanto indispensáveis na eventualidade de terem de recomeçar a vida.

Se em University City essa probabilidade se mantém remota, nos bairros mais ameaçados o tempo de indecisão é curto e se dá por etapas. Primeiro, o morador recebe um telefonema “911 invertido”, nome dado ao sistema de gravação informatizada, com o aviso para abandonar a casa. Nos EUA, o 911 é o número que se disca em emergências, e o termo “invertido” foi criado porque, no caso, são os serviços de emergência que ligam para você. Só que nos dois primeiros dias da tragédia a ferocidade dos ventos foi tamanha que muitos moradores tiveram menos de uma hora para pegar a estrada: “Não sou mais proprietário sequer de um terno”, disse o advogado Jeff Mangum, morador de Poway, um dos bairros mais devastados. Ele segurava um álbum de fotos, documentos, uma muda de roupa e assistia, em silêncio e à distância, à batalha de sua casa contra as labaredas.

Aqueles que relutavam em atender à ordem de evacuação, quando obrigatória, acabavam flagrados pela operação pente fino que o Corpo de Bombeiros fazia de porta em porta. Nos bairros em que a ordem era apenas recomendada os dilemas não eram menores, uma vez que o perigo mudava de rota de um instante a outro. O menor indício de fuligem numa mesa de cozinha podia anunciar a fatalidade em curso.

Cena 2: entre os 75 pacientes sendo transferidos em macas ou cadeiras de rodas para ambulâncias, e vestindo a bata azul do Hospital Pomerado, no bairro de Poway, está uma idosa com expressão assustada. Ela porta uma máscara respiratória, o par de óculos antichamas parece gigantesco em seu rosto miúdo, e no braço direito ela ainda mantém o tubinho de plástico para receber o soro. Indagada como se chama, responde com insistência: “Tenho 88 anos e dois terços. Oitenta e oito e dois terços. Oitenta e oito e dois terços.”

Ao contrário de Nova Orleans, onde diretores, médicos e enfermeiros de hospitais respondem a processo por abandono e morte de pacientes, San Diego estava preparada não só para remover como para realocar pacientes das zonas de perigo. Graças ao gigantesco complexo hospitalar militar da região, que integra a maior base naval em território americano, esta parte do vasto deslocamento humano correu sem problemas.

Em contrapartida, a surpreendente quantidade de animais domésticos e de grande porte que dificultaram a mobilidade de seus proprietários se revelou dilacerante. Na van do casal George e Wendy Santamaría, que fugiam de uma zona rural calcinada, constavam a filha de 17 anos, 13 coelhos, 5 patos, 2 gatos e um cachorro. Na outra ponta da geografia social, como em Rancho Santa Fé (cuja renda média anual é de US\$ 197 mil), propriedades avaliadas em US\$ 3 milhões eram mostradas na TV com a água das piscinas literalmente fervendo, colunas gregas derretendo feito geleia e fileiras de palmeiras transformadas em tochas. Pareciam cenários de filmes-catástrofe. Ali, moradores tiveram de atrelar cavalos às Mercedes, BMWs e carros italianos nos quais faziam a viagem de despedida. Outros não conseguiram chegar a tempo a seus haras ou currais.

Cena 3: sentada no bar do hotel DoubleTree de Mission Valley, um dos mais bem localizados de San Diego, uma mulher elegante não desgruda os olhos do telão de plasma enquanto fala ao celular. Veste camiseta bege discreta, jeans de grife e um Rolex no pulso. Não usa maquiagem ou qualquer joia. Está sozinha com sua bolsa Vuitton legítima. Ela não é a única flagelada a ter buscado abrigo no DoubleTree – eles são reconhecíveis por circularem com seus bichos de estimação por elevadores e halls, quando em tempos normais *pets* são proibidos pela direção.

Todos os quartos de hotel de San Diego foram sendo ocupados mas nem todos os refugiados foram parar em hotéis. Dos 46 abrigos que brotaram, o mais notório acabou sendo o estádio Qualcomm. Sede dos Chargers, time de futebol americano local, abriga quase 10 mil retirantes. Ali, já nas primeiras 24 horas foi montada uma operação de atendimento eficiente, precisa e coordenada.

Na noite de segunda-feira a adestradora de animais Julie Lawter podia ser vista na imensidão do estacionamento cuidando dos seus quatro cachorros Huskie, todos numa van entupida até o teto. Enquanto isso, o marido e o filho de 9 anos dormiam no carro da família, ao lado.

“Começamos a empacotar nossas coisas às 4h da manhã e saímos de casa ao meio-dia”, conta. “Além de álbuns de fotos, diários, comida, roupa e coisas de primeira necessidade, soquei dentro da

van as medalhas de escoteiro do meu filho e coisas como um pote de flores que ele fez para mim no seu primeiro ano de escola. Não sei o que vamos encontrar quando o perigo passar mas o que encontramos aqui no estádio é quase mais surreal. Tem de tudo, cobertores, camas de armar, comida, montes de voluntários, TV para quem quer acompanhar o fogo passo a passo, ração para animais, tudo.”

Nos próximos dias, com a esperada mudança de intensidade dos ventos, as labaredas conseguirão ser domesticadas pelo homem. Mas quem ouviu o uivo acachapante do fogo varrendo o que encontrava pela frente, lembrará da frase de alguém que correu: “Se existe um som no inferno, ele deve ser assim”.

O mutilado¹⁰⁸

Atleta a adolescência, o fuzileiro Travis Greene embarcou para o Iraque seis dias depois de formado. No voo de ida havia balões coloridos e faixas com votos de boa sorte. Da volta, ele não se lembra. Dos Estados Unidos, piauí, dezembro de 2007

Entrar no apartamento do fuzileiro naval americano Travis Greene, em San Diego, incomoda. O visitante se sente invadindo o refúgio sombrio de alguém que se esconde da vida. Em plena manhã de sol californiana, numa cidade tão escancarada quanto o Rio, todas as persianas da sala estão cerradas, vedando a entrada de qualquer fresta de luz vinda do mundo lá fora. O morador do 303 prefere a iluminação indireta.

Ele abre a porta, enfiado numa camiseta de manga curta que lhe acentua o tórax. Ex-campeão universitário dos 100 metros e 400 metros com barreiras pelo Estado de Idaho, Travis Greene veste uma bermuda bege que lhe encobre a pélvis. As duas pernas com as quais conquistou os troféus de atleta ficaram no Iraque, a quase 13 mil quilômetros de distância – entre as ferragens de um blindado numa estrada de Ramadi. Na época, ele tinha 22 anos de idade, com dois aniversários passados na linha de frente. Hoje, com 24 anos, ele prefere dar a entrevista na cadeira de rodas, sentado sobre os dois cotos, a acoplado a suas próteses de tecnologia de ponta, cujos componentes incluem pés e joelhos controlados por microcomputadores.

Travis é o típico all-american boy de um dos estados mais conservadores da América profunda. Ele nasceu em Twin Falls, que tem 40 mil moradores e é conhecida no Idaho pela fatura de cataratas e quedas d’água. O único filho da cidade que teve alguma notoriedade, ainda que póstuma e fugidia, foi Mark Felt, recentemente identificado como o misterioso “Garganta Profunda”, que, nos anos 70, fez explodir o caso Watergate e derrubou o presidente Richard Nixon. Foi em Twin Falls que o casal Terry e Sue Greene educou os quatro filhos, tocando uma modesta concessionária de aquecedores e aparelhos de ar-condicionado. E foi uma festa quando o filho do meio recebeu a notícia de que fora aceito como bolsista esportivo na universidade estatal de Boise, a capital do estado.

O futuro de Travis parecia encaminhado para uma carreira de técnico em educação física até que, no segundo ano de faculdade, a bolsa foi cortada. “Isso me jogou numa rotina de três turnos – trabalho, faculdade e atletismo de clube”, ele lembrou. “Como não consegui dar conta de tanta coisa, comecei a procurar alternativas. Cogitei seriamente fazer concurso para entrar no FBI.” Foram os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, contudo, que despertaram em Travis, e tantos outros american boys, o empuxo para se alistar. Estava em curso uma vasta campanha de recrutamento carregada de tintas patrióticas, e as alternativas profissionais civis para jovens do interior e de pouca formação se mantinham minguadas. “As coisas meio que foram se encaixando; decidi que iria tentar ser fuzileiro naval”, explicou.

Ele estava com 21 anos de idade e aguentou as temidas treze semanas de treinamento básico. Na formatura do filhote, mesmo o casal Greene esqueceu a resistência inicial e sentiu orgulho ao vê-lo envergando o mítico uniforme de fuzileiro naval. Dos 55 candidatos de seu pelotão, apenas a metade

¹⁰⁸ Dorrit afirma em entrevista à pesquisadora que considera esta como a reportagem mais difícil de sua carreira, para a qual precisou reunir todas as ferramentas e aprendizado, tanto para conseguir permissão dos envolvidos, como para escrever o texto para *piauí*, depois de tudo o que viu dentro do hospital de mutilados estadunidenses e no apartamento de seu personagem principal.

chegou lá. “Você realmente se sente especial”, recordou, “pois acaba de passar por um treinamento que pode ser considerado um dos períodos mais duros e tensos de sua vida. Todos chegam ao final com um baita orgulho, que pode se tornar uma faca de dois gumes – marines tendem a ter um ego gigantesco. Alguns usam isso para o bem; outros, para se meter em encrenca.”

A invasão do Iraque começou 72 horas após a sua formatura. Quase faltou tempo para o jovem recruta de Twin Falls concluir suas oito semanas de aperfeiçoamento complementar, na Escola de Infantaria do Corpo de Fuzileiros Navais, de Camp Pendleton. “Seis dias depois da conclusão de curso eu estava no Iraque.”

Desde que o presidente George W. Bush deslançou a guerra contra o terror – primeiro no Afeganistão e, a partir de março de 2003, contra o Iraque –, mais de 1,3 milhão de jovens americanos passaram pela frente de combate. É quase uma Porto Alegre inteira. A estrutura médico-hospitalar acoplada a esse deslocamento mamute comporta, com variações, dois cirurgiões e 65 profissionais do ramo por batalhão. Mas não é a dimensão da equipe médica que define a probabilidade de sair com vida do front. O fator determinante, entre morrer em combate ou ser trazido de volta à vida, mesmo que em pedaços, está na velocidade e na qualidade do atendimento. Nesse quesito, a medicina militar está fazendo história na guerra do Iraque.

Na carnificina da guerra civil americana, travada há 150 anos, era corriqueiro que mesmo um comandante lendário como o confederado Thomas “Stonewall” Jackson, quando ferido, não recebesse socorro em tempo hábil, e acabasse morrendo uma semana depois de ter o braço serrado. Na II Guerra Mundial (1939-1945), um em cada dois feridos graves morria antes de ser retirado do campo de batalha. Foi somente depois da guerra do Vietnã (1965-1975) que o conceito de trazer a medicina mais para junto dos combates começou a emplacar. Graças a essa proximidade, hoje mais de 90% dos feridos de guerra em combate conseguem chegar vivos a um hospital de campanha. No Vietnã, um ferido levava em média 45 dias até aportar num hospital em território americano, enquanto hoje esse tempo se conta em número de horas.

Travis Greene e seus companheiros do 7º Regimento de Twenty Nine Palms embarcaram para a guerra num avião comercial da Delta Air Lines que decolou de Atlanta, na Geórgia. “Pelo que lembro, 90% dos recrutas a bordo eram recém-formados como eu, a maioria estava animada e só havia uns poucos hesitantes”, ele disse. “No fundo, nenhum de nós sabia o que esperar.” Alguns elementos ajudavam a manter o moral alto: os pilotos eram militares da reserva, as comissárias, voluntárias, e a cabine de passageiros fora enfeitada com balões, faixas e cartões escritos por colegas que lhes desejavam boa sorte e diziam que o país estava orgulhoso de seus soldados.

Travis, moderado e cauteloso, quis manter o relógio biológico o mais intacto possível e tratou de dormir a maior parte do tempo. Desembarcou sem maiores inquietações no Kuwait, que servia de entreposto às tropas enviadas para a invasão, e já no dia seguinte partiu em comboio até a cidade iraquiana de Karbala. “A invasão inicial tinha terminado com sucesso e reinava uma espécie de pausa militar”, contou o fuzileiro. “Estávamos sendo mandados para substituir o pessoal da primeira leva. Era um tempo em que havia marines de sobra para reposição, e eu fazia parte desse novo grupo.”

Durante os três meses de duração de sua primeira missão, o soldado de Idaho se lembra de um único inimigo feroz: o escaldante verão iraquiano, sem ar-condicionado ou qualquer estrutura de conforto. De resto, disse, tudo “foi pacífico, estranhamento pacífico”. Sua unidade fazia rondas em grupo, saía às ruas sem colete nem capacete e vez por outra até deixava o fuzil no estádio de futebol onde estava aquartelada, “para não passar pela chatice de montar e desmontar a arma”. Viu, no máximo, morteiros explodindo aqui e ali e tiroteios que não duravam mais que alguns minutos. A guerra parecia distante.

Travis teve apenas duas ou três aulas sobre usos e costumes árabes antes de embarcar – bem menos do que as 44 páginas do manual Instruções para Tropas Americanas no Iraque durante a II Guerra Mundial, de 1943 –, mas deu para o gasto. “Foi tão pacífico que costumávamos usar uma cabine telefônica do outro lado da rua para ligar para casa, via satélite. Como uma chamada de cinco minutos custava 10 dólares, liguei só uma vez. Para dizer que estava voltando”, contou na entrevista. Seu soldo de soldado raso, 1.700 dólares por mês, não dava para maiores gastos.

Não teve muito para contar aos colegas quando retornou à sua base, perto de San Diego, e a única novidade no treinamento do seu 7º Regimento, naquele final de verão de 2003, foram umas aulas sobre PTSD, sigla em inglês para “trauma pós-guerra”. Desde então o quadro se agravou, e o que lhe parecia uma sigla a mais no vocabulário militar adquiriu dimensão bem mais palpável. Em 2006,

havia 29.041 casos registrados de ex-combatentes com post-traumatic stress disorder; em 2007, o número saltou para 48.559. Segundo um estudo da americana Linda Bilmes, analista da Universidade de Harvard, o tempo de espera para uma avaliação do estado mental de um paciente costuma ser de seis meses. São os chamados walking wounded, algo como “feridos ambulantes”, homens e mulheres das Forças Armadas aparentemente sadios que, na realidade, estão profundamente alterados por dentro.

Uma vez detectada a síndrome, o combate ao PTSD se dá em muitas frentes. A mais inovadora recorre à realidade virtual, por meio da exposição repetida do paciente às lembranças mais traumáticas da guerra. Nada a ver com as longas sessões de análise dos tempos do Vietnã. Muito a ver com a linguagem dos videogames de hoje. Nessa linha, os experimentos mais avançados estão sendo realizados no laboratório da Escola de Medicina da Universidade de Emory, em Atlanta, na Geórgia. No laboratório de Emory, o paciente caminha, ou permanece sentado numa poltrona sobre uma plataforma móvel. No capacete, recebe a réplica sensorial das circunstâncias em que ocorreu o trauma. Isso pode incluir detalhes como o som do detestável vento iraquiano, o chamamento às preces dos muçulmanos, o choro de bebês, o ronco de helicópteros, o silvo de tiros, de morteiros. Pode incluir também odores como gasolina, lixo, diesel, pólvora e temperos de comida árabe. Ao longo de cinco semanas, ele é submetido à exata repetição do que viveu.

A revista eletrônica *Salon* obteve a primeira entrevista de um soldado que passou pela experiência em Emory. Kevin Smith e sua unidade tinham concluído uma infrutífera operação de busca numa casa em Fallujah, quando, de repente, um estrondo sacudiu tudo e o inferno se instalou à sua volta. “Durante muito tempo, eu sentia como se tivesse feito alguma coisa muito errada em Fallujah”, contou o soldado Smith. “Pelo treinamento que recebe no Exército, você pensa que cometeu um grande erro se é baleado. Eles querem que você se mantenha motivado, e por isso te dizem que, se você morrer, a culpa é sua. Como eu dirigia o veículo militar que explodiu, senti que a culpa tinha sido minha.” O tratamento em Emory, batizado de “Iraque Virtual”, parece ter dado resultado, e vários medos de Kevin diminuíram. Já outros fantasmas do Iraque real permanecem encruados. Um deles não lhe sai da cabeça: “Uma vez, atiramos contra alguns insurgentes. Um dos caras não morreu, e vi quando ele pôs a mão na cabeça e tentou puxar os miolos do crânio aberto. E eu, ali, parado, rindo”.

Para o fuzileiro Travis Greene, que teve apenas dois meses de retorno à sua base nos Estados Unidos e fez uma rápida visita à sua cidade, Twin Falls, antes de partir para uma segunda temporada no Iraque, a guerra não havia se mostrado por inteiro. “A viagem foi um pouco mais tensa do que a primeira, porque uns 70% dos soldados a bordo também estavam indo pela segunda vez”, contou. “Mas continuávamos ignorando o quadro real e não sabíamos para onde estávamos sendo despachados.” As dúvidas foram desfeitas no desembarque: sua unidade iria para a localidade de Qusaiba, perto da fronteira com o Irã, região descrita pelo sargento que os recebeu como “um faroeste sem ordem e sem lei”.

Travis ficou aquartelado ali por seis meses, de março a setembro de 2004, e pôde perceber que a convivência entre iraquianos e americanos havia mudado. Em pouco tempo, foi apresentado às bombas de fabricação caseira, das quais se começava a se falar com mais frequência, e presenciou a morte do primeiro companheiro de farda. “Decidi não ficar olhando para ele, no chão, para garantir a retaguarda de quem estava ferido, que era a minha função”, disse. Sobretudo, entendeu o uso da palavra “faroeste”: ruas desertas e portas fechadas por ordem dos insurgentes iraquianos. Numa só operação de contrainformação, com tropas americanas esquadrihando Qusaiba casa por casa, foram feitos 200 prisioneiros. “Naquele dia, se encontrássemos algum iraquiano na rua, acho que ele seria considerado alvo legítimo”, afirmou.

Em Twin Falls, Terry e Sue Greene recebiam poucas notícias do filho no outro lado do planeta. As aberrações cometidas por militares americanos contra prisioneiros iraquianos em Abu Ghraib haviam corrido mundo e começavam a dividir a opinião pública dos Estados Unidos. Embora no quartel de Travis houvesse telefonia via satélite à disposição dos recrutas, ele não ligava com frequência. “Eu falava mais com os meus amigos porque sabia que os meus pais iam fazer um monte de perguntas”, disse o fuzileiro. “Se eu não respondesse, eles ficariam preocupados. A imaginação de quem tem um filho no front cria asas, e os e-mails em geral funcionam melhor, não aumentam a ansiedade. Os amigos sabem ouvir melhor o que você realmente está dizendo.” Pelo menos à noite, o casal Greene podia dormir tranquilo: segundo norma do Departamento de Defesa, nenhum telefonema

para informar sobre morte ou ferimento grave de um combatente pode ser feito entre as dez da noite e as seis da manhã.

Em setembro de 2004, Travis voltou inteiro, pela segunda vez, à base californiana de Twenty Nine Palms. Seu soldo tinha passado a 2.200 dólares por mês, ele estava mais bem-informado do curso de seus deslocamentos futuros – só seria chamado para um terceiro turno dentro de um ano – e pôde acumular dados sobre a cidade de Ramadi, a oeste de Bagdá. Foi com a situação no Iraque consideravelmente deteriorada que o recruta de Idaho levantou voo pela terceira vez rumo à guerra. Ele contou: “Embora me sentisse mais preparado para a missão, lembro-me de ter pensado que talvez estivesse abusando da sorte. Passei a viagem pensando em segurança”.

Travis tinha trocado de pelotão. Em vez de fazer patrulhamento a pé, como em Karbala e Qusaiba, fora designado para integrar uma unidade motorizada. Suas missões eram de rotina: controle de carros, neutralização de explosivos, escolta de veículos de transporte militar, cobertura para tropas de assalto a casas. Seu blindado era um Humvee e o inimigo a desarmar se chamava IED – combinação de siglas responsável pelo maior número de mortos e mutilados da guerra.

No jargão da tropa, Humvee é a designação simplificada de High Mobility Multipurpose Wheeled Vehicle (HMMWV), o veículo sobre rodas multiuso e de alta mobilidade que se tornou a espinha dorsal das operações militares americanas mundo afora. Mais de 10 mil unidades desses blindados leves fazem parte da operação de ocupação do Iraque. IED, por sua vez, significa Improvised Explosive Device, ou “artefato explosivo artesanal”, a temida bomba de fabricação caseira dos insurgentes. Desde que passou a ser usada sistematicamente, provocou 40% das perdas fatais e mais da metade dos feridos americanos no front.

Na fase inicial da insurreição, três anos atrás, os IEDs eram petardos caseiros e toscos. Só que evoluíram mais do que a blindagem dos veículos de transporte militar em uso no conflito. Escondidos à beira de estradas e turbinados com componentes químicos, material inflamável, metais e pedras, costumam ser detonados por controle remoto. Ou são usados como minas. Na versão inicial, provocavam ferimentos principalmente nas pernas e nos braços, áreas em que o uniforme do soldado oferece proteção menor em troca de mobilidade. À medida que foram se sofisticando, contudo, esses artefatos passaram a provocar danos cerebrais, mesmo sem atingir diretamente a cabeça da vítima, protegida por capacete. A intensidade das queimaduras também aumentou, em decorrência da adição de produtos químicos. Para tornar a arma ainda mais letal, os fabricantes incluíram pedras no coquetel explosivo – isso porque os estilhaços de metal incandescente penetram o corpo esterilizados pela temperatura excessiva, o que não ocorre com nacos de pedra. Os processos de infecção que acompanham a carnificina, nesse caso, são tenebrosos.

Da rotina de Travis em Ramadi passaram a constar confrontos diários, incursões noturnas, proximidade maior com o inimigo. Durante os três primeiros meses, houve pelo menos seis IEDs detonados contra o seu comboio, mas ele saiu ileso. Já não cabia nenhum envolvimento com a população local. “Tínhamos pessoal especializado para isso”, explicou o fuzileiro. Pelo que se lembra, alguns moradores ainda recebiam os americanos com boa vontade, embora a maioria já se recusasse a qualquer contato – por medo ou por serem insurgentes na moita. A cada dia, aumentava na tropa a insegurança diante da tática não convencional do inimigo. Consolidava-se a pressão brutal de se saber alvo o tempo todo, de não conseguir distinguir amigo de inimigo, de precisar adivinhar qual veículo seria explodido. Sem falar no horror de ver companheiros estilhaçados, a ponto de ser impossível o reconhecimento. O “eles” passa a fazer parte do relato do fuzileiro: “Eles não usam armas... eles ficam sentados atrás da janela explodindo a gente... eles...”

E quando foi o seu *alive day*?

A expressão – que em tradução livre significaria “o dia em que fiquei vivo” – tornou-se corrente entre as tropas americanas em guerra no Iraque. Indica a data em que alguém escapou de morte certa no campo de batalha.

A resposta de Travis sai sem emoção, sem variação de tom: 7 de dezembro, 2005. O relato também: era noite, e tínhamos que resgatar um pelotão emboscado numa das duas principais estradas de Ramadi. Conhecíamos bem o caminho. Nosso comboio era composto por sete viaturas: dois Humvees na frente, três carros de transporte de tropas no meio, dois Humvees na retaguarda. Eu estava no último. Ainda nem tínhamos chegado ao local do pelotão emboscado, quando um IED explodiu junto de um dos veículos do meio, ferindo um dos ocupantes. Parecia ser uma concussão fatal, e, nessas horas, quem está mais próximo, ou com margem melhor de ação, entra em cena. Saí do

meu Humvee. Enquanto corríamos até o local da explosão, já carregando uma maca armada, outra bomba atingiu em cheio um segundo veículo, que perdeu o rumo e engavetou com o da frente. O comboio tinha sido imobilizado, ou seja, risco total, e era preciso dar cobertura para que pelo menos alguns carros conseguissem prosseguir. Foi então que ocorreu a terceira explosão. Só me lembro da bola de fogo, e acho que lembro do som. Me vi sentado no chão, olhando para os pedaços das minhas pernas, que acabavam no joelho. Depois, caí para trás e fechei os olhos.

Travis também estava em chamas, mas não guarda nenhuma marca de queimadura no corpo. O uniforme dos fuzileiros navais, mesmo não sendo anti-inflamável, é refratário a fogo e garante a quem o veste entre cinco e dez segundos de proteção. É provável que tenha recebido atendimento imediato. Um dos integrantes do comboio, Tony Bullene, que tinha 19 anos e era paramédico da unidade, também teve as duas pernas arrancadas pelo impacto, mas conseguiu fazer um torniquete no próprio corpo. O balanço final daquela noite de dezembro na estrada de Ramadi, entre blindados que ardiam e soldados que urravam, foi aterrador: quatro fuzileiros sem ambas as pernas; um fuzileiro com uma perna mutilada; um morto, atingido em cheio acima da cintura. Dos feridos graves, Travis Greene era quem estava em condição mais crítica. Suas lembranças são fragmentadas:

O resto para mim é nebuloso. Continuei a ouvir a agitação à minha volta e lembro que me puseram de volta num Humvee já sem teto. Também me lembro de ter sido despido num centro médico de emergência e de achar que estava ouvindo o ronco de uma hélice. Minha última lembrança é justamente ser posto num helicóptero. Acordei uma semana mais tarde, num hospital dos Estados Unidos.

Em nenhuma guerra anterior, Travis Greene estaria vivo para contar sua história. E é no tempo entre a explosão em Ramadi e sua chegada ao Hospital Naval de Bethesda, no estado de Maryland, vizinho da Casa Branca, que está a chave do grande salto da medicina aperfeiçoada no Iraque.

Richard Jadick, cirurgião-chefe do 1º Batalhão do 8º Regimento dos Fuzileiros Navais, foi um dos impulsionadores da abordagem agressiva da medicina de guerra. Defensor quase maníaco da necessidade de empurrar a infraestrutura médica para a zona de combate – em vez de mantê-la na retaguarda, próxima do comando –, Jadick aplicou o conceito durante sua permanência de sete meses no front. Mais especificamente, em Fallujah, a cidadela-mor da insurreição urbana contra a presença americana. Foi em Fallujah, em março de 2004, que quatro homens da companhia de mercenários Blackwater foram emboscados, desmembrados, embebedos em combustível, incendiados e arrastados pelas ruas da cidade. Dois dos cadáveres menos mutilados ainda foram pendurados na estrutura metálica de uma antiga ponte sobre o rio Eufrates, ao som de um coro que comemorava: “Fallujah é o túmulo dos americanos”.

Com esse pano de fundo, a contraofensiva dos Estados Unidos, batizada de Operação Fúria Fantasma, foi radical: do lado iraquiano, mais de mil insurgentes mortos; do lado americano, mais de 200 feridos e quase quarenta mortos – tudo isso em apenas duas semanas. E seriam muitos mais, se Jadick não tivesse fincado uma estação avançada de primeiros socorros no coração da zona de combate.

Essas unidades, conhecidas pela sigla FAS (Forward Aid Station), se destinam apenas a estabilizar o estado do ferido grave, até a chegada de um helicóptero ou ambulância de guerra. Operam com estrutura enxuta e estão equipadas para atender no máximo dez feridos ao mesmo tempo. As ferramentas de intervenção são as básicas: kits de entubação, cateteres, equipamentos para traqueostomia, tubos expansores da caixa torácica, torniquetes, cobertores de mylar (náilon metalizado) usados em voos espaciais, todo tipo de bandagens, anticoagulante Hesperan, antibióticos. Ao contrário do inesquecível Hawkeye do seriado *Mash*, interpretado pelo ator Alan Alda, que se recusava a usar uma arma na Coreia por medo de ferir alguém, as equipes médicas americanas no Iraque praticamente não se distinguem do resto da tropa. Elas usam os mesmos coletes à prova de bala e capacetes de Kevlar, portam pistolas semiautomáticas de 9 milímetros ou, no caso do pessoal de resgate, metralhadoras M4. “Com o tipo de ferimento que se espera em situações de combate urbano como no Iraque”, escreveu o doutor Javidick, “dez ou quinze minutos sem atendimento de emergência podem ser fatais. Em caso de sangramento arterial maciço, bastam cinco minutos – e a diferença significa desembarcar nos Estados Unidos num assento de avião ou num caixão coberto com a bandeira americana.”

No início de 2007, Javidick publicou um relato de sua experiência no front, *On Call in Hell* [Plantão no Inferno], no qual compara a situação de guerra com os tempos em que operava no centro

de traumatologia de um hospital universitário de Baltimore, com plantões de 36 horas e média de 100 pacientes em choque. A diferença maior, diz, não está na natureza ou na gravidade dos ferimentos. Está no fato de que a equipe médica, num hospital de campanha, conhece quase todos os soldados que lhe chegam estraçalhados ou morrem sob seus cuidados. Isso tem um alto custo emocional. No caso de Travis Greene, a perda de sangue havia sido tão volumosa que poucos acreditavam na possibilidade de mantê-lo vivo. “Disseram que o meu estado era horrível”, contou ele. “Precisaram me ressuscitar duas vezes no voo do Iraque para a Alemanha, e tive outras duas paradas cardíacas antes de ser considerado fora de perigo, uma durante a transferência da Base Aérea de Andrews para o Hospital Naval em Bethesda e a segunda durante os 53 dias de UTI em solo americano.” A referência à Alemanha é obrigatória em qualquer relato de ferido grave de guerra americano. Isso porque, uma vez estabilizado o suficiente para ser encaminhado a uma unidade hospitalar ainda no Iraque, a etapa seguinte é Landstuhl, o imponente centro de traumatologia das Forças Armadas dos Estados Unidos construído na região de Frankfurt.

Por estar inconsciente, Travis não tem nenhuma lembrança do voo que o tirou do Iraque para sempre. Melhor para ele. Trata-se de uma ponte aérea de emergência, com quatro horas de duração, realizada por um avião de carga C-17 extirpado de assentos e de tudo o que lembre uma vida normal. Conhecido pela sigla CCATT, de Critical Care Air Transport Team, por se destinar exclusivamente ao transporte de pacientes em estado crítico, o C-17 tem montada em suas entranhas uma UTI com três andares de macas. Foi também a bordo de uma dessas UTIs voadoras que o fuzileiro Travis fez a travessia do Atlântico, último trecho de sua longa jornada de retorno aos Estados Unidos.

Segundo o correspondente de guerra Bob Woodruff, da rede de televisão ABC, esses vôos costumam ter prioridade até mesmo sobre a movimentação do Air Force One, o avião do presidente americano. O próprio Woodruff, apesar de não ser militar, foi um de seus usuários mais célebres. Em janeiro do ano passado, ele acabava de ser entronizado como âncora do noticiário nobre da emissora, no lugar do saudoso Peter Jennings, e decidiu fazer história atuando fora dos estúdios o máximo possível. Embarcou para o Iraque, tendo na equipe o brasileiro Magnus Macedo como técnico de som, e estava prestes a fazer uma entrada ao vivo, dentro de um veículo da Infantaria, quando um artefato de 135 milímetros explodiu na lateral da estrada, dando início a explosões em cascata.

Woodruff, que estava com o corpo para fora do blindado, pronto para iniciar a locução, recebeu em cheio o impacto de rochas, metais e pedras enlameadas. Uma arrancou um pedaço de seu queixo e entrou no pescoço. Outra se alojou no sínus da face e foi parar no fundo do olho. O jornalista teve o capacete arrancado e a força da explosão esmagou parte de seu crânio, afora deslocar o globo ocular. Além de três pedras grandes e dezenas de menores que se infiltraram pelas axilas e se aquartelaram a milímetros do coração, também teve aberta nas costas uma cratera do tamanho de um punho. Desmaiou, e não se lembra de nada do que aconteceu nos trinta dias subsequentes.

A explosão ocorreu em 29 de janeiro de 2006. No dia seguinte, às onze da manhã, Woodruff já dava entrada em Landstuhl, na Alemanha, onde foi submetido a uma hemicraniotomia, a remoção de metade do crânio, para dar espaço ao inchaço da massa cerebral. E sessenta horas depois, ainda em coma, ingressava no Hospital Naval de Bethesda, o mesmo que recebeu Travis. “Me disseram que, se eu tivesse sofrido um acidente desse tipo um ano antes, ou como civil em território americano, e não no campo de batalha, eu certamente teria morrido ou sofrido danos irreparáveis. Em poucos lugares se realiza uma hemicraniotomia sem hesitações como na guerra”, escreveu Woodruff.

Não foi sua única cirurgia. Nos quatro meses seguintes, recebeu uma placa de titânio, teve a abertura do crânio substituída por um composto de acrílico, passou a usar um capacete de plástico e, por fim, foi submetido a uma cranioplastia, para remediar a perda de 14 centímetros de massa cefálica. Em novembro de 2006, dez meses após a explosão em Tiji, Bob Woodruff voltou a trabalhar. Desde então, fez reportagens na Síria, em Angola e em Cuba. Ainda se confunde com algumas palavras e por isso não faz entradas ao vivo – troca “sílabas” por “sinônimos”, por exemplo –, mas, como conta no livro *In an Instant* [Num Instante], escrito em parceria com a mulher, Lee, foi um caminho e tanto desde os dias em que olhava para uma tesoura e não sabia para o que servia.

Os milhares de soldados cujos corpos se transformaram em zona de combate não são celebridades de televisão. Em sua imensa maioria, fazem um esforço sobre-humano para se manter nas fileiras das Forças Armadas e, assim, dar algum sentido ao que perderam. É uma forma de conservar a identidade que lhes resta e de suportar os rigores da reabilitação física. A tônica da superação,

associada ao patriotismo militar, tem sido de enorme utilidade nos centros de reabilitação dos feridos no Iraque.

Travis Greene escolheu o caminho mais difícil, sem aparente sinal de orfandade: decidiu pedir baixa do corpo de Fuzileiros Navais, retornar à vida civil em Idaho e se tornar o professor de educação física que imaginara ser em seus tempos de astro do atletismo. Mesmo sem as duas pernas. O início desse caminho de volta começou a ser feito quando ele recobrou a consciência no hospital de Bethesda. “Meus pais tiraram várias fotos da ‘minha casa’ quando voltei da guerra”, disse Travis, de supetão. “Quer ver?” Pela primeira vez desde o início da entrevista, ele se anima. Dá uma guinada de 90 graus na cadeira de rodas e, com agilidade insuspeitada, vai até uma estante abarrotada de DVDs, CDs e livros e desenterra um gordo envelope de fotos. Fez uma pré-seleção da qual não constava nenhum registro dele antes do atentado, ainda como garboso fuzileiro naval de 1,88 metro e 85 quilos. Todas as fotos que mostra são do seu quarto de UTI, onde um total de 43 sondas, tubos e respiradouros artificiais o mantiveram vivo. Está irreconhecível em todas elas, ora pela magreza, ora pelo inchaço. “Essa foi tirada no dia em que um dos meus cupinchas veio me visitar. Ele perdeu só uma perna”, explicou. “Nessa aqui, estou recebendo uma condecoração do general Kelly, a Medalha de Honra da Marinha e dos Fuzileiros. Mas nem lembro direito, de tão dopado que estava”, prossegue animado. “E tem essa outra, do dia em que saí da UTI” – a foto o mostra na cama enfeitada por meia dúzia de balões coloridos e faixas de encorajamento: “Fique bom logo”.

Trechos do diário mantido por seus pais, Terry e Sue, refletem o que foi aquele período:

14 de dezembro. Travis está no respirador artificial... Sua voz é um fiapo e com o barulho das máquinas do quarto é muito difícil ouvi-lo...

16 de dezembro. Ele piorou. Sangramento descontrolado depois de mais uma cirurgia [no total foram 26]. Ele sobreviveu graças ao esforço heroico da equipe médica... Sua função renal está mínima...

18 de dezembro. O inchaço está diminuindo, e começo a reconhecer o meu menino de novo... Os médicos acreditam que ele tem força para aguentar uma nova cirurgia amanhã...

19 de dezembro. Piora considerável esta tarde, depois de receber mais seis bolsas de sangue. Nova cirurgia na cama mesmo, para estancar sangramento...

21 de dezembro. Sinais vitais estáveis. Ele está combatendo uma infecção. Fortemente sedado. Recebeu a visita do presidente George W. Bush e da primeira-dama, que o agraciaram com a Purple Heart Medal [a Medalha do Coração Púrpura]. Vamos torcer para que ele se lembre da cena mais tarde.

22 de dezembro. Mais cirurgia de limpeza do tecido esta manhã.

23 de dezembro. Início da diálise e fortes doses de antibiótico para combater a infecção...

Véspera de Natal. Travis acordou agitado esta manhã. Está com febre e apreensivo por ter de fazer nova cirurgia nas duas pernas... É de cortar o coração... Quase não há espaço no quarto para nós desde que trouxeram mais máquinas...

26 de dezembro. Recebeu 37 bolsas de sangue no final de semana... Está com as mãos atadas para não arrancar os tubos... No final do dia, retirada do respirador artificial, e ele está bem. Estável mas confuso. Quer a sua arma e diz que tem responsabilidades no front. Explico que ele está num hospital em Bethesda, na América, mas ele insiste que precisa da sua arma para garantir a segurança da área...

27 de dezembro. Travis ingeriu comida de verdade: arroz, peru, sopa, um pãozinho e leite... Deus é Pai....

28 de dezembro. A infecção se espalhou e nova cirurgia para Travis... Estamos arrasados...

A amputação acima do joelho e o sucessivo encurtamento dos cotos, rente ao quadril, foram a única forma de lhe salvar a vida, eliminando cada pedaço de tecido que começava a gangrenar. Travis Greene passou os oito meses seguintes no Walter Reed Medical Center, para a etapa final de sua recuperação de base como amputado: o treino para uma vida nova com próteses.

O Walter Reed é o maior complexo hospitalar do Exército dos Estados Unidos. Tem 5.500 quartos e uma centena de pavilhões esparramados numa área de 450 mil metros quadrados, no norte da capital americana. Verdadeiro mamute quase centenário – recebeu o primeiro paciente em 1909 – que deve o nome a seu fundador, um major-médico, e a reputação à excelência de sua medicina militar. Isso até o início de 2007, quando uma série de reportagens de Dana Priest, publicadas no *Washington Post*, revelou o escândalo.

Incapaz de atender às maciças levas de feridos geradas por seis anos de guerra no Afeganistão e no Iraque, o Walter Reed simplesmente entrou em colapso. Negligência, abuso de drogas, insalubridade, abandono administrativo – tudo se deteriorara. Um ferido de guerra típico, por exemplo, precisava enviar 22 documentos a oito comandos militares distintos para ser admitido e depois receber alta. Dezesesseis redes de computador operavam praticamente sem comunicação entre si. Roedores marcavam presença no pavilhão 66. O escândalo foi tão agudo que cabeças rolaram, a começar pela do secretário do Exército e a do diretor do hospital. Foram feitas melhorias, mas tomou-se a decisão de desativar o complexo num prazo de cinco anos.

Ainda assim, para Travis Greene e outros milhares de ex-combatentes, a lembrança do recomeço passa pelo Walter Reed. Ele disse: “Quando eu cheguei lá, não via saída para nada. Mas com tantos caras na mesma situação, todo mundo tentando se reerguer... Um te conta um pedaço, outro te ensina um truque novo... Etapa por etapa, você vai ficando de pé. Acho que se eu estivesse num hospital civil não teria conseguido”.

Circular pelos 113 mil metros quadrados de área construída do Walter Reed é uma imersão na tecnologia do remendo humano. Por trás da porta de um pavilhão, por exemplo, funciona um “simulador de vida urbana”. Ali, no meio da sala, está instalada uma plataforma circular de 2 metros de circunferência, envolta por um imenso telão em semicírculo. Acima da plataforma, uma espécie de grua com um gancho de suspensão fará as vezes de cinto de segurança para o mutilado com prótese que usar o simulador. O exercício consiste em pôr o soldado-paciente em cima da plataforma móvel, simulando mudanças de terreno, variações de calçada, escadas rolantes, subidas e descidas com imprevistos típicos do cotidiano. Ao mesmo tempo, surgem no telão imagens em movimento de um centro comercial, um cruzamento de rua, uma arquibancada de beisebol. “É o último teste para saber se o paciente está apto a funcionar em situações reais com a prótese, e para fazê-lo se sentir de volta à sociedade antes de voltar realmente”, explica Don Vandrey, relações públicas do hospital.

Adiante, atrás de outra porta, funciona o novíssimo “laboratório de análise de passadas”, um espaço de 20 metros de comprimento por 10 de largura. Ao longo de suas quatro paredes, 23 câmeras, além de sensores instalados no chão, monitoram milimetricamente o movimento de andar e correr do mutilado, visando melhorar ao máximo a eficácia de sua prótese. “Os gráficos cinéticos obtidos pelas câmeras revelam falhas que a olho nu jamais se perceberiam e que o próprio paciente desconhecia”, explica a diretora do laboratório. “Com microprocessadores embutidos, entendemos melhor a força gerada por pés e joelhos e assim vamos empurrando os limites do desempenho.”

Um dos laboratórios de reabilitação mais concorridos do Walter Reed é o simulador de tiro, instalado no 2º andar do prédio principal. Alinhadas no chão da sala, estão três metralhadoras M4 e uma pistola de 9 milímetros, com munição ao lado. Ao fundo, separado por um fosso, um telão com quatro alvos de configuração e altura variadas – para amputados que preferem atirar deitados, sentados em cadeira de roda ou de pé em suas próteses. E para os amputados de mãos e braços, há uma variedade de próteses que se acoplam às armas, permitindo que sejam disparadas por portadores de mãos mecânicas. O que se pretende, no laboratório, é simular com exatidão as sensações e os movimentos do uso das armas mais comuns do serviço militar americano. Só que, ali, elas não matam. Seu peso, ruído, material e munição são reais, mas o tiro é virtual.

“Todo ferido de guerra que pretender retornar à ativa precisa passar por aqui, para se refamiliarizar com uma arma”, explica o instrutor James Cokquhoun, da reserva. “Mas cabe aos médicos e a cada paciente dizer se está pronto para a prova. É preciso cuidado, pois o ex-combatente pode estar sofrendo de trauma e ter uma reação inesperada ao pegar de novo numa arma e apertar o gatilho. E se ele pirar ou algo assim?” Para o médico Charles “Chuck” Scaville, chefe do setor de próteses do Departamento de Reabilitação, a simulação de tiro é parte da identidade do militar: “Não queremos sugerir que voltem a combater, apenas que podem voltar a fazer o que faziam antes”.

Na prática, são levas de feridos que não veem a hora de poder entrar na sala de tiro. “Neste exato momento, treino um grupo de dez e quinze com próteses, que estão voltando para o Iraque”, diz o instrutor Cokquhoun. Segundo estimativas recentes, cerca de 20% dos feridos no Afeganistão ou no Iraque voltam à ativa, e, destes, entre 10% e 12% retornam ao teatro de guerra.

Travis Greene não chegou a conhecer o moderníssimo Centro Militar de Treinamento Avançado do Walter Reed, inaugurado três meses atrás, quando ele já se encontrava em San Diego. É uma unidade de arquitetura arejada, de espaços amplos, reservada a pacientes que já tiveram alta ou estão em fase de transição. Em tese, quem aporta ali ultrapassou o pior, fisicamente. É o caso do

fuzileiro Josh Bleill, de Greenfield, Indiana, que conheceu Travis no período de internação. Josh, de 30 anos, cara de 20, está acomodado sobre os dois cotos num colchonete, no centro do pavilhão, pronto para começar mais uma sessão de fisioterapia. É um dos pacientes mais expansivos e alegres da leva recente; fala solto e à vontade, embora as entrevistas sejam dosadas a conta-gotas, para preservação da privacidade individual e por cautela institucional.

Josh cumpria o terceiro ano de guerra no Iraque, aquartelado no centro de Fallujah. Sua história é uma variação em torno do mesmo tema: saíra em missão de patrulhamento a bordo de um Humvee. “Paramos um carro que nos parecia suspeito e alguém detonou um IED, que explodiu embaixo do meu assento, na retaguarda direita. O sargento à minha frente morreu, o parceiro à minha esquerda também, o atirador da torre foi expelido do veículo e perdeu a perna direita, o motorista do Humvee saiu andando sem nenhum ferimento e eu fiquei sem as duas pernas. Balanço da bomba caseira: dois mortos, dois amputados, um inteiro.” Além da dupla amputação, Josh teve a bacia esfaqueada – foi recauchutada com 34 pinos –, o nariz e o queixo fraturados e quatro dedos quebrados. “Me recuperei bem”, diz, satisfeito. Apenas não usa a expressão *alive day* para o dia 15 de outubro: “Não vou prestar homenagem à data em que perdi dois dos meus melhores amigos”.

Da carnificina em si, lembra-se pouco: “Minha memória para uns vinte segundos antes da explosão, embora tenham me dito que fiquei consciente o tempo todo. Como a explosão se deu embaixo do meu assento, fui o último a ser resgatado. Acharam que eu estava morto”. Ele também só foi acordar em Landstuhl, e só então se deu conta de que havia se tornado um amputado duplo. “Foi duríssimo”, diz. “Eu continuava com uma traqueostomia, o que me impedia de gritar ou falar, e também não podia me comunicar por escrito, porque tinha quebrado os dedos da mão direita.”

Na imensidão daquela arena de reabilitação do Walter Reed, ouve-se um gemido abafado, clandestino. O som vem de um rapaz deitado de bruços, sobre um colchonete ortopédico, a uns 3 metros de distância de Josh. O jovem biamputado tem o rosto escondido por um boné. Um bebê de seis meses está adormecido junto de sua cabeça: é Charlene, toda de vestido cor-de-rosa. A avó da criança – e mãe do mutilado – observa a cena a certa distância.

“Como a nossa vida vai continuar lá fora, é ótimo ver cenas de família aqui na reabilitação”, garante Josh. “Isso aqui é só um pit-stop antes de você seguir a viagem da vida.” Sobre casar-se com a jovem colombiana de Indiana que namora desde os tempos pré-guerra e que vem visitá-lo nos fins de semana, ele é franco: “Talvez. Vamos ver como as coisas evoluem”. Pelo seu vigor psicológico, Josh tem boas chances de se adaptar a uma vida familiar. Já na categoria dos feridos neurológicos, os dados mais recentes são sombrios: mais da metade dos casamentos acaba em divórcio, com os familiares se sentindo isolados e prisioneiros. Não se sentem nem casados nem solteiros. Um ano depois do retorno do parceiro, as esposas descrevem o ex-combatente como egoísta, agressivo e sem emoções.

No caso de Josh, além do fato de ser filho de aviador da reserva, teve peso a própria mística que cerca os fuzileiros navais. Há dois meses, ele retornou à sua cidade pela primeira vez desde a mutilação. Quase um ano havia transcorrido. “Minha ideia era só voltar a Indiana se pudesse sair do avião andando com minhas duas pernas mecânicas”, contou. “Era um objetivo que se tornou uma obsessão, e eu consegui.” Ele lembrou o tamanho do medo e da vergonha que sentiu ao começar a usar a prótese: cair na frente de outras pessoas. No dia em que recebeu do presidente Bush a condecoração por ferimento em combate, Travis ainda estava no estágio de familiarização com a prótese – apenas uma semana de uso. “Mas consegui ficar de pé frente a frente com o presidente, o que foi incrível”, disse. “Hoje já sei levantar sozinho e por isso perdi o medo.” Josh Bleill pretende passar o Natal na casa dos pais.

Travis Greene também. Está de mudança marcada para um apartamento em Boise, capital do estado de Idaho, a menos de duas horas da casa paterna, para retomar o curso de educação física. Certamente lhe fará bem sair do degradado entorno da rua 14, no centro abandonado de San Diego, onde mora desde que teve alta do Walter Reed. A única vantagem do local é a proximidade com o Hospital Naval da cidade, onde prossegue com as sessões de fisioterapia. De resto, é uma desolação só: estacionamentos semivazios, lanchonetes baratas, depósitos e galpões sem vida. Na rua, perambulam estranhas figuras que parecem viver nas franjas da sociedade. Muitos são veteranos de guerra. O prédio de três andares de Travis é o único decente da redondeza, com portaria eletrônica, saguão de vidraças amplas e elevadores em funcionamento. Ainda assim, as persianas de seu apartamento, o 303, são inquietantes, mesmo quando vistas por fora. São as únicas que estão sempre fechadas.

Perguntado sobre quais pertences tentaria salvar, caso um incêndio como o que devastou recentemente San Diego¹⁰⁹ batesse à porta, Travis hesitou e disse: “Acho que só os meus documentos e a papelada financeira”. Não mencionou os dois documentos emoldurados em vermelho, na soleira da janela, ao lado de um capacete de futebol americano, a Ordem dos Fuzileiros Navais e o Coração Púrpura que recebeu das mãos de Bush. Criada em 1782 pelo general George Washington, essa última é das mais respeitadas condecorações militares. Travis ainda estava internado quando foi visitado pela Associação dos Condecorados com o Purple Heart. O fuzileiro, porém, se mantém a distância, tanto dela como da miríade de entidades de apoio que pipocam a cada dia: Heróis Feridos pelo Coração da América, Esperança para os Guerreiros, Projeto Combatente Ferido, Veteranos do Iraque e do Afeganistão, para mencionar algumas.

“Sempre fico com a sensação de que esses grupos vivem de uma volta ao passado, quando tudo o que eu quero é seguir em frente”, explica. Ele tampouco acompanha de perto o noticiário sobre a guerra. “Na verdade, nunca fui muito de assistir TV, mas me parece que a guerra anda sumida do noticiário ultimamente. Agora só se fala em eleição presidencial e debates entre candidatos. Só que não dá para saber o que eles pensam mesmo; todos me soam parecidos. Pessoalmente, gosto de John McCain, porque ele sabe o que é uma guerra.” Senador republicano, McCain foi ferido em combate e preso pelos vietcongues.

Travis já não toma nenhum medicamento contra dor e combate a seu modo o formigamento-fantasma nos membros amputados – pensando em outra coisa. “Para quem ainda tem uma perna, existe um truque com a mente que vi no hospital”, ele diz. “O cara coloca um espelho entre as coxas, coça o pé existente e fica com a impressão de que tem as duas pernas. Parece que funciona, mas não tenho como conferir.”

Em sua dura reinserção na vida como amputado, ele ainda tentou um dos programas mais dinâmicos à disposição de ex-combatentes: o esporte paraolímpico. Foram seis meses de treinamento rigoroso, adaptação a cadeiras de rodas para atletismo e experiências em outras modalidades. Constatou que não seria seu caminho e se desligou, depois de uma viagem de reflexão ao Alasca.

Decidiu, também, que as fenomenais próteses de tecnologia avançada, às quais todo ex-combatente tem direito, não são para ele. Pelo menos, não nessa fase da vida. Com elas, poderia atingir a altura de 1,82 metro, apenas 6 centímetros a menos do que antes de Ramadi, mas “o toco que me resta é tão curto, que não tenho apoio para movimentar as pernas mecânicas. Gasto energia demais quando me exercito e sou como um porco, pois tenho menos superfície de corpo humano para ventilar o calor. Então, me canso além da conta. Para mim, a cadeira de rodas é mais fácil”.

Para aperfeiçoar próteses que possam ajudar mutilados como Travis, a Oficina de Construção de Encaixes do Walter Reed trabalha a pleno vapor. A sala, em forma de L, assemelha-se de fato a uma oficina, com homens e mulheres de avental azul que torneiam pedaços de membros artificiais, moldam folhas de plástico num forno e manipulam peças de fibras de carbono, acrílico ou resina de epóxi. As próteses propriamente ditas são importadas da Alemanha ou da Islândia e custam, em média, 25 mil dólares cada.

Em janeiro do ano passado, um time de cinco profissionais chefiados pelo tenente Joe Miller, protético no Centro de Treinamento Avançado, passou cinco meses em Bagdá a fim de organizar uma clínica para protéticos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais e técnicos em próteses iraquianos. Instalaram-se na chamada Zona Verde da capital, a cidadela dos ocupantes, e levaram o primeiro susto. Conta Miller: “A protética no Iraque está no mesmo nível que a americana de 1956, e os centros existentes são chamados de ‘fábricas de pernas’”. Além disso, para ter acesso à clínica, alunos e pacientes civis iraquianos tinham de se submeter a um processo de revista e verificação de identidade que podia durar quatro horas. Em alguns casos, se pode morrer apenas por isso – aproximar-se dos ocupantes americanos. “Perdemos alguns pacientes”, admite Miller. Para uma nação que não tem como contar seus mortos – o dado mais confiável, até agora, da revista médica britânica *Lancet*, publicado em julho de 2006, fala em mais de 600 mil mortos –, os feridos e mutilados contam ainda menos. Tornaram-se parte da paisagem de um país invadido onde a tecnologia de ponta do ocupante soa a ficção.

¹⁰⁹ O incêndio a que Dorrit se refere é o retratado na reportagem “Êxodo em massa do inferno”, reproduzido nesta edição, que ela escreveu para *O Globo*, aproveitando que estava em San Diego para a entrevista com Travis Greene. O jornal carioca publicou a matéria em 25 de outubro de 2007.

De fato, o leque de atividades promovidas pelas Forças Armadas americanas para motivar seus ex-combatentes a se superar através da tecnologia é cintilante, e já existem próteses para quem quer praticar esportes na neve, esqui aquático, fazer caiaque ou jogar golfe. “Nosso serviço é muito visual em termos de itens disponíveis. Quando introduzimos um pé novo, por exemplo, todos logo querem um”, diz o tenente-protético Miller. No próprio ginásio ensolarado do Centro, um altíssimo paredão de montanhismo, com superfície móvel para dificultar ainda mais a escalada, é enfrentado com destemor por vários portadores de pernas mecânicas. Tudo parece possível.

Só não parece possível estancar as remessas de novos recrutas para a guerra. Em abril próximo, dentro de quatro meses portanto, o Corpo de Fuzileiros Navais vai despachar mais um contingente de soldados para o Iraque. Entre eles, Christopher Greene, de 19 anos, o irmão caçula de Travis.

A busca do filho

Em cortes dos Estados Unidos e do Brasil, a disputa por um garoto cuja mãe morreu
De São Paulo, *piauí*, novembro de 2008

Acocorado sobre o indefectível tapete vermelho da TAM, que dessa vez teve alguma serventia, um passageiro em trânsito para o Rio de Janeiro tentava pôr ordem na bateria de documentos que lhe escapavam das mãos. Sexta-feira, 17 de outubro, saguão do Aeroporto Internacional de Guarulhos, em São Paulo. Organizou a mochila, despachou novamente suas duas malas e rumou para o portão 7. Orientado pelos alto-falantes, entrou no voo JJ3522 com destino ao Galeão. Instalou-se numa poltrona de corredor, sacou um livrinho de palavras cruzadas, em inglês, e mergulhou num dos problemas, já parcialmente resolvido.

David Goldman não estava com a cara de mofo que costuma identificar quem enfrenta um voo internacional de mais de nove horas, em classe econômica. É possível que sua ocupação anterior, quando cruzava os ares entre os Estados Unidos, Europa e Japão como modelo, o tenha inoculado para sempre contra o jet lag. Avisado de que uma repórter ocuparia o assento a seu lado e lhe faria perguntas sobre o labirinto jurídico no qual se meteu há quatro anos, Goldman não se opôs.

“Não tenho mais nada a perder”, disse em tom neutro, enquanto guardava o livrinho de cruzadas.

Goldman contou então que conheceu a brasileira Bruna, em 1998, quando tinham 32 e 24 anos, respectivamente, e moravam em Milão. Apaixonaram-se e ela engravidou. Decidiram cruzar o Atlântico e formar família no estado de Nova Jersey, onde Goldman tinha raízes familiares e casa própria. Ali se casaram, ali o filho nasceu cinco meses depois, e ali viveram durante quatro anos. Periodicamente, os três, ou apenas mãe e filho, viajavam ao Rio para passar férias com os avós e parentes brasileiros.

Em junho de 2004, Bruna e o menino decolaram do aeroporto de Newark para mais uma dessas estadias cariocas. Dias depois, Bruna avisou David, pelo telefone, que o casamento deles terminara. Também lhe disse que a solução mais apropriada seria o divórcio. Avisou que ela e o filho não voltariam para os Estados Unidos, e o instou a vir ao Rio para formalizar a separação. Caso contrário, não veria mais o menino.

Ao reter o menor no Brasil sem autorização do cônjuge, Bruna violou um tratado internacional do qual o Brasil, os Estados Unidos e 79 outros países são signatários. A Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças, assinada na cidade de Haia, na Holanda, em 1980, fora aprovada pelo Congresso brasileiro, em 1999, e promulgada pelo Decreto nº 3.413 de 14 de abril do ano seguinte.

Como no idioma falado no Brasil a palavra “sequestro” é fatalmente associada ao banditismo e à violência física, uma tradução mais apropriada ao termo inglês *child abduction*, de que trata a Convenção, talvez pudesse ser “transferência de país e retenção ilícita de crianças”. Em boa parte dos casos esse tipo de sequestro é praticado por um genitor, que tira a criança da companhia do outro, viaja e a retém em outro país.

Pela Convenção Internacional, o país signatário para onde a criança foi levada se compromete a agir para providenciar o seu imediato retorno. O tratado reza também que, depois da devolução do

menor ao seu Estado de residência habitual, as partes litigantes podem brigar à vontade pela sua guarda. Mas, mesmo assim, somente no foro competente: no caso, em Nova Jersey.

Como todo tratado, também o de Haia contempla exceções e propicia interpretações discordantes. E é nesses meandros que advogados e juristas agem.

David Goldman se retesou na poltrona e remexeu a mochila para falar sobre a perspectiva de rever seu filho pela primeira vez, desde 2004. A 16ª Vara Federal havia deferido, dias antes, o seu pedido de visitação e ele embarcara em Newark no primeiro voo no qual conseguira lugar. Pela decisão judicial, a visita começaria às oito horas da noite daquela sexta-feira atipicamente chuvosa e fria, e se encerraria às 20 horas do domingo. Seriam dois dias de, como se diz no jargão das Varas de Família, “contato não supervisionado” com o filho – que David Goldman vira pela última vez quando o menino tinha 4 anos. Agora, o garoto tem 8.

“Não tenho como prever a reação dele ao me rever”, disse. “Não vou forçar nada. Talvez ele estranhe eu ter ficado grisalho, mas sei que vai reconhecer o jeitão do meu cabelo. Vou estar de roupas relaxadas, como as que usava nos nossos fins de semana americanos.” Goldman contou que separou dois lotes de fotos para o filho rememorar sua vida anterior.

No primeiro lote estavam imagens banais, que poderiam figurar em qualquer álbum de um casal ainda jovem. Nas fotos mostradas e comentadas por ele, havia expedições à Disney e ao Canadá, comemorações do Dia das Bruxas, pai e filho rolando na neve, ou na folhagem do outono no hemisfério norte. Havia fotos de festinhas de aniversário com os avós paternos e maternos, brincadeiras com os primos-irmãos da mesma idade, flagrantes da primeira escolinha frequentada por Sean – é este o nome do menino –, de sua gata pretinha, Tuey, dos dois pinheiros de Natal plantados pela família na entrada da casa, em Tinton Falls. “Sou um cara comum”, resumiu o americano.

No segundo lote havia imagens igualmente alegres da criança, dessa vez com a mãe. “Talvez eu não mostre essas logo de cara”, ponderou Goldman. “Preciso, antes, tomar pé no estado emocional do meu menino.” O americano raciocinou mais um pouco e admitiu: “Para ser sincero, sou eu que preciso me preparar. Me preparar para a possibilidade de a visita ser abortada à última hora, por mais uma manobra jurídica da família Lins e Silva.” Antes mesmo de o voo pousar no Galeão, o nome da família que ronda o imaginário de Goldman lhe vinha ao espírito.

Depois de se divorciar unilateralmente no Brasil, Bruna refez a vida profissional e afetiva no Rio. Virou estilista, abriu uma boutique em Ipanema e se casou com o advogado João Paulo Lins e Silva, filho do conceituado Paulo Lins e Silva e integrante do clã carioca que há mais de 130 anos, e ao longo de cinco gerações, fornece quadros jurídicos para a elite nacional. Ela adotou o nome de Bruna Bianchi Carneiro Ribeiro Lins e Silva e ficou grávida. A meia-irmã de Sean, batizada como Chiara, nasceu numa quinta-feira de agosto passado. Bruna passou mal no parto. Teve complicações e morreu. Tinha 34 anos de idade.

“Suco de mango... por favor... obrigado”, pediu o americano à aeromoça, com a pronúncia ajudada pelos anos em que viveu em Milão, e voltou ao inglês para falar de sua história. “Bruna e eu morávamos no mesmo edifício, o La Darsena, mas nunca cruzávamos um com o outro. Um dia, o proprietário nos remanejou para apartamentos vizinhos e, pronto, foi o destino. Ela fazia faculdade de moda, eu era modelo, e simplesmente nos apaixonamos.”

O avião pousou no Rio. Goldman recolocou a batelada de fotos nos seus envelopes. Ainda se deteve numa imagem em que o filho, de bota azul e peito estufado, segura um robalo, pescado com o pai. “E pensar que a foto foi tirada um mês antes daquela quarta-feira, 16 de junho de 2004. Devo ter feito papel de bobo, acompanhando-os até o aeroporto para uma viagem que eu imaginava ser de férias. A passagem de volta estava marcada para 15 dias depois, uma quinta-feira.”

Três meses antes, Goldman tinha assinado a autorização de viagem de Sean com a mãe, uma vez que não os acompanharia ao Rio. O documento tinha validade até 17 de julho. “Os pais de Bruna, que haviam comprado uma propriedade perto da nossa casa e estavam de visita, embarcaram no mesmo voo. Só eles poderão dizer o quanto sabiam e participaram da decisão da filha de nunca mais voltar. Foi a última vez que vi Sean.”

A partir desse momento, o caso do menino Sean Richard Goldman ganha combustão própria na qual se misturam a separação de uma família com a multiplicação de embates judiciais. Mas uma vez que o caso corre sob sigilo de Justiça no Brasil, apenas as partes diretamente envolvidas têm acesso aos autos.

Só que nem os tribunais de Nova Jersey, onde corre um pedaço da disputa, nem a imprensa americana, nem o cidadão americano David Goldman podem ser enquadrados no sigilo de Justiça brasileiro, e a disputa se tornou conhecida em vários nichos da sociedade carioca, sobretudo os ligados à magistratura, escritórios de advocacia e imprensa. Tanto é assim que e-mails atribuídos a Paulo Lins e Silva, datados de outubro passado, nos quais se refere à tradição centenária de sua família nas lides do direito, acabaram achando caminho próprio, e indesejado, na rede mundial.

“Fico invocado com a arrogância deles quando sugerem que a imprensa deveria me investigar melhor, que não tenho emprego fixo, nem saúde, nem teto próprio para manter meu filho, ou que Bruna sempre me sustentou”, disse Goldman, que usa sempre o pronome “eles” para designar ora os Lins e Silva, ora a família de sua ex-mulher – adversários, que, por invisíveis, lhe parecem ter poder de influência e mando excepcionais.

Sentado na beira de uma das duas camas do seu quarto de hotel em Copacabana, ele respondia às perguntas à medida que desfazia as malas. Uma delas fora reservada para as coisas que trouxe para o reencontro com o filho: brinquedos novos, brinquedos usados por Sean em Nova Jersey, camisetas e bonés, miniaturas e guloseimas americanas. “Nem sei se ele ainda brinca com esse tipo de carrinho”, comentou como que para si mesmo. Mostrou, com cuidado, um objeto verde pegajoso: “Acho que fiz bem em trazer esse sapo de borracha. Sean o adorava e, se pegá-lo, pode ter uma lembrança tátil gostosa. É capaz de notar que a perna esquerda do bicho continua precisando de conserto.”

Às 18h50, setenta minutos antes de se apresentar para o encontro com o filho no endereço fornecido por João Paulo Lins e Silva à Justiça, tocou o telefone no quarto 1420. Goldman atendeu. Era seu advogado, que havia passado cinco horas no fórum para garantir as condições da visita autorizada, com a prontidão de dois agentes federais para qualquer eventualidade. Ele tinha três notícias para David Goldman.

A primeira era ruim: “eles” haviam entrado com um recurso de última hora, pleiteando o veto à visita. A segunda notícia, boa: o juiz indeferiu o recurso. A terceira, protelatória: o juiz adiou o encontro para as oito horas da manhã seguinte, um sábado. Assim, se evitaria expor o menor a um primeiro encontro talvez assustador, na escuridão daquela noite chuvosa e fria. “Eu não aguento mais essa montanha-russa!”, explodiu Goldman. “Acho que eles querem me enlouquecer.” Uma funcionária do Consulado americano no Rio, designada pela Embaixada para acompanhar Goldman até o ponto de encontro, se despediu e prometeu estar de volta na manhã seguinte. Tranquila e maternal, ela contou que tem quatro filhos. “Que idades?”, quis saber Goldman. “O mais velho tem a idade do seu.”

Já que a noite estava perdida, o americano prosseguiu a recapitulação, que começara no avião. Segundo seu relato, Bruna e Sean tinham partido há apenas três ou quatro dias naquele ano de 2004, quando ele atendeu o telefonema-choque: “David, precisamos conversar. Nossa história de amor se esgarçou. Nosso casamento também. Decidi ficar no Brasil com nosso filho.” A voz da jovem esposa lhe soou metálica, cortante, incompreensível. Bruna pedia que ele viesse o quanto antes ao Rio para assinar a papelada da separação e lhe ceder a guarda plena da criança. Queria também que David se comprometesse a não processá-la junto à Justiça de Nova Jersey. Caso não concordasse, teria vetado seu acesso ao filho. Passada a paralisia inicial, Goldman procurou uma advogada no seu estado, Patricia Apy.

Mas Bruna foi mais ágil. Vinte e um dias após pousar no Galeão, ela entrou com um pedido de guarda e posse de Sean junto à 2ª Vara de Família do Rio. E um mês depois, o juiz encarregado do caso concedeu-lhe a tutela antecipada. Na interpretação de Patricia Apy, o juiz não levou em conta que, segundo a Convenção sobre Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças, Sean estava retido no Brasil de maneira ilícita.

Na ação civil de número FD-13-395-05C, aberta por David Goldman na Suprema Corte de Nova Jersey, Bruna e seus pais, citados como corréus, foram intimados a apresentar a sua causa perante a Vara de Família da Comarca de Monmouth, até as 13h30 de 14 de setembro de 2004. Também foi determinado “que a ré/mãe fica neste ato ordenada a trazer imediatamente (dentro de 48 horas do recebimento de notificação dessa Ordem) o menor Sean de volta aos Estados Unidos, estado de Nova Jersey, município de Tinton Falls”. Diante do não cumprimento, a mesma Corte acabou concedendo ao pai, em março de 2005, a tutela exclusiva do filho.

Seguiram-se três anos de embates judiciais, com o menino crescendo na companhia da mãe, dos avós maternos e do padrasto. A cada nova instância em que Goldman pleiteava a busca e apreensão de Sean, para que ele fosse devolvido ao local de sua residência habitual, o pedido era

indeferido pela Justiça brasileira. Na esfera federal, garante Goldman, a votação chegou a ser apertada, mas o tempo foi passando e ultrapassou rápido o temido rubicão dos 12 meses: uma das exceções previstas na Convenção de Haia sobre Sequestro Internacional de Crianças permite, em seu artigo nº 12, que, decorrido um ano após a retenção ilícita de uma criança, a sua integração ao novo meio seja levada em conta. Tradução: num país como o Brasil, onde a tradição jurídica favorece a permanência de um filho na companhia da mãe, o pleito de David Goldman se tornou bem mais complicado.

Mais de dois séculos atrás, um pai italiano de linhagem bem mais nobre do que o americano Goldman passou por provação semelhante. Ele se chamava Alessandro Fè d'Ostiani, era conde e diplomata de carreira. Casara-se com Rita de Souza Breves, uma das filhas do comendador Breves, considerado o brasileiro mais rico de seu tempo, e cujas terras se estendiam de Itaguaí a Parati, da serra até o mar. Tiveram uma filha, Paulina, que ficou órfã de mãe aos 6 anos de idade, permanecendo sob os cuidados dos avós.

Ao ser transferido de volta para a Itália, o conde foi proibido pela família Breves de levar a filha com ele. Precisou apelar para o imperador dom Pedro II e contou com uma escolta comandada pelo capitão Piragibe para fazer valer o mandado de busca e apreensão da filha. Tudo em vão. Piragibe e seus soldados foram escorraçados pelos homens armados da fazenda, e Fè d'Ostiani teve de partir sozinho. O comendador mandara avisar que era a última vez que o conde saía vivo de suas terras. Paulina só se reuniu com o pai quando mocinha.

A pergunta mais frequente feita a David Goldman é por que, ao longo dos primeiros quatro anos de afastamento forçado do filho, ele nunca ajuizara qualquer ação regulamentando o seu direito de visita. “Se invocasse meu direito de visita, eu estaria, implicitamente, coonestando com a aberração de ter meu filho legalmente sequestrado”, respondeu ele. “Agarrei-me à única batalha judicial que considero cabível: poder levar o meu menino de volta para casa, sustentado pela Convenção de Haia e pela decisão da Suprema Corte de Nova Jersey. Todo o resto – guarda definitiva ou compartilhada, modalidades de visita – só deve ser discutido uma vez retificado o desvio original, e na jurisdição onde nossa família se constituiu.”

O cordão umbilical de Sean com o pai biológico foi mantido por meio de remessas de presentes, trocas de cartões animados pela internet e conversas telefônicas, sujeitas a interrupções bruscas. “O que quer que venha a ocorrer daqui para a frente, já perdi quatro anos de vida do meu garoto”, disse Goldman. “Nunca saberei como foi a perda do seu primeiro dente de leite. Nem do segundo. Faço um esforço danado para não procurar adivinhar a imagem que ele tem de mim.”

A cada vez que veio ao Brasil para se inteirar do andamento do caso junto a Ricardo Zamariola Jr., seu advogado paulista de 28 anos, David acumulou ansiedade e desalento. Nunca entendeu o emaranhado jurídico de uma causa que lhe parece cristalina, mas, de tanto discutir autos com o advogado, tem na ponta da língua o nome de todos os juízes, seus votos e as instâncias que o caso já percorreu. Para diminuir os sobressaltos emocionais, evita desembarcar sozinho. Na primeira vinda, trouxe um primo. Na segunda, o pai. Na terceira, retornou com o primo. A cada vez – 2005, 2006, 2007 – voltou para a casa de Tinton Falls sem Sean.

Foi a morte de Bruna, em agosto deste ano, que misturou definitivamente os dramas das famílias Bianchi, Goldman e Lins e Silva. Ao saber que seu filho ficara órfão de mãe, o americano desembarcou do voo Delta 121, na manhã de 7 de setembro passado, trazendo “Grandma Ellie”, a avó paterna de Sean, cuja relação de afeto com a ex-nora sobreviveu a todas as intempéries. Estava seguro que, diante do desaparecimento da figura materna, dessa vez o filho lhe seria entregue por ordem judicial, sem delongas.

Descobriu então que João Paulo Lins e Silva, viúvo de Bruna, dera entrada na 2ª Vara de Família da capital do Rio de Janeiro com uma ação de “paternidade socioafetiva”, visando antecipar sua posse e guarda do menino Sean.

Goldman se exalta sempre que esse capítulo volta à pauta. “Como é possível”, pergunta, “que uma pessoa sem qualquer relação de sangue com uma criança cujo pai biológico está vivo e atuante tenha reconhecida uma ‘paternidade socioafetiva’ resultante de um ato de sequestro? O que estão querendo fazer com o meu filho? Acoplar-lhe o sobrenome Lins e Silva e apagar sua identidade original? É o absurdo dos absurdos, sendo acatado por um juiz de direito.” Pelo relato de Goldman, o mesmo juiz ainda indeferiu o seu pedido para ver o filho que acabara de perder a mãe. Outras fontes garantem que a negativa partiu dos familiares enlutados.

Por ter estado tão perto de Sean, e novamente se ver de mãos vazias, David Goldman concordou em falar para os repórteres Uirá Machado e Cristina Luckner, da *Folha de S.Paulo*, que noticiou o caso em 16 de setembro. Em nome do segredo de Justiça, a 2ª Vara de Família do Rio intimou o jornal a se abster de publicar futuras reportagens sobre o caso. Dez dias depois, foi o *Correio Braziliense* que noticiou fartamente a disputa pela custódia do menino.

Uma movimentação da Rede Record também levou João Paulo Lins e Silva e os pais de Bruna a ajuizarem um pedido de liminar contra a emissora. Sustentando que uma equipe tinha filmado o edifício em que as famílias Bianchi e Lins e Silva residem com Sean e a pequena Chiara, apresentaram um pedido de liminar para que a Record se abstinhasse de produzir, distribuir e publicar quaisquer fatos que envolvessem o menor. A promotoria da 37ª Vara Cível do Rio, em seu plantão noturno, acatou o pedido.

Seria ingenuidade esperar que a história de uma criança americana (Sean tem dupla nacionalidade), mantida no Brasil em violação a um tratado internacional, não aparecesse na imprensa dos Estados Unidos. Muito antes de David Goldman conceder uma entrevista ao *Today Show* da rede NBC – o programa matinal de maior audiência nos Estados Unidos –, ele levou o seu caso às autoridades com a obrigação civil de ouvi-lo. O único que se furtou à responsabilidade, ele diz, foi o presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, o democrata Joe Biden, candidato a vice-presidente de Barack Obama. “Não conseguiria votar numa chapa que tem Sarah Palin, mas Biden me decepcionou tanto que já não sei mais se e em quem vou votar”, disse Goldman.

Já o governador Jon S. Corzine, senador por Nova Jersey na época em que foi contatado por Goldman, tratou de se mexer. Em longa carta a um graduado diplomata dos Estados Unidos servindo no Brasil, enfatizou que esperava mais empenho para que o caso fosse solucionado no âmbito da Convenção de Haia. Acrescentou que, sendo o Brasil e os Estados Unidos signatários do tratado, os dois países deveriam considerar a disputa privada em torno de uma criança sequestrada igual, em magnitude, a qualquer outra questão internacional de natureza econômica ou ambiental. E concluiu pedindo o retorno da criança.

O Departamento de Estado, por sua vez, através do seu Office of Children’s Issues (responsável nos Estados Unidos pela aplicação da Convenção de Haia) enviou ofício à entidade brasileira que exerce as mesmas funções, e pediu que fosse obtida uma solução rápida junto aos tribunais brasileiros. O deputado democrata Frank Pallone, do alto de seus dez mandatos consecutivos, disparou petardos em várias direções, apontando a Autoridade Central brasileira como sendo relapsa na assistência devida a David Goldman.

Simon Henshaw, quando ainda cônsul-geral no Rio, enviou cartas ao desembargador Federal Benedito Gonçalves, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, e à ministra Nancy Andrichi, do Superior Tribunal de Justiça, expressando a preocupação da Embaixada americana com as decisões judiciais tomadas até ali, por desconsiderarem a aplicação da Convenção de Haia. O próprio embaixador Clifford M. Sobel teria recorrido a canais diplomáticos para deixar explicitado que a guarda temporária de Sean obtida por João Paulo Lins e Silva violava não somente a Convenção de Haia, mas o Código Civil brasileiro, que prevê, na ausência de um genitor, a guarda automática do outro genitor.

Na manhã do sábado, 18 de outubro, quando David Goldman teria finalmente seu encontro com o filho, ele, seu advogado brasileiro e a funcionária do consulado primeiro aguardaram por uma hora numa calçada, enquanto três oficiais de Justiça e dois policiais à paisana, acompanhados de dois funcionários do prédio, foram buscar o garoto. Como demorassem para retornar com Sean, disse David, o trio decidiu aguardar sentado dentro da van de vidros fumê que os trouxera. Esperaram por três horas – e nada.

Sean não fora encontrado. João Paulo Lins e Silva também não. No apartamento, relataram os oficiais de Justiça, estavam apenas a pequena Chiara, os pais e o irmão de Bruna, e uma babá. David voltou sozinho para o hotel na avenida Atlântica onde imaginara que passaria a tarde com o filho.

Em tese, a violação de uma ordem judicial é crime, ainda mais quando se trata do direito de visitação. O padrasto do menino com certeza se calçou em algum instrumento legal para impedir que Sean visse o pai. Afinal, os tempos do comendador Breves são outros. Para Goldman, contudo, “eles” podiam e tinham tudo, a começar pelo seu filho. Esperaria mais uma semana, enfiado no seu quarto de hotel, só para não correr o risco de estar ausente quando fosse marcada a data da próxima visita.

Previsivelmente, ela também não aconteceu. A única diferença é que seu advogado pôde informá-lo da negativa três dias antes. Dessa vez, exigia-se uma avaliação psicológica prévia do menino.

Em compensação, Goldman recebeu por duas vezes visitas de oficiais de Justiça. Dos que queriam lhe entregar uma intimação às nove horas da noite, achou melhor declinar o convite, pedindo que retornassem de dia. Um dos documentos era uma notificação da 3ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude, para que prestasse declarações sobre Sean. O outro era um mandado de citação e intimação, de autoria de Paulo Lins e Silva e João Paulo Lins e Silva, para responder sobre uma suposta campanha de difamação e linchamento moral que estaria maculando a trajetória de quarenta anos dos autores da ação. Também demandavam que Goldman enviasse, no prazo de 48 horas, solicitação por escrito a todos os meios de comunicação com conteúdo considerado ofensivo aos autores, inclusive sites da internet, para que cessassem de fazê-lo. Mais: o americano deveria solicitar a todos os meios de comunicação culposos que divulgassem uma nota de retratação, esclarecendo a inexistência de sequestro do menor Sean e a existência de uma decisão judicial brasileira a respeito da guarda provisória do menor.

Dois dias depois, acompanhado de outro advogado, Goldman se apresentou no Ministério Público da rua Rodrigo Silva, próximo do metrô da Carioca. “Quando me foi lido que eu fora conivente com o aluguel de um helicóptero que sobrevoara a residência do meu filho, até os oficiais de Justiça presentes na sala riram, de tão absurdo”, contou na volta.

Helicóptero David Goldman ainda não tem. Emprego com carteira assinada e horários fixos, também não. Ele é sócio de uma empresa de pesca turística, cuja freguesia desembolsa 600 dólares por uma expedição de seis horas. “Apesar da crise, ainda tem muito corretor de Wall Street que perdeu dinheiro, mas não o bastante para abrir mão de tudo”, explicou. Sua casa de Tinton Falls, situada num dos distritos mais afluentes de Nova Jersey, ainda está sob hipoteca.

Durante a vida conjugal com Bruna, era ela quem tinha uma rotina profissional mais regular – dava aulas de italiano para ginásianos da escola St. John Vieri – e um plano médico mais vantajoso para a família do que o do marido.

Goldman não faz segredo de que quatro anos de processos judiciais não estavam previstos em seu orçamento de americano de classe média. Só nos doze primeiros meses, desde que entrou na Justiça para reaver o filho, desembolsou 94.387,62 dólares em honorários para sua advogada americana – ela cobra 400 dólares a hora. Exceto esta última vinda ao Rio, toda ela custeada pelo programa noticioso *Dateline*, da NBC, que está preparando uma reportagem de uma hora sobre o caso Sean, as idas e vindas de Goldman ao Brasil também lhe pesam no bolso. Em outras condições, talvez tivesse evitado fazer um acordo financeiro perante a Corte de Nova Jersey (FD-13-395-05c), pelo qual recebeu a soma de 150 mil dólares dos ex-sogros, os Bianchi, em troca da retirada de seus nomes como corréus no processo que moveu contra Bruna.

Poucas horas antes de embarcar de volta para casa no voo CO 92 com escala em São Paulo, Goldman contou que, na noite anterior, antes de jantar, sentara-se no bar do hotel. Fora logo abordado por um texano falante e animado, que lhe contou mil e uma histórias. Escapuliu logo que pôde, com receio de que o texano lhe perguntasse o que estava fazendo no Rio.

“Como explicar a minha vinda ao Brasil em uma frase?”, disse. “É toda uma vida que está compactada nesta viagem. Eu até aceito que o novo marido de Bruna tenha se apegado de amor por Sean, mas o filho é meu, me foi arrancado. Agora que o padrasto se tornou pai de uma menina, ele deveria entender melhor o tamanho do horror.”

O aprendiz

Elizeu é o cara: os 100 primeiros dias de um novo Vossa Excelência na Câmara dos Deputados
De Brasília, *piauí*, maio de 2009

“Subi à tribuna geladinho, muito receoso. No meu primeiro momento ali em cima, confesso que tremi”, conta o piauiense Elizeu Aguiar, catapultado de segundo suplente em Teresina a deputado federal em Brasília. Ele relembra sua estreia no microfone do plenário da Câmara, em março passado. “Treinei o discurso antes, sozinho aqui no meu gabinete, para controlar o tempo da fala. Mas o friozinho na barriga não passou.” Aguiar, do PTB, é um dos onze suplentes que assumiram a vaga

dos deputados que se elegeram prefeitos em outubro do ano passado. Empossado em janeiro, quando o Congresso ainda se espreguiçava no recesso parlamentar, o piauiense passou a integrar a galeria das 513 Suas Excelências que representam o povo brasileiro em Brasília.

A cerimônia de posse desse pingado de suplentes não teve grandes pompas. Não ocorreu no plenário da Casa, como na graduação em massa de titulares, mas no gabinete de Arlindo Chinaglia, cujo mandato de presidente da Câmara já estava em vias de extinção. Ainda assim, para Elizeu Aguiar, a posse teve sabor dulcíssimo. Um mês mais tarde, ao narrar o evento durante um jantar, desenhou a cena na toalha da mesa do restaurante. “Na sala do presidente tinha uma mesa enorme assim. Uma parte dos novatos sentou desse lado aqui, a outra parte do lado de lá. Eu era o último, na ponta de cá”, apontou com o garfo. “Pela norma, apenas um dos empossados presta juramento. E o que acontece? O presidente chama um nome e ninguém se levanta. Chama outro, também nada – os dois tinham dado uma saída da sala. O terceiro, por ordem nominal, era eu. Já pensou? Eu, Elizeu Aguiar! Prestei juramento em nome dos demais e liguei correndo para a minha esposa em Teresina. ‘Minha filha, Deus está nesse negócio conosco. Assiste ao Jornal Nacional de hoje!’, avisei.”

Não foi o primeiro empurrão extra do vereador piauiense que se diplomou deputado. A cadeira que agora ocupa pertence a um parlamentar licenciado há dois anos (José Medeiros, PT/PI), que já tinha sido preenchida por um primeiro suplente, Benedito de Carvalho Sá, mais conhecido como B. Sá. Mas com a vitória de Sá para prefeito de Oeiras, no ano passado, a fila voltou a andar abrindo caminho para Elizeu. “É a primeira vez que um filho da terra chega direto de vereador a deputado federal”, festejava o aprendiz. “Posso dizer que entrei para a história política do Piauí.”

O pouso de um calouro no ninho parlamentar nunca é fácil. “A primeira impressão que se tem, ao chegar aqui, é que você nem vai saber andar”, constatou o calouro. E andar em linha reta, numa legislatura em que pecados capitais e veniais brotam por todas as frestas, é ainda mais espinhoso. “Aqui você tem a maior concentração de malvadezas por metro quadrado”, ensina o deputado Miro Teixeira (PDT/RJ), que há oito legislaturas esgrima a arte de evitar armadilhas e chutar cascas de banana. Miro tinha 26 anos quando estreou como deputado federal no longínquo ano de 1971. Hoje, aos 64, conhece cada entranha das alvas cúpulas – côncava e convexa – imortalizadas por Oscar Niemeyer.

Enquanto, do lado de fora, a silhueta do Congresso sugere leveza, limpidez, quase inocência, é no seu bojo que se revela o emaranhado de desvios possíveis. Para começar, há os descaminhos puramente geográficos: como não se perder num labirinto de 1.436 salas, gabinetes, salões, anexos, elevadores, túneis e corredores mal iluminados? Na véspera da sessão inaugural da 53ª Legislatura, marcada para 3 de fevereiro, Elizeu Aguiar tratou de ensaiar o percurso que deveria fazer. Pregou na lapela o recém-conquistado distintivo dourado e verde de deputado federal, e percorreu umas três vezes o sinuoso trajeto entre o seu gabinete e o plenário. Não queria fazer feio logo no dia da eleição do novo presidente da Casa e da Mesa Diretora.

Solon Braga, um bacharel em direito com dezesseis anos de assessoria parlamentar no currículo, ajudou-o nesse desbravamento inicial. E veio a se tornar o primeiro contratado da cota do deputado. “O que eu mais preciso aqui é de informação. Preciso aprender como encaminhar emendas, como chegar aos ministros, e rápido”, percebeu logo de cara. “Sobretudo porque tenho só um ano e três meses [até a próxima eleição legislativa] para mostrar a que vim.” Como Solon – porte de atleta, voz de barítono e ternos de quem há muito deixou o Piauí – também sabe deslizar pela Esplanada dos Ministérios, a parceria acabou dando certo. Em apenas 100 dias de Brasília, o segundo suplente, agora deputado, já foi recebido por três ministros, o que não é frequente. E Solon, que já era assessor parlamentar do senador João Vicente (PTB/PI), passou a receber um complemento de 3 mil reais pelo trabalho extra no gabinete do conterrâneo.

O contato inicial da revista **piauí** com Elizeu Aguiar deu-se na sua sala ainda depauperada do Anexo III – além do mobiliário básico, havia apenas prateleiras vazias, dois monitores sem CPU e três telefones inúteis. Um mês depois, quatro computadores de mesa, um laptop, acesso à internet, frigobar e uma tevê funcionavam a contento. Elizeu mostrou-se surpreso com o interesse de uma publicação do Rio de Janeiro, como a **piauí**, pela adequação de um recém-chegado à cena parlamentar – havia tantos veteranos do poder à disposição dos holofotes... Não foi arredo, apenas cauteloso. Indagado onde gostaria de jantar para a primeira entrevista, escolheu o restaurante do Hotel Nacional, o menos eletrizante dos endereços públicos da capital. Tradicional e velhusco –, ocasionalmente apelidado de “Ácaro Nacional” –, o hotel erguido cinquenta anos atrás era território conhecido seu. Fora ali que

escolheu se hospedar até o final do mandato, consumindo sua cota de auxílio-moradia – 3 mil reais por mês para quem prefere não ocupar um dos apartamentos funcionais da Câmara.

O aprendiz não compareceu sozinho à entrevista. “Quero lhe apresentar o patrão a quem devo muito, e de quem hoje sou amigo”, anunciou Elizeu, apontando para um senhor de cabelos brancos, beirando os 80 anos, sentado a seu lado. Era o português Manoel Palhares, que na década de 80 chegou a ter 22 restaurantes da rede Choppizza espalhados pelo Brasil, perdeu todos, e hoje olha para seu ex-funcionário com satisfação sincera.

“A senhora permite eu lhe contar minha história de vida?”, propôs o deputado a seguir. “Assim vai ficar mais fácil me conhecer melhor. E o seu Palhares, aqui ao lado, pode confirmar o que precisar.” O jantar teve quatro horas de duração. Manoel Palhares aguentou até o final, cansado e calado.

A memória de Elizeu Aguiar para números, datas, detalhes e diálogos revelou-se notável. Seu olhar, acentuado por uma ligeira exotropia, é de curiosidade permanente. Não parece preocupado com as entradas de calvície nas têmporas, nem cogita candidatar-se a um implante de cabelo, tão básico no plenário da Câmara. Seu par de sobrancelhas espessas tampouco deverá sofrer correções cromáticas, à moda de tantos cabelos, barbas e bigodes no Senado. Aos 43 anos, o mais novato dos representantes do povo brasileiro mantém uma curvatura ascendente nos cantos da boca, o que costuma ser indicativo de pessoa de bem com a vida.

Motivos para isso não lhe faltam. Nascido em família pobre mas estruturada – e evangélica –, Elizeu, quando criança, começou a lavar todos os sábados o Fusca 74 de um pastor americano. Tinha 8 anos de idade. Andava 1 quilômetro e meio na ida, outro tanto na volta. “Meu irmão menor e eu começamos a ver ali um mundo de oportunidades”, conta, animado. “É que nesse trajeto havia vários carros a serem lavados, jardins precisando de trato, árvores a podar, sapatos para serem engraxados. A gente começou a bater de porta em porta e não demorou para termos trabalho também nos feriados.” O empreendedorismo ele assegura ter herdado da mãe, zeladora de colégio. “Lembro da manhã em que ela anunciou que íamos comprar uma geladeira. Ela explicou que íamos fazer da geladeira um negócio. E assim foi. Deus foi tão bom conosco que colocou três colégios num raio de 100 metros de nossa casa. A gente passou a vender o dindin [suco ensacado] na hora do recreio. Aos domingos ampliamos para os campos de futebol e fomos diversificando – dindin, laranja, bolo, muita cocada. Assim foi comprada nossa televisão e colocamos cerâmica no piso de casa.”

Elizeu quando jovem completou o ensino médio e fez vestibular para física. “Eu tinha me apaixonado pela ideia de poder calcular coisas incríveis”, explica. Foi reprovado. Também quis ser agrônomo, mas não deu. Começou a trabalhar na primeira indústria de gelo de Teresina. “Sabia que era apenas o primeiro degrauzinho. Cada cliente novo que entrava eu ia cumprimentar na esperança de ele vir a ser meu próximo patrão. Esta era a minha visão.”

Passados três meses, entrou no estabelecimento um português de nome Manoel Palhares, vindo do Maranhão. Quis contratar o jovem Elizeu por um salário três vezes maior, além de pagar o aluguel de uma casa. O pai desaconselhou mudança tão brusca e o filho concordou. Mas em 1985 a proposta veio totalmente reformatada: Elizeu poderia fazer estágio de gerente em Brasília. Sem qualquer garantia. Caso não fosse aprovado, o mesmo ônibus que o levaria à capital o traria de volta. Elizeu aceitou. Estava com 18 anos e era a primeira vez que saía do Piauí. “Minha mãe me deu uma mala amarela de 1 metro por 1 metro, quadrada, e com ela peguei dois dias e meio de Transbrasiliana”, relembra. “Desembarquei na rodoviária e era apenas mais um nordestino sentado na calçada com uma mala 1 x 1.”

Pena que nenhum dos 181 diretores do Senado descobertos em 2009 tenha passado por estágio semelhante. A filosofia da empresa de seu Palhares era simples: “Quer aprender a mandar? Vai ter de aprender a fazer.” Elizeu teve de aprender a lavar louça, cozinhar, fazer pizza, trabalhar no balcão, de garçom, no escritório, no almoxarifado, em tudo. Foi despachado para Uberaba como fiscal de produção, onde aprendeu a controlar o desperdício. Aos 19 anos, virou gerente da loja mais bagunçada de Brasília. “Caí nas graças do patrão quando, em pouco tempo, a loja se reergueu. Mas foi então – o senhor me permite falar isso, seu Palhares? – que ele cometeu um erro grande: passou o comando das pizzarias para os filhos, que não tiveram o mesmo carinho para com a empresa.” Um a um, os estabelecimentos foram falindo. Elizeu, já casado e com duas filhas, migrou para Natal, tornou-se sócio de uma distribuidora de frios, e aos 26 anos retornou a sua Teresina com o equivalente a 6 mil reais no bolso e uma ideia fixa na cabeça: comprar e reabrir o Choppizza da cidade. Em menos de dois

anos zerou as contas atrasadas e acertou as dívidas trabalhistas de 27 antigos funcionários do restaurante.

Hoje, Elizeu Aguiar é dono de um conjunto de três empresas de alimentação e tem 78 funcionários. Seu patrimônio inclui uma caminhonete Mitsubishi, um apartamento financiado de 130 mil reais (ainda em construção), um carro Corolla 2009 com o qual capotou no início de abril, um terreno de 40 x 30 metros em nome da esposa e uma casa própria financiada. A soma dos bens declarados em 2008: 126.226 reais. Pelo menos por enquanto, mansões brasilienses e castelos mineiros não fazem parte de seus propósitos. Tornou-se um empresário de respeito, benquisto pelos piauienses. A prova? O fato de ter sido reconduzido à presidência do River Atlético Clube, também conhecido como Galo, ou Tricolor de Aço, detentor do maior número de títulos (27) no Estado. “No ano passado conseguimos chegar à segunda fase da Copa Brasil, mas perdemos para o Botafogo por 2 a 0”, lamenta o presidente-torcedor.

Revisitar o deputado Elizeu Aguiar após sua primeira semana de trabalho confirma o que Brasília toda já sabe: parlamentar novo não tarda a ser farejado e rondado. “Até agora devo ter recebido a visita de umas vinte pessoas”, contabilizou o piauiense. “Seis vieram me parabenizar. Os outros catorze vieram pedir.” O novato se surpreendeu com o número de gente “sobrando” nos corredores do Congresso. “Geralmente são deputados que se tornaram prefeitos e depois não conseguiram se reeleger. Noto que há um bater de ponto constante de gente com quinze, vinte anos de experiência na Casa, à espreita de alguma chance.” Elizeu se refere à casta dos ex-políticos já enraizados no Planalto Central. No primeiro e segundo mandatos, todo parlamentar vai e volta a seu estado de origem transportado pela até então inesgotável cota de passagens aéreas. No terceiro mandato, alguns deles já trazem a família, se desenraizam e deixam de retornar com frequência ao curral eleitoral. Acabam por não se reeleger, ficando à deriva na capital. São os dalits de Brasília. Como diz o ex-vereador, ex-deputado estadual, ex-prefeito, ex-governador, ex-sem mandato e hoje novamente deputado Wilson Braga (PMDB/PB), “em político sem mandato ninguém encosta, é como leproso”. A língua afiada de Miro Teixeira fala em almas penadas. “Um ex ficar vindo à Casa costuma ser malvisto. Da primeira vez ainda tem o oba-oba do reencontro. Depois o parlamentar no exercício se esquiva.” Alguns casos extremos já fazem parte dos anais do Congresso, como o do político capixaba João Calmon. Comportou-se como senador até morrer aos 82 anos, apesar de ter perdido o quarto mandato três anos antes. Chegava ao plenário de distintivo de parlamentar na lapela, tomava assento, aplaudia um ou outro orador, confabulava. Só não votava.

Embora sendo mero debutante na vida parlamentar, Elizeu já sentiu que o caciquismo partidário está de olho na sua atuação. Por seu potencial eleitoral. Seis anos atrás, quando um companheiro de torcida do River convidou-o a se filiar ao PTB, o empresário chegou a achar graça. “Mas eu não entendo nada de política, nunca fui filiado a partido algum!” Foi convencido a pelo menos tirar a carteirinha, podendo decidir mais tarde o que fazer com ela. Incentivado pelo entorno social e evangélico, e empurrado pelo time do coração, ele começou a se articular, a conversar, a circular. Surpresa geral: entre os três candidatos a vereador do PTB em Teresina, ficou no topo da lista, com 21 mil votos – quando 6 mil votos já é uma média considerada boa. Foi o sexto nome mais votado na capital do estado. Caiu nas graças do partido e foi instado a se candidatar a deputado federal na eleição seguinte, a de 2006. “Mas eu só tenho um ano e seis meses de vereador, vai ser uma eleição difícilíssima”, ponderou. Ainda assim, foi em frente. “Minha estrutura era um carro de som e uma Kombi. Quando as urnas foram abertas, eu tinha 31 435 votos, o sexto deputado mais votado na capital. Caí ainda mais nas graças do partido e passei a segundo suplente.”

A grande virada dessa carreira atípica ocorreu no ano passado. Concorrendo novamente a vereador, Elizeu foi o único candidato do PTB a se eleger. No mesmo pleito, o primeiro suplente de deputado, B. Sá, conquistou a prefeitura da cidade de Oeiras. Elizeu se viu diante de uma escolha arriscada: exercitar por quatro anos o mandato pleno de vereador que acabara de conquistar, ou assumir a rabeira (apenas os últimos dezoito meses) da cadeira de deputado deixada vazia por B. Sá. Optou por abrir caminho em Brasília.

Dessa vez, a chegada a Brasília foi macia. Em vez da mala amarela de 1 x 1 com que desembarcara na capital pela primeira vez, agora os cofres públicos o recebiam com o até então generoso kit-deputado: quinze salários de 16.512,09 reais ao ano, uma verba indenizatória de 15 mil mensais e outros 4.268,55 para despesas com correio e telefonia. E tinha mais: 50 800 reais para contratar até 25 assessores (seja no gabinete de Brasília, seja no escritório da base eleitoral), a famosa

cota para passagens aéreas e plano de saúde familiar ilimitado. Era tanta coisa em termos de infraestrutura, materiais e serviços à disposição de cada Excelência, que Elizeu Aguiar levou várias semanas até destrinchar o que era politicamente radioativo e o que considerava legítimo. Por via das dúvidas, antes mesmo de o benefício ser oficialmente banido, limitou a compra de passagens aéreas para terceiros a um único voo da esposa para Brasília, por ocasião da convenção do PTB na capital. Localizado por telefone num fim de semana recente, em uma cerimônia de casamento em Belo Horizonte, foi logo botando as cartas na mesa: o seu bilhete correria por conta da verba oficial, mas o da senhora Aguiar saía do próprio bolso.

Desde que o senador Jarbas Vasconcelos (PMDB/PE) deu nome à voraz rapinagem parlamentar do dinheiro público, o Congresso Nacional saiu de compasso. Durante onze semanas e meia de legislatura – até a tarde de 28 de abril, quando Michel Temer anunciou, solene e sem um fio de melena fora do lugar, um freio na farra das passagens aéreas – a Câmara conseguiu aprovar apenas quatro projetos de lei. Consumida por um escândalo intestino atrás do outro, e abarrotada de medidas provisórias que atravancam seu trabalho regular, a Casa ficou exposta ao achincalhe da opinião pública.

Para Elizeu, ainda é vital preservar o respeito cívico que aprendeu a nutrir pela instituição. Impedir que a indiferença dos veteranos e as maracutaias à sua volta lhe roubem a lembrança de seus primeiros grandes momentos na Casa, que considera sublimes. Igual a todo deputado de primeira viagem, para Elizeu o maior deles continua sendo a estreia na tribuna do plenário. Difícil encontrar um parlamentar que não se lembre da abissal carga de ansiedade prévia, seguida de um alívio quase entorpecedor. Isso vale tanto para empresários multimilionários como Camilo Cola (PMDB/ES), como para o ex-camelô Antonio Carlos Chamariz (PTB/AL), um dos onze suplentes empossados em janeiro último.

“Seu Camilo”, como é chamado o deputado mais idoso (85 anos) da atual legislatura, é dono de 26 empresas, entre as quais a Viação Itapemirim. Pela sua declaração de bens, que lista 114 itens e soma 260 milhões de reais, é também o parlamentar mais rico da Câmara, além de ser o maior reflorestador de Mata Atlântica do país. E, como se não bastasse, é vice-rei da Cachoeiro do Itapemirim de Roberto Carlos. Pois bem, este cidadão que pode tanto e mantém o hábito de trazer uma marmita para o seu gabinete na Câmara também foi conhecer o plenário ainda vazio na véspera de adentrá-lo pela primeira vez como deputado, em fevereiro de 2007. Ensaiou o tradicional discurso de estreia em seu gabinete, para uma plateia de cinco pessoas – seus assessores –, com pedido de aplausos do coro, ao qual se seguiu o choro do autor. “Isso aqui é uma escola, estou aprendendo tudo de novo”, observou ao circular sozinho pelo plenário.

No caso do novato Antonio Chamariz (PTB/AL), não houve preparação possível para o seu batismo oratório. Quarenta e oito horas após tomar assento como deputado, o alagoano foi visto pela repórter sentado em um gabinete ainda deserto, olhando fixamente para uma única folha de papel. Dela constavam algumas frases curtas. Sobre a mesa, outro papel recebido na véspera, assinado pelo secretário-geral Mozart Vianna de Paiva, comunicando-lhe que pela ordem de sorteio seu pronunciamento estava previsto para o dia seguinte às 14h40. “Minha esposa me ajudou na inspiração, enviando sugestões por e-mail”, contou com naturalidade, exibindo as anotações. “Primeiro vou saudar a todos com a paz do Senhor. Dar boa-tarde e agradecer a Deus. E vou navegar pelo coração pois vinte minutos é muito tempo, e o que eu tenho aqui não dá nem para preencher dez. Para dizer a verdade, quando vi a convocação pensei em pegar o primeiro voo para Maceió”, confessou. Às 8h45 do Dia D, o deputado, integrante da bancada evangélica, assistiu ao culto das quartas-feiras e chorou muito – “Chorei de alegria, pois aconteceram duas salvações aqui na Câmara.” Depois aguardou. Às 15h18, com o painel do plenário acusando 193 presenças, que na realidade estavam reduzidas a meia dúzia de parlamentares que conversavam entre si, Chamariz foi chamado a fazer seu pronunciamento. A voz saiu forte, falou de improviso sobre a dívida milionária que contraiu com o fisco, fato que o deixou, ao final, extremamente empolgado, com o vigor dos que exorcizam o peso de uma culpa através de uma confissão pública.

Já Elizeu Aguiar tratou de se precaver. “Afinal, é para o Brasil inteiro”, comentou, referindo-se à transmissão ao vivo pela TV Câmara. Consultou várias vezes as 395 páginas do Regimento Interno para entender melhor a coreografia dos apartes e do pronunciamento, e optou por se dirigir essencialmente a seus conterrâneos/eleitores potenciais do Piauí. No dia em que completava trinta dias de vida parlamentar, o piauiense subiria à tribuna no início da tarde. Sentou sozinho num plenário que

ia se esvaziando à medida que o tempo se esvaía. Amargou duas horas e quarenta minutos de espera, ciente de que a família toda, em Teresina, também estava imóvel em frente à televisão. Anunciado o seu nome pelo presidente da sessão, Elizeu subiu à tribuna e falou de improviso por dezoito minutos. Retornou ao assento que ocupara e foi checar se alguém no Piauí tinha assistido à sua fala. “A primeira mensagem no meu celular era de um deputado estadual: ‘Valeu, deputado. Não votei em você pois já estava compromissado, mas estamos acompanhando. É isso aí.’” A esposa ligou em seguida, dizendo: “Foi lindo, você estava perfeito.” Outros familiares tinham montado plateia no interior do Maranhão. Duas semanas mais tarde, Elizeu ainda estava engasgado. “Ali eu me senti orgulhoso. Tantas pessoas nobres deste país, tantos políticos que fizeram história passaram pelo mesmo momento! Dá o que pensar”, comentou.

No Congresso brasileiro, como na vida, uma coisa é falar. Outra, mais rara, é se fazer ouvir. A mais rara de todas é se fazer ouvir calando o plenário. Ulysses Guimarães costumava dizer que quem não se projeta na primeira legislatura morre. E o carioca Miro Teixeira acrescenta que quem não tem estratégia para ocupar na hora certa um dos seis microfones instalados no corredor central do plenário dificilmente vai decolar. Tampouco pode prescindir da arte de saber ouvir – por sabedoria, interesse ou dever. Valéria Albuquerque, um dínamo da Casa, cujo apelido carinhoso é pit bull, há dez anos exerce a função de assistente de plenário – cinco anos para o PDT e os últimos cinco para a liderança do Partido da República (PR). “É um pouco como ser jogador de futebol, você veste a camisa do último time que te contratou”, explica ela. “Todo partido político com liderança constituída tem direito a colocar dois assistentes no plenário – os demais assessores de gabinete têm acesso vetado no salão. A função primordial desses dezesseis operadores que, como Valéria, trabalham sempre de pé, em meio ao burburinho do corredor central, é evitar que a bancada cometa erros durante as sessões. Estão sempre visíveis de forma a poder responder de imediato às dúvidas e consultas dos deputados sentados. Usam o seu afiado conhecimento regimental como peça de xadrez, ora para acelerar, ora para atrasar, ou alterar o curso de uma votação, dependendo do interesse do partido. Por atuarem constantemente em tempo real, aprenderam a admirar o parlamentar que sabe calar um plenário. Tanto Valéria como o professor Francisco Afonso Castro, que este ano completa quase duas décadas como assistente de plenário para o Partido Popular (PP), um mesmo nome vem logo à memória no quesito falar para calar os demais: o deputado cassado Roberto Jefferson. “O Ciro Gomes é outro que você para de contar piada para ouvir”, acrescenta o professor Francisco, “ao contrário de oradores que estão sempre de microfone na mão mas ninguém aguenta – nem as suas próprias bases”. Para a pit bull Valéria, preparo, clareza e objetividade nas intervenções colocam numa classe à parte o veterano Miro Teixeira, o paulista José Eduardo Cardozo, do PT, e o maranhense de primeiro mandato Flávio Dino, do PCdoB. Todos eles de olho nos mesmos eleitores potenciais a serem garimpados entre aposentados, garçons e funcionários públicos que assistem à TV Câmara com maior assiduidade.

O piauiense Elizeu ainda está a anos-luz de sequer sonhar em impor silêncio no plenário. Na penúltima quinta-feira de abril, sentiu-se um pirilampo só de ter sido chamado a subir à Mesa para presidir uma modorrenta sessão da tarde durante uma hora e trinta minutos. “Todo deputado sonha com isso”, garante ele, “e sentar naquela cadeira mais alta, com o Brasil inteiro te olhando, era o meu próximo alvo.” Haverá outras liturgias do poder de fácil sedução. Mas ele também já percebeu como é fácil ser seduzido por armadilhas menos aparentes. A primeira estocada lhe chegou três semanas após assumir o cargo. Estava no plenário assistindo a uma sessão vespertina quando recebeu uma ligação do colega e amigo Antonio Chamariz. Duas jovens e um rapaz estavam no gabinete do deputado alagoano oferecendo uma parceria para encaminhar pedidos do parlamentar junto aos ministérios. Não cobriam nada, o gabinete indicaria uma pessoa que iria aprender o ofício, e citavam nomes de outros deputados que haviam aderido à proposta.

– Tu conhece esse povo? – perguntou Elizeu a Chamariz.

– Não.

– Pois eu acho que esse povo não deve ser ouvido. É o que chamam aqui de lobistas.

Elizeu foi até o gabinete de Chamariz e anotou discretamente todos os nomes mencionados pelo trio. Em seguida, foi tirar informação com o primeiro deputado que aparecia na lista. “Fica afastado, é gente perigosa. Já colocou um colega em dificuldade”, veio a resposta. “Falei pro Chamariz: ‘Por que eles vieram procurar logo a gente, que está chegando agora?’ No fundo, eles só queriam conseguir a nossa assinatura de deputado para abrir alguma vantagem do interesse deles.”

Uma estocada mais explícita bateu às portas de um dos onze suplentes empossados, que pediu que se resguardasse o seu anonimato. Foi abordado por outro grupo que também oferecia serviços de intermediação, mas detalhava não só o percentual da comissão que ficaria para o deputado, mas também a que iria para o prefeito da cidade contemplada com uma obra superfaturada. “O equilíbrio está em dizer não sem fazer muito alarde, pois você nunca sabe se está ou não desagradando à liderança do partido.”

Elizeu Aguiar completa seus 100 primeiros dias como membro titular de duas comissões parlamentares, e suplente em outras três. Já não acha mais esquisito ser chamado de Vossa Excelência pelo garçom do restaurante da Câmara, e encurtou o tratamento de reverência que reservava às lideranças. O “presidente Michel Temer” do início agora é “o Michel”. Não por intimidade e mais como consequência inevitável da barafunda geral e irrestrita desse início de legislatura. “A gente fica meio assustado com tanta coisa. Não temos condição de avaliar o tamanho real do que está ocorrendo”, argumenta Elizeu. “Também acho errado a Câmara ficar tomando decisões desencontradas, de um dia para outro, acertando tudo só com as lideranças. Eles estão saindo da racionalidade. O Michel tão perdido, tão telhado de vidro...”

Devido a um grave acidente de carro sofrido numa tarde de sábado na altura de Floriano, Piauí, durante uma visita de campanha ao interior, Elizeu ficou fora de combate por Mozart não tem castelo, iglu ou mansão no Lago. Quando se aposentar de vez, continuará no seu único imóvel brasileiro, financiado pela Caixa Econômica em 180 meses, dos quais já pagou 110 prestações de 2.047 reais. Trata-se de uma casa térrea, confortável, mas simples.

Fina sintonia

Intérpretes são testemunhas privilegiadas da história. E costumam guardar segredos com rigor maior do que padres, médicos ou mordomos

De Brasília, piauí, setembro de 2009

O encontro bilateral de alto nível começara de forma constrangedora. Sentados lado a lado no salão presidencial de Cartum, a capital do Sudão, o presidente Omar Hassan Bashir e a secretária de Estado norte-americana Condoleezza Rice permaneciam mudos. Mal se moviam e evitavam se olhar. Estavam condenados ao silêncio. Do lado de fora, o intérprete Gamal Helal, única pessoa habilitada a descongelar aquela cena, se debatia para furar o cerco da segurança palaciana. A sina dos intérpretes é essa mesma: tendem a ser tão indispensáveis quanto desconhecidos. Só quando Helal conseguiu aninhar-se entre Rice e Bashir é que as duas figuras estáticas adquiriram vida e voz. Puseram-se a falar e a negociar, cada um em sua língua. Com Helal como fio condutor de voltagem dupla – do árabe para o inglês e vice-versa – eu eles só não se entenderam porque a agenda de ambos era, mesmo, irreconciliável.

Há ocasiões em que o protocolo permite que uma autoridade se expresse no idioma que lhe convier, dispensando a presença de intérpretes. Nesta modalidade, coube ao solteirão e misantropo David H. Souter, quando ainda era juiz da Suprema Corte dos Estados Unidos, usar um recurso incomum para salvar uma noitada formal. Sentado ao lado da esposa do ministro da Economia da Hungria, numa das raras vezes em que compareceu a um jantar solene em Washington, Souter e a húngara descobriram uma ferramenta em comum para atravessar a *soirée*: conversaram em latim.

Já quando o protocolo é lei e o líder é monoglota, os estilos variam de acordo com a personalidade de cada um. O filho de metalúrgico Leonid Brejnev, que comandou a União Soviética de 1964 a 1982, tinha um conhecimento de línguas estrangeiras restrito a uma única expressão: *auf Wiedersehen* (“até logo”, em alemão), com a qual não apenas se despedia como saudava dignitários de vários quadrantes, inclusive os de língua inglesa.

Outra opção é fazer como o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que adquiriu invejável descontração em meio a seus pares políglotas. Quando a coisa aperta, basta-lhe uma frase para ficar seguro: “Cadê o Sérgio?” O carioca Sérgio Xavier Ferreira, de 59 anos, formado em comunicação social e ciência política, e com 36 anos de métier no currículo, tornou-se intérprete de ocasião de Lula para o inglês (e vice-versa, modalidade chamada de *retour*, no jargão dos profissionais), bem antes da chegada petista ao poder. Foi durante o encontro mundial da Eco 92, realizado no Rio de

Janeiro, que Ferreira se ofereceu para traduzir um discurso preparado por Lula para um dos jantares do evento.

A partir daí, o vínculo foi se estreitando e hoje a química entre o presidente *globe-trotter* e seu intérprete titular é absoluta. Ele se tornou “o cara” do “cara”. Declina ser entrevistado enquanto estiver a serviço da presidência da República. Não apenas ele. Lúcio Reiner, aconselhado pelo ministro da Secretaria de Comunicação da Presidência, o jornalista Franklin Martins, também se considerou obrigado a sigilo absoluto até deixar o cargo.

Para um assessor do Palácio do Planalto, a liga entre Sérgio Ferreira e o presidente brasileiro consolidou-se quando Lula, recém-eleito, mas ainda não empossado, empreendeu sua primeira viagem aos Estados Unidos. O encontro de estreia com George W. Bush no Salão Oval da Casa Branca estava marcado para uma terça-feira de inverno em Washington, em 10 de dezembro de 2002. O brasileiro estava tenso, fumava uma cigarrilha atrás da outra – afinal, pisava no país cuja imprensa mais conservadora insistia em retratá-lo como parte de um “eixo Lula-Castro-Chávez”, com agenda sindicalista de sotaque esquerdista. Marcel Bouquet, o veterano intérprete do Departamento de Estado para a língua portuguesa, tinha sido convocado para atuar junto a Bush. Sérgio Xavier Ferreira faria o mesmo para Lula.

Pelo formato do encontro, a interpretação seguiu a modalidade chamada de “consecutiva”, na qual o intérprete primeiro ouve um trecho ou a sentença completa de uma fala, e traduz o que ouviu durante breve pausa do orador, sustentado essencialmente pela memória. Mas não tardou para que o diálogo entre os dois chefes de Estado se tornasse menos protocolar, portanto mais ágil e veloz. A interpretação dupla começou a parecer arrastada e Sérgio achou por bem traduzir tanto as falas de Lula para Bush como as de Bush para Lula – o mencionado *retour*. Ao final do encontro, o 43º presidente dos Estados Unidos estendeu-lhe a mão e disse: “Parabéns, eu gostaria de cumprimentá-lo pela atuação.” Dado que elogios e apreço público a intérpretes são mercadoria rala na profissão, foi um batismo a ser comemorado.

Ser intérprete de alto nível é ser essa figura espremida entre duas personalidades que fingem falar a mesma língua. É se contentar com um perfil próximo ao de um figurante, sempre mantido a distância durante as sessões de registro para a posteridade. Caso venha a aparecer numa foto, talvez inclinado sobre o ombro de alguma autoridade, soprando-lhe o que está sendo falado (modalidade *chuchotage*, ou “ao pé do ouvido”), a legenda o designará como “pessoa não identificada”. O mesmo ocorre quando ele ou ela porventura aparecerem em uma foto oficial, no meio de dois líderes. Dada a quantidade industrial de viagens do presidente brasileiro, e os inevitáveis flagrantes de seu intérprete mais frequente, a piada não tardou. “Daqui a alguns anos vão perguntar quem é esse barbudo ao lado do Sérgio e do Obama”, cunhou o assessor do presidente para Assuntos Internacionais, Marco Aurélio Garcia.

Existe um formato ainda mais anônimo e impessoal do métier, a interpretação simultânea – quando o profissional fica ilhado numa cabine de vidro à prova de som, com visão para uma sala de conferências, tendo por cordão umbilical um fone de ouvido. Um painel de áudio com microfone e alguns botões complementam o cenário de um desempenho tão fascinante quanto indecifrável. Escrevendo sobre esse ofício, o escritor escocês Alastair Reid, autor de mais de quarenta livros e articulista da revista *The New Yorker*, compara intérpretes simultâneos a “virtuosos da música ou dos palcos, uma vez que interpretam um papel. Com a diferença de que eles nunca podem ensaiar sua parte, pois cada apresentação será inteiramente diferente”.

A beleza do ofício não está na destreza mecânica do intérprete, e sim na sua habilidade em conseguir optar, numa fração de segundos, entre alternativas sintáticas de um idioma para melhor traduzir o que está sendo dito em outro. Sobretudo, ao contrário do que se imagina, a essência do ofício não está no conhecimento puro de duas ou mais línguas, mas no domínio absoluto de uma delas (a língua A ou língua-mãe), e na capacidade de usá-la em toda sua extensão. O talento está em captar as intenções do orador muito além das palavras que ele pronuncia. Intérpretes são comunicadores, são meios de transmissão. Não se trata de traduzir palavra por palavra, mas de transmitir uma mensagem capturada numa língua e reconstruída com fidelidade em outra. Tudo isso em tempo real, sob pressão. Dado que o intérprete simultâneo ouve e fala ao mesmo tempo, ele precisa aprender a ouvir seletivamente, focando mais no sentido daquilo que é dito do que, individualmente, em cada palavra.

Alastair Reid ficou estarecido durante uma conferência internacional, em Genebra, com a atuação de um intérprete simultâneo em cabine. Ao mesmo tempo em que captava pelo fone de

ouvido a fala de um orador russo, e seus lábios emitiam a tradução para o espanhol, ele também folheava a seção de esportes do *Journal de Genève*, escrito em francês.

“Me pergunto se o bom intérprete não tem efetivamente algum parafuso solto”, pondera o veterano John Stephen Morris, um californiano espaçoso, radicado há 42 anos em Brasília. Ele aponta para um aspecto único da profissão: “Você está ouvindo numa língua, e você não pode refletir sobre o que está ouvindo; você também está falando numa outra língua, e ao mesmo tempo está como que fora de sua órbita, observando a você mesmo do alto. Como se você estivesse fiscalizando o que lhe sai da boca.”

Os dois telefones da residência de Morris, no Lago Norte, não param de tocar, atestando que trabalho, aos 68 anos de idade, não lhe falta. O seu escritório é atravancado de papéis, apostilas e livros por toda parte, sobretudo no chão. Na estante, o lugar de honra está ocupado pela obra completa do irmão famoso, o escritor e jornalista Charles R. Morris, autor, entre outros, de *Os Magnatas* e do best-seller premonitório *O Crash de 2008: Dinheiro Fácil, Apostas Arriscadas e o Colapso Global do Crédito*, sobre a implosão do mercado mundial.

“O essencial é você ser imune ao pânico”, avisa o veterano, com seu vozeirão de tenor. Morris já encarou um enfarte com três pontes de safena e dois anos depois estava em uma cabine quando voltou a sentir dores no peito. “Mas a colega de cabine foi extremamente prática, me substituiu na hora, fui levado para o hospital e ninguém percebeu nada”, disse.

Morris é intérprete de conferência (designação oficial do profissional que faz tradução simultânea e/ou consecutiva), além de tradutor juramentado. À primeira vista, tudo a ver, dado que as duas atividades exigem completo domínio de idiomas. Na prática, mais uma vez, são primos distantes. O tradutor produz com as mãos, sozinho, cercado de dicionários, dono do seu tempo. Ele capta visualmente o material bruto. Já o intérprete depende da audição e se sustenta apenas na memória. Ele não é dono do tempo, produz com a boca. E o que ouve depende do sotaque, da maneira de falar do orador – há os concisos, os prolixos, os que falam para dentro, os que não sabem concluir.

Da modalidade consecutiva, que John Morris hoje prefere deixar para gerações mais novas por considerá-la desgastante, ele tem boas lembranças. “Tive a oportunidade de trabalhar com poucas pessoas com a compreensão exata da nossa função, como Henry Kissinger. Ele entendia perfeita e maravilhosamente bem a dinâmica da coisa”, relembra. “Kissinger levava o intérprete até o seu limite de memória consecutiva e previa o quanto você ainda podia aguentar sem perder o fio da meada. Ele se limitava estritamente àquele tempo, falando em parágrafos claros, curtos e precisos. O controle de sua expressão era total.”

Outro que o americano elogia sem reservas é Fernando Collor, para quem trabalhou inúmeras vezes durante e após a Presidência. “Collor sabia usar o intérprete. Expressava-se em pensamentos completos, com início, meio e fim. Tinha uma cabeça muito lógica. O inglês dele não era muito bom, não. Ele conseguia se expressar no idioma, mas não amplamente. De todo modo, não admitia falar em inglês em ocasiões oficiais por ser presidente do Brasil, cuja língua oficial é o português.”

Uma também veterana, a paulistana Simone Troula, dona de uma vivência rara com presidentes brasileiros (cinco anos de interpretação para João Figueiredo, quatro para José Sarney e dois para Collor), é de mesma opinião. “Collor sempre teve *aplomb*, falava francês e inglês razoavelmente bem, e tinha boas noções de alemão, mas sempre insistiu em operar com intérpretes”, diz essa filha de mãe escocesa e pai francês.

O trabalho de intérprete, por ser também emocional, é um convite permanente ao estresse. A carioca Lúcia Melim, com duas décadas de atuação em quatro línguas, conhece as agruras físicas do ofício. Num início de tarde de junho, ela aproveitava as pausas de vinte minutos entre sessões de cabine no Hotel Windsor, em Copacabana, para conceder a entrevista. Mesmo assim, miúda e lépida, a cada vez que descia ao saguão do hotel para prosseguir a conversa trazia seu netbook com cronômetro digital acionado, para vigiar o quanto lhe restava de tempo antes de reassumir o microfone. “Você consegue ficar numa simultânea até por uma hora, não mais”, ela disse. “E numa consecutiva, ao longo de duas horas no máximo. Para esse tipo de trabalho eu diria que o cérebro se recupera de trinta em trinta minutos. Mas com o passar do tempo tornamo-nos muito sensíveis a ruídos, e ficamos ilogicamente irritados com barulhos.”

Já Simone Troula costuma esvaziar a cabeça imediatamente após cada evento – um pouco como jornalistas que precisam assimilar tudo sobre determinado tema e no dia seguinte são chamados a pular para outro assunto. Ela só não se esquece de um congresso sobre broncoesofagologia, cujos

conhecimentos retém até hoje. Fumando um cigarro atrás do outro no fantasmagórico saguão do Hotel Unique, de São Paulo (antes da entrada em vigor da lei antifumo), ela comentou: “Você chega em casa sem força física sequer para arrumar uma gaveta.” Simone menciona um estudo da ONU sobre a saúde mental e física dos intérpretes, elaborado há quase meio século, mas que permaneceu reservado. Mesmo assim, o estudo orientou melhorias nas condições gerais de trabalho dos 113 intérpretes fixos e outros tantos terceirizados da organização. Em média, um profissional de interpretação de conferência passa mais de um terço dos dias de trabalho longe de seu domicílio, e interpretar mais de 250 dias ao ano pode levá-lo a um colapso nervoso. Às vezes, ele precisa atuar de imediato, logo após intermináveis voos intercontinentais, mudanças climáticas bruscas e condições tecnológicas novas. Dormir ou comer a contento são raridades.

“Pelo menos na minha experiência”, conta Simone, “somente em países comunistas o intérprete podia se sentar e comer com as autoridades.” Foi o que ocorreu no jantar oferecido pelo presidente da Argélia, Chadli Bendjedid, ao general Figueiredo. “Figueiredo, aliás, sempre se preocupava conosco. Voltava-se para mim, enquanto eu fazia o *chuchotage*, e me passava um canapé de patê, com o qual eu não sabia o que fazer durante a interpretação consecutiva. ‘Você tem de se alimentar’, insistia ele.”

Simone confirma que Collor tem bons conhecimentos de alemão e relembra uma cena insólita envolvendo José Sarney, quando presidente da República. “Estávamos no Metropolitan Museum de Nova York para um jantar com autoridades, e Sarney passou a tecer comentários poéticos sobre a liberdade, que eu ia interpretando para o inglês. À medida que o intérprete de russo ia vertendo a fala para o seu idioma, provocava lágrimas no chanceler soviético da época, Eduard Shevardnadze. Também o general paraguaio Andrés Rodríguez [*consogro de Alfredo Stroessner e autor do golpe militar contra ele*] pareceu se comover. ‘¿Qué bien habla Sarney, no le parece?’, me sussurrou.”

De um modo geral, simpáticos a intérpretes são as autoridades americanas, em particular Jimmy Carter e a dupla Bush, pai e filho. Carter, por exemplo, durante a missão de observação das eleições de 2004 em Moçambique, insistiu em apresentar à esposa Rosalynn e ao filho Chip a intérprete que lhe foi alocada, além de convidá-la a visitá-lo – e hospedar-se – em sua casa em Atlanta. George W. Bush tornou-se herói da tribo que estava em São Petersburgo, em julho de 2006, interpretando a reunião do G8. Com todos os chefes de Estado já enfileirados para a foto oficial, Bush viu os intérpretes sendo varridos para o lado, como de hábito, e pediu para que se juntassem ao instantâneo. Sucesso coletivo.

No caso de Bush pai, a gratidão foi individual. Coube ao russo Igor Korchilov, que atuou como intérprete da era Kruschev até Mikhail Gorbachev, admitir um erro que lhe rendeu intermináveis segundos de pânico. Em *Translating History*, seu livro de memórias publicado em 1997, ele segue a regra de não revelar qualquer segredo, mas abastece o leitor com vinhetas que dizem muito da política e de seus líderes. Num episódio, Gorbachev relata para Ronald Reagan detalhes da luta intestina que tomou conta do Kremlin para saber quem ficaria com o Lincoln Continental azul-escuro forrado de veludo preto, que Leonid Brejnev havia recebido de Richard Nixon. Em outro, as primeiras-damas Nancy Reagan e Raïssa Gorbachev tecem comentários pouco diplomáticos uma sobre a outra. “Qualquer ser humano gostaria de viver numa casa comum. Isso aqui é um museu!”, alfinetou a sra. Gorbachev depois da primeira visita na Casa Branca.

O erro que assombra Korchilov ocorreu durante a reunião de cúpula entre George Bush pai e Gorbachev, no final dos anos 80, quando a Guerra Fria começara a degelar. Os dois chefes de Estado e suas respectivas delegações debatiam coisas como SDI, ABMS, Mervs e altas tecnologias da Guerra nas Estrelas, o guarda-chuva estratégico. Tudo dentro de um horizonte de controle de armas e a proposta de “céus abertos à inspeção” por parte dos americanos. O impasse girava em torno da inspeção a ser feita nos EUA e na URSS, para se certificarem do cumprimento dos termos do acordo. Os soviéticos pleiteavam que os aviões de inspeção pertencessem ao país a ser inspecionado, enquanto os americanos defendiam o contrário.

A discussão passou a girar em torno de duas palavras perigosamente similares em russo: o que inspeciona *versus* o inspecionado. Korchilov conta que Gorbachev pronunciou sem clareza o final das duas palavras, fazendo com que ele traduzisse a posição soviética como sendo exatamente o oposto do que Gorbachev queria. “O secretário de Estado James Baker e Bush congelaram, incrédulos. Ainda assim, macacos velhos, solicitaram que Gorbachev reiterasse e confirmasse o que acabara de dizer.

Quando traduzi para o meu chefe o pedido americano, Gorbachev se agitou e disse: ‘Não, não e não, não foi nada disso que eu falei, eu disse o contrário!’”

“Ao final da reunião, fui me desculpar com o presidente americano pelo incidente. Ele ouviu, assentiu gravemente e disse: ‘Bem, esse foi o lado ruim. O lado bom foi que você não desencadeou a Terceira Guerra Mundial.’”

Nicole Kidman foi se familiarizar com a profissão antes de desempenhar o papel de uma intérprete da ONU que, por conta de um microfone não desligado, ouve os planos secretos de um atentado contra um líder africano (*A Intérprete*, 2005, do diretor Sydney Pollack). Ela visitou a galeria de cabines de vidro do Conselho de Segurança e quis saber quanto tempo o intérprete deve aguardar antes de começar a traduzir a fala do orador. “Uma mera fração de segundos”, respondeu-lhe Brigitte Andreassier-Pearl, chefe do serviço de interpretação. “Mas também vai depender da velocidade da fala. E dependendo da língua de partida, o intérprete não pode mergulhar de cara, pois será necessário aguardar qual o verbo da frase.”

A intérprete certamente se referia ao alemão, que não é um dos seis idiomas oficiais de trabalho nas Nações Unidas (inglês, árabe, chinês, espanhol, francês e russo). Pela estrutura gramatical do alemão, a ação da frase (o verbo) vem sempre no final, o que gera um hiato de tempo até que se tenha a plena compreensão da sentença. No caso do chinês, a armadilha ocorre pela estrutura gramatical não ser baseada na fórmula mais comum de sujeito/predicado. Também chamada de “língua sem sujeito na frase”, o chinês leva seus intérpretes a uma tendência de tradução literal, palavra por palavra, e ao emprego abundante da voz passiva, tornando o resultado final pouco fluido.

Em seu giro pela ONU, a atriz australiana também formulou a pergunta mais frequente feita a intérpretes do mundo inteiro: o que você faz quando não sabe uma palavra? A resposta: você tenta captar o sentido da palavra perdida e expressa a ideia nela embutida. Alguma expressão similar acaba surgindo – mesmo que tardiamente.

Alexia Whiting, natural da Sérvia, criada no Brasil e de nacionalidade britânica, atua junto às entidades da União Europeia em cinco idiomas. Ao longo dos anos foi acumulando receitas para driblar os percalços do ofício. “Não raro o cérebro continua trabalhando num problema que já passou e, de repente, minutos depois, você se dá conta de algo perdido. Às vezes é até possível inserir rapidamente uma correção. Costumo deixar o orador começar a falar sem interpretar nada até aparecer claramente o sentido de sua frase. Como nem sempre isso ocorre já nas primeiras palavras – pode levar até uma frase inteira –, ajuda inserir um ‘muito obrigado, senhor presidente’ ou algo anódino do gênero, para ganhar tempo de concentração.”

Alexia também se habituou a escutar a si mesma, logo no início de uma interpretação, para testar se sua fala está fazendo sentido. “Isso é muito importante, pois a tentação é pronunciar uma cachoeira de palavras coladas à fala do orador, sem se dar conta se é asneira”, esclarece ela. “É vital fazer uma análise-relâmpago do sentido do texto original, visando compreender o que está sendo dito. Quando isso acontece, a batalha está ganha. Caso contrário, instala-se o pânico e você corre o risco de traduzir meras palavras e não o conteúdo. Resta então apenas a esperança de que a plateia com fone de ouvido saiba do que se trata.”

É no Parlamento Europeu que as questões pertinentes à interpretação atingem uma dimensão próxima ao buraco negro da física. São 735 deputados representando meio bilhão de pessoas (quase três Brasis inteiros) de 27 países que falam 23 línguas e utilizam três alfabetos (latino, grego e cirílico) – além da pletora de quase sessenta idiomas regionais. Por sorte, Alemanha e Áustria falam o mesmo alemão, França, Luxemburgo e Bélgica se entendem em francês, Reino Unido e Irlanda brigam em inglês. Senão seriam 27 as línguas oficiais e obrigatórias para cada documento, discurso, saudação ou compêndio produzido sob sua égide. “Mesmo se um membro do Parlamento sabe falar inglês, francês ou alemão, quando se trata de um discurso político nuançado ele precisa ter acesso a toda a extensão de um idioma, o que normalmente só ocorre em sua língua-mãe”, garante a diretora-geral de Interpretação e Conferências do Parlamento Europeu, a grega Olga Cosmidou.

Diante desses números, não surpreende que as sessões plenárias do Parlamento mobilizem entre 800 e 1 mil intérpretes simultâneos. Não fosse assim, cada discurso de meia hora demoraria pelo menos 660 minutos, ou seja, onze horas, até ser traduzido em sequência para todas as línguas oficiais. Vale registrar que existem 506 combinações linguísticas possíveis no âmbito do Parlamento Europeu (os 23 idiomas oficiais multiplicados por 22).

Foi o inchaço dessa babel de mais e mais países-membros que levou um jornal de Bucareste, o *Cotidianul*, primeiro diário não governamental da Romênia, lançado após a implosão comunista de 1989, a um fino momento de humor. Com a eleição, em janeiro último, de dois nacionalistas romenos, o jornal publicou um minidicionário para que os intérpretes e tradutores sediados em Bruxelas pudessem se familiarizar com o vocabulário usado pelos novos eurodeputados. A lista de verbetes é extensa, mas alguns exemplos são particularmente eloquentes: *vânzator de iaurt* (vendedor de iogurte), *paduche* (piolho), *maimuta curentata* (macaco eletrocutado), *limbric* (lombriga), *comunistule* (comunista safado).

Intérpretes simultâneos eventualmente levam para suas cabines manuais ou dicionários específicos ao tema em pauta. Três profissionais de uma mesma língua se revezam ao microfone a cada meia hora nas cabines, e alguns deles fazem anotações enquanto traduzem. Isso porque a chance de um termo difícil voltar a ser usado por algum orador é grande. Outros trazem laptops contendo enormes glossários e dicionários na memória. Como muitas organizações da União Europeia operam em Wi-Fi, com frequência um colega acha uma palavra ou expressão não traduzida, a tempo de ainda poder ser utilizada por quem está interpretando.

Por mais tenso que seja seu trabalho, quando está na cabine, o profissional se sente protegido por ela. No caso das instalações proporcionadas aos intérpretes das instituições europeias, há razões objetivas para esse bem-estar. Todas elas seguem as normas ISO 2603, revisadas e avaliadas pela Associação Internacional de Intérpretes de Conferência, mais conhecida pelo seu acrônimo francês AIIC. As especificações são seguidas à risca e visam atender três requisitos: garantir a separação acústica entre os diferentes idiomas usados simultaneamente, proporcionar comunicação eficiente entre as cabines e a sala de conferências, e oferecer conforto máximo.

Assim elencado, parece óbvio. Não é. O quesito “Iluminação”, por exemplo, estabelece que a superfície de trabalho para cada intérprete (0,45 metro) deve ter iluminação individual que produza uma intensidade uniforme de pelo menos 300 lux. Luzes fluorescentes não podem ser utilizadas sem blindagem. Reflexos da iluminação de teto sobre os vidros da cabine precisam ser evitados. Cores? Todas as superfícies da cabine devem receber acabamentos opacos. As cadeiras ergométricas precisam ser estofadas com material dissipador de calor e a superfície de trabalho deve ser revestida de material refratário a ruído. Sem falar no ângulo de visão ideal do auditório, na distância máxima do pódio (30 metros) e nos complexos parâmetros acústicos (“O nível de pressão acústica ponderado A, causado quer pelo sistema de climatização, quer pela iluminação, quer por qualquer outra fonte sonora, não deve ultrapassar 35 decibéis”). Quanto aos parâmetros ambientais, o ar deverá ser renovado sete vezes por hora e a concentração de dióxido de carbono não deverá exceder a 0,1%. Tudo é objeto de normas.

Só que o dia a dia de um intérprete não se limita ao eixo Bruxelas-Estrasburgo-Luxemburgo-Nova York. No mercado privado, mundo afora, as cabines podem ser minúsculas e sem ar, os ruídos da sala chegam sem cerimônia, não raro o equipamento de áudio é antigo, botões do console saltam ou não funcionam, as cadeiras podem ser de jantar, a luz, péssima, e joelhos batem na parede frontal. Às vezes a cabine consiste em uma caixa colocada em cima de um tablado, com uma parede frontal de vidro e uma cortina de veludo fazendo as vezes de porta.

A carioca Lucia Melim reconhece que o padrão aprovado pela AIIC é o ideal, mas não acha realista penalizar firmas ou governos sem estrutura para adotá-lo. “Tome-se o prédio do BNDES do Rio de Janeiro, por exemplo – lindíssimo, mas o mezanino onde trabalham os intérpretes tem vidro fumê!”, aponta, horrorizada. “Além disso, os vidros são altos, proporcionam pouca visibilidade. O prédio do Mourisco não é diferente: o local deve ter sido pensado para cabines de projeção e não de interpretação, uma vez que o intérprete teria de ficar de pé para poder ver o palestrante. Sem uma visão clara e desobstruída do orador, o esforço mental que fazemos é absurdo.”

A interpretação como meio de comunicação data possivelmente dos primórdios do Império Otomano, no século XV, quando os turcos começaram a conquistar povos com os quais faziam tudo, menos se entender. E a gênese da chamada interpretação de conferência vem associada às negociações do Tratado de Versalhes, em 1919, com tradutores requisitados nas fileiras militares. Mas foram os rompantes oratórios dos discursos na Sociedade das Nações, em Genebra, no período do entreguerras, que impulsionaram a técnica da interpretação consecutiva nas duas línguas oficiais da organização – inglês e francês.

Já a interpretação simultânea, quando veio a ser tentada pela primeira vez no final dos anos 20, em Moscou, foi um fracasso. Foi preciso esperar o final da Segunda Guerra Mundial para ver o seu

desabrochar e pleno potencial. A ocasião não poderia ter tido visibilidade maior: os processos de Nuremberg (1945-1946), no qual os criminosos de guerra nazistas foram julgados em quatro línguas: alemão, francês, inglês e russo. A vantagem da técnica logo se tornou óbvia, pela enorme economia de tempo. A estreia do novo formato foi tão impactante que Hermann Göring, certamente o mais graúdo dos acusados, exaltou-se: “Eles [*os intérpretes simultâneos*] estão encurtando a minha vida!” Terminou tomando uma cápsula de cianureto para evitar o enforcamento.

O jovem alemão Richard Sonnenfeld tinha apenas 22 anos em 1945 quando o acaso o catapultou para o cargo de intérprete-chefe da promotoria americana no julgamento dos 24 acusados nazistas. Filho de um casal de médicos judeus do norte da Alemanha, ele tinha escapado para os Estados Unidos aos 15 anos, alistara-se e combatera na Europa como soldado. Pinçado por seu conhecimento do idioma alemão para atuar sob as ordens de Robert Jackson, o juiz da Suprema Corte americana encarregado dos interrogatórios, Sonnenfeld foi quem mais se ocupou do Reichsmarschall [*marechal do Reich*]. Ao ser interrompido pelo acusado a primeira vez, o jovem recruta estabeleceu uma regra: “Senhor *Gering*”, disse ele, pronunciando o nome errado propositalmente. “Quando eu traduzo para o alemão as perguntas do coronel e passo suas respostas para o inglês, o senhor deve permanecer em silêncio até eu concluir. Se, ao ler as notas taquigráficas da sessão, o senhor tiver alguma reclamação, vamos decidir se a levamos em conta ou não.” Pelo relato de Sonnenfeld, que consta de seu livro de memórias, o acusado o fulminou em silêncio. “Meu nome é Göring e não Gering”, disse apenas.

Outro garoto judeu alemão, Peter Less, que fugira para a Suíça e cursava a prestigiosa École de Traduction et d’Interprétation da Universidade de Genebra – até hoje a meca dos melhores profissionais do ramo –, teve participação ainda mais dramática em Nuremberg. Fluente em três idiomas, Less estava em sala de aula quando três oficiais americanos irromperam na classe. Vieram selecionar alunos para uma missão que ninguém entendeu direito. Ele foi um dos escolhidos. “Amanhã de manhã vocês voarão para Nuremberg”, ouviram. Less, que teve a mãe, o pai, a única irmã e a avó assassinados pelos nazistas, fez a interpretação simultânea para todos os acusados. Tinha apenas 25 anos incompletos. Ao final, foi confinado num castelo da Bavária como um dos encarregados da tradução das 360 páginas de acusação. E com uma advertência: “Se uma só palavra do conteúdo desses documentos vazar, vocês serão submetidos a uma corte marcial.”

A comprovação da eficácia da interpretação simultânea gerou a necessidade de se organizarem as técnicas e normas da profissão. Coube a três personagens lendários fundarem a AIIC, na Paris de 1953. Chamavam-se Jean Herbert, André Kaminker e o príncipe Constantin Andronikof.

Dos três, Andronikof foi o mais refinado. Intérprete da confiança absoluta do general Charles de Gaulle, o príncipe, nascido na Rússia imperial, era teólogo ortodoxo e escritor. Ele não permitia o uso de canetas esferográficas durante sessões de trabalho, provavelmente por considerá-las vulgares, e oficialmente por receio de a tinta se esparramar. Tinha sempre à mão cinco lápis, embora não fizesse anotações de qualquer espécie ao interpretar. “Estou ávido por ler suas memórias”, disse-lhe certa vez o amigo e escritor russo Vladimir Volkoff. “E é por isso que jamais escreverei uma só linha. Me proibi de fazer qualquer anotação enquanto eu for intérprete”, respondeu o príncipe, estabelecendo a pedra fundamental que norteia a profissão: o sigilo. Quando Andronikof pediu ao cofundador Kaminker para redigir um projeto de Código de Honra para a AIIC, o colega foi breve: “Três artigos bastam. Artigo 1: o segredo profissional é total e absoluto. Artigo 2: o segredo profissional é total e absoluto. Artigo 3: o segredo profissional é total e absoluto.”

Andronikof reinou absoluto na AIIC até morrer, em 1997, aos 82 anos, e continua cultuado como um mestre. Sempre que interrogado por jovens candidatas à profissão, sobre medos e armadilhas, ele repetia uma célebre resposta de Sarah Bernhardt quando uma jovem atriz comunicou, orgulhosa, não ter medo de errar: “Não se aflija, querida, isso vem com o talento.”

A AIIC existe em 271 cidades, espalhadas por 98 países, operando, no conjunto, em 48 línguas. Conta com mais de 2 883 membros, além de outros 230 na fila de postulantes cujos processos de adesão estão sendo avaliados. Não existe exame eliminatório. O brasileiro Sérgio Xavier Ferreira é um dos postulantes atuais e, como manda a regra, independentemente de sua qualificação, precisa ser apadrinhado por pelo menos três membros permanentes da entidade. Dois deles devem ter o mesmo cardápio de línguas no currículo.

Reconhecida por todas as grandes organizações internacionais, a AIIC define as normas de trabalho, de técnica e de formação profissional desse universo. Um ingrediente básico, contudo, não

mudou desde a saída de cena do príncipe Andronikof: a profissão de fé no cânone do sigilo. Em tese, se tomado ao pé da letra, nenhum dos entrevistados para esta reportagem poderia tê-lo feito, embora nenhum tenha violado qualquer migalha de segredo profissional.

Três meses atrás, o cidadão francês de origem cambojana Yves Bergounoux, residente no Brasil há mais de 22 anos, sentiu de perto o vigor do cânone. Membro ativo da AIIC desde novembro de 2008, foi suspenso em julho por dois anos por violar os itens 2a, 2b, 6 e 6b do Código de Ética Profissional da entidade. Numa entrevista na redação da **piauí**, Bergounoux, de aparência bem mais jovem do que seus 44 anos, se dispôs a discorrer sobre aspectos teóricos e filosóficos do ofício. Não se acanhou em dissecar outras normas da profissão e, ao arripio do pensamento prevalente na AIIC, sustenta que um intérprete não pode* ser nem neutro, nem objetivo e nem invisível. “O orador é o autor do pensamento, mas vou arriscar dizendo que o intérprete também é autor”, disse ele. Bergounoux usa de metáforas singulares ao diferenciar a interpretação simultânea da que é consecutiva. Para ele, a primeira se assemelha a um surfe intelectual. “Você surfa numa onda, que é o pensamento do orador, e não pode cair nem para trás nem para a frente. Se cair para a frente, você se adiantou, quis adivinhar o que o orador queria dizer e se perdeu, pois terá de esperar. Se demorar demais, vai perder não só a frase como a onda – ficará parado atrás da rebentação.” Quanto à consecutiva, ele a compara a um episódio de apneia. “Você está debaixo d’água e vai procurar prender a respiração o maior tempo possível antes de voltar a respirar.”

Bergounoux surpreendeu-se com o fato de a revista ter conhecimento de sua suspensão e se manteve irredutível em discuti-la. Assim, sabe-se apenas que a sanção foi motivada pela publicação, em sua página pessoal do Facebook, de uma crônica semificcional envolvendo a visita do presidente francês Nicolas Sarkozy a Brasília, em dezembro passado.

Para a AIIC, foi pecado capital e imperdoável. A ponto do presidente da entidade, Benoît Kremer, achar útil divulgar uma versão turbinada do dogma. Num texto difundido aos associados em 9 de julho passado, ele reitera a proibição imposta aos membros de divulgar, a quem quer que seja, qualquer informação de que tenham tido conhecimento no exercício da profissão. E frisa que o verbo “divulgar” designa o ato de transmitir informações, quer em resposta a uma pergunta (divulgação passiva), quer por iniciativa própria. Tampouco importa o meio: oralmente, por fax, correio eletrônico, Facebook, Twitter. “A quem quer que seja” refere-se a qualquer pessoa, seja da família, desconhecido ou colega. E para quem ainda não entendeu, “qualquer informação” é exatamente isso, independente de relevância.

No entender de Kremer, a mera ocorrência de uma reunião ou a participação (ou ausência) de tal ou tal pessoa pode se revestir de uma importância insuspeitada. Ao mencionar, por exemplo, que um presidente usava gravata vermelha e meias laranja, o intérprete pode não estar traindo segredo algum. Mas ao confirmar a presença do presidente ele pode estar divulgando um fato importante. No entender de Kremer, as normas abrangem desde o momento em que o intérprete é contratado até a sua morte. Em outras palavras, se adotada ao pé da letra, esta reportagem sequer existiria.

A veterana Ulla Schneider, por exemplo, fundadora da Associação Paulista de Intérpretes de Conferência, a Apic, consultou o próprio presidente da AIIC quanto à oportunidade de ser entrevistada a respeito de sua extraordinária experiência como intérprete do presidente Ernesto Geisel, mais de trinta anos atrás. Nem pensar. Ulla, que hoje mora em Bremen, Alemanha, cercada por cinco estantes repletas de dicionários, estava a bordo da carruagem que conduziu o presidente brasileiro ao Palácio de Buckingham, na visita oficial de 1976. Também tem lembranças ainda vívidas do trabalho mais bizarro de sua carregada biografia profissional. “Foi o acompanhamento das investigações sobre a identificação do cadáver de Josef Mengele, em 1985. Havia três grupos de investigadores – da Polícia Federal brasileira, da Polícia Federal alemã e do Instituto Simon Wiesenthal. Cada grupo tinha o seu intérprete e todos desconfiavam de todos –, menos os próprios intérpretes, que eram todos amigos e membros da Apic.”

Amigos ou não, não seria exagero afirmar que a grande maioria dos intérpretes de conferências tem uma relação de pouco apreço por Fernando Henrique Cardoso. De bem com a vida aos 78 anos de idade, e magnificamente instalado no seu centro de estudos da praça Ramos de Azevedo, com vista privilegiada para o viaduto do Chá, em São Paulo, o ex-presidente não precisa de muito incentivo para explicar o porquê dessa reserva da classe. “Não gosto de intérprete”, explica, sem maiores rodeios. “A conversa acaba não tendo fluxo, torna-se um sacrifício. Sei que o protocolo prefere quando o presidente usa intérprete, mas tenho horror à formalização. A química é muito

melhor quando o encontro se dá sem intermediários. Você se mostra mais como realmente é. Até hoje sou muito amigo do Clinton, e Tony Blair me dá beijo quando me encontra, um pouco por conta disso. Sei que o meu inglês não é muito bom – aprendi-o por necessidade, ainda no Chile –, mas acabo conseguindo dizer mais ou menos o que quero. No conceitual me viro bem; mais difícil é acertar no concreto.”

Ao contrário dos profissionais bloqueados pelo voto de silêncio, o ex-presidente é um maná de histórias nas quais sabe rir de si mesmo. Certa vez, hospedado no mesmo hotel de Turim que Gorbachev, ele encontrou-o no corredor. Comemorava-se algo relacionado com a queda do Muro de Berlim. “Gorbachev desandou a falar comigo em russo com a maior naturalidade, sendo que eu não entendia palavra alguma. Como não tínhamos intérpretes por perto, assim ficou. Gosto muito dele. Tem uma filha extraordinária, médica e bonita. Fez as vezes de intérprete no jantar.” De Helmut Kohl parece ter recordações menos afetuosas. “Era um falastrão, não sabia nada de inglês e tinha estilo impositivo.”

É o próprio Fernando Henrique quem conta ter corrigido uma intérprete alemã por ocasião da inauguração de uma exposição sobre a Amazônia, em Bonn. “Do lado de cá não tínhamos ninguém, e vi que ela estava traduzindo algo errado. Parece pedante, pois como você sabe sei apenas duas ou três frases nessa intrincada língua”, acrescenta, maroto. Explica ter estudado alemão cinco anos num curso particular perto da Beneficência Portuguesa de São Paulo, com a mulher Ruth e outros, mas não ter aprendido quase nada.

“A família até hoje se diverte relembando um passeio que fizemos à região de Flandres, nos anos 60. Estávamos perto de Bruges, fazia um frio do cão, as crianças eram pequenas e achei boa ideia irmos todos tomar um chocolate quente. Entrei num café e pedi: *Herr Ober, ich möchte bitte vier Tassen Schokolade ... sehr kalt* (Garçom, eu queria quatro xícaras de chocolate muito frio), contou, satisfeito por poder dar uma palhinha no idioma.”

Também conta que, em Berlim, conseguiu esquecer o nome da avenida principal da cidade, a Kurfürsterdamm, e resolveu dar uma orientação genérica ao taxista: *eine grosse Strasse mit einer bombardierte Kirche* [uma grande rua com uma igreja bombardeada]. “Ora”, conclui com gáudio, “metade das ruas de Berlim tinha igrejas bombardeadas...”

Com o ex-primeiro-ministro italiano Massimo D’Alema entendeu-se a seu modo: “Italiano eu entendo, mas como não gosto de intérprete, prefiro imitar. Quando nos encontramos no Museu de Belas Artes do Rio de Janeiro, em 1999, ele falava em italiano comigo e eu respondia em português espanholado, devagar.”

Enquanto as conversas são mais sociais do que de conteúdo, ninguém reclama. Mas quando algum diálogo tange assuntos de Estado, e o presidente dispensa a intermediação de intérpretes, o protocolo arranca os cabelos. É o próprio Fernando Henrique quem narra um episódio de voltagem alta. “Pouco antes da vinda do presidente da China Jiang Zemin a Brasília houve um telefonema do George Bush para mim. Estávamos em abril de 2001, ele havia tomado posse uns dois meses antes, e passava por sua primeira crise internacional. Pediu-me para fazer uma gestão junto a Zemin para desencruar o impasse criado pela interceptação de um avião de espionagem americano sobre solo chinês, com 24 tripulantes a bordo.”

Jiang Zemin chegou a Brasília no dia 11 de abril, proveniente de Montevideu. “Eu o recebi sozinho no meu gabinete, no final da tarde. Foi um encontro privado. Conversamos em inglês. Ao final, Zemin fez um comentário que não vou esquecer tão cedo. ‘Nós temos 5 mil anos de história. Quantos anos têm os Estados Unidos? Mal passamos dos 200. E esse rapaz é muito jovem [referindo-se a George W. Bush]. Num episódio anterior em que as relações entre nossos países também passavam por um impasse, o Clinton me telefonou seis vezes seguidas. Esse aí só me ligou uma vez.’”

As coisas acabaram se acertando com um pedido de desculpas dos Estados Unidos. O comentário final de Fernando Henrique foi ao seu estilo: “No fundo foi mais difícil fazer Bush entender a posição chinesa do que falar com o chinês. Aliás, gostei muito dele, e só agora, lendo o diário secreto do primeiro-ministro Zhao Ziyang (*Prisoner of the State: The Secret Journal of Premier Zhao Ziyang*) é que perdi um pouco do meu entusiasmo pela figura.”

O Palácio do Planalto da era Lula não poderia ser mais diferente. “Todo o setor de interpretação ficou enferrujado por oito anos de presidência FHC. Com a troca de comando a coisa acelerou”, observa um conselheiro do Itamaraty. Capturar o ministro Franklin Martins numa tarde de terça-feira para falar sobre Lula e seus intérpretes, com tantas questões mais *calientes* na agenda, já

indica a simpatia que o governo atual tem em relação ao tema. “Temos uma trinca básica de intérpretes do presidente: a dupla Sérgio Ferreira/David Hathaway para o inglês, e Lúcio Reiner para o espanhol e francês”, explica o ministro. “É algo que exige imensa confiança e intimidade, mas uma intimidade profissional. Sérgio e David não conhecem a intimidade pessoal do presidente, por exemplo.” Franklin aponta para a química entre Sérgio Xavier Ferreira e Lula. “Ele dá fluência à fala do presidente. E nos momentos mais sociais, sente quando precisa e quando não precisa encostar. Como eles se conhecem há muito tempo, Sérgio sabe dar uma arredondada, pois alguma fala pode ter saído do ponto, saído solta.”

Em matéria de “arredondada”, poucos intérpretes devem ter passado por situação tão incômoda quanto o profissional do Foreign Office de serviço no dia em que a primeira-ministra Margaret Thatcher aceitou, contrariada, receber o presidente da República do Congo, o coronel Denis Sassou-Nguesso, um notório marxista. Segundo Charles Powell, seu assessor para assuntos de política internacional, o visitante chegou, foi conduzido ao salão de audiências e tomou assento defronte à chefe do governo britânico. Após lançar-lhe um olhar gélido, a baronesa abriu o diálogo: “Odeio comunistas.” Segundo o testemunho de Powell para a BBC, o intérprete arredondou a frase para “A primeira-ministra Thatcher diz que jamais deu pleno apoio às ideias de Karl Marx”.

Para Franklin Martins, o presidente Lula tem um termômetro próprio. “Ele é mestre em dizer coisas que não são comuns de serem ditas. É um peixe dentro d’água.” David Hathaway, que interpreta para o presidente em inglês e espanhol, sabe nadar com esse peixe. Economista fissurado em biodiversidade – é autor de uma pesquisa original sobre agrotóxicos publicada no livro *Pragas e Venenos* –, esse americano refugiado num pedaço de mato em plena região brasiliense prefere quando Lula fala de improviso. “É quando ele usa frases curtas, mais fáceis de serem acompanhadas. Quando lê discursos, tende a acelerar e se expressar numa cadência mais artificial.” Hathaway sobreviveu ao aprisionamento no Estádio Nacional do Chile durante o golpe militar de 1973 e, como tantos colegas, desembocou na profissão de intérprete por acaso. Mas dela extrai o essencial: “Até hoje não sei se dependemos mais de inteligência ou de talento”, diz. “Mas sei que ou você aprende rápido ou você afunda”, garante.

Damas, ao ringue!

*Cai a última trincheira masculina no olimpismo
piauí, setembro de 2009*

Depois do esfarelamento do Muro de Berlim, em 1989, foi também na capital alemã, no mês passado, que veio abaixo outra barreira aparentemente inamovível. Reunidos na capital da Alemanha em 13 de agosto, os quinze integrantes da comissão executiva do Comitê Olímpico Internacional, o COI, aprovaram em votação secreta a inclusão do boxe feminino entre os esportes olímpicos. Das 26 modalidades que compõem o cardápio dos Jogos, o boxe era o único que permanecia blindado à participação feminina. Agora, já a partir de 2012, em Londres, moças estarão trocando socos.

O anacronismo machista, por andar na contramão do discurso oficial do COI, vinha embrulhado em arrazoados de natureza cultural e pseudomédica: o boxe feminino, assim como a maratona antes de 1984, poderia ser excessivamente lesivo para a saúde de damas e demoiselles.

Na opinião do inglês Mike Loosemore, da comissão médica da Federação Britânica de Boxe, é tolice supor que o esporte, na versão feminina, é mais perigoso do que quando praticado por homens. “É claro que se uma atleta entrar no ringue quando estiver grávida de mais de três meses haverá risco para o feto, assim como em qualquer outro esporte que envolva contato físico”, disse. Por isso, a Confederação Brasileira de Boxe, no artigo 138 de seu regulamento, exige que toda boxeadora forneça atestado negativo de gravidez antes de cada competição. A modalidade tem o mesmo índice de lesões na cabeça do que a patinação no gelo.

Último esporte a não ter embaralhado a diferença entre amador e profissional, o boxe olímpico não deve ser confundido com a modalidade milionária que imortalizou Muhammad Ali ou Mike Tyson. Não apenas pelas regras, que têm suas diferenças – a começar pelo capacete, obrigatório para os amadores. Os homens também são obrigados a usar protetor genital, permitindo-se uma faixa adicional para sustentá-lo, e as boxeadoras, que lutarão de camisetas de manga curta e elástico para

prender o cabelo, poderão, opcionalmente, usar protetor de seios. No último campeonato mundial feminino, realizado na China no ano passado, nenhuma das 250 boxeadoras de 52 países sofreu qualquer lesão.

“O boxe amador mira mais na vitória por pontos, enquanto a versão profissional visa nocautear o adversário”, lembra o doutor Loosemore. De fato, no ringue olímpico muita coisa mudou desde que os romanos imprimiram uma dimensão gladiatória ao esporte – naqueles tempos os atletas usavam luvas turbinadas com pregos ou recheadas de chumbo, fazendo com que as lutas terminassem em morte. Hoje, o boxe amador mais se assemelha a um duelo de esgrima, no qual o atleta tem uma espada nas mãos, mas nem por isso pode furar o adversário. Os movimentos podem até ser de quem vai perfurar o outro, mas o que se almeja é chegar à vitória marcando mais pontos.

Os combates na classe Adulto Feminino são realizados em quatro assaltos de dois minutos, com um minuto de intervalo, enquanto a versão masculina tem o formato 3 x 3 x 1. “Certamente há homens que imaginam que vamos subir no ringue e começar a nos arranhar e morder”, diverte-se a loiríssima norueguesa Ingrid Egner, vice-campeã mundial de boxe amador que, quando não está treinando ou competindo, conclui seu doutorado em biologia molecular na Universidade de Oslo.

O COI ainda não definiu como serão alocadas as doze vagas para cada uma das três categorias femininas (mosca, leve e médio), mas não será surpresa se quatro vagas forem reservadas para a Europa, três para as Américas, três para a Ásia e as restantes para a Oceania e África. Para sorte de quem vai disputar uma vaga nas Américas, a maior potência continental da modalidade – Cuba – decidiu permanecer de fora do ringue de saias. Por uma dessas idiossincrasias do regime castrista, o país que no boxe masculino arrebanhou a colossal soma de trinta medalhas de ouro, vinte de prata e catorze de bronze desde 1968 (quase o triplo de ouros conquistados por brasileiros em todos os esportes desde a longínqua edição de 1920) ainda não considera o esporte adequado para mulheres.

Na votação de Berlim também foi aberto o caminho para a aprovação de dois novos esportes (golfe e rúgbi de sete jogadores) e a eliminação das candidaturas de outros cinco (beisebol, softbol, caratê, squash e patinação sobre rodas). A decisão final precisará ser ratificada por maioria simples pelos 106 membros da Assembleia Geral do COI, no próximo 2 de outubro, em Copenhague, Dinamarca, quando também será escolhida a sede dos Jogos de 2016 (que têm o Rio de Janeiro como favorito).

Numa defesa tortuosa das esquisitices do olimpismo, o presidente do COI, Jacques Rogge, assegura que “o rúgbi é universal, e traz para os Jogos o lado espetacular do esporte. Trata-se de um jogo no qual se veem muitos pontos [Rogge não é propriamente um fanático do futebol], revezes e viradas”. Ele mesmo jogou o rúgbi clássico (quinze jogadores em cada time) pelo campeonato belga e deve achar eletrizante o formato mais enxuto, e portanto mais televisivo, de sete jogadores por equipe. “Pela sua característica universal, muitos países terão a chance de conquistar medalhas neste esporte”, arriscou.

Quanto ao golfe, que já foi esporte olímpico nos Jogos de Paris (1900) e St. Louis (1904) antes de ser nocauteado, o atrativo maior seria da mesma natureza que o trazido pelo tênis: o aporte de nomes milionários do circuito profissional, como o de Tiger Woods, para inflar o evento de supercelebridades. Juntos, o golfe e o rúgbi de 7 acrescentariam 204 atletas mulheres aos Jogos, o que é uma das metas do movimento.

Só que outra meta, inúmeras vezes reiterada pelo COI, é a de limitar o número de atletas a 10 500 por edição. Como o gigantismo é uma dor de cabeça permanente, ficou estabelecido que, para a incorporação de uma nova categoria, ou de um esporte novo, outros precisarão ser eliminados. Assim, para dar espaço às 36 boxeadoras que estrearão em 2012, uma das categorias masculinas deverá ser decapitada.

Para efeitos de marketing, o COI se orgulha de tocar essa dança de cadeiras olímpicas baseado no critério da universalidade de cada esporte. “Mas na prática”, sustenta o autor dos melhores compêndios sobre os Jogos, o americano David Wallechinsky, são outros os fatores determinantes: o quanto o esporte é televisivo e qual o peso político de seus proponentes dentro da organização. Se universalidade fosse mesmo decisiva, por que permanecem no calendário olímpico a canoagem, o nado sincronizado, o tiro ao alvo e as provas equestres? Nesse critério, o boliche e a sinuca deveriam integrar a família olímpica há tempos.

Nem o futebol escaparia do confronto com a universalidade: os únicos esportes que já produziram medalhistas de todos os continentes nas 29 edições dos Jogos modernos são o atletismo, o boxe e a natação.

O sacristão da câmara

“Se sou fantasma, sou fantasma na minha casa”

De Brasília, *piauí*, junho de 2009

Sentado à esquerda do presidente da Câmara, com o rosto sempre enfiado na papelada que traz para o plenário, está um servidor público das antigas. Legítimo. Talvez o último remanescente da espécie. Roga-se não confundi-lo com seu primo distante da involução humana, o burocrata público agarrado ao cargo, seja qual cargo for. Não deixa de ser um alento para quem acreditava que a raça estava extinta, varrida pelas desprezíveis sub-raças geradas na Esplanada dos Ministérios.

Mozart Vianna de Paiva é miúdo e sabe sumir dentro de ternos cinza-chumbo e gravatas não-televisivas. Prefere calçar o que os ingleses chamam de “sensible shoes”, sapatos que privilegiam o bom senso do conforto aos espasmos da moda. Este ano, a pedido da filha caçula de 16 anos, foi conhecer o Carnaval do Rio. Hospedou-se com a família na casa de uma prima e foram todos para a rua ver o bloco passar. Manteve distância do Sambódromo e do camarote para o qual fora convidado por uma empresa. “Acho que não combina com minha função”, explica o ex-seminarista franciscano, nascido no interior de Minas 58 anos atrás.

Mozart ocupa há dezoito anos o cargo de secretário-geral da Mesa Diretora. Trata-se de uma função-amálgama, que mistura habilidades de intérprete, oráculo e salva-vidas regimental a serviço do presidente da Casa. Ao longo deste período, dez presidentes da Câmara erraram menos por ter Mozart Vianna soprando-lhes orientações no ouvido. Por ordem cronológica, Ibsen Pinheiro, Inocêncio de Oliveira, Luis Eduardo Magalhães, Michel Temer (3 vezes), Aécio Neves, Efraim de Moraes, João Paulo Cunha, Severino Cavalcanti, Aldo Rebelo e Arlindo Chinaglia se apoiaram nos ombros desse servidor.

Ombros que hoje andam encurvados, apesar da sua condição ergométrica ter melhorado bastante nos últimos quatro anos, desde que a mulher de Severino Cavalcanti passou um pito no marido. “Severino, quem é aquele deputado que fica ali em cima te enchendo a paciência o tempo todo?”, perguntou. “Não é deputado, mulher, é o funcionário que me ajuda”, respondeu o então presidente da Câmara. Dona Amélia se horrorizou: “Mas Severino, se é teu funcionário, como você deixa ele em pé, lá, como que de castigo?”

Pergunta pertinente. Como saber que aquele personagem que há 13 anos aparecia sempre colado à orelha dos sucessivos presidentes da Câmara não era um dos tantos parlamentares-de-pirata que vive para uma foto? Sobretudo, como imaginar que se tratava do funcionário mais graduado (CNE-10) e de maior salário (cerca de R\$ 37 mil, somando-se aposentadoria e vencimentos) da Casa, se sequer cadeira tinha? Cinco dias depois da queixa de dona Amélia uma cadeira extra se materializou juntinho à de espaldar alto da presidência.

Em plenário, Mozart aprendeu a operar com a máxima economia gestual. Há sessões que se estendem por 14 horas. Ao contrário dos parlamentares que entram e saem do plenário, o secretário-geral não pode arredar pé. Certa vez, no rol de mais um surto de denúncias de funcionários-fantasma na Casa, o nome de Mozart acabou sendo incluído por engano. “Se sou fantasma, sou fantasma em casa”, diz o servidor que chega antes das oito e sai da Esplanada por volta das nove da noite.

No Brasil, não é todo mundo que pode proferir a frase “Eu amo esta instituição”, referindo-se à Câmara dos Deputados, e ser levado a sério. Mozart Vianna pode. Com sua fala ligeirinha, que o faz engolir metade das sílabas para ganhar tempo (“absolutamente” vira ábsalamete, “assessoria” é assoria e “responsabilidade”, respidade), ele explica como reage à erupção de escândalos na casa de que tanto gosta. “Não deixo as pessoas pelo meio do caminho. Se um colega de trabalho ou um parlamentar cai na linha de tiro, e a gente se conhece há bastante tempo, não vou me afastar dele. Vou continuar amigo.”

Amigo, em termos, pois Mozart, que iniciou a vida em Brasília trabalhando como escriturário da Sinteko e avançou na carreira passando por quatro concursos públicos, sabe que sua trajetória e

hábitos destoam da *aisance*¹¹⁰ que reina na alta cúpula do poder. “Nunca frequentei. Sou apenas um funcionário e não me sinto à vontade. Não é o meu meio. Para dizer a verdade, sequer sou convidado”, admite. Ele dá a todos os parlamentares o tratamento de senhor, geralmente também de deputado, mesmo que os conheça há trinta anos. “Nunca falo você. Inversamente, é muito raro me chamarem de secretário. Geralmente sou apenas Mozart, e acho bom assim”, esclarece.

A Secretaria Geral da Mesa por ele comandada dá suporte jurídico, técnico e de gerenciamento administrativo à presidência da Câmara, além de preparar todos os textos legais da legislatura. Mozart consulta o Regimento Interno uma, muitas, várias vezes ao dia. “O regimento é o norte. Ninguém sabe tudo que está ali. Ademais, o texto legal sempre dá margem a interpretações. E eu não tenho como dizer ao presidente, no meio dos trabalhos: 'Pare a sessão que eu tenho de refletir sobre esse parágrafo.' Uma vírgula pode alterar o sentido de uma frase”, frisa o secretário, formado em Letras pela Universidade de Brasília.

No seu gabinete de número 02, na ala D do subsolo da Câmara, entra qualquer um, a qualquer hora. Nenhuma das cinco assistentes diretas está autorizada a dizer que o chefe não se encontra, quando ele lá está enfiado em dossiês e pastas. Mozart tenta atender todos os telefonemas na hora, e quando não consegue, dá retorno certo. Testado numa Quarta-Feira de Cinzas, às 7h45 da manhã, e no início da noite de um feriadão, bingo, do outro lado da linha atendeu o secretário-geral.

– O senhor vota?

– Nunca externei meu voto porque ninguém me perguntou. Então vamos lá: em 2006 votei no Lula, na anterior também. Em 1996 votei no Fernando Henrique.

Mozart não tem castelo, iglu ou mansão no Lago. Quando se aposentar de vez, continuará no seu único imóvel brasiliense, financiado pela Caixa Econômica em 180 meses, dos quais já pagou 110 prestações de 2.047 reais. Trata-se de uma casa térrea, confortável, mas simples.

Polegadas a menos

No Rio, o lixo não cabe no lixo.

Do Rio de Janeiro, *piáu*, janeiro de 2010

Elas são carioquíssimas. Além de alegres e faceiras, são quase atrevidas com suas medidas harmoniosas e silhueta arredondada. Chamam atenção onde quer que estejam – na praça, na rua, ao longo do calçadão da praia, no meio da muvuca no centro da cidade. As primeiras foram trazidas da Europa, em 1995, por ordem do prefeito da época, Cesar Maia, e desde então adornam a mui maravilhosa cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Tinham tudo para dar certo. Ou quase.

Inversamente às duas polegadas a mais que Martha Rocha trazia nos quadris em 1954, as 14 800 lixeiras cor de laranja espalhadas pelo Rio têm centimetragem a menos para dar conta da missão que lhes foi atribuída: manter limpa a metrópole de mais de 6 milhões de bípedes.

Diante da cruzada civilizatória “não sejam porcos” com que o burgomestre Eduardo Paes brindou sua gente para encerrar o ano de 2009, vale a pena esmiuçar a genealogia e utilidade urbana das solertes lixeiras – também designadas como papeleiras.

A decisão de importá-las, não apenas da Alemanha, como também da França e Portugal, baseou-se nos resultados de uma pesquisa coordenada pela Companhia Municipal de Limpeza Urbana, a Comlurb, relembra Cesar Maia.

Primeiras cestas fabricadas com polietileno de alta densidade, e afixadas em postes, elas vieram substituir as latas de lixo anteriores, metalizadas e plantadas no chão. No entender de Cesar Maia, os cestões antigos, de boca larga, em vez de ajudar na limpeza, geravam sujeira – “cachorros conseguiam focinhar o lixo e catadores esparsos garimpavam lixo comerciável. Cada uma delas era uma central de sujeira no entorno”.

Passados catorze anos, o que mudou? Mudou a indústria nacional de latas de lixo, que passou a fabricar as “laranjinhas”, ao preço médio de 70 reais a unidade, e substituiu o produto importado. Mas a afirmação de que os receptáculos de lixo são usinas de produção de sujeira no entorno continua vibrante na sua atualidade.

¹¹⁰ Palavra francesa que significa “facilidade”.

As causas são as tais polegadas a menos e a própria anatomia ergonômica das laranjinhas.

O municípe que desafiar as leis da física e tentar enfiar um coco verde goela abaixo da simpática lixeira vai se dar mal. Ele pode socá-lo quanto quiser, mas não conseguirá fazer passar o fruto pela boca do receptáculo, que mede 11 centímetros. Impedimento ainda maior terá o cidadão que pretender se livrar da garrafa pet de 2 litros que matou sua sede de verão – ela não entrará nem pela largura nem pela circunferência. Garrafas de 1 litro também não são facilmente aceitas pelas papeleiras.

“É, não cabe, mesmo”, constata o gari Leandro, que passou no concurso da Comlurb em 2004 e está de carteira assinada há seis meses. “Por isso o pessoal coloca no chão, bem do ladinho da lixeira, para a gente pegar”, elogia ele, sem queixa. Vale o preceito bíblico, ligeiramente adaptado: no Rio, é mais fácil um camelo entrar no Reino dos Céus, ou um rico passar pelo buraco de uma agulha, do que o lixo entrar na lixeira.

Inevitavelmente, um coco ou uma garrafa no chão atraem dois, vários, muitos montes, Corcovados de cocos e garrafas no chão, e atuam como ímã para papéis, latinhas, guimbas. Uma verdadeira central de sujeira no entorno, em suma.

A anatomia da lixeirinha carioca é outra armadilha. Ela exige audácia para ser encarada. Nem todo pedestre com algo para descartar se sente à vontade para inserir a mão e o punho dentro de um bocal oblíquo que pode esconder mil perigos. Dado que as lixeirinhas, quando vistas de perto, costumam estar encardidas, de sujeira acumulada, a ideia de roçar com a pele no seu bocal nem sempre compensa o título de “Cidadão Consciente”.

Resta a dúvida, ao final, se cestões grandes, com uma bocarra na horizontal, não reduziriam o número de bípedes suínos que tanto asco provocam no prefeito do Rio. Quanto às sapecas papeleiras laranjinhas, elas continuariam a enfeitar a cidade prestando o minisserviço de coletar papéis, maços de cigarro, cascas de laranja e pequenezas do gênero.

Cabe um *post scriptum* nesses tempos em que alcaides e governadores vivem com um pé no marketing e outros dois fora do país: lixeiras grandes, mesmo feias, fazem parte da paisagem urbana em todas as metrópoles ditas civilizadas. Em Mônaco, que é Mônaco, elas são de plástico e medem 1,20 metro de altura. Em algumas, só se vê a abertura circular no centro da tampa – tudo o que é jogado lá dentro desaparece abaixo do nível da rua, engolido por algum coletor subterrâneo. Na Paris e Londres afetadas por ataques terroristas, a resina e o metal foram substituídos por sacos transparentes, trocados diariamente, para evitar que alguma bomba passe despercebida em seu interior. Em Nova York, pelo menos na ilha de Manhattan, é difícil encontrar uma esquina sem sua obrigatória lixeirona de metal trançado.

O Rio deve pensar grande, nas polegadas a mais que faltam nas lixeiras.

Fusão invencível¹¹¹

Até o fim da vida ela cantou e rezou em alemão. Mas aprendeu a dançar forró e comer macaxeira no café da manhã

Do Rio de Janeiro, *piauí*, fevereiro de 2010

Observar Zilda Arns fazer as malas e partir em viagem era uma aula de “Eficiência Máxima com Risco Mínimo”. Bastava observar o minimalismo com que executava a tarefa para entender por que a pantaguélica Pastoral da Criança nunca saiu dos trilhos. Criação e criatura se espelhavam numa mesma cartilha: “Pensar e planejar é ótimo, mas o importante é fazer e resolver.”

Um dos quartos do apartamento de Zilda Arns, em Curitiba, era reservado ao material necessário para a sua vida pública. O armário embutido tinha roupas, sapatos e adereços de uso apenas para viagens e agenda profissional. A cama servia para espalhar e organizar itens que precisavam caber na bagagem. “Quando entro aqui, não desmobilizo a cabeça”, explicava. “Mas, quando estou no

¹¹¹ Este texto, sobre o falecimento da médica sanitária Zilda Arns, foi escrito com detalhes que Dorrit pôde conhecer de sua vida por ocasião do período em que filmou o documentário *Travessia da vida* (2005), do qual Zilda é personagem principal.

meu quarto, faço questão de me sentir completamente livre, só comigo mesma. Nele, não quero saber de serviço. Nem a minha bolsa eu quero ver na minha frente.”

O primeiro evento de uma viagem seria em estúdio de televisão? Sapecava logo um broche da Pastoral na lapela do traje que iria usar. Para homenagens em cidades múltiplas, levava um só conjunto coringa (blazer, tubinho básico, sapato de salto sensato). Já em caso de eventos múltiplos numa mesma localidade, escolhia peças avulsas intercambiáveis. Item obrigatório para missões de muito bate-perna: o par de chinelos dobráveis, acondicionado em saquinho próprio, cortesia de uma empresa aérea.

Sua mala preferida, apesar de compacta, permitia acondicionar vestidos e jaquetas com uma única dobra, em vez de duas. “Assim amassa menos e dispensa ser passado a ferro na chegada”, esclarecia, satisfeita. Com o tempo, e a milhagem crescente, elaborou uma lista de hotéis brasileiros que não cobram serviço de passageira. Sua técnica de dobrar peças mantendo colarinhos e mangas lisinhos merecia ser patenteada.

Foram pelo menos vinte anos com uma média de 45 viagens por semestre, e apenas três extravios de bagagem. Um deles, em 1994, roubou-lhe a elogiada serenidade, face neutra que disfarçava a sua tenacidade. Ao desembarcar em Washington, numa manhã de sábado, para receber o prêmio internacional da Organização Pan-americana da Saúde, a mala com a “roupa chique” tinha sumido. Foi a um supermercado comprar uma blusinha enquanto esperava a mala que nunca veio. Por isso, a homenageada da *soirée* de gala subiu ao pódio vestindo blusinha de supermercado. Aprendeu a lição: a bagagem de mão, até então reservada para materiais de trabalho (“a única coisa que não pode extraviar nunca”) passou a abrigar também uma muda de roupa multiuso, zipada em plástico.

Poucas são as mulheres que encarariam com naturalidade uma viagem Curitiba-Timor Leste nos moldes do périplo realizado pela médica e sanitária, aos 66 anos de idade. À época, o Brasil ajudava a reconstrução da ex-colônia portuguesa devastada pela guerra, e a implantação da Pastoral da Criança fazia parte da empreitada. Embora integrasse a comitiva do presidente Fernando Henrique Cardoso, a Dra. Zilda partiu em voo comercial, enquanto a caravana oficial seguiu no avião presidencial.

Chegou para o embarque com uma bagagem de 90 quilos. Para uma viagem que a levaria a três continentes, seus pertences pessoais ocupavam apenas uma mala pequena. O restante do excesso de peso estava tomado por material didático, dez balanças de pesar crianças e mil colheres de medição do soro caseiro. Na bagagem de mão, acrescida de duas sacolas, a pediatra acomodou camisetas com o emblema da Pastoral e material de treinamento de parteiras leigas. “Assim, pelo menos, garanti o serviço”, explicou na volta. “Eu quis levar o máximo possível comigo, porque *aposteriori* tudo seria mais complicado pela distância e difícil comunicação.” Para um dos cinco filhos, Nelson Arns Neumann, à época epidemiologista e até hoje coordenador-adjunto da Pastoral, nenhuma novidade. “Com a mãe nada fica para depois, e infeliz daquele que vier com relatos de dificuldades”, comentou.

Ao desembarcar em Díli, capital do Timor Leste, Zilda Arns tinha lido o suficiente – e um pouco mais – sobre o país cuja população equivalia à metade do número de crianças brasileiras acompanhadas mensalmente pela Pastoral: 1,6 milhão. Ela estava pronta para dar palestras, explicar, perguntar e ouvir. Sabia que apenas 20% dos timorenses falavam português, que o indonésio e o inglês continuavam sendo idiomas de negócios, e que as palestras dos brasileiros seriam traduzidas para o tétum, a língua nacional da jovem nação. Durante a estadia, fez anotações de tudo que julgou útil ou pertinente.

Na viagem de retorno, atravessou vários fusos horários e incluiu escalas com reuniões em Jacarta, na Indonésia e Cidade do Cabo, na África do Sul, até cruzar o Atlântico e pousar em Brasília – onde pegou a conexão para Curitiba. Ao todo, Zilda Arns ficou socada dentro de um avião três dias. Na manhã seguinte, uma quinta-feira, dava expediente na sede da entidade, no bairro de Mercês. E no fim de semana escreveu um relatório de dez páginas intitulado “Memória da minha viagem ao Timor Leste na comitiva presidencial do senhor presidente da República Fernando Henrique Cardoso (18 a 24 de janeiro do ano 2001)”. Para quê? “Ora, para que a memória seja guardada”, respondeu, surpresa com pergunta tão óbvia. É pouco provável que outro integrante da comitiva tenha produzido tão rápido um texto tão informativo – se é que alguém escreveu algo.

O voo rasante de Zilda Arns sobre Díli gerou resultado imediato também para a Pastoral. Passada uma semana, a sergipana Ana Ruth Góes, graduada em obstetrícia e pediatria, e coordenadora estadual da entidade, recebeu um telefonema de Curitiba. A Dra. Zilda queria saber se ela aceitava

implantar a Pastoral em Timor Leste. “Precisamos capacitar umas trinta agentes, além de formar algumas lideranças”, indagou e comunicou.

Feito. Em julho do mesmo ano, Ana Ruth, irmã Maria de Lourdes Mattiello e Odete Dorigon embarcavam para uma estadia de três meses no outro lado do mundo. O Timor Leste tornava-se o 13º país para onde o Brasil exportava o que tinha de melhor.

A morte de Zilda Arns aos 75 anos no interior da Igreja Sacré Coeur, em Porto Príncipe, tragada pelo terremoto que destruiu o Haiti, foi uma fatalidade dupla. Até poucos anos atrás, este período do ano estaria blindado em sua agenda, inapelavelmente reservado ao convívio com os filhos, netos e, sobretudo, os irmãos ainda vivos. O tempo entre a semana de Natal e meados de janeiro era sagrado: as três gerações se reuniam, ora na chácara da família, a 40 quilômetros de Curitiba, ora na casa de praia da ainda rústica Betaras, no litoral paranaense.

Com a morte de Heriberto (frei Crisóstomo), o reverenciado primogênito dos treze irmãos Arns (sete mulheres e seis homens), e a fragilidade física do irmão número cinco, Paulo (dom Paulo Evaristo, arcebispo emérito de São Paulo), a alegre rotina ficou mais flexível. Deixou de ser impedimento ao embarque rumo ao Haiti.

Penúltima na escadinha de filhos do patriarca e fundador da cidade catarinense de Forquilha, Zilda foi amamentada até os 3 anos de idade. As duas tranças loiríssimas que usou até os 18 anos, a covinha acentuada na bochecha esquerda, o par de olhos azul-faísca valeram-lhe um apelido familiar que os irmãos, mesmo quando já octogenários, jamais aposentaram: Tipsi, a bonequinha.

Tipsi cresceu segundo o receituário de vida naquela colônia de assentados, onde crianças trabalhavam na roça desde cedo. Com 8 anos, Heriberto, o primogênito, já encarava sozinho 18 quilômetros a cavalo entre Criciúma e Forquilha, com parada para um único pão no meio do caminho. As meninas Arns trabalharam na olaria a partir dos 5 anos. “Criança forma o caráter através do trabalho, da realidade nua e crua”, assegurava o mesmo Heriberto, que se tornara frade franciscano e conceituado educador. “O trabalho foi formador para nossa geração. Quem se acostuma a ele entende melhor o progresso, cujas leis estão no sangue, no cérebro, na alma de um povo. No nosso tempo não havia tevê, nem rádio havia.”

O que havia, toda noite, era a reza do terço. “Ficávamos, todos os treze irmãos, enfileirados no quarto da mãe – e de joelhos, viu?”, contava Zilda. Depois cantava-se. “Minha mãe tinha uma voz lindíssima. Também tocava um pouco de violino, gaitinha de boca e adorava dançar.” Sete décadas depois, em tardes de verão na chácara, Zilda e os irmãos ainda podiam ser vistos entoando canções alemãs a quatro vozes durante caminhadas.

Pela cartilha desses colonos que cravaram enxada no Sul do Brasil, a vida se balizava em quatro eixos: fé, família, trabalho e estudo. A primeira construção em Forquilha, antes de qualquer casa, foi uma igreja. A segunda, uma escola. Quando Zilda e seus irmãos cresceram além do potencial local, o pai, que tinha apenas dois anos de escolaridade formal, despachou todos os filhos para estudar em Curitiba. Ele mesmo ergueu naquela cidade a casa onde os filhos morariam sozinhos – irmãos homens de um lado do corredor, as meninas do outro.

Todos dividiam o serviço doméstico, com Tipsi encarregada de cozinhar nos fins de semana e encerrar parte da casa. Às nove e meia em ponto, todos se aprontavam para dormir. “Quando chovia, a gente levava sapato e meia limpos numa sacola de pano, e calçava sapato de andar no barro até perto da escola”, gostava de lembrar a dra. Zilda. “Depois, trocava um pelo outro para poder entrar com o uniforme impecável, senão tinha de voltar para casa. A disciplina fazia parte da cultura e quando faz parte da cultura não machuca, não é?”

Ela demonstrou, ao longo da vida, ter razão. Ergueu a maior teia de ação social que o Brasil já conheceu sem que, em 27 anos de existência, tenha surgido uma única suspeita de desvio de verba. Lia da primeira à última linha tudo o que assinava, e relia em caso de alguma alteração, mesmo mínima. Apesar de, estatutariamente, poder fazê-lo, nunca assinava cheques da Pastoral sozinha. “Para dar o exemplo”, explicava. A entidade sempre funcionou com mordomia zero – nem carros, motorista, aluguel de jatinhos, nem cargos comissionados.

Aprendeu a lidar com a cultura de Brasília. “Há anos observo que é melhor somar esforços com o governo nos objetivos que nos são comuns”, disse. “Mas também sei que é melhor não procurar gabinetes nos primeiros meses de poder. O titular, quando assume, pensa que ele pode tudo por estar no cargo, e só percebe com o tempo que a máquina está enferrujada. É então que vale a pena a gente voltar lá – já nos olham com mais humildade e procuram entender melhor.”

Teve paciência infinita com o bloco de feministas consagradas de esquerda, desnordeadas pela eficácia e impacto social da Pastoral. “Odeio comitês estéreis”, comentou tempos atrás. “Mas bater boca é bobagem, não leva a nada. Eu, em 41 anos de administração, só perdi a paciência umas três vezes, porque, realmente, me provocaram até o fim. E as três vezes me arrependi.”

A vida e obra de Zilda Arns resultam do encontro dessa descendente de alemães fugidos da fome no século XIX, com o Brasil desnutrido dos séculos XX e XXI. Nesta fusão, ambos foram muito além do imaginado. Quanto ao Haiti, o país perdeu, além de tudo o mais, a chance de ter o destino de suas crianças melhorado.

A dieta de Evo

Para combater o capitalismo, o presidente da Bolívia lança o combate ao frango industrial que feminiza os homens
piauí, maio de 2010

Não deve ter sido fácil para as 20 mil pessoas vindas de 129 países chegarem ao povoado de Tiquipaya, perto de Cochabamba, na Bolívia, para atender ao convite do anfitrião, Evo Morales. Justo naquela semana de abril o vulcão islandês irrompera no cenário mundial com todas as suas consoantes e nuvens tóxicas, provocando o cancelamento de 17 mil voos diários. Ainda assim, o estádio de futebol do vilarejo transbordava de gente quando o presidente boliviano subiu à tribuna para responsabilizar o capitalismo pela destruição do planeta na Conferência Mundial dos Povos sobre as Mudanças Climáticas e os Direitos da Mãe Terra.

Não fosse pelo discurso de Evo Morales, é possível que os três dias de encontro permanecessem confinados a blogs e redes sociais, sem chegar aos grandes meios de comunicação. Mas, diante do instigante rumo tomado pela oratória do palestrante, suas palavras correram o mundo mais rápido que os aviões.

Ao longo de uma hora, a cúpula social ali reunida ouviu uma aula de história das civilizações segundo o prisma da culinária, mesclada a receitas de endocrinologista para uma era pós-capitalista mais saudável. Partindo da premissa de que toda sociedade pode ser analisada e compreendida pela forma como ela se alimenta, Morales elencou o frango industrial, a batata holandesa e a Coca-Cola como agentes e sintomas de uma civilização à deriva. “O frango que comemos está repleto de hormônios femininos, e é por isso que homens que comem esses frangos tem desvios em sua maneira de serem homens”, assegurou.

Antes que o público pudesse assimilar o alcance da afirmação, Morales profetizou que, dentro de cinquenta anos, a humanidade inteira estará careca. “Devido à alimentação ocidental, a calvície já se tornou uma doença na Europa”, alardeou. “Enquanto isso, entre os povos indígenas não há carecas porque nos alimentamos de outras coisas.” E, orgulhoso, apontou com o dedo para a fartura de cabelos negros que ostenta na cabeça de cinquentão.

No capítulo das proteínas capitalistas, anunciou uma segunda descoberta: a ingestão de frango de granja e carne de vaca tratados com hormônios causa o crescimento prematuro de seios em meninas. O presidente assegurou que se tratava de uma informação científica comprovada. E aproveitou para desancar a batata holandesa. Apesar de serem “grandes e formosas”, como reconheceu, as espécies cultivadas pelo maior produtor europeu do tubérculo também conteriam hormônios. Além disso, pelo fato de terem a pele coberta de “veneno”, precisam ser descascadas para o consumo. Já as batatas andinas podem ser ingeridas com casca e tudo, sem medo.

Garoto-propaganda de uma dieta indígena, o presidente de origem aimara concluiu sua fala defendendo o uso de utensílios e pratos de barro cozido, comuns nas mesas bolivianas: “Caso venham a se quebrar, eles retornarão à condição de areia da Mãe Terra, com contaminação zero para a natureza”. Em contraponto, e para ilustrar as verdadeiras armas de destruição em massa do meio ambiente, fez desfilar nas mãos uma variedade de potes de plástico multicoloridos.

Pronto, a receita estava dada. E os engulhos foram se amontoando antes mesmo do encerramento da conferência. A Associação Brasileira de Produtores e Exportadores de Frangos, que agrupa alguns dos maiores vendedores de aves do mundo e abastece 153 países, foi uma das primeiras a sair em defesa do frango agroindustrial. Num comunicado, a associação disse: “Evo Morales revela

o seu desconhecimento com relação a esta importante proteína animal. Ela é presença indispensável na mesa de todos os povos, em especial nas camadas mais pobres da sociedade que o presidente da Bolívia diz defender.”

A associação dos matadores de frango, imagina-se, seria integrada por gente conservadora, interessada em atacar o líder socialista boliviano. Mas e o que dizer da Federação Espanhola de Lésbicas, Gays, Transexuais e Bissexuais? Pois a entidade entregou uma carta de protesto na embaixada da Bolívia em Madri, classificando de “surrealista” a associação entre frango industrial e “desvios” na masculinidade.

Tido como homofóbico, esse fundamento da dieta de Evo provocou tanto barulho que o governo de La Paz viu-se obrigado a esclarecer as coisas. “Jamais passou pela cabeça do presidente atacar os direitos dos homossexuais”, garantiu o porta-voz da Presidência, Iván Canelas, lembrando que foi o próprio Evo quem impulsionou o respeito à liberdade sexual no texto da nova Constituição, promulgada em 2008. A crítica não era às aves em si. Nem aos gays. Nem a eventuais aves gays. Era, sim, à comida transgênica.

Excentricidades pseudocientíficas à parte, e relevando-se a exótica escolha de exemplos com que defendeu sua tese, Evo Morales se mostrou um pensador de seu tempo. Os alimentos que recomendou caberiam perfeitamente na horta orgânica plantada na Casa Branca por Michelle Obama. E poderiam ter sido reproduzidos no documentário *Food, Inc.*, do americano Robert Kenner.

O filme, que expõe as vísceras da produção alimentar industrial, foi um dos finalistas ao Oscar de Melhor Documentário de 2009. Ainda não exibido no Brasil, *Food, Inc.*, demonstra porque um terço dos americanos nascidos após o ano 2000 tenderão a desenvolver diabetes. O processo industrial que, nos EUA, transforma em alimentos cerca de 10 bilhões de animais a cada ano, está no centro da investigação feita pelo diretor.

Quinoa neles, recomendaria Evo Morales, na sua cruzada indígena por uma alternativa superior de valores e estilo de vida. E, sobretudo, distância da perversa Coca-Cola. O presidente contou ter se sentido mal depois de, uma vez, nos anos 90, tomar vários copos do refrigerante, enquanto seus companheiros de mesa se encharcaram de chicha, uma aguardente de milho, e saíram incólumes da noitada.

Uma alternativa nativa estava ao alcance dos participantes ao colóquio. Era um refrigerante também gasoso, de rótulo vermelho e branco, gosto adocicado e que provoca um leve formigamento no palato: a Coca Colla, com dois “l”. O nome, com sua pitada de humor embutida, é uma homenagem ao povo andino colla, que vive na fronteira com a Argentina e cultiva a folha de coca. O Irã já encomendou 2 milhões de garrafas da bebida, enquanto a Venezuela e o Paraguai cogitam financiar a sua expansão industrial.

Planos de exportação mundial do produto, porém, exigiriam que o Comitê Internacional de Controle de Narcóticos da ONU retire a folha de coca da lista de drogas proibidas. Empecilho intransponível? Depende. Tivesse Evo Morales a perspectiva cósmica de Mao Tsé-tung, essa questiúncula seria irrisória. Para o Grande Timoneiro chinês, morto em 1976, até mesmo uma guerra nuclear era transponível.

“A chantagem atômica dos Estados Unidos não pode intimidar o povo chinês”, escreveu o camarada Mao em 1955. “Nosso país tem 600 milhões de habitantes e se estende ao longo de 9,6 milhões de quilômetros quadrados. As poucas bombas atômicas de que dispõem os Estados Unidos não conseguiriam exterminar os chineses. Mesmo que, uma vez lançadas sobre a China, elas perfurassem ou rompessem o globo terrestre, isto seria um acontecimento de grande porte para o sistema solar. Para o conjunto do universo, contudo, teria significado pequeno.”

Por enquanto, os frangos com hormônios que alarmam Evo Morales sequer afetam o sistema solar. Afetam apenas os bípedes que frequentam transitoriamente o globo terrestre.

Heróis de quatro patas

Eles já são 2 800 combatendo no Iraque e no Afeganistão. Saltam de paraquedas, usam visor noturno e têm cemitério de honra
piauí, junho de 2011

Oitenta por cento dos candidatos a integrar a unidade de elite mais renomada da Marinha americana, o Seal (sigla para Sea-Air-Land Team, criado por John F. Kennedy em 1962), não aguentam a chamada “semana dos infernos”. Ao longo de cinco dias e meio de corridas sem pausa, natação em águas gélidas e avanços rolando na lama, os recrutas têm direito a um total de apenas quatro horas de sono. Seguem-se anos e mais anos de treinamentos e ações em campo.

Os comandos Seal são numerados de um a cinco e de sete a dez. A equipe de número 6, considerada a elite da elite, é a mais secreta e cobiçada. Somente ela passa pelo teste adicional de saltar de paraquedas de uma altura de 10 mil metros, com máscaras de oxigênio, para dominar um navio sequestrado em alto-mar. Segundo relato do New York Times, apenas metade dos Seals que chegam a essa fase consegue passar na prova.

A rotina dos recrutas de quatro patas que integram as unidades de elite também não é para qualquer raça. Vão longe os tempos em que os primeiros cães introduzidos nas fileiras militares americanas eram doados ou comprados de seus donos civis, como em 1942, durante a Segunda Guerra.

Hoje, cães de guerra são criados e treinados por profissionais das Forças Armadas, ou então por serviços mercenários do ramo. Segundo a revista especializada Airman Magazine, a maior parte do contingente atual recebe formação na Base da Força Aérea de Lackland, em San Antonio, no Texas. A meta é produzir pelo menos 100 filhotes a cada ano.

Para ascender ao panteão dos cães de elite, os filhotes começam a ser avaliados já no terceiro dia de vida, através de reflexos e respostas para exercícios de estímulo neurológico. Os exercícios biossensoriais se destinam, conforme o manual de treinamento, a “melhorar o desempenho cardiovascular e aumentar a resistência do animal a estresse e diminuir sua vulnerabilidade imunológica”.

Decorridas as oito semanas de avaliação inicial, o filhote considerado promissor para a carreira militar é encaminhado para seis meses de treinos intensivos, em mãos profissionais, fora da Base de Lackland. E só após esse semestre o quatro-patas é considerado apto a participar de treinos junto a um comando como o Seal.

Junto aos 79 homens que tomaram de assalto os céus de Abbottabad e encurralaram Osama bin Laden na noite de 1º de maio passado, havia um desses cães belicosos. De costas para o vácuo, o rabo em riste, corpanzil e focinho firmemente atrelados ao seu parceiro bípede, cão e homem foram ejetados do helicóptero Black Hawk para a mesma missão. Pelo menos no momento do salto rumo ao nada, o cachorro leva vantagem.

“Cães não percebem a diferença de altitude, incomodam-se muito mais com o ruído dos motores”, explicou, ao jornal londrino The Times, o ex-fuzileiro naval, e hoje criador de cães de guerra, Mike Dowling. “Uma vez em voo livre, sentem-se mais à vontade do que os recrutas. Aliás, um cão bem treinado está sempre feliz quando em companhia de seu treinador.”

Pal, primeiro canídeo a estrear como paraquedista ao lado do seu treinador Jesse Mendez, em 1969, durante a guerra do Vietnã, era um pastor alemão de 21 quilos e pelo negro. Portava óculos de aviador semelhantes aos de Mendez. Consta que se divertiu às pampas.

Já a incorporação de um cão da raça belga malinois (o nome deriva da cidade belga de Malinas) à operação mata-mata em Abbottabad seguiu uma estratégia mais definida para a região. “Em muitos países do Oriente Médio há uma aversão cultural pronunciada em relação a cães, e na região eles raramente são usados como animais de estimação”, explicou ao New York Times o major William Roberts, comandante do Centro de Treinamento de Cães do Departamento de Defesa americano. “Neste sentido, o seu poder de intimidação pode ser grande.”

De fato, segundo o Hadith, o escrito islâmico mais importante depois do Corão, a vida de um cachorro em países muçulmanos não deve ser moleza. Cães seriam impuros; os de cor preta devem ser eliminados; se algum cachorro lambe um vasilhame de uso humano, este precisa ser lavado sete vezes e escovado com areia uma oitava vez, e por aí vai. Assim, o deterrente psicológico do desembarque do cão Cairo no Q.G. de Bin Laden deve ter sido considerável.

Já são 2 800 os cães de guerra servindo no Iraque e Afeganistão, e este número só tende a aumentar, dada a eficácia de quadrúpedes, duas vezes mais velozes do que bípedes e dotados de uma combinação ideal de atributos afinados: olfato, resistência, velocidade, coragem, inteligência e capacidade de adaptação a qualquer condição climática.

Foi noticiada a compra, no ano passado, por 86 mil dólares, de quatro coletes táticos à prova d'água para o pelotão de cães dos Seals. Dotados de câmeras infravermelhas e de visão noturna, eles existem em duas cores (camuflagem e deserto) e são capazes de emitir imagens a quem estiver a 9 quilômetros de distância.

O investimento parece ser dos mais rentáveis – tanto em vidas quanto em dinheiro. Após gastar 19 bilhões de dólares ao longo de seis anos tentando desenvolver uma tecnologia de última geração para detectar bombas, o Pentágono admitiu em outubro do ano passado que a eficiência canina ainda era 30% superior à de aviões não tripulados e detectores aéreos.

Quando o presidente Barack Obama empreendeu seu giro asiático, no ano passado, uma unidade de elite de trinta cães farejadores fez parte da comitiva, hospedou-se em hotéis cinco estrelas e circulou a bordo de automóveis especialmente adaptados às suas necessidades. Dos assírios aos guerreiros da Idade Média, dos 6 mil cães usados pelos alemães já em 1915, para resgatar 4 mil soldados feridos, a utilização militar de cachorros dá saltos fenomenais. E para quem gosta de programas turísticos alternativos, o primeiro e mais antigo cemitério do mundo para cães de guerra fica a apenas trinta minutos de carro de Nova York, em Hartsdale.

Com a mão na massa (cerebral)

Plantão no Miguel Couto e residência no Hospital do Andaraí são a rotina de vida ou morte do jovem neurocirurgião Thiago de Bellis.

Do Rio de Janeiro, *piauí*, julho de 2011

Existe um quadro do holandês Hieronymus Bosch, no Museu do Prado, em Madri, chamado *A Extração da Pedra da Loucura*, que foi pintado no fim do século XV. Quatro personagens compõem a cena campestre. De pé, um cirurgião, retratado como charlatão, porta um funil invertido à guisa de chapéu. A seu lado, há um ajudante e uma anciã pensativa, com um livro na cabeça, talvez simbolizando a verdadeira ciência. Sentado, um doente incauto e assustado é submetido a uma trepanação, a perfuração do crânio por um trépano, instrumento cirúrgico com a função de uma furadeira.

Referências a esse procedimento, usado no tratamento de doenças mentais ou epilepsia, remontam à era neolítica, quando foi desenhado em pinturas rupestres. Na Idade Média, curandeiros garantiam ter extraído de dentro da cabeça do demente as pedras que estariam causando sua loucura. E se guardava o pedaço de crânio retirado, como amuleto contra o mau-olhado. Essa operação de emergência primitiva, talvez a mais antiga de que se tem registro forense, consta do *Livro da Cirurgia de 1497*, de Hieronymus Braunschweig.

Nas primeiras horas da madrugada de uma terça-feira de fevereiro, Thiago de Bellis optou por fazer algo parecido num paciente depositado na emergência do Hospital Municipal Miguel Couto, na Zona Sul do Rio. Foi uma decisão de alta proficiência, destreza e autoconfiança para um carrioca de apenas 29 anos.

Entre os seus companheiros de geração, Thiago de Bellis é tido pelo chefe do Serviço de Neurocirurgia do Miguel Couto, o doutor Ruy Monteiro, como mais do que hábil na realização da craniotomia descompressiva – a retirada parcial do crânio de uma pessoa com trauma e lesão cerebral provocados por acidente¹¹².

Embora o procedimento esteja a cinco séculos de distância da trepanação retratada no quadro de Bosch, ele continua a ser feito com instrumentos iguais, estruturalmente, às ferramentas medievais: uma broca e uma serra, só que com materiais e tecnologia contemporâneos.

O osso do crânio é retirado para abrir espaço aos edemas cerebrais provocados pelo trauma, e para que se possa estancar eventuais hemorragias internas. O osso é guardado, não mais como amuleto contra o mau-olhado, mas, para um leigo, de maneira talvez mais surpreendente. A equipe composta

¹¹² Essa pessoa de que trata a reportagem é o jornalista Marcos Sá Corrêa, amigo e ex-colega de trabalho de Dorrit Harazim, que se machucou seriamente ao cair de uma escada, em casa. Hoje em dia, Corrêa não consegue mais ler nem escrever. Dorrit dedicou seu primeiro (e único até o momento) livro ao amigo jornalista.

naquela madrugada por Thiago de Bellis implantou o osso craniano de 13 centímetros de diâmetro no abdômen do próprio paciente.

Como são excelentes a vascularização e a taxa de gordura do abdômen, o pedaço de osso fica bem conservado ali, sem risco de se deteriorar, até vir a ser reimplantado na cabeça do operado, quando os efeitos do trauma tiverem diminuído e seu quadro geral tiver estabilizado.

O Miguel Couto faz cerca de 800 atendimentos de pronto-socorro por dia. Quem chega andando deve preencher uma ficha de atendimento e passar por uma sala de triagem, onde se decide o que fazer com ele. Se o risco for baixo, o paciente é atendido numa sala do térreo, medicado, observado ali mesmo e despachado. Em caso de risco médio, ele é encaminhado ao 2º andar, onde funciona a emergência clínica. Pessoas com crise hipertensiva, asma aguda ou cólica nefrítica devem seguir o traçado de uma linha amarela pintada no chão até chegar ao setor de emergências não cirúrgicas.

Para o paciente que chega de ambulância, quem carrega a sua maca deve seguir a linha vermelha. Ela o levará ao elevador, ao 2º piso e a um corredor que desemboca numa porta dupla. “Sala de Reanimação”, informa o adesivo afixado na madeira. “Sala de Ressuscitação”, diz um painel mais visível, afixado na parede do corredor. Atrás dela há uma sala com espaço para quatro macas.

O paciente que aporta ali pode estar todo sujo, sangrando, estropiado, com as roupas rasgadas, nu, mas antes de qualquer coisa é entubado, ventilado, oxigenado e monitorado até ser considerado estabilizado – tudo em menos de dez minutos. Feita a primeira avaliação por um cirurgião geral, ou por um residente, é chamada uma equipe (neuro, vascular, ortopedia, a que for mais adequada ao caso) e é aberto um prontuário médico.

Fernando Vasconcelos está no 3º ano de residência em neurocirurgia. Aquela era a sua primeira semana do plantão na equipe de Thiago de Bellis e Paulo Roberto Lobato, neurocirurgião veterano com trinta anos de emergência no Miguel Couto. Por mais que se aprume no jaleco de doutor, Vasconcelos parece um garoto imberbe: tem 25 anos.

“Quando entrei na sala de ressuscitação, vi na maca um senhor agitado, com lesão na face, que não mobilizava de um lado; pensei logo que fosse atropelamento”, contou o residente, tentando lembrar a primeira impressão que lhe causou um dos muitos pacientes anônimos que atendeu naquela semana.

O paciente agitado que foi submetido a uma craniotomia descompressiva por um neurocirurgião de 29 anos, um residente de 25 e um veterano que se aposenta no ano que vem era o jornalista Marcos Sá Correa, editor de **piauí**. O trio só soube a identidade do paciente quando ele já havia sido transferido para a Clínica São Vicente e entregue aos cuidados do neurocirurgião mais conceituado do Rio, Paulo Niemeyer Filho.

Hospitais públicos de emergência costumam funcionar bem em qualquer lugar do mundo quando conseguem ignorar ao máximo a notoriedade do paciente. Foi o que ocorreu na capital americana na tarde de 30 de março de 1981. Com apenas 69 dias desde a sua posse na Casa Branca, o presidente Ronald Reagan sofrera um atentado na saída do Hotel Hilton. Seis minutos depois, dava entrada na sala de emergência do Hospital Universitário George Washington com uma bala num dos pulmões, três intravenosas nos braços e a pressão em queda.

Ao ser chamado, o residente William O’Neill, de 30 anos, desceu correndo para a emergência, mas foi agarrado por dois agentes de segurança. “Quem é você?”, rosnaram. “Sou o dr. O’Neill, da equipe de trauma”, respondeu ele, e foi literalmente projetado para dentro da sala, onde deu de cara com um idoso com os lábios cobertos de sangue e a pele acinzentada.

Um segundo residente ainda jovem, que acompanhava uma emergência na baía ao lado, foi convocado. Ele pôs a máscara de oxigênio no rosto do novo paciente, que o olhou e indagou: “Estou morrendo?” Sem ter ideia de quem se tratava, respondeu que não. Por fim, o cirurgião-chefe do plantão, Wesley Price, também ele um residente, ouviu sirenes, algum tumulto e correu para o setor de emergência. Tinha passado a noite em claro.

“Quem é o paciente?”, perguntou.

“O presidente”, respondeu-lhe alguém.

Topou então com Ronald Reagan na baía 5, nu, com bolsas de fluidos por todos os lados e um urologista tentando inserir um cateter para a retirada de urina.

“Quem está no comando?”, perguntou Price à enfermeira-chefe.

A resposta veio cortante: “Você”.

Segundo o relato eletrizante de Del Quentin Wilber no livro *Rawhide Down: The Near Assassination of Ronald Reagan*, publicado há três meses nos Estados Unidos, o diretor-geral do Departamento de Cirurgia chegou sete minutos depois. Empunhou um bisturi número 10, no qual não tocava havia tempos, e assumiu a responsabilidade e o risco.

O plantão de Thiago de Bellis no Miguel Couto, às segundas e sextas-feiras, vai das oito horas da noite às oito da manhã. Ele acorda às 5h30, toma banho, faz a barba, toma café e vai no seu Ford Focus de Copacabana até o Hospital Municipal do Andaraí, na Zona Norte, onde faz o 4º ano de residência. Chega antes das sete da manhã e sai na hora que dá. “Pode ser às duas da tarde ou à meia-noite, você acostuma”, explicou.

Nas quartas-feiras, dá outro plantão de 24 horas, também em Andaraí. Aos sábados, ajuda colegas que operam no hospital público de Saracuruna, em Duque de Caxias. E como domingo é dia da namorada, anesthesiologista, estar de plantão, ele estuda e prepara as cirurgias eletivas marcadas sempre para as segundas-feiras, no Andaraí.

É uma rotina extenuante, mas corriqueira para quem faz neurocirurgia, a única área da medicina que exige cinco anos de residência – as demais se liquidam em três anos.

Quando dá tempo de passar em casa, entre um plantão e outro, Thiago traça um bife à parmegiana com batata palha, esquentados no micro-ondas do apartamento de dois quartos onde mora com a mãe e o irmão. Quando não dá, funciona à base de copos de Nescau, pão careca com manteiga e queijo de minas.

De Bellis acredita ter batido algum recorde, numa sexta-feira recente, quando fez uma cirurgia das nove da manhã às cinco da tarde, outras duas no seu plantão noturno no Miguel Couto, e dali seguiu direto para Saracuruna, onde operou três pacientes na parte da tarde. “Aí mandei colocar *air bags* no meu carro, por precaução”, contou.

Também tem tomado mais cuidado consigo mesmo. “Até o ano passado eu ainda fazia *wakeboard* na Lagoa Rodrigo de Freitas com meu irmão”, admitiu, meio constrangido. (O *wakeboard* é uma espécie de jet ski, só que sobre uma prancha.) “Fui dar um salto, me arrebentei todo e percebi que não posso quebrar o braço, e muito menos a mão”, acrescentou. Como no ofício é indispensável trabalhar com as duas mãos, e ser quase ambidestro, ele faz exercícios diários com os dedos. Um pouco como o pianista que, para encarar algumas sonatas de Beethoven, precisa cruzar as mãos no teclado para não interromper a fluidez da melodia e do acompanhamento.

Thiago, aliás, na tradição da avó que fizera conservatório, tocou piano até o estágio em que se aprende a *Marcha Turca*, de Mozart. Aí abandonou o instrumento, assim como abandonou o sonho de ser piloto de avião.

Neto, filho e sobrinho de anesthesiologistas (a mãe é advogada), não se lembra de quando nem como caiu na neurocirurgia. “Você já se apaixonou por alguém?”, perguntou, para explicar a opção. “Pois a sensação foi a mesma. Foi de um dia para o outro. É com ela que vou casar.”

Ruy Monteiro, que trabalhou quinze anos na emergência neurocirúrgica do Miguel Couto antes de assumir a chefia do departamento, teve olho clínico quando viu De Bellis pela primeira vez. Disse-lhe, de cara: “Quero alguém para ensinar e para me ajudar. Se for essa sua intenção, bem-vindo. Mas se você for um curioso, que quer passar no hospital de vez em quando para ver coisas interessantes, não me interessa. Se estudar, vai entrar na cirurgia comigo. Se não estudar, dançou.”

Isso foi dito em 28 de setembro de 2002, data que Thiago lembra mais rápido do que o próprio aniversário. É capaz de descrever sensorialmente a euforia de vestir o avental cirúrgico, aprender a escovar unha, mão e braço, e adentrar o centro onde Ruy Monteiro operou um hematoma cerebral e depois um baleado na cabeça.

Dali em diante, toda a sua vida acadêmica, à parte o curso regular de seis anos na Universidade Federal do Rio de Janeiro, foi no Miguel Couto. Fez ali os seis meses obrigatórios de emergência e a prova do Centro de Terapia Intensiva, que à época não era obrigatória, mas quis fazer assim mesmo. “Não adianta nada fazer um trabalho brilhante na sala de cirurgia e mandar o paciente para um CTI ruim”, explicou. “Não há boa cirurgia sem um bom pós-operatório, e achei que devia conhecer melhor o outro lado.”

Oito anos depois, naquela madrugada de fevereiro passado, Thiago de Bellis estava diante do paciente trazido em estado torposo e coma superficial à Sala de Ressuscitação. No linguajar da tribo, um Glasgow 10, escala de trauma que vai de 3 (coma profundo) a 15 (superficial). A tomografia de

crânio apontara para um hematoma subdural agudo no lado direito do cérebro, e algumas confusões também do outro lado.

“Pela tomografia, era uma situação-limite, mas sem indicação clara para se recorrer à craniotomia descompressiva, ou tentar um procedimento menos agressivo”, disse De Bellis. Como o quadro não era claro, ele sugeriu a Lobato e Vasconcelos a opção pela craniotomia. “Prefiro pecar pelo excesso”, explicou.

No ano passado, foram feitas 99 craniotomias de emergência no Miguel Couto (além de 44 eletivas), sendo 34 delas descompressivas, ou seja, com a retirada temporária de parte do crânio. De janeiro a junho deste ano, outras 46 operações emergenciais de crânio entraram nas estatísticas do hospital. A da madrugada de 8 de fevereiro foi a primeira descompressiva do ano. Outras nove foram feitas até o final de junho.

Além do trio de neurocirurgiões, havia na sala dois anestesiológicos (um residente e um do quadro da casa), dois enfermeiros e um circulante. Como não havia instrumentador, “a gente mesmo montou a mesa e tentou não bagunçá-la ao longo da cirurgia”, disse De Bellis.

Começaram a trabalhar. “Caramba, passaram cinco horas, será possível?”, pensou o residente Fernando Vasconcelos ao olhar para o relógio da sala. Ele marcava seis da manhã. “Uma calma indescritível se apossa dos médicos e enfermeiros”, disse Ruy Monteiro. “Tudo se destina a evitar que o paciente entre em estado de choque, a condição mais temida e letal. Você não sente o tempo.” Lobato, o veterano, resume assim a sensação: “É uma cachaça.”

A narrativa passo a passo do procedimento, na fala articulada de Thiago de Bellis, leva uma hora e dez minutos. Ela é ao mesmo tempo singela e complexa, medieval e futurista, literária e científica. Dá um uso inquietante a objetos do dia a dia. Alguns trechos picados e em pílulas:

Como trauma é sempre uma cirurgia contaminada, prefiro sempre raspar a cabeça toda do paciente. Pode haver outras lesões que não percebemos se não raspar. Peguei uma caneta de marcar o local da incisão na cabeça. Marcamos também o abdômen, onde se guarda o osso. Prendemos os campos cirúrgicos com pontos de fios de náilon na pele do paciente, para não correr o risco de eles escorregarem e caírem durante a cirurgia.

Com bisturi frio ou elétrico, faz-se a primeira incisão na pele. Entre o crânio e o osso existe um tecido chamado pericrânio. Vai abrindo, não é difícil de fazer. Rebate a pele e prende no campo. Uma vez que se chega ao crânio propriamente dito, é preciso marcar os orifícios. Tem uma broca especial que você coloca no crânio e vai apertando. Quando ela chega na dura-máter, para automaticamente. É feita para parar quando acaba a resistência. Antigamente, se usava furadeira manual.

Ao terminar de fazer os furos de 1 centímetro de diâmetro, se pega um dissector. Uma espátula é usada para descolar a dura-máter do osso. Então é colocada a fresa, acoplada a uma ponteira. Encaixa ela no osso e vai rodando, cortando. Exige jeito. Ela faz barulho de furadeira de parede. Nos Estados Unidos, é usada uma vez e jogada fora. Aqui, é usada enquanto aguentar.

Pega outro dissector e vai dissecando. Retira o osso, coloca-o numa cuba com soro. Só então vamos abrir a dura-máter com um bisturi bem delicado. Abriu o primeiro furinho, pego uma haste bem fininha para ir descolando, passando a lâmina, para não correr o risco de lesar o cérebro. Coisa de milímetros.

Na verdade, em casos de trauma, nem precisaria ter tanta delicadeza, porque ainda tem 1 centímetro de hematoma até chegar ao cérebro. Mas sempre ajo como se não tivesse, para treinar a mão, fazer sempre igual. Medicina é a arte da repetição.

Tem uma tesoura própria para cortar a dura-máter do tamanho que achar necessário. Melhor deixar uma margem de 1 centímetro para poder suturar depois. Abriu a dura-máter, aparece o hematoma lá embaixo. Você aspira, vai tirando, aspirando, coagulando. Dificilmente se vê o vaso que sangrou e motivou o hematoma todo. Podem ser vasos corticais que já foram comprimidos pelo sangue do hematoma.

Quando não houver mais nada sangrando, e o cérebro estiver pulsando normal, é hora de começar a fechar. Mas não adianta fechar a dura-máter, que não tem elasticidade alguma, deixando o cérebro comprimido. Enquanto Fernando e Lobato fecham a dura-máter, fui lá para baixo e abri o abdômen, para inserir o osso entre a gordura e a musculatura.

Volto para a cabeça e termino a fechadura. Lobato põe um dreno, rebate o músculo temporal que ficou dissecado e vai fechando camada por camada. O couro cabeludo volta para o seu lugar. Ele não tem tanta elasticidade, mas tem mais do que o osso.

Pronto, está feita a cirurgia. O cérebro agora vai ter espaço para se expandir, sem ficar comprimido. Quem prestar muita atenção vai ver o cérebro pulsando embaixo do couro cabeludo.

Quando o edema diminuir, na fase pós-cirúrgica, haverá a retirada do osso do abdômen para fazer a cranioplastia: rebate-se a pele, abre-se o músculo, pega-se o osso que já está modelado com placas e parafusinhos, e fazem-se pontos no crânio que vão ossificando com o tempo.

De Bellis contou que a primeira avaliação foi feita logo após a retirada dos campos cirúrgicos. Deu tudo certo. Em seguida, redigiu o relatório completo, narrou o quadro para o médico pessoal e a acompanhante do operado, e o viu sair de ambulância rumo à Clínica São Vicente. O seu plantão estava praticamente encerrado. Era hora de rumar para a residência no Hospital do Andaraí.

Quinta-feira, 21 de abril, feriado de Tiradentes, o sol distende o Rio. Na unidade de neurocirurgia do dr. Paulo Niemeyer, erguida em meio à mata verde que enquadra a Clínica São Vicente, as assistentes estavam de folga. Pela fachada de vidro não se via viva alma. Mas o titular estava lá, na sua sala de final de corredor. Ele é outro que, decididamente, casou com a neurocirurgia.

Niemeyer evita superlativos de qualquer natureza: cirurgias não são “difícilimas”; quando muito, “não são fáceis”. Sem perceber, usa a palavra *doente* com frequência maior do que *paciente*. “Talvez eu faça isso pela gravidade dos casos que me chegam, tantas vezes entre a vida e a morte”, explicou, surpreso com a observação.

Aos 59 anos, conseguiu chegar à condição de sumidade da medicina sem afetação nem soberba. É comedido no vestir, metódico no explicar e direto nas respostas a pacientes e familiares. Na sua sala convivem tranquilamente uma miniatura de barro do Chacrinha e a reprodução de uma gravura sombria de Giorgio de Chirico. Nem seu computador é de última geração.

“É preciso peito para indicar uma craniotomia descompressiva”, ele disse. “Mesmo quando você está embasado tecnicamente, é preciso coragem. E a coragem de fazer é fundamental, por ser um divisor de águas nestes casos mais graves.”

Niemeyer também acha que as craniotomias conservam algo de medieval. E acredita que, com o passar do tempo, deixarão de ser usadas nos casos de tumor cerebral e aneurisma, por serem uma violência, inclusive para o cirurgião. Em casos de trauma, porém, ainda são um salva-vidas. “Os hematomas subdurais, aqueles que se formam abaixo da meninge, quando agudos, têm uma mortalidade de 50% antes da introdução da craniotomia descompressiva”, esclareceu.

Paulo Niemeyer se define como um homem caseiro. Ele opera todos os dias, tem uma média de catorze consultas por dia, mora perto da clínica. Vai no máximo a dois congressos por ano, além de fazer incursões pontuais em eventos de seu interesse. “Sou médico de centro cirúrgico, não posso ficar viajando”, explicou.

Não tem casa na praia nem na serra, e só tira férias se arrastado pela mulher. Em março passado, para pasmo dos colegas e familiares, passou duas semanas na Índia – e adorou. “Mas o que eu gosto mesmo é de ir sempre para Nova York, comer no mesmo restaurante e repetir o mesmo programa em viagens de no máximo cinco dias.” Por via das dúvidas, e considerando-se sua clientela, guarda uma cópia bastante manuseada de um artigo do *New England Journal of Medicine*. São três páginas que datam de 1988, mas, como ele mesmo observa, “valem para hoje e amanhã”. Título: Notas sobre o atendimento emergencial de pacientes VIP.

Niemeyer pensa que são necessários cerca de vinte anos para se formar um verdadeiro neurocirurgião. Terminada a residência, na sua avaliação o profissional precisa continuar a estudar, reavaliar os procedimentos que fez até então, testar sua personalidade.

Personalidade, além de aptidão, a seu ver, é o requisito indispensável de um bom neurocirurgião. Por lidar com pós-graduandos, que ficam cinco anos sob suas asas, aprendeu a identificar os que poderão se destacar. “Nos seis primeiros meses você já sabe quem vai arribar: pela maneira de se posicionar, de enfrentar os exames, pela rapidez de decisão você percebe o perfil do cirurgião antes mesmo de ele começar a operar”, disse.

Há também o dado material, que influencia a carreira do neurocirurgião. Por ser uma especialidade que requer longos anos de estudo e de trabalho, a seleção acaba se fazendo também pela possibilidade de se prosseguir na formação. Os que têm necessidade mais premente de ganhar dinheiro saem mais cedo.

“Estamos vivendo uma fase distorcida devido aos seguros-saúde”, disse Niemeyer. Em seus tempos de recém-formado, não se ganhava dinheiro. Era necessário, antes, alcançar certo nível profissional. O aluno era estimulado a fazer mestrado, doutorado, a melhorar.

Hoje, os planos de saúde não qualificam seus credenciados: um recém-formado ganha exatamente a mesma coisa que outro com doutorado na Alemanha e trinta anos de profissão. “Isso desestimula”, assegura Niemeyer, “e seduz muitos a fazer logo meia dúzia de convênios para se garantir. A não ser que o sujeito tenha determinação”.

Determinação é o que não falta a muitos dos garotos plantonistas do Miguel Couto. “É entusiasmo, pode ter certeza, e eles devem ficar lá vários anos. Mas não demais para não virar frustração”, disse Niemeyer.

Aos 45 anos, o chefe da neurocirurgia do Miguel Couto, Ruy Monteiro, não se encaixa na geração dos garotos citados por Niemeyer. Mas o entusiasmo tem a mesma têmpera de quem se empolga com pequenas conquistas de um hospital público.

A sua equipe prefere usar a sala do chefe, em vez de usar a sala designada aos médicos de emergência. A mesa principal está entulhada de papéis e ninguém parece notar o barulho louco que faz o ar-condicionado. O gaveteiro é feito de uma imitação de mármore. Uma televisão de 32 polegadas está sempre desligada. No sofá vermelho de três lugares, que Monteiro mandou reformar antes de trazer de casa, dorme Fenando Vasconcelos, o residente. De Bellis, por dar plantão só duas vezes por semana, tem direito a um colchonete, que fica dobrado no topo de uma montanha de entulhos, numa saleta anexa.

“Quando comecei, a neurotraumatologia era considerada a escória da neurocirurgia”, rememorou Monteiro. “Mas hoje, com a evolução da medicina, já é possível monitorar até mesmo a bioquímica do tecido cerebral.”

Ruy Monteiro festejava, no mês passado, a compra, a preço subsidiado, de um cateter capaz de monitorar a oxigenação cerebral. Também conseguiu sensibilizar a Secretaria de Saúde para a aquisição de dois fixadores de cabeça – os suportes de metal que são atarraxados na cabeça do paciente, para mantê-la imóvel. Até então, prendia-se a cabeça do doente com esparadrapo. Trocou as antigas lâminas de bisturi por uma máquina elétrica de raspar cabelo. As serras de cortar ossos agora são elétricas. E o estoque de brocas e fresas foi modernizado.

A joia da coroa, contudo, permanece encaixotada há meses no andar térreo do hospital. Trata-se de um tomógrafo de dezesseis canais, que representará um salto de velocidade, acuidade e reconstrução das imagens tridimensionais em relação ao equipamento atual, que dispõe apenas de um mísero canal. Ocorre que o setor de engenharia da Secretaria concluiu que a laje do 2º andar do hospital não aguentaria o peso do novo equipamento. Assim sendo, ele deverá ser instalado, algum dia, longe de onde ele é mais necessário: ao lado da emergência cirúrgica.

Apesar do salário líquido de 3 mil reais, como chefe de departamento, Ruy Monteiro diz que não faria medicina privada se tivesse condições financeiras de trabalhar apenas na pública. “A satisfação, ali, é muito maior. Aqui eu tenho certeza de fazer diferença”, diz ele, que também opera no Barra d’Or e no Copa d’Or.

E quais são os planos de Thiago de Bellis? “Vou falar baixinho pra não dar azar”, ele disse. Está há dois anos sem tirar férias para, em setembro, poder fazer um estágio de um mês num hospital de Tübingen, na Alemanha. Pelo relato de colegas que já fizeram o mesmo curso, está com medo de não querer voltar nunca mais.

“Aqui você tem de ser residente, maqueiro, enfermeiro, tudo”, contou. “Às vezes, para uma cirurgia acontecer, eu mesmo tenho de colocar o paciente na maca de transporte, tenho de empurrá-la até a tomografia, colocá-lo no aparelho – já aconteceu até de eu ter de fazer o próprio exame, pela ausência do técnico. E ainda levo o doente até o centro cirúrgico.”

Em Tübingen, onde o hospital também é público, o médico chega às sete da manhã, e ao entrar no centro cirúrgico, às 7h15, o paciente já está anestesiado e escovado, a aparelhagem está toda pronta, e a equipe, a postos. Ele só precisa escovar as mãos, vestir o jaleco e começar.

O ideal, para Thiago de Bellis, seria “poder me dedicar a um só hospital no Brasil, fazer carreira dentro da instituição, poder acompanhar todos os pacientes que operei e ganhar um salário que fosse justo. E fazer pesquisa, desenvolvendo minha identidade profissional junto com a instituição”.

Thiago se declarou agnóstico, Fernando Vasconcelos se disse ateu. Paulo Niemeyer afirmou não ter fé. Mas o mais difícil na disciplina escolhida pelos três, segundo Niemeyer, é adquirir a humildade de saber parar no meio da cirurgia.

“É uma coisa danada você reconhecer que não é Deus, que você não deve retirar aquele pouquinho de tumor que falta para a cirurgia em si ser perfeita, porque, se o fizer, o doente corre o risco de ficar pior do que estava”, disse. “Você sempre acha que vai conseguir retirar aquele último pedaço. E por isso é difícil saber o momento de parar.”

Sua crítica mais aguda é dirigida a congressos em que só são apresentados casos de cirurgias invejáveis: “Tudo é show, os médicos nunca mostram os casos que não foram bem. Todo mundo mostra radiografias fenomenais – ‘Vejam, não sobrou nada, retirei tudo.’ Sempre que um aluno meu volta maravilhado com alguns casos, pergunto: ‘Vem cá, o médico também mostrou como ficaram os doentes?’”

Niemeyer acha que é isso que vai diferenciando os cirurgiões e formando a personalidade da cada um ao longo dos anos. “É difícil para um jovem que está se firmando ter esse limite, não precisar provar sucessos de congresso para poder ganhar espaço.” Thiago de Bellis emite preocupações semelhantes.

Ódio revisitado

O flagrante orbitou pelo mundo. E o rosto de uma adolescente de 15 anos tornou-se a imagem oficial da intolerância racial na América piauí, novembro de 2011

Nada mais fugidivo e elusivo do que o “momento decisivo” perseguido e fotografado por Henri Cartier-Bresson ao longo da vida – aquele que define a essência de uma situação. Não raro, esse instante se apresenta sem avisar. Com frequência, sequer é percebido por quem o captou.

Cinquenta e quatro anos atrás, um jovem fotógrafo do *Arkansas Democrat* conseguiu encapsular um desses momentos com sua primeira Nikon S2, máquina da era pré-digital. Carregou a máquina com um filme Kodak Plus X, ótimo para manhãs ensolaradas de final de verão, e foi cobrir o primeiro dia de aula de um grupo de estudantes negros na maior e melhor escola média de Little Rock. Esse pedaço de história ficou gravado no negativo de número 15.

Eram apenas nove os jovens negros selecionados pela direção do principal colégio da cidade, o Central High School, para cumprir a ordem judicial de integração racial no país. Segundo David Margolick, autor do recém-publicado *Elizabeth and Hazel: Two Women of Little Rock* (ainda inédito no Brasil), a peneira foi cautelosa. A busca se concentrou em colegiais que moravam perto da escola, tinham rendimento acadêmico ótimo, eram fortes o bastante para sobreviver à provação, dóceis o bastante para não chamar a atenção e estoicos o suficiente para não revidar a agressões. Como conjunto, também deveria ser esquálido, para minimizar a objeção dos 2 mil estudantes brancos que os afrontariam.

Assim nasceu o grupo que entraria na história dos direitos civis americanos como “Os Nove de Little Rock”. Eram todos adolescentes bem-comportados, com sólidos laços familiares, filhos de funcionários públicos e integrantes da ainda incipiente classe média negra sulista. Entre eles, a reservada Elizabeth Eckford, de 15 anos.

Os pais dos nove pioneiros foram instruídos a não acompanharem os filhos naquele 4 de setembro de 1957, pois as autoridades temiam que a presença de negros adultos inflamasse ainda mais os ânimos. Por isso, os escolhidos agruparam-se na casa de uma ativista dos direitos civis e de lá seguiram juntos para o grande teste de suas vidas. Menos Elizabeth, que não recebera o aviso para se encontrar com os demais e partiu sozinha rumo a seu destino.

De longe ela avistou a massa de alunos brancos passando desimpedidos pelo cordão de isolamento montado pela Guarda Nacional do Arkansas. Ao tentar fazer o mesmo, foi barrada por três soldados que ergueram seus rifles. Elizabeth recuou, procurou passar pela barreira de soldados em outro lugar da caminhada e a cena se repetiu. Alguém, de longe, gritou “Não a deixem entrar” e uma pequena multidão começou a se formar às suas costas. Foi quando Elizabeth se lembra de ter

começado a tremer. Com a majestosa fachada da escola à sua frente, ela ainda fez uma terceira tentativa de atravessar o bloqueio em outro ponto do cordão de isolamento.

Como pano de fundo, começou a ouvir invectivas de “Vamos linchá-la!”, “Dá o fora, macaca”, “Volta pro teu lugar”, frases proferidas por vozes adultas e jovens. Atordoada, dirigiu-se a uma senhorinha branca – a mãe lhe ensinara que em caso de apuro era melhor procurar ajuda entre idosos. A senhorinha, porém, lhe cuspiu no rosto.

Como não conseguisse chegar à escola, a adolescente então tomou duas decisões: não correr (temeu cair se o fizesse) e andar um quarteirão até o ponto de ônibus mais próximo. Um aglomerado de cidadãos brancos passou a seguir cada passo seu. Imediatamente às suas costas vinha um trio de adolescentes, alunas do colégio. Entre elas, Hazel Bryan.

“Vai pra casa, negona! Volta para a Á” – clic – “frical!” Segundo o autor do livro centrado no episódio, foi este o instante em que a câmera de Will Counts captou a imagem que se tornaria histórica.

Hazel, de quinze anos e meio, não carregava qualquer livro escolar. Apenas uma bolsa e um inexplicável jornal. Ela não planejara nada para aquela manhã. Vestira-se com o esmero que era sua marca – roupas e maquiagem ousadas para uma adolescente daquela época – e arvorou-se de audácia ao ver tantos fotógrafos e soldados da Guarda Nacional. Nada além disso. O resto pode ser debitado à formação que recebera em casa – família de origem rural, ideário fundamentalista cristão, atitude racial aprendida com o pai.

A foto que correu mundo e fez a alegria da União Soviética naquele auge da Guerra Fria é tudo, menos estática. Ela fala, grita, tem vida e movimento. Mostra Elizabeth num vestido de algodão feito em casa, estalando de branco, com um fichário e um livro apertados contra o peito e medo escondido por óculos escuros. Em meio à massa de brancos que a seguem, Hazel. Olhos e sobrancelhas franzidos, a boca aberta contorcida pelo ódio e pela raiva.

Foi assim que Elizabeth e Hazel se “encontraram” sem se conhecerem. E é o que as manteve ligadas, ora contra, ora por vontade própria, por mais de cinquenta anos.

Assim como Hazel se converteu na imagem oficial da intolerância, a caminhada solitária de Elizabeth virou bandeira para toda uma geração de atletas, advogados, professores negros decididos a não recuar. Décadas depois do episódio, Bill Clinton, que governou o mesmo Arkansas nos anos 80, admitiu o quanto a foto fez com que ele acertasse seu compasso moral.

Em seu livro sobre essas duas vidas, o jornalista David Margolick responde a todas as perguntas que a foto deixa suspensas, e vai além. Editor da revista *Vanity Fair*, ele já havia escrito *Strange Fruit – The Biography of a Song*, a canção que Billie Holiday imortalizou em 1939 e que já expunha o racismo e denunciava os linchamentos de negros.

O episódio daquela manhã de 1957 levou Little Rock à combustão e convenceu o presidente Dwight Eisenhower a enviar tropas da 101ª Divisão Aerotransportada para assegurar a integração escolar decidida três anos antes pela Suprema Corte. Ironicamente, Hazel e Elizabeth jamais chegaram a se cruzar nos corredores da Central High School, pois os pais da menina branca, assustados com a repercussão da foto, preferiram trocá-la de escola. Mas “Os Nove de Little Rock”, uma vez admitidos, viveram anos de pavor. Semana após semana, foram alvo de agressões – desde cusparadas a cacos de vidro no chão do chuveiro na hora do banho. Elizabeth, primeira a ser empurrada escadaria abaixo, só teve o rosto preservado por ter usado como escudo o mesmo arquivo que segura na foto.

Dali em diante, em plena era Kennedy dos anos 60, Hazel, a garota branca, seguiu seu destino. Abandonou o colégio, casou-se aos 17 anos, teve três filhos, morou em trailers, partiu de Little Rock e fez paradas temporárias em atividades tão distintas como apresentações de dança do ventre e trabalho voluntário junto a crianças carentes negras. De volta a Little Rock, despencou para perto da linha da pobreza e era vista como um fantasma a rondar o passado de violência da cidade. Decidiu então ir ao encontro de seu indesejado papel na história americana e embarcou em ações sociais e ativismo comunitário.

Elizabeth, enquanto isso, passou cinco anos servindo no Exército, mas conseguiu formar-se em história pela Universidade do Estado de Ohio. Mãe solteira de dois filhos e recorrendo ao auxílio-desemprego nos anos 80, beirou a depressão. Um de seus filhos, também depressivo, acabou sendo morto por um policial ao sair dando tiros pela rua.

Somente em 1997 as duas mulheres, então com 55 anos de idade, se encontraram de verdade. A ocasião foi um evento, com novo espocar de flashes e publicidade: o 40º aniversário da fatídica

manhã de 4 de setembro de 1957. Várias décadas antes, Hazel conseguira localizar Elizabeth pela lista telefônica, tomou coragem e discou o número para pedir desculpas. Elas foram aceitas sem, contudo, entreabrir qualquer contato pessoal.

Foi por ocasião do evento comemorativo de 1997 que as duas mulheres estabeleceram um tênue laço. Participaram de um seminário sobre questões raciais, deram palestras, foram entrevistadas por Oprah Winfrey. Chegaram a cogitar escrever um livro a quatro mãos. E posaram também, desta vez lado a lado, para nova foto feita pelo mesmo Will Counts. Nela, as duas aparecem sorrindo em frente ao portal da Central High School, e a imagem acabou sendo transformada num pôster intitulado “Reconciliação”. E quando a sessão de fotos se encerrou, com ambas já fora de enquadramento, as duas mulheres iniciaram uma tentativa de amizade.

À medida que Elizabeth foi ganhando em autoestima, porém, ela voltou a tomar distância de Hazel. A bordo do cargo de oficial de justiça e agraciada com uma Medalha de Ouro do Congresso, ela foi se tornando mais exigente, mais crítica, menos disposta a oferecer perdão em nome de um final feliz. Desconfianças antigas reemergiram e quando o episódio completou meio século, em 2007, a relação tinha azedado de vez. Naquele ano, Elizabeth acusou Hazel de se esconder atrás de uma confortável amnésia sobre o incidente – ela havia descoberto que a adolescente branca mantivera contato o tempo todo com os alunos da escola que infernizaram a vida dos nove negros, e que Hazel fazia parte de um grupo organizado que os atacava fisicamente.

Hazel, por seu lado, mantém até hoje que naquela manhã de 54 anos atrás ela não pestanejou nem se sentiu mal. Para o autor de *Two Women* [Duas Mulheres], em momento algum ela achou ter feito algo errado. Ou inusitado. Ou que marcaria a sua vida para sempre. Ela estava apenas traduzindo o que ouvira em casa durante quinze anos.

Ambas chegam à terceira idade cansadas de dar palestras e entrevistas que apenas reavivaram ressentimentos e frustração – Hazel diz que não aguenta mais pedir desculpas; Elizabeth sustenta que sua nêmesis, no fundo, sequer sabe do que está se desculpendo. “Elizabeth só então se deu conta do quanto de amargura carregava no peito, e o quanto de raiva e ódio a haviam paralisado”, escreveu Margolick. E conclui: “Ela sempre teve melhor formação e foi mais intelectualizada do que Hazel, mas Hazel acabou mais bem ajustada no seu entorno social.”

Segundo o autor, novas barreiras substituíram as antigas e o embrião de amizade acabou sendo solapado pelas mesmas fissuras e incompreensões que continuam a permear as relações raciais nos Estados Unidos. Margolick vai além do simples acompanhamento das duas mulheres idade adentro. Ele amplia a narrativa, torna-a mais complexa. As vidas entrelaçadas de Elizabeth e Hazel servem de metáfora para o país, sem soluções fáceis para um impasse moral dessa grandeza.

Elizabeth não se dispôs a entrar na Central High School em 1957 para fazer amizades. Ela sentou nos bancos da escola segregada para quebrar as barreiras legais e institucionais que negavam aos negros americanos oportunidades iguais. Hoje, as barreiras legais não mais existem. Mas a cor da pele ainda marca bairros, igrejas, prisões e também escolas nos Estados Unidos. Em 2007, meio século depois que Elizabeth e Hazel protagonizaram o “momento decisivo” captado em foto, 40% das crianças negras americanas ainda frequentavam escolas quase totalmente segregadas.

A dura escalada

Fabiana Murer tem pela frente um sarrafo a quase 5 metros de altura e uma rainha chamada Yelena Isinbayeva

De São Paulo, *piauí*, junho de 2012

Tente levantar uma vara de mais de 4,5 metros de comprimento, empunhando-a por apenas uma das extremidades. Depois a mantenha apontada para o alto em linha reta com o corpo, sem balançar. Nesta posição, inicie uma corrida de 37 metros em dezoito passadas, erguendo o joelho a 90 graus do solo. Na troca de cada passada, mantenha o seu dorso, coxa e tíbia em ângulo reto, quase como o encosto, assento e pernas de uma cadeira. Tudo isso numa velocidade de mais de 8 metros por segundo e com a danada da vara sustentada acima da cabeça. Durante a corrida comece a apontá-la para um encaixe de aço situado ao final da pista. Finque-a tal qual uma lança, com precisão.

Quem executar esses movimentos, simplificados de forma quase vil na descrição acima, terá transposto apenas a parte inicial da prova talvez mais complexa e bela do atletismo: o salto com vara. O salto propriamente dito, contudo, sequer teria começado. Faltariam, ainda, as outras quatro etapas desta prova que já foi comparada a uma sinfonia com vários movimentos – adagio, andante, alegre vivace.

Faltaria a *decolagem*, com a transferência da energia cinética do atleta para a vara ainda reta. Esta só começará a envergar quando o praticante estiver a uns 30 centímetros do chão, impulsionado de frente e para o alto, na continuidade do movimento.

Em seguida ocorre a *reversão*, nome dado ao momento em que o atleta ergue pernas e quadril e fica de cabeça para baixo na vara flexionada. Nesta posição, ele inicia um meio giro com o corpo em torno da vara, e se posiciona para o voo de barriga. É a chamada *inversão*.

Por fim, já sem o apoio da vara, o atleta curva o corpo em forma de arco, alça voo e tenta transpor o sarrafo. De preferência sem roçá-lo, pois quando tocado ele costuma cair em câmera lenta, de forma sempre desengonçada, quebrando o encanto de um momento que deveria ser sublime.

Quem quiser bater o recorde mundial masculino do ucraniano Sergei Bubka, imbatível há dezoito anos, terá de saltar mais de 6,14 metros. E quem quiser galgar o ar rarefeito da vara feminina vai se defrontar com uma muralha chamada Yelena Isinbayeva, detentora do recorde mundial de 5,06 metros, alcançado três anos atrás.

A exuberante russa de 30 anos estará no Estádio Olímpico de Londres, a partir das 19 horas da segunda-feira, 6 de agosto próximo, em busca do que parece considerar lhe pertencer de direito: a terceira medalha de ouro consecutiva, depois das de Atenas (2004) e Pequim (2008).

Na mesma pista estará a brasileira Fabiana Murer, de 31 anos. Com um salto de 4,85 metros no Mundial de Atletismo de Daegu, na Coreia do Sul, em agosto passado, ela se tornou a primeira medalhista de ouro do atletismo brasileiro a ostentar esse título. Na mesma prova, Isinbayeva ficou em sexto lugar. Um ano antes, no Mundial Indoor (pista coberta) de Doha, no Catar, Fabiana também saíra com um ouro pendurado no pescoço. E a russa, também atipicamente, ficara em quarto lugar. Lembranças para o baú de memórias de ambas.

As duas atletas não poderiam ser mais diferentes entre si – em temperamento, estilo, ambição, características atléticas e modos. Também diferem na expectativa para Londres e na estratégia para chegar lá. Um elo, porém, as une de forma quase umbilical e conflitante: Vitaly Petrov, o cultuado técnico de salto com vara que em 1974 tomou sob suas asas um moleque ucraniano de 10 anos de idade, Sergei Bubka, e fez dele o maior de todos os tempos.

Aos 66 anos, Petrov conserva, além do porte atlético, um dente de ouro da era soviética e o carregadíssimo sotaque russo, apesar de morar há vinte anos em Formia, sua cidade-base na Itália. É loquaz e detalhadíssimo ao explicar sua metodologia de treinamento, que já gerou 29 medalhistas da elite internacional e norteia desde 2001 o trabalho de Elson Miranda de Souza, técnico e marido de Fabiana.

Ao tentar definir a beleza da prova, Petrov parece rever mentalmente a sequência inteira de movimentos e resume tudo numa só palavra: “harmonia”.

Nenhuma outra modalidade mescla na mesma prova os três fundamentos-base do atletismo: correr, saltar e arremessar. É uma prova-espetáculo, com performances terrestre, acrobática e aérea. E não é por acaso que Petrov declarou à jornalista Denise Mirás, da R7, no início de 2011, que “o salto com vara é um balé. Uma arte. Bubka, Yelena e Fabiana Murer são artistas”.

O técnico russo desembarcou em São Paulo três meses atrás para dar continuidade a uma de suas periódicas clínicas com os atletas de Elson. Em janeiro, já submetera o mesmo grupo a um mês de treinamento em Portugal, mas continuava desconsolado com o calendário brasileiro de competições, que a seu ver não leva em conta a programação no resto do mundo. “Tem torneios demais agendados para talentos que estão despontando – é o Sub-17, o Campeonato Júnior, o Ibero-americano, e não sei mais o quê. A própria Fabiana me chegou exausta no ano passado, na última fase antes do Mundial em Daegu. Tinha feito 28 competições, sempre viajando com aquelas varas todas. É cansativo e desnecessário. Foi um absurdo ela competir no Pan-americano em outubro [*a brasileira ficou em segundo lugar, atrás da cubana Yarislely Silva*]. Essa mulher não é um carro, pombas!”, comentou, durante um encontro no hotel paulistano em que esteve hospedado.

Para 2012, Petrov recomendou a Fabiana um ciclo estável, com início no final de novembro passado e participações bem mais dosadas até a Olimpíada de Londres. A brasileira, assim, não

participou do Meeting Indoor de Estocolmo, realizado em fevereiro, no qual Yelena Isinbayeva fez uma *rentrée* em grande estilo (saltou 5,01 metros), após uma ausência de quase um ano das pistas e das manchetes. Menos de três semanas depois, no Mundial Indoor de Istambul, a russa de olhar verde faiscante voltou a vencer (4,80 metros). Novamente sem a presença de Fabiana, que segue ao pé da letra a estratégia olímpica montada por Vitaly Petrov e Elson Miranda. Difícil não sentir uma ligeira fisgada, contudo.

Os traços finos, a alvura da pele, os olhos claros e a pitada de ruivo nos cílios de Fabiana de Almeida Murer vêm da ascendência italiana – o avô era oriundo do Alto Ádige, onde deixou o trema que até então adornava seu sobrenome. Ela tinha 18 anos em 1999 quando tatuou no ombro direito o desenho da artista plástica Pinky Wainer que mostra uma silhueta feminina com uma vara, *à la* Giacometti. Tinha encontrado uma atividade atlética para substituir a ginástica olímpica, modalidade na qual um dia imaginou que se destacaria, mas teve de abandonar por ter espichado além da conta. Quem a apresentara ao salto com vara, dois anos antes, tinha sido Elson, campeão brasileiro da modalidade em 1989, sem nunca avançar além disso. Ele acabou se formando em Educação Física, enveredou pela carreira de técnico e trouxe Fabiana para a tribo. Atleta e treinador estão juntos há quase quinze anos e se tornaram marido e mulher em outubro de 2010.

No Brasil daqueles primórdios não havia expertise, nem varas, nem campos de treinamento, nem interesse ou tradição para a prática da modalidade. Todas as referências estavam no exterior.

Quando Fabiana participou do seu primeiro torneio internacional – o Campeonato Mundial Júnior de Atletismo, em Annecy, na França –, tinha 17 anos. Não passou da primeira peneirada, com uma marca 25 centímetros inferior à de uma adolescente russa que chegou em nono lugar. Era Yelena. Dois anos depois, no Mundial Júnior de Santiago, a mesma Yelena ofuscou todo mundo com um salto de 4,20 metros, enquanto Fabiana ficou com um modesto décimo lugar. Conseguiu transpor o sarrafo a 3,70 metros, meio metro a menos do que a campeã.

Sob qualquer ângulo, o salto mais decisivo para a escalada de Fabiana Murer foi dado por Elson, em 2001. O ex-federado pelo Clube Pinheiros se iniciara no esporte com uma vara de bambu, saltando na areia. Estava com 32 anos e fizera um bom pé-de-meia como *personal trainer* na época do primeiro *boom* da profissão no Brasil. Valeu-se da baixa cotação do dólar à época, de quase um por um, para ampliar sua formação. Levou seis pupilos para treinar num centro de atletismo perto de Memphis, no estado do Tennessee, onde teve contato com atletas de alto nível. Aproveitou também, como fazia a cada viagem, para comprar mais alguma vara decente. E decidiu ir até a Europa tentar um contato com o técnico do qual todos falavam, por ter desenvolvido uma metodologia própria e de grandes resultados: Vitaly Petrov. “Sabia que seu QG era em Formia e simplesmente bati à sua porta. Perguntei se ele podia dar uma clínica no Brasil”, lembra Elson. Com Petrov já trabalhava o italiano Vincenzo Canali, professor de esportes aeróbicos, especializado no desenvolvimento postural básico do atleta e estudioso dos movimentos mais complexos e técnicos do corpo humano. Juntos, desenvolveram os fundamentos de treino para vários esportes.

“Apareceu um brasileiro na minha frente e disse que queria ajuda”, conta o russo, que aceitou o convite por um pró-labore de 2.500 dólares, além da passagem e estadia. A parceria dura até hoje. Nasceu, assim, a atleta Fabiana Murer de hoje. Em 2005, a brasileira já saltava sobre sarrafos a 4,40 metros de altura.

Mas 2005 foi, também, o ano em que Yelena Isinbayeva dispensou Yevgeny Trofimov, o treinador russo que a acompanhava desde os 15 anos. Ela acabara de eletrizar o público do Crystal Palace de Londres alcançando a marca fetiche de 5 metros. Mas a atleta queria mais, por isso foi bater à porta de Vitaly Petrov. Ao longo das cinco temporadas seguintes, Murer e Isinbayeva conviveram e competiram fraternalmente, sob a direção compartilhada de Petrov.

Não mais. Há poucos meses, a russa retornou à sua Volgogrado natal e retomou os treinos com Trofimov, seu técnico de antigamente. Não sem uma saia justa. Depois que a brasileira a derrotou no Mundial Indoor de 2010, Yelena e a Federação Russa de atletismo teriam exercido pressão sobre Petrov para que ele se dedicasse com exclusividade ao treinamento da compatriota. Nenhum dos envolvidos fala sobre os bastidores da história, mas o fato é que Elson e Fabiana não passaram a costumeira temporada de treinos com Petrov em Formia, no início de 2011. Fizeram-no em Malmö, na Suécia, um pouco sem rumo. Quando a atleta russa decidiu voltar a morar e treinar em Volgogrado, o que exigiria de Petrov largar seu prestigioso centro de Formia, o técnico parece ter optado por não apostar toda a sua carreira numa única estrela.

A academia de ginástica olímpica Yashi, encravada num galpão bastante rudimentar da rua Frederic Chopin, no Jardim Europa, região abastada de São Paulo, integra o leque de instalações onde Fabiana Murer se exercita regularmente. Num final de manhã recente, de camiseta rosa, *legging* preta e descalça, só se diferenciava das demais alunas pela silhueta longilínea (1,72 metro, 58 quilos), que teima em não mudar com a idade. Executou incontáveis exercícios na barra visando aperfeiçoar o comando do corpo no momento do salto em que é preciso erguer o quadril para atingir a posição de ponta-cabeça. Também fez exercícios acrobáticos para melhorar a postura na corrida e na decolagem (o chamado *take off*), quando a posição exata do quadril, abdômen e tronco é crucial para evitar perda de eficiência na transferência de energia para a vara. “Nas seis últimas passadas estão embutidos talvez 98% do êxito de um salto. O resto é decorrência”, ensina Petrov.

Fabiana entra a uma velocidade média de 8,3 metros por segundo na decolagem. Compensa a falta de força atlética com o domínio técnico pleno do salto. Ela aperfeiçoou como poucas a execução de cada etapa. Yelena é mais veloz, consegue fazer o *take off* a 8,5, o que, em se tratando da física do movimento, representa uma diferença considerável. (Para termos de comparação de cada prova, a medalhista de ouro no salto em distância Maurren Maggi entra na caixa de areia a uma velocidade entre 9 e 10 metros por segundo para fazer um salto de 7 metros.) “Fabiana não corta caminho”, avalia Petrov. “Ela tem 120% de talento para organizar a vida em torno do salto com vara. Reluta em produzir menos do que lhe é exigido.”

A planilha de treinos em papel quadriculado que Elson Miranda elaborou para a temporada 2012 inclui, dependendo da fase do treinamento, a corrida descalça. “Quando você corre sem sapatilha, não consegue apoiar o calcanhar no chão. Isso é bom porque você perde muito da energia que te empurra para a frente quando finca o calcanhar no chão”, explica Elson. “Descalço, você acaba correndo no mediopé, fortalecendo assim o seu arco.”

Como o método Petrov exige a divisão de cada etapa do salto em unidades separadas, o aperfeiçoamento da técnica ideal para cada uma também é feito por partes. No início, são tiros de mil metros para garantir a condição cardiovascular e musculatura, exercícios só de passadas (seis, oito ou dez) e treinos de encaixe da vara. Tudo sem saltar. Os treinos de reversão também começam sem a execução do salto. Paulatinamente as corridas em pista adquirem outro ritmo: dois tiros de 400 metros, cinco de 300, sete de 150 e dez de 100 metros rasos. Quando o cronograma chega aos dez tiros de velocidade de 60 metros, Fabiana já testa saltos de doze a catorze passadas. No final de abril, a atleta chega nas suas tradicionais dezoito passadas. “Gosto do meu salto, eu o acho bonito, é leve”, diz a brasileira. Dona de um estilo mais agressivo e potente, a russa Isinbayeva arranca para as alturas com apenas dezesseis passadas.

Há mais de seis anos a saltadora brasileira registra em letra microscópica o DNA de sua evolução. Num caderninho espiral que acusa o manuseio diário, ela anota cada tempo, cada corrida, cada tipo de salto (horizontal, só com perna esquerda, só com perna direita), a força de lançamento de cada treino com peso, qual vara utilizou para qual salto, local do salto, data, altura, quantas passadas, de qual distância iniciou a corrida, a quantos centímetros colocou os postes que sustentam o sarrafo (a regra permite que seja deslocado pela atleta em até 80 centímetros do ponto zero), o posicionamento do sarrafo, a quantos centímetros da extremidade a vara foi empunhada – está tudo ali. A caderneta mora na sua mochila e, embora o casal seja plugado na vida digital, a atleta jamais pensou em migrar seu tesouro para outra plataforma: desse jeito é mais prático e de acesso mais imediato, disse.

Casal sem filhos, Fabiana e Elson moram num moderno *loft* comprado em 2007, numa rua próxima ao Ginásio do Ibirapuera, em São Paulo. Um imponente mapa-múndi antigo adorna o pé-direito alto do espaço e um sofá-cama *king-size* domina o ambiente. Empregada, só duas vezes por semana, caindo para uma durante as longas ausências de viagem. Na entrada, a foto da atleta em voo, captada em 2006, é de tirar o fôlego. Na garagem, além do carro utilitário do marido, há um Aircross preto, recém-comprado para ela.

A prática da ginástica olímpica não raro empurra para o salto a menina que cresce demais. Bem dosada, é mais benéfica para a atleta mulher, por desenvolver o fortalecimento dos membros superiores, sempre mais difícil do que no homem. Mas basta comparar o físico de ginastas com o de atletas do salto com vara para constatar que são esportes com exigências quase opostas. A ginástica comporta movimentos de impacto e de frenagem abrupta do corpo, enquanto o salto com vara é uma progressão contínua, fluida – “harmonia”, para usar o termo de Petrov. Para se destacar no salto com vara não é necessário desenvolver um corpanzil de mastim, como no arremesso de peso, nem ter

pernas que chegam à altura das axilas, como muitos saltadores em distância, ou ter constituição de folha ao vento, marca de tantos maratonistas.

Pelo contrário. A formosura do corpo das atletas da vara costuma ser o bônus adicional para quem assiste à prova. Muitas também são exóticas, interessantes, sensuais e belas de rosto. É um dos atributos de que fazem uso para conquistar a plateia, que corresponde com entusiasmo ao convite para marcar com palmas ritmadas as passadas da atleta.

Muito antes de Yelena Isinbayeva exercitar seu talento dramático na pista, a acrobata de circo Emma George, da Austrália, doze vezes recordista mundial, já revelava o poder do glamour na modalidade. Foi eclipsada pela americana Stacy Dragila, coqueluche juvenil de rodeios e estrela maior do primeiro campeonato mundial de salto feminino da história. Na Olimpíada de Sidney, em 2000, o duelo entre Dragila e a escultural Tatiana Grigorieva ocorreu na tarde da prova mais aguardada dos Jogos, os 400 metros rasos, com o americano Michael Johnson e sua sapatilha dourada. Ainda assim a atenção da arquibancada permaneceu dividida. Explica-se: tanto Dragila como Grigorieva, russa naturalizada australiana, haviam posado nuas. A primeira para um calendário americano. A segunda, para uma edição histórica da revista de fotografia *Black & White*, contendo nus das mais belas atletas da seleção da Austrália.

Grigorieva conquistou a medalha de prata e ao final da competição resumiu a situação de forma direta: “Somos sensuais, ponto. Lembro que de início os diretores dos *meetings* achavam a nova modalidade entediante. Nos achavam chatas. Agora, com tantas atletas sexy saltando acima de 4,65 metros, eles correm atrás da gente.”

Fabiana tem mãos surpreendentemente pequenas para a carga de responsabilidade que lhes cabe. A parte da extremidade da vara a ser empunhada exige um preparo minucioso, assim como as palmas das duas mãos. Os apetrechos necessários são colocados no chão, ao lado da marca de largada da pista (cada atleta tem marca diferente). De início, a brasileira usava a clássica fita adesiva preta, com cola dos dois lados, e com ela envolvia a empunhadura até a espessura desejada. Mais recentemente passou a usar um esparadrapo branco, com cola só de um lado, sobre o qual adiciona uma segunda cola em forma de spray. Não gosta de se ver com as mãos manchadas de preto nas fotos de competição. “Parecem sujas, com graxa”, explica. Já Isinbayeva costuma se divertir com faces dark de sua persona. Escolheu um esmalte roxo escuro para dar o salto da *rentrée* de 2012. É a mão direita, sozinha, que faz girar a vara durante o salto, por isso precisa ter adesão máxima. A outra, salpicada apenas de magnésio para evitar a transpiração, deve deixar o giro da vara se completar.

São tantos os microdetalhes a ocupar a concentração do atleta que o sumiço de um reles esparadrapo, mesmo quando substituível pelo de alguma competidora, pode ser de mau augúrio. Imagine-se, então, a tempestade interior de Fabiana Murer, na noite da segunda-feira, 18 de agosto, no Ninho de Pássaro de Pequim, ao perceber que era uma de suas varas que havia desaparecido da pista.

Varas de salto para atletas de elite são peças únicas, confeccionadas por poucas fábricas de excelência. A mais renomada delas, a UCS Spirit, tem sede em Carson City, no estado de Nevada, nos Estados Unidos, e patrocina a saltadora brasileira fornecendo-lhe os artefatos de que precisa. A manufatura é quase artesanal e de complexidade comparável à execução do salto. Embora haja atletas de ponta que usam varas de fibra de carbono, mais leves e de envergadura mais rápida, Fabiana e todos os comandados por Elson usam somente varas de fibra de vidro. São compostas por três “mantas” que vão sendo enroladas em torno de uma peça central – ora em sentido longitudinal, ora em sentido radial, para potencializar a rigidez e minimizar o desgaste. Diferem no tamanho, flexibilidade e comprimento, multiplicando o número de variáveis.

A função básica de toda vara é absorver o máximo de energia do atleta durante a flexão e devolvê-la por inteiro ao se retesar, para maior impulso ao salto. Existe até uma equação de potência cinética e energia potencial para calcular qual a altura máxima que um atleta poderia atingir se fosse capaz de saltar em condições ideais. Além disso, todas as varas de fibra de vidro saem de fábrica com uma “barriga” natural, de consistência e densidade diferente do resto, que define para qual lado a vara se curvará com maior eficiência. No início de toda corrida, quem salta mantém a “barriga” virada para o chão. No momento do encaixe, o atleta gira a vara para que ela comece a se envergar com o seu peso.

Fabiana e Elson só descobriram há alguns anos que uma vara de carbono é tão diferente de uma de fibra de vidro quanto um piano Steinway é de um Yamaha. Um concorrente da UCS ofereceu

enviar um lote de cinco varas de carbono saídas do forno para a brasileira, caso ela se compromettesse a usá-las em competição. “Não aceitei. Sou bem fiel às coisas”, comentou a atleta.

Quando viaja para competir, Fabiana Murer não leva varas de treino. Inversamente, jamais treina com alguma do lote de competição, exceto quando uma viagem se estende por períodos de treino. Seja como for, as varas da brasileira sempre ostentam as iniciais FB no punho, com o índice de flexibilidade anotado logo abaixo. Sem falar no inevitável *patchwork* de esparadrapos que torna cada vara de identificação fácil a seu dono.

Na noite fatídica em que perdeu o norte em Pequim, Fabiana lembra ter notado, ao final do aquecimento, que havia apenas nove varas no seu tubo. “Deixa pra lá”, pensou, “deve ser engano.” Estava certa, mas cometeu o engano fatal de “achar”. No início da prova, sentou ao lado da pista e aguardou a vez de fazer o primeiro salto. Usaria uma vara “vinte e um ponto zero” (21 centímetros de flexibilidade), de 4,30 metros de comprimento, pouco dura. Passou fácil. Para a etapa seguinte, pensou em usar uma vara de flexibilidade igual, porém um pouco mais longa (4,45 metros). Não a encontrou.

Após as eliminatórias da véspera, a organização olímpica separara os tubos das atletas finalistas das que não haviam se classificado. As primeiras ficaram no depósito do estádio, para serem trazidas de volta à pista na noite da final. As segundas foram direcionadas para a vila dos atletas. Foi nessa separação que se deu o extravio acidental.

De início, Fabiana estava serena. Como restavam outras onze atletas na disputa, cada uma com direito a fazer três tentativas, lhe pareceu que havia tempo. Em inglês, alertou o chinês encarregado das varas para o sumiço da sua e pediu que ele retornasse ao depósito para procurá-la. A vara certamente estaria lá. Como o chinês não se moveu, permanecendo no seu posto de campo, a calma da brasileira foi ruindo. Dirigiu-se à mesa de arbitragem, solicitou em vão que alguém ordenasse uma busca no depósito, mas só recebeu palavras de consolo. Foi então que teve seu rompante de descontrole: entrou na pista onde a atleta chinesa Gao Shying se preparava para fazer uma terceira e última tentativa e se plantou no meio do caminho, tal qual o chinês que encarou o avanço dos tanques na Praça da Paz Celestial. “Impedi a chinesa de saltar. Ninguém entendia nada. Achei que eu fosse ser linchada”, rememora hoje. A chinesa Gao ficou em último lugar na prova.

Da arquibancada, Elson percebeu o esquisito, saiu em disparada até o depósito, chacoalhou em vão todos os tubos que encontrou. Nada da vara. Ao retornar à arquibancada, decidiu que sua atleta precisava saltar, fosse como fosse. Instruiu-a para não tentar saltar 4,65 metros, pois não teria a vara adequada, e tentar direto os 4,85 com uma de suas varas mais duras.

“Iniciei o salto sem pensar em nada”, prosseguiu Fabiana. “Revido hoje a sequência do segundo salto, vejo que errei meu tempo de entrada. No cômputo final, acabei em 10º lugar e deixei Pequim com a sensação de ter sido roubada da chance de uma medalha. Por outro lado, entendo que, para os organizadores, interromper uma prova de imensa visibilidade, da qual participava uma megaestrela, apenas pelo sumiço da vara de uma brasileira... Sem chance.”

Ao término da competição, com todas as varas devolvidas ao depósito da Vila Olímpica, Elson percebeu um funcionário chinês fotografando uma vara solta. “Era a minha, isolada e solitária. As outras estavam em seus respectivos tubos. Uso essa vara até hoje”, conta Fabiana, sem emoção. Na época, contudo, prometeu: “Nunca mais volto à China.”

“Não percebi nada”, comentou, também à época, Yelena Isinbayeva. Nem poderia. Naquela mesma noite úmida e acachapante de Pequim, Yelena estava há horas estatelada no gramado da pista, com um boné a lhe tapar os olhos, deixando que suas competidoras se esfalsassem nas tentativas de galgar alturas cada vez maiores. Ela havia saltado a marca dos 4,60 metros, se deu por temporariamente satisfeita e parecia estar tirando uma soneca sob uma manta que trouxera da Vila Olímpica. O desinteresse estratégico pelo que ocorria à sua volta chamava mais atenção dos fotógrafos do que o desenrolar das competições no estádio.

As provas de salto com vara, além de atléticas, são também um permanente exercício de estratégia e paciência. A cada nova rodada, o sarrafo é levantado em alguns centímetros (20 cm de início, depois 10 cm, 5 cm, e menos ainda à medida que o ar vai ficando mais rarefeito). Dependendo da autoconfiança do atleta, ele pode deixar de saltar várias marcas e mirar num patamar mais alto, para não fazer esforço desnecessário. Como cada competidor pode fazer três tentativas por marca, o evento todo costuma ser longo. Fabiana se lembra de um Pan-Americano no qual deu seu primeiro salto quando a competição já durava duas horas e meia. A prova toda levou quatro horas e meia.

Ao fim daquela noite de glória em Pequim, do plantel de doze finalistas na disputa pelo ouro restava apenas, além Yelena Isinbayeva, Jenn Stuczynski – hoje Jenn Suhr, nome de casada com o qual competirá em Londres. Na primeira tentativa de saltar 4,85 metros, a americana falhou. Na segunda, também. Na terceira, diante do ronco que emergiu do Ninho de Pássaro sinalizando que Jenn Stuczynski havia fracassado, Yelena se dignou a levantar uma nesga do cobertor e foi ver o que era. Acabara de conquistar a medalha de ouro, virtualmente sem competir.

Ela poderia ter ido embora, com o título de bicampeã olímpica. Mas seria sem graça. Pior, sem drama. E Yelena Isinbayeva aprecia uma cena. Primeiro se desembrulhou da manta, sorriu para as arquibancadas, mandou beijos e acenou. Depois retirou lentamente o agasalho, calçou sapatilhas cor de turquesa e preparou-se para competir. Contra ela mesma, como gosta, e com um olho no 24º recorde mundial de sua carreira. Perante um público em delírio, ela atingiu a impactante altura de 5,05 metros.

Dois meses antes, ao obter o índice para integrar a seleção dos Estados Unidos, Stuczynski achara interessante ser boquirrota. “Está na hora de darmos um pontapé no traseiro russo”, proclamou. O troco veio na pista e a resposta na declaração após a vitória: “Antes de mais nada, ela deve me respeitar”, disse a russa, pronunciando lentamente cada palavra. “E ela precisa aprender qual o seu lugar. Agora ela sabe qual é.” Assunto liquidado.

Quatro anos se passaram desde o fiasco de Fabiana e o triunfo de Yelena em Pequim. Além da tribo de saltadoras já experimentadas, Holly Bleasdale – uma inglesinha de insolentes 20 anos – fincará sua vara diante da torcida da casa. Ela se interessou pelo salto há menos de cinco anos e sua melhor marca até agora (4,70m) pouco tem para impressionar as veteranas. Mas sangue novo sempre desarruma um pouco o coreto. A cubana Yarisley Silva, de resultados ainda modestos mas suficientes para derrotar Fabiana nos Jogos Pan-Americanos de Guadalajara (2011) e no GP de Atletismo do mês passado, também quer se sentar à mesa.

É sobretudo a veterana Jenn Suhr que haverá de querer se medir com quem a humilhou em 2008. A americana do infeliz pontapé no traseiro da russa, precursor do pontapé que o belga Jérôme Valcke daria no Brasil da Copa, ocupou no ano passado o primeiro lugar no ranking da Federação Internacional de Atletismo Amador. Sua melhor marca, alcançada em 2008 – 4,92 metros –, a coloca num patamar altamente competitivo para Londres.

Todas elas devem ter prestado atenção no anúncio feito por Isinbayeva, dois meses atrás, de que se aposentaria ao final da temporada de 2014. “Começo a achar difíceis os meus treinos, e é claro que a cada ano o meu corpo envelhece um pouco mais”, disse a atleta. Antes que as adversárias pudessem se regozijar com a perspectiva de a Terra algum dia girar sem a sombra da russa cruzando o sarrafo, a própria Yelena tratou de voltar ao seu tom cortante: “A título de aquecimento, devo disputar duas provas antes da Olimpíada. Mas em Londres minha principal adversária serei eu mesma. Sei exatamente qual altura consigo alcançar. Também sei que esta marca é quase inacessível para minhas rivais.”

Na véspera do último Réveillon, às quatro e meia de uma tarde chuvosa, Fabiana Murer, Elson Miranda e seu grupo de comandados – entre os quais Thiago Braz, que aos 16 anos foi medalhista de prata nos Jogos Olímpicos da Juventude de Cingapura, em 2010 – dividiam um espaço mínimo, coberto com telhas de zinco. O chão de cimento envelhecido machucava as mãos. Era ali que o grupo improvisava exercícios de peso, flexibilidade, força e resistência.

“É duro, a gente aqui quase sozinho”, constatou Elson, mais para si. O treino de Fabiana rendera pouco naquela tarde. “Não estou aguentando mais. Faço para cumprir”, comentou a atleta, num fiapo de voz. Elson confidenciou que uma única vez a atleta lhe perguntou qual a utilidade de continuar treinando se ela sempre encontraria a muralha Yelena Isinbayeva pela frente. “Para você algum dia saltar mais alto que ela”, respondeu o marido. E assim foi, em 2010 e 2011. Em 2012 começaria nova escalada.

A diferença, para os atletas brasileiros que se iniciam agora, é que o surrado chiqueirinho que por um bom tempo serviu de área provisória de treino pôde ser aposentado. Com três meses de atraso em relação ao plano original, foi inaugurado no início de maio o tão aguardado Centro de Treinamento do Clube de Atletismo BM&FBovespa, em São Caetano, na Grande São Paulo. Primeiro complexo integrado do Brasil com ginásio *indoor*, pista ao ar livre e uma sólida estrutura de atendimento multidisciplinar ao atleta, o CT consumiu 20 milhões de reais da iniciativa privada para vir a existir. A Prefeitura de São Caetano do Sul entrou com o gigantesco terreno, em comodato por quinze anos.

Nike e Pão de Açúcar deram apoio. Mas foi a BM&FBovespa que arregaçou as mangas sozinha, sem um centavo federal, estadual ou municipal. Empreendimento desse porte, em que todos os equipamentos do ginásio, musculação e fisioterapia não foram comprados por engravatados de gabinetes, mas escolhidos pelos integrantes das comissões técnica e médica do clube, mereceria vivas do governo. Mas não veio ninguém de Brasília.

As festividades da inauguração iam de vento em popa, com um formigueiro de atletas maravilhados circulando pelas instalações. Nas paredes externas do CT, enormes painéis tridimensionais retratavam as estrelas patrocinadas pelo clube, a começar por Fabiana Murer, que estrearía a pista *indoor* de salto com vara. Os discursos se sucediam, os agradecimentos se encavalavam, o comportado coquetel começava a avançar manhã adentro quando se ouviu o ronco de um helicóptero.

Quem seria a autoridade? O ministro dos Esportes, marcando presença em ano olímpico? Cinco dias antes o diretor-presidente da BM&F, Edemir Pinto, telefonara para Brasília para insistir na importância da vinda do ministro. Mas a ligação caiu, ninguém de Brasília retornou a chamada e Aldo Rebelo, naquela mesma manhã, tinha compromisso em Londres. Seria então o seu vice-ministro ou algum representante do Programa Brasil no Esporte de Alto Rendimento? Não. Quem pousou do céu para um rasante no empreendimento do amigo da casa, do esporte e de Edemir foi o árbitro aposentado e comentarista da TV Globo Arnaldo Cezar Coelho. De Brasília, sequer um parabéns.

Faltam quatro anos para a Rio-2016¹¹³.

Cheias de charme...

...e de insolência. Por trás da banda Pussy Riot, o rosto de uma juventude russa irrequieta com o país da era Putin

piauí, setembro de 2012

Da antiga União Soviética elas só conheceram o período de implosão e desmantelamento. Nasceram na virada dos anos 90, numa Rússia já em transição do comunismo para um regime mais assemelhado às democracias ocidentais. Cresceram dentro das fronteiras de uma nova classe média emergente, urbana e de sotaque europeu.

Nadezhda Tolokonnikova, de 22 anos, estuda filosofia e é mãe de uma menina de 4 anos. Maria Alyokhina, de 24, cursa jornalismo e letras e atua em causas ambientais. Tem um filho de 5 anos. A mais velha do grupo, Yekaterina Samutsevich, de 30, além de formada em fotografia, é programadora de computação. Trabalhou durante dois anos no desenvolvimento de um software para o submarino nuclear K-152 Nerpa.

A identidade individual das três integrantes da banda feminista de nome atrevido, Pussy Riot, era tão obscura quanto a de outros coletivos artísticos contestatórios de voz estridente e presença na internet. Permaneceram anônimas por trás de suas simpáticas bataclavas coloridas até se tornarem *cause célèbre* no Ocidente, muito além das expectativas mais desvairadas da banda. Tudo por um erro de calibragem política de Vladimir Putin, que avaliou mal o quanto a sua Rússia já estava conectada ao resto do mundo e contagiada pela internet. Erro elementar para um ex-coronel da KGB.

O crime-relâmpago das garotas foi cometido no altar da Catedral de Cristo Salvador, em Moscou. Durou menos de quarenta segundos, abortado às pressas pelos seguranças. Mas foi tempo suficiente para entoarem uma insolente prece profana à Virgem Maria, que pedia à Santa Mãe para abraçar a causa feminista e destronar Putin.

O fato ocorreu numa terça-feira, 21 de fevereiro passado. No sábado 3 de março, véspera de reeleição de Putin para presidente-czar da Federação Russa, o clipe editado da transgressão, com 1min53 de duração, foi postado na internet. Tornou-se viral, com mais de 1 milhão de acessos. Na noite do mesmo dia, três das cinco punketes profanas foram presas (as outras duas conseguiram escapular da Rússia), acusadas de vandalismo e ódio religioso. No julgamento encerrado no mês

¹¹³ Em 2016, no Rio de Janeiro, Dorrit cobriu sua 10ª olimpíada consecutiva, escrevendo artigos analíticos para o caderno especial do evento publicado pelo jornal *O Globo*, do Rio de Janeiro.

passado, de reverberação mundial, foram condenadas a dois anos de prisão. Fizeram, assim, mais barulho político do que sucesso musical. Era esse o propósito.

“As pussy rioters mexeram literalmente com fogo em várias áreas”, diz Angelo Segrillo, professor de história contemporânea da USP, autor de *Os Russos*. “Criticaram o líder [Putin] em um momento em que ele está acuado pela crise econômica e pelo temor de que ocorra uma ‘primavera russa’ do tipo da Primavera Árabe. Mais que isso, mexeram com um tradicionalismo patriarcal que ainda é forte no país, não só entre os homens; boa parte das mulheres russas também não aceitam o feminismo contestador ocidental. E ainda mexeram com os fortes sentimentos religiosos [da população].”

Quando a sentença foi proferida, o ardiloso Putin, que retornara de Londres após ver seu país ficar em 3º lugar nas Olimpíadas, pode ter se surpreendido com a simpatia mundial derramada sobre as jovens. Mas calibrou corretamente a reação doméstica. Segundo dados do Centro Levada, conceituado instituto de pesquisa russo, a grande maioria da população manifestou simpatia escassa por essas jovens com atitude – mesmo entre os que consideraram excessiva a pena criminal. Apenas 5% se declararam abertamente simpáticos a elas.

“A saga da Pussy Riot pode ter sido um desastre para a imagem de Putin no Ocidente, mas fez pouco para diminuir seu apoio doméstico. Mesmo quando o país parece estar embicando para uma direção errada, Putin continua sendo extremamente popular”, avalia o autor e pesquisador de assuntos russos Vadim Nikitin, formado por Harvard e pela London School of Economics. Ele acredita ser provável que a própria oposição ao líder tenha se cindido com o episódio, uma vez que a atual resistência ao Kremlin não contém o componente de cultura liberal comum a outros países. “A vitória da Pussy Riot se deu em outro plano: desnudou a extensão do poder político da Igreja Ortodoxa”, conclui Nikitin.

De fato, se até agora Putin soube dosar o grau de liberdade privada e de consumo concedido sem precisar afrouxar demais o controle sobre as outras liberdades, sempre pôde contar com o colossal peso do Patriarcado ortodoxo, confiável sustentáculo da ordem conservadora.

A leitura dos autos da sentença contra a Pussy Riot parece saída de uma peça de Dario Fo. As acusadas, “vestidas com indumentárias impróprias para uma igreja”, teriam violado “regras concebíveis e inconcebíveis”. Citando exames psiquiátricos e psicológicos das jovens, a juíza Marina Syrova arrolou alguns dos desvios de personalidade que teriam sido constatados: “propensão a protestos”, “autoestima inflada”, “abordagem proativa da vida”, entre outros.

As peças de acusação são ainda mais delirantes. Uma dúzia de seguranças da catedral, um sacristão e um coroinha representavam a parte ofendida. Mikhail Kuznetsov, o advogado de um deles, acusou a Pussy Riot de ser uma conspiração criminosa e qualificou o episódio de “ato capaz de se transformar rapidamente em algo da dimensão do ataque de 11 de Setembro contra as Torres Gêmeas”. Instado a se explicar um pouco melhor, não hesitou: “O atentado russo foi obra de um grupo satânico. O [ataque] americano teve autoria de forças acima do governo dos Estados Unidos. Foi obra de um governo global.”

Para uma parte da classe média da Rússia emergente, que aspira a não mais viver num estado pária e em dissintonia com as democracias ocidentais, o recurso a “anomalias psicológicas” desenterradas do passado bolchevique e sandices como as do advogado incomodam. A fusão de Igreja e Estado em torno da perpetuação de uma “civilização ortodoxa russa”, também. Só que a fatia em desconforto com a velha ordem ainda é pequena.

“Liberdade é quando você esquece o nome do tirano”, escreveu o poeta e ensaísta Joseph Brodsky, expulso da União Soviética quinze anos antes de ganhar o Nobel de Literatura, em 1987. A citação consta de uma carta endereçada ao governo pelas ativistas da Pussy Riot enquanto aguardavam julgamento. Por essa medida, as jovens ainda terão de rezar muito até a nação deixar de ter o nome de Vladimir Putin na ponta da língua.

Atletas em guerra

Ela está só no início, e será feia. O embate já se tornou ferida exposta nos Jogos do Rio e é fruto das omissões do COI e das contradições da Wada, entidade mundial de controle antidoping

Do Rio de Janeiro, *O Globo*, agosto de 2016

É infinita a gama de expressões de triunfo com que atletas se autorretratam no instante da conquista. De um urro primal a um breve fechar de olhos silencioso antes do júbilo público, vê-se de tudo numa olimpíada.

Na noite de segunda-feira, ao final da prova dos 200 metros nado livre masculino, houve uma catarse carregada de significado. Por trás do que o público pode ter interpretado como mera exultação de vencedor ocorreu, na verdade, um ponto de não retorno de uma guerra aberta entre atletas. Fora de competição.

Ela está só no início, e será feia. O embate já se tornou ferida exposta nos jogos do Rio e é fruto das deliberadas omissões do Comitê Olímpico Internacional (COI) e das contradições da entidade mundial de controle antidoping (Wada).

O astro da natação chinesa Sun Yang, apelidado de “meteoro submarino”, estava em sexto lugar na primeira virada da prova dos 200 metros, como sul-africano Chad Le Clos, na raia 1, quase um corpo à frente. Na metade da prova, o chinês ainda se arrastava em quinto, com Le Clos mantendo larga dianteira. Foi na virada dos 150 metros que Yang arrancou para o terceiro lugar para, na batida final de mão da chegada, conquistar a primeira medalha de ouro.

Mesmo após a abertura da China ao consumo globalizado, e a adoção de estilos e comportamentos menos padronizados de seus cidadãos, a exultação do vitorioso Sun Yang surpreendeu pela intensidade, duração e estridência. Nem os esquadrões do revezamento aquático americano, costumeiramente mais afeitos ao estilo Tarzan de comemorar, permanecem tanto tempo do deck após a vitória. Até porque a programação é apertada no tempo.

Entre a chegada do último competidor dos 200 metros, às 22h22m e a entrada no deck das participantes da prova seguinte, havia menos de sete minutos para todos se recomorem, saírem da piscina, fazerem ou não contato com familiares e equipes nas arquibancadas, recolherem seus agasalhos e deixarem a cena.

A celebração de Yang na ria 4 e fora d’água foi raivosa, insistente, atípica até para históricos bad boys da natação como Gary Hall. Foi sua resposta ao ataque verbal que recebera no primeiro dia de competição por parte do nadador australiano Mack Horton, e que entrementes já adquiriu contornos de estremecimento diplomático entre os dois países.

Horton duela com Yang nas duas provas em que o chinês foi medalha de ouro nos Jogos de Londres – os 400 e os 1500m nado livre. Na primeira, disputa do sábado dia 6, o australiano chegara em primeiro, com o chinês em segundo. Até aí, coisas do esporte. Mas na entrevista que se seguiu, Horton qualificou o adversário de *drug cheat* (algo como farsante do antidoping). “Me incomoda vê-lo competir depois de ter sido testado positivo”, explicou.

Pronto. Rompera-se o dique do silêncio público de atletas X atletas sobre doping, durante uma olimpíada. A partir daí o centro aquático oferece a cada dia nova pantomina a mais do que seria uma disputa entre o bem (atletas limpos) contra o mal (atletas de países com sistemas associados a doping).

Dois anos atrás Yang fora suspenso por apenas três meses (ao invés dos dois anos regulamentares) pelo uso de uma substância proibida, a Trimetazidina. Embora as autoridades de cada país devem reportar casos positivo num prazo de 20 dias, só se soube seis meses após o campeonato nacional da China que Yang havia recebido e cumprido sua leve punição. A Wada fora conivente, pois que aceitara a justificativa de que o atleta sofre de angina pectoris (condição traduzida por uma súbita sensação de compressão peitoral) e por isso recorrera ao uso indevido do estimulante.

A acusação frontal do primeiro australiano a conquistar um ouro no Rio levou o chinês à sua incomum celebração dois dias depois – mesmo que o adversário não tenha sido seu acusador.

Agora, caso ambos cheguem à final da extenuante prova dos 1500 metros nado livre, o que é mais do que provável, Mack Horton e Sun Yang não se reencontram este sábado dia 13, às 22h11m, nos blocos de largada. Será um duelo de sangue ao longo das intermináveis 30 voltas até o toque de chegada.

Enquanto isso, a fricção diplomática entre os dois países se acentua. Tanto a agência nacional chinesa Xinhua como o jornal chinês de língua inglesa “Global Times” escalaram suas críticas. Um editorial desta semana do diário alfinetou a comunidade australiana como um todo: “Em vários ensaios de ocidentais conceituados a Austrália é mencionada como uma nação nas franjas da civilização. Em alguns casos ela é referida como tendo servido de prisão além-mar para a Grã-Bretanha. Isso sugere que ninguém deve se surpreender com atos pouco civilizados emanando daquele país”.

A Associação de Natação da China já exigiu um pedido de desculpas por parte do Comitê Olímpico Australiano, que respondeu com a franqueza já célebre da chefe de Missão Kitty Chiller: “Não temos nenhuma intenção de pedir desculpas”, declarou a primeira reclamante das condições de alojamento da Vila dos Atletas. “Mack, como todos nós, tem opiniões fortes sobre a necessidade do esporte ser limpo. E ele tem todo o direito de expressá-las”.

Com este pano de fundo foi inevitável que também a questão da participação de atletas russos com histórico de doping viessem à tona no Centro Aquático do Rio. Meia hora depois da celebração catártica do chinês Sun Yang, a nadadora russa dos 100 metros nado peito Yulia Efimova teve sua entrada no deck anunciada ao som de vaias.

Apesar de ter cumprido pena de 16 meses por uso de doping, e ter novo exame positivo este ano, ela havia obtido da Corte Arbitral do Esporte o direito de se reintegrar à equipe olímpica poucos dias antes. Era, portanto, considerada um dos símbolos da sistemática operação de doping institucionalizado na Rússia, que fora obrigada a cortar sua participação em vários esportes. Mas não em todos.

A natação foi um dos que escaparam. Já no desfile das delegações, da arquibancada do Maracanã ouviu-se um som opaco à entrada do time da Rússia. Falar em vaia pareceu precipitado. Contudo, na noite de estreia em que o quarteto russo adentrou a piscina olímpica para disputar o sempre eletrizante revezamento 4 X 100, a vaia foi inequívoca. E triste. Ver atletas olímpicos de uma grande nação esportiva serem vaiados ao se apresentarem para uma prova é desconcertante e inédito. Não havia motivo político naquelas arquibancadas.

Dois dias depois, o glacial tapinha no ombro com que a americana Lilly King, vencedora da prova dos 100 metros nado peito cumprimentou Efimova, segunda colocada, dizia em gesto o que ela repetiria com palavras na coletiva final. “Isso mostra que você pode competir limpa, e ainda assim sair vencedora”, disse a resoluta texana. E acrescentou: “O que digo aqui é, no fundo, o que todos estão pensando”.

Para a nadadora russa, aplaudida apenas por uma torcida compactada num dos setores da arquibancada, a competição foi um pesadelo. Segundo relato da agência Associated Press, Efimova admitiu na saída da prova, com o rosto ainda avermelhado de choro, não saber como conseguiu completar o percurso. E que teria sido o final de um horrendo sonho se tivesse conquistado o ouro.

Que mundo olímpico é esse em que um atleta tem motivos para temer ser vencedor?

O atleta-espetáculo

É difícil imaginar alguém que alie tanto carisma e destreza em comunicação quanto Bolt, ao mesmo tempo em que vence sem parar

Do Rio de Janeiro, *O Globo*, 17 de agosto de 2016

Quem quiser fazer jus à notoriedade construída em vida ou colher obituários à altura da obra deixada, é bom não errar na data da morte. O cultuado escritor britânico Aldous Huxley, por exemplo, errou feio ao morrer na sexta-feira 22 de novembro de 1963 – data em que a única notícia de que o mundo tomou conhecimento foi o assassinato do presidente americano John F. Kennedy. Todo o resto simplesmente não aconteceu.

Trocando tragédia por arroubo, foi um pouco o que aconteceu na noite de domingo. Bastou Usain Bolt adentrar a arena para incandescer o estádio olímpico e obliterar a presença de outros competidores. Isso porque seu talento para reinar antes e depois da prova é comparável à sua velocidade na pista, o que faz dele o atleta mais afinado com o seu tempo.

Embora ele afirme que se tornará imortal se conseguir vencer, também pela terceira vez, a prova dos 200m e o revezamento 4x100m no sábado, é inevitável que algum dia surja um velocista ainda mais rápido do que Usain Bolt. Mais difícil é imaginar alguém que alie tanto carisma e destreza em comunicação. Quisera Carl Lewis, que compete com Bolt no panteão do atletismo, ter tido um naco desse natural brilho midiático que tanto lhe fez falta.

O jamaicano acabou empalidecendo até mesmo o feito chocante, por extraordinário e inesperado, ocorrido 25 minutos antes de sua entrada em cena: o recorde mundial dos 400 metros estabelecido em 1999 pelo americano Michael Johnson fora estilhaçado em quinze centésimos de

segundos. Não bastasse isso, o vencedor sul-africano Wayde Van Niekerk correria na raia 8 da pista, portanto sem visibilidade sobre os adversários, o que é raríssimo para um épico dessa magnitude.

Mas ninguém parecia estar preparado para nada além de Bolt, o que roubou as atenções ao feito. Como a prova dos 400 metros era imediatamente anterior à do jamaicano, muitos não aficionados haviam aproveitado a “pausa” para acomodações de última hora.

O espetáculo principal não decepcionou. Enquanto os sete adversários de Bolt mantiveram ar sério ao terem o nome anunciado no bloco de largada, o jamaicano irradiou a habitual nonchalance. Como escreveu o britânico “The Guardian”, Bolt faz você acreditar que ele consegue ficar relaxado até diante de um pelotão de fuzilamento. Talvez por confiar na sua capacidade de ser mais veloz que o disparo, se necessário.

Só que a prova em si, como sempre, foi rápida demais para satisfazer o público. Qual a graça de um ansioso show que termina em meros 9s81? Arquibancadas, telespectadores, patrocinadores e o mundo demandavam algo mais robusto. E com um estádio de 80 mil pessoas por palco, Usain Bolt soube usá-lo como ninguém.

Na noite de glória do jamaicano nem os cinegrafistas oficiais dos Jogos respeitaram as boas maneiras olímpicas. O americano Justin Gatlin, medalha de ouro em Atenas e prata recém-conquistada agora no Rio, ficou virtualmente esquecido na pista. Viu-se sozinho, atarantado, à deriva na tradicional volta olímpica em que os três primeiros colocados circulam mais ou menos juntos para festejar, posar e interagir com as arquibancadas.

Gatlin se sabia hostilizado desde antes da prova, quando seu nome foi recebido com vaias. Suspenso por doping duas vezes ao longo da carreira, ele retornara às competições após cumprir pena de quatro anos e conquistara uma medalha de bronze nos Jogos de Londres-2012.

No Engenhão, apesar da imensidão do estádio, o recém-medalhado pareceu não ter espaço para comemorar sua prata. Ou melhor, espaço havia até de sobra, era Gatlin que se tornara invisível, com todas as atenções voltadas para a caravana Bolt na outra ponta do estádio. Até mesmo a bandeira dos Estados Unidos que um torcedor caridosamente lhe jogou da arquibancada pareceu diminuta e pálida.

Enquanto Justin Gatlin prosseguia de forma melancólica sua volta olímpica, o dono da festa tinha um séquito de fotógrafos, cinegrafistas, juízes de linha e atletas de campo acompanhando a tietagem de seu desfile da vitória. Usain Bolt foi alimentando o público com trunfos aos poucos, sem desperdiça-los.

Primeiro, agarrou-se a um gigantesco boneco Vinicius jogado da arquibancada e com ele percorreu o resto do percurso para delírio verde-amarelo de brasileiros e jamaicanos. Só muito depois aceitou envergar uma bandeira de seu país – não foi necessário fazê-lo logo após cruzar a linha de chegada, como de praxe, porque a imagem de Usain Bolt, sozinho, já é maior do que a da Jamaica.

Mais adiante o astro-rei enfiou um boné amarelo virado para trás da cabeça, oferecendo-se nova saraivada de fotos. E reservou a apoteose final – o icônico gesto em forma de raio – para o término da demorada volta olímpica. Até mesmo a contratual retirada das sapatilhas douradas da Nike foi devolvida com uma ovação do público. Adulação tão irrestrita poucas esportivas recebem.

Usain Bolt é um atleta-espetáculo, além de um espetáculo de atleta. Restam a Justin Gatlin dois títulos de consolação sobre o adversário: aos 34 anos, ele é o competidor olímpico mais velho a conquistar uma medalha na prova dos 100 metros. O americano também correu mais vezes (53) abaixo dos 10 segundos do que o jamaicano (49). Só que ao contrário do que imaginou pregar o barão de Coubertin, o importante é vencer, não competir. No caso de Bolt, competir se divertindo.